

COLLECCÃO



DECISÕES DO GOVERNO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1869.

~~~~~  
TOMO XXXII.  
~~~~~



RIO DE JANEIRO.

TYPGRAPHIA NACIONAL.

~~~~~  
1869

# INDICE

DA

## COLLECCÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO

DE

1869.

---

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | PAGE. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 1. — IMPERIO. — Em 2 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara que não deve a Camara Municipal fazer apuração de votos de eleição, para Vereadores e Juizes de Paz, que tiver sido annullada por acto do Presidente da Provincia, nem dos que forem dados para Vereadores por freguezia que constitua a minoria do municipio, embora válida, se tiver sido annullada a eleição feita pelas que formão a maioria ..... | 1     |
| N. 2. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara que compete as Presidencias designar o Tabelião ou Escrivão para servir interinamente o lugar de Official do Registro Geral de Hypothecas nos lugares, em que não estiver este officio creado por lei .....                                                                                                                                      | 2     |
| N. 3. — IMPERIO. — Em 5 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara ser motivo de nullidade de eleição fazerem-se a 2. <sup>a</sup> e a 3. <sup>a</sup> chamadas dos votantes em o mesmo dia .....                                                                                                                                                                                                                 | 3     |
| N. 4. — IMPERIO. — Em 5 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleições: 1. <sup>o</sup> a infracção do disposto no art. 4. <sup>o</sup> do Decreto n. <sup>o</sup> 2621 de 22 de Agosto de 1860; 2. <sup>o</sup> não constar da respectiva acta quaes os nomes dos votantes que deixaram de acudir ás chamadas .....                                                                  | 4     |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |    |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. | 5. — GUERRA. — Em 5 de Janeiro de 1869. — Dá providencias ácerca da indemnisação das despesas feitas pelos aprendizes menores do Arsenal de Guerra da Corte no caso de se evadirem elles desse Estabelecimento.....                                                                                                                                                          | 5  |
| N. | 6. — FAZENDA. — Em 5 de Janeiro de 1869. — Manda proceder nos termos dos arts. 302 e 303 do Regulamento das Alfandegas, relativamente ao producto da arrematação de objectos encontrados no armazem das bagagens de passageiros da Alfandega da Corte.....                                                                                                                   | 6  |
| N. | 7. — FAZENDA. — Em 7 de Janeiro de 1869. — Sobre os vencimentos que competem ao substituto de um Thesoureiro de Thesouraria de Fazenda.....                                                                                                                                                                                                                                  | 7  |
| N. | 8. — FAZENDA. — Em 7 de Janeiro de 1869. — Os empregados interinos só tem direito aos vencimentos do tempo de effectivo exercicio dos lugares que occupão.....                                                                                                                                                                                                               | 7  |
| N. | 9. — FAZENDA. — Em 7 de Janeiro de 1869. — A prescripção não é applicavel a dividas de vencimentos militares provenientes do melhoramento de reforma.....                                                                                                                                                                                                                    | 8  |
| N. | 10. — IMPERIO. — Em 8 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara ser motivo de nullidade de eleição o excesso das cédulas recebidas em relação ao numero dos votantes qualificados, quando tal excesso pode influir no resultado.....                                                                                                     | 9  |
| N. | 11. — GUERRA. — Em 11 de Janeiro de 1869. — Declara que as praças do Exercito, que se acharem fóra dos seus corpos em serviço, quando forem escusas do serviço do Exercito, devem receber vencimentos até a data, em que se recolherem aos mesmos corpos.....                                                                                                                | 10 |
| N. | 12. — GUERRA. — Em 11 de Janeiro de 1869. — Dá providencias para que, á vista das cópias dos respectivos Decretos concedendo reforma ás praças de pret do Exercito, se abráo os competentes assentamentos.....                                                                                                                                                               | 11 |
| N. | 13. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara ser nulla a eleição quando é manifesta a impossibilidade de se effectuarem, com regularidade e observadas todas as disposições legais, os actos eleitoraes no tempo declarado nas respectivas actas; e tambem quando é feita por qualificação radicalmente viciada..... | 11 |
| N. | 14. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º, fazerem parte da Mesa parochial pessoas não contempladas na qualificação dos votantes; 2.º, effectuar-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia em que terminem a 2.ª.....                                                     | 13 |

- N. 15. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a transferencia da assembléa parochial da matriz para outro local, não se provando a impossibilidade de effectuar-se alli a eleição, nem fazendo-se prévio annuncio na forma da lei; 2.º ser a eleição presidida por Juiz de Paz não juramentado. .... 14
- N. 16. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a infração do disposto no art. 1.º § 1.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1835; 2.º organizar-se nova mesa estando já outra regularmente constituida. .... 15
- N. 17. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara ser motivo de nullidade de eleição fazer-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia em que terminou a 2.ª. .... 16
- N. 18. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara ser nulla a eleição a respeito da qual se verifica haver differença para mais ou para menos entre a somma dos votos e o numero das cédulas recebidas, quando tal differença influe no resultado. .... 17
- N. 19. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara serem motivos de nullidade de eleições: 1.º incompetencia do lugar sem motivo legítimo para justificação do facto; 2.º formação de nova Mesa estando em effectivo trabalho a que regularmente houver sido organizada na matriz. .... 18
- N. 20. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara: 1.º ser motivo de nullidade de eleição a transferencia da reunião da assembléa parochial da matriz para outro local, sem razões plausiveis e sem prévio annuncio, observadas as formalidades da lei; 2.º que carece do valor necessario a justificação feita sem citação dos interessados. .... 19
- N. 21. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara que não são motivos de nullidade em eleições: 1.º voto incompetentemente dado para a formação de mesa parochial quando não influe no resultado; 2.º assignatura de pessoa incompetente na respectiva acta quando não é contado o voto; — que são porém motivos de nullidade: 1.º ser feita a eleição fóra do lugar designado pela lei, sem razão justificada; 2.º organizar-se mesa, funcionando já outra regularmente formada. .... 20



|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |    |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. | 22. — IMPERIO.— Em 12 de Janeiro de 1869.—Ao Presidente da Província de Pernambuco.—Declara que o facto da apresentação de protesto contra a eleição não autoriza a suspensão dos trabalhos, cumprindo unicamente fazel-o inserir na acta; e no caso de tal suspensão deve o Juiz de Paz, a quem competir, tomar a presidencia da mesa e continuar o processo eleitoral..... | 21 |
| N. | 23. — IMPERIO.— Em 12 de Janeiro de 1869.—Ao Presidente da Província de Pernambuco.—Declara: 1.º que para a eleição não deve prevalecer a nova divisão de freguezia, estando organizada a qualificação de votantes segundo a divisão anterior; 2.º que é inelegivel para o cargo de Juiz de Paz o cidadão que não residir no districto.....                                  | 22 |
| N. | 24. — IMPERIO.— Em 12 de Janeiro de 1869.—Ao Presidente da Província de Pernambuco.—Declara serem motivos de nullidade dos trabalhos de qualificação: 1.º funcionar a Junta fora da matriz sem causa justificada e sem preceder edital; 2.º não trabalhar cinco dias consecutivos; 3.º reunir-se 3.ª vez.....                                                                | 24 |
| N. | 25. — IMPERIO.— Em 13 de Janeiro de 1869.—Ao Presidente da Província do Paraná.—Declara ser motivo de nullidade de eleição o facto de ter servido na mesa parochial um membro incompetente.....                                                                                                                                                                              | 25 |
| N. | 26. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 13 de Janeiro de 1869.— Declarando que a companhia União e Industria pôde receber nas estações da estrada de ferro de D. Pedro II as comissões que os fazendeiros costumão pagar.....                                                                                                                               | 28 |
| N. | 27. — JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Janeiro de 1869.— Estabelece regras para a execução do art. 16 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850 e 24 do Decreto n.º 722 de 23 de Outubro do mesmo anno, relativamente ao exercicio dos cargos de Juizes Municipaes, Delegados e Subdelegados de Policia, com o de postos da Guarda Nacional.....                                       | 29 |
| N. | 28. — JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Província do Paraná.— Providencia sobre os casos de incompatibilidade nos cargos de Juizes Municipaes, Delegados, Subdelegados de Policia, e seus supplentes, e Juizes de Paz com qualquer posto na Guarda Nacional.....                                                                                    | 30 |
| N. | 29. — FAZENDA.— Em 13 de Janeiro de 1869.— Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda quando, no mez em que terminar o troco de notas do Thesouro sem desconto, não tiverem os fundos precisos para essa operação.....                                                                                                                                                   | 31 |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |    |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. | 30. — FAZENDA. — Em 15 de Janeiro de 1869. — Instruções á Pagadoria do Thesouro, regularizando o serviço dos pagamentos de jornaes a operarios e serventes livres, o de vencimentos a praças do Corpo de Bombeiros, e outros não abonaveis por pret.....                                                                                                                                                                                                                                             | 32 |
| N. | 31. — GUERRA. — Em 15 de Janeiro de 1869. — Dá providencias sobre o pagamento das ferias das guarnições dos escaleres ao serviço da Escola Militar e das fortalezas do porto do Rio de Janeiro .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 34 |
| N. | 32. — IMPERIO. — Em 15 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara serem nullas as eleições feitas por qualificações anteriores, havendo posteriores concluidas nos termos da lei.....                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 34 |
| N. | 33. — JUSTICA. — Aviso de 15 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que compete ao Juiz respectivo designar e exoncrar o Promotor de Capellas e Resíduos, emquanto não fôr o officio creado por lei....                                                                                                                                                                                                                                                               | 35 |
| N. | 34. — IMPERIO. — Em 16 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara ser nulla a eleição em que a 2. <sup>a</sup> e a 3. <sup>a</sup> chamadas dos votantes são feitas no mesmo dia.                                                                                                                                                                                                                                                                              | 36 |
| N. | 35. — IMPERIO. — Em 16 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Para. — Declara nulla a eleição em que a 3. <sup>a</sup> chamada dos votantes é feita no mesmo dia em que se realiza a 2. <sup>a</sup> .                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 37 |
| N. | 36. — IMPERIO. — Em 16 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1. <sup>o</sup> formar-se nova mesa estando outra organizada e funcionando competentemente; 2. <sup>o</sup> concorrerem para a formação da mesa pessoas incompetentes; 3. <sup>o</sup> impossibilidade manifesta de se effectuarem os trabalhos no tempo mencionado nas actas; 4. <sup>o</sup> falta da declaração dos votantes que não acudirão as chamadas..... | 37 |
| N. | 37. — IMPERIO. — Em 16 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que os habitantes do territorio desmembrado de uma freguezia e annexado a outra devem votar na ultima, sendo ambas pertencentes ao mesmo collegio eleitoral.....                                                                                                                                                                                                                                        | 38 |
| N. | 38. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 16 de Janeiro de 1869. — Autorisando os Estacionarios dos Telegraphos a abrir a correspondencia, que pelas estações publicas forem dirigidas contendo ordem para as transmissões telegraphicas.....                                                                                                                                                                                                                                        | 39 |
| N. | 39. — GUERRA. — Circular em 18 de Janeiro de 1869. — Determina que sejam remettidas ao Thesouro Nacional cópias dos contractos, que costumavam ser enviados ao mesmo Thesouro....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 40 |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |    |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. | 40. — FAZENDA.— Em 18 de Janeiro de 1869. — Eleva a 18 % a percentagem marcada na Ordem de 7 de Novembro do anno passado para os Empregados da Mesa de Rendas de Antonina.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 40 |
| N. | 41. — IMPERIO.— Em 18 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia da Bahia.— Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º funcionar um Juiz de Paz menos votado estando presente e em exercicio outro mais votado; 2.º concorrerem para a formação da mesa eleitores não approvados pelo poder competente; 3.º não constarem das actas os nomes dos votantes que não comparecerão; 4.º o excesso de votos em relação ao numero das cedulas recebidas ..... | 41 |
| N. | 42. — IMPERIO.— Em 18 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º organizar-se a mesa depois da hora propria, tendo-se conservado fechada até então a igreja matriz, havendo-se por isso retirado grande parte dos votantes; 2.º não serem chamados os votantes de territorio annexado á freguezia; 3.º incompetencia de lugar sem motivo legitimo da transferencia.....                     | 42 |
| N. | 43. — IMPERIO.— Em 18 de Janeiro de 1869.—Ao Juiz de Paz do curato de Santa Cruz.—Declara que a presidencia das mesas parochiaes na eleição de Janeiro compete aos Juizes de Paz do quadriennio actual .....                                                                                                                                                                                                                                                         | 44 |
| N. | 44. — JUSTIÇA.—Aviso de 18 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Declara que um Promotor Publico removido não tem direito ao ordenado relativo ao tempo de uma licença que lhe fôra concedida antes de entrar em exercicio na nova comarca.....                                                                                                                                                                                            | 44 |
| N. | 45. — JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia de Goyaz.—Declara que ao Poder Executivo compete conhecer da questão de pagamentos da vintena a um testamenteiro casado com herdeira do testador. ...                                                                                                                                                                                                                                     | 45 |
| N. | 46. — GUERRA.—Em 19 de Janeiro de 1869.—Declara que os envoltorios dos objectos fornecidos ao Arsenal de Guerra da Corte não devem ser restituídos aos fornecedores.....                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 46 |
| N. | 47. — IMPERIO.— Em 20 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara que o Aviso do Ministerio da Justiça de 8 de Agosto de 1863, estabelecendo apenas uma regra para o caso de nomeação e destituição dos agentes policiaes, nenhuma applicação tem aos cargos de eleição popular.....                                                                                                                                                        | 46 |
| N. | 48. — IMPERIO.— Em 21 de Janeiro de 1869.—Ao Ministerio da Guerra.—Declara que os ex-Presidentes não tem direito a ajuda de custo de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 47 |

Págs.

- N. 49. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1869. — Os carros americanos da linha do Cattete, Botafogo, Jardim Botânico e Laranjeiras, e outros semelhantes, estão sujeitos ao imposto dos omnibus, de que trata o Decreto n.º 1849 de 1836. 48
- N. 50. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1869. — Determina às Thesourarias de Fazenda que remettão mensalmente à Secretaria da Justiça o balancete da despesa effectuada com o serviço do respectivo Ministerio..... 49
- N. 51. — FAZENDA. — Em 23 de Janeiro de 1869. — Reconhece o Capitão da barca allemã *Washington* com direito a indemnisação que reclama, por não ter podido descarregar no porto de S. Francisco volumes carregados em Hamburgo com destino ao dito porto, e nota a irregularidade com que a tal respeito procedeu o Consul brasileiro naquella cidade..... 59
- N. 52. — IMPERIO. — Em 23 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara: 1.º que é competente para presidir eleição o Juiz de Paz menos votado na falta dos mais votados; 2.º que não pôde subsistir a eleição que se prove ter sido simulada e clandestina. 50
- N. 53. — IMPERIO. — Em 23 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara: 1.º que não vicia a eleição o facto da introdução clandestina de cédulas na urna, sendo estas apuradas em separado; 2.º que são motivos de nullidade: não combinar o numero de cédulas recebidas com o dos cidadãos qualificados, influido a differença no resultado da eleição; ser feita a 3.ª chamada no mesmo dia da 2.ª; não se mencionarem na acta os nomes dos votantes que não tiverem acudido ás chamadas ..... 51
- N. 54. — IMPERIO. — Em 25 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Resolve duvidas sobre a applicação do disposto no Aviso de 5 de Setembro de 1868, e no art. 91 § 3.º das Instruções de 31 de Dezembro do mesmo anno..... 53
- N. 55. — FAZENDA. — Em 25 de Janeiro de 1869. — Indica certas obrigações que devem ser impostas á companhias ou pessoas que pretenderem explorar a navegação dos portos intermedios até Santa Catharina ..... 54
- N. 56. — JUSTIÇA. — Em 26 de Janeiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que o Governo Imperial deliberou não perturbar a posse da attribuição em que estão as Assembléas Provinciaes de estabelecer penalidade e processo especial para a força de policia, que lhes compete fixar, até que por lei geral seja interpretada essa parte do acto adicional.... 54

|                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PAGS. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 57. — FAZENDA.— Em 26 de Janeiro de 1869.— Sobre a execução do accordo celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, na parte relativa ao transporte de dinheiros do Estado.....                                                                                  | 33    |
| N. 58. — FAZENDA.— Em 27 de Janeiro de 1869.— Os Empregados das Alfandegas, aos quaes se mandou dar exercicio em outras Repartições, depois do Decreto n.º 4173 de 6 de Maio ultimo, não podem por esse facto ser considerados serventuários de lugares extinctos.....           | 36    |
| N. 59. — FAZENDA.— Em 28 de Janeiro de 1869.— Declara incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de Collector de Rendas geraes.....                                                                                                                                               | 37    |
| N. 60. — FAZENDA.— Em 28 de Janeiro de 1869.— Declara quaes os favores e privilegios que competem aos vapores da Companhia de Navegação Bahiana, em virtude do Decreto n.º 1928 de 1837.....                                                                                     | 38    |
| N. 61. — MARINHA.— Aviso de 28 de Janeiro de 1869.— Regula a execução do art. 9.º § 4.º do Decreto n.º 4203 de 13 de Junho de 1868, relativamente aos Officiaes dos Corpos de Saude e Fazenda da Armada.....                                                                     | 38    |
| N. 62. — FAZENDA.— Em 29 de Janeiro de 1869.— O Empregado que deixa um lugar por promoção ou nomeação para outro, não pode ser licenciado antes da posse e effectivo exercicio do novo lugar.....                                                                                | 39    |
| N. 63. — IMPERIO.— Em 29 de Janeiro de 1869.— Ao Juiz de Paz mais votado da freguezia de Paqueta.—Dispõe sobre o modo de lançarem-se nos livros as actas das eleições de eleitores geraes e especiaes effectuadas juntamente.....                                                | 60    |
| N. 64. — JUSTIÇA.— Em 30 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.— Declara que os Officiaes de commissão, dispensados do serviço de guerra, perdem os postos, como acontece com os nomeados para os corpos de Voluntarios da Patria.....            | 61    |
| N. 65. — JUSTIÇA.— Em 30 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Solve duvidas ácerca do Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1863 sobre presidencia de Jury.....                                                                                               | 61    |
| N. 66. — IMPERIO.— Em 30 de Janeiro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara que são competentes para a formação das mesas parochiaes na eleição de Janeiro os eleitores da legislatura finda e para a presidencia dellas os Juizes de Paz do novo quadriennio..... | 62    |
| N. 67. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 30 de Janeiro de 1869.— Mandando pagar a Companhia da estrada de ferro do Recife a S. Francisco as differenças de cambio pela remessa de sua renda liquida para a Europa.....                                         |       |

- N. 68. — FAZENDA. — Em 31 de Janeiro de 1869. — Sobre o recebimento de notas de 18000, 28000 e 108000 apresentadas nas Thesourarias pelos Collectores e outros Exactores da Fazenda, depois de findo o prazo da substituição sem desconto..... 46
- N. 69. — FAZENDA. — Em o 1.º de Fevereiro de 1869. — Autorisa a restituição das quantias arrecadadas pelos direitos das mercadorias que se incendiaram nos armazens da Alfandega..... 65
- N. 70. — FAZENDA. — Em 3 de Fevereiro de 1869. — Os Inspectores das Thesourarias, logo que nas mesmas se der vaga de lugares de accesso, não dependentes de concurso, devem remetter a competente proposta para seu preenchimento; o que tambem praticarão os das Alfandegas... 65
- N. 71. — MARINHA. — Aviso de 3 de Fevereiro de 1869. — Manda observar as Instrukções para o serviço da cábreia estabelecida na Ilha das Cobras..... 66
- N. 72. — IMPERIO. — Em 3 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara ser nulla a eleição cujos actos constão de uma unica acta..... 67
- N. 73. — FAZENDA. — Em 4 de Fevereiro de 1869. — Reforma uma decisão da Thesouraria das Alagoas sobre a distribuição da porcentagem dos Empregados da respectiva Alfandega, depois da promulgacão do Decreto n.º 4173 de 6 de Maio do anno passado..... 68
- N. 74. — FAZENDA. — Em 4 de Fevereiro de 1869. — Sujeita ao pagamento de direitos os bilhetes importados de New-York para uso da empresa de carris de ferro do Jardim Botânico..... 69
- N. 75. — FAZENDA. — Em 4 de Fevereiro de 1869. — As contas dos Officiaes do exercito devem ficar encerradas nas Thesourarias, desde que se lhes passão guias com declaração de dividas.... 69
- N. 76. — FAZENDA. — Em 4 de Fevereiro de 1869. — Os Praticantes que não tiverem o anno de pratica, poderão ser admittidos a concurso para lugares de 2.ª entrancia, quando nao se apresentarem Praticantes devidamente habilitados. 70
- N. 77. — FAZENDA. — Em 5 de Fevereiro de 1869. — O deposito de apolices apresentadas em caucão do pagamento do quebramento de fianca esta comprehendido no § 3.º, art. 5.º do Decreto n.º 4181 de 1868..... 71
- N. 78. — IMPERIO. — Em 5 de Fevereiro de 1869. — Ao Juiz de Paz Presidente da mesa parochial da freguezia do Santissimo Sacramento. — Declara que a mesa parochial, quanto ás cedulas recolhidas á urna (no caso de eleição simultanea de eleitores geraes e de especiaes), deve

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |    |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
|    | regular-se pelo que indicar o exterior das cedulas .....                                                                                                                                                                                                                                                                             | 72 |
| N. | 79. — GUERRA. — Em 5 de Fevereiro de 1869. — Declara qual o processo que se deve seguir no pagamento dos operarios do Arsenal de Guerra da Corte, da Fabrica da Polvora da Estrella e do Laboratorio do Campinho .....                                                                                                               | 72 |
| N. | 80. — GUERRA. — Em 5 de Fevereiro de 1869. — Declara como deve ser feita a avaliação da etapa que tem de vigorar na Corte para as praças de pret. ....                                                                                                                                                                               | 73 |
| N. | 81. — GUERRA. — Em 6 de Fevereiro de 1869. — Declara como se deve proceder quando se recolherem ao Arsenal de Guerra da Corte volumes mandados despachar livres de direito..                                                                                                                                                         | 74 |
| N. | 82. — GUERRA. — Em 6 de Fevereiro de 1869. — Declara como se deve proceder a respeito das sobras do rancho, que constituem as economias licitas do deposito de convalescentes em Montevideo .....                                                                                                                                    | 74 |
| N. | 83. — JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Decide que nenhuma antinomia existe entre os Avisos de 31 de Maio de 1864 e 21 de Janeiro de 1867, acerca do perdão do offendido. ....                                                                                                     | 75 |
| N. | 81. — JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Fevereiro de 1869. — Ao Ministerio da Fazenda. — Declara que se achão revogadas pelo Decreto n.º 2331 de 18 de Fevereiro de 1860 as disposições anteriores a respeito dos vencimentos devidos nos casos de substituição de empregados do Ministerio da Justiça. ....                                  | 76 |
| N. | 83. — GUERRA. — Em 8 de Fevereiro de 1869. — Approva as instrucções organizadas para o regimen das enfermarias militares, creadas na Armação, hem como os vencimentos, que forão arbitrados aos respectivos empregados .....                                                                                                         | 77 |
| N. | 86. — IMPERIO. — Em 8 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º ser presidida por Juiz de Paz menos votado, estando presente e em exercicio o mais votado; 2.º fazer-se em lugar differente do designado, tendo-se naquelle realizado outra eleição. .... | 77 |
| N. | 87. — FAZENDA. — Em 8 de Fevereiro de 1869. — Os livros de recenseamentos da Pagadoria do Thesouro devem ser numerados e rubricados, e um para cada Ministerio .....                                                                                                                                                                 | 78 |
| N. | 88. — FAZENDA. — Em 9 de Fevereiro de 1869. — Provimto de um recurso concernente ao imposto da dizima de chancellaria. ....                                                                                                                                                                                                          | 79 |
| N. | 89. — GUERRA. — Em 9 de Fevereiro de 1869. — Crea uma junta militar auxiliar á da Corte a fim de inspecionar o avultado numero de praças existentes nos Hospitales Militares .....                                                                                                                                                   | 80 |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |    |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. | 90. — IMPERIO. — Em 9 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara ser nulla a eleição feita fora da igreja matriz sem motivo justificado.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 81 |
| N. | 91. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 10 de Fevereiro de 1869. — Declara que os Ajudantes Contadores dos Correios quando substituem os Administradores não são obrigados a prestar fiança .....                                                                                                                                                                                                         | 82 |
| N. | 92. — JUSTIÇA. — Em 10 de Fevereiro de 1869. — Declara ociosa a consulta do Juiz de Direito de Garanhuns, relativamente aos Delegados de Policia da Comarca, encarregados do recrutamento pelo Chefe, a vista do Decreto n.º 2171 do 1.º de Maio de 1858.....                                                                                                                                                               | 83 |
| N. | 93. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Fevereiro de 1869. — Decide que não é lícito a um Juiz servir com empregados seus parentes dentro dos graus prohibidos .....                                                                                                                                                                                                                                                                | 84 |
| N. | 94. — GUERRA. — Em 10 de Fevereiro de 1869. — Declara como deve proceder o Arsenal de Guerra da Corte quando forem autorizados fornecimentos de materiaes as obras das fortificações a cargo da Commissão de melhoramentos do material do Exercito.....                                                                                                                                                                     | 85 |
| N. | 95. — GUERRA. — Em 11 de Fevereiro de 1869. — Declara quaes os vencimentos, que competem aos Officiaes honorarios do Exercito quando se achão em campanha.....                                                                                                                                                                                                                                                              | 85 |
| N. | 96. — IMPERIO. — Em 11 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara não proceder a arguição feita contra uma eleição por ter sido presidida pelo 2.º Juiz de Paz, visto que o mais votado declarou não poder comparecer .....                                                                                                                                                                     | 86 |
| N. | 97. — FAZENDA. — Em 11 de Fevereiro de 1869. — As passagens que competem actualmente aos empregados promovidos, removidos, commissiionados, e nomeados segundo o art. 13 do Decreto n.º 4153, são as denominadas — do Governo. — E' prohibido abonar-se em dinheiro as ajudas de custo de transporte, salvo nas viagens por terra. — Só o empregado que viaja com familia tem direito a ajuda de custo para um criado ..... | 87 |
| N. | 98. — FAZENDA. — Em 11 de Fevereiro de 1869. — O sello proporcional das letras da terra, notas promissorias e outros titulos commerciaes, quando são de contos de réis e mais uma fracção qualquer, cobra-se na razão de 18000 por cada conto, e mais mil réis pela fracção, seja ella qual for.....                                                                                                                        | 88 |
| N. | 99. — GUERRA. — Circular em 12 de Fevereiro de 1869. — Declara que os Officiaes honorarios do Exercito, ou outros quaesquer, que regres-                                                                                                                                                                                                                                                                                    |    |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Págs. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| sarem da campanha, inutilizados por ferimentos recebidos em combate, devem continuar a perceber soldo até que entrem no gozo da pensão, a que tiverem direito.....                                                                                                              | 89    |
| N. 100. — FAZENDA. — Em 12 de Fevereiro de 1869. — Instruções para a organização e pagamento das folhas de pensões.....                                                                                                                                                         | 89    |
| N. 101. — FAZENDA. — Em 13 de Fevereiro de 1869. — Recommenda toda a fiscalisação nos manifestos das embarcações procedentes de Santa Helena.....                                                                                                                               | 93    |
| N. 102. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que é clausula essencial o — cumpra-se — das Presidencias em uma Portaria de licença.....                                                                        | 94    |
| N. 103. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Província do Piahy. — Decide que ha incompatibilidade na accumulacão dos cargos de supplente de Juiz Municipal e Engenheiros das Obras Provinciaes.....                                               | 94    |
| N. 104. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que um Delegado de Policia não pode exercer a advocacia, em razão daquelle cargo.....                                                                          | 93    |
| N. 105. — FAZENDA. — Em 13 de Fevereiro de 1869. — Revoga uma decisão da Thesouraria das Alagoas, mandando suspender o pagamento do soldo ao procurador de um sargento reformado, pelo facto de haver sido este condemnado como homicida a 14 annos de prisão.....              | 96    |
| N. 106. — FAZENDA. — Em 13 de Fevereiro de 1869. — A restituição das gratificações de transporte abonadas indevidamente aos Engenheiros ao serviço do Ministerio da Agricultura, deve realisar-se da data da Circular de 7 de Maio de 1838.....                                 | 97    |
| N. 107. — FAZENDA. — Em 16 de Fevereiro de 1869. — O serviço da tomada de contas fóra das horas do expediente deve ser distribuido por todos os Empregados das Thesourarias que estiverem para isso habilitados.....                                                            | 98    |
| N. 108. — FAZENDA. — Em 16 de Fevereiro de 1869. — Recommenda a execução da Circular de 17 de Dezembro de 1836, e exige a remessa de uma conta das operações relativas a substituição de notas.....                                                                             | 100   |
| N. 109. — IMPERIO. — Em 16 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Província das Alagoas. — Declara que o Vereador do quadriennio findo, sendo reeleito, pôde, no acto da prestacão de juramento dos novamente eleitos, continuar a fazer parte da Cammra a que pertencia..... | 100   |

Pag.

- N. 110. — IMPERIO. — Em 16 de Fevereiro de 1869. — Ao Vigário Capitular de S. Paulo. — Declara que as propostas para provimento das igrejas não devem ser demoradas além do tempo estritamente preciso para a remessa dos papeis. 101
- N. 111. — MARINHA. — Aviso de 16 de Fevereiro de 1869. — Declara que as pensões do Montepio da Marinha não estão sujeitas no todo, ou em parte a desconto para indemnização da Fazenda Nacional. 102
- N. 112. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1869. — Instruções para a execução do art. 35 do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril do anno passado. 102
- N. 113. — IMPERIO. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Côrte. — Declara que os Doutores a que se refere o art. 31 dos estatutos das Faculdades de Medicina estão sujeitos ao pagamento da taxa de que trata o art. 21. 107
- N. 114. — IMPERIO. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara não poder ser tomado em consideração um recurso de imposição de multa por não ter sido interposto no prazo legal. 108
- N. 115. — IMPERIO. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que, por falta de declaração do emprego ou occupação dos votados para electores, não devem inutilizar-se as cédulas em que esta falta se der. 109
- N. 116. — IMPERIO. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara serem nullas eleições em que a precipitação, com que se praticarão actos essenciaes, mostra que não forão cumpridamente observados os preceitos da lei. 109
- N. 117. — IMPERIO. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara: 1.º que não são incompatíveis os cargos de Subdelegado de Polícia e de Vereador; mas somente o seu exercicio; 2.º que o cidadão processado em razão do 1.º, se também fôr Vereador, pode, cumprida a pena, entrar no exercicio do ultimo. 111
- N. 118. — FAZENDA. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — As gratificações concedidas temporariamente a individuos nomeados para commissões, que não tem o caracter de empregos publicos, não estão sujeitas ao pagamento dos direitos de 3 %.... 112
- N. 119. — FAZENDA. — Em 18 de Fevereiro de 1869. — São desnecessarias actualmente as certidões declarando que as habilitandas á percepção de meio soldo, nada vencem pelos cofres geraes. 112
- N. 120. — GUERRA. — Em 20 de Fevereiro de 1869. — Declara que nos contractos para fornecimento

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | do Arsenal de Guerra da Côrte deve haver estipulação de prazo dos respectivos pagamentos.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 113 |
| N. 121. | — IMPERIO. — Em 22 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara ser nulla a eleição: 1.º em que a apuração dos votos se dá por concluida em prazo em que é materialmente impossivel praticar-se este acto com a necessaria regularidade; 2.º em cujas actas se dá confusão quanto á exposição de factos importantes.....                               | 114 |
| N. 122. | — IMPERIO. — Em 22 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara: 1.º ser valida a eleição presidida por Juiz de Paz do districto mais vizinho, tendo deixado de comparecer os do da matriz; 2.º ser nulla a que é feita em casa particular ao passo que na matriz se procede a outra, não havendo motivo que justifique a violação do preceito de lei. | 115 |
| N. 123. | — FAZENDA. — Em 22 de Fevereiro de 1869. — Providencia para a prompta transmissão dos telegrammas das Repartições ou funcionarios publicos.....                                                                                                                                                                                                                                     | 116 |
| N. 124. | — IMPERIO — Em 23 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara ser nulla a eleição feita fóra da igreja matriz sem motivo justificado; e em que os respectivos trabalhos se dão por concluidos em tempo insufficiente para serem observados os preceitos da lei.....                                                                                      | 116 |
| N. 125. | — IMPERIO. — Em 23 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro. — Declara serem nullos os votos dados para Vereador a cidadão não comprehendido nas qualificações das freguezias do municipio.....                                                                                                                                                               | 118 |
| N. 126. | — IMPERIO. — Em 23 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que a reunião dos collegios eleitoraes para a eleição de Deputados deve ser no dia 2 de Março; e que para os trabalhos da eleição de Senador devem os collegios reunir-se no dia 4.....                                                                                          | 116 |
| N. 127. | — GUERRA. — Em 23 de Fevereiro de 1869. — Declara que nos contractos para fornecimentos das enfermarias militares se deve observar a pratica seguida no Hospital Militar da Côrte...                                                                                                                                                                                                | 120 |
| N. 128. | — FAZENDA. — Em 25 de Fevereiro de 1869. — Instruções para a execução do accordo feito com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, na parte relativa ao transporte de fundos de uns para outros pontos da escala dos mesmos paquetes.....                                                                                                                                       | 120 |
| N. 129. | — JUSTICA. — Aviso de 27 de Fevereiro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara que só nos casos expressos no art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 3 de Novembro de 1837                                                                                                                                                                                              |     |

Págs.

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | podem ter lugar novas nomeações de supplente de Juiz Municipal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 123 |
| N. 130. | — FAZENDA. — Em o 1.º de Março de 1869. — Das decisões do Tribunal do Thesouro, em materia de sua competencia, não ha appellação para o Conselho de Estado, mas unicamente recurso de revista nos casos do art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859.....                                                                                                                            | 126 |
| N. 131. | — FAZENDA. — Em 2 de Março de 1869. — Determina que não se installe por ora as Alfandegas de Santarém, Borba e S. Paulo de Olivença.....                                                                                                                                                                                                                                                        | 127 |
| N. 132. | — FAZENDA. — Em 2 de Março de 1869. — Nas decisões por julgamento arbitral sobre questões de qualificação de mercadorias, não pôde mais ter lugar a multa de que trata o art. 359 § 3.º do Regulamento das Alfandegas.....                                                                                                                                                                      | 127 |
| N. 133. | — GUERRA. — Em 3 de Março de 1869. — Declara que, na fôrma da legislação em vigor, nada tem a jurisdicção do Juizo de Orphãos, com os espolios dos militares fallecidos fora do paiz.....                                                                                                                                                                                                       | 128 |
| N. 134. | — FAZENDA. — Em 4 de Março de 1869. — Sobre a porcentagem que compete aos Empregados da Alfandega de Pernambuco, enquanto o respectivo pessoal não for reduzido ao numero e classes estabelecidas pelo Decreto n.º 4173 do anno passado.....                                                                                                                                                    | 129 |
| N. 135. | — IMPERIO. — Em 4 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara ser motivo de nullidade de eleição effectuar-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia da 2.ª.....                                                                                                                                                                                                        | 129 |
| N. 136. | — IMPERIO. — Em 5 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara ser motivo de nullidade de eleição não se mencionarem na respectiva acta os nomes dos votantes que não tiverem comparecido....                                                                                                                                                                      | 130 |
| N. 137. | — GUERRA. — Circular em 5 de Março de 1869. — Declara quando se deverá exigir a apresentação das respectivas patentes aos Officiaes reformados, que se houverem habilitado para a percepção do respectivo soldo.....                                                                                                                                                                            | 131 |
| N. 138. | — GUERRA. — Circular em 6 de Março de 1869. — Dá providencias para regularidade do serviço telegraphico conforme a requisição do Ministerio da Agricultura.....                                                                                                                                                                                                                                 | 131 |
| N. 139. | — IMPERIO. — Em 6 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º lavrar-se uma só acta de todos os trabalhos da eleição; 2.º não se mencionarem naquella os nomes dos votantes que não tiverem comparecido; 3.º realizar-se a eleição em uma frequência sendo já conhecido o resultado das outras do mesmo municipio..... | 132 |

|    |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |
|----|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. | 140. | — IMPERIO. — Em 6 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a falta de menção na respectiva acta dos nomes dos votantes que não tiverem comparecido; 2.º conterem-se em uma só acta os trabalhos concernentes á 3.ª chamada e á apuração das cédulas..... | 133 |
| N. | 141. | — GUERRA. — Em 8 de Março de 1869. — Declara que não havendo Conselho de Investigação para as praças presas se deve proceder a elle nos termos das Instruções, publicadas na Ordem do Dia n.º 263 de 21 de Junho de 1861.....                                                                                                        | 134 |
| N. | 142. | — GUERRA. — Em 8 de Março de 1869. — Declara como devem ser lavradas as actas das sessões do Conselho Supremo Militar.....                                                                                                                                                                                                           | 135 |
| N. | 143. | — GUERRA. — Em 9 de Março de 1869. — Declara qual o formulario, que se deve observar nos fornecimentos de medicamentos ás enfermarias militares.....                                                                                                                                                                                 | 136 |
| N. | 144. | — JUSTIÇA. — Aviso circular de 9 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Decide que as funcções electoraes não são consideradas parte integrante de jurisdicção civil; e que é indispensavel a communicação official para a transmissão e devolução de jurisdicção.....                                  | 136 |
| N. | 145. | — GUERRA. — Em 10 de Março de 1869. — Declara ao Inspector da Pagadoria das Tropas da Corte que aos Officiaes, que vierem feridos da campanha, se deve ajustar contas, abonando-se-lhes sem interrupção soldo e vantagens geraes.....                                                                                                | 137 |
| N. | 146. | — FAZENDA. — Em 10 de Março de 1869. — Despacho livre de Imagens importadas pelos Colonos Allemães da Serra da Piedade, na Provincia de S. Pedro.....                                                                                                                                                                                | 138 |
| N. | 147. | — FAZENDA. — Em 12 de Março de 1869. — Permite o despacho e embarque de mercadorias para Corumba, em Mato Grosso, sob caução dos respectivos direitos.....                                                                                                                                                                           | 138 |
| N. | 148. | — FAZENDA. — Em 13 de Março de 1869. — As embarcações cujo dominio se transfere, ainda que por arrematação em hasta publica, para serem desmanchadas, e seja qual for a sua origem, nacionalidade, denominação, lotação ou emprego, estão sujeitas ao imposto de 5 %.....                                                            | 139 |
| N. | 149. | — JUSTIÇA. — Em 13 de Março de 1869. — Declara que não ha materia para a suspeição de um Commandante Superior no caso de verificação da ausencia de um Official da Guarda Nacional, que é seu cunhado.....                                                                                                                           | 140 |
| N. | 150. | — FAZENDA. — Em 16 de Março de 1869. — Approva a deliberação da Thesouraria da Bahia                                                                                                                                                                                                                                                 |     |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | relativa ao calculo da porcentagem dos Empregados da respectiva Alfandega.....                                                                                                                                                                                                          | 110 |
| N. 131. | — FAZENDA. — Em 16 de Março de 1869. — Indefere a pretensão de um Guarda da Alfandega da Bahia, de ser nomeado para igual emprego na desta Corte.....                                                                                                                                   | 141 |
| N. 132. | — FAZENDA. — Em 16 de Março de 1869. — As Thesourarias não devem incluir Pensionistas do Estado em folha sem prévia authorisação do Thesouro .....                                                                                                                                      | 112 |
| N. 133. | — FAZENDA. — Em 16 de Março de 1869. — Indeferimento da pretensão do Vice-Consul do Brasil em Hamburgo, de ser relevado da multa que lhe fôra imposta por infracção do art. 420 § 1.º n.º 3 do Regulamento das Alfandegas....                                                           | 112 |
| N. 134. | — FAZENDA. — Em 16 de Março de 1869. — Amplia a disposição do Aviso de 12 do corrente mez sobre o despacho e expedição de mercadorias para Corumbá, em Mato Grosso.....                                                                                                                 | 144 |
| N. 135. | — IMPERIO. — Em 17 de Março de 1869. — Ao Ministério dos Negocios Estrangeiros. — Sobre a organização de sociedades brasileiras de beneficencia em paiz estrangeiro .....                                                                                                               | 144 |
| N. 136. | — GUERRA. — Em 17 de Março de 1869. — Declara quaes as condições, em que se deve effectuar o pagamento dos prets, relativos a vencimentos de recrutas.....                                                                                                                              | 143 |
| N. 137. | — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 17 de Março de 1869. — Nomeando uma commissão para a reforma da Repartição Geral dos Telegraphos.....                                                                                                                             | 136 |
| N. 138. | — FAZENDA. — Em 18 de Março de 1869. — Dos titulos de aforamento de marinhias cobra-se 68000 de emolumentos e 18000 de verba do registro... ..                                                                                                                                          | 147 |
| N. 139. | — FAZENDA. — Em 19 de Março de 1869. — O Conselho de Estado nao conhece das decisões do Tribunal do Thesouro, senão nos casos indicados no art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1839.....                                                                                    | 147 |
| N. 140. | — FAZENDA. — Em 19 de Março de 1869. — A taxa dos escravos só se deve cobrar, além das cidades e villas, das povoações que tiverem pelo menos vinte e cinco casas habitadas e approximadas umas das outras.....                                                                         | 148 |
| N. 141. | — FAZENDA. — Em 19 de Março de 1869. — No termo—povoações—do art. 2.º numero 2 § 3.º do Regulamento de 28 de Março do anno passado, só devem ser comprehendidas para o lançamento da taxa de escravos, as que tiverem pelo menos 25 casas habitadas e approximadas umas das outras..... | 149 |
| N. 142. | — IMPERIO. — Em 19 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara ser                                                                                                                                                                                               |     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Pags. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| motivo de nullidade de eleição: 1.º ser feita fora da matriz sem motivo justificado; 2.º formar-se a mesa parochial por modo diverso do estabelecido na lei.....                                                                                                                                                                                                                                                         | 130   |
| N. 163. — IMPERIO. — Em 20 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara ser motivo de nullidade de eleição comprehendem-se em uma só acta todos os actos relativos ao recebimento das cédulas, preteridas as declarações legaes.....                                                                                                                                                               | 131   |
| N. 164. — IMPERIO. — Em 20 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidir a mesa parochial Juiz menos votado, achando-se o mais votado desimpedido e em exercicio de suas funcções na matriz; 2.º precipitação dos trabalhos, com prejuizo da observancia das formulas da lei.....                                                            | 132   |
| N. 165. — IMPERIO. — Em 20 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara que os substitutos especiaes, como são os das Faculdades de Direito, quando regem cadeira, não ficão pelo facto da substituição com maiores vencimentos.....                                                                                                                                                          | 133   |
| N. 166. — IMPERIO. — Em 20 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º receber-se numero de cédulas superior ao dos votantes qualificados; 2.º ser feita por qualificação de anno anterior, achando-se concluida a do corrente; 3.º impossibilidade de se terem praticado com regularidade os actos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos..... | 133   |
| N. 167. — IMPERIO. — Em 22 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que, pelo facto de haver fallecido, embora antes de terminado o processo eleitoral, um cidadão eleito eleitor, não deve expedir-se diploma de eleitor ao 1.º supplente.....                                                                                                                                       | 137   |
| N. 168. — IMPERIO. — Em 22 de Março de 1869. — Ao Ministerio dos Negocios da Justiça. — Explica a doutrina do Decreto Legislativo n.º 1223 de 20 de Agosto de 1864 na parte relativa aos bens immoveis possuidos pelas corporações de mão-morta antes da data do mesmo Decreto.....                                                                                                                                      | 137   |
| N. 169. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Circular de 10 de Março de 1869. — Prohibe a concessão de passagens a Empregados deste Ministerio que tenham sido exonerados, ou licenciados.....                                                                                                                                                                                                                   | 160   |
| N. 170. — MARINHA. — Aviso de 22 de Março de 1869. — Estabelece regras sobre o modo por que devem ser conduzidos a bordo dos navios de guerra e transportes do Estado os objectos que houverem de ser remettidos pelos outros Ministerios.....                                                                                                                                                                           | 160   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 171. — FAZENDA. — Em 24 de Março de 1869. — Res-<br>tituição de uma quantia que de mais se pagou<br>de siza pela compra de uma herança.....                                                                                                                                                                 | 162 |
| N. 172. — FAZENDA. — Em 30 de Março de 1869. — Nas<br>decisões por julgamento arbitral relativamente<br>a questões de qualificação de mercadorias, não<br>póde mais ter lugar a multa de direitos em<br>dobro.....                                                                                             | 163 |
| N. 173. — FAZENDA. — Em 30 de Março de 1869. —<br>Trata de um recurso sobre multa de direitos<br>em dobro por diferenças em varios despachos<br>de exportação de algodão, nos quaes se des-<br>cobrirão fraudes e irregularidades, mediante<br>exame na escripturação da casa commercial ex-<br>portadora..... | 163 |
| N. 174. — JUSTIÇA. — Em 31 de Março de 1869. — De-<br>clara que a transferencia das praças da Guarda<br>Nacional do serviço activo para o da reserva<br>compete ao conselho de revista, e a do Official<br>ao Presidente da Provincia; havendo recurso<br>para este das decisões do mesmo conselho....         | 163 |
| N. 175. — GUERRA. — Em 31 de Março de 1869. — De-<br>clara como se deve proceder a respeito da elei-<br>ção dos Agentes ou Thesoureiros do Conselho<br>Economico do deposito de Aprendizizes Arti-<br>lheiros .....                                                                                            | 166 |
| N. 176. — IMPERIO. — Em 31 de Março de 1869. — Ao<br>Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que<br>não se devem instaurar processos criminaes por<br>abusos e fraudes eleitoraes sem resolução do<br>Governo Imperial .....                                                                               | 167 |
| N. 177. — FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1869. — Ap-<br>prova a deliberação do Inspector da Alfandega<br>da Côte de não cumprir uma carta precatoria<br>para o embargo de mercadorias alli existentes.                                                                                                            | 168 |
| N. 178. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS<br>PUBLICAS. — Aviso de 3 de Abril de 1869. —<br>Devolvendo ao Presidente do Rio Grande do<br>Sul as propostas para a construção do caminho<br>de ferro de S. Leopoldo visto tratar-se de uma<br>empreza meramente provincial.....                                    | 168 |
| N. 179. — IMPERIO. — Em 3 de Abril de 1869. — Ao<br>Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara<br>ser insubsistente a eleição, para Vereador, de<br>cidadão não qualificado.....                                                                                                                           | 169 |
| N. 180. — IMPERIO. — Em 6 de Abril de 1869. — A'<br>Ilustrissima Camara Municipal. — Firma a dou-<br>trina — que a Ilustrissima Camara Municipal<br>não póde fazer despezas para as quaes se não<br>ache competentemente autorisada com o pre-<br>ciso credito no respectivo orçamento.....                    | 170 |
| N. 181. — FAZENDA. — Em 6 de Abril de 1869. — O<br>imposto municipal sobre liquidos alcoholicos e<br>a contribuição para a Santa Casa da Miséri-                                                                                                                                                               |     |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | PAGS. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| cordia deveráo ser cobrados, da data da execução da nova Tarifa, na razão de 3,75 réis por litro de vinho e mais bebidas alcoholicas.....                                                                                                                                                          | 174   |
| N. 182. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1869. — Os candeleros de vidro e suas pertencas, proprios para o uso do kerosene, estão sujeitos as taxas do art. 1063 da Tarifa e nota 142, que lhes é relativa.....                                                                                        | 174   |
| N. 183. — IMPERIO — Em 9 de Abril de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara ser motivo de nullidade de eleição—presidir a mesa parochial Juiz de Paz que, por ter-se mudado do districto, perdêra o cargo.....                                                                     | 173   |
| N. 184. — IMPERIO. — Em 10 de Abril de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidir a mesa parochial Juiz de Paz menos votado, achando-se em exercicio o mais votado; 2.º effectuar-se fóra da matriz sem motivo justificado..... | 176   |
| N. 185. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 12 de Abril de 1869. — Approvando as condições geraes e tabellas de preço .....                                                                                                                                                      | 177   |
| N. 186. — FAZENDA. — Em 12 de Abril de 1869. — Trata de uma decisão da Alfandega da Cidade do Rio Grande relativamente a um despacho de importação, em que verificarão-se diferenças de qualidade, quantidade e peso da mercadoria despachada .....                                                | 196   |
| N. 187. — GUERRA. — Circular em 12 de Abril de 1869. — Recommenda que as licenças aos Officiaes do Exercito só devão ser concedidas nos casos e pelo modo marcado no Decreto n.º 3379 de 3 de Janeiro de 1866. ....                                                                                | 197   |
| N. 188. — GUERRA. — Em 12 de Abril de 1869. — Dá providencias a respeito do pagamento das passagens concedidas nas barcas da Companhia Ferry por conta do Ministerio da Guerra.....                                                                                                                | 198   |
| N. 189. — FAZENDA. — Em 12 de Abril de 1869. — Sobre a substituição do Inspector de uma Alfandega em que foi supprimido o lugar de Ajudante...                                                                                                                                                     | 198   |
| N. 190. — FAZENDA. — Em 12 de Abril de 1869. — Instruccões para a direcção e inspecção das obras hydraulicas e internas da Alfandega do Rio de Janeiro.....                                                                                                                                        | 199   |
| N. 191. — JUSTIÇA. — Aviso de 12 de Março de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara que é obrigado a servir o lugar de Official do Registro das Hypothecas o Tabelião, que fôr designado pela Presidencia .....                                                               | 201   |
| N. 192. — FAZENDA. — Em 13 de Abril de 1869. — Sobre a competencia dos Presidentes de Provincias para relevarem as multas que impuzerem, em                                                                                                                                                        |       |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                            |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | virtude da lei regulamentar das eleições, ou por qualquer motivo.....                                                                                                                                                                                                      | 201 |
| N. 193. | — FAZENDA.— Em 13 de Abril de 1869.— A providencia da assemelhação de mercadorias apresentadas a despacho nas Alfandegas, só pôde ter lugar a respeito das omissas na Tarifa.....                                                                                          | 202 |
| N. 194. | — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 13 de Abril de 1869.— Declarando que o Governo Imperial nenhuma intervenção pôde ter na execução dos contractos celebrados pela Illustrissima Camara Municipal com os particulares.....                               | 203 |
| N. 195. | — JUSTIÇA.—Aviso de 14 de Abril de 1869.— Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Declara que o Juiz de Orphãos não pôde nomear avaliadores contra o disposto na Lei....                                                                                                | 204 |
| N. 196. | — JUSTIÇA.— Aviso de 14 de Abril de 1869.— Ao Chefê de Policia da Côte.— Declara que não tem lugar o recebimento de custas pelo titulo e juramento dos Inspectores de Quarteirão.....                                                                                      | 204 |
| N. 197. | — JUSTIÇA.—Aviso de 14 de Abril de 1869.— Ao Presidente da Provincia de Sergipe.— Declara que não tem lugar o recebimento de custas pelo titulo e juramento dos Inspectores de Quarteirão.....                                                                             | 205 |
| N. 198. | — FAZENDA.—Em 14 de Abril de 1869.— Declara que a disposição do § 2.º art. 23 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 não alterou o preço do arrendamento dos terrenos diamantinos já explorados, da Provincia de Minas....                                              | 206 |
| N. 199. | — GUERRA.— Em 15 de Abril de 1869.— Declara que o Governo não dá <del>passagens</del> a custa do Estado ás familias dos Officiaes senão quando estas os acompanhão em acto de serviço.....                                                                                 | 206 |
| N. 200. | — FAZENDA.— Em 16 de Abril de 1869.— Declara não ser devida a siza de uma transacção, mediante a qual os locatarios de umas fazendas pertencentes a um espolio, forão indemnizados do valor das bemeitorias que nas mesmas fizerão, dando-se por findo o arrendamento..... | 207 |
| N. 201. | — JUSTIÇA.— Aviso de 16 de Abril de 1869.— Ao Juiz de Direito Chefê de Policia da Côte.— Declara que as autoridades policiaes não podem <del>detr</del> a viagem de qualquer individuo por causa civil senão a requisição do respectivo Tribunal.                          | 208 |
| N. 202. | — IMPERIO.— Em 16 de Abril de 1869.— Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—darem-se por concluidos os respectivos trabalhos em tempo manifestamente insufficiente para serem feitos com as formalidades da lei.....              | 209 |
| N. 203. | — JUSTIÇA.—Aviso de 17 de Atril de 1869.— Ao Presidente da Provincia das Alagoas.— De-                                                                                                                                                                                     |     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                         | PAGS. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| clara que o prazo legal para o juramento dos Juizes Municipaes supplentes é o que fôr marcado pela Presidencia dentro do maximo do art. 3.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857.....                                                                                           | 210   |
| N. 204. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 17 de Abril de 1869.—Ordenando que os Engenheiros nas suas informações empreguem o systema metrico decimal na conformidade da Lei de 26 de Junho de 1862.....                                                            | 211   |
| N. 205. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 17 de Abril de 1869.—Prohibindo o transito publico pelas picadas abertas para o assentamento das linhas telegraphicas .....                                                                                                 | 212   |
| N. 206. — GUERRA.—Em 17 de Abril de 1869.—Declara quaes os vencimentos que devem ser abonados aos adjuntos da Commissão de melhoramentos do material do Exercito.....                                                                                                                   | 213   |
| N. 207. — GUERRA. —Em 20 de Abril de 1869. —Declara que o Official do Exercito, que servir de membro adjunto do Conselho Naval, terá direito ao respectivo soldo pelo Ministerio da Guerra se continuar a disposição do mesmo Ministerio.....                                           | 213   |
| N. 208. — JUSTIÇA.—Aviso de 23 de Abril de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que devem ser respeitadas e cumpridas as provisões de Advogados concedidas pela Presidencia, emquanto não forem cassadas pelo poder competente.....                                | 214   |
| N. 209. — JUSTIÇA.—Aviso de 23 de Abril de 1869.—Ao Conselheiro Presidente da Relação do Rio de Janeiro.—Declara que devem ser respeitadas e cumpridas as provisões vitalicias para advogar, concedidas pela Presidencia de Minas Geraes, até que sejam cassadas pelo poder competente. | 215   |
| N. 210. — GUERRA. —Em 23 de Abril de 1869.—Declara a quem compete a presidencia de um Conselho em que funcionem dous Capitães, um de linha e outro da Guarda Nacional....                                                                                                               | 216   |
| N. 211. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular em 24 de Abril de 1869.—Providencia sobre a organização e épocas de apresentação dos relatorios dos Engenheiros incumbidos de medições e discriminações de terrenos devolutos.....                                          | 217   |
| N. 212. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 24 de Abril de 1869. —Declara que, sendo Provincial a estrada de ferro projectada de Jundiahy a Campinas, na Provincia de S. Paulo, compete a Presidencia dessa Provincia a celebração do respectivo contracto...           | 223   |

- N. 213. — GUERRA. — Em 26 de Abril de 1869. — Declara que nos ajustes de contas de cavalgadas se deve contar o tempo de duração das mesmas da data do exercício, que á ellas dá direito, e não da do abono..... 224
- N. 214. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 28 de Abril de 1869. — Declara quaes os vencimentos que competem aos Professores externos do Instituto Commercial quando incumbidos da regencia simultanea de duas ou mais cadeiras..... 224
- N. 215. — FAZENDA. — Em 29 de Abril de 1869. — Entrega de uma quantia do cofre de Orphãos á requisição do Juiz competente, sem embargo de não terem-se habilitado os herdeiros dentro dos cinco annos da data do deposito..... 225
- N. 216. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 30 de Abril de 1869. — Determina a nomeação de um Juiz Commissario para proceder á legitimação de posse de terreno nacional no termo do Assu da Provincia do Rio Grande do Norte, requerida por Francisco da Rocha Freire..... 226
- N. 217. — GUERRA. — Em o 1.º de Maio de 1869. — Fixa a importancia da fiança do Almoxarife do Hospital Militar provisório do Andarahy..... 228
- N. 218. — FAZENDA. — Em o 1.º de Maio de 1869. — Sob a denominação de imposto de transmissão de propriedade devem-se unicamente comprehender os que sempre forão cobrados por parte da renda geral..... 228
- N. 219. — FAZENDA. — Em o 1.º de Maio de 1869. — Permite que os Bancos e Sociedades anonymas, emquanto não houver estampilhas á venda, arrecadem o sello fixo dos titulos que menciona. 229
- N. 220. — FAZENDA. — Em 4 de Maio de 1869. — A cobrança do imposto sobre a venda de embarcações pertence, na Corte, á Recebedoria..... 230
- N. 221. — FAZENDA. — Em 5 de Maio de 1869. — Sobre os vencimentos que competem aos Ajudantes dos Inspectores das Alfandegas, cujos lugares forão extinctos..... 230
- N. 222. — GUERRA. — Circular em 5 de Maio de 1869. — Declara que a etapa, que se abona aos officiaes do Exército, que passam a doentes em consequencia de ferimentos recebidos em combate, ou de molestias adquiridas em campanha, deve ser correspondente aos respectivos postos. 231
- N. 223. — FAZENDA. — Em 8 de Maio de 1869. — A declaração de differenças em mercadorias submettidas a despacho nas Alfandegas, de que trata o art. 45 do Decreto n.º 3217 de 1863, não pôde ser admittida depois da designação do Conferente..... 231

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Página. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| N. 224. — FAZENDA. — Em 8 de Maio de 1869. — Aprova uma decisão da Thesouraria da Parahyba relativamente ao despacho, na respectiva Alfandega, de 67 peças de chitas transportadas de Pernambuco, e indica as disposições que devem ser observadas no processo de despachos da mesma natureza..... | 232     |
| N. 225. — FAZENDA. — Em 10 de Maio de 1869. — Modelo para os livros de escripturação dos despachantes.                                                                                                                                                                                             | 233     |
| N. 226. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Maio de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que é competente para interpor o recurso pela inclusão ou omissão na Junta revisora dos Jurados, não só o individuo incluído ou omitido, como o Promotor Publico ou qualquer cidadão.....      | 233     |
| N. 227. — GUERRA. — Em 11 de Maio de 1869. — Declara qual o empregado, que substitue de direito o Almoxarife dos Hospitaes Militares, e bem assim que ha incompatibilidade entre o exercicio de Escrivão e o de Almoxarife de um mesmo Hospital.....                                               | 236     |
| N. 228. — FAZENDA. — Em 11 de Maio de 1869. — Provimto de um recurso sobre multa de direitos dobrados por differença de qualidade em um despacho de chitas em morim.....                                                                                                                           | 237     |
| N. 229. — FAZENDA. — Em 12 de Maio de 1869. — Declara quaes os valores das estampilhas que vão servir de sello adhesivo, e o formato e signaes característicos das mesmas.....                                                                                                                     | 238     |
| N. 230. — FAZENDA. — Em 12 de Maio de 1869. — Manda abonar a porcentagem de 2 % aos particulares autorisados para venderem estampilhas do sello adhesivo no Município da Corte.....                                                                                                                | 239     |
| N. 231. — FAZENDA. — Em 12 de Maio de 1869. — Provimto de um recurso sobre multa de direitos em dobro por differença de quantidade para mais em um despacho de cassas brancas de salpicos e adamascadas.....                                                                                       | 239     |
| N. 232. — FAZENDA. — Em 12 de Maio de 1869. — Na garantia dos 2 % da Administração Provincial a estrada de ferro de Pernambuco, deve-se ter em conta a renda líquida da mesma estrada.                                                                                                             | 240     |
| N. 233. — FAZENDA. — Em 13 de Maio de 1869. — Responde a uma consulta da Presidencia do Pará acerca do despacho de mercadorias em transitio para os portos da Bolivia.....                                                                                                                         | 241     |
| N. 234. — GUERRA. — Em 13 de Maio de 1869. — Declara que os réos devendo responder por seus crimes no lugar, onde os commetterão, não devem ser removidos do fóro de delicto para outro extranho ao seu crime.....                                                                                 | 241     |
| N. 235. — FAZENDA. — Em 15 de Maio de 1869. — Aos tamaqueiros com estabelecimento devem ser                                                                                                                                                                                                        |         |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | PÁGS. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| applicadas as taxas da 3.ª classe das tabellas A e D do Regulamento annexo ao Decreto n.º 4346 deste anno.....                                                                                                                                                                                                 | 242   |
| N. 236. — GUERRA. — Em 13 de Maio de 1869. — Declara quaes os vencimentos que devem ser abonados aos aprendizes artilheiros quando completão 18 annos de idade, e desde quando se deve contar a respectiva praga.....                                                                                          | 243   |
| N. 237. — GUERRA. — Em 17 de Maio de 1869. — Declara que o Delegado do Cirurgião-mór do Exército em caso nenhum deve prestar serviços como Cirurgião em algum hospital.....                                                                                                                                    | 244   |
| N. 238. — GUERRA. — Em 18 de Maio de 1869. — Declara qual o processo que se deve seguir no inventario dos objectos á cargo do Almoxarife do Hospital Militar provisorio do Andarahy, e de que se tem de fazer entrega ao novo Almoxarife.....                                                                  | 245   |
| N. 239. — GUERRA. — Em 19 de Maio de 1869. — Declara que na forma do art. 17 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, só podem fazer parte de uma força de Guarda Nacional destacada individuos, que forem Guardas Nacionais qualificados.....                                                                | 248   |
| N. 240. — GUERRA. — Circular em 20 de Maio de 1869. Declara que a etapa, que deve ser abonada aos Officiaes do Exército, que passam a doentes, em consequencia de ferimentos recebidos em combate ou de molestias adquiridas em campanha, deve ser a menor marcada na tabella do 1.º de Maio de 1838.....      | 246   |
| N. 241. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Maio de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara que deve ser mantida a disposição restricta do art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, quanto ao juramento de Juizes Municipaes supplentes.....                                     | 247   |
| N. 242. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Maio de 1869. — Ao Juiz de Direito da 1.ª vara crime da Corte. — Declara que ao Poder Judiciario compete a intelligencia da Lei e sua applicação aos casos occurrentes.....                                                                                                | 247   |
| N. 243. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 20 de Maio de 1869. — Declara ao Presidente da Provincia do Ceará que ao Ministerio da Fazenda foi declinada a decisão sobre a decisão de titulos que pedem diversos possuidores e forcios de terrenos nacionaes em garantia de suas propriedades..... | 248   |
| N. 244. — JUSTIÇA. — Aviso de 22 de Maio de 1869. — Ao Procurador da Corôa da Relação da Bahia. — Solve duvidas acerca dos casos de suspeição no julgamento de uma appellação.....                                                                                                                             | 251   |
| N. 245. — JUSTIÇA. — Aviso de 22 de Maio de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara                                                                                                                                                                                                             |       |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | PAGS. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| que, no caso de dous Acordãos contrarios de Relações differentes, deve o Chefe de Policia cumprir o da Relação, a que estiver sujeito...                                                                                                                                                                                                                       | 231   |
| N. 216. — FAZENDA.—Em 22 de Maio de 1869.—Sobre o vencimento que compete a um Bacharel por ter officiado em um processo executivo na Provincia das Alagoas, por impedimento legal do Procurador Fiscal da respectiva Thesouraria de Fazenda .....                                                                                                              | 232   |
| N. 217. — FAZENDA.—Em 24 de Maio de 1869.—Eleva a porcentagem dos Administradores e Escrivas das Mesas de Rendas e Collectorias, e dá regras para a deducção da mesma.....                                                                                                                                                                                     | 233   |
| N. 218. — FAZENDA. — Em 24 de Maio de 1869.—Instruções para execução do Regulamento annexo ao Decreto n.º 4334 de 17 de Abril ultimo....                                                                                                                                                                                                                       | 234   |
| N. 219. — JUSTIÇA.—Em 24 de Maio de 1869. — Declara que os Officiaes da Guarda Nacional, demittidos de postos superiores, ficão tambem privados das patentes, que anteriormente lhes tinham sido conferidas e considerados simples guardas.....                                                                                                                | 236   |
| N. 220. — JUSTIÇA.—Em 24 de Maio de 1869.—Declara que os prazos marcados para os Officiaes da Guarda Nacional solicitarem as respectivas patentes, apresentarem-se fardados e prestarem juramento, comprehendem não só os de nomeação do Governo Geral como os de nomeação dos Presidentes de Provincia .....                                                  | 236   |
| N. 231. — IMPERIO.—Em 24 de Maio de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Sobre actos da Assembléa Legislativa Provincial.....                                                                                                                                                                                                                  | 237   |
| N. 232. — IMPERIO.—Aviso de 23 de Maio de 1869. — Ao Director da Faculdade do Recife.—Declara: 1.º que aos substitutos que regerem mais de uma cadeira cabem as respectivas gratificações, exceptuada a daquella de que tiver sido primeiro encarregado; 2.º que o lente que substituir outro tem direito, além de seus vencimentos, a gratificação deste..... | 239   |
| N. 233. — FAZENDA.—Em 23 de Maio de 1869.—Solve duvidas da Alfandega da Provincia do Espirito Santo a respeito dos direitos que devem ser cobrados de mercadorias salvas de naufragio e vendidas em hasta publica, e tambem do casco do navio naufragado.....                                                                                                  | 261   |
| N. 234. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 23 de Maio de 1869.—Declara que o predio n.º 44 B da Praça da Acclamação não está sujeito ao pagamento pelo servico de esgoto, por ser dependencia do de n.º 44 D...                                                                                                                                     | 262   |
| N. 235. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 28 de Maio de 1869.—                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | Exigindo dos Engenheiros ao serviço do Ministério os preços elementares das obras.....                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 262 |
| N. 236. | — GUERRA.—Em 28 de Maio de 1869.—Declara que o Official do Exercito ou da Guarda Nacional pôde exercer cumulativamente as funções de membro do Conselho, instaurado para julgamento de Officiaes e praças, quér do Exercito, quér dos Corpos de Policia, sem direito a percepção de outros vencimentos, quando exerceção outra commissão, pela qual sejam retribuidos..... | 263 |
| N. 237. | — FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1869.—Indeferimento de um recurso acerca da apprehensão de uma caixa com camisas em que foram encontradas peças de seda, do qual o Tribunal do Thesouro tomou conhecimento, não obstante a falta de certas formalidades.....                                                                                                                   | 264 |
| N. 238. | — FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1869.—As nomeações de Collectores e dos Escrivães das Collectorias são da competencia dos Inspectores das Thesourarias de Fazenda.....                                                                                                                                                                                                         | 265 |
| N. 239. | — FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1869.—Provinimento de um recurso de decisão da Alfandega das Alagoas, acerca de multa imposta por falsificação de uma guia de 63 sacos com assucar mascavado.....                                                                                                                                                                              | 266 |
| N. 260. | — FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1869.—Indefere a pretensão de um Thesoureiro relativa a dispensa de certas formalidades no processo da respectiva fiança.....                                                                                                                                                                                                                  | 267 |
| N. 261. | — FAZENDA.—Em 31 de Janeiro de 1869.—Indefere um recurso da viuva Laport, Irmãos & C. <sup>a</sup> sobre a isenção de direitos para diversas armas que pretendião mandar concertar em suas officinas de Liege, quando as mesmas armas voltassem a esta cidade.....                                                                                                         | 268 |
| N. 262. | — JUSTIÇA.—Aviso de 31 de Maio de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que ao prudente arbitrio do Juiz cabe providenciar sobre o modo de prestar juramento no Tribunal do Jury.....                                                                                                                                                                    | 268 |
| N. 263. | — JUSTIÇA.—Aviso de 31 de Maio de 1869.—Ao Juiz Municipal da 1. <sup>a</sup> Vara da Côte.—Declara que, em vista do art. 3. <sup>o</sup> do Decreto n. <sup>o</sup> 1909 de 28 de Março de 1857 o Juiz Municipal da 3. <sup>a</sup> Vara da Côte é o substituto das Varas Commercias.....                                                                                  | 269 |
| N. 264. | — FAZENDA.—Em 3 de Junho de 1869.—Comunica ás Thesourarias que, enquanto não for approved o orçamento do Ministerio da Marinha para 1869-1870, continua em vigor a tabella da distribuição a que se refere o Aviso de 11 de Outubro de 1867.....                                                                                                                           | 270 |
| N. 265. | — JUSTIÇA.—Aviso de 3 de Junho de 1869.—Declara qual a intelligencia que convém dar                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |



|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | à expressão—estrangeiros domiciliados no Império—, de que trata o art. 10 do Decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855.....                                                                                                                                                                                                                                                                 | 270 |
| N. 266. | — FAZENDA.— Em 4 de Junho de 1869.— Declara inapplicavel a doutrina das ordens de 17 de Setembro de 1861, de 29 de Agosto de 1862, e de 3 de Março ultimo—em um caso em que a partilha, decretada como foi pelo Juiz, não importava um acto pelo qual se devão considerar transmittidos certos bens por titulo oneroso.....                                                                 | 271 |
| N. 267. | — GUERRA. — Em 9 de Junho de 1869.— Consulta do Conselho Supremo Militar, sobre a representação do Commandante Superior da Guarda Nacional da capital da Provincia do Rio de Janeiro, contra o Commandante da Fortaleza de Santa Cruz, oppondo-se ás ordens expedidas por aquelle Commando Superior, aos Officiaes da Guarda Nacional, que se achão em destacamento daquella fortaleza..... | 272 |
| N. 268. | — FAZENDA. — Em 9 de Junho de 1869. — Manda continuar em vigor a distribuição dos credits autorizada pela Ordem de 24 de Agosto de 1868, com as alterações posteriormente feitas.                                                                                                                                                                                                           | 276 |
| N. 269. | — FAZENDA. — Em 9 de Junho de 1869.— A quitação de divida com hypotheca, proveniente de obrigação de que se tenha pago sello proporcional, é isenta do mesmo sello, excepto si houver acrescimo de valor ou si se realizar a hypothese do art. 9.º do Regulamento de 17 de Abril ultimo .....                                                                                               | 276 |
| N. 270. | — FAZENDA.— Em 10 de Junho de 1869.— Indefere um recurso do Escrivão dos Feitos da Fazenda de Pernambuco acerca dos direitos do seu emprego, pagos nesta Córte por lotação provisoria da Recebedoria .....                                                                                                                                                                                  | 277 |
| N. 271. | — JUSTIÇA.— Aviso de 10 de Junho de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Paraná.— Declara que é crime commum a venda de animaes, pertencentes ao Estado, feita por um ajudante de ordens da Presidencia.....                                                                                                                                                                                | 278 |
| N. 272. | — JUSTIÇA.— Em 10 de Junho de 1869.— Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Córte.— Solve duvidas acerca da redacção e assignatura de um accordão.....                                                                                                                                                                                                                                   | 278 |
| N. 273. | — GUERRA. — Em 10 de Junho de 1869.— Declara que os officiaes reformados não podem ser considerados simples pensionistas, e são obrigados á todo o serviço de guarnição, compativel com suas forças.....                                                                                                                                                                                    | 279 |
| N. 274. | — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1869.— Quando o exactor deixa de recolher em tempo o saldo da arrecadação só perde a porcentagem e paga o juro de 9 % do mesmo saldo, liquido de despesas e da porcentagem do Escrivão....                                                                                                                                                                   | 280 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 275. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1869. — Errata da Tarifa das Alfandegas ultimamente publicada.....                                                                                                                                                          | 281 |
| N. 276. — FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1869. — Declara sujeitos ao imposto de 3 % sobre os respectivos vencimentos os empregados da Repartição da Marinha mandados em commissão ao Paraguay, a fim de inventariarem o material pertencente á mesma Repartição..... | 282 |
| N. 277. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1869. — Declara que o augmento de porcentagem, de que trata o Aviso de 24 de Maio proximo findo, só deve tornar-se effectivo do 1.º de Julho em diante.....                                                                 | 283 |
| N. 278. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1869. — A concessão de despacho livre dos objectos importados pela companhia de illuminação a gaz não pôde ter lugar sem que a mesma companhia satisfaça a condição 21.ª do respectivo contracto.....                       | 283 |
| N. 279. — IMPERIO. — Em 15 de Junho de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que ha incompatibilidade entre o cargo de vereador e os de tabellião do publico, judicial e notas, e escrivão de orphãos.....                               | 284 |
| N. 280. — GUERRA. — Em 15 de Junho de 1869. — Declara como se deve proceder ao engajamento das praças de linha durante a guerra contra o Governo do Paraguay.....                                                                                                  | 284 |
| N. 281. — GUERRA. — Em 16 de Junho de 1869. — Declara como se deve effectuar o abono da gratificação adicional a officiaes da Guarda Nacional, que fazem parte do corpo provisorio de linha na Provincia do Amazonas.....                                          | 285 |
| N. 282. — GUERRA. — Em 17 de Junho de 1869. — Declarando á Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro, os effectos da Immediata e Imperial Resolução, acima transcripta.....                                                                                       | 286 |
| N. 283. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1869. — Indefere um recurso ácerca do pagamento de armazenagem, porque a demora na sahida da mercadoria proveio da má classificação que lhe deu a parte.....                                                                | 287 |
| N. 284. — GUERRA. — Em 18 de Junho de 1869. — Declara que os voluntarios da patria, que se alistarem no exercito, poderão desde logo perceber as vantagens de engajados, uma vez que renunciem as de voluntarios da patria.....                                    | 287 |
| N. 285. — JUSTIÇA. — Em 19 de Junho de 1869. — Declara contrario á letra e espirito do art. 48 do Código Criminal o cumprimento da pena de prisão em cadêa diversa da designada na sentença condemnatoria.....                                                     | 288 |
| N. 286. — IMPERIO. — Em 21 de Junho de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.                                                                                                                                                                  |     |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                 |     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | —Sobre o modo por que se deve proceder no caso de recusar a competente Camara Municipal deferir juramento e dar posse aos Vereadores e Juizes de Paz novamente eleitos.....                                                                                                     | 289 |
| N. 287. | — FAZENDA. — Em 21 de Junho de 1869. — Os Empregados do Ministerio da Guerra que gozãrão dos vencimentos da tabella annexa ao Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, só podem ser aposentados com o ordenado por inteiro depois de completarem 30 annos de serviço.....     | 290 |
| N. 288. | — MARINHA. — Aviso de 21 de Junho de 1869. — Torna extensiva aos Membros do Conselho Naval a segunda parte do Aviso regulamentar de 5 de Outubro de 1852.....                                                                                                                   | 291 |
| N. 289. | — GUERRA. — Em 22 de Junho de 1869. — Da providencias sobre o fornecimento de medicamentos ao Hospital Militar provisorio do Andarahy.....                                                                                                                                      | 292 |
| N. 290. | — FAZENDA. — Em 23 de Junho de 1869. — Despacho livre de uma cruz e duas lanternas de prata importadas da Europa para uma Igreja Matriz.....                                                                                                                                    | 293 |
| N. 291. | — FAZENDA. — Em 23 de Junho de 1869. — Recurso sobre o despacho livre de quatro machinas de vapor, e de varias peças de machinas importadas para a substituição de outras arruinadas.....                                                                                       | 293 |
| N. 292. | — FAZENDA. — Em 26 de Junho de 1869. — Annullado um Decreto de remoção de um Empregado por outro Decreto que o manda continuar no gozo e exercicio do emprego que servira, e do qual já pagara os competentes direitos, não podem estes mais ser exigidos.....                  | 294 |
| N. 293. | — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Junho de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara que compete tanto aos Juizes effectivos, como a seus substitutos o julgamento dos crimes da Lei de 2 de Julho de 1850.....                                                       | 295 |
| N. 294. | — FAZENDA. — Em 28 de Junho de 1869. — As mercadorias já despachadas para consumo não pagão mais direitos sendo transportadas de uns para outros portos da mesma Provincia.....                                                                                                 | 296 |
| N. 295. | — FAZENDA. — Em 28 de Junho de 1869. — Quando os compradores de terras devolutas não pagarem as respectivas prestações, ou se as compras, excedendo a 200%, não se tiverem realizado por escriptura, deve-se preferir a acção de nullidade das vendas á cobrança executiva..... | 297 |
| N. 296. | — IMPERIO. — Em 28 de Junho de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara que as Camaras Municipaes não são competentes para resolução de duvidas relativas á identidade dos cidadãos eleitos Vereadores ou Juizes de                                               |     |

- Paz, não se achando seus nomes exactamente escriptos nas respectivas listas de qualificação. 297
- N. 297. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1869. — Para effectuar-se o balanço e verificação dos saldos dos cofres das Thesourarias em dias indeterminados, não é necessaria a presença do Procurador Fiscal, nem o concurso da respectiva Junta; mas o Procurador Fiscal deve comparecer as sessões desta, quando fôr convidado ainda que extraordinariamente ..... 299
- N. 298. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1869. — Determina aos Inspectores das Thesourarias que fação abrir a Repartição nos dias feriados e santificados, quando fôr necessario para o recebimento ou remessa de fundos ..... 300
- N. 299. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1869. — Prorroga o prazo marcado para a substituição, sem desconto, das notas de 50000 da 6.ª estampa e de 100000 da 4.ª ..... 300
- N. 300. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1869. — O dinheiro de orphãos pôde ser empregado em fundos publicos ..... 301
- N. 301. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1869. — A isenção do sello proporcional nos casos de pagamento de meli siza dos escravos e da taxa de legados e heranças, só é applicavel no municipio da Corte, onde esses impostos pertencem a renda geral com a nova denominação de imposto de transmissão de propriedade, salva a disposição do Decreto de 4 de Março de 1868. 302
- N. 302. — GUERRA. — Em 30 de Junho de 1869. — Declara que as pracas de pret e Officiaes reformados do Exercito não podem transferir sua residência para a Corte sem licença do Governo Imperial ..... 302
- N. 303. — IMPERIO. — Em 30 de Junho de 1869. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a impossibilidade material de concluirem-se regularmente, no tempo em que se dizem feitos, os respectivos trabalhos; 2.º ser presidida a eleição por Juiz menos votado, estando em exercicio o mais votado; 3.º ser feita fóra do lugar proprio sem motivo justificado; 4.º a falta de acção especial da 3.ª chamada, 5.º a interrupção dos trabalhos sem dar-se a razão ..... 303
- N. 304. — IMPERIO. — Em 30 de Junho de 1869. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara: 1.º que, no caso de serem sujeitas ao conhecimento do Governo Imperial questões relativas a nullidade de eleições de Vereadores ou Juizes de Paz sem as ter decidido provisoriamente a presidencia da Provincia, como lhe cumpre nos termos da lei, devem conservar-se em exercicio até do quadriennio ultimo até a decisão

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | final; 2.º que sendo desobedecidas as ordens expedidas neste sentido pela presidencia, cabe mandar responsabilisar os que as contrariarem.                                                                                                                                                                             | 303 |
| N. 305. | — FAZENDA.— Em o 1.º de Julho de 1869. — As autorisações do Chefe de Policia, ou de outras autoridades para o recebimento, no Theatro, de consignações destinadas aos diversos misteres do serviço não estão sujeitas ao sello.                                                                                        | 306 |
| N. 306. | — IMPERIO.— Em 2 de Julho de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Paraná.— Declara: 1.º que a ausencia do Juiz de Paz mais votado da parochia autorisa a presidencia da mesa eleitoral por outro a quem competir; 2.º que é motivo de nullidade de eleição realisar-se esta fóra da matriz sem motivo justificado..... | 307 |
| N. 307. | — JUSTIÇA.— Em 2 de Julho de 1869.— Declara que os Presidentes de Provincia não podem transferir os Commandantes de uns para outros corpos da Guarda Nacional, nem os Officiaes do estado-maior dos Commandos Superiores para as companhias dos batalhões.....                                                         | 308 |
| N. 308. | — FAZENDA.— Em 3 de Julho de 1869. — A taxa de 60 réis devida pelos termos lavrados nas Repartições Publicas, a que se refere o § 104 da Tabella annexa ao Regulamento n.º 4356 de 24 de Abril ultimo, deve ser cobrada na razão do numero de linhas de 30 letras que contiver cada termo.....                         | 309 |
| N. 309. | — FAZENDA.— Em 3 de Julho de 1869. — Porcentagens que competem aos Collectores e seus Escriptvães pela cobrança judicial da divida activa, e pela escripturação e remessa das sommas arrecadadas.....                                                                                                                  | 309 |
| N. 310. | — FAZENDA.— Em 6 de Julho de 1869. — Os recibos das contas pagas pela Pagadoria das Tropas são isentos do sello.....                                                                                                                                                                                                   | 310 |
| N. 311. | — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 6 de Julho de 1869.— Desapprovando o acto do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte mandando transferir da caixa geral para a dos depositos o saldo verificado na verba — Obras publicas geraes e auxilio ás provincias.....                              | 311 |
| N. 312. | — GUERRA.— Em 9 de Julho de 1869.— Declara que os Escriptvães do Almoxarifado do Arsenal de Guerra da Corte devem ser responsaveis por toda a falta de escripturação e de serviço, que possa comprometter os Almoxarifes e os interesses da Fazenda Nacional.....                                                      | 314 |
| N. 313. | — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 10 de Julho de 1869. — Declarando ao Presidente do Paraná que o Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, deve ser pago dos seus vencimentos mediante attestado da Presidencia.....                                                                              | 312 |

- N. 314. — FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1869. — Os títulos assignados pelos Presidentes de Províncias e passados pelas respectivas Secretarias só estão sujeitos aos emolumentos ahí devidos... 313
- N. 315. — FAZENDA. — Em 12 de Julho de 1869. — Transmite ás Thesourarias de Fazenda notas de 5000 da 7.<sup>a</sup> estampa e 10000 da 6.<sup>a</sup> para serem reunidas ás collecções enviadas com a Circular de 13 de Abril do anno passado..... 313
- N. 316. — FAZENDA. — Em 13 de Julho de 1869. — Permite que o fiador do Thesoureiro da Thesouraria do Rio Grande do Norte assigne o competente termo, sem embargo de não estarem tomadas as contas do mesmo Thesoureiro pela sua gestão em igual emprego na Província do Amazonas..... 314
- N. 317. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1869. — Determina que continue em circulação na Província do Pará a antiga moeda de cobre do cunho portuguez, carimbada em virtude do Alvará de 18 de Abril de 1809, enquanto não fôr substituída pela nova moeda de bronze..... 315
- N. 318. — FAZENDA. — Em 15 de Julho de 1869. — A prova de idoneidade dos fiadores de contractantes com a Fazenda Nacional, deve preceder á assignatura do contracto..... 316
- N. 319. — FAZENDA. — Em 15 de Julho de 1869. — Sobre a intelligencia do art. 33 do Regulamento de 17 de Abril ultimo, relativamente á expressão — papel em branco..... 316
- N. 320. — FAZENDA. — Em 15 de Julho de 1869. — Approva a deliberação da Presidencia de Mato Grosso, de espaçar o prazo para a substituição, sem desconto, das notas de 1000 e 2000 da 2.<sup>a</sup> estampa e de 10000 da 3.<sup>a</sup>, marcado na Circular de 12 de Setembro de 1868..... 317
- N. 321. — GUERRA. — Circular em 15 de Julho de 1869. — Determina que sejam remettidos directamente á Bibliotheca da Marinha os relatorios e mais trabalhos impressos, que mereção ser conservados em archivo publico..... 318
- N. 322. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1869. — As notas do Banco do Brasil, ou das suas caixas filiaes, substituídas nas Thesourarias por outras novas do mesmo Banco devem ser remettidas directamente á Caixa da Amortização..... 318
- N. 323. — JUSTIÇA. — Em 16 de Julho de 1869. — Declara: 1.<sup>o</sup> que não está no caso de perder o posto o Official da Guarda Nacional que, ao tempo em que foi instaurado o processo do Conselho de Investigação para verificar a ausencia commettida, apresenta-se e justifica a falta perante o respectivo Commandante; 2.<sup>o</sup> que está sujeito aquella pena o que se ausenta

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Pags. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| do districto do Corpo, embora se ache presente no do Commando Superior.....                                                                                                                                                                                                                              | 319   |
| N. 324. — JUSTIÇA.—Aviso de 16 de Julho de 1869.—Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que os Juizes supplentes podem presidir ás juntas revisoras dos jurados e que nenhuma incompatibilidade ha em fazer parte della o mesmo individuo que a organisou.....                                     | 320   |
| N. 325. — JUSTIÇA.—Circular de 17 de Julho de 1869.—Declara quaes as nomeações de Officiaes da Guarda Nacional em que deve ser observada a ordem gradual de accesso.....                                                                                                                                 | 321   |
| N. 326. — FAZENDA.—Em 19 de Julho de 1869.—As ordens da Policia para soltura de escravos fugidos, inliviuos presos por embriaguez e mariuhiros estrangeiros insubordinados pagão o sello de 200 réis; sao, porém, isentas do imposto, quando expedidas <i>ex-officio</i> em favor de pessoas pobres..... | 322   |
| N. 327. — FAZENDA.—Em 19 de Julho de 1869.—Os vales postaes, creados pelo Regulamento n.º 3443 de 12 de Abril de 1865, art. 25, são isentos de sello.....                                                                                                                                                | 322   |
| N. 328. — FAZENDA.—Em 20 de Julho de 1869.—Sobre a classificação de algumas despesas do Ministerio da Guerra do exercicio de 1868—69.....                                                                                                                                                                | 323   |
| N. 329. — FAZENDA.—Em 20 de Julho de 1869.—Sobre a cobrança do sello de titulos que houverem pago taxa inferior a devida.....                                                                                                                                                                            | 323   |
| N. 330. — GUERRA.—Em 20 de Julho de 1869.—Recommenda a observancia do que dispõe a Ordem do dia n.º 270 de 20 de Julho de 1861, que se mandou ficar em inteiro vigor pela de n.º 477 de 4 de Outubro de 1863, acerca das inspecções das praças de pret do Exercito.....                                  | 325   |
| N. 331. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 21 de Julho de 1869.—Declarando que o engenheiro José arnheiro da Rocha pôde contractar-se para o serviço particular da companhia da estrada de ferro do Recife a S. Francisco.....                                                          | 325   |
| N. 332. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 22 de Julho de 1869.—Declarando ao Presidente de Pernambuco que as despesas provenientes das differenças de cambio, levadas á conta do custeio estão sujeitas á fiscalisação dos Agentes do Governo como quaesquer outras.....               | 327   |
| N. 333. — IMPERIO.—Em 24 de Julho de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Para.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º não se ter lavrado acta especial da 3.ª chamada dos votantes; 2.º não se ter feito a apuração das cédulas pelo modo prescripto na Lei.....                             | 328   |

- N. 334. — IMPERIO. — Em 24 de Julho de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara: 1.º, que o não comparecimento dos tres Juizes de Paz mais votados embora sem motivo allegado e sem expresso convite é bastante para firmar a competencia do meos votado á presidencia da assembléa parochial; 2.º, que o facto de ter sido chamado, contra o disposto na lei, um supplente para substituir, na formação da mesa, o eleitor fallecido, não determina a annullação da eleição por não ter o voto do referido supplente influido na organização della; 3.º, que não é motivo de nullidade ser a somma dos votos apurados inferior a dos recebidos quando a differença não altera o resultado da eleição..... 329
- N. 335. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1869. — Suspense até ulterior revisão da Tarifa, a clausula 2.ª do art. 33 das respectivas Disposições preliminares..... 331
- N. 336. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1869. — O art. 1.º, classe 1.ª, do Decreto n.º 4334 de 17 de Abril ultimo comprehendendo, para o pagamento do sello proporcional, além dos titulos que menciona, todos os que importarem obrigação por sommas e valores; devendo-se quanto aos contractos celebrados com o Governo, ou com as Reparações Publicas, observar, nos casos em que fór applicavel, a disposição do art. 68... 331
- N. 337. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1869. — Declara sujeito ao sello proporcional o contracto celebrado pela Mesa do Senado com o proprietario do *Diario do Rio de Janeiro*, para a publicação dos debates e impressão dos Annaes da actual sessão legislativa..... 332
- N. 338. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1869. — Como divida de exercicios findos só se considera a despesa que se xou de ser paga por falta de fundos, ou porque os credores não procurassem o seu embolso..... 333
- N. 339. — GUERRA. — Em 27 de Julho de 1869. — Declara que as gratificações da Tabella de 11 de Fevereiro de 1863, marcadas aos empregados do Presidio de Fernando de Noronha devem ser consideradas para aquelles empregados como substitutivas das de exercicio..... 334
- N. 340. — FAZENDA. — Em 28 de Julho de 1869. — Indica o meio pelo qual podem os Empregados do Presidio de Fernando de Noronha, cobrar os seus vencimentos, e o preceito que deve ser observado relativamente ao sello dos documentos alli passados..... 335
- N. 341. — FAZENDA. — Em 28 de Julho de 1869. — dá instruccões para o arrendamento da fazenda do Estado denominada—S. Pedro—situa na Provincia do Pará..... 336



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 342. — GUERRA. — Em 30 de Julho de 1869. — Declara quaes os vencimentos a que tem direito os Officiaes reformados, veteranos da Independencia, quando se achão em tratamento nos hospitaes.....                                                                                                                                                                               | 337 |
| N. 343. — JUSTIÇA. — Aviso de 31 de Julho de 1869. — Ao Chefe de Policia da Côrte. — Declara que devem ser sujeitas ao sello de 200 réis, segundo informação do Ministerio da Fazenda as ordens expedidas para soltura de escravos, presos por embriaguez e marinheiros estrangeiros; ficando isentas deste imposto quando forem á favor de pessoas reconhecidamente pobres..... | 338 |
| N. 344. — IMPERIO. — Em 2 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Mato Grosso. — Declara que, á vista da disposição do art. 6.º do Acto Adicional, não compete aos Presidentes de Provincia conhecer de questões relativas ás eleições dos membros das Assembléas Provinciales.....                                                                                   | 339 |
| N. 345. — FAZENDA. — Em 2 de Agosto de 1869. — Os requerimentos dos escravos da nação, que sollicitarem alforria, devem ser acompanhados da competente avaliação effectuada perante o Juizo dos Feitos da Fazenda.....                                                                                                                                                           | 340 |
| N. 346. — GUERRA. — Em 3 de Agosto de 1869. — Declara ter-se procedido regularmente recolhendo-se á Pagadoria Militar o espolio de um official que falleceu em serviço de campanha, tendo feito testamento, ficando salvo aos interessados o direito proveniente do mesmo testamento....                                                                                         | 340 |
| N. 347. — JUSTIÇA. — Em 4 de Agosto de 1869. — Manda respeitar a posse da liberdade em que se acha um individuo de côr, suspeito de desertor da armada Norte-Americana e reclamado nesta côrte como escravo.....                                                                                                                                                                 | 341 |
| N. 348. — JUSTIÇA. — Em 4 de Agosto de 1869. — Declara que na execução das sentenças crimes no fóro commum devem os Juizes regular-se pelas disposições do Cap. 14 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842.....                                                                                                                                                          | 342 |
| N. 349. — JUSTIÇA. — Em 4 de Agosto de 1869. — Declara que o Presidente da Provincia pôde, segundo a lei, designar para exercer interinamente o lugar de Commandante Superior qualquer Official Superior, embora não seja o mais graduado, competindo á este assumir aquelle exercicio somente na falta de designação.....                                                       | 343 |
| N. 350. — IMPERIO. — Em 4 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara que os Parochos, posto hajão licença da Autoridade ecclesiastica, nada podem receber dos cofres do Estado si não tiverem obtido licença tambem da Autoridade civil, nem ausentar-se de suas parochias sem o participarem a esta.....                                      | 343 |

- N. 331. — IMPERIO. — Em 4 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que os Parochos são empregados publicos, como taes sujeitos á disposição do art. 137 do Código Criminal; e por isso não podem ausentar-se de suas parochias sem licença do Poder civil além da que devem ter da autoridade ecclesiastica..... 344
- N. 332. — GUERRA. — Em 4 de Agosto de 1869. — Declara o modo por que deve ser feita a distribuição de costuras no Arsenal de Guerra da Corte..... 345
- N. 333. — GUERRA. — Em 5 de Agosto de 1869. — Declara que nos termos de inspecção de saúde, á que forem submettidas as praças em tratamento no Hospital Militar de Santa Catharina, e que forem julgadas incapazes, se deverá consignar se poderão ganhar facilmente meios de subsistencia..... 346
- N. 334. — GUERRA. — Em 5 de Agosto de 1869. — Declara que as praças criminosas, ou indiciadas como taes, não podem apresentar substitutos para o serviço do exercito..... 347
- N. 335. — JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Agosto de 1869. — Ao Presidente de Minas Geraes. — Declara que competem ao Juiz Municipal, que substitue ao de Direito, todos os vencimentos do cargo, quando o effectivo não percebe ordenado; e no caso contrario sómente a gratificação e emolumentos, além do ordenado do lugar de Juiz Municipal. 347
- N. 336. — IMPERIO. — Em 6 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que é motivo de nullidade de eleição fazer-se a terceira chamada dos votantes no mesmo dia em que se tiver realisado a segunda..... 348
- N. 337. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 6 de Agosto de 1869. — Recommenda o emprego de providencias a fim de serem Schmidt Kramer & C.<sup>a</sup> compellidos a abrir mão das terras do Estado que illegitimamente occupão no lugar denominado — Padre Eterno — e respeitados os titulos e posse de outras pertencentes ao Barão de Jacuhy & C.<sup>a</sup>.. 349
- N. 338. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 7 de Agosto de 1869. — Approvando as tarifas telegraphicas para a transmissão dos despachos pelas linhas da empresa Kieffer..... 351
- N. 339. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1869. — Dá provimento a um recurso relativo á apprehensão, na Alfandega de Aracajú, de diversos objectos nacionaes e estrangeiros, novos e usados, encontrados na bagagem de um passageiro do vapor *Damas*, procedente da Bahia, parte dos quaes em fundos falsos de bahús..... 352

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 360. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1869. — Indica a pratica seguida pelo Thesouro, e que as Thesourarias podem adoptar, para a fiscalisação das contas das Mesas de Rendas e Collectorias, depois que foi supprimido o Livro de contas correntes com os Administradores e Collectores.                                         | 334 |
| N. 361. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1869. — Declara inapplicaveis as regras da prescripção a um caso, em que as partes interessa as não poderão fazer valer os seus direitos de dominio sobre um objecto litigioso.                                                                                                             | 338 |
| N. 362. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1869. — A taxa dos escravos não é cobravel nas povoações que não tiverem, pelo menos, 25 casas habitadas e approximadas umas das outras; e a demarcação dos limites para tal cobrança, deve ser feita pelo Collector e dous cidadãos residentes no lugar, designados pela Camara Municipal. | 356 |
| N. 363. — IMPERIO. — Em 9 de Agosto de 1869. — Ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Declara quaes as disposições Legislativas pelas quaes se regula a capacidade dos estrangeiros, especialmente para contrahirem matrimonio.                                                                                                | 357 |
| N. 364. — IMPERIO. — Em 10 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que os Parochos, que se ausentao de suas parochias sem licença da autoridade civil, não tem direito a percepção dos seus vencimentos.                                                                                               | 358 |
| N. 365. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1869. — Sendo as Secretarias das Presidencias Repartições provinciaes, não são exigiveis emolumentos das patentes que expedem de Officiaes da Guarda Nacional.                                                                                                                             | 359 |
| N. 366. — GUERRA. — Em 13 de Agosto de 1869. — Declara que o pagamento das praças reformadas deve ser feito d'ora em diante pela Pagadoria das Tropas da Corte.                                                                                                                                                                    | 360 |
| N. 367. — FAZENDA. — Em 13 de Agosto de 1869. — O Escrivao da Mesa de Rendas ou Collectoria que obtem licença não pôde entrar no gozo della sem ter nomeado, sob sua responsabilidade, pessoa idonea que o substitua.                                                                                                              | 361 |
| N. 368. — FAZENDA. — Em 13 de Agosto de 1869. — Os vapores que a Companhia de navegação — Bahiana — adquirir para o seu serviço, são isentos do imposto sobre a compra e venda das embarcações.                                                                                                                                    | 362 |
| N. 369. — FAZENDA. — Em 14 de Agosto de 1869. — O valor locativo arbitrado, para o pagamento do imposto pessoal, á parte de um predio habitado por negociante, que no mesmo predio tem o negocio, deve ser deduzido da importancia total do aluguel — no lançamento do imposto de indústrias e profissões.                         | 362 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 370. — FAZENDA.—Em 16 de Agosto de 1869.—Simplifica o systema da escripturação da Typographia Nacional, supprimindo alguns dos respectivos livros.....                                                                                                                                                              | 363 |
| N. 371. — FAZENDA.—Em 17 de Agosto de 1869.—Nega isenção de direitos para uns tijolos á imitação de mosaico, importados de Inglaterra por uma Irmandade, para o ladrilho do Corpo da respectiva Igreja.....                                                                                                            | 364 |
| N. 372. — FAZENDA.—Em 18 de Agosto de 1869.—A isenção de direitos concedida a Companhia de Illuminação a gaz da Capital do Maranhão, deve contar-se da data da Lei que a decretou, e a restituição dos direitos pagos por machinismos anteriormente importados só pôde verificar-se por acto do Poder Legislativo..... | 365 |
| N. 373. — FAZENDA.—Em 19 de Agosto de 1869.—As vagas que se forem dando no pessoal dos Guardas das Alfandegas, não devem ser preenchidas emquanto não se achar o mesmo pessoal reduzido ao numero fixado pelo Decreto de 6 de Maio de 1868 .....                                                                       | 365 |
| N. 374. — FAZENDA.—Em 19 de Agosto de 1869.—Sobre a substituição dos Thesoureiros das Thesourarias de Fazenda em seus impedimentos legaes.....                                                                                                                                                                         | 366 |
| N. 375. — MARINHA.—Aviso de 20 de Agosto de 1869.—Declara o vencimento que se deve abonar aos machinistas contractados, quando respondendo a conselho de guerra.....                                                                                                                                                   | 367 |
| N. 376. — MARINHA.—Aviso de 20 de Agosto de 1869.—Estabelece o pessoal, que deve ser empregado no serviço de praticagem dos navios da Armada no Rio da Prata e em seus afluentes, e marca os vencimentos que lhe devem ser abonados..                                                                                  | 368 |
| N. 377. — GUERRA.—Em 20 de Agosto de 1869.—Declara o modo de proceder a respeito do espólio de um official prisioneiro de guerra paraguayo..                                                                                                                                                                           | 369 |
| N. 378. — IMPERIO.—Em 21 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara ser irregular o procedimento de um membro da Assembléa Provincial que, sem licença desta, deixou de comparecer ás sessões e reassumio as funcções do seu emprego de Juiz Municipal.....                                    | 370 |
| N. 379. — IMPERIO.—Em 21 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que é motivo de nullidade de eleição o facto de apparecer uma cedula de mais, que influa no resultado daquella .....                                                                                                   | 371 |
| N. 380. — FAZENDA.—Em 21 de Agosto de 1869.—Responde aos Avisos do Ministerio da Agricultura a respeito da isenção de direitos pretendida pela companhia da estrada de ferro do Jardim Bo-                                                                                                                             |     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                         | PÁGS. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| lanico para os objectos por ella importados para o respectivo serviço.....                                                                                                                                                                                                              | 371   |
| N. 381. — FAZENDA.—Em 21 de Agosto de 1869.—A disposição da Circular n.º 40 de 20 de Novembro de 1868 é extensiva ao exercício de 1868—1869 e aos subsequentes.....                                                                                                                     | 373   |
| N. 382. — IMPERIO. —Em 23 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que a criação de novas parochias, ou a mudança de suas divisas, só produz effeitos electoraes quando todo o territorio em que se deu a alteração pertence ao mesmo collegio electoral..... | 373   |
| N. 383. — IMPERIO.—Em 23 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara ser motivo de nullidade de eleição fazer-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia em que se tiver realizado a 2.ª.....                                                                | 374   |
| N. 384. — IMPERIO.—Em 23 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Declara que é regular mandar-se proceder á apuração de uma eleição por outra Camara Municipal, quando a do lugar relucta em fazel-a.....                                                               | 375   |
| N. 385. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 23 de Agosto de 1869.—Declarando ao Director dos Telegraphos que é da sua competencia a execução das Instruções que baixarão com o Aviso de 3 de Dezembro de 1868.....                                                      | 376   |
| N. 386. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 24 de Agosto de 1869.—Declarando ao Presidente da Bahia de que pessoal se deve compôr a commissão da tomada de contas da estrada de ferro da mesma Provincia.....                                                           | 376   |
| N. 387. — JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara que ao Poder Executivo não compete tomar conhecimento de questões pertencentes ao Poder Judiciario.....                                                                               | 377   |
| N. 388. — JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Agosto de 1869.—Ao Ministerio dos Negocios da Guerra.—Declara que perde o direito á nomeação o empregado deste Ministerio que, dentro do prazo legal, não entrar em exercício do cargo para que foi nomeado.....                                      | 378   |
| N. 389. — JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Agosto de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que deve ser mantida a intelligencia do Aviso de 30 de Julho de 1868 acerca dos effeitos de pronuncia.....                                                                            | 378   |
| N. 390. — FAZENDA.—Em 25 de Agosto de 1869.—Os requerimentos pedindo certidões e attestados não pagão sello além daquelle, a que estão                                                                                                                                                  |       |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | sujeitos as certidões, attestados e outros documentos de qualquer designação, que nos mesmos se lavrarem.....                                                                                                                                                                                                     | 379 |
| N. 391. | — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1869. — Vencimentos que competem aos Ajudantes dos Administradores de Capatazias e Fieis de Armazens, quando substituem os mesmos Administradores.....                                                                                                                            | 380 |
| N. 392. | — GUERRA. — Em 28 de Agosto de 1869. — Declara como se deve considerar o alistamento de uma praça, que já tendo servido no exercito não completou o tempo de seu primeiro alistamento.....                                                                                                                        | 381 |
| N. 393. | — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 28 de Agosto de 1869. — Declarando o modo como deve ser pago dos seus vencimentos o engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho.....                                                                                                                          | 382 |
| N. 394. | — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1869. — Os titulos expedidos pelas Secretarias das Presidencias não estão sujeitos ao imposto creado pelo Decreto n.º 4336 de 24 de Abril ultimo.                                                                                                                                 | 382 |
| N. 395. | — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1869. — Declara não estar ainda em vigor a Tabella dos vencimentos dos Officiaes do Corpo de Fazenda da Armada, a que se refere o Decreto n.º 4173 do anno passado.....                                                                                                           | 383 |
| N. 396. | — IMPERIO. — Em 31 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Declara ser motivo de nullidade de eleição organizar-se a Mesa parochial por modo diverso do que preceitua a Lei.....                                                                                                              | 383 |
| N. 397. | — IMPERIO. — Em 31 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º organizar-se a Mesa parochial por modo diverso do que preceitua a Lei; 2.º presidir a Juiz de Paz menos votado, achando-se o mais votado em exercicio de suas attribuições..... | 384 |
| N. 398. | — IMPERIO. — Em 31 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara que, não comparecendo os Juizes de Paz mais votados, cabe ao menos votado tomar a presidencia da Assembléa parochial.....                                                                                                  | 385 |
| N. 399. | — IMPERIO. — Em 31 de Agosto de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara: 1.º que podem servir conjunctamente como Vereadores — tio e sobrinho —; 2.º que são nullos os votos dados para Vereador a pessoa não qualificada; 3.º que os parochos não podem exercer as funcções de Vereador.....   | 386 |
| N. 400. | — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 31 de Agosto de 1869. — Tornando extensiva a estrada de ferro da Bahia                                                                                                                                                                                      |     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | PAGS. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| o pagamento das despesas com as diferenças de cambio pela remessa da receita liquida da mesma estrada .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 387   |
| N. 401. — GUERRA. — Em 2 de Setembro de 1869. — Declara o modo por que deve ser considerado o tempo de duração das cavalgadas abonadas ao Commandante em chefe das forças em operações no Paraguay .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 387   |
| N. 402. — FAZENDA. — Em 3 de Setembro de 1869. — A isenção dos direitos de Alfandega não importa a de expediente .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 388   |
| N. 403. — FAZENDA. — Em 6 de Setembro de 1869. — Responde a uma consulta do Fiscal do Banco da Bahia sobre o tempo em que devem começar a vigorar as reformas feitas nos Estatutos do Banco, e sobre a eleição dos novos directores. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 389   |
| N. 404. — IMPERIO. — Em 9 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara: 1.º que as Camaras Municipaes cumpre proceder á apuração dos votos das eleições de Vereadores e Juizes de Paz, não obstante allegarem-se irregularidades; 2.º que para a eleição de Vereador a lei não exige que sejam continuos os dous annos de residencia no termo; 3.º que pai e filho, irmão ou cunhado, não devendo servir conjunctamente como Vereadores, mas só o mais votado, podem ser chamados para substituirem-se em caso de impedimento..... | 390   |
| N. 405. — IMPERIO. — Em 9 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas. — Declara: 1.º que a attribuição, conferida aos Presidentes de Provincia, de decidirem provisoriamente da validade das eleições de Vereadores e Juizes de Paz só pôde ser exercida na hypothese da parte final do art. 118 da Lei de 18 de Agosto de 1846; 2.º que é motivo de nullidade fazer parte da Mesa parochial um liberto .....                                                                                                                                        | 391   |
| N. 406. — FAZENDA. — Em 10 de Setembro de 1869. — Os Oppositores da Escola de Marinha quando substituem os Lentes só tem direito aos vencimentos destes, embora exerção ao mesmo tempo os deveres do seu lugar.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 392   |
| N. 407. — JUSTIÇA. — Em 11 de Setembro de 1869. — Firma a intelligencia do Aviso de 9 de Julho ultimo a respeito das declarações que devem conter os attestados de obitos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 393   |
| N. 408. — FAZENDA. — Em 13 de Setembro de 1869. — As quitações passadas pelos pensionistas do Montepio de quantias superiores a 50\$000, bem como os requerimentos, certidões, attestados e mais documentos que pelo mesmo transitão devem pagar o sello fixo.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 393   |
| N. 409. — FAZENDA. — Em 15 de Setembro de 1869. — As certidões, replicas e informações, os attestados e autos, que se escreverem na meia folha                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |       |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | do requerimento ou mandado judicial, em virtude do qual forem passados, não estão sujeitos ao imposto do sello.....                                                                                                                                                                                                        | 394 |
| N. 410. | — FAZENDA. — Em 15 de Setembro de 1869. — Dá provimento a um recurso de decisão da Alfandega da Corte que obrigou a parte a pagar direitos de reexportação de mercadorias em transitio, e declara não ser necessário o deposito em entreposto para gozarem as mercadorias do favor do art. 622 do Regulamento de 1860..... | 394 |
| N. 411. | — FAZENDA. — Em 16 de Setembro de 1869. — A circumstancia de serem feitos nas provincias os requerimentos em que se peção certidões á Repartições da Corte, nada influe para a cobrança do sello e emolumentos a que taes documentos estão sujeitos.....                                                                   | 395 |
| N. 412. | — IMPERIO. — Em 16 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que é motivo de nullidade de eleição fazer parte da Mesa parochial pessoa não qualificada.....                                                                                                                             | 396 |
| N. 413. | — IMPERIO. — Aviso de 16 de Setembro de 1869. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. — Declara que os Lentes de chimica mineral, de chimica organica, e de medicina legal tem todos o direito de fazer a proposta de que trata o art. 239 do Regulamento complementador dos Estatutos.....                       | 397 |
| N. 414. | — FAZENDA. — Em 17 de Setembro de 1869. — O empregado licenciado não póde continuar no exercicio do seu lugar depois de ter a licença o — cumpre-se — da autoridade competente, salvo o caso de renuncia.....                                                                                                              | 398 |
| N. 415. | — FAZENDA. — Em 17 de Setembro de 1869. — Declara que o art. 17 § 4.º da Lei n.º 1307 de 26 de Setembro de 1857 não comprehende os cemiterios ou seções publicos ou particulares das Irmandades e Confrarias.....                                                                                                          | 399 |
| N. 416. | — FAZENDA. — Em 20 de Setembro de 1869. — A pauta semanal para a cobrança dos direitos de exportação dos generos do paiz deve ter por base o systema metrico.....                                                                                                                                                          | 400 |
| N. 417. | — FAZENDA. — Em 20 de Setembro de 1869. — O sello devido dos titulos de nomeação de Colaboradores é o fixo, visto que taes nomeações tem o caracter de provisórias.....                                                                                                                                                    | 400 |
| N. 418. | — IMPERIO. — Em 21 de Setembro de 1869. — A' Ilustrissima Camara Municipal. — Explica em que casos cabe o recurso, para o Governo Imperial, dos actos da mesma Camara.....                                                                                                                                                 | 401 |
| N. 419. | — JUSTICA. — Aviso de 21 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que a simples allegação de                                                                                                                                                                                         |     |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PÁGS. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| falta de zelo ou de conveniencia do serviço publico não é motivo sufficiente para a destituição de um Escrivão do Juizo de Paz.....                                                                                                                                                                             | 402   |
| N. 420. — JUSTIÇA. — Aviso de 22 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que a Lei n.º 4237 de 24 de Setembro de 1864 e seu Regulamento, innovando o regimen hypothecario, revogarão tudo o que estava estabelecido na legislação anterior.....                            | 403   |
| N. 421. — JUSTIÇA. — Aviso de 22 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não pôde a autoridade administrativa intervir em um conflicto entre autoridades Judiciaes.....                                                                                                    | 404   |
| N. 422. — IMPERIO. — Em 23 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que a ausencia da Provincia, e a falta de comparecimento por doença, justificão a substituição de membros do Conselho de recurso ..                                                                           | 404   |
| N. 423. — FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1869. — Providencia sobre o arrendamento do proprio nacional denominado Jardim Botânico, da capital da Provincia de Minas.....                                                                                                                                        | 405   |
| N. 424. — FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1869. — A expedição de ordens para o pagamento, pelas Mesas de Rendas e Collectorias, dos funcionarios residentes fóra das capitães e da competencia das Thesourarias de Fazenda, e não das Presidencias de Provincias.....                                           | 406   |
| N. 425. — FAZENDA. — Em 27 de Setembro de 1869. — Trata de dous casos de sonegação de siza, declarando não ser exigivel o imposto quanto ao 1.º, e dever-se quanto ao 2.º cobrar a multa de 10 %.....                                                                                                           | 407   |
| N. 426. — FAZENDA. — Em 27 de Setembro de 1869. — Revoga, por contraria a lei, uma decisão da Alfandega da Corte relativa ao despacho de 200 duzias de tesouras, que devendo pagar direitos segundo a classificação da commissão da tarifa, os pagarão <i>ad valorem</i> em virtude do parecer de arbitros..... | 408   |
| N. 427. — GUERRA. — Em 27 de Setembro de 1869. — Declara quaes os vencimentos, que competem aos Repetidores da Escola Preparatoria annexa à Militar.....                                                                                                                                                        | 410   |
| N. 428. — FAZENDA. — Em 28 de Setembro de 1869. — A isenção dos direitos de consumo não pôde importar a dos direitos de expediente, pois são de natureza diversa.....                                                                                                                                           | 410   |
| N. 429. — IMPERIO. — Em 29 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara ser motivo de nullidade de eleição a omissão, na respectiva acta, dos nomes dos votantes que não tiverem acudido a 3.ª chamada.....                                                                           | 411   |

- N. 430. — IMPERIO. — Em 29 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Maranhão. — Declara que são motivos de nullidade de eleição: 1.º realisar-se esta em casa particular sem motivo justificado; 2.º a precipitação no seu processo, transgredidas as formulas da Lei..... 412
- N. 431. — IMPERIO. — Em 29 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Maranhão. — Declara: 1.º, que o membro da Mesa parochial, que fica impedido, não pôde tomar parte na votação para nomeação de quem o deve substituir; 2.º, que o empate nesta votação deve decidir-se por meio da sorte; 3.º, que o presidente da Assembléa parochial deve fazer de viva voz o annuncio para a 3.ª chamada; 4.º, que não é essencial transcreverem-se na acta da apuração as profissões dos votados..... 413
- N. 432. — IMPERIO. — Em 30 de Setembro de 1869. — Ao Presidente da Província da Parahyba. — Declara: 1.º, que não é nulla a eleição feita fóra da matriz, havendo motivo justificado; 2.º, que é motivo de nullidade presidir a Mesa parochial Juiz de Paz de outro districto, achando-se o mais votado da matriz no exercicio de suas attribuições ..... 413
- N. 433. — FAZENDA. — Em 30 de Setembro de 1869. — Manda abonar á filha de um Empregado de Alfandega que falleceu em Assumpção, como prisioneiro, os vencimentos de seu pai contados do dia em que cahio em poder dos Paraguayos até ao da vespera do fallecimento..... 416
- N. 434. — GUERRA. — Em o 1.º de Outubro de 1869. — Declara quaes os vencimentos, que competem ao Vice-Presidente de uma Província quando accumula esse exercicio com o de Commandante das Armas da mesma Província..... 417
- N. 435. — GUERRA. — Em o 1.º de Outubro de 1869. — Declara qual o soldo e etapa, que se deve abonar aos Guardas Nacionaes, que vem escoltando recrutas para o Exercito..... 417
- N. 436. — IMPERIO. — Em o 1.º de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província de Goyaz. — Declara que por sua natureza não são incompativeis os cargos de Agente do Correio e de Vereador ..... 418
- N. 437. — IMPERIO. — Em o 1.º de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província do Amazonas. — Declara que ao cidadão que aceitou cargo de Fazenda, depois de eleito Juiz de Paz, não pôde aproveitar a disposição da 2.ª parte da clausula 6.ª do art. 9.º das Instrucções de 31 de Dezembro de 1868..... 419
- N. 438. — IMPERIO. — Em 4 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que o substituto do Juiz Municipal,

- durante o período das sessões da Camara Municipal de que fôr membro, deve considerar-se impedido para entrar no exercício daquelle cargo, e passar a jurisdição a seu immediato. 420
- N. 439. — IMPERIO. — Em 4 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara ser motivo de nullidade de eleição: concorrerem para a formação da Mesa parochial eleitores da legislatura finda, contra a disposição do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836. .... 421
- N. 440. — IMPERIO. — Em 4 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro. — Declara que é permitido a quaesquer Corporações de mão-morta permutarem seus bens por apolices da divida publica, as quaes serão intransferiveis. 422
- N. 441. — FAZENDA. — Em 4 de Outubro de 1869. — A isenção do sello proporcional, nos casos de pagamento de meia siza dos escravos e da taxa de legados e heranças, só é applicavel no Município da Côte, onde esses impostos pertencem à renda geral com a denominação de imposto de transmissão de propriedade, salva a disposição do Decreto n.º 4113 do anno passado.... 422
- N. 442. — FAZENDA. — Em 6 de Outubro de 1869. — Determina que as differenças de cambio das despesas effectuadas pelo Thesouro no exterior, sejam levadas à conta dos Ministerios a que as despesas pertencerem, e da regras para o complemento desta providencia. .... 423
- N. 443. — JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Outubro de 1869. — Ao Ministério dos Negocios Estrangeiros. — Declara que são competentes os Juizes e Tribunaes brasileiros para intervir em actos privados de subditos de nações estrangeiras. .... 424
- N. 444. — JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara que devem ser apostilladas as patentes dos Officiaes da Guarda Nacional transferidos nos mesmos postos do serviço activo para o da reserva e vice-versa; e que a excepção sómente do caso especial do art. 43 do Decreto n.º 1130 de 12 de Março de 1853 todas as demais apostillas estão sujeitas ao pagamento de sello e emolumentos. .... 425
- N. 445. — IMPERIO. — Em 6 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Parana. — Declara: 1.º que a posse dos direitos de cidadão brasileiro faz presumir a nacionalidade; 2.º, que as Camaras Municipaes não compete conhecer de tal objecto ..... 426
- N. 446. — IMPERIO. — Em 7 de Outubro de 1869. — Ao Director da Faculdade da Bahia. — Declara: 1.º que os oppositores devem fazer o serviço de preparador: mas, quando exigirem as necessi-

- dades do ensino, pôde contractar-se para este serviço pessoa estranha á Faculdade com o vencimento de oppositor; 2.º que os lugares de oppositor não são vitalícios..... 428
- N. 417. — GUERRA. — Circular em 7 de Outubro de 1869. — Declara quaes os termos, em que podem os Presidentes de Provincia autorisar despesas urgentes e extraordinarias, para as quaes não se tenha concedido credito..... 429
- N. 418. — IMPERIO. — Em 8 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara ser motivo de nullidade de eleição organizar-se a Mesa parochial por modo diverso do que é estabelecido no art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, nos casos a que este artigo se refere..... 430
- N. 419. — IMPERIO. — Em 8 de Outubro de 1869. — Ao Director da Faculdade da Bahia. — Declara que o oppositor encarregado de preparar as taboas meteorologicas está sujeito, pelas faltas que commetter, ás disposições dos arts. 227 e 228 do Decreto n.º 1761 de 14 de Maio de 1856.... 431
- N. 430. — GUERRA. — Circular em 8 de Outubro de 1869. — Manda cessar as commissões de postos dos Cirurgiões Militares, por só serem admissiveis em serviço de guerra..... 432
- N. 431. — GUERRA. — Em 9 de Outubro de 1869. — Declara que a Directoria do Arsenal de Guerra da Corte pôde nos contractos, que celebrar, incluir clausulas para sua perfeita execução, bem como multar os fornecedores, que não apresentarem generos de primeira qualidade... 432
- N. 432. — IMPERIO. — Em 9 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara: 1.º, que as Camaras Municipaes nada têm que deliberar sobre validade de eleições; 2.º, que ás mesmas Camaras não compete remetter cópias de actas ao Promotor Publico para procedimento criminal; 3.º, que, antes da decisão final do Governo Imperial sobre validade de eleição municipal, nenhum procedimento tem lugar contra membros da Mesa parochial; 4.º, que é motivo de nullidade formar-se a dita Mesa com eleitores ainda não approvados pela Camara dos Deputados..... 433
- N. 433. — IMPERIO. — Em 9 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Confirma o principio — que os parochos, posto hajão licença da autoridade ecclesiastica, nada podem receber dos cofres do Estado sem licença da autoridade civil..... 433
- N. 434. — IMPERIO. — Em 10 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara que não são incompativeis por sua natureza os cargos de Patrão-mór e de Procurador da Camara Municipal..... 436

|    |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|----|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. | 433. | — IMPERIO. — Em 11 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província da Bahia. — Declara que não é motivo de nullidade de eleição concorrer para a organização da Mesa parochial pessoa incompetente, quando seu voto não tiver podido influir nessa organização.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 436 |
| N. | 436. | — IMPERIO. — Em 11 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província de S. Paulo. — Declara: 1.º que a falta de inscripção, na acta, de um protesto não relevante, e a contagem e em-massamento das cédulas antes de concluído seu recebimento, com quanto sejam factos irregulares, não são motivos sufficientes para a annullação da eleição; 2.º que são motivos de nullidade de eleição — presidir a Mesa parochial Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio de suas attribuições; — organizar-se a mesma Mesa com infracção dos arts. 8.º e 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856..... | 437 |
| N. | 437. | — IMPERIO. — Em 11 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara: 1.º, que, por quantia tirada do cofre municipal por um Vereador, cabe, além da responsabilidade criminal, a civil, tanto deste como do Procurador que lh'a tiver entregado, ou dos clavicularios; 2.º, que pelo Procurador respondem, não havendo fiador, os Vereadores que o tiverem nomeado e affiançado; 3.º, que as Camaras Municipaes devem corresponder-se com o Governo Imperial por intermedio dos Presidentes de Província .....                                                                             | 439 |
| N. | 438. | — FAZENDA. — Em 11 de Outubro de 1869. — Os materiaes e objectos para obras provinciaes, quando importados por conta de particulares, estão sujeitos aos competentes dircitos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 440 |
| N. | 439. | — FAZENDA. — Em 11 de Outubro de 1869. — Provimento de um recurso acerca do lançamento de uma escrava para o pagamento da respectiva taxa .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 441 |
| N. | 460. | — JUSTIÇA. — Aviso de 12 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que a Ord. Liv. 1.ª Tit. 79 § 19 está revogada pelo Código do Processo Criminal e pela disposição provisoria.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 441 |
| N. | 461. | — JUSTIÇA. — Aviso de 12 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província do Ceará. — Declara que um Promotor Publico pôde encarregar-se do patrocínio de uma acção puramente privada, no sentido da accusação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 442 |
| N. | 462. | — JUSTIÇA. — Em 12 de Outubro de 1869. — Decide que o art. 307 do Código Criminal não se refere ás obras impressas no estrangeiro, embora aqui distribuidas por seus autores e editores; e que o art. 280 do Código do Processo Criminal está derogado .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 443 |

- N. 463. — IMPERIO. — Em 12 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província do Paraná. — Declara : 1.º que as Camaras Municipaes carecem de jurisdicção para intervirem em assumptos concernentes ao exercicio da medicina; 2.º que, porém, competindo ao Poder Judicial conhecer do caso, decidirá elle como julgar de direito. 443
- N. 464. — IMPERIO. — Em 12 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul. — Declara que são incompatíveis os cargos de Fiscal e de Procurador da Camara Municipal..... 444
- N. 465. — GUERRA. — Circular de 15 de Outubro de 1869. — Recommenda a observancia do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2171 do 1.º de Maio de 1838, acerca das inspecções dos individuos, que são destinados ao serviço do Exercito..... 445
- N. 466. — GUERRA. — Em 15 de Outubro de 1869. — Declara que as entregas dos espolios dos Officiaes não podem ser ordenadas senão depois de final ajustamento de contas..... 446
- N. 467. — FAZENDA. — Em 15 de Outubro de 1869. — Concede varios favores á Companhia de navegação directa entre os portos do Brasil e os da Allemanha do Norte..... 446
- N. 468. — FAZENDA. — Em 16 de Outubro de 1869. — As estampilhas do sello adhesivo podem ser usadas por quem as possuir, mesmo nas Províncias para onde não tenham sido ainda remettidas..... 447
- N. 469. — JUSTIÇA. — Em 16 de Outubro de 1869. — Declara que, reintegrado no seu lugar o commandante de um batalhão, ficando avulso e portanto fóra do quadro do mesmo batalhão o Official que tinha sido nomeado para aquelle posto, compete ao respectivo Major e não ao ex-commandante assumir o commando no caso de impedimento do reintegrado ..... 448
- N. 470. — JUSTIÇA. — Aviso de 16 de Outubro de 1869. — A Presidência da Província de Minas Geraes. — Declara que as disposições dos Avisos de 18 de Julho de 1846 e 13 de Novembro de 1838, são extensivas a todos os orphãos, até mesmo aos indigentes..... 448
- N. 471. — MARINHA. — Aviso de 19 de Outubro de 1869. — Manda considerar, como addidas á companhia de Invalidos, as praças de pret da Armada escusadas do serviço, por soffrerem de alienação mental..... 449
- N. 472. — FAZENDA. — Em 19 de Outubro de 1869. — Concede remissão do imposto de profissões e industrias a um fabricante de charutos e cigarros..... 450

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |     |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. | 473. — FAZENDA. — Em 19 de Outubro de 1869. — Os Empregados de nomeação interina, e os que exercem lugares por substituição, não tem direito, quando impedidos ainda por motivo de serviço publico, aos vencimentos dos mesmos lugares .....                                                                                          | 430 |
| N. | 474. — FAZENDA. — Em 19 de Outubro de 1869. — Approva uma decisão da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, isentando certos lavradores do imposto sobre industrias e profissões.....                                                                                                                                                  | 431 |
| N. | 475. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1869. — Fixa a intelligencia do § 10 da tabella annexa ao Regulamento de 24 de Abril ultimo .....                                                                                                                                                                                               | 432 |
| N. | 476. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1869. — Sobre o sello a que estão sujeitas as procurações para a venda de escravos, e os subestabelecimentos de procurações outorgando poderes para a venda de um, ou de mais de um escravo .....                                                                                               | 432 |
| N. | 477. — IMPERIO. — Em 20 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara: 1.º que o cidadão, que é ao mesmo tempo Subdelegado e Vereador, deve servir aquelle cargo de preferencia a este; 2.º que o supplente de Vereador só deve ser despedido da Camara quando estiver completo o numero de seus membros..... | 433 |
| N. | 478. — GUERRA. — Em 20 de Outubro de 1869. — Declara quaes as dietas, que devem ser abonadas aos doentes, embarcados em transportes do Governo.....                                                                                                                                                                                   | 434 |
| N. | 479. — MARINHA. — Aviso de 21 de Outubro de 1869. — Crêa a praça de cozinheiro nas companhias de aprendizes marinheiros.....                                                                                                                                                                                                          | 435 |
| N. | 480. — IMPERIO. — Em 21 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidir a mesa parochial Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio de suas attribuições; 2.º a clandestinidade do processo eleitoral.....                                 | 435 |
| N. | 481. — IMPERIO. — Em 22 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que por sua natureza não são incompativeis os cargos de Escrivão da Subdelegacia e do Juizo de Paz com o de Secretario da Camara Municipal.....                                                                                 | 436 |
| N. | 482. — JUSTIÇA. — Em 22 de Outubro de 1869. — Declara que está no arbitrio do Official, nomeado Agente do Correio, gozar ou não da isenção legal; mas, se, não obstante esta, presta-se voluntariamente a exercer o posto, entende-se que a renunciou, e não pôde mais prevalecer-se della .....                                      | 437 |

- N. 483. — FAZENDA. — Em 22 de Outubro de 1869. —  
Dá instrucções para a execução da Lei n.º 1750  
de 20 do mez corrente..... 458
- N. 484. — IMPERIO. — Em 23 de Outubro de 1869. —  
Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. —  
Declara que, na parochia novamente creada, e  
ainda sem Juizes de Paz nem Eleitores seus,  
devem ser convocados para a organização da  
Mesa parochial os oito cidadãos immediatos ao  
Juiz de Paz a quem competir presidil-a, segundo  
o art. 3.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto  
de 1856..... 462
- N. 485. — IMPERIO. — Em 23 de Outubro de 1869. —  
Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara  
que os actos regularmente e em boa fé prati-  
cados por Vereadores e Juizes de Paz, cuja  
eleição tiver sido annullada depois de haverem  
legalmente entrado no exercicio das respec-  
tivas funcções, devem ser mantidos em todos  
os seus effeitos..... 463
- N. 486. — JUSTIÇA. — Em 23 de Outubro de 1869. —  
Declara em que caso são obrigados os Officiaes  
da Guarda Nacional a solicitar novas patentes;  
e quando devem ser apostilladas aquellas com  
que servirem ..... 463
- N. 487. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS. — Em 25 de Outubro de 1869. —  
Approva provisoriamente as tabellas do preço  
de passagens e frete de cargas nos Paquetes da  
Companhia Fluvial do Alto Amazonas..... 464
- N. 488. — IMPERIO. — Em 26 de Outubro de 1869. —  
Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. —  
Declara: 1.º que competentemente preside a  
assembléa parochial o Juiz de Paz do districto  
vizinho, quando os da matriz deixão de com-  
parecer a hora marcada; 2.º que é nulla a  
eleição presidida neste caso, fóra do lugar com-  
petente, pelo Juiz de Paz mais votado do dis-  
tricto da matriz, ao qual só cabe o direito de  
assumir a direcção dos trabalhos começados;  
3.º que devem constar das actas a declaração  
dos eleitores e supplentes que comparecerão,  
o numero das cédulas recebidas e dos votos  
apurados para a formação da Mesa..... 465
- N. 489. — FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1869. —  
As lotações do rendimento dos empregos para  
a cobrança do imposto de 3 %, não podem  
ser alteradas pelas Thesourarias senão por via  
de recurso legalmente interposto..... 466
- N. 490. — FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1869. —  
Os attestados exigidos para pagamentos de ven-  
cimentos e de alugueis das casas arrendadas  
ao Estado, são isentos do sello..... 467
- N. 491. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Outubro de 1869. —  
Ao Juiz de Paz da freguezia do Espirito Santo



|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | da Côrte. — Declara que os Escrivães de Paz estão autorizados a lavrar escripturas de compra e venda de escravos, ainda que estes ou um dos outorgantes não pertençam ao seu districto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 467 |
| N. 492. | — FAZENDA. — Em 28 de Outubro de 1869. — Dá regras para o pagamento das despesas das colonias existentes na Provincia de Santa Catharina .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 468 |
| N. 493. | — FAZENDA. — Em 28 de Outubro de 1869. — O numero de assignaturas em um requerimento não influe para o pagamento do sello, e sim os actos que em virtude do mesmo se tem de fazer ou praticar .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 469 |
| N. 494. | — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1869. — A lei nova não pôde ser applicada a um acto anterior á sua publicação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 470 |
| N. 495. | — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1869. — O dominio util de qualquer porção de terreno de marinha só pôde ser adquirido por titulo legitimo passado pelo poder competente.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 471 |
| N. 496. | — IMPERIO. — Em 29 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Declara que os Presidentes de Provincia não têm a attribuição de suspender a execução de leis provinciaes depois de publicadas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 472 |
| N. 497. | — IMPERIO. — Em 30 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que, com quanto os votantes da parochia da Natividade do Carangôla, residentes em territorio pertencente á diocese de Marianna, exercessem seu direito, não naquella parochia, como devião, mas na dos Tombos, cumpria todavia que fossem empossados os Vereadores e Juizes de Paz eleitos, visto que os votos dados não alterão o resultado da eleição .....                                                                   | 473 |
| N. 498. | — IMPERIO. — Em 30 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que são motivos de nullidade de eleição: 1.º o facto de fazer-se a convocação dos votantes no mesmo dia da eleição, e não com a antecedencia ordenada pela lei; 2.º o facto de ser chamado para representar a turma dos electores, por falta de comparecimento destes, um cidadão a arbitrio do Juiz de Paz presidente da Mesa, e não o que se seguiu em votos aos oito convocados immediatos ao Juiz de Paz na ordem da votação..... | 474 |
| N. 499. | — IMPERIO. — Em 30 de Outubro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara que a justificação da idade fóra do Juizo Ecclesiastico é admissivel em certos casos....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 475 |
| N. 500. | — FAZENDA. — Em 30 de Outubro de 1869. — O imposto da transmissão de propriedade—nas doações— deve ser cobrado antes da escriptura, e o sello antes da insinuação .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 475 |

- N. 501. — FAZENDA. — Em 30 de Outubro de 1869. — As folhas corridas estão isentas do pagamento dos novos e velhos direitos, e só devem pagar o sello de 200 réis segundo o numero de folhas, na fórma do art. 18 § 1.º do Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril ultimo ..... 476
- N. 502. — FAZENDA. — Em 2 de Novembro de 1869. — Previne as Thesourarias de Fazenda que a despesa com a illuminação dos Palacios das Presidencias deve restringir-se a quantia distribuida ..... 477
- N. 503. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1869. — Depois de pagos os direitos das mercadorias não se admittem reclamações por engano nos despachos sobre a sua qualidade ..... 477
- N. 504. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1869. — As disposições relativas á creação e abolição de impostos, a que se refere o Decreto n.º 1750, devem principiar a ser executadas do 1.º de Janeiro proximo futuro ..... 478
- N. 505. — FAZENDA. — Em 4 de Novembro de 1869. — Os predios pertencentes a conventos estão sujeitos ao pagamento da decima adicional das corporações de mão-morta ..... 479
- N. 506. — FAZENDA. — Em 4 de Novembro de 1869. — Approva a nomeação de um Official de Descarga da Alfandega do Amazonas, não como interino, mas sim como supranumerario ..... 479
- N. 507. — FAZENDA. — Em 4 de Novembro de 1869. — Sobre os impostos que deve pagar o individuo, que trabalha em sua loja de sapateiro com escravo seu da mesma profissão ..... 480
- N. 508. — IMPERIO. — Em 4 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não são motivos sufficientes para deixar-se de expedir o respectivo diploma a um cidadão eleito Vereador: 1.º, ter havido na votação variedade quanto a um dos seus appellidos, uma vez que não conste a existencia de outra pessoa a quem se possa attribuir o mesmo nome; 2.º, ter havido interrupção de residencia no municipio, se tal interrupção foi occasional, forçada pela lei, e sem animo de mudança.... 481
- N. 509. — IMPERIO. — Em 6 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que são motivos de nullidade de eleição: 1.º, não se poderem effectuar, sem preterição das formulas legais os trabalhos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos; 2.º, presidir os mesmos trabalhos Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado em exercicio de iguaes funções ao mesmo tempo ..... 482
- N. 510. — IMPERIO. — Em 6 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara serem motivos de nullidade de eleição:

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | 1.º ser esta realizada fóra da matriz sem motivo justificado ; 2.º serem nomeados pelo Presidente da Mesa os membros della ; 3.º não mencionar-se, na respectiva acta, os nomes dos votantes que não tiverem comparecido ; 4.º não se poderem effectuar, sem preterição das formulas legais, os trabalhos electoraes no tempo em que se dizem feitos.....                                                      | 483 |
| N. 511. | — FAZENDA.— Em 6 de Novembro de 1869.— Sobre o sello de um contracto de quantia determinada, devido quando vigorava ainda o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 .....                                                                                                                                                                                                                                        | 484 |
| N. 512. | — FAZENDA.— Em 6 de Novembro de 1869.— Dos creditos de valor excedente de um conto de réis deve-se cobrar 18000 por cada conto ou fracção de conto.....                                                                                                                                                                                                                                                        | 485 |
| N. 513. | — FAZENDA.— Em 6 de Novembro de 1869.— Recurso sobre o despacho de umas machinas para a extincção de formigas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 486 |
| N. 514. | — FAZENDA.— Em 8 de Novembro de 1869.— A apprehensão dos objectos ou mercadorias que acompanhão as bagagens dos passageiros só tem lugar quando forem encontrados em fundos falsos, sendo sujeitos a direitos.....                                                                                                                                                                                             | 487 |
| N. 515. | — GUERRA.— Em 8 de Novembro de 1869.— Da providencias para que o pagamento das pensões, concedidas aos Officiaes honorarios, não se effectue sem uma guia da Pagadoria das Tropas.....                                                                                                                                                                                                                         | 488 |
| N. 516. | — GUERRA.— Circular em 8 de Novembro de 1869.— Declara o que se deve praticar quando se houver de abrir assentamento de pensões a Officiaes honorarios.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 488 |
| N. 517. | — IMPERIO.— Em 8 de Novembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão.— Declara que são motivos de nullidade de eleição constituir-se a Mesa parochial por modo diverso do prescripto na lei ; e effectuarem-se os trabalhos electoraes com precipitação tal que importe necessariamente preterição dos preceitos legais.....                                                                          | 489 |
| N. 518. | — IMPERIO.— Em 9 de Novembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia das Alagoas.— Declara serem motivos de nullidade de eleição : 1.º a clandestinidade desta ; 2.º presidil-a Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado, ao mesmo tempo, no exercicio de iguaes funcções ; 3.º não poderem realizar-se, sem preterição das formulas legais, no tempo em que se dizem feitos, os trabalhos electoraes..... | 490 |
| N. 519. | — IMPERIO.— Em 9 de Novembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Declara que, no caso de não ser pelo respectivo collegio enviada na fórma da lei a authentica da eleição, deve ser-lhe imposta a competente                                                                                                                                                                                |     |

- multa, e exigida da Camara Municipal, á qual deve ter sido remettido o livro das actas, uma cópia da dita authentica para ser transmittida á que tem de fazer a apuração geral, usando-se para com aquella Camara, se não cumprir a ordem, da attribuição conferida ao Presidente da Provincia pelo § 8.º do art. 5.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, a qual não pôde ser delegada ..... 491
- N. 520. — FAZENDA.—Em 9 de Novembro de 1869. — Declara que os direitos de insinuação de doação forão substituidos pelo imposto de transmissão de propriedade, o qual deve ser pago antes de se lavrar a escriptura..... 492
- N. 521. — FAZENDA.—Em 9 de Novembro de 1869.—As vendas de terrenos nacionaes devolutos não estão sujeitas ao pagamento de direitos de transmissão..... 493
- N. 522. — FAZENDA.—Em 9 de Novembro de 1869.—Os processos de dividas de exercicios findos devem ser remettidos aos Ministerios a que pertenciam a despeza, quando corrente, e não ao Thesouro..... 493
- N. 523. — FAZENDA.—Em 10 de Novembro de 1869.—Nota certas faltas nos balanços das Thesourarias, e providencia para que seão devidamente suppridas ..... 494
- N. 524. — GUERRA.—Em 10 de Novembro de 1869.—Declara qual a gratificação, que deve ser abonada aos Officiaes da Guarda Nacional quando em serviço militar..... 495
- N. 525. — FAZENDA.—Em 11 de Novembro de 1869.—O sal commun não paga direitos de consumo, mas apenas expediente ..... 495
- N. 526. — IMPERIO.—Em 11 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a falta de observancia dos preceitos legais no acto da apuração das cédulas dos votantes; 2.º presidir a eleição Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio de suas funcções; 3.º constituir-se a Mesa por modo diverso do estabelecido na lei; 4.º não se fazer a 3.ª chamada dos votantes ou realizar-se no mesmo dia da 2.ª..... 496
- N. 527. — IMPERIO.—Em 12 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição lavrarem-se na mesma occasião, e com datas anteriores, depois da conclusão dos trabalhos, todas as actas da eleição..... 498
- N. 528. — IMPERIO.—Em 13 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º terem sido interrompidos os trabalhos sob

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | pretextos inadmissíveis; 2.º ter-se publicado o resultado da eleição dias depois de concluída a apuração das cédulas, sendo já conhecido o da eleição de outra parochia.....                                                                                                                                                           | 499 |
| N. 529. | — IMPERIO.—Em 13 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara que as Camaras Municipaes não podem tomar a deliberação de apurar em separado os votos da eleição de parochia em que não tenha havido duplicata.....                                                                                    | 500 |
| N. 530. | — FAZENDA.—Em 13 de Novembro de 1869.—As casimiras devem pagar direitos pelo seu peso liquido real, excluidos os papelões ou madeiras sobre que vierem dobradas ou enroladas.                                                                                                                                                          | 501 |
| N. 531. | — FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1869.—Das folhas dos livros dos commerciantes, quando contiverem ellas mais de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, deve-se cobrar o dobro do sello .....                                                                                                                                    | 502 |
| N. 532. | — IMPERIO.—Em 15 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara não ser motivo de nullidade de eleição assumir a presidencia da eleição Juiz de Paz menos votado, tendo-a abandonado o mais votado.....                                                                                                             | 502 |
| N. 533. | — IMPERIO.—Em 16 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que compete exclusivamente as Camaras Municipaes a apreciação da utilidade de um caminho existente para declarar-o publico ou particular.....                                                                                                      | 503 |
| N. 534. | — IMPERIO.—Em 16 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º organisarem a mesa eleitores não reconhecidos pela Camara dos Deputados; 2.º terem recatido votos em pessoas não residentes no lugar, trazendo este facto alteração no resultado da eleição.....  | 504 |
| N. 535. | — IMPERIO.—Em 17 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara: 1.º que é válida a eleição presidida por Juiz de Paz pronunciado em crime commum e infiançavel, não tendo sido intimado da pronuncia; 2.º que a cidadãos pronunciados e eleitos Vereadores se deve, não obstante a pronuncia, expedir diploma..... | 505 |
| N. 536. | — FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1869.—Indefere uma pretensão de restituição de siza.                                                                                                                                                                                                                                                   | 506 |
| N. 537. | — FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1869.—Casos em que os Inspectores das Alfandegas devem recorrer <i>ex-officio</i> de suas decisões.....                                                                                                                                                                                                | 506 |
| N. 538. | — IMPERIO.—Em 19 de Novembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara condição essencial para ser eleito Ve-                                                                                                                                                                                                     |     |

- reador achar-se o nome da pessoa em quem recahirem os votos incluídos na lista de qualificação de alguma das freguezias do município . 507
- N. 339. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara que são motivos legais para a perda do cargo de supplente de Juiz Municipal a mudança de domicílio e a falta de título de nomeação..... 308
- N. 340. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que as Camaras Municipaes são obrigadas a concorrer com as despesas para o expediente do Jury..... 509
- N. 341. — IMPERIO. — Em 20 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a clandestinidade; 2.º presidil-a Juiz de Paz incompetente; 3.º ser insufficiente, para se realisarem com regularidade os trabalhos electoraes, o tempo em que se dizem feitos..... 509
- N. 342. — IMPERIO. — Em 22 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Ceará. — Declara serem motivos de nullidade de eleição. 1.º ser feita fóra do local designado por Lei sem provar-se motivo attendível; 2.º a impossibilidade de realisarem-se, segundo os preceitos da Lei, os trabalhos electoraes no tempo que se dizem feitos..... 511
- N. 343. — GUERRA. — Em 22 de Novembro de 1869. — Da providencias sobre o despacho dos artigos, que vêm do estrangeiro com destino ao Ministerio da Guerra..... 512
- N. 344. — IMPERIO. — Em 23 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º narrarem-se inexactamente, nas actas os factos occorridos; 2.º presidil-a Juiz de Paz menos votado, estando em exercicio o mais votado; 3.º precipitação nos actos do processo eleitoral. 512
- N. 345. — IMPERIO. — Em 23 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul. — Declara que ha incompatibilidade entre os empregos de porteiro-contínuo da Camara Municipal e de Fiscal..... 513
- N. 346. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que ao Curador Geral de Orphãos competem sómente os emolumentos do art. 80 do Regimento de Custas, pelos serviços prestados nos autos de interdicção de um de mente..... 514
- N. 347. — IMPERIO. — Em 24 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Paraná. — Declara

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PAGS. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| que os Presidentes de Provincia podem não communicar as Assembléas Provinciaes, que a requisitarem, a correspondencia com os Ministros de Estado ácerca de Negocios relativos a administração geral .....                                                                                                                                                                                                                                       | 515   |
| N. 548. — IMPERIO.— Em 23 de Novembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.— Declara: 1.º que o facto de estar um Juiz de Paz em serviço de destacamento, como Official da Guarda Nacional, quando prestou o juramento do cargo, não importa a nullidade deste juramento; 2.º que attestações graciosas de pessoas directamente interessadas no pleito eleitoral não constituem prova sufficiente contra uma eleição ..... | 516   |
| N. 549. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Novembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.— Declara que não póde ser reintegrado o Juiz Municipal supplente, que presta juramento fóra do prazo legal perante autoridade incompetente.....                                                                                                                                                                                       | 517   |
| N. 550. — FAZENDA.— Em 23 de Novembro de 1869.— Indica as formalidades que a Directoria do Banco Commercial do Maranhão deve ainda observar, depois da approvação dos estatutos, para ser o Banco installado e começar suas operações.....                                                                                                                                                                                                      | 518   |
| N. 551. — FAZENDA.— Em 23 de Novembro de 1869.— Da conhecimento ás Thesourarias de Fazenda da decisão do Inspector da Alfandega da Côte, declarando de conformidade com o art. 169 § 2.º do Regulamento, que os despachos processados até o dia 31 de Dezembro deste anno devem pagar os 15 % em ouro.....                                                                                                                                      | 519   |
| N. 552. — FAZENDA.— Em 23 de Novembro de 1869.— As cartas de pensões concedidas ás familias dos militares, e dos Officiaes e praças da Guarda Nacional e Voluntarios da Patria, fallecidos na guerra do Paraguay ou em consequencia de molestia adquirida em campanha, são isentas de qualquer onus pecuniário.....                                                                                                                             | 517   |
| N. 553. — FAZENDA.— Em 23 de Novembro de 1869.— Determina que as remessas de notas substituidas do Banco do Brasil e das suas caixas filiaes, sejam acompanhadas de uma relação das notas empregadas na substituição, com as declarações que indica.....                                                                                                                                                                                        | 520   |
| N. 554. — FAZENDA.— Em 26 de Novembro de 1869.— Fixa a intelligencia das Circulares n.ºs 34 e 36 de 23 de Agosto e 13 de Setembro deste anno relativas ao imposto do sello .....                                                                                                                                                                                                                                                                | 521   |
| N. 555. — FAZENDA.— Em 26 de Novembro de 1869.— Declara ser imprescindivel a intervenção do Juiz Commercial nos processos de salvados...                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 522   |

- N. 336. — FAZENDA. — Em 26 de Novembro de 1869. —  
 Approva a deliberação da Thesouraria de Fa-  
 zenda do Amazonas de instalar na mesma Re-  
 partição a caixa do Monte pio dos servidores  
 do Estado ..... 523
- N. 337. — FAZENDA. — Em 27 de Novembro de 1869. —  
 Declara dependente da condição que indica, a  
 isenção de direitos para o material necessario  
 ao assentamento de trilhos de ferro nas ruas  
 da capital do Pará..... 523
- N. 338. — IMPERIO. — Em 27 de Novembro de 1869. —  
 Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. —  
 Declara que, supprimido um districto de uma  
 parochia e annexada parte do seu territorio a  
 outra parochia, o facto de votarem os cidadãos  
 activos desta parte para Juiz de Paz da 1.ª pa-  
 rochia, e não, como lhes cumpre, para os da  
 2.ª, importa a nullidade da eleição, dado o caso  
 de poder o numero dos votos desses cidadãos  
 influir no seu resultado..... 524
- N. 339. — IMPERIO. — Em 27 de Novembro de 1869. —  
 Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. —  
 Declara serem motivos de nullidade de eleição:  
 1.º guardar-se fóra da matriz a urna em que  
 se recolhem as cedulas; 2.º a occorrença de  
 factos que incutão terror na população..... 525
- N. 360. — IMPERIO. — Em 29 de Novembro de 1869. —  
 Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. —  
 Manda applicar aos empregados do Ministerio  
 do Imperio, quanto a effeitos da posse e exer-  
 cicio, as disposições dos arts. 3.º e 5.º do De-  
 creto n.º 1073 de 30 de Novembro de 1852, e  
 das Ordens do Tribunal do Thesouro Nacional  
 de 16 de Janeiro de 1834 e 2 de Julho de 1839. 526
- N. 361. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
 PUBLICAS. — Em 29 de Novembro de 1869. —  
 Declara ás Presidencias de Provincias que as  
 despezas por serviços relativos ao Ministerio da  
 Agricultura podem ser pagas pelas Mesas de  
 Rendas e Collectorias nos lugares em que as  
 houverem..... 527
- N. 362. — GUERRA. — Circular em 29 de Novembro de  
 1869. — Determina que os Arsenaes de Guerra  
 e depositos de artigos bellicos não forneção  
 objecto algum por conta do Ministerio da Jus-  
 tiça sem sua prévia annuencia..... 527
- N. 363. — GUERRA. — Circular em 29 de Novembro de  
 1869. — Recommenda a observancia da disposição  
 do art. 16 das Instruções de 12 de Janeiro de  
 1861 nos Arsenaes de Guerra e depositos de ar-  
 tigos bellicos..... 528
- N. 364. — GUERRA. — Em 29 de Novembro de 1869. —  
 Dá providencias sobre as passagens ás praças,  
 que, sendo escusas de servico, têm de reco-  
 lher-se ao seio de suas familias..... 528



|                                                                                                                                                                                                                                                                               | Pags. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 565. — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Novembro de 1869. — Declara como proceder-se a respeito de officiaes inferiores, ausentés dos corpos por mais de seis mezes sem licença .....                                                                                             | 529   |
| N. 566. — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Novembro de 1869. — Sólve duvidas a respeito de suspeição opposta em um conselho de disciplina, e modo de tomar conhecimento della .....                                                                                                  | 530   |
| N. 567. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que o Poder Executivo não pôde conhecer de questões da competencia do Poder Judiciario .....                                                                    | 530   |
| N. 568. — GUERRA. — Em 30 de Novembro de 1869. — Declara que, quanto ao fornecimento de utensis, todas as fortalezas de 1. <sup>a</sup> ordem devem guiar-se pela tabella da de Santa Cruz, as de 2. <sup>a</sup> pela de S. João, e as de 3. <sup>a</sup> pela da Lage ..... | 531   |
| N. 569. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara que o fóro do processo é o do crime. ....                                                                                                                              | 532   |
| N. 570. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Sólve duvidas ácerca do modo de contar-se o prazo da interposição do recurso, de que trata o art. 73 da Lei de 3 de Dezembro de 1841... ..                                  | 532   |
| N. 571. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara quaes as custas que devem ser contadas a um curador <i>in litem</i> quando assistir a um inventario .....                                                       | 533   |
| N. 572. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que a incompatibilidade nos cargos de Juiz Municipal supplente e de Juiz de Paz, e entre este e o de Promotor Publico interino, é sómente na accumulção .....   | 534   |
| N. 573. — JUSTIÇA. — Em 30 de Novembro de 1869. — Declara que um Official da Guarda Nacional, só no caso de perda do posto, pôde ser recolhido á cadeia .....                                                                                                                 | 534   |
| N. 574. — IMPERIO. — Em o 1. <sup>o</sup> de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara ser exorbitante das attribuições das Assembléas Provinciaes autorisar o destacamento de Guardas Nacionaes para serviço de policia. ....                    | 535   |
| N. 575. — MARINHA. — Aviso de 3 de Dezembro de 1869. — Estabelece regras para o pagamento a bordo dos navios do Estado .....                                                                                                                                                  | 536   |
| N. 576. — IMPERIO. — Em 3 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara que a nomeação de Coadjuutores estrangeiros, á excepção dos das freguezias do Municipio da Corte, depende da approvação dos                                              |       |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | Presidentes das Províncias, visto que aos cofres destas pertence o pagamento da respectiva congrua.....                                                                                                                                                                                 | 538 |
| N. 577. | — FAZENDA.— Em 3 de Dezembro de 1869.— As Companhias e Sociedades, a que se tem concedido isenção de direitos para os objectos de seu uso, não poderão gozar desse favor sem que o Thesouro tenha préviamente fixado sua qualidade e quantidade annualmente.....                        | 539 |
| N. 578. | — FAZENDA.— Em 4 de Dezembro de 1869.— As Ordens do dia do Quartel General, e quaesquer outras relativas a assumptos militares, devem ser transmittidas directamente pelas Presidencias das Províncias aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda.....                                 | 540 |
| N. 579. | — IMPERIO.— Em 4 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente de Provincia do Piahy.— Declara ser motivo de nullidade de eleição: presidil-a Juiz de Paz votado em 7.º lugar e não ajuramentado .....                                                                                            | 541 |
| N. 580. | — JUSTIÇA.— Aviso de 6 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão.— Declara que o Decreto n.º 3433 de 26 de Abril de 1865 não derogou a hypotheca estabelecida pela lei criminal.....                                                                                 | 541 |
| N. 581. | — FAZENDA.— Em 6 de Dezembro de 1869.— Declara não haver inconveniente em manter-se a doutrina das Ordens de 10 de Março de 1860 e 26 de Janeiro de 1863, relativas ao despacho livre dos objectos importados para uso dos membros do Corpo Diplomatico estrangeiro aqui residente..... | 542 |
| N. 582. | — FAZENDA.— Em 6 de Dezembro de 1869.— O provimento, por nomeações interinas, dos lugares das Alfandegas que não tem substitutos marcados por lei, só pôde dar-se no caso de acharem-se vagos os mesmos lugares.....                                                                    | 543 |
| N. 583. | — FAZENDA.— Em 6 de Dezembro de 1869.— Determina que do 1.º de Janeiro em diante se cobre de todas as Companhias estrangeiras de navegação a vapor, o expediente do carvão de pedra que importarem para uso de seus paquetes.....                                                       | 543 |
| N. 584. | — FAZENDA.— Em 7 de Dezembro de 1869.— Indefere a pretensão de um Official inferior, commandante de Guardas da Alfandega, de usar no respectivo serviço das divisas de seu posto de Tenente da Guarda Nacional.....                                                                     | 544 |
| N. 585. | — FAZENDA.— Em 7 de Dezembro de 1869.— Os estabelecimentos em que se exercerem diferentes industrias e profissões, estão sujeitos somente a uma taxa fixa e outra proporcional na maior razão que lhes for applicavel.....                                                              | 545 |
| N. 586. | — MARINHA.— Aviso de 9 de Dezembro de 1869.— Declara que nenhum Official, enquanto                                                                                                                                                                                                      |     |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | o Poder Legislativo não resolver o contrario, será reformado, ex-officio ou a pedido, sem que passe para a 2. <sup>a</sup> classe, e nella se conserve o tempo marcado por lei .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 543 |
| N. 587. | — FAZENDA.—Em 10 de Dezembro de 1869.—Os Engenheiros nomeados para o desempenho de trabalhos de sua profissão nas Províncias, devem ser pagos dos respectivos vencimentos sem dependencia de attestados de exercicio...                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 546 |
| N. 588. | — FAZENDA.—Em 10 de Dezembro de 1869.—Approva a deliberação da Thesouraria de S. Pedro de assemelhar as xarqueadas ás fabricas de refinação de assucar movidas a vapor ou por agua, para a cobrança do imposto de industrias e profissões.....                                                                                                                                                                                                                                                                             | 547 |
| N. 589. | — FAZENDA.—Em 10 de Dezembro de 1869.—Dá provimento a um recurso acerca do lançamento de um cartorio de Escrivão do Cível, e declara que o imposto de industrias e profissões recae unicamente sobre a loja ou local onde se exerce a industria .....                                                                                                                                                                                                                                                                      | 547 |
| N. 590. | — FAZENDA.—Em 11 de Dezembro de 1869.—Os Collectores não podem exercer a advocacia .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 549 |
| N. 591. | — FAZENDA.—Em 11 de Dezembro de 1869.—Solve varias duvidas propostas pelo Juiz de Paz do 1. <sup>o</sup> districto da cidade de Nitheroy, acerca do imposto do sello .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 549 |
| N. 592. | — IMPERIO.—Em 11 de Dezembro de 1869.—Circular aos Presidentes de Provincia.—Declara que o Vereador, enquanto exerce o lugar de Juiz Municipal, deixa o exercicio do seu cargo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 550 |
| N. 593. | — IMPERIO.—Em 11 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Recommenda que aos ministros das religiões toleradas não falte a segurança que lhes é devida, quando na pratica legal dos actos do respectivo culto .....                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 551 |
| N. 594. | — IMPERIO.—Em 13 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara serem motivos de nullidade de eleição : 1. <sup>o</sup> a infracção da disposição do art. 17 do Decreto n. <sup>o</sup> 1812 de 23 de Agosto de 1846 ; 2. <sup>o</sup> não ser chamado, em falta de eleitores, para formação da Mesa, o Juiz de Paz immediato ao Presidente desta, mas o 4. <sup>o</sup> votado ; 3. <sup>o</sup> lavrar-se uma só acta da 3. <sup>a</sup> chamada e da apuração das cedulas dos votantes..... | 552 |
| N. 595. | — FAZENDA.—Em 13 de Dezembro de 1869.—Os Empregados interinos, nomeados pelas Presidencias das Províncias com dependencia da approvação do Governo, não podem ser por ellas demittidos, mas apenas suspensos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 553 |
| N. 596. | — IMPERIO.—Em 14 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que não constituem prova, para annullar-se uma                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |     |

Págs.

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | eleição, atestações de pessoas directamente interessadas no pleito eleitoral.....                                                                                                                                                                                                                                            | 534 |
| N. 597. | — JUSTIÇA. — Aviso de 14 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — Prazo para publicação e execução das leis.....                                                                                                                                                                | 534 |
| N. 598. | — JUSTIÇA. — Aviso de 15 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que a Relação do districto compete conhecer de conflicto entre autoridades judiciarias....                                                                                                                             | 535 |
| N. 599. | — IMPERIO. — Em 15 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Pará. — Declara que, no caso exposto, a nullidade da eleição de Juiz de Paz não é fundamento para annullação da de Vereadores feita conjunctamente.....                                                                                              | 536 |
| N. 600. | — FAZENDA. — Em 15 de Dezembro de 1869. — Declara illegal o sequestro, feito por ordem da Thesouraria de Minas Geraes, em algumas cabeças de gado dadas por esmola dos fiéis a fabrica da Igreja Matriz da villa do Rio Pardo da mesma Província.....                                                                        | 537 |
| N. 601. | — FAZENDA. — Em 15 de Dezembro de 1869. — Os mascates ou bofariñheiros, quér tenham um, quér mais de um taboleiro, bem como os empregarios de carroças, seja qual for o numero das que possuão, devem pagar a taxa de 25\$000 da tabella A, 3.ª classe do Regulamento n.º 4346 deste anno.....                               | 538 |
| N. 602. | — FAZENDA. — Em 16 de Dezembro de 1869. — Sobre a revalidação, multa e emolumentos de uma certidão que fôra apresentada á Alfandega da Província do Espirito Santo, subscripta pelo Ajudante de ordens da Presidencia, antes do pagamento do sello.....                                                                      | 538 |
| N. 603. | — IMPERIO. — Em 16 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Paraná. — Declara que as disposições provisórias, proferidas pelos Presidentes de Província acerca de eleições de Vereadores e Juizes de Paz, não podem ser por estes revogadas.....                                                                 | 560 |
| N. 604. | — JUSTIÇA. — Em 17 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul. — Declara quaes as penas a que está sujeita a força da Guarda Nacional, quando empregada na defeza das fronteiras.....                                                                                                            | 561 |
| N. 605. | — JUSTIÇA. — Em 17 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que as questões acerca de espolio de subálitos portuguezes, que deixão viuva brasileira e fillos menores estão reguladas pela Resolução n.º 1096 de 10 de Setembro de 1860 e o Decreto n.º 3145 de 27 de Agosto de 1863..... | 562 |
| N. 606. | — FAZENDA. — Em 18 de Dezembro de 1869. — As portarias de licença que não dependem do                                                                                                                                                                                                                                        |     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PAGS. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| —cumpra-se—, devem ser selladas antes de produzirem effeito, e não o sendo ficão sujeitas á revalidação .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 562   |
| N. 607. — FAZENDA.—Em 20 de Dezembro de 1869.—As licenças ou renovações de licenças, concedidas por simples despachos em títulos de capacidade, para abrir escola ou para leccionar não pagão emolumentos.....                                                                                                                                                                                                                  | 563   |
| N. 608. — IMPERIO.—Em 20 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidil-a Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio das funcções do seu cargo; 2.º a interrupção do processo eleitoral sem constar o motivo; 3.º a impossibilidade de realizarem-se, segundo os preceitos da lei, actos electoraes no tempo em que se dizem feitos... | 564   |
| N. 609. — GUERRA.—Em 20 de Dezembro de 1869.—Declara quaes os vencimentos, que devem perceber as praças do exercito, que obtêm licença para tratar de sua saude, e o que se deve observar quando taes licenças são para tratarem de negocios particulares.....                                                                                                                                                                  | 565   |
| N. 610. — GUERRA.—Em 20 de Dezembro de 1869.—Declara como devem ser consideradas as licenças, concedidas ás praças, que vierem do exercito em operações.....                                                                                                                                                                                                                                                                    | 565   |
| N. 611. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que podem servir no mesmo fóro dous irmãos, um como advogado e outro como Escrivão ou Tabellião.....                                                                                                                                                                                                                  | 566   |
| N. 612. — FAZENDA.—Em 21 de Dezembro de 1869.—Declara que os emolumentos das cartas de saude devem ser cobrados para a Fazenda Nacional, visto achar-se expressamente revogada a Ordem n.º 199 de 27 de Abril de 1861.....                                                                                                                                                                                                      | 566   |
| N. 613. — FAZENDA.—Em 21 de Dezembro de 1869.—Determina que continuem a ser isentos do pagamento da ancoragem os paquetes das companhias estrangeiras, que até agora tem gozado deste favor.....                                                                                                                                                                                                                                | 567   |
| N. 614. — FAZENDA.—Em 21 de Dezembro de 1869.—O sello dos contractos deve ser pago no prazo de 30 dias, contados pelo modo estabelecido na Ord. L. 3.º Tit. 13.....                                                                                                                                                                                                                                                             | 568   |
| N. 615. — JUSTIÇA. — Aviso de 22 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco.—Declara que nos lugares onde não houver agentes de leilões, devem ser exercidas as respectivas funcções pelo porteiro do Juizo Commercial.....                                                                                                                                                                      | 569   |
| N. 616. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia de Santa Ca-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |       |

- tharina.—Declara que os supplentes anteriormente nomeados passam á occupar os primeiros lugares na lista, quando se fizerem novas nomeações para as vagas existentes..... 569
- N. 617. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Provincia do Piauí.— Declara que ha incompatibilidade na accumulação dos cargos de supplente do Juizo Municipal e de Thesoureiro da Fazenda Geral e da Administração Provincial..... 570
- N. 618. — FAZENDA. —Em 23 de Dezembro de 1869.— Determina que as Thesourarias remettão regularmente até o fim de Março de cada anno, os quadros dos cofres de bens de defuntos e ausentes e dos depositos publicos..... 571
- N. 619. — FAZENDA. —Em 23 de Dezembro de 1869.— Autorisa a execução das bases propostas para o Regulamento geral dos serviços a cargo da Companhia da doca da Alfandega da Corte..... 571
- N. 620. — FAZENDA. —Em 23 de Dezembro de 1869.— Declara, em additamento ao Aviso de 6 de Outubro ultimo, que a differença de cambio de certas despesas no exterior corre por conta do Ministerio da Fazenda..... 572
- N. 621. — IMPERIO. —Em 24 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara ser motivo de nullidade de eleição—a impossibilidade de realizarem-se, sem preterição de formalidades legais, actos electoraes no tempo em que se dizem feitos..... 572
- N. 622. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 27 de Dezembro de 1869. — Declara que são applicaveis aos Agentes do Correio as disposições do Decreto n.º 637 de 3 de Dezembro de 1849..... 573
- N. 623. — FAZENDA. —Em 27 de Dezembro de 1869.— Solve uma consulta relativa á cobrança do sello dos autos averbados pelos Escrivães dos cartórios..... 574
- N. 624. — FAZENDA. —Em 27 de Dezembro de 1869.— Approva a designação do Official da Secretaria da Thesouraria das Alagoas para servir de Chefe de secção da mesma Thesouraria, por impedimento legal do 1.º Escriptuario, a quem competia a substituição..... 574
- N. 625. — FAZENDA. —Em 27 de Dezembro de 1869.— Sobre o sello dos conhecimentos ou bilhetes de deposito de mercadorias em entrepostos, trapiches e armazens alfandegados..... 575
- N. 626. — FAZENDA. —Em 28 de Dezembro de 1869.— Declara não haver incompatibilidade no exercicio do cargo de Escrivao de Collectoria com o de Fiscal da Camara Municipal..... 576

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 627. | — IMPERIO.— Em 28 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente da Província do Pará.—Declara que um simples protesto em que se apresentão motivos que, se fossem reaes, só poderião occorrer em dia posterior áquelle em que se realisou o acto eleitoral contra o qual se reclama, não é bastante para annullar a eleição respectiva.....                                       | 576 |
| N. 628. | — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província da Parahyba.— Decide duvidas sobre o Regimento de custas.....                                                                                                                                                                                                                                | 577 |
| N. 629. | — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Dezembro de 1869.—Ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Declara que o Poder Executivo não pode intervir em questões da competencia do Poder Judiciario.....                                                                                                                                                          | 578 |
| N. 630. | — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Dezembro de 1869. — Ao Presidente da Província da Parahyba.—Solve duvidas sobre adiamento, e presidencia de Jury.....                                                                                                                                                                                                                       | 579 |
| N. 631. | — IMPERIO.— Em 29 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente da Província do Maranhão.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.ª a precipitação nos actos eleitoraes, infringindo-se preceitos legais; 2.ª presidir a Mesa parochial Juiz de Paz incompetente, visto estar o mais votado do districto da matriz no exercicio do seu cargo em outra eleição.....       | 580 |
| N. 632. | — IMPERIO.— Em 29 de Dezembro de 1869. — A' Comissão nomeada para a tomada de contas da Ilustrissima Camara Municipal.—Da-lhe instrucções.....                                                                                                                                                                                                                          | 581 |
| N. 633. | — IMPERIO.— Em 30 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente da Província de Minas Geraes.— Declara serem motivos de nullidades de eleição: 1.º retardarem-se de proposito os trabalhos para conhecer-se o resultado da eleição de outras parochias; 2.º não achar-se a parochia canonicamente instituida; 3.º fazer-se a ultima chamada dos volantes no mesmo dia da 2.ª..... | 582 |
| N. 634. | — IMPERIO.— Em 30 de Dezembro de 1869.— Ao Presidente da Província do Espírito Santo.— Declara que, adiados os trabalhos eleitoraes, sem motivo justificado, pelo presidente da Mesa parochial, o Juiz de Paz immediato procede regularmente continuando na eleição .....                                                                                               | 583 |
| N. 635. | — FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1869.— Provimento de um recurso sobre a apprehensão feita pela Alfandega da Província do Espírito Santo, de tres caixotes enviados desta Corte a um negociante da mesma Província, por conterem em vez de kerosene que mencionava a nota do despacho, latas de polvora e outros objectos .....                                          | 584 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 636. — FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1869.—<br>As mercadorias importadas por embarcações,<br>cujos manifestos forem apresentados até 31 do<br>corrente mez, pagarão direitos na fôrma da<br>Tarifa actual.....                                                                                                                                                                                                                                                              | 586 |
| N. 637. — FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1869.—<br>Responde a uma consulta da Presidencia do Rio<br>Grande do Norte, sobre a restituição dos em-<br>olumentos cobrados pela Alfandega da mesma<br>Provincia, das patentes dos officiaes subalternos<br>da Guarda Nacional.....                                                                                                                                                                                                  | 586 |
| N. 638. — FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1869.—<br>Approva a decisão da Thesouraria de Fazenda<br>de S. Pedro de sujeitar ao imposto pessoal só-<br>mente a parte do edificio da Sociedade Portu-<br>gueza de Beneficencia occupado pela enfermaria.                                                                                                                                                                                                                            | 587 |
| N. 639. — FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1869.—<br>As Thesourarias de Fazenda não podem resolver<br>em 1. <sup>a</sup> instancia sobre restituições de impostos<br>arrecadados pelas Recebedorias.....                                                                                                                                                                                                                                                                          | 588 |
| N. 640. — IMPERIO.—Em 31 de Dezembro de 1869.—<br>Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara<br>ser motivo de nullidade de eleição—a impossi-<br>bilidade de realizarem-se os respectivos traba-<br>lhos, com observancia das fórmulas da lei, no<br>tempo em que das actas consta terem sido feitos.                                                                                                                                                                        | 589 |
| N. 641. — IMPERIO.—Em 31 de Dezembro de 1869.—<br>Ao Presidente da Provincia do Ceará.—De-<br>clara nulla uma eleição por ter sido a chamada<br>feita pela qualificação de 1864, quando, na falta<br>das de 1863 e 1867, havia a de 1866 legahmente<br>concluida .....                                                                                                                                                                                                         | 590 |
| N. 642. — IMPERIO.—Em 31 de Dezembro de 1869.—<br>Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara<br>ser nulla a eleição a respeito da qual se prova:<br>1. <sup>o</sup> falta da liberdade que deve ser garantida<br>aos votantes; 2. <sup>o</sup> falta de veracidade das actas<br>quanto a factos que referem.....                                                                                                                                                             | 590 |
| N. 643. — IMPERIO.—Em 31 de Dezembro de 1869.—<br>Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—<br>Declara : 1. <sup>o</sup> que são applicaveis aos membros<br>das mesas paróchiaes, na eleição de Vereadores<br>e Juizes de Paz, as disposições dos arts. 28 e 44<br>da Lei n. <sup>o</sup> 387 de 19 de Agosto de 1846; 2. <sup>o</sup><br>que os Juizes de Direito não são competentes<br>para darem instrucções ás autoridades inferio-<br>res em materia eleitoral..... | 591 |

#### ADDITAMENTO A'S DECISÕES DO GOVERNO DE 1868.

|                                                                                                                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 1. — JUSTICA.—Em 22 de Dezembro de 1868.—<br>Declara que a exhibição de passaporte é volun-<br>taria tanto para o Brasileiro, como para o es-<br>trangeiro que entra no Imperio..... | 595 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|



# COLLECCÃO

DAS

## DECISÕES DO GOVERNO

DE

# 1869.

---

N. 4.— IMPERIO.— EM 2 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara que não deve a Camara Municipal fazer apuração de votos de eleição, para Vereadores e Juizes de Paz, que tiver sido annullada por acto do Presidente da Provincia, nem dos que forem dados para Vereadores por freguezia que constitúa a minoria do municipio, embora válida, se tiver sido annullada a eleição feita pelas que fôrão a maioria.

2.ª Secção.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 2 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva, por ser conforme ás disposições vigentes, a resposta dada por V. Ex. á Camara Municipal da Cidade de Cametá, em Portaria de 25 de Novembro ultimo, cuja cópia acompanhou o seu officio da mesma data.

Como V. Ex. declarou aquella Camara, não devia ella ter feito a apuração dos votos das freguezias de Tocantins e de S. João Baptista, por terem sido annulladas suas eleições para Vereadores e Juizes de Paz por actos da Presidencia da Provincia, nem dos da freguezia de Mocajuba para Vereadores, por constituir esta freguezia a minoria do municipio, embora não tivesse sido annullada a eleição a que nella se procedeu.

Cumpra portanto que continuem em exercicio os Vereadores do ultimo quadriennio, bem como os Juizes de Paz, tambem do mesmo quadriennio, das duas primeiras freguezias, subsistindo porém a eleição para Juizes de Paz feita na ultima das referidas freguezias.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 2.—JUSTIÇA.—AVISO DE 4 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara que compete ás Presidencias designar o Tabellião ou Escrivão para servir interinamente o lugar de Official do Registro Geral de Hypothecas nos lugares, em que não estiver este officio creado por lei.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 4 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento, que devolvo, de Joaquim Carlos Daniel, solicitando o lugar de Official do Registro Geral das Hypothecas da Comarca de Marajó, nessa Provincia, no qual já se acha provido interinamente; e o Mesmo Augusto Senhor, Tendo em vista a disposição do art. 4.º do Decreto n.º 482 de 14 de Novembro de 1846, não alterada pelo de n.º 3453 de 26 de Abril de 1865, Manda declarar a V. Ex. que não se achando creado naquella comarca o Officio de Tabellião especial encarregado

do Registro Geral das Hypothecas, porque então deveria ser posto a concurso na fôrma da lei, compete a essa Presidencia, precedendo informação do respectivo Juiz de Direito, a designação do Tabellião ou Escrivão da Cidade ou Villa principal da mesma comarca para ficar provisoriamente encarregado do mencionado registro; o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

N. 2. —IMPERIO.—EM 5 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara ser motivo de nullidade de eleição fazerem-se a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> chamadas dos votantes em o mesmo dia.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio n.º 75 de 28 de Dezembro proximo passado, com que V. Ex. enviou-me cópias da Portaria da mesma data pela qual annullou a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que ultimamente se procedeu no Curato da Piedade, municipio da Leopoldina, e da acta da mesma eleição.

Declaro a V. Ex. que approvo o seu acto, pelo motivo, em que se fundou, de terem sido feitas a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> chamadas dos votantes em um mesmo dia contra o disposto no art. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e no art. 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

## N. 4.—IMPERIO.—EM 5 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleições: 1.º a infracção do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860; 2.º não constar da respectiva acta quaes os nomes dos votantes que deixarão de acudir ás chamadas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Trouxe V. Ex. ao meu conhecimento, em officio de 3 de Outubro proximo passado, o acto pelo qual annullou as duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, ultimamente effectuadas na parochia de S. Jorge de Ilhéos, uma presidida pelo 1.º Juiz de Paz Miguel Marques Melgaço, e outra pelo 2.º Ernesto de Sá Bittencourt e Camara.

Justificou V. Ex o seu acto com as seguintes considerações:

1.ª Que no primeiro dia da eleição, conforme a acta lavrada em 8 de Setembro, estando reunida na Matriz a Mesa Parochial, suscitou-se duvida sobre a qualificação pela qual devia ser feita a chamada dos votantes, sendo a mesma Mesa acommettida por João Baptista Adami Sá e Carlos Eduardo Falming, que arrebatarão o livro das actas e o levárão para a casa do 2.º Juiz de Paz;

2.ª Que, retirando-se os mesarios depois deste incidente, o Juiz de Paz os fizera substituir, nos termos dos arts. 8.º e 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, pelos cidadãos Francisco Antonio de Salles Silva, Vicente Ferreira Dias, Augusto Pires Caldas e João Henrique Cordier, quando devia observar o art. 4.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, visto dar-se o impedimento dos quatro membros da Mesa depois de assignada a acta de sua formação;

3.ª Que das actas da eleição presidida pelo 2.º Juiz de Paz não consta o que relatão as da presidida pelo 1.º acerca das occurrencias apontadas, aliás noticiadas pelo Juiz de Direito e pelo Delegado de Policia;

4.ª Que na acta do recebimento e contagem das cedulas da eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz não estão declarados os nomes dos cidadãos que não acudirão ás chamadas;

5.ª Que cada uma das parcialidades, fazendo eleição separada, procurou apenas desembaraçar-se dos adversarios ;

6.ª Que, finalmente, não é acreditavel que ambas as eleições se tivessem effectuado na matriz com a consideravel concurrencia de votantes que se figura.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e de accordo com seu parecer, Sua Magestade o Imperador houve por bem approvar o acto de V. Ex. por ser fundado na Lei e decisões do Governo.

Cumpre portanto que V. Ex. mande proceder a nova eleição na Parochia de S. Jorge de Ilhéos, observadas as disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 5.—GUERRA.—EM 5 DE JANEIRO DE 1869.

Da providencias ácerca da indemnisação das despezas feitas pelos aprendizes menores do Arsenal de Guerra da Côrte no caso de se evadirem elles desse Estabelecimento.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Janeiro de 1869.

Em resposta ao officio n.º 394 de 19 de Novembro ultimo, no qual V. S. me communica não se poder tornar effectiva a disposição da 3.ª parte do art. 12 do Regulamento n.º 143 de 3 de Janeiro de 1842 quanto aos dous aprendizes menores Henrique Braga e Altencio de Almeida Freire, que se evadirão do Arsenal de Guerra da Côrte, visto não terem elles peculio algum no respectivo cofre, declaro a V. S., que devendo, pelo art. 4.º do citado Regulamento, haver um responsavel pelos onus a que se sujeitão os mesmos aprendizes, o qual em vez de assignar termo no Juizo dos Orphãos, como estabelece o referido artigo, está desde muito em pratica as-

signal-o no proprio Arsenal, no acto da admissão do menor, intime V. S. o responsavel ou responsaveis pelos menores em questão para apresentação destes ou para indemnisação das despesas que elles tiverem feito no Estabelecimento, convido que d'ora em diante se execute o disposto no mencionado art. 4.º do Regulamento dos aprendizes menores.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Francisco Carlos da Luz.

---

N. 6.—FAZENDA.—EM 5 DE JANEIRO DE 1859.

Manda proceder nos termos dos arts. 302 e 305 do Regulamento das Alfandegas, relativamente ao producto da arrematação de objectos encontrados no armazem das bagagens de passageiros da Alfandega da Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1859.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. sob n.º 303, de 29 de Outubro ultimo, relativo ao destino que se deve dar ao producto da arrematação de varios objectos, cujos donos se ignora, encontrados no armazem das bagagens de passageiros e que havião excedido o prazo marcado no Regulamento das Alfandegas para o respectivo deposito, sirva-se V. Ex. proceder nos termos dos arts. 302 a 305 do mesmo Regulamento, recolhendo aquelle producto aos cofres dessa Repartição como renda extraordinaria, na fórma da ultima parte do citado art. 305; e bem assim enviar ao Thesouro as duas lettras de 400\$000 e de 280\$000, de que trata o mencionado officio, para serem recolhidas a deposito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

## N. 7. — FAZENDA. — EM 7 DE JANEIRO DE 1869.

Sobre os vencimentos que competem ao substituto de um  
Thesoureiro de Thesouraria de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 50, de 2 de Outubro do anno passado, que approva o seu acto de mandar abonar ao substituto do Thesoureiro da mesma Thesouraria a gratificação de exercicio, que o proprietario perde, e mais outra gratificação correspondente ao ordenado do substituido, visto estar elle de accordo com as disposições em vigor, explicadas pela Circular de 3 de Fevereiro de 1864.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 8. — FAZENDA. — EM 7 DE JANEIRO DE 1869.

Os empregados interinos só tem direito aos vencimentos do tempo de effectivo exercicio dos lugares que occupão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará que approva a deliberação, que tomou, de que dá conta no seu officio n.º 115, de 7 de Outubro do anno passado, visto que na forma da Circular de 13 de Dezembro de 1865 os empregados interinos só tem direito a vencimentos do tempo em que effectivamente exercem os lugares que occupão.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 9. — FAZENDA. — EM 7 DE JANEIRO DE 1869.

A prescrição não é applicavel a dividas de vencimentos militares provenientes do melhoramento de reforma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1869.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento em que o Major reformado Antonio Corrêa Vianna reclama contra o despacho do Presidente do Tribunal do Thesouro de 6 de Fevereiro do anno proximo findo, que declarou prescripto o seu direito á percepção da differença entre o soldo de Capitão e o de Major que lhe foi concedido por melhoramento da reforma, contada a differença de 8 de Janeiro de 1853, em que foi este Official reformado, até 30 de Maio de 1867, em que requereu o dito melhoramento ao Corpo Legislativo.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido sobre a materia a Secção de Fazenda do Conselho de Estado e Conformando-Se com o seu parecer, Houve por bem declarar, por Sua Imperial Resolução de 12 de Dezembro do mesmo anno, que não ha lei que estabeleça prescrição contra o direito que um Official tem de queixar-se da injustiça que soffreu em ser reformado com um soldo menor do que aquelle que lhe competia nos termos da respectiva legislação. Independente do requerimento da parte o proprio Governo, se por acaso reconhece que praticou uma tal injustiça, póde e deve reparal-a.

Se a prescrição fosse applicavel contra esse direito, illegitima seria a Imperial Resolução de 27 de Novembro de 1867, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando que a reforma do Official de quem se trata, devia ser considerada no posto de Major com o soldo correspondente a este posto.

A prescrição, portanto, não póde ser applicada a esta questão, e se fosse teria a absurda consequencia de prohibir a reparação de uma injustiça como tal reconhecida.

Assim que, sendo fóra de duvida que a divida de que se trata, proveniente da differença do soldo de Capitão para Major, é exigivel desde 8 de Janeiro de 1853, e que não está prescripta, deve ser favo-



ravelmente deferida a pretensão do Major Corrêa Vianna.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

---

N. 10.—IMPERIO.—EM 8 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara ser motivo de nullidade de eleição o excesso das cédulas recebidas em relação ao numero dos votantes qualificados, quando tal excesso pôde influir no resultado.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 8 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de 23 de Outubro, no qual V. Ex. participou ter resolvido, á vista das actas e documentos que juntou, annullar a eleição a que se procedeu, em Setembro ultimo, para Vereadores e Juizes de Paz, na Freguezia de Nova Almeida, pelos fundamentos expostos na respectiva Portaria, declaro que o Governo Imperial approva o acto de V. Ex. pelas seguintes razões:

Quanto á eleição de Juizes de Paz:

Consta das actas que, recebidas 123 cédulas, deixarão de ser apuradas 9 por defeituosas. Sendo 120 os cidadãos qualificados na Freguezia, segundo affirma V. Ex., e tendo deixado de comparecer 19, vê-se que sobre o maximo de 101 cédulas, que podião ter sido entregues, houve o excesso de 24 no recebimento, e de 15 na apuração.

Sendo insignificante a differença de votos entre os quatro primeiros citados para Juizes de Paz, cada um dos quaes obteve 60 votos, e os quatro immediatos que apparecem o 1.º e o 2.º com 57 votos, o 3.º com 56, e o 4.º com 53, influe o excesso de cédulas no resultado da eleição, e não pôde esta subsistir, como em caso analogo já foi decidido por Aviso n.º 204 de 6 de Maio de 1861.

Quanto á eleição de Vereadores:

O erro ou fraude da eleição de Juizes de Paz, affectando tambem a da Camara Municipal, feita conjunctamente, acarreta o mesmo vicio, além de não poder ser convenientemente apreciada a eleição desde que, sommadas as cédulas para Juizes de Paz e Vereadores, não combina a somma com o numero de votantes que comparecêrão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Sousa*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N. 41.—GUERRA.—EM 41 DE JANEIRO DE 1869.

Declara que as praças do Exercito, que se acharem fóra dos seus corpos em serviço, quando forem escusas do serviço do exercito, devem receber vencimentos até a data, em que se recolherem aos mesmos corpos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 41 de Janeiro de 1869.

Publique-se em Ordem do Dia, que as praças do Exercito que se acharem fóra de seus corpos em commissão do serviço, quando forem escusas do serviço do mesmo Exercito, devem receber vencimentos até a data, em que se recolherem aos mesmos corpos, e em que, por consequencia, se possa tornar effectiva a baixa, que lhes houver sido concedida.

*Barão de Muritiba.*

---

## N. 12.—GUERRA.—EM 11 DE JANEIRO DE 1869.

Dá providências para que, á vista das cópias dos respectivos Decretos concedendo reforma ás praças de prel do Exército, se abráo os competentes assentaamentos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ficando dadas as necessarias providencias para que d'ora em diante continuem a ser remettidas ao Ministerio da Fazenda, como já foi pratica anteriormente, cópias dos Decretos concedendo reforma ás praças de prel do Exército; vou rogar a V. Ex. se sirva expedir suas ordens para que á vista das mesmas cópias, se abráo aos reformados os competentes assentaamentos, e possão elles sem demora receber os soldos de sua reforma, nos termos do Decreto n.º 402 de 10 de Outubro de 1844.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—A. S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

---

## N. 13.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara ser nulla a eleição quando é manifesta a impossibilidade de se effectuarem, com regularidade e observadas todas as disposições legais, os actos eleitoraes no tempo declarado nas respectivas actas; e tambem quando é feita por qualificação radicalmente viciada.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Enviou-me V. Ex. com officio de 7 do mez findo as actas da eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu em Setembro na freguezia de Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas, do municipio de Valença.

Informa V. Ex. que em um protesto, assignado por tres Vereadores e transcripto na acta da apuração geral, pede-se a annullação daquella eleição, porque, não tendo a freguezia mais de 43 pessoas aptas para jurados, e contendo sómente 62 moradores collectados com o imposto pessoal, apresenta entretanto uma qualificação exagerada e phantastica de 943 votantes, dando-se como recebidas 624 cedulas, quando apenas comparecêrão á eleição 38 cidadãos.

Posto que não esteja provada a allegação quanto ao comparecimento de 38 votantes sómente, entende V. Ex. que é fundada a de que a qualificação é exorbitante e não assenta na população da freguezia, e bem assim que as actas deixão presumir que forão escriptas á vontade, não tendo havido em Ipiabas eleição real.

Com effeito, dellas consta que, estando qualificados na parochia 943 cidadãos, dos quaes ainda á 3.ª chamada deixarão de comparecer 319, logo no dia 7 procedeu-se á formação da mesa, escreveu-se a competente acta, fizeram-se a 1.ª e 2.ª chamadas e o rol dos que não comparecêrão a uma e outra, ficando tambem lavrada a acta respectiva.

E' impossivel que no mesmo dia se concluíssem esses actos com regularidade, se houvessem sido observadas todas as disposições legais.

Accresce que foi tal a uniformidade da votação, que apenas apparecem votados para vereadores, além dos nove primeiros, dous cidadãos, um com 72 votos e outro com 3.

E' portanto opinião de V. Ex. que contra a referida eleição ha toda a presumpção de simulação e fraude.

Attendendo ás ponderosas observações de V. Ex., e á doutrina do Aviso n.º 63 de 7 de Fevereiro de 1861, expedido em virtude da Imperial Resolução de consulta de 49 do mez anterior, o Governo Imperial resolveu annullar a eleição que ultimamente effectuou-se na parochia de Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas para Vereadores e Juizes de Paz.

Não constituindo essa parochia a maioria do municipio, e não tendo havido reclamação alguma contra as eleições das freguezias de Nossa Senhora da Gloria e de Santa Thereza, nem sendo procedentes, como V. Ex. demonstra em outros officios tambem de 7 do mez findo, as allegações contra

a da parochia de Santo Antonio do Rio Bonito presidida pelo 1.º Juiz de Paz, e a de Santa Izabel do Rio Preto, devendo já estar juramentados, em virtude da resolução de V. Ex., os novos Juizes de Paz desta ultima freguezia; cumpre que V. Ex., mandando que continuem em exercicio na parochia de Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas os Juizes de Paz do quadriennio findo, expeça ordem para que prestem juramento e tomem posse, como Vereadores do municipio de Valença, os nove cidadãos mais votados nas freguezias de Nossa Senhora da Gloria, Santa Thereza, Santa Izabel do Rio Preto, e na eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz da de Santo Antonio do Rio Bonito, que foi considerada regular, não tendo havido fundamento para a duplicata feita sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

N. 44.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º fazerem parte da Mesa parochial pessoas não contempladas na qualificação dos votantes; 2.º effectuar-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia em que terminou a 2.ª

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 22 do mez findo, no qual communica ter annullado a eleição a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz, em 7 de Setembro ultimo, na parochia de S. Sebastião de Ouricury, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approva o seu acto, á vista das seguintes irregularidades que constão das respectivas actas, e que, segundo as disposições da lei, inquinão de nullidade o processo eleitoral:

4.<sup>a</sup> Terem feito parte da Mesa parochial dous individuos que não estavam qualificados votantes ;

2.<sup>a</sup> Haver-se feito a 3.<sup>a</sup> chamada no mesmo dia em que terminou a segunda.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 15.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.<sup>o</sup> a transferencia da assemblea parochial da matriz para outro local, não se provando a impossibilidade de effectuar-se alli a eleição, nem fazendo-se previo annuncio na fórma da lei; 2.<sup>o</sup> ser a eleição presidida por Juiz de Paz não juramentado.

3.<sup>a</sup> Seção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio sob n.<sup>o</sup> 414 de 22 do mez findo, no qual V. Ex. participa:

1.<sup>o</sup> Ter declarado válida a eleição a que se procedeu, em 7 de Setembro ultimo, para Vereadores e Juizes de Paz na matriz da freguezia do Senhor Bom Jesus dos Afflictos do Exú, sob a presidencia do 3.<sup>o</sup> Juiz de Paz, e nulla a que se pretende ter sido feita na casa da Camara Municipal, presidida pelo 4.<sup>o</sup> Juiz de Paz.

Havendo o dito 3.<sup>o</sup> Juiz de Paz assumido legitimamente a presidencia da assemblea parochial por ter deixado de comparecer o 4.<sup>o</sup>, e não estar juramentado o 2.<sup>o</sup>, e não constando das actas que no processo eleitoral se preterissem as formalidades requeridas pela lei, não podia deixar de considerar-se válida a eleição por elle presidida, sem embargo da allegação, não provada, do 4.<sup>o</sup> Juiz de Paz, de ter sido vedada a entrada da matriz a diversas pessoas.

A eleição, que se diz feita sob a presidencia do referido 4.<sup>o</sup> Juiz de Paz, não pôde subsistir por não se

provar a necessidade da transferencia do local da assemblea parochial, a qual só se pôde effectuar na impossibilidade de fazer-se a eleição na matriz, mediante prévio annuncio e observadas as cautelas do art. 4.º da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1816.

2.º Ter declarado nullas as duas eleições feitas na freguezia de Santa Anna do Saco, uma na matriz sob a presidencia do Juiz de Paz do 4.º anno, e a outra na casa de residencia do parcho, presidida pelo 1.º Juiz de Paz.

Fundou-se V. Ex. :

Quanto á 1.ª na razão de não estar juramentado o Juiz de Paz, sob cuja presidencia foi feita :

Quanto á 2.ª no facto de ter-se realizado sem motivo justificado fóra do lugar designado pela lei.

O Governo Imperial sustenta o acto de V. Ex. pela legalidade de seus fundamentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 16.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a infração do disposto no art. 1.º § 1.º do Decreto n.º 812 de 19 de Setembro de 1833; 2.º organizar-se nova mesa estando já outra regularmente constituída.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio de 22 do mez findo sob n.º 416 participa V. Ex. ter declarado nullas as duas eleições a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz, em 7 de Setembro ultimo, na matriz da freguezia do Senhor Bom Jesus dos Afflictos, da Fazenda Grande, municipio da Villa da Floresta, sendo presidida uma pelo 1.º Juiz de Paz do districto, e a outra pelo 4.º

O Governo Imperial, á vista das actas e documentos que as acompanhárão, approva o acto de V. Ex., attendendo ás seguintes razões:

1.<sup>a</sup> Que, tendo comparecido para a formação da mesa parochial com o dito 4.<sup>o</sup> Juiz de Paz, que tambem era eleitor, mais um eleitor e um sup-  
plente sómente, estes dous incompetentemente tomárão assento como membros da mesma mesa, e nomeárão para completal-a dous cidadãos. em vez de procederem pelo modo estabelecido no art. 4.<sup>o</sup> § 4.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 842 de 19 de Setembro de 1855;

2.<sup>a</sup> Que não podia o 4.<sup>o</sup> Juiz de Paz organizar nova mesa, estando constituída aquella e em exercicio sob a presidencia do 1.<sup>o</sup>

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 47.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara ser motivo de nullidade de eleição fazer-se a 3.<sup>a</sup> chamada dos votantes no mesmo dia em que terminou a 2.<sup>a</sup>

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex., como participou em officio sob n.<sup>o</sup> 447 de 22 do mez findo, declarou nulla a eleição, a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz, em 7 de Setembro ultimo, na freguezia de Nossa Senhora da Gloria de Goitá, municipio da villa de Pão d'Alho, pela razão de ter-se feito a 3.<sup>a</sup> chamada dos votantes, como consta da respectiva acta, no mesmo dia 8, em que terminára a 2.<sup>a</sup>, violada assim a expressa disposição do art. 48 da Lei n.<sup>o</sup> 387 de 19 de Agosto de 1846, e do art. 7.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 2621 de 22 de Agosto de 1860, e ao mesmo tempo ordenou, de conformidade com a



doutrina dos Avisos n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853, n.º 374 de 11 de Setembro de 1860 e outros, que, visto constituírem as outras duas freguezias a maioria do Municipio, prevalecesse a eleição de Vereadores nellas feita, expedindo-se aos eleitos os competentes diplomas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 18.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Declara ser nulla a eleição a respeito da qual se verifica haver differença para mais ou para menos entre a somma dos votos e o numero das cédulas recebidas, quando tal differença influe no resultado.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Participou V. Ex. em officio de 22 do mez findo, sob n.º 118, ter declarado nulla a eleição a que se procedeu para Juizes de Paz, em 7 de Setembro, na freguezia de S. Lourenço de Tejucupapo, municipio da cidade de Goyanna, porque, como representou a respectiva Camara municipal e consta das actas, houve entre a somma dos votos e o numero das cédulas recebidas as seguintes differenças: de 160 votos para mais quanto ao 1.º districto, de 72 tambem para mais quanto ao 2.º e de 100 para menos quanto ao 3.º; as quaes influirão no resultado da eleição.

O Governo Imperial, por este fundamento, approva o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

## N. 49.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Declara serem motivos de nullidade de eleições: 1.º incompetencia do lugar sem motivo legitimo para justificação do facto; 2.º formação de nova mesa estando em effectivo trabalho a que regularmente houver sido organizada na matriz.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approvou a deliberação tomada por V. Ex., e communicada em seu officio n.º 120 de 22 do mez findo, pela qual, declarando válidas, por terem sido feitas com regularidade, as eleições a que se procedeu, em 7 de Setembro ultimo, para Vereadores e Juizes de Paz nas matrizes das freguezias de Nossa Senhora da Conceição de Nazareth, e de Santo Antonio de Tra-cunhaém, annullou as duplicatas que se dizem feitas na capella do engenho Alagôa d'Anta, pertencente á 1.ª das ditas freguezias, e na capella do engenho Abrêos, pertencente á 2.ª.

São procedentes as seguintes razões em que V. Ex. se fundou:

1.ª Não serem reaes as eleições, que se dizem feitas nas referidas capellas de Alagôa d'Anta, e Abrêos, á vista das informações obtidas, e especialmente da do Juiz de Direito da comarca;

2.ª Não poderem subsistir taes eleições, quando se tivessem realizado, pela incompetencia do lugar, faltando motivo legitimo para justificação do facto, e por não ser admissivel que se formassem novas Mesas, estando em effectivo trabalho as que regularmente se havião organizado nas matrizes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

## N. 20.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara: 1.º ser motivo de nullidade de eleição a transferencia da reunião da assembléa parochial da matriz para outro local, sem razões plausiveis e sem prévio annuacio, observadas as formalidades da lei; 2.º que carece do valor necessario a justificação feita sem citação dos interessados.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Participou V. Ex., em officio sob n.º 422 de 22 do mez findo, ter declarado válida a eleição para Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em 7 de Setembro ultimo, na matriz da freguezia de S. José d'Agua Preta, presidida pelo 2.º Juiz de Paz do districto, e nulla outra que na mesma occasião se fez na casa da Camara Municipal sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, fundando-se V. Ex. nas seguintes razões:

1.ª Ter o 2.º Juiz de Paz legitimamente assumido a presidencia da assembléa parochial, não comparecendo o 1.º;

2.ª Não apparecer reclamação contra o processo eleitoral, que proseguio regularmente até ultimar-se;

3.ª Além de não estarem provadas as allegações apresentadas pelo 1.º Juiz de Paz como motivo da deliberação, que tomou, de fazer a eleição na casa da Camara Municipal abandonando a matriz, pois que carece do valor necessario a justificação feita sem citação dos interessados pelo lado contrario, serem contestadas todas aquellas allegações nas informações officiaes e especialmente na que prestou o Juiz de Direito da comarca;

4.ª Não se dar motivo justificativo do procedimento do 1.º Juiz de Paz, o qual não podia sem razões plausiveis, prévio annuncio e as solemnidades da lei, transferir para outro local a reunião da assembléa parochial, que deve effectuar-se na igreja matriz, como é expresso no art. 93 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Os fundamentos expostos, em que se apoia o acto de V. Ex., induzem o Governo Imperial a confirmá-lo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

## N. 21.—IMPERIO.—EX 42 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que não são motivos de nullidade em eleições: 1.º voto incompetentemente dado para a formação de mesa parochial quando não influe no resultado; 2.º assignatura de pessoa incompetente na respectiva acta quando não é contado o voto;—que são porém motivos de nullidade: 1.º ser feita a eleição fóra do lugar designado pela lei, sem razão justificada; 2.º organizar-se mesa, funcionando já outra regularmente formada.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilmo. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. sob n.º 421 de 22 do mez findo, communico-lhe que o Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex. declarou válida a eleição feita para Juizes de Paz e Vereadores, em 7 de Setembro ultimo, na matriz da freguezia de Nossa Senhora da Apresentação do Limoeiro, sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz, e nulla a que apparece como feita ao mesmo tempo na capella do engenho Guabiraba, presidida pelo 1.º Juiz de Paz.

O exame das actas e documentos por V. Ex. enviados convence de que:

1.º Legalmente assumio o dito 4.º Juiz de Paz a presidencia da assembléa parochial, por não ter comparecido o 1.º á hora designada pela lei, nem o 2.º e o 3.º apesar de terem sido convidados;

2.º O processo eleitoral correu sem irregularidade notavel;

3.º A allegação do 1.º Juiz de Paz, no protesto que apresentou, de não ter podido exercer alli suas funcções por motivo de violencias, não foi provada, e não pôde ser acreditada á vista do que consta das actas e da circumstancia de ter o mesmo Juiz de Paz comparecido posteriormente na matriz, comquanto se recusasse a tomar a presidencia da mesa parochial;

4.º Não influiu na formação da mesa parochial o voto incompetente do bacharel José Maria Freire Gamreiro, não comprehendido no numero dos supplentes, porque, tendo sido recebidas 42 cedulas, apenas houve um voto divergente;

5.º Não importa ter o supplente Eugenio Alves da Silva assignado a acta da formação da mesa, pois que, não concorrendo ao acto, não se lhe contou depois o voto, figurando sua assignatura por demais, e sendo esta sem alcance nem consequências;

6.º A eleição da capella do Engenho Guabiraba, presidida pelo mencionado 1.º Juiz de Paz, não pôde subsistir, não só por ter sido feita sem motivo justificado fóra do lugar designado pela lei, como por se haver organizado a respectiva mesa quando já funcionava a que regularmente se formára na matriz, e finalmente por ter servido para a eleição a qualificação feita no anno de 1867, que havia sido annullada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

#### N. 22.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que o facto da apresentação de protesto contra a eleição não autoriza a suspensão dos trabalhos, cumprindo unicamente fazello inserir na acta; e no caso de tal suspensão deve o Juiz de Paz, a quem competir, tomar a presidencia da Mesa e continuar o processo eleitoral.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Resolveu V. Ex., como participou em officio sob n.º 123 de 22 do mez findo, declarar válida a eleição a que se procedeu, em 7 de Setembro ultimo, para Vereadores e Juizes de Paz, na freguezia de Nossa Senhora da Escada, sem embargo da reclamação contra ella feita, por ter sido presidida pelo 2.º Juiz de Paz do 3.º districto da mesma freguezia, Henrique Gomes de Barros e Silva.

O Governo Imperial approva a decisão de V. Ex. por achar-se provado pela respectiva acta e documentos que a acompanhárão:

1.º Que, apresentando-se na occasião da formação da mesa parochial um protesto contra a eleição a que se ia proceder, o 1.º Juiz de Paz do districto da matriz irregularmente suspendeu com esse pretexto os trabalhos até que o Presidente da Provincia tomasse conhecimento do dito protesto, em vez de limitar-se, como lhe cumpria, a fazel-o inserir na acta sem interrupção do processo eleitoral;

2.º Que então, estando mudado da parochia o 2.º Juiz de Paz, recusando-se o 3.º a tomar a presidencia da assembléa parochial, não estando juramentado o 4.º, bem como os do 2.º districto, e achando-se ausente o 4.º do 3.º districto, competentemente tomou aquella presidencia o 2.º deste;

3.º Que proseguirão os trabalhos eleitoraes até sua ultimação, observando-se todos os preceitos legais;

4.º Que, finalmente, as allegações núas do referido protesto se achão completamente refutadas no contraprotesto, que com aquelle foi inserido na respectiva acta.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 23.—IMPERIO.—EM 42 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara: 1.º que para a eleição n.º dev. prevalecer a nova divisão de freguezia estando organizada a qualificação de votantes segundo a divisão anterior; 2.º que é ineligible para o cargo de Juiz de Paz o cidadão que não residir no districto.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 42 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com seu officio, sob n.º 423, de 22 do mez findo enviou-me V. Ex. as actas e documentos que o levãrão, não obstante as reclamações contra ellas feitas, a declarar válidas as

eleições a que se procedeu, em 7 de Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz nas freguezias de Santo Amaro de Jabotão e S. Lourenço da Matta, do municipio dessa capital.

O Governo Imperial approva a deliberação de V. Ex. pelas seguintes razões em que se fundou :

Contra a validade da eleição da primeira das referidas freguezias não procede a arguição de ter sido presidida pelo 4.º Juiz de Paz do districto mais vizinho da freguezia de Nossa Senhora do Rosario da Muribeca, Manoel Martiniano Leite, estando provado que o 4.º Juiz de Paz da parochia de que se trata abandonou os trabalhos eleitoraes e retirou-se com todos os membros da mesa, sem motivo legitimo, embora allegasse posteriormente recção de violencias : pelo que regularmente e na fórma do disposto nas Instruções de 28 de Junho de 1849 arts. 4.º e 5.º assumio o dito Juiz de Paz do districto mais vizinho a presidencia da assembléa parochial, por não comparecer nenhum dos da freguezia, nem dos mais votados daquelle districto, e organizou nova mesa, com a qual concluiu-se a eleição, observadas todas as formalidades legais.

Tambem não prejudica a eleição da segunda das mencionadas freguezias o facto de ter sido presidida pelo 4.º Juiz de Paz, porque, como está demonstrado, não tendo comparecido o 4.º á hora designada pela lei, e achando-se ausente da parochia o 2.º e impedido o 3.º, procedeu aquelle 4.º Juiz de Paz legalmente tomando a presidencia dos trabalhos eleitoraes, que se concluirão com toda a regularidade.

O comparecimento do 4.º Juiz de Paz depois de organizada a mesa parochial não altera o estado da questão, pois que immediatamente retirou-se e não quiz assumir a direcção dos trabalhos. Nem importa a allegação de recção de violencias, quando nua e despidida de provas que destruão as informações officiaes prestadas pelas autoridades, entre as quaes o Juiz de Direito da comarca.

Pelos motivos expostos o Governo Imperial sustenta o acto de V. Ex. e bem assim a deliberação de não annuir á reclamação feita para obter a revogação da decisão do antecessor de V. Ex., segundo a qual devia prevalecer para a eleição a divisão da freguezia em tres districtos, e não a que fôra feita em quatro pela Lei Provincial de 44 de Maio ultimo, visto que, estando organizada a qualificação

segundo aquella divisão, não se podia sem inconveniente proceder á eleição por outro modo.

Por ser conforme ao disposto no art. 99 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e doutrina do Aviso n.º 244 de 26 de Agosto de 1864, manda o Governo Imperial que seja mantida a declaração de V. Ex. sobre a inelegibilidade do Major João Francisco do Rego Maia para o cargo de Juiz de Paz do 4.º districto da freguezia de Nossa Senhora da Saude do Poço da Panella, verificado o facto, que a V. Ex. foi comunicado, de não residir no districto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 24.—IMPERIO.—EM 12 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara serem motivos de nullidade dos trabalhos de qualificação: 1.º funcionar a Junta fóra da matriz sem causa justificada e sem preceder edital; 2.º não trabalhar cinco dias consecutivos, 3.º reunir-se 3.ª vez.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accusando o recebimento do officio de V. Ex. sob n.º 124 de 22 do mez findo, no qual communicou ter declarado nulla a revisão da qualificação feita em 1868 na freguezia de Nossa Senhora do Desterro, do municipio de Itambé, declarou a V. Ex. que o Governo Imperial approva o seu acto pelas seguintes razões:

1.ª Ter a Junta, durante os trabalhos, deixado a matriz, passando a funcionar na casa da residencia do Juiz de Paz Presidente, sem motivo justificado e sem preceder edital, infringindo-se o preceito da Lei e as determinações dos Avisos n.º 166 de 25 de Junho de 1849 e n.º 298 de 3 de Julho de 1863;

2.ª Não ter a mesma Junta trabalhado cinco dias consecutivos, como determina o art. 22 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846;



3.<sup>a</sup> Ter o dito Juiz de Paz, contra as disposições da Lei, reunido a Junta terceira vez em 2 de Março, sob pretexto de irregularidade nos trabalhos.

Consequentemente approva tambem o Governo Imperial o acto, pelo qual V. Ex., como communicou no mesmo officio, declarou válida a eleição feita na referida freguezia em 7 de Setembro ultimo para Vereadores e Juizes de Paz, visto ter ella corrido regularmente effectuando-se as chamadas dos votantes pela qualificação de 1867, e não por aquelle alistamento nullo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 25.—IMPERIO.—EM 13 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara ser motivo de nulidade de eleição o facto de ter servido na mesa parochial um membro incompetente.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Trouxe V. Ex. ao conhecimento do Governo Imperial, com officio de 23 de Outubro ultimo, o acto pelo qual annullou a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Setembro na parochia de Paranaguá.

Das actas e documentos que forão presentes a V. Ex. vê-se:

4.<sup>o</sup> Que o Juiz de Paz mais votado que presidiu a eleição, o Dr. Manoel Alves de Araujo, ha mais de dous annos mudára sua residencia da cidade de Paranaguá para a de Antonina, onde se estabelecêra com engenho de socar matte, perdendo o seu cargo pelo facto da mudança de residencia, como foi declarado por essa Presidencia;

2.<sup>o</sup> Que installada a mesa, não quiz o Juiz de Paz consentir que della fizesse parte o cidadão João An-

tonio de Siqueira, eleito pela turma dos supplentes, sob pretexto de não estar qualificado, apesar de ter a mesma turma decidido, quando consultada, que elle era elegivel ;

3.º Que, depois de assignada a acta da installação, o presidente da mesa convocou o 2.º Juiz de Paz e fê-lo chamar um cidadão para tomar parte nos respectivos trabalhos, em lugar de João Antonio de Siqueira ;

4.º Que, sendo apresentados á mesa dous recursos providos pelo Tribunal da Relação, mandando qualificar 428 cidadãos, com uma portaria da Presidencia, ordenando o cumprimento dos acordãos, a maioria se recusou a esse cumprimento, sob pretexto de que não fôra interposto recurso da decisão do Conselho municipal ;

5.º Que a final a mesa resolveu tomar em separado os votos dos cidadãos qualificados por decisão da Relação, mas sem que mencionasse na acta os nomes desses cidadãos que faltarão á 3.ª chamada, sendo esta feita pelo mesario eleito pela turma dos supplentes, e não pelo presidente da mesa ;

6.º Que não se fez apuração regular dos votos tomados em separado, os quaes foram apenas declarados em um termo assignado sómente pelo Juiz de Paz e um mesario, e lavrado em livro differente do em que se lançarão as actas, e em dia posterior ao do final da eleição ;

7.º Que João Antonio de Siqueira estava entre os 428 cidadãos mandados qualificar pela Relação do districto.

Resolveu V. Ex. annullar a referida eleição, considerando :

1.º Que, como bem se deduz dos Avisos n.º 55 de 45 de Fevereiro de 1854, e n.º 522 de 8 de Novembro de 1862, do art. 50 da lei regulamentar das eleições, e do art. 19 das instrucções de 28 de Janeiro de 1849, não é a mesa parochial competente para julgar da legalidade ou illegalidade com que procede a Relação na decisão dos recursos de qualificação ; não podendo deixar de dar execução aos acordãos que mandão incluir votantes na qualificação, ainda sob pretexto de não ter havido interposição de recurso ;

2.º Que foram nullificados os votos dos cidadãos qualificados em virtude dos acordãos, por não se terem declarado em acta competente o numero das cédulas recebidas em separado e os nomes dos que

perdêrão o direito de votar por não acudirem á 3.ª chamada ;

3.º Que, demais, a apuração desses votos não se fez constar em acta lançada no livro proprio, mas em um termo separado, assignado sómente por dous membros da mesa, tendo sido aquelle livro remetido no dia antecedente á Camara Municipal, depois de queimadas as cédulas e publicado o resultado da eleição, como se declara na respectiva acta, não constando do termo de apuração, nem o modo por que ella se fez, nem que a urna respectiva fosse guardada de um para outro dia com as formalidades legais ;

4.º Que os votos dos cidadãos mandados qualificar pelo tribunal competente influem no resultado da eleição ;

5.º Que, presidindo a mesa Juiz de Paz que perdêra o lugar por mudança de residencia, não podem deixar de ser nullos os respectivos trabalhos ;

6.º Que, estando João Antonio de Siqueira qualificado por acordão da Relação do districto, de cuja legalidade não competia á mesa conhecer, e tendo a turma dos supplentes reconhecido a sua elegibilidade, na fórmula do art. 42 do decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836, não podia ser, como foi, excluido da mesa ;

7.º Que, ainda que não estivesse qualificado, e a turma dos supplentes não quizesse eleger outro, deveria o presidente da mesa convidar, não o 2.º, mas o 5.º votado para Juiz de Paz, a fim de proceder á nomeação do mesario, como se infere do Aviso n.º 364 de 5 de Setembro de 1860 e do art. 40 do decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836; sendo portanto incompetente o membro da mesa nomeado pelo 2.º Juiz de Paz;

8.º Que, em todo caso, a nomeação devêra ser feita antes de assignada a acta da formação da mesa, e nunca depois, visto ser então diverso o meio da nomeação, resultando ainda desta consideração a incompetencia do cidadão João Francisco Pedro, para fazer parte da mesa parochial.

Attendendo a que basta para fundamentar a decisão de V. Ex. o facto, que não pôde ser contestado, de ter servido na mesa um membro incompetente, o Governo Imperial, de acôrdo com a doutrina do Aviso de 18 de Novembro ultimo, approva aquella decisão. Cumpre portanto que V. Ex. expeça as

convenientes ordens, não só para que se proceda a nova eleição, observadas a doutrina do Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853 e as disposições em vigor, como para que seja respeitado o direito de votar, reconhecido aos 428 cidadãos, de quem se trata, pelo tribunal da Relação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província do Paraná.

---

N. 26.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 13 DE JANEIRO DE 1869.

Declarando que a companhia União e Industria pôde receber nas estações da extracção da Estrada de Ferro de D. Pedro II as comissões que os fazendeiros costumão pagar.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras publicas, em 13 de Janeiro de 1869.

A vista do que V. S. ponderou em seu officio desta data declaro-lhe para fazer constar á companhia União e Industria que lhe é concedida permissão para receber café e quaesquer outros generos, mediante a commissão do estylo que os fazendeiros costumão pagar nas estações da estrada de ferro que se crearem na linha de Entre Rios a Porto Novo do Cunha e na direcção do prolongamento da mesma estrada pelo valle do Parahybuna.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da companhia União e Industria.

---

## N. 27.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE JANEIRO DE 1869.

Estabelece regras para a execução dos arts. 16 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1859 e 24 do Decreto n.º 722 de 23 de Outubro do mesmo anno, relativamente ao exercício dos cargos de Juizes Municipaes, Delegados e Subdelegados de Policia, com o de postos da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 18 de Julho do anno findo, communicou o antecessor de V. Ex. que, por haver accitado o Delegado de Policia e supplente de Juiz Municipal, José de Brito Jurema, o posto de Tenente Coronel Commandante do 2.º batalhão da reserva da Guarda Nacional do municipio do Pilar, lhe declarou ter elle renunciado tacitamente aquelles cargos, nos termos dos Avisos de 24 de Julho de 1855, 3 de Junho de 1863 e 31 de Setembro de 1865.

Tendo, porém, o mesmo antecessor de V. Ex. duvida sobre a incompatibilidade relativa ao cargo policial, pedio naquelle officio solução da mesma duvida para fixar-se regra a respeito de factos identicos, participando entretanto não ter reformado a sua decisão, assim como outra, proferida relativamente ao cargo de Juiz de Paz.

Sua Magestade o Imperador a cuja presença fiz chegar o mencionado officio, Ordena a V. Ex. que, para boa execução do art. 16 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1859 e art. 24 do Decreto n.º 722 de 23 de Outubro do mesmo anno, sejam observadas as seguintes regras:

1.ª Os Juizes Municipaes, Delegados e Subdelegados de Policia, seus respectivos supplentes e os Juizes de paz, que já pertencerem á Guarda Nacional deixarão de servir nella durante o tempo do effectivo exercicio daquelles cargos: mas continuarão a fazel-o quando cessar legalmente o impedimento.

2.ª Quando estas autoridades estiverem em exercicio e forem nomeados ou promovidos para algum posto da Guarda Nacional, entender-se-ha que renunciarão seus cargos, se tomarem posse do mesmo posto, embora não permanecção no exercicio.

3.<sup>a</sup> Com excepção dos Juizes Municipaes e seus supplentes serão considerados em legitimo impedimento para tomar posse dentro dos prazos estabelecidos no Decreto n.º 722 de 25 de Outubro de 1850 as referidas autoridades, que, estando no exercicio de seus cargos, forem nomeadas ou promovidas para algum posto da Guarda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 28.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Providencia sobre os casos de incompatibilidade nos cargos de Juizes Municipaes, Delegados de Policia, e seus supplentes, e Juizes de Paz com qualquer posto na Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 400 de 6 de Outubro ultimo communicou V. Ex. que Manoel Antonio de Andrade, tendo accitado e exercido posto da Guarda Nacional, renunciara por isso o cargo de Juiz de Paz, de conformidade com a legislação anterior á Lei n.º 692 de 19 de Setembro de 1850; o que V. Ex. lhe declarara, ordenando ao mesmo tempo á Camara Municipal respectiva que deferisse juramento ao immediato em votos.

Em officio de 29 do mesmo mez remetteu V. Ex. uma representação, na qual o mencionado Andrade reclama contra o acto, que assim o privou do cargo de Juiz de Paz.

Para a boa execução do art. 16 da Lei n.º 692 de 19 de Setembro de 1850 e art. 24 do Decreto n.º 2722 de 25 de Outubro do mesmo anno, convem que V. Ex. observe neste e outros casos de incompatibilidade da Guarda Nacional as seguintes regras:

1.º Os Juizes Municipaes, Delegados e Subde-

legados de Policia, seus respectivos supplentes e os Juizes de Paz, que já pertencerem à Guarda Nacional, deixarão de servir nella durante o tempo do effectivo exercicio daquelles cargos; mas continuarão a fazel-o, quando cessar legalmente o impedimento.

2.<sup>a</sup> Quando estas autoridades estiverem em exercicio e forem nomeadas ou promovidas para algum posto da Guarda Nacional, entender-se-ha que renunciarão seus cargos se tomarem posse do mesmo posto, embora não permaneçam no exercicio.

3.<sup>a</sup> Com excepção dos Juizes Municipaes e seus supplentes, serão considerados em legitimo impedimento para tomar posse dentro dos prazos estabelecidos no Decreto n.<sup>o</sup> 722 de 25 de Outubro de 1850 as referidas autoridades que, estando no exercicio de seus cargos, forem nomeados ou promovidos para algum posto da Guarda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 29. — FAZENDA.—EM 13 DE JANEIRO DE 1869.

Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda quando, no mez em que terminar o troco de notas do Thesouro sem desconto, não tiverem os fundos precisos para essa operação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaberahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que não podem ser interrompidos ou alterados os prazos marcados para o troco das notas do Thesouro em circulação, ainda no caso de não possuírem as Thesourarias no mez em que terminar o troco sem desconto os fundos precisos para elle, porque nesta hypothese serão recebidas até o ultimo dia do mesmo mez as notas que se apresentarem á substituição, dan-

do-se aos portadores recibos nominativos das importancias que entregarem, para serem resgatados com o producto da renda do mez seguinte ou com os supprimentos do Thesouro, que serão requisitados com a necessaria antecedencia, a fim de que não se dificulte o regular andamento da operação, nem se sujeitem as partes a descontos indevidos.

De igual modo se praticará se succeder que no mez em que começar a deducção de 10 % e nos seguintes ainda faltem fundos para o troco, declarando-se então nos recibos qual a porcentagem do desconto, e qual o liquido a indemnisar.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 30.—FAZENDA. — EM 13 DE JANEIRO DE 1869.

Instrucções á Pagadoria do Thesouro, regularisando o serviço dos pagamentos de jornaes a operarios e serventes livres, o de vencimentos ás praças do Corpo de Bombeiros, e outros não abonaveis por pret.

Ministerio dos Negocios da Fazenda, — Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que na Pagadoria do mesmo Thesouro se observem as seguintes

### **Instrucções.**

Art. 1.º Nos pagamentos que se fizerem dentro ou fora da Pagadoria de jornaes a operarios e serventes livres de quaesquer obras, Repartições ou Estabelecimentos publicos, e de vencimentos ás praças do Corpo de Bombeiros, e outros que não forem abonaveis por pret, o Empregado que servir de Escrivão procederá á chamada dos individuos constantes das folhas, ferias, ou recense que antes de videntemente processados, e á medida



que se fôr effectuando o pagamento das quantias que lhes pertencerem, lançará a nota — Pg. — e a rubricará em frente ás mesmas quantias, deste modo:

1.º Manoel Joaquim da Silva, 5 dias a 1\$000 5\$000.  
Pg. Coelho.

2.º José Gomes, 10 dias a 1\$000 10\$000. Pg. Coelho.

3.º Mathias Gonçalves Ferreira, 12 dias a 1\$000 12\$000.

4.º Simão Dias, 4 dias a 1\$000 4\$000. Pg. Coelho.

Art. 2.º Os pagamentos serão feitos aos proprios credores, ou a seus legitimos procuradores. Aos que se effectuarem fóra da Pagadoria assistirá sempre, por designação do Chefe respectivo, um apontador, mestre, ou outro official das obras, officinas, ou estabelecimentos, que tiver conhecimento dos individuos mencionados nas folhas e ferias, para informar sobre a sua identidade, quando não fôr esta reconhecida pelos Fiel e Escripturario incumbidos dos pagamentos, para isso competentes.

Art. 3.º Os pagamentos feitos em cada dia serão averbados pelo Escripturario que servir de Escrivão no fim das ferias, com referencia ao numero indicativo, que tiver nellas cada um dos operarios (ou praças do seguinte modo: — Pagos hoje os jornaes (ou vencimentos) de ns. .... a .... na importancia de .... \$.... (em algarismo e por extenso.)

Esta verba será datada com declaração da Repartição ou lugar onde se fizer o pagamento, e assignada pelo Fiel e Escripturario, e pelo informante de que trata o art. 2.º

Art. 4.º O Fiel e o Escripturario são responsaveis ao Pagador pelos pagamentos indevidos e illegaes, feitos fóra da Pagadoria, na fórma dos arts. 6.º e 7.º, §§ 1.º e 2.º das Instrucções de 27 de Abril de 1859, e art. 7.º das de 20 de Junho de 1864.

Art. 5.º Os operarios ou praças, que não estiverem presentes á hora annunciada para os pagamentos nas proprias Repartições, só serão pagos no Thesouro apresentando bilhete assignado pelo Chefe respectivo declarando que são os proprios, seus nomes, dias de vencimento, e quantia que tiverem de receber, com tanto que confirão taes declarações com as das ferias, ou contas que restarem por pagar.

*Visconde de Itaboraity.*

## N. 31.—GUERRA.—EM 15 DE JANEIRO DE 1869.

Dá providencias sobre o pagamento das férias das guarnições dos escaleres ao serviço da Escola Militar e das fortalezas do porto do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. se sirva expedir as necessarias ordens para que as férias, já vencidas e que se forem vencendo, das guarnições dos escaleres ao serviço da Escola Militar e das fortalezas deste porto sejam pagas ao Quartel Mestre da referida Escola e Almojarifes das mesmas fortalezas, que para esse fim se apresentarão em tempo no Thesouro Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—A S. Ex. o Sr. Visconde de Raborahy.

## N. 32.—IMPERIO.—EM 15 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara serem nullas as eleições feitas por qualificações anteriores, havendo posteriores concluidas nos termos da lei.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 15 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Acuso o recebimento do officio sob n.º 119 de 22 do mez findo, no qual V. Ex. comunica ter declarado nullas as eleições a que se procedeu em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz das duas freguezias de S. José do Rio Formoso, e de Nossa Senhora da Purificação e S. Gonçalo de Una.

O Governo Imperial approva o acto de V. Ex., além de outras razões em que se fundou, pela de terem-se feito as eleições, na primeira das ditas fre-

DO GOVERNO.

quezias, pela qualificação de 1863, e na segunda, pela de 1864, havendo qualificações de annos posteriores concluidas nos termos da lei.

E' igualmente approvado o acto pelo qual V. Ex., á vista das falsificações reconhecidas no respectivo livro e na cópia authenticã remettida a essa Presidencia, julgou nulla a qualificação feita em 1868 na parochia do Rio Formoso, e mandou que a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz se fizesse pela qualificação de 1866, reconhecida legal pela Camara dos Deputados, visto não ter ficado concluida a de 1867, por falta de reunião do Conselho Municipal, que devia conhecer do recurso interposto de decisões da Junta pelo Bacharel Olympio Marques da Silva.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 33.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que compete ao Juiz respectivo designar e exonerar o Promotor de Capellas e Resíduos, enquanto não for o officio creado por lei.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o seu officio de 23 de Dezembro ultimo remetteu V. Ex. a representação, que lhe dirigio o Promotor Publico da Comarca dessa Capital contra o Juiz Municipal supplente em exercicio, por tel-o demittido do cargo de Promotor de Capellas e Resíduos, que o reclamante considera annexo ao que exerce.

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que, enquanto o officio não é creado pela Assembléa Provincial, a designação de pessoa para exercer provisoriamente essa occupação forense, é da competencia do Juiz.

Bem entendeu, pois, V. Ex. que ao Juiz, que nomêa interinamente o Promotor de Capellas e Resíduos, cabe o direito de demittil-o, emquanto outra cousa não fôr declarada em lei, nada havendo portanto que deferir ao reclamante.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 34.— IMPERIO.— EM 16 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.— Declara ser nulla a eleição em que a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> chamadas dos votantes são feitas no mesmo dia.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 16 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de V. Ex. de 22 do mez findo, acompanhado das actas da eleição a que, em Setembro ultimo, se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz na parochia da Conceição do Arroio, Ha por bem mandar annullar a dita eleição, visto que, com infracção do preceito essencial do art. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, forão feitas no mesmo dia a 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> chamadas dos votantes.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

## N. 35. — IMPERIO. — EM 16 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara nulla a eleição em que a 3.<sup>a</sup> chamada dos votantes é feita no mesmo dia em que se realiza a 2.<sup>a</sup>

2.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 16 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — O Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex., como consta de seu officio de 16 do mez findo, declarou nulla a eleição a que se procedeu em Setembro ultimo para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia da Prainha, por se ter feito, como mostra a respectiva acta, a 3.<sup>a</sup> chamada dos votantes no mesmo dia em que se realizára a 2.<sup>a</sup>, infringida a disposição do art. 48 da Lei de 19 de Agosto de 1816.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

## N. 35. — IMPERIO. — EM 16 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.<sup>o</sup> formar-se nova mesa estando outra organizada e funcionando competentemente; 2.<sup>o</sup> concorrerem para a formação da mesa pessoas incompetentes; 3.<sup>o</sup> impossibilidade manifesta de se effectuarem os trabalhos no tempo mencionado nas actas; 4.<sup>o</sup> falta da declaração dos votantes que não acudirão ás chamadas.

2.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 16 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Enviando as actas e documentos relativos ás duas eleições a que se procedeu na matriz da freguezia de Santa Anna do municipio do Camisão, sendo presididas, uma pelo 3.<sup>o</sup> Juiz de Paz do districto da mesma matriz, e a outra pelo 3.<sup>o</sup> do districto da Serra Preta, communica V. Ex., em officio de 21 do mez findo, ter declarado válida a 1.<sup>a</sup>, e nulla a 2.<sup>a</sup>

O Governo Imperial approva o acto de V. Ex., á vista das seguintes razões em que se fundou:

1.<sup>a</sup> Ser perfeitamente legal o procedimento do 3.<sup>o</sup> Juiz de Paz do districto da matriz assumindo a presidencia da assembléa parochial no impedimento do 4.<sup>o</sup> e visto ter fallecido o 2.<sup>o</sup>, e haver corrido na fórma da lei todo o processo eleitoral;

2.<sup>a</sup> Ter formado incompetentemente nova mesa o 3.<sup>o</sup> Juiz de Paz do districto da Serra Preta, estando a primeira organizada e funcionando competentemente;

3.<sup>a</sup> Haverem concorrido para a formação dessa nova mesa dous cidadãos que se provou não serem eleitores, nem supplentes; e figurarem como tendo votado para ella alguns eleitores que declararão ter tomado parte, não neste acto, mas no da organização da 4.<sup>a</sup> mesa, em cuja acta estão assignados;

4.<sup>a</sup> Não ser possível, como se diz na respectiva acta, a realização, no mesmo dia da organização da mesa, de duas chamadas de 2.763 votantes, e apuração em outro de 2.555 cédulas recebidas;

5.<sup>a</sup> Faltar na respectiva acta a menção, exigida no art. 49 da Lei n.<sup>o</sup> 387 de 49 de Agosto de 1846 e no Aviso n.<sup>o</sup> 385 de 24 de Outubro de 1857, dos nomes dos votantes que não acudirão ás chamadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província da Bahia.

N. 37.—IMPERIO.— EM 16 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Paraná.—Declara que os habitantes do territorio desmembrado de uma freguezia e annexado a outra devem votar na ultima, sendo ambas pertencentes ao mesmo collegio eleitoral.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 16 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 9 do mez findo, communico V. Ex. ter ordenado que os habitantes do territorio desmembrado da freguezia de Iguaçu

e annexado á do Príncipe, pela Lei provincial de 44 de Outubro do anno passado, votem na ultima destas freguezias, requisitando o competente Juiz de Paz cópia da qualificação daquella, na parte relativa ao referido territorio, para fazer a convocação e a chamada dos votantes.

Em resposta declaro a V. Ex. que tem todo o fundamento o acto de V. Ex., visto pertencerem ambas as freguezias ao mesmo collegio eleitoral, como foi estabelecido nos Avisos n.º 27 de 30 de Janeiro de 1849 § 8.º, n.º 299 de 4 de Julho de 1863 § 2.º, e n.º 433 de 17 de Dezembro de 1867.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 38.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 16 DE JANEIRO DE 1869.

Autorisando os Estacionarios dos Telegraphos a abrir a correspondencia, que pelas estações publicas forem dirigidas contendo ordem para as transmissões telegraphicas.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 16 de Janeiro de 1869.

Expeça V. S. as convenientes ordens, a fim de que os Estacionarios da Repartição a seu cargo sejam autorisados a abrir a correspondencia, que lhe fôr dirigida, pelas Secretarias de Estado e as Repartições ás mesmas subordinadas, contendo ordem para transmissões telegraphicas, sempre que por qualquer circumstancia não esteja V. S. presente na estação central; porquanto de outro modo pôde resultar e effectivamente tem resultado inconvenientes demoras na transmissão dos telegrammas officiaes.

Deus Guarde a V. S.—*Ioaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. Director Geral dos Telegraphos.

---

N. 39. — GUERRA. — CIRCULAR EM 17 DE JANEIRO DE 1869.

Determina que sejam remittidas ao Thesouro Nacional cópias dos contractos que costumam ser enviados ao mesmo Thesouro.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Janeiro de 1869.

Declaro a V. para seu conhecimento e devida execução, na parte que lhe toca, que d'ora em diante não devem mais ser remettidas ao Thesouro Nacional as cópias de contractos que costumavão ser-lhe enviadas, visto ter o Sr. Ministro da Fazenda representado, em o seu Aviso de 30 do mez proximo passado, que não compete mais ao mesmo Thesouro o exame e calculo das despesas a pagar pertencentes aos diversos Ministerios.

Deus Guarde a V. — *Barão de Marilhy*. — Sr. ...

N. 40. — FAZENDA. — EM 18 DE JANEIRO DE 1869.

Eleva a 18 % a porcentagem marcada na Ordem de 7 de Novembro do anno passado para os Empregados da Mesa de Rendas de Antonina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Iaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, para a devida intelligencia e execução, que a porcentagem de 8 %, marcada na Ordem de 7 de Novembro do anno passado para os Empregados da Mesa de Rendas de Antonina, fica elevada a 18 %; sendo tres partes para o Administrador e duas para o Escrivão, com tanto, porém, que a quota do primeiro nunca exceda a 3:300\$000 e a do segundo a 2:200\$000.

*Visconde de Iaborahy*



N. 44.--IMPERIO.— EM 18 DE JANEIRO DE 1869

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º funcionar um Juiz de Paz menos votado estando presente e em exercicio outro mais votado; 2.º concorrerem para a formação da mesa eleitores não approvados pelo poder competente; 3.º não constarem das actas os nomes dos votantes que não comparecerão; 4.º o excesso de votos em relação ao numero das cédulas recebidas.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex. em officio de 18 do mez findo, que tendo-se feito em 7 de Setembro na matriz da freguezia de Nossa Senhora do Rosario do Oroló, do municipio do Camisão, duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, V. Ex. declarou válida a que foi presidida pelo 2.º Juiz de Paz, e nulla a que se fez sob a presidencia do 4.º, fundando-se nas seguintes razões:

1.ª Haver o dito 2.º Juiz de Paz assumido regularmente a presidencia da assembléa parochial, á vista do disposto no art. 2.º da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, pois que o mais votado achava-se legitimamente impedido estando pronunciado em processo por crime de tentativa de morte;

2.ª Ter o mesmo Juiz de Paz procedido tambem legalmente e nos termos do Aviso n.º 186 de 21 de Julho de 1864 § 1.º, organizando a mesa parochial pelo modo estabelecido no art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, visto que, não tendo sido approvada pela Camara dos Deputados a eleição dos eleitores e supplentes da freguezia, não podião estes concorrer para a formação da dita mesa;

3.ª Não poder subsistir a 2.ª eleição presidida pelo 4.º Juiz de Paz, já pela incompetencia deste, estando presente e em exercicio o 2.º, já pelo vicio substancial da formação da mesa parochial com os ditos eleitores e supplentes não reconhecidos pelo poder competente, já finalmente pelas irregularidades, que se notão nas actas, de não constarem, como requer o art. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, os nomes dos votantes que deixarão de

acudir ás chamadas e de apparecerem com 4.508 votos, e 4.385, o 1.º e o 2.º votados para Vereadores, tendo-se recebido 4.352 cedulas sómente.

O Governo Imperial, á vista destas razões provadas com as actas e documentos que as acompanhárão, approva o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

#### N. 42.—IMPERIO.—EM 18 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º organizar-se a mesa depois da hora propria, tendo-se conservado fechada até então a igreja matriz, havendo se por isso retirado grande parte dos votantes; 2.º não serem chamados os votantes de territorio annexado á freguezia; 3.º incompetencia de lugar sem motivo legitimo da transferencia.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex. em officios de 26 de Novembro e 22 de Dezembro ultimos, sob n.ºs 408 e 413, ter, á vista das actas e documentos que remetteu, declarado nullas as eleições a que se procedeu em duplicata para Vereadores e Juizes de Paz, tanto na freguezia de S. Felix, como na de Nossa Senhora da Conceição da Pedra, do municipio do Buique.

O Governo Imperial approva estes actos, attendendo ás seguintes razões em que V. Ex. se fundou: Quanto á 1.ª das ditas freguezias:

1.º Estar provado, não só que o 1.º Juiz de Paz compareceu na matriz e organizou a mesa parochial depois da hora designada pela lei, tendo-se conservado fechada a mesma matriz, á vista do que se retirára grande parte do povo, concorrendo para a capella de S. Sebastião, onde se formou outra mesa

sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz do 2.º districto, mas tambem que aquelle Juiz de Paz, tendo á sua disposição, nas immedições da matriz, crecido numero de pessoas armadas, atemorizou muitos votantes que se retirárão;

2.º Não poder tambem subsistir a outra eleição realizada na referida capella de S. Sebastião, já pela irregularidade de ter sido feita fóra da matriz, não procedendo a razão de achar-se esta fechada á hora designada pela lei, porque devia ter-se recorrido aos meios competentes para que fosse aberta; já por terem sido eleitos os dous membros da mesa, que devião representar a turma dos suplentes, pelo cidadão João Corrêa de Mello Guimarães, que está provado não se achar incluído na lista destes.

Quanto á 2.ª das referidas freguezias, a de Nossa Senhora da Conceição da Pedra:

1.º Não terem sido chamados, na eleição feita na matriz sob a presidencia do Juiz de Paz do 2.º districto da parochia de Aguas Bellas Luiz Cavalcanti de Albuquerque Mello, os votantes da parte de territorio annexada á dita freguezia da Pedra, e que pertencêra ao municipio de Cimbres;

2.º Estar demonstrado que foi clandestina a outra eleição que se diz feita na sala das audiencias do Juizo de Paz sob a presidencia do Juiz mais votado do districto, porque nenhuma noticia houve della na occasião; e além disto, ser manifesta a nullidade de tal eleição, se tivesse sido real, não só pela incompetencia do lugar sem prova de motivo legitimo que justificasse a transferencia da assembléa parochial, como tambem por se dizer que nelle servio a qualificação de 1868 não concluída, visto pender recurso della, interposto para o Conselho Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 43. — IMPÉRIO. — EM 18 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Juiz de Paz do curato de Santa Cruz. — Declara que a presidência das mesas parochiaes na eleição de Janeiro compete aos Juizes de Paz do quadriennio actual.

2.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 1869.

Resolvendo a duvida constante de seu officio de 42 do corrente, declaro a Vm. que a assembléa parochial, que tem de reunir-se na ultima dominga do corrente mez para a eleição primaria, deve ser presidida pelo Juiz de Paz do quadriennio actual, e não pelo do quadriennio findo, posto que este houvesse feito a convocação, pois a disposição do art. 440 da Lei n.º 387 de 49 de Agosto de 1846 só rege o caso especial da presidência das juntas de qualificação, como explicou o Aviso n.º 460 de 49 de Junho de 1849.

Deus Guarde a Vm. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Francisco Cancio de Pontes, Juiz de Paz do curato de Santa Cruz.



N. 44. — JUSTIÇA. — AVISO DE 18 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara que um Promotor Publico removido não tem direito ao ordenado relativo ao tempo de uma licença que lhe fôra concedida antes de entrar em exercicio na nova comarca.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio que V. Ex. me dirigio em 22 do passado, consultando se o Promotor da comarca de Tacaratú, removido da de Pajeú de Flores, e á quem se concedeu uma licença antes de entrar em exercicio na nova comarca tem

direito ao ordenado relativo ao tempo da dita licença; declaro a V. Ex. que não sendo magistrados os Promotores e não estando por isso comprehendidos na disposição do art. 40 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1843, em casos identicos ao de que se trata, não se lhes pôde abonar vencimento como acontece com os Juizes Municipaes em virtude do Aviso do Ministerio da Fazenda de 14 de Novembro de 1853.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 43.—JUSTIÇA—AVISO DE 19 DE JANEIRO DE 1869.

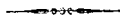
Ao Presidente da Provincia de Goyaz.—Declara que ao Poder Executivo compete conhecer da questão de pagamentos da vintena a um testamenteiro casado com herdeira do testador.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo Imperial, com o officio de V. Ex. de 4 de Novembro ultimo, a consulta do Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Natividade,—se, em vista do Decreto n.º 4403 de 3 de Junho de 1854, um testamenteiro, casado com herdeira do testador tem direito a receber a vintena, que este deixára em verba de solemne testamento, ou se o citado Decreto refere-se á hypothese de não ter o testador designado vintena reclamando o testamenteiro arbitramento de salario.

Declaro a V. Ex. que, sendo a questão da exclusiva competencia do Poder Judiciario, o Governo se abstém de conhecer della; convindo que os Juizes, quando pedirem Instrucções para julgar os casos occorrentes, se lembrem que a elles compete supprir a disposição da lei, incorrendo em responsabilidade se demorão a administração da justiça.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.



## N. 46.—GUERRA.—EM 19 DE JANEIRO DE 1869.

Declara que os envoltórios dos objectos fornecidos ao Arsenal de Guerra da Côrte não devem ser restituídos aos fornecedores.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 19 de Janeiro de 1869.

A José Vicente Tourinho, que, no requerimento por V. S. informado em 28 de Novembro e 21 de Dezembro proximo passado, solicita pagamento dos caixões, em que vierão da Europa os sellins e cantis, que ultimamente fornecer ao Arsenal de Guerra da Côrte, mande V. S. indemnisar da importancia daquelles dos ditos caixões de que se tiver utilizado o mesmo Arsenal, conforme a avaliação por este feita; entregando-se-lhe os que ainda existirem.

E por esta occasião declaro a V. S. que deve ficar estabelecido como regra que os envoltórios dos objectos fornecidos, não devem ser restituídos aos fornecedores.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Francisco Carlos da Luz.

## N. 47.—IMPÉRIO.—EM 20 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de S. Paulo.—Declara que o Aviso do Ministerio da Justiça de 8 de Agosto de 1868, estabelecendo apenas uma regra para o caso de nomeação e destituição dos agentes policiaes, nenhuma applicação tem aos cargos de eleição popular.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Império, em 20 de Janeiro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em officio de 3 de Outubro ultimo participou-me V. Ex. que, em virtude de representação do delegado de policia da Cidade de Sorocaba, seu antecessor annullára a qualificação de votantes feita em 1868 na mesma cidade.

Invocando a doutrina do Aviso do Ministerio da Justiça de 8 de Agosto do anno passado, o antecessor de V. Ex. fundou seu acto em que, na época da reunião da junta qualificadora, já havia sido aberta a fallencia do Juiz de Paz mais votado José Leite Penteado, que a presidira.

Sendo, entretanto, certo que o dito Aviso, estabelecendo apenas uma regra a que devem cingir-se os delegados do Governo na destituição e nomeação dos agentes policiaes, nenhuma applicação tem aos cargos de eleição popular, não pôde subsistir o referido acto, nem a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu na Cidade de Sorocaba pela qualificação de 1867, uma vez que é considerada válida a que ficou regularmente concluída em 1868.

Cumpra portanto que V. Ex. dê suas ordens para que naquella cidade se proceda a nova eleição, que deve ser presidida pelo dito Juiz de Paz mais votado José Leite Penteado, ou, na sua falta, por quem legitimamente o substituir nos termos do art. 1.º das Instruções de 31 de Dezembro proximo preterito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---

N. 48.—IMPERIO.—EM 21 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Ministerio da Guerra.—Declara que os ex-Presidentes não tem direito a ajuda de custo de regresso.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 21 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o Aviso de 2 do corrente mez, em que V. Ex. me communica, por haver-lhe participado a Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em officio n.º 47 de 10 de Setembro do anno findo, ter abonado ao Dr. José Vieira Couto de Magalhães, ex-Presidente da dita Provincia, a quantia de 4:000\$000 a titulo de

ajuda de custo de regresso, como determinára a mesma Repartição aquelle ex-Presidente por officio reservado de 7 do referido mez de Setembro, que nessa data fizera constar em resposta á mencionada Thesouraria de Fazenda que aquella deliberação não é autorizada por precedente algum, nem por lei ou disposição do Governo, e que em todo caso não devia tal despesa correr por conta do Ministerio a cargo de V. Ex.

Em resposta, tenho a honra de declarar a V. Ex. que, não se tendo fundado, nem se podendo fundar o ex-Presidente, para a despesa que fez, em resolução do Ministerio do Imperio, o qual não tem meios de pagar ajuda de custo de volta aos Presidentes de Província, nem para isso está autorizado por lei, não me cumpre providenciar sobre tal objecto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

N. 19.—FAZENDA.— EM 21 DE JANEIRO DE 1869.

Os carros americanos da linha do Cattete, Botafogo, Jardim Botânico e Laranjeiras, e outros semelhantes, estão sujeitos ao imposto dos omnibus, de que trata o Decreto n.º 1849 de 1856.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1869.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que os carros americanos da linha do Cattete, Botafogo, Jardim Botânico e Laranjeiras, e outros semelhantes, estão sujeitos ao pagamento do imposto dos omnibus, de que trata o art. 4.º do Decreto n.º 1849 de 40 de Dezembro de 1856.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Iaborahy*. — Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.



## N. 50.—FAZENDA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1869.

Determina ás Thesourarias de Fazenda que remettão mensalmente á Secretaria da Justiça o balancete da despesa effectuada com o serviço do respectivo Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a requisição feita pelo Ministerio da Justiça em Aviso de 11 de Dezembro proximo passado, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remettão mensalmente á respectiva Secretaria de Estado o balancete da despesa effectuada com o serviço do mesmo Ministerio.

*Visconde de Itaboraity.*

---

## N. 51.—FAZENDA. — EM 23 DE JANEIRO DE 1869.

Reconhece o Capitão da barca allemã *Washington* com direito á indemnisação que reclama, por não ter podido descarregar no porto de S. Francisco volumes carregados em Hamburgo com destino ao dito porto, e nota a irregularidade com que a tal respeito procedem o Consul Brasileiro naquella cidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi-me presente o seu officio n.º 84, de 6 de Dezembro proximo passado, acompanhado do do Consul da Prussia nessa Provincia, com o protesto de G. Jons, Capitão da barca allemã *Washington*, reclamando o pagamento da quantia de 3:545\$760, como indemnisação das despesas que foi obrigado a fazer por não ter podido descarregar no porto de S. Francisco alguns volumes que trazia a seu bordo, para o que teve de ir para esse fim ao porto da capital;

E considerando que irregular foi o procedimento do Consul Geral do Brasil em Hamburgo, o qual tendo apenas conhecimento do Decreto n.º 4130 de 28 de Março do anno passado, que elevou á categoria de Alfandega a Mesa de Rendas daquelle porto, não devera legalisar, como legalisou, os documentos e manifestos concernentes ao carregamento daquelle barca para o referido porto, quando entre a creação da Alfandega e a sua installação devera necessariamente medeiar algum espaço de tempo, que não fôra possível determinar: é forçoso dar provimento á referida reclamação, a fim de que seja o Capitão G. Jons indemnizado dos prejuizos que se verificar terem-lhe resultado da sua frustrada viagem ao porto de S. Francisco.

O que communico a V. Ex., para o devido conhecimento, e a fim de que, ouvindo os Inspectores da Thesouraria de Fazenda e da Alfandega dessa Capital, se sirva declarar-me se acha, ou não, exagurada a conta apresentada pelo Capitão G. Jons.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*.  
— A S. Ex. o Sr. Presidente da Província de Santa Catharina.

N. 52.—IMPERIO.—EM 23 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província das Alagoas.—Declara: 1.º que é competente para presidir eleição o Juiz de Paz menos votado na falta dos mais votados; 2.º que não pôde subsistir a eleição que se prove ter sido simulada e clandestina.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 23 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — A' vista das actas e documentos enviados por V. Ex. com seu officio de 9 do mez findo, concernentes á eleição a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz, em 7 de Setembro, na matriz da freguezia da cidade do Penedo sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz da

mesma freguezia, e a que se diz feita ao mesmo tempo na igreja do Rozario, e presidida pelo 4.º Juiz de Paz, o Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex., como communicado no mesmo officio, declarou válida a primeira e nulla a segunda, fundando-se:

1.º Na regularidade com que o dito 4.º Juiz de Paz assumio a presidencia da Assembléa Parochial na falta dos tres mais votados, e com que correu o respectivo processo eleitoral até ultimar-se sem haver reclamação alguma;

2.º Em que é simulada e clandestina a eleição que se diz presidida pelo 1.º Juiz de Paz na igreja do Rozario, como informa de modo a não deixar duvida o Juiz de Direito da comarca Dr. José de Almeida Martins Costa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 53. —IMPERIO.—EM 25 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara: 1.º que não vicia a eleição o facto da introdução clandestina de cédulas na urna, sendo estas apuradas em separado; 2.º que são motivos de nullidade: não combinar o numero de cédulas recebidas com o dos cidadãos qualificados, influido a differença no resultado da eleição; ser feita a 3.ª chamada no mesmo dia da 2.ª; não se mencionarem na acta os nomes dos votantes que não tiverem acudido ás chamadas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Janeiro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Com officios de 22 de Outubro e 9 de Dezembro ultimos, enviou V. Ex. ao Governo Imperial as actas das eleições para Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Setembro ultimo nas diversas freguezias do municipio de Nova Friburgo, apontando as irregularidades que nellas se derão.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, na fórma de seu parecer, Manda Sua Magestade o Imperador declarar a V. Ex.:

1.º Que merece approvação a eleição a que se procedeu na freguezia de S. João Baptista da Villa, porquanto o facto de ter apparecido na urna um maço de cedulas pequenas e uniformes, arredado dos outros maços, e contra cuja introdução clandestina houve logo reclamações, não vicia a eleição de Juizes de Paz, visto que, apuradas taes listas em separado, as outras insuspeitas conferem exactamente com o numero das recebidas;

2.º Que não pôde ser approvada a eleição a que se procedeu na freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Paqueta, porquanto nem o numero das cedulas recebidas para Vereadores, nem o das recebidas para Juizes de Paz, reunido ao numero de votantes que faltarão, combina com o dos cidadãos qualificados, influindo a differença no resultado da eleição;

3.º Que não podem tambem ser approvadas as eleições a que se procedeu nas freguezias de S. José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Sebastiana, por ter sido feita a 3.ª chamada no mesmo dia em que a 2.ª, contra a expressa disposição da lei, accrescendo, quanto á freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Sebastiana, o não terem-se lançado nas actas os nomes dos votantes que deixarão de acudir ás chamadas;

4.º Que portanto, subsistindo sómente a eleição de Juizes de Paz da freguezia de S. João Baptista, deve proceder-se a nova eleição de Juizes de Paz nas tres ultimas freguezias, e de Vereadores em todo o municipio, visto achar-se nas ditas freguezias a maioria dos votantes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

## N. 54.—IMPERIO.—EM 23 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Resolve duvidas sobre a applicação do disposto no Aviso de 5 de Setembro de 1838, e no art. 91 § 3.º das Instrucções de 31 de Dezembro do mesmo anno.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 8 do corrente submetteu V. Ex. á decisão do Governo Imperial as seguintes duvidas:

1.ª Se, á vista do que foi determinado no Aviso de 5 de Setembro ultimo, deve-se deixar de proceder á eleição nas freguezias creadas no mesmo districto eleitoral com territorios de outras pertencentes a mais de um collegio, sem embargo de já estar designado o numero dos respectivos eleitores;

2.ª Se, á vista do art. 91 § 3.º das Instrucções de 31 do mez findo, não deve effectuar-se a eleição nas parochias novamente creadas, e canonicamente providas, em que ainda não se fez a qualificação, apesar de já terem sido expedidas as convenientes ordens para que se proceda á dita eleição pela qualificação, correspondente ao territorio desmembrado, feita nas parochias a que este antes pertencia.

Em resposta declaro a V. Ex.:

1.º Que o Aviso de 5 de Setembro ultimo, expedido em virtude da Imperial Resolução de 2 do mesmo mez, deve ser restrictamente observado, mas não pôde destruir os factos consummados antes de fixada por aquella Imperial Resolução a intelligencia do art. 2.º, parte 2.ª, do Decreto n.º 1082 de 18 de Agosto de 1860;

2.º Que, comquanto as instrucções citadas claramente declarem que não pôde haver eleição na parochia novamente creada onde não se tiver procedido á qualificação dos votantes, não sendo possível pela estreiteza do tempo, segundo V. Ex. informa, revogar as ordens dadas com relação ás parochias a que V. Ex. se refere, devem surtir seus effectos os actos de V. Ex., attentas as circumstancias que occorrem. O poder competente decidirá a final com fór acertado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

---

## N. 55.—FAZENDA.—EM 23 DE JANEIRO DE 1869.

Indica certas obrigações que devem ser impostas á companhias ou pessoas que pretenderem explorar a navegação dos portos intermedios até Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Janeiro de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. se digne, nas concessões que fizer de permissão e privilegios de paquetes á companhias e pessoas que quizerem explorar a navegação dos portos intermedios até Santa Catharina, impôr obrigação a essas companhias ou pessoas de transportarem os fundos ou valores do Thesouro que houverem de ser remettidos de uns para outros portos independente de frete, ou limitar este a  $\frac{1}{8}$  % sobre as quantias excedentes de 4:000\$ e a  $\frac{1}{4}$  % sobre as inferiores á dita quantia, estabelecendo ainda a regra de que pelo transporte de notas inutilizadas não se pagará frete algum.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.  
—A S. Ex. o Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão.

## N. 56.—JUSTIÇA.—EM 25 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província das Alagoas.—Declara que o Governo Imperial deliberou não perturbar a posse da attribuição em que estão as Assembléas Provinciaes de estabelecer penalidade e processo especial para a força de policia, que lhes compete fixar, até que por lei geral seja interpretada essa parte do acto addicional.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—Consulta V. Ex., em seu officio de 19 de Novembro, sobre o pensamento do Governo Imperial a respeito da attribuição, que por ventura tenham as assembléas provinciaes, de estabelecer

uma penalidade e processo especial para a força de policia que lhes compete fixar. Estando as assembléas na posse desse direito, já exercido com tolerancia dos poderes geraes em onze Provincias, que possuem regulamentos policiaes, naquellas condições, deliberou o Governo Imperial não perturbar essa posse, até que por lei resolva sobre a interpretação authentica dessa parte do Acto Addicional.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

---

N. 57.—FAZENDA.—EM 26 DE JANEIRO DE 1869.

Sobre a execução do accordo celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, na parte relativa ao transporte de dinheiros do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1869.

Tomando na devida consideração as ponderações feitas no officio que V. S. dirigio-me em 27 de Novembro do anno findo, em referencia ao meu Aviso de 11 do mesmo mez, versando sobre o modo por que se deve executar o accordo celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor e approvado por Aviso do Ministerio da Agricultura de 19 de Dezembro de 1867, na parte relativa aos transportes de dinheiros do Estado, se me offerece dizer a V. S., em resposta, que se fará effectiva a observancia do mesmo accordo nos seguintes termos em que se acha concebido:—que a Companhia se obriga a transportar gratuitamente quaesquer sommas que o Thesouro Nacional ou as Thesourarias nas Provincias tiverem de remetter de uns para outros pontos da escala dos seus Paquetes, procedendo-se na presença dos respectivos Commandantes a necessaria conferencia para se lhes fazer effectiva a responsabilidade, quando os volumes daquellas sommas apresentarem vestigios de terem sido vio-

lados, ou realmente tiverem sido arrombados — ; ficando, porém, entendido, como já foi declarado no citado Aviso de 44 de Novembro, que a Companhia garante a responsabilidade dos ditos Commandantes, para serem indemnizadas aos cofres da Fazenda Nacional quaesquer quantias extraviadas, nos dous casos acima indicados.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. —  
Sr. Presidente da Directoria da Companhia Brasileira de Paquetes a vapor.

---

N. 58. — FAZENDA. — EM 27 DE JANEIRO DE 1869.

Os Empregados das Alfandegas, aos quaes se mandou dar exercício em outras Repartições, depois do Decreto n.º 4473 de 6 de Maio ultimo, não podem por esse facto ser considerados serventuarios de lugares extinctos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco de 21 de Novembro do anno passado, sob n.º 400, a que acompanhou o requerimento de José Francisco dos Santos Miranda, 2.º Escripturario da Alfandega da mesma Provincia, actualmente com exercício na Recebedoria, onde serve de Lançador para as freguezias de fóra da cidade em virtude da Ordem n.º 460 de 23 de Setembro ultimo, recorrendo da decisão do dito Sr. Inspector, que lhe denegou direito a outros vencimentos além dos que percebe como 2.º Escripturario da Alfandega; declara ao Sr. Inspector da mencionada Thesouraria que semelhante pretensão não tem fundamento, porque, conservando no exercício, em que se acha na Recebedoria dessa capital, os mesmos vencimentos de 2.º Escripturario que é da Alfandega da mesma capital, está em melhores condições que os Lançadores



da 1.<sup>a</sup> daquellas Repartições. Constando, porém, da informação da Contadoria dessa Thesouraria que o recorrente é considerado como serventuário de lugar extinto, será conveniente corrigir semelhante equívoco, pois que não se declarou ainda quaes os Empregados das differentes Alfandegas que devem ficar pertencendo ao respectivo quadro e quaes os addidos, devendo, portanto, o recorrente ser considerado como 2.<sup>o</sup> Escripturario effectivo da Alfandega em exercicio na supramencionada Recbedoria.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 59.—FAZENDA.—EM 23 DE JANEIRO DE 1869.

Declara incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de  
Collector de Rendas geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Transmittindo-me V. Ex. com o seu officio n.<sup>o</sup> 34, de 7 de Dezembro do anno passado, o que dirigira a essa Presidencia a Camara Municipal de Guarapuava, nessa Provincia, no qual participa que o Collector da freguezia de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza, fôra eleito Juiz de Paz da mesma freguezia nas eleições que tiverão lugar em Setembro do citado anno, parecendo que não podia servir o emprego para que foi eleito por ser Collector, e fôram assim a resposta que V. Ex. deu á mencionada Camara sobre semelhante assumpto; declaro a V. Ex. que é incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de Collector, devendo, portanto, o dito Collector Ribeiro de Souza optar por um dos mencionados lugares.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.  
—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 60. — FAZENDA. — EM 28 DE JANEIRO DE 1869.

Declara quaes os favores e privilegios que competem aos vapores da Companhia de Navegação Bahiana, em virtude do Decreto n.º 1928 de 1837.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio de V. Ex. de 20 de Maio do anno passado, relativamente aos favores solicitados a essa Presidencia pelo Superintendente da Companhia de Navegação a Vapor Bahiana, a beneficio da mesma Companhia; declaro a V. Ex. que a referida companhia tem direito, quanto aos vapores da respectiva linha, ás facilidades e favores que lhe forão garantidos pelo Decreto n.º 1928 de 25 de Abril de 1837; cumprindo portanto que gozem os seus paquetes das mesmas facilidades e privilegios permittidos ás embarcações de guerra, ficando porém em todo caso sujeitos aos Regulamentos Policiaes, e á fiscalisação das Alfandegas nos portos para onde levarem passageiros ou cargas; dando-se-lhes preferencia nas descargas, e podendo ser estas feitas mesmo nos Domingos e Dias Santos ou feriados, mas dentro das horas marcadas nos arts. 202 § 1.º, e 441 do Regulamento das Alfandegas de 49 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaboraity*.  
— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 61. — MARINHA. — AVISO DE 28 DE JANEIRO DE 1869.

Regula a execução do art. 9.º § 1.º do Decreto n.º 4203 de 13 de Junho de 1858, relativamente aos Officiaes dos Corpos de Saude e Fazenda da Armada.

Fique V. S. na intelligencia, para os necessarios effectos na parte que lhe toca, de que, a fim de executar-se o § 1.º do art. 9.º do Decreto n.º 4203 de 13 de Junho do anno passado, relativamente á concessão do habito da

Ordem de Aviz aos Officiaes dos Corpos de Saude e Fazenda da Armada, deverão os respectivos Chefes no tempo opportuno remetter a fê de officio, competentemente informada, dos alludidos officiaes, que merecerem ser agraciados, a esse Quartel General, o qual dará a taes papeis o destino indicado no § 2.º dos citados artigo e decreto, requisitando directamente daquelles Chefes os esclarecimentos, de que por ventura precise.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Colegipe*.—Sr. Encarregado do Quartel General da Marinha.

---

N. 62. — FAZENDA. — EM 29 DE JANEIRO DE 1869.

O Empregado que deixa um lugar por promoção ou nomeação para outro, não pôde ser licenciado antes da posse e effectivo exercicio do novo lugar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Piahy que a licença de que trata o seu officio n.º 415 de 7 de Dezembro do anno findo, foi requerida pelo 4.º Escripturario da Alfandega da Parnahyba, Raymundo Torquato de Oliveira Gomes, em 27 de Novembro do referido anno, quando devia ignorar ainda a sua nomeação por Decreto de 7 do mesmo mez para Inspector da Alfandega de Manãos. Realizada essa nomeação não pôde, na fórma do art. 92 do Regulamento das Alfandegas de 49 de Setembro de 1860, ter já lugar a concessão da licença, porque deixou elle o lugar, que exercia, e antes da posse, e effectivo exercicio do novo não pôde ser licenciado.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 63.—IMPERIO.—EM 29 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Juiz de Paz mais votado da freguezia de Paquetá.—Dispõe sobre o modo de lançarem-se nos livros as actas das eleições de eleitores geraes e especiaes effectuadas juntamente.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 29 de Janeiro de 1869.

Em officio de 27 do corrente, que acabo de receber, consulta Vm. se deve lançar em um só livro, ou nos dous que a Ilma. Camara Municipal lhe remetteu, as actas das eleições de eleitores geraes e especiaes que devem effectuar-se juntamente na proxima domingo, nos termos das Instruções de 30 de Setembro ultimo.

Não existindo disposição que exija que as actas da eleição de eleitores especiaes de Senador sejam lavradas em livro distincto do destinado á eleição geral, nenhum inconveniente ha em lançar todas as actas sómente em um dos livros, que, em tal caso, deve ser o destinado ás da eleição de eleitores geraes; e é isso mais simples e expedito.

Não resulta porém irregularidade: 1.<sup>o</sup> de serem lançadas em ambos os livros as actas do processo simultaneo da organização da mesa e recebimento das cédulas, e em cada um separadamente a da apuração respectiva; 2.<sup>o</sup> de lavrar-se no livro destinado pela Ilma. Camara á eleição especial a acta da apuração sómente, fazendo-se referencia ao outro quanto ás anteriores.

Dens Guarde a Vm.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Juiz de Paz mais votado da freguezia de Paquetá.

---

## N. 64.—JUSTIÇA.—EM 30 DE JANEIRO DE 1869.

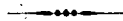
Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara que os Officiaes de commissão, dispensados do serviço de guerra, perdem os postos, como acontece com os nomeados para os corpos de Voluntarios da Patria.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução a consulta feita por V. Ex., em officio n.º 250 do 1.º de Dezembro ultimo, á respeito do modo por que devem ser considerados os Officiaes de commissão, que forão dispensados do serviço de guerra, declaro a V. Ex. que os referidos Officiaes perdem os postos, como acontece com os nomeados para os corpos de Voluntarios da Patria.

O Aviso de 17 de Julho de 1865, citado por V. Ex. refere-se tão sómente aos Officiaes nomeados em substituição dos incapazes do serviço para corpos effectivos da Guarda Nacional, que marcharão com a sua organização, e não aos que fazem parte dos corpos provisórios com organização especial, dada pelo Ministerio da Guerra e Commandantes do Exército.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



## N. 65.—JUSTIÇA.—EM 30 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Solve duvidas ácerca do Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1863 sobre presidencia de Jury.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Janeiro de 1869.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 27 de Novembro do anno passado, communicando a consulta, que lhe fizera o Juiz de

Direito da comarca de Valença, sobre o procedimento que lhe cumpre ter como Presidente do Jury, quando, por motivo repentino e superveniente, ficar inhibido de continuar a funcionar, não se achando presente o seu respectivo substituto: e O Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que, por Aviso expedido em 30 de Setembro do anno passado, ao Presidente da Província de Minas Geraes sobre questão identica, foi resolvido, em virtude da disposição terminante do Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1863, que no caso vertente deve o Jury ser presidido pelo Juiz de Direito da comarca mais proxima e na sua falta ou impedimento, pelos seus substitutos, porquanto o que a lei tem muito em consideração, e quiz evitar, foi a demora dos julgamentos dos réos, além dos prazos indispensaveis.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Província do Piahy.

N. 66. — IMPERIO. — EM 30 DE JANEIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Pará. — Declara que são competentes para a formação das mesas parochiaes na eleição de Janeiro os eleitores da legislatura finda e para a presidencia dellas os Juizes de Paz do novo quadriennio.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. de 12 de Novembro ultimo, declaro a V. Ex. :

1.º Que a 1.ª e 4.ª duvidas, sobre as quaes o consultou o Juiz de Paz da freguezia de Chaves, relativas a organização das juntas de qualificação no corrente anno, achão-se resolvidas pelo Aviso de 14 de Novembro ultimo, do qual lhe envio cópia;

2.º Que, quanto á 2.ª e 3.ª, o Governo Imperial approva a solução que V. Ex. lhes deu, respondendo ao mesmo Juiz de Paz — que, para a formação das mesas parochiaes na eleição do corrente mez,

devem ser convocados os eleitores e supplentes da legislatura finda, nos termos do art. 412 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846; e que a presidencia das mesmas mesas compete aos Juizes de Paz do novo quadriennio, nos termos do Aviso n.º 2 de 8 de Janeiro de 1849.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

N. 67.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 30 DE JANEIRO DE 1869.

Mandando pagar á Companhia da Estrada de Ferro do Recife a S. Francisco as differenças de cambio pela remessa de sua renda liquida para a Europa.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 30 de Janeiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Representou a Companhia da Estrada de Ferro do Recife, em data de 20 de Fevereiro do anno passado, contra a exclusão feita pelos commissarios do Governo, das despesas com a remessa da renda liquida da mesma estrada para a sede da companhia em Londres, exclusão que foi approvada pelo Aviso deste Ministerio de 43 de Junho de 1867.

Deprehendendo-se porém do contracto celebrado com esta empreza que o juro garantido pelo Estado deve ser pago na mesma moeda do capital nella empregado, o que se não dará desde que a despesa com a remessa da dita renda recahir sobre a companhia, sendo certo que a prevalecer, semelhante doutrina a empreza tirava mais vantagem em realisar uma renda bruta sufficiente apenas para as despesas do custeio, do que em obter renda liquida que não fôr superior a 7 % do capital empregado, o que seria contrario aos interesses do commercio da lavoura, e do Thesouro Nacional, tenho deliberrado, deferindo á pretensão da companhia, ordenar que qualquer prejuizo ou lucro resultante da differença de cambios ou relação de cambio par

pela remessa de fundos da Província para Londres, ou vice-versa feito por conta da companhia seja incluído nas contas de receita e despesa da mesma estrada.

E porque possa acontecer que a companhia em algumas épocas autila vantagens da differença de cambios tanto na remessa de seus fundos para a Província, como no da sua renda líquida para Londres, esta medida terá lugar sómente d'ora em diante, ficando tudo quanto se refere ao atrasado subordinado ao mesmo principio das contas, mas dependente do exame e liquidação das contas, que nesta data mando proceder em Londres pelo Inspector das estradas de ferro subvencionadas, e que alli se acha.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Antônio Fernandes Leão*. — Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

N. 68. — FAZENDA. — EM 31 DE JANEIRO DE 1869.

Sobre o recebimento de notas de 4\$000, 2\$000 e 10\$000 apresentadas nas Thesourarias pelos Collectores e outros Exactores da Fazenda, depois de findo o prazo da substituição sem desconto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 3 de 42 do corrente mez que as notas de 4\$000, 2\$000 e 10\$000, cuja substituição sem desconto terminou no ultimo de Dezembro proximo passado, devem ser recebidas dos Collectores e outros Exactores da Fazenda, tambem sem desconto, se as apresentarem na mesma Thesouraria como parte dos saldos de sua arrecadação, e nos dias marcados para as entradas depois de findo o trimestre de Outubro a Dezembro; devendo as que forem recolhidas aos cofres da Thesouraria depois dos ditos prazos soffrer a deducção de 40 % quando o Exactor não provar de modo concludente que procedem da arrecadação effectuada no referido trimestre.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 69.—FAZENDA.—EM 1.º DE FEVEREIRO DE 1869.

Autorisa a restituição das quantias arrecadadas pelos direitos das mercadorias que se incendiarão nos armazens da Alfândega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 1.º de Fevereiro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em vista do que V. Ex. pondera em seu officio n.º 508, de 13 de Janeiro ultimo, fica V. Ex. autorizado para fazer restituir, a quem de direito fôr, as quantias que tiverem sido arrecadadas pelos direitos das mercadorias incendiadas nos armazens n.ºs 10 e 11 dessa Alfândega.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfândega da Côrte.

---

N. 70.—FAZENDA.—EM 3 DE FEVEREIRO DE 1869.

Os Inspectores das Thesourarias, logo que nas mesmas se der vaga de lugares de accesso, não dependentes de concurso, devem remetter a competente proposta para seu preenchimento; o que também praticarão os das Alfândegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que logo que vagarem nas mesmas Thesourarias lugares de accesso, e cujo provimento não dependa de concurso, remettão ao Thesouro a competente proposta para seu preenchimento, juntando-lhe as informações e esclarecimentos que forem convenientes; cumprindo que o mesmo determinem aos Inspectores das Alfândegas em relação às vagas que se derem nestas Repartições.

*Visconde de Itaborahy*.

---

## N. 71.—MARINHA — AVISO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1869.

Manda observar as Instrucções para o serviço da cábreá estabelecida na Ilha das Cobras.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tomando em consideração as bases por V. Ex. propostas em officio n. 748 de 21 de Dezembro ultimo, para regulamentar o serviço da cábreá estabelecida na Ilha das Cobras, remetto a V. Ex. as inclusas Instrucções, assignadas pelo Conselheiro Director Geral desta Secretaria de Estado, as quaes preenchem aquelle fim; devendo V. Ex., de conformidade com o art. 4.º, dar as que forem necessarias, no que diz respeito ao detalhe e modo pratico de realizar o mesmo serviço, com segurança, methodo e economia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Conselheiro de Guerra Inspector do Arsenal de Marinha da Corte.

**Instrucções para o serviço da cábreá estabelecida na Ilha das Cobras.**

Art. 1.º A cábreá, estabelecida na Ilha das Cobras, é uma dependencia do serviço do patrão-mór, com o seguinte pessoal:

Um machinista.

Um fogueira.

Um official marinhoiro.

Art. 2.º Os movimentos da cábreá serão dirigidos pelo machinista, ao qual incumbe fazer suspender e arrear os volumes, que para esse fim lhe forem indicados pelo patrão-mór, depois de previamente preparados.

A cargo do mesmo machinista ficão o apparelho e todos os accessorios do machinismo, para conserval-os em boa ordem e estado de funcçãoar.

Art. 3.º Sem prejuizo do serviço publico, poderá o Inspector do Arsenal permittir o uso da cábreá a particulares, mediante as seguintes retribuições:

|         |     |             |   |            |
|---------|-----|-------------|---|------------|
| 20\$000 | por | lingada até | 5 | toneladas. |
| 22\$000 | »   | »           | » | 10         |
| 25\$000 | »   | »           | » | 20         |
| 35\$000 | »   | »           | » | 30         |
| 50\$000 | »   | »           | » | 40         |

A lingada comprehende os dous processos de suspender e arrear, dando os interessados gente, que para essa manobra prepare os volumes, e correndo por sua conta quaesquer avarias.

Não poderá suspender de uma só vez peso superior a sessenta toneladas.

Art. 4.<sup>o</sup> De conformidade com as presentes Instruções, o Inspector do Arsenal dará ao patrão-mór e ao machinista as que forem necessarias para o detalhe e pratica do serviço da cábreá.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 3 de Fevereiro de 1869. — *Francisco Xavier Bontempo.*

N. 72.—IMPERIO.— Em 3 de Fevereiro de 1869.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— Declara ser nullo a eleição cujos actos constão de uma unica acta.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio do Vice-Presidente dessa Provincia de 8 de Novembro ultimo, no qual communicou ter annullado a eleição a que se procedeu em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na Freguezia do Andirá; declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approvou o seu acto pela razão de ter-se escripto uma só acta, comprehendendo todos os actos eleitoraes, que se diz terem-se praticado nos dias 7 e 8, desde a organização da mesa parochial até á apuração das cédulas, infringidos os preceitos da Lei n.<sup>o</sup> 387 de 19 de Agosto de 1846 arts. 43, 49 e 55, e do Decreto n.<sup>o</sup> 2621 de 28 de Agosto de 1860 arts. 8.<sup>o</sup> e 16, segundo os quaes devem ser especiaes as actas da formação da mesa, da 3.<sup>a</sup> chamada dos votantes, e da apuração das cédulas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

## N. 73.—FAZENDA.—EM 4 DE FEVEREIRO DE 1869.

Reforma uma decisão da Thesouraria das Alagôas sobre a distribuição da porcentagem dos Empregados da respectiva Alfândega, depois da promulgação do Decreto n.º 4173 de 6 de Maio do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 4 da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagôas, de 9 de Julho do anno passado, communicando a resolução, que tomara, de mandar calcular a importância das quotas da renda liquida da Alfândega da Capital na razão de 2,7 %, a contar do 1.º de Junho antecedente, sendo o quociente dividido pelo numero de quotas de que trata a tabella n.º 3 annexa ao Decreto n.º 4173 de 6 de Maio do citado anno, e mais aquellas a que tem direito o Ajudante do Inspector Administrador das Capatazias e o Fiel de armazem, por ter tido execução naquella Alfândega o mencionado Decreto em 8 do supracitado mez de Junho, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que os 2,7 % da renda liquida só devem ser distribuidos pelos Empregados constantes da supracitada tabella n.º 3, sendo os outros, cujos lugares forão supprimidos, pagos da porcentagem que lhes compete por conta da Fazenda, pela fórma determinada no art. 23 do dito Decreto de 6 de Maio; ficando assim resolvida a reclamação dos ditos Empregados, sobre o modo por que foi determinada a distribuição da respectiva porcentagem, os quaes devem ser indemnizados do que de menos houverem recebido, inclusive a differença que provém de se ter feito o calculo pela nova tabella a contar do 1.º de Junho do referido anno de 1868, quando só devêra ter sido feito de 8 do mesmo mez em diante, data em que começou a ter vigor o referido Decreto.

*Visconde de Itaboraity.*

## N. 74.—FAZENDA.—EM 4 DE FEVEREIRO DE 1869.

Sujeita ao pagamento de direitos os bilhetes importados de New-York para uso da empresa de carris de ferro do Jardim Botânico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento, que nesta data expeço ordem á Alfandega da Côrte para despachar, livres de direitos, os objectos constantes da relação que acompanhou o Aviso de V. Ex. de 21 de Janeiro proximo passado, vindos de New-York no vapor americano *Mississippi* para as obras da empresa de carris de ferro do Jardim Botânico; não podendo ser concedida igual isenção para as duas caixas contendo impressos (bilhetes) incluídas na dita relação, por não haver no Decreto n.º 3001 de 18 de Novembro de 1862 condição alguma que isente esses impressos do pagamento dos respectivos direitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Joaquim Antônio Fernandes Leão.



## N. 75.—FAZENDA.—EM 4 DE FEVEREIRO DE 1869.

As contas dos Officiaes do exercito devem ficar encerradas nas Thesourarias, desde que se lhes passão guias com declaração de dividas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que as contas dos Officiaes do exercito devem ficar encerradas nas mesmas Thesourarias, desde que se

lhes passão guias com declaração de dividas, porque, tendo estas de ser cobradas pelas Repartições por onde esses Officiaes passão a ser pagos, nada mais podem as Thesourarias alterar depois da expedição das ditas guias.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 76.—FAZENDA.—EM 4 DE FEVEREIRO DE 1869.

Os Praticantes que não tiverem o anno de pratica, poderão ser admittidos a concurso para lugares de 2.<sup>a</sup> entrancia, quando não se apresentarem Praticantes devidamente habilitados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade com a ordem nesta data dirigida á Thesouraria do Rio Grande do Norte, que no caso de não se apresentarem a concurso para preenchimento de lugares vagos de 2.<sup>a</sup> entrancia Praticantes devidamente habilitados na forma do art. 10 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril do anno passado, e seja necessario admittir nelle pessoas estranhas ao serviço de Fazenda, nos termos do art. 18 do Decreto n.º 2549 de 14 de Março de 1860, podem tambem permittir que ao mesmo concurso se apresentem Praticantes que ainda não tenham o anno de pratica de Repartição, de que trata o citado art. 10 do Decreto n.º 4153.

*Visconde de Itaborahy*

N. 77.—FAZENDA.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1869.

O deposito de apolices apresentadas em caução do pagamento do quebramento de fiança está comprehendido no § 3.º, art. 5.º do Decreto n.º 4431 de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de 1869.

Em resposta á consulta feita pelo Administrador da Mesa de Rendas de Itaguahy em officio n.º 44 de 25 de Setembro ultimo, relativamente a uma apolice da divida provincial do valor de 500\$000 alli recolhida pelo fiador de um réo afiançado, a fim de livrar-se solto, sirva-se V. S. declarar ao mesmo Administrador que, como se vê do art. 314 das Instrucções de 31 de Janeiro de 1842, o producto do quebramento das fianças, prestadas em favor de réos para se livrarem soltos, pertencia em geral e sem designação de fim especial ás Camaras Municipaes. Esse quebramento, que se converte em multa, segundo o disposto nos arts. 43 e 44 da Lei de 3 de Dezembro de 1844, e cujo producto não tem applicação especial e determinada, está hoje comprehendido no disposto no art. 27 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867; e sendo a apolice de que trata aquelle Administrador uma caução do pagamento do quebramento da fiança ou da multa a que elle fica sujeito, está o seu deposito incluído no § 3.º do art. 5.º do Decreto n.º 4481 de 6 de Maio de 1868, e deve ser feito na mesma Mesa de Rendas, fornecendo esta para semelhante escripturação o competente livro.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

## N. 78.—IMPERIO.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Juiz de Paz Presidente da mesa parochial da freguezia do Santissimo Sacramento.—Declara que a mesa parochial, quanto ás cedulas recolhidas á urna (no caso de eleição simultanea de eleitores geraes e de especiaes), deve regular-se pelo que indicar o exterior das cedulas.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de 1869.

Em officio sem data, que acabo de receber, Vm. participa que, entre as cedulas recolhidas á urna com o rotulo para eleitores geraes, tem-se encontrado algumas que trazem no principio a declaração —para Senador—; e consulta sobre o modo por que taes listas devem ser apuradas.

A' vista do art. 3.<sup>o</sup> das Instrucções de 30 de Setembro ultimo, deve a mesa parochial regular-se pelo que indicar o exterior da cedula, que é examinado na occasião do recebimento desta. De outra sorte poderá a fraude embarçar qualquer eleição semelhante, ficando ao arbitrio do votante entregar duas cedulas, com rotulos diversos, ambas para eleitores geraes ou para eleitores especiaes, e não havendo fiscalização possível.

Deus Guarde a Vm.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Juiz de Paz Presidente da mesa parochial da freguezia do Santissimo Sacramento,

---

## N. 79.—GUERRA.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara qual o processo que se deve seguir no pagamento dos operarios do Arsenal de Guerra da Côte, da Fabrica da Polvora da Estrella e do Laboratorio do Campinho.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Fevereiro de 1869.

Remetto a Vm. o incluso exemplar das instrucções organisadas pelo Ministerio da Fazenda em 15 de Janeiro ultimo regulando o pagamento feito pelo



Thesouro Nacional ás praças do Corpo de Bombeiros, jornaes a operários e serventes livres de quaesquer obras, repartições ou estabelecimentos publicos; ficando Vm. na intelligencia de que nesta data se expedem as necessarias ordens ao Arsenal de Guerra da Côrte e á Fabrica da Polvora da Estrella a fim de que seja o mesmo processo seguido no pagamento dos operários dos mesmos estabelecimentos, e bem assim nos do Laboratorio do Campinho.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* —  
Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

---

N. 80.—GUERRA.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara como deve ser feita a avaliação da etapa que tem de vigorar na Côrte para as praças de pret.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Fevereiro de 1869.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que deve continuar a ser feito nesse Arsenal de Guerra, como é de lei e de estylo, o processo da avaliação da etapa que tem de vigorar nesta Côrte para as praças de pret, servindo de base á mesma avaliação a tabella promulgada com a Carta de Lei de 24 de Setembro de 1828.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba.* —  
Sr. Francisco Carlos da Luz.

---

## N. 81.—GUERRA.—EM 6 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara como se deve proceder quando se recolherem ao Arsenal de Guerra da Corte volumes mandados despachar livres de direito.

Rio de Janeiro. — Ministério dos Negocios da Guerra, em 6 de Fevereiro de 1869.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e execução, que, sempre que se recolherem a esse Arsenal de Guerra volumes mandados despachar livres de direitos, se deve proceder, em presença do Almoxarife e do Escrivão da classe em que forem recebidos, e de um outro empregado desse Arsenal de Guerra, por V. S. designado, à abertura e exame de todos os volumes recebidos e do seu conteúdo, lavrando-se um termo, em que se declarem os numeros e marcas dos mesmos volumes, o estado em que se acharão, a qualidade e quantidade dos objectos que formão o seu conteúdo e o seu estado de conservação. Aquelle termo, que deverá ser assignado pelos tres empregados acima designados, será lavrado em um caderno especial, de folhas rubricadas, e destinado expressamente para tal fim, e de cada termo que nelle se lançar, mandará V. S. extrahir uma cópia, que será remettida á Inspecção da Alfandega para os exames que julgar convenientes.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Francisco Carlos da Luz.

## N. 82.—GUERRA.—EM 6 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara como se deve proceder a respeito das sobras do rancho, que constituem as economias feitas do depósito de convalescentes em Montevideo.

Rio de Janeiro. — Ministério dos Negocios da Guerra, em 6 de Fevereiro de 1869.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio n.º 384 de 13 do mez proximo passado, que fica approvada a deliberação, que tomou, de mandar proceder á

inspecção do deposito de convalescentes em Montevideo, convindo, entretanto, quanto ás sobras do rancho que constituem as economias licitas do referido deposito, a cujo respeito officiou V. S. ao Commandante militar do movimento do pessoal e material do exercito para que as mandasse vender em hasta publica, que, se derem preços inferiores aos do contracto, deve-se voltar a pratica, anteriormente adoptada, de serem pagas a dinheiro pelo fornecedor.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* —  
Sr. Emilio Xavier Sobreira de Mello.

---

N. 83.—JUSTIÇA.—AVISO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará. — Decide que nenhuma antinomia existe entre os Avisos de 31 de Maio de 1864 e 21 de Janeiro de 1867, acerca do perdão do offendido.

Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 6 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Verificado pelas cópias dos Avisos remettidos pelo Chefe de Policia dessa Provincia, em cumprimento do deste Ministerio de 24 de Novembro do anno passado, que as suas datas são de 31 de Maio de 1864 e 21 de Janeiro de 1867 e não de 21 de Maio de 1864 e 27 de Janeiro de 1867, como por engano forão citados na cópia do officio daquelle magistrado, de 25 de Setembro do anno passado, ao antecessor de V. Ex. consultando qual dos dous referidos Avisos devia ser observado, visto parecerem contrarios ás suas disposições; declaro que não existe a antinomia alludida, como bem se vê das consultas que as motivarão. No primeiro, de 31 de Maio de 1864, tratava-se do perdão do offendido miseravel, cuja causa, independente de representação sua, fôra intentada pelo Promotor.

Nessa hypothese tem elle, como está decidido, o direito de impôr silencio á justiça publica, quanto aos crimes particulares na fórma do art. 67 do Código Penal.

No Aviso de 24 de Janeiro de 1867, tratava-se, porém, do caso em que o offendido, depois de ter representado sobre a impossibilidade de perseguir em juízo seu offensor, e obtida a intervenção do Promotor, pretende embaraçar a acção publica, interpondo seu perdão.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

N. 84.—JUSTIÇA.—AVISO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Ministerio da Fazenda.— Declara que se achão revogadas pelo Decreto n.º 2331 de 18 de Fevereiro de 1860 as disposições anteriores á respeito dos vencimentos devidos nos casos de substituição de empregados do Ministerio da Justiça.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 6 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A pratica constante desta repartição ultimamente manifestada no Aviso de 43 de Junho do anno proximo findo, pelo qual foi negado provimento ao recurso interposto pelo Bacharel Joaquim Ignacio Nogueira Penido da decisão á seu respeito tomada pelo Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas e confirmada pelo Presidente da mesma Provincia, firma a doutrina de haverem sido pelo Decreto n.º 2331 de 18 de Fevereiro de 1860, revogadas as disposições anteriores á respeito dos vencimentos devidos nos casos de substituição de empregados deste Ministerio, por parecer a mais conforme á igualdade de direitos, e portanto a mais justa. Assim fica respondido o Aviso de V. Ex. de 42 de Novembro do anno passado, ácerca do pagamento ao Official da Secretaria de Policia da Provincia do Maranhão Pedro de Souza Guimarães.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—A V. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

---

## N. 85.—GUERRA.—EM 8 DE FEVEREIRO DE 1869.

Approva as Instrucções organizadas para o regimen das enfermarias militares, creadas na Armação, bem como os vencimentos, que forão arbitrados aos respectivos empregados.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Fevereiro de 1869.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio de 26 do mez proximo passado, sob n.º 27, que ficão approvadas as providencias que deu para a installação das enfermarias militares na Armação, bem como as nomeações que fez dos diversos empregados, que alli devem servir, e os vencimentos que a estes arbitrou, e finalmente as Instrucções que para o regimen das mesmas enfermarias Vm. organizou, sendo, porém, modificado o art. 3.º na parte em que manda fazer carga dos instrumentos chirurgicos ao medico mais graduado, porquanto, tal carga deve ser feita ao 1.º Cirurgião das ditas enfermarias.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Sebastião Francisco de Oliveira Chagas.

---

## N. 86.—IMPERIO.—EM 8 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Maranhão.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º ser presidida por Juiz de Paz menos votado, estando presente e em exercicio o mais votado; 2.º fazer-se em lugar differente do designado, tendo-se naquelle realizado outra eleição.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio. —Rio de Janeiro, em 8 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex. em officio de 21 de Outubro ultimo ter tomado a deliberação de approvar a eleição a que se procedeu, em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia de S. Francisco Xavier, no municipio de Monção, sob

a presidencia do Juiz de Paz mais votado, annullando a que se fez ao mesmo tempo e foi presidida pelo 2.º Juiz de Paz.

Em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial sustenta o acto de V. Ex., visto que na primeira das referidas eleições foram observados todos os preceitos legais, e na segunda derão-se as irregularidades: — 1.ª de presidir-a incompetentemente o 2.º Juiz de Paz, estando o 1.º presente e em exercicio de suas attribuições electoraes; 2.ª de ter sido feita em casa particular, estando designada para o acto a casa da Camara Municipal, onde a 1.ª eleição se realizou.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 87.—FAZENDA.—EM 8 DE FEVEREIRO DE 1869.

Os livros de recenseamentos da Pagadoria do Thesouro devem ser numerados e rubricados, e um para cada Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Fevereiro de 1869.

Communico a V. S., para os devidos effectos, que os livros de recenseamentos da Pagadoria do Thesouro Nacional devem ser numerados e rubricados, e um para cada Ministerio, a fim de facilitar o expediente dos pagamentos, conforme propôz o respectivo Pagador em sua representação de 23 de Janeiro findo; sendo registrados os recenseamentos com os claros convenientes de um a outro para as verbas e annotações dos pagamentos na fórma das Instruções de 15 do mez passado, e extrahindo-se de taes registros os documentos pelos quaes se deve abonar a despesa ao Pagador, como se pratica com os pagamentos de exercicios findos.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 88. — FAZENDA. — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1869.

Provinimento de um recurso concernente ao imposto da dízima de chancellaria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe que foi presente ao referido Tribunal o recurso que acompanhou o seu officio n.º 70, de 26 de Agosto do anno passado, interposto por Fernando José da Rocha Pinto, socio liquidante da firma Rocha Lopes & Leite, da decisão dessa Thesouraria, confirmatoria da da Collectoria da Cidade de Larangeiras, que o obrigou ao pagamento da dízima de chancellaria na acção movida contra D. Maria de Jesus Bastos pela quantia de 46:000\$000, decisão esta baseada nos pareceres do respectivo Procurador Fiscal: e o mesmo Tribunal:

Considerando que os indícios de fraude, ainda que vehementes, não podem por si sós destruir a verdade, que resulta da escriptura publica, na qual as partes, desistindo da composição feita, sujeitirão de novo a questão á tela judiciaria, onde tem de ser julgada a procedencia, ou improcedencia do pedido na acção ordinaria commercial intentada perante o juizo de Larangeiras;

Considerando que inoportunamente foi suscitada a questão que deu lugar ao mencionado recurso, porquanto, ainda não tinha chegado a occasião de exigir-se o imposto de 2 % do valor demandado, para o que marca a Legislação respectiva épocas precisas, visto não ter o Juiz que devia julgar a causa, e que é o primeiro fiscal desse imposto, recebido ainda os autos para proferir a sua sentença, julgando a desistencia da acção á vista da escriptura de composição (§ 4.º do art. 2.º do Reg. de 9 de Abril de 1842), o que elle de certo não faria, sem que constasse effectivamente a entrada para os cofres publicos da importancia do imposto, o qual não podia sequer ser averbado no caso presente, á vista do que dispõe o artigo unico do Decreto n.º 220 de 22 de Outubro de 1842

Considerando que as escripturas de composição amigavel, e a que annullou, forão juntas aos autos como prova do pedido, e não como quitação judicial, o que se collige dos documentos com que foi instruido o referido recurso ;

Considerando, finalmente, que está a cobrança do imposto, de que se trata, perfeitamente garantida nas leis fiscaes, pois que embora ella não se realise logo, fica contudo reservado o direito da Fazenda Nacional contra o devedor (art. 4.º do Regulamento de 10 de Junho de 1845), e na hypothese vertente, ou a segunda escriptura entre o recorrente e a referida D. Maria de Jesus Bastos exprime a verdade, e então desapparecem os fundamentos da decisão recorrida, ou não exprimindo a verdade, tem de prevalecer a escriptura de composição amigavel, pela qual se deixão livres á devedora bens, que não sendo comprehendidos na execução, estão sujeitos ao pagamento do imposto *ex vi* da Ord. L. 2.º Tit. § 2.º, resolveu dar provimento ao supra citado recurso.

*Visconde de Haborahy.*

N. 89.— GUERRA.— EM 9 DE FEVEREIRO DE 1869.

Crêa uma Junta Militar auxiliar á da Côrte a fim de inspecionar o avultado numero de praças existentes nos Hospitaes Militares.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Fevereiro de 1869.

A' Repartição de Ajudante General. — Em vista das razoes expendidas pelo Cirurgião-mór do Exercito, em seu officio de 5 do presente mez, fica creada, enquanto durarem as actuaes necessIDADES do serviço uma Junta Militar auxiliar á da Côrte, composta dos Bns. Cirurgião-mór de Divisão João Pires Farinha, como presidente, Cirurgião-mór



de Brigada Bernardo José de Figueiredo, como 4.º vogal, e do medico mais graduado do hospital em que funcçãoar a mesma Junta, como 2.º vogal; a fim de inspecçãoar o avultado numero de praças existentes nos hospitaes militares.

*Barão de Muritiba.*

N. 90.—IMPERIO.—EM 9 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara ser nulla a eleição feita fóra da igreja matriz sem motivo justificado.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 3 de Novembro ultimo, que o Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex. declarou válida a eleição, a que se procedeu em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz, na igreja matriz da freguezia de Santa Anna de Burity sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz da freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Brejo, districto mais vizinho, e nulla a que se fez na mesma occasião em uma casa particular, sendo presidida até ao dia 8 pelo 4.º Juiz de Paz do districto da matriz e posteriormente pelo terceiro; visto que, como consta das respectivas actas:

1.º A primeira das referidas eleições, cujo processo correu com regularidade, foi competentemente presidida pelo 3.º Juiz de Paz do districto mais vizinho, em razão de não terem comparecido os do districto da matriz, nem os dous mais votados daquelle;

2.º A circumstancia de ter sido feita a segunda em casa particular contra o preceito dos arts. 4.º e 95 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, sem provar-se a verdade do motivo, que se allegou, de vio-

lencias praticadas na igreja matriz, é razão de nulidade segundo a doutrina dos Avisos n.ºs 38 de 8 de Março § 4.º, e 84 de 27 de Abril § 18, ambos de 1847, 166 de 25 de Junho de 1849, 229 de 28 de Maio de 1860, e outros.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província do Maranhão.

N. 91.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara que os Ajudantes Contadores dos Correios quando substituem os Administradores, não são obrigados a prestar fiança.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 10 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Província, em officio de 11 de Dezembro ultimo, communicado a este Ministerio que, achando-se licenciado o Administrador do Correio, marcára ao Ajudante Contador, que o substitue, o prazo de tres mezes para prestar fiança, attento o motivo de servirem tambem de Thesoureiros os Administradores dos Correios das Provincias; declaro a V. Ex., para o fazer constar ao referido Inspector, em resposta ao citado officio, que, em face do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, carece de fundamento semelhante exigencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.

## N. 92.—JUSTIÇA.—EM 40 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara ociosa a consulta do Juiz de Direito de Garanhuns, relativamente aos Delegados de Policia da Comarca, encarregados do recrutamento pelo Chefe, á vista do Decreto n.º 2171 do 1.º de Maio d' 1858.

Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 40 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com officio n.º 26 de 19 do mez passado submette V. Ex. á consideração deste Ministerio a seguinte consulta, que fez o Juiz de Direito da Comarca de Garanhuns a essa presidencia: se, em presença da doutrina do Aviso circular deste Ministerio de 20 de Outubro ultimo, devem os Delegados de Policia da dita comarca, encarregados pelo Chefe de Policia de proceder ao recrutamento ser considerados recrutadores na acceção do art. 2.º do Decreto n.º 2171 do 1.º de Maio de 1858, ou se é necessario que essas autoridades obtenhão da Presidencia da Província a nomeação de recrutadores, para que as prisões por ellas ordenadas possam ser consideradas militares e produzão os effeitos especificados no citado Aviso Circular de 20 de Outubro do anno passado. Em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que o Decreto n.º 2171 de 1858 define com bastante clareza o que é recrutador, carecendo portanto de fundamento a consulta do Juiz de Direito de Garanhuns.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

---

## N. 93.—JUSTIÇA.—AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1869.

Decide que não é lícito a um Juiz servir com empregados seus parentes dentro dos grãos prohibidos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 10 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 30 de Dezembro ultimo, communicou V. Ex. que, sendo consultado pelo 2.º supplente do Juizo Municipal do Termo dessa capital se o facto de ser sogro de um dos Escrivães o inhibia de assumir e exercer a jurisdicção ou se sómente era impedido nos feitos, em que seu genro funcionasse, respondera-lhe V. Ex. que o seu impedimento era completo e absoluto em vista dos motivos, com que fundamentou a sua decisão, constantes do officio que lhe dirigio e que me remetteu por cópia. Em resposta declaro-lhe que Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o referido officio, Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex., porquanto embora a Ord. do Liv. 1.º Tit. 69 *in princ.* Tit. 79 § 45 e Tit. 48 § 29 não tratem expressamente de julgadores e sim de pessoas empregadas na Justiça, não deve comtudo por maioria de razão, ser lícito a um Juiz servir com empregados, seus parentes dentro dos grãos prohibidos, conforme já foi decidido por Avisos n.º 49 de 28 de Julho de 1843, n.º 266 de 3 de Dezembro de 1853, e n.º 526 de 14 de Novembro de 1864, achando-se geralmente decidido por Aviso n.º 263 de 30 de Setembro de 1859, que, na incompatibilidade existente entre os referidos empregados fique inhibido de exercer o cargo o Juiz supplente.

Deus guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

## N. 94. — GUERRA. — EM 10 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara como deve proceder o Arsenal de Guerra da Côrte quando forem autorizados fornecimentos de materiaes ás obras das fortificações á cargo da Commissão de melhoramentos do material do Exercito.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Fevereiro de 1869.

Mande V. S. pelo Arsenal de Guerra da Côrte fornecer á Commissão de melhoramentos do material do Exercito os materiaes constantes da inclusa nota de 8 do corrente, organizada na Repartição do Quartel-Mestre General, para as obras das fortificações que se achão a cargo da mesma Commissão; cumpriundo que V. S., sempre que se autorisarem fornecimentos desta natureza remetta tanto ao Presidente da referida Commissão, como á da Repartição Fiscal deste Ministerio, a nota da importancia do que tiver sido satisfeito, a fim de ser levada á conta da consignação marcada para taes obras, e não ser a mesma consignação excedida.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Francisco Carlos da Luz.



## N. 95. — GUERRA. — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara quaes os vencimentos, que competem aos Officiaes honorarios do Exercito quando se achão em campanha.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Fevereiro de 1869.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e fins convenientes, que a Circular, junta por cópia, expedida em 23 de Dezembro do anno proximo passado, regulando os vencimentos, que competem aos Officiaes honorarios do Exercito, quando estiverem em com-

missão do serviço militar, não é applicavel aos que se achão em campanha, os quaes continuarão a perceber o soldo e vantagens correspondentes ao posto, ou comissão em que servirem.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Guilherme Xavier de Souza.



N. 96.—IMPERIO.—EM 11 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará. —Declara não proceder a arguição feita contra uma eleição por ter sido presidida pelo 2.º Juiz de Paz, visto que o mais votado declarou não poder comparecer.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio. —Rio de Janeiro, em 11 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 3 de Dezembro ultimo, que o Governo Imperial sustenta o acto pelo qual V. Ex. declarou válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz se procedeu em Setembro ultimo na freguezia da Cidade de Quixeramobim. Nem obsta a representação dirigida a V. Ex. contra a dita eleição pelo Juiz de Paz mais votado da mesma freguezia, porquanto:

1.º A coacção allegada não foi provada por qualquer modo, antes as arguições feitas são destruidas pela mesa parochial, e contrariadas pelas informações que fornecêrão as autoridades locais;

2.º Correu regularmente o processo eleitoral, tendo sido a assembléa parochial presidida pelo 2.º Juiz de Paz, porque o mais votado lhe officiou declarando não poder comparecer.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



## N. 97.—FAZENDA.—EM 11 DE FEVEREIRO DE 1869.

As passagens que competem actualmente aos empregados promovidos, removidos, commissionados, e nomeados segundo o art. 13 do Decreto n.º 4133, são as denominadas — do Governo. — E' prohibido abonar-se em dinheiro as ajudas de custo de transporte, salvo nas viagens por terra.—Só o empregado que viaja com familia tem direito á ajuda de custo para um criado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 11 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução a consulta que V. Ex. dirigio-me por seu officio n.º 96 de 31 de Dezembro ultimo, com referencia á representação, cuja cópia aliás não veio, da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, ácerca das passagens para esta Côrte mandadas abonar ao Procurador Fiscal da mesma Thesouraria Bacharel Henrique do Rego Barros e a um seu criado; cabe-me declarar a V. Ex.:

1.º Que não havendo mais passagens de Estado na Companhia Brasileira de Paquetes, as que competem actualmente aos Empregados promovidos, removidos, mandados em commissão, e nomeados segundo o art. 13 do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril do anno findo, são as denominadas — de Governo — que comprehendem transporte e comedorias, e são pagas com o abatimento de 10 %, nos termos da ultima Convenção estipulada no Aviso do Ministerio da Agricultura de 19 de Dezembro de 1867.

2.º Que é expressamente prohibido pelo art. 1.º das Instrucções n.º 333 de 24 de Julho de 1863 abonar-se em dinheiro as ajudas de custo de transporte, salvo nas viagens por terra, conforme o art. 2.º e nos termos da Circular n.º 41 de 25 de Janeiro de 1866.

3.º Finalmente, que na conformidade do art. 9.º das citadas Instrucções, só o Empregado que viaja com familia tem direito á ajuda de custo para um criado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*.—  
A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---


N. 98.— FAZENDA.— Em 11 DE FEVEREIRO DE 1869.

O sello proporcional das letras da terra, notas promissórias e outros títulos commerciaes, quando são de contos de réis e mais uma fracção qualquer, cobra-se na razão de 18000 por cada conto, e mais mil réis pela fracção, seja ella qual fôr.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 11 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Haborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, para sua intelligencia e devidos effectos, que o mesmo Tribunal, á vista da terminante disposição do art. 1.º da Circular n.º 31 de 30 de Setembro do anno passado, resolveu indeferir o recurso de Silva Ribeiro, Irmão & C.ª, interposto da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Collectoria de Maroim, que declarou ser devido o sello proporcional das letras da terra, notas promissórias e outros títulos commerciaes, quando são de contos de réis e mais uma fracção qualquer, na razão de mil réis por cada conto e mais mil réis pela fracção, seja ella qual fôr. Observando, porém, que na forma do art. 121 e seus §§ 2.º e 3.º do Regulamento do sello, a questão entre os recorrentes e a Collectoria deveria ter sido por esta resolvida não verbalmente como foi, mas por declaração ou despacho por escripto, lançado na petição, documento ou papel apresentado ao sello; que não se guardou, portanto, a regra para os recursos, estabelecida no art. 125 do citado Regulamento, não constando além disso que se cumprisse o disposto no art. 131; declara ao mesmo Sr. Inspector que menos regularmente conheceu da questão, e que em casos semelhantes não deve dar andamento aos recursos.

*Visconde de Haborahy.*





N. 99. — GUERRA. — CIRCULAR EM 12 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara que os Officiaes honorarios do Exercito, ou outros quaesquer, que regressarem da campanha, inutilizados por ferimentos recebidos em combate, devem continuar a perceber soldo até que entrem no gozo da pensão, a que tiverem direito.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 12 de Fevereiro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que os Officiaes honorarios do Exercito e quaesquer outros, que regressarem da campanha por inutilizados, por ferimentos recebidos em combate, e não possam prover os meios de sua subsistencia, deverão continuar a receber o soldo correspondente aos seus respectivos postos, até que entrem effectivamente no gozo da pensão, a que tiverem direito.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Presidente da Provincia de.....



N. 100. — FAZENDA. — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1869.

Instrucções para a organização e pagamento das folhas de pensões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 12 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que na organização e pagamento das folhas de pensões se observe o seguinte :

Art. 1.º Os pensionistas que accumularem mais de um vencimento com as denominações de pensão, meio soldo, montepio e tença. serão inscriptos em

uma só folha, alphabeticamente processada, a qual occupará mais de um livro, se fôr necessario, e se denominará de *diversas pensões*.

Art. 2.º Cada folha do livro será destinada a um pensionista, e no alto della se lançará o seu nome, e se fôr viúva ou filho de official militar, tambem o nome deste, a data dos decretos, titulos, ou actos que autorisarem os vencimentos, e a sua importancia annual e mensal, a do imposto de 4 e 3 % a deduzir, e a do liquido pagavel, conforme o modelo n.º 4.

Art. 3.º Para realizar-se o pagamento se passará previamente a quitação da importancia total dos vencimentos mensaes inscriptos na folha, e assignada pelo credor ou seu legitimo procurador, e pelo Escriptuario que servir de Escrivão, se extrahirá o bilhete de que trata o art. 2.º das Instrucções de 48 de Novembro de 1867, indicando-se o nome do pensionista, as pensões e quantias que lhes forem relativas, a deducção do imposto, e o liquido a satisfazer, na fórma do modelo n.º 2.

Nenhum pagamento, porém, se effectuará sem que o Pagador ou Fiel encarregado desse trabalho reconheça a identidade do individuo declarado no bilhete que lhe fôr apresentado.

Art. 4.º Quando a pensão fôr isenta do imposto de 3 %, se fará nota neste sentido em frente á inscripção respectiva, e não haverá lugar a deducção delle no acto do pagamento.

Art. 5.º Não obstante a reunião de diversas pensões em uma só folha de pagamento, a despeza será classificada e lançada nas verbas proprias, bem como a receita do imposto, com as suas respectivas taxas de 1 e 3 %, nos titulos competentes dos ha-lanços, como dispõe o art. 4.º do Decreto n.º 3977 de 42 de Outubro de 1867 e as Instrucções citadas.

Art. 6.º As folhas de pensões, meio soldo, montepio e tenças continuarão a subsistir para os pensionistas que só perceberem um destes vencimentos, sendo, porém, cada uma dellas processada alphabeticamente.

*Visconde de Itaborahy.*

## MODELO N. 1.

**D. Maurícia Eliza de MeNe e Alvim, viúva do Conselheiro de Estado Chefe de Esquadra reformado Miguel de Souza Mello e Alvim. Vence, a saber:**

## ANNUALMENTE.

|                                          |             |                   |
|------------------------------------------|-------------|-------------------|
| Por Decreto de 3 de Novembro de 1866.    | Pensão....  | 600\$000          |
| Pelo Plano de 23 de Setembro de 1793..   | Montepio..  | 637\$920          |
|                                          | Meio soldo. | 8                 |
| Pela Portaria de 18 de Setembro de 1833. | Tença.....  | 300\$000          |
|                                          |             | <u>1:537\$920</u> |

## MENSALMENTE.

|             |                 |              |               |           |                 |
|-------------|-----------------|--------------|---------------|-----------|-----------------|
| Pensão..... | 50\$000         | Imposto. 3 % | 1\$300        | Liquido.. | 48\$500         |
| Montepio... | 53\$160         | » 1 %        | 531           | »         | 52\$629         |
| Meio soldo. | 8               | » 1 %        | 8             | »         | 8               |
| Tença.....  | 23\$030         | » 1 %        | 230           | »         | 21\$250         |
|             | <u>123\$160</u> |              | <u>2\$781</u> |           | <u>123\$379</u> |

|              |   |                                                                                           |          |
|--------------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>1869.</b> |   |                                                                                           |          |
| Agosto .     | 5 | Receben o mez de Julho.....                                                               | 123\$160 |
|              |   | (Assignatura da pensio- (Rubrica do Es-<br>nista ou do seu procu- criptuario).<br>rador.) |          |

## MODELO N. 2.

### 18...—18

#### Folha de diversas pensões. Pag.

O Sr.....  
assignou quitação dos seus vencimentos do mez de  
..... a saber :

|                  |         |
|------------------|---------|
| Pensão .....     | 50\$000 |
| Meio soldo ..... | \$      |
| Tença.....       | 25\$000 |
| Montepio.....    | 53\$460 |

---

Total..... 128\$460

|                 |          |        |
|-----------------|----------|--------|
| Imposto de 3 %. | 4\$500   |        |
| Imposto de 4 %. | 4\$281   | 2\$784 |
|                 | <hr/>    | <hr/>  |
| Liquido.....    | 125\$379 |        |

Pagadoria do Thesouro Nacional em...de...de 18...

O ESCRIPTURARIO



## N. 101.—FAZENDA.—EM 13 DE FEVEREIRO DE 1869.

Recommenda toda a fiscalisação nos manifestos das embarcações procedentes de Santa Helena.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo informado por Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 30 de Janeiro findo, ao qual acompanhou por cópia o officio do Vice-Consul do Brasil na Ilha de Santa Helena, de 10 do mesmo mez, de que alguns dos navios procedentes daquella ilha não trazem os manifestos e papeis devidamente authenticados pelo dito funcionario e com as mais formalidades exigidas pelo Regulamento das Alfandegas, por negarem-se os seus Capitães a comparecer para esse fim no Vice-Consulado; o que ainda ha pouco succedeu com o do navio *Nantippe* que dalli sahio com destino á Provincia da Bahia em 30 de Dezembro ultimo: assim o communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para que tomem a tal respeito as providencias necessarias, recommendando aos das respectivas Alfandegas toda a fiscalisação nos manifestos das embarcações vindas de Santa Helena, a cujos Commandantes ou Capitães, no caso de irregularidade dos seus manifestos e outros documentos, cumpre que sejam impostas as penas comminadas no Regulamento citado.

*Visconde de Itaborahy*

---

## N. 102.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que é clausula essencial o—cumpra-se—das Presidencias em uma Portaria de licença.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 55 de 9 de Março de 1867 communicou o antecessor de V. Ex. a este Ministerio que, participando-lhe o Juiz Municipal do Termo de Mar de Hespanha, Bacharel João Roquette Carneiro de Mendonça, haver entrado no gozo de uma licença concedida pelo Governo Imperial em 4 do referido mez, recusara consideral-o licenciado, por não ter sido apresentada a respectiva Portaria ao—cumpra-se—dessa Presidencia, embora aquelle Juiz affirmasse ter sido expedida. Em resposta declaro a V. Ex. que bem procedeu, exigindo como clausula essencial para a execução de taes actos o—cumpra-se—dessa Presidencia.

Deus Guardea V. Ex. —*José Martiniano de Alencar.*  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

## N. 103.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Piahy. —Decide que ha incompatibilidade na accumulção dos cargos de supplente de Juiz Municipal e Engenheiros das Obras Provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 44 de 30 de Novembro do anno findo, expõe V. Ex. que, tendo sido nomeado supplente do Juiz Municipal o Dr. Newton Cesar Burlamaque, Engenheiro das obras Provinciaes e encarregado de outros trabalhos pelo Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Pu-

blicas, parece-lhe inconveniente ao serviço publico a accumulacão do exercicio das respectivas funcções, verificando-se neste caso a terceira hypothese do Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1817.

E Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o dito officio, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que entre os dous cargos existe incompatibilidade para impedir a nomeação e não para cassal-a estando já feita; e que, com quanto o exercicio de um tolha o exercicio de outro emprego, sendo o supplente e não Juiz effectivo o Engenheiro, de que trata V. Ex. e existindo outros supplentes, que servem durante o seu impedimento, a administração da Justiça não soffre detrimento tão grande que exija a nomeação de outro.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.



#### N. 104.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que um Delegado de Policia não póde exercer a advocacia, em razão daquelle cargo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 24 de Dezembro ultimo submetteu V. Ex. á consideração do Governo Imperial a Consulta, que lhe dirigira o Delegado de Policia do Termo de Pirahy, Bacharel Eugenio Augusto de Carvalho Menezes—se podia continuar a patrocinar não só algumas causas crimines, de que já se achava encarregado antes de ser nomeado, como a de seus amigos, que fossem processados criminalmente—, ao que V. Ex. respondeu que sendo-lhe livre o exercicio da advocacia no Termo, não póde comtudo esse exercicio deixar de soffrer a restricção determinada pelas funcções do cargo policial, não lhe sendo licito portanto, salvo nas causas em que já fosse advogado, encarregar-se da defeza de réos, cujo patrocínio não é obrigado a tomar.

E Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o citado officio de V. Ex. Manda declarar que bem resolveu V. Ex. a duvida proposta pelo referido Juiz, porquanto, prohibindo expressamente aos Juizes Municipaes os Avisos n.º 624 de 5 de Dezembro de 1837 e n.º 62 de 28 de Agosto de 1843, o exercicio simultaneo da advocacia, prohibição ampliada ultimamente pelo Aviso n.º 87 de 26 de Fevereiro de 1867 aos supplentes dos ditos Juizes, e dando-se a respeito dos Delegados de Policia no fôro criminal as mesmas razões, que determinarão aquella prohibição não pôde esta deixar de lhes ser extensiva.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 105.—FAZENDA.—EM 15 DE FEVEREIRO DE 1869.

Revoga uma decisão da Thesouraria das Alagôas, mandando suspender o pagamento do soldo ao Procurador de um Sargento reformado, pelo facto de haver sido este condemnado como homicida a 14 annos de prisão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda, em 15 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaboraí, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento da materia do officio n.º 78 da Thesouraria de Fazenda das Alagôas de 19 de Novembro do anno passado, no qual participa ter mandado suspender o pagamento que se estava fazendo ao Procurador do 2.º Sargento reformado Felisardo Antonio Dias, que se achia condemnado pelo Tribunal do Jury a 14 annos de prisão pelo crime de homicidio, em vista da representação que lhe dirigira a Thesouraria da mesma Provincia: e

Considerando que semelhante decisão, que julgou o dito Sargento privado de seus direitos civis pelo facto de haver sido condemnado como homicida a 14 annos de prisão, foi além do que o Direito estabelece,



por quanto não existe disposição alguma legislativa que imponha aos condemnados a penas criminaes a de privação de seus direitos civis :

Considerando que as condemnações penaes não podem produzir outros effeitos senão aquelles que a Lei taxativamente declara ; e a de que se trata é inadmissivel porque não procede de Lei, mas da interpretação que se lhe dá :

Considerando, finalmente, que os individuos nas circumstancias indicadas, podendo exercer certos actos de vida civil, como por exemplo, adquirir por qualquer dos modos admittidos em Direito, deve-se legalmente presumir capazes de exercer todos, porquanto a capacidade de direito é sempre a mesma e unica, e desde que é concedida para certos actos, não ha razão para que o não seja para todos :

Declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que póde o Procurador constituído pelo Sargento Felisardo Antonio Dias receber os soldos a este devidos, ficando reformada a decisão em contrario proferida por essa Thesouraria.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 106.—FAZENDA.—EM 15 DE FEVEREIRO DE 1869.

A restituição das gratificações de transporte abonadas indevidamente aos Engenheiros ao serviço do Ministerio da Agricultura, deve realisar-se da data da Circular de 7 de Maio de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento, e de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publi-

cas de 31 de Dezembro do anno passado, que a restituição das gratificações de transporte, concedidas aos Engenheiros ao serviço do dito Ministerio, abonadas indevidamente, deve realizar-se da data da Circular de 7 de Maio do referido anno.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 107.—FAZENDA.—Em 16 de FEVEREIRO DE 1869.

O serviço da tomada de contas fóra das horas do expediente deve ser distribuido por todos os Empregados das Thesourarias que estiverem para isso habilitados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 222 de 16 de Novembro ultimo, com o qual transmittio a tabella do tempo arbitrado para o serviço da tomada e revisão das contas dos diversos responsaveis fóra das horas de expediente, e a nota da quantia necessaria para a retribuição de tal serviço; que tendo sido alterada a referida tabella no sentido da que vai inclusa, e assim modificado o calculo da Thesouraria, cumpre que seja este reconsiderado, solicitando o Sr. Inspector depois o credito correspondente. E pelo que respeita á Consulta constante da ultima parte do mesmo officio — de estarem ou não todos os empregados da Thesouraria no caso de tomar contas fóra da Repartição—; que nenhuma disposição veda ao Sr. Inspector mandar distribuil-as por todos aquelles que tiverem para isso as precisas habilitações, sendo de justiça que a gratificação se reparta pelo maior numero possível de empregados, a fim de que não se torne privilegio de uma unica Secção, em prejuizo talvez do serviço publico.

*Visconde de Itaborahy.*

## Tabela a que se refere a ordem supra.

| CONTAS EM CADA EXERCICIO.                                            | EM 4 HORAS<br>POR DIA. |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Da Thesouraria de Fazenda.....                                       | 2 1/2 mezes.           |
| Da Alfandega .....                                                   | 40 dias.               |
| Da Recebedoria.....                                                  | 2 mezes.               |
| Do Correio Geral.....                                                | 2 »                    |
| Do Almoxarifado da Marinha .....                                     | 2 »                    |
| Do Almoxarifado da Guerra .....                                      | 2 »                    |
| Do Almoxarifado do Hospital Mi-<br>litar .....                       | 20 dias.               |
| Do Pharmaceutico do mesmo .....                                      | 20 »                   |
| Do Commissario da Companhia de<br>Aprendizes Marinheiros.....        | 30 »                   |
| Do Commissario da Companhia de<br>Aprendizes Artifices .....         | 30 »                   |
| Das Mesas de Rendas e Collectorias<br>de 1. <sup>a</sup> Classe..... | 16 »                   |
| Das Mesas de Rendas e Collectorias<br>de 2. <sup>a</sup> Classe..... | 12 »                   |
| Das Mesas de Rendas e Collectorias<br>de 3. <sup>a</sup> Classe..... | 8 »                    |

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em  
16 de Fevereiro de 1869.—*J. S. da Rocha.*

N. 108.—FAZENDA.—EM 16 DE FEVEREIRO DE 1869.

Recommenda a execução da Circular de 17 de Dezembro de 1856, e exige a remessa de uma conta das operações relativas á substituição de notas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, observando que as Thesourarias de Fazenda, nos officios e termos de remessa de notas substituidas, tem deixado de mencionar o exercicio a que pertence a substituição, apezar das recommendações que lhes foram feitas pela Circular de 17 de Dezembro de 1856 a respeito de semelhante declaração nos Avisos de saques ou de remessas de fundos; ordena aos respectivos Srs. Inspectores que empreguem o maior cuidado no cumprimento da referida Circular, expedida no intuito de evitar embaraços ao Thesouro, cuja escripturação se complica pela falta daquelle esclarecimento; convido tambem, para a regularidade do serviço, que remettão com os balanços mensaes e definitivos das Thesourarias uma conta das operações relativas á substituição de notas.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 109.—IMPERIO.—EM 16 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que o Vereador do quadriennio findo, sendo reeleito, póde, no acto da prestação de juramento dos novamente eleitos, continuar a fazer parte da Camara a que pertencia.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communica V. Ex., em officio de 20 do mez passado, ter respondido á Camara Municipal da Villa de Coruripe — que no caso, sobre

o qual o consultou, de serem reeleitos alguns Vereadores do quadriennio findo, não havia razão para não ser-lhes permittido, no acto da prestação de juramento dos novamente eleitos, continuarem a fazer parte da Camara da qual erão membros, visto que o deferimento do juramento pertence ao presidente; e que, si este fosse um dos reeleitos, deveria, depois de ter exercido aquelle acto, prestar por sua vez o juramento, cedendo para tal fim ao seu immediato em votos a cadeira da presidencia.

O Governo approva a decisão dada por V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.

N. 110.—IMPERIO.—EM 16 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Vigário Capitular de S. Paulo.—Declara que as propostas para provimento das igrejas não devem ser demoradas além do tempo estritamente preciso para a remessa dos papeis.

4.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1869.

Não tendo sido feita a proposta para provimento da igreja parochial do Senhor Bom Jesus dos Passos, dessa diocese, não obstante ter-se realizado em 1864 o exame a que se apresentou o padre Francisco de Assis Pinheiro Ulhôa Cintra, cumpre que quanto antes seja de novo posta em concurso a dita igreja, pois que, determinando o Alvará de 14 de Abril de 1781 que as propostas sejam feitas logo que findem os exames e « pela primeira ou segunda embarcação », não devem ser demoradas além do tempo estritamente preciso para a remessa dos papeis.

Deus Guarde a V. S.— *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Vigário Capitular da diocese de S. Paulo.

## N. 111.—MARINHA —AVISO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara que as pensões do montepio da marinha não estão sujeitas no todo, ou em parte a desconto para indemnisação da Fazenda Nacional.

4.<sup>a</sup> Secção.— Ministério dos Negocios da Marinha.  
—Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1869.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se, por Sua Imperial Resolução de 13 do corrente, com o parecer da consulta das Secções reunidas dos Negocios da Guerra e Marinha, e da Fazenda do Conselho de Estado, emittido a 10 de Outubro findo, Houve por bem declarar que as pensões do montepio de marinha não estão sujeitas no todo, ou em parte a desconto para indemnisação da Fazenda Nacional; o que communico a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deus guarde a V. S. —*Barão de Cotegipe*.—Sr. Contador da Marinha.

## N. 112.—FAZENDA. —EM 17 DE FEVEREIRO DE 1869.

Instrucções para a execução do art. 36 do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, no intuito de harmonizar e dar o maior andamento possível aos serviços que se achão em atrazo nas Thesourarias de Fazenda, ordena aos respectivos Srs. Inspectores que, na execução do art. 36 do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril do anno passado, fação observar as seguintes regras:

1.<sup>a</sup> E' dispensada a escripturação em limpo dos Diarios e livros mestres dos exercicios passados, assim como do actual e futuros, sendo porém conservados os respectivos borradores, que devem ser escripturados com o possível asseio.

2.<sup>a</sup> É também dispensada a dos livros de classificação de receita e despesa de exercícios anteriores devendo ser feita sómente em borrão a do exercício actual e futuros, por ter sido supprimido o trabalho a limpo pelo art. 6.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 2 do supracitado Decreto.

3.<sup>a</sup> Serão executados fóra das horas do expediente por Empregados das proprias Thesourarias, designados pelos Srs. Inspectores, os seguintes trabalhos:

1.<sup>o</sup> A tomada de contas dos diversos responsaveis arbitradas as gratificações nos termos da Circular n.<sup>o</sup> 27 de 27 de Agosto ultimo.

2.<sup>o</sup> A liquidação da divida activa de impostos e extracção das certidões para a cobrança judicial, observando-se, no que fór applicavel, as Instrucções de 26 de Outubro de 1866, supprimidos porém os revisores, e abonando-se aos liquidadores uma gratificação, que não exceda a 3,5000 diarios pelo tempo que fór arbitrado para liquidar-se cada imposto, na fórma das mesmas Instrucções, e ao Contador ou Chefe de Secção, pela assignatura das certidões, a de 10,5000 por serie de mil.

4.<sup>a</sup> Estes trabalhos poderão ser distribuidos desde já aos Empregados, effectuando-se, porém, o pagamento das gratificações depois de approvadas pelo Thesouro, á vista de tabellas organisadas de accordo com as citadas disposições.

Para esta despesa se concederá ás Thesourarias o credito necessario, segundo as forças da verba—Gratificações por serviços extraordinarios e temporarios—, não podendo, porém, ser excedidas as quantias que lhes forem marcadas.

5.<sup>a</sup> Na Secção competente abrir-se-ha conta a cada um dos Empregados que se encarregarem de trabalhos fóra das horas do expediente pelas importancias que lhes forem abonadas, as quaes não devem exceder annualmente a dous terços dos vencimentos dos respectivos lugares, na fórma do § 2.<sup>o</sup> do art. 36 ao principio mencionado.

6.<sup>a</sup> Quaesquer outros serviços em atrazo deverão ser desempenhados na Repartição, dando-se preferencia aos balanços mensaes e annuaes, orçamentos, e quadros da divida activa e passiva, folhas de pagamento e outros urgentes, e espaçando-se o expediente por mais uma hora diariamente até que se conclua.

*Visconde de Rorobahy.*

**Instrucções, a que se refere a Circular supra, para a  
liquidação da divida activa em atraso.**

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista regular a liquidação em atraso da nossa divida activa de impostos, e a retribuição deste trabalho, ordena que se observem as seguintes Instrucções:

1.º A divida de impostos lançados do Municipio da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, será liquidada na forma das Instrucções annexas ao Decreto n.º 2354 de 16 de Fevereiro de 1859, confrontando-se os talões ou livros de receita com os lançamentos e com o registo dos valores entregues aos Recebedores.

2.º A liquidação se fará por secções do lançamento e por impostos, e começará do anno mais remoto até o mais moderno, exceptuadas tão sómente as dividas que constão de lançamentos de mais de trinta annos.

3.º Este trabalho será desempenhado fóra das horas do expediente pelos Empregados do Thesouro que o Ministro da Fazenda designar.

4.º Para cada liquidação designará o Contador um liquidador, um revisor, e ambos ficarão immediatamente responsaveis pelos erros e omissões que commetterem, de que resulte prejuizo á Fazenda ou ás partes.

5.º O liquidador depois de feitos os exames e confrontações competentes e tomados os apontamentos, que julgar necessarios para o relatorio da conta e esclarecimento de quaesquer duvidas, extrahirá as certidões dos devedores na mesma ordem, em que estiverem descriptos no lançamento, e as entregará ao Contador, bem como os livros, a fim de passarem ao revisor.

6.º Procedendo o revisor por sua vez a liquidação pelo modo acima indicado, no caso de achar exacto o trabalho do liquidador, classificará as certidões pela ordem alphabetica, e organizará a relação dos devedores na mesma ordem, declarando o nome e residencia do devedor, o exercicio ou semestre a que pertencer o imposto, a importancia deste e a multa se houver, conforme o modelo n.º 1. Esta relação será datada e assignada pelo liquidador e revisor.



7.º Se, porém, o revisor encontrar diferenças, procederá a conferencia com o liquidador, e não extrahirá a relação sem a correcção prévia de quaesquer erros e omissões.

8.º Os devedores dos municipios da provincia do Rio de Janeiro serão relacionados por impostos, mencionando-se o folio da conta, o nome do collectado, a importancia da divida e os exercicios a que pertencer, conforme o modelo n.º 2; devendo comprehender-se em uma só certidão a divida de identica origem de diferentes exercicios e do mesmo collectado, com a discriminação porém dos exercicios.

9.º Concluida uma liquidação serão apresentadas ao Contador a relação e certidões acompanhadas do relatorio, expondo as irregularidades ou abusos encontrados nos lançamentos ou nos livros de receita, na fórmula do § unico do art. 5.º das instrucções de 16 de Fevereiro de 1859 a fim de serem submettidos ao conhecimento e deliberação superior.

10. As relações dos devedores serão escriptas em papel de um só formato, preparado com as columnas e declarações convenientes, para servirem de registro das certidões, em substituição das contas correntes.

11. As certidões terão a mesma data das relações, para facilitar-se o exame de qualquer duvida na cobrança da divida.

12. A medida que forem apresentadas as liquidações, a 3.ª Contadoria convidará os contribuintes por annuncios nos jornaes de maior circulação a virem satisfazer seus debitos amigavelmente no prazo de trinta dias a contar da data dos ditos annuncios, findo o qual as certidões serão logo remettidas ao Juizo dos Feitos.

13. Quando algum collectado solicitar guia para pagamento de imposto, cujo lançamento esteja em liquidação, deverá o Empregado da 3.ª Contadoria incumbido do expediente, tomar logo nota e passal-a ao que tiver a seu cargo a mesma liquidação, a fim de que este apresente imprpreterivelmente na 3.ª Contadoria no dia seguinte a guia do estylo para pagamento, ou a declaração de estar quite o collectado.

14. Os Empregados serão gratificados na razão do tempo que se presumir necessario para a liquidação dos impostos de um exercicio, a saber:

## MUNICIPIO DA CÔRTE.

*Recbedoria.*

Decima urbana, 40 dias cada secção.  
 Dita de legua, 20 dias cada secção.  
 Dita adicional, 5 dias cada secção.  
 Imposto de aguardente, 20 dias cada secção.  
 Dito sobre lojas, 50 dias a 1.<sup>a</sup> secção e 60 dias da 2.<sup>a</sup>  
 a 5.<sup>a</sup> secção.  
 Dito especial sobre moveis, etc., 4 dias.  
 Dito sobre carros etc., 60 dias.  
 Salario de africanos livres, 30 dias.  
 Taxa de escravos, 60 dias cada secção.

## MUNICIPIOS DO RIO DE JANEIRO.

*Mezas de Rendas e Collectorias.*

Araruama, Barra de S. João, Capivary, Nova Fri-  
 burgo, Rio Claro, Squarema e S. Maria Magdalena  
 dous dias cada uma.

Itaguahy, Mangaratiba, Cantagallo, Maricá, Petro-  
 polis e Rio Bonito, tres dias cada uma.

Barra Mansa, Estrella, Itaborahy, Parahyba do Sul,  
 Pirahy, Santo Antonio de Sá e S. João do Principe,  
 quatro dias cada uma.

Paraty, S. João da Barra, Iguassú, Rezende, S. Fi-  
 delis e Vassouras, cinco dias cada uma.

Magé, seis dias; Valença, sete dias; Angra dos Reis  
 e Macahé, oito dias cada uma; Cabo Frio, doze dias;  
 Campos, 20 dias; Nictheroy, trinta dias.

15. Por dia de trabalho na forma acima indicada  
 vencerão o liquidador e revisor 4\$500, pagos em partes  
 iguaes, depois que forem definitivamente entregues ao  
 Contador os livros, relatorio, relação e certidões. O  
 mesmo Contador mandará reformar o trabalho que não  
 estiver conforme ás presentes instrucções, sem grati-  
 ficação alguma.

16. Pela assignatura das certidões que se remetterem  
 para o Juizo, perceberá o Contador como gratificação  
 12\$500 por serie de mil.

*Z. de G. e Vasconcellos,*

N. 113.— IMPERIO.— EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Corte.—Declara que os Doutores a que se refere o art. 31 dos estatutos das Faculdades de Medicina estão sujeitos ao pagamento da taxa de que trata o art. 21.

3.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de 6 do corrente, no qual V. Ex. communica que, tendo a Congregação dessa Faculdade, em virtude do art. 31 dos estatutos vigentes, admittido a justificação dada pelo lente substituto da Faculdade de Medicina da universidade de Coimbra, Dr. Manoel José da Silva Pereira, para poder exercer a medicina no Imperio, entendeu que deve o dito Doutor pagar a taxa a que se refere o art. 21 dos mesmos estatutos. Consultando V. Ex. se os Doutores de que trata o citado art. 31 estão sujeitos ao pagamento daquella taxa, declaro-lhe que foi acertada a intelligencia dada ao referido artigo.

O Aviso n.º 384 de 24 de Outubro de 1857 declarou obrigados ao pagamento da taxa de 100\$, que é a mesma que se cobra em virtude do art. 21, os que se habilitassem para o exercicio da profissão; não fez excepção nem distinguio os modos de habilitação. Não ha pois motivo para se julgarem isentos da referida taxa os Doutores a que allude o art. 31.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Corte.

---

N. 114.—IMPERIO.—EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara não poder ser tomado em consideração um recurso de imposição de multa por não ter sido interposto no prazo legal.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o requerimento de recurso, que acompanhou o officio de V. Ex. de 2 de Outubro ultimo, e no qual os membros da Junta de qualificação da freguezia de Santo Antonio do Monte, do municipio de Tamanduá, Alexandre Dias Maciel, Antonio da Costa Pereira, Francisco Thomaz de Oliveira, Pedro Carlos de Amorim e Francisco de Araujo Santos, pedem ser alliviados da multa que lhes foi imposta pelo antecessor de V. Ex., por não terem comparecido no dia marcado para os trabalhos da mesma Junta em sua segunda reunião.

E Sua Magestade o Imperador, tendo-se conformado, por sua immediata Resolução de 23 do mez findo, com o parecer da mesma Secção, exarado em consulta de 23 de Novembro ultimo, ha por bem mandar declarar que não póde ser tomado em consideração o dito requerimento, porque, tendo a data de 23 de Setembro ultimo, e sendo de 3 de Julho a decisão da presidencia da provincia, a que se refere, não foi interposto o recurso dentro do prazo marcado no art. 45 do regulamento n.º 124 de 5 de Fevereiro de 1842.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

## N. 115.—IMPERIO.—EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que, por falta de declaração do emprego ou occupação dos votados para eleitores, não devem inutilizar-se as cédulas em que esta falta se der.

2.ª Secção.—Ministerio dos Neggeios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com officio de 9 do corrente mez enviou-me V. Ex. cópia da decisão que deu á duvida proposta pela mesa parochial de S. João Baptista de Nictheroy :—se devião ser apuradas ou inutilizadas as cédulas, nas quaes se não achasse, como exige o art. 51 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, a declaração do emprego ou occupação dos votados para eleitores.

Declarou V. Ex., á vista das disposições do art. 19 das instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 28 de Junho de 1849, e dos arts. 76, 77, 78 e 83 das instrucções annexas ao Aviso de 31 de Dezembro ultimo, que a referida falta, não sendo essencial, não é motivo para inutilizarem-se as cédulas em que ella se der, e portanto que devião ser apuradas as de que se tratava.

O Governo Imperial sustenta a decisão de V. Ex. por ser conforme ás disposições citadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

## N. 116.—IMPERIO.—EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara serem nullas eleições em que a precipitação, com que se praticarão actos essenciaes, mostra que não forão cumpridamente observados os preceitos da lei.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Enviando V. Ex., com seu officio de 13 de Outubro ultimo, as actas que lhe forão

apresentadas de duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, que se dizem feitas simultaneamente, em Setembro, na igreja matriz da freguezia de S. José de Guimarães, sob a presidencia, uma do Juiz de Paz mais votado, e outra do 2.º da mesma freguezia; communicou V. Ex. ter julgado nulla a 1.ª e válida a 2.ª.

Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, ha por bem mandar declarar a V. Ex. que nenhuma das referidas eleições pôde subsistir.

A 1.ª, porque a precipitação com que se praticarão os actos essenciaes do recebimento e da apuração das cédulas mostra que não forão cumpridamente observados os preceitos da lei.

Não era possível que, excedendo a 4.600 o numero dos votantes qualificados, se realizassem regularmente, do dia 7 ao dia 9, as tres chamadas e os actos da contagem e separação das cédulas, lavrando-se a ultima acta com inclusão dos nomes de grande numero de votantes que não comparecerão; nem que nos dous dias seguintes se concluisse todo o trabalho da apuração de 4.404 cédulas para Vereadores e de outras tantas para Juizes de Paz.

A 2.ª, porque verifica-se o mesmo vicio, sendo que no periodo de tres dias começarão e concluirão-se todos os trabalhos, effectuando-se no 1.º dia a formação da mesa parochial e duas chamadas de mais de 4.600 votantes qualificados; no 2.º a 3.ª chamada, a contagem e separação das cédulas, a redacção e lançamento da acta, mencionando-se os nomes por extenso de grande numero de votantes que deixarão de comparecer; e finalmente no 3.º a apuração de 4.226 cédulas para Vereadores e de outras tantas para Juizes de Paz, accrescendo ter sido neste mesmo dia recebida pela Camara Municipal apuradora o livro das actas da eleição.

Cumpra portanto que V. Ex. expeça as ordens necessarias, para que na referida freguezia se proceda a nova eleição nos termos das disposições vigentes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 117.—IMPERIO.—EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara: 1.º que não são incompativeis os cargos de Subdelegado de policia e de Vereador; mas sómente o seu exercicio; 2.º que o cidadão processado em razão do 1.º, se tambem fôr Vereador, pôde, cumprida a pena, entrar no exercicio do ultimo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Consultando a V. Ex. a Camara Municipal da Villa de Morretes —se o Cidadão que, sendo subdelegado, e depois eleito Vereador, foi processado na qualidade de autoridade policial, e condemnado á pena de suspensão do cargo, pôde, cumprida a pena, entrar no exercicio do lugar de Vereador—; respondeu V. Ex. affirmativamente, como communica em officio de 22 de Outubro ultimo.

O Governo Imperial sustenta a decisão de V. Ex. attendendo a que, cumprida a sentença, cessão seus effectos, e portanto nada obsta a que o referido Cidadão assuma o cargo de Vereador. E' porém para isso necessario que deixe de exercer a Subdelegacia, porque, apezar de não haver incompatibilidade entre os dous cargos de Vereador e de Subdelegado, como se infere do Decreto n.º 429 de 9 de Agosto de 1845, e Aviso n.º 108 de 23 de Abril de 1849, é vedado seu exercicio simultaneo, por não poderem ser as obrigações inherentes a cada um dos ditos cargos conjunctamente desempenhadas de modo satisfactorio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 118. — FAZENDA. — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

As gratificações concedidas temporariamente a individuos nomeados para commissões, que não tem o caracter de empregos publicos, não estão sujeitas ao pagamento dos direitos de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 44 de 5 de Janeiro findo, relativo ao requerimento do 1.º Tenente da Armada Pedro Benjamim de Cerqueira Lima, pedindo restituição da quantia de 60\$000, que a Delegacia do Thesouro em Londres deduzio a titulo de direitos de 5 % da gratificação de 400\$000 mensaes, que elle percebia na Europa quando alli esteve estudando com licença do Ministerio a cargo de V. Ex. em uma fabrica de artilharia, communico a V. Ex. que a especie de que se trata já foi decidida pela Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 26 de Abril de 1862, e Aviso expedido de conformidade com a mesma Consulta em 13 de Maio do mesmo anno, junto por cópia, não estando portanto aquelle official, e outros quaesquer em identicas circumstancias, sujeitos ao pagamento dos referidos direitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

N. 119. — FAZENDA. — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1869.

São desnecessarias actualmente as certidões declarando que as habilitandas á percepção de meio soldo, nada vencem pelos cofres geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal, do Thesouro Nacional, remette ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro



do Rio Grande do Sul para a devida execução, o incluz. — Declaratório do meio soldo de 278600 mensa sal. compete a D. Guina Pereira Canedo, viuva do capitão reformado do Exercito Miguel Pereira Canedo; e communica ao Sr. Inspector que as certidões declarando que as habilitandas nada percebem pelos cofres geraes, não são actualmente necessarias, visto que nas informações deve fazer-se expressa menção dessa circumstância, segundo dispõe o paragrapho unico do art. 22 do Decreto n.º 3607 de 10 de Fevereiro de 1866.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 120. — GUERRA. — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1869.

Declara que nos contractos para fornecimento do Arsenal de Guerra da Côrte deve haver estipulação de prazo dos respectivos pagamentos.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Fevereiro de 1869.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que o pagamento do calçado contractado com De Castro & C.<sup>a</sup> deve ser feito á proporção que forem elles fazendo as respectivas entradas para o Arsenal de Guerra, ficando V. S. na intelligencia de que nos futuros contractos, que houver de celebrar a Commissão de compras deve haver estipulação do tempo do pagamento.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba.* — Sr. José Antonio de Calazans Rodrigues.

N. 121.—IMPERIO.—EM 22 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da provincia do Maranhão.—Declara ser nulla a eleição: 1.º em que a apuração dos votos se dá por concluida em prazo em que é materialmente impossivel praticar-se este acto com a necessaria regularidade; 2.º em cujas actas se dá confusão quanto á exposição de factos importantes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 22 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 30 de Outubro ultimo, no qual communica ter julgado nulla a eleição feita para Vereadores e Juizes de Paz em 7 de Setembro na freguezia de Nossa Senhora da Conceição do municipio da Manga, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial sustenta o seu acto á vista dos vicios que se notão nas respectivas actas, e que consistem:

1.º Na precipitação com que apparece feita a apuração dos votos, sendo materialmente impossivel que em um só dia se começasse e concluísse este trabalho, como diz a acta, com a necessaria regularidade, tendo-se recebido 778 cédulas para Vereadores e outras tantas para Juizes de Paz;

2.º Na confusão que se nota nas actas, dizendo-se em uma que a 2.ª chamada fez-se no dia 9 e annunciou-se a 3.ª para o dia seguinte, ao passo que em outra, que tem a data do mesmo dia 9, se trata daquella ultima chamada, declarando-se feita a apuração no dia 10, para o qual se annunciára a 3.ª chamada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 122.—IMPERIO.—EM 22 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Maranhão.—Declara: 1.º ser válida a eleição presidida por Juiz de Paz do districto mais vizinho, tendo deixado de comparecer os do da matriz; 2.º ser nulla a que é feita em casa particular ao passo que na matriz se procede a outra, não havendo motivo que justifique a violação do preceito de lei.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 22 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O acto pelo qual V. Ex. julgou válida, como communica em seu officio de 29 de Outubro ultimo, a eleição a que se procedeu, em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz na igreja matriz da freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Vianna, sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz do districto mais vizinho da dita parochia, e nulla a que se diz feita ao mesmo tempo em uma casa particular, e presidida pelo 2.º Juiz de Paz do districto daquella matriz, mereceu a approvação do Governo Imperial pelas seguintes razões em que se fundou:

1.º Ter o dito 1.º Juiz de Paz do districto mais vizinho assumido competentemente a presidencia da assembléa parochial, por não terem comparecido os do districto da matriz; e constar das respectivas actas que o processo eleitoral correu regularmente;

2.º Achar-se substancialmente viciada, á vista dos arts. 4.º e 95 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e da doutrina dos Avisos ns. 38 de 8 de Março § 1.º, e 84 de 27 de Abril § 18, ambos de 1847, 166 de 25 de Junho de 1849, 229 de 28 de Maio de 1860, e outros, a eleição que se diz presidida pelo 2.º Juiz de Paz do districto da matriz, pelo facto de ter sido feita, como diz a acta, em casa particular, ao passo que na matriz se procedia a outra, e sem haver motivo que justifique a não observancia do preceito da lei no que diz respeito ao local da reunião da assembléa parochial.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*. —Sr. Presidente da Província do Maranhão.

N. 123.—FAZENDA.—EM 22 DE FEVEREIRO DE 1869.

Providencia para a prompta transmissão dos telegrammas das Repartições ou funcionarios publicos

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declarando o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em Aviso circular de 5 do corrente que, para regularidade do serviço telegraphico, e para se evitar qualquer demora na transmissão dos telegrammas das Repartições ou funcionarios publicos, convém que ou sejam directamente dirigidos aos encarregados das Estações telegraphicas, por onde tenham de ser expedidos, ou no sobrescripto ao Director dos Telegraphos se declare o objecto do officio, bastando indicá-lo pela palavra — telegramma, — e que portanto ordenava naquella data ao mesmo Director Geral que autorisasse os Estacionarios a abrirem a correspondencia official que lhe fôr dirigida por essa forma; assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaboraay*.—  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

N. 124.—IMPERIO.—EM 23 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser nulla a eleição feita fóra da igreja matriz sem motivo justificado; e em que os respectivos trabalhos se dão por concluidos em tempo insufficiente para serem observados os preceitos da lei.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de V. Ex. de 26 de Outubro ultimo, que acompanhou

as actas e documentos relativos ás duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, que se fizeram em 7 de Setembro na parochia de Santo Antonio da villa de Alagoinhas, uma na igreja nova, presidida pelo 3.º juiz de Paz do 1.º districto da antiga villa, Placido de Bastos Pereira, por impedimento dos quatro Juizes do 4.º districto da dita igreja nova, hoje séde da parochia, e do 1.º e 2.º daquelle 1.º districto, e outra em uma capella que se está edificando na antiga villa, presidida pelo 1.º Juiz de Paz o Tenente Coronel José Pedro Leal; Sua Magestade o Imperador Ha por bem Mandar declarar a V. Ex.:

1.º Que, á vista das disposições dos arts. 4.º e 95 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, é approvado o acto pelo qual V. Ex. julgou nulla esta ultima eleição, pela razão de ter sido feita fóra da igreja que serve de matriz, sem motivo justificado, e apezar das ordens positivas de V. Ex.

Permittindo-se, no primeiro dos citados artigos, que a eleição se faça em outro edificio, se não puder realizar-se na igreja matriz, não deixou a lei ao mero arbitrio do Presidente da Mesa a designação do lugar da eleição, mas autoriza excepcionalmente a transferencia, dadas circumstancias imperiosas, nos termos dos Avisos n.ºs 38 de 8 de Março § 1.º, e 84 de 27 de Abril § 18, ambos de 1847, n.º 466 de 23 de Junho de 1849, n.º 229 de 28 de Maio de 1860, e outros:

2.º Que a primeira das ditas eleições é tambem nulla, já por não ser crível que, sendo 2.888 o numero dos cidadãos qualificados votantes, concorressem a ella, como consta das respectivas actas, 2.463, faltando apenas 425, quando ao mesmo tempo se fazia outra eleição, na qual votarão 948; já por não ser possível que, attento aquelle numero de votantes, se concluíssem em um só dia, observados os preceitos da lei, todos os trabalhos relativos á forinação da mesa, e á primeira e segunda chamadas, como consta das mesmas actas.

Havendo assim tamanha velocidade na primeira e segunda chamadas, consta, entretanto, da respectiva acta especial que a terceira, em que menor era o numero de votantes que tinham de exercer o seu direito, só ficou concluida as 5 1/2 horas da tarde do dia 8, o que mais confirma a precedente observação.

Cumpre, portanto, que V. Ex. mande proceder a nova eleição na parochia de Santo Antonio de Alagoinhas, observadas as disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 125 .—IMPERIO. —EM 23 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro.—Declara serem nulos os votos dados para Vereador a cidadão não comprehendido nas qualificações das freguezias do municipio.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex., de 12 de Outubro ultimo, no qual expõe as duvidas que occorrêrão sobre a validade da eleição do cidadão Manoel Bernardino Soares para Vereador da camara da cidade de Pelotas.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, por Sua Immediata Resolução de 26 de Dezembro ultimo, mandar declarar que é nulla a eleição do referido cidadão, porquanto:

Está provado que, por se haver elle mudado da freguezia da Boa-Vista para a de Pelotas, do mesmo municipio, foi eliminado da qualificação dos votantes da 1.ª, e tendo sido incluído na da 2.ª, esta se não achava concluída no tempo da eleição, por não haver-se ainda reunido o respectivo conselho municipal, para o qual se interpuzera recurso. Não podem ser reputados válidos os votos que recahirão no dito cidadão, visto que, segundo as disposições dos arts. 50 e 98 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e do Aviso n.º 37 de 4 de Fevereiro de 1853, é condição essencial de elegibilidade para o cargo de Vereador a qualidade de votante, a qual se verifica unicamente pelo facto da inclusão

em lista de qualificação, concluída nos termos do art. 44 das instrucções annexas ao Aviso n.º 468, de 28 de Junho de 1849.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

---

N. 426.—IMPERIO.—EM 23 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que a reunião dos collegios eleitoraes para a eleição de Deputados deve ser no dia 2 de Março; e que para os trabalhos da eleição de Senador devem os collegios reunir-se no dia 4.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Movendo-se duvida sobre o dia da reunião dos collegios eleitoraes para a proxima eleição de deputados, de conformidade com o art. 68 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 e Avisos n.º 485 de 21 de Julho de 1849 § 1.º, n.º 321 de 30 de Setembro de 1856 e n.º 563 de 13 de Dezembro de 1860, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que no dia 2 de Março proximo futuro, que é o trigesimo depois do marcado para a eleição primaria (31 de Janeiro), devem reunir-se os ditos collegios para celebrar a sessão preparatoria de que tratão os arts. 69 e 70 da citada lei, procedendo no dia immediato (3 de Março) á sobredita eleição, depois de verificados os diplomas dos eleitores, nos termos do art. 74, e de preenchidas as solemnidades religiosas ordenadas no art. 72.

Para os trabalhos da eleição de senador devem reunir-se os collegios no dia 4, como foi expressamente declarado no Aviso que dirigi a V. Ex. em 30 de Julho ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

**N. 127.—GUERRA.—EM 23 DE FEVEREIRO DE 1869.**

Declara que nos contractos para fornecimentos das enfermarias militares se deve observar a pratica seguida no Hospital Militar da Côrte.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 23 de Fevereiro de 1869.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em solução ao seu officio, datado de 26 do mez proximo passado, que ficando approved o contracto celebrado com o pharmaceutico Estanislão Antonio da Conceição para no corrente anno civil fornecer medicamentos á enfermaria militar da Capital com o abatimento dos 40 % sobre a importancia do termo médio dos preços do mercado, deve o mesmo Inspector, de accordo com o Delegado do Cirurgião-mór do Exercito, lançar no formulário o termo médio do preço de cada artigo no mercado, observando-se nos futuros contractos a pratica seguida no Hospital Militar desta Côrte, de se fornecerem formularios aos concurrentes lançarem estes em cada artigo o preço por que pretendem fornecel-o.

*Barão de Muritiba.*

---

**N. 128.—FAZENDA.—EM 25 DE FEVEREIRO DE 1869.**

Instrucções para a execução do accordo feito com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, na parte relativa ao transporte de fundos de uns para outros pontos da escala dos mesmos paquetes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 25 de Fevereiro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, na execução do accordo feito com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor,



approvado pelo Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 19 de Dezembro de 1867, na parte relativa ao transporte de fundos de uns para outros pontos da escala dos mesmos Paquetes se observe o seguinte:

1.º As sommas que d'ora em diante se remetterem do Thesouro ás Thesourarias de Fazenda e outras Repartições, e destas para aquelle, em moeda corrente de qualquer especie, serão encaixotadas na fórma das Instrucções de 4 de Setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos Commandantes dos Paquetes da Companhia Brasileira, sem obrigação de procederem elles á contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados previamente os conhecimentos de embarque segundo os estylos commerciaes.

2.º Os Thesoureiros das Repartições que fizerem as remessas responderão pelas importancias em moeda corrente depositadas nos caixotes ou volumes que entregarem aos Commandantes, e estes pela fiel entrega dos ditos volumes, como se acha disposto no art. 6.º das Instrucções a respeito das notas inutilizadas.

Fica entendido que a referida Companhia garante a responsabilidade dos Commandantes dos seus Paquetes, na fórma da Lei, pelas importancias que se contiverem nos volumes, quando estes apresentarem vestigios de haverem sido violados, ou realmente tiverem sido arrombados, nos termos do citado accordo e do officio do Presidente da Directoria da Companhia de 10 do corrente mez.

3.º Logo que chegarem os volumes á Repartição do seu destino, serão examinados pelo Thesoureiro respectivo em presença de um Empregado que fôr designado no Thesouro pelo Director Geral de Contabilidade, e nas Provincias pelos Chefes competentes, e no caso de se acharem intactos e sem vicio algum, passar-se-ha immediatamente á sua abertura, contagem e verificação das sommas accusadas e suas especies, fazendo-se de tudo declaração, datada e por todos assignada, no conhecimento, officio ou relação que acompanhar a remessa, e debitando-se o Thesoureiro pela importancia assim recebida.

Se, porém, se reconhecer que forão violados ou arrombados os volumes, ou se se descobrirem indicios de fraude, assistirão os Commandantes, e na sua falta os seus prepostos, a todos os exames que forem necessarios para verificação do facto e do extravio, que possa haver de qualquer quantia em prejuizo dos cofres do

Estado, lavrando-se de tudo termo circunstanciado, que será assignado pelos referidos Commandantes e Empregados acima mencionados. Dos casos desta natureza darão as Thesourarias immediatamente parte ao Thesouro para os devidos effeitos.

4.º Dentro dos caixotes se depositará uma relação das sommas que nelles se contiverem e suas espécies, assignada pelo Thesoureiro remettente ou Fiel que fizer as suas vezes, para immediata conferencia e escripturação das remessas, fazendo os respectivos Chefes as devidas communicações pelo Correio.

5.º Continuação em vigor as referidas Instrucções na parte relativa ás remessas de notas substituidas e inutilisadas, ficando porém dispensados os Commandantes dos Paquetes da Companhia de quaesquer exames e conferencias das importancias depositadas nos volumes que se lhes entregarem.

Com os volumes destas notas observar-se-ha o disposto no art. 3.º da presente Circular.

*Visconde de Itaborahy.*

**Aviso e officio a que se refere a Circular acima.**

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Rio de Janeiro, em 19 de Dezembro de 1867.

Em resposta ao officio de 30 de Outubro ultimo, em que VV. SS., como membros da Direcção da Companhia Brasileira de Paquetes, declararão que a mesma Companhia propõe-se continuar provisoriamente a fazer o serviço da navegação que até o presente tem estado a seu cargo, cabe-me significar a VV. SS. que o Governo Imperial deliberou aceitar a referida proposta, devendo aquelle serviço ser de ora em diante regulado pela clausula 12.ª do contracto de 1859 e de accordo com o contracto de 1856, menos quanto ás condições 17.ª, 22.ª, 25.ª, 27.ª e 28.ª que ficão supprimidas, obrigando-se entretanto a Companhia a transportar gratuitamente quaesquer sommas que o Thesouro Nacional ou as Thesourarias nas Provincias tiverem de remetter de um para outro ponto da escala de seus Paquetes, sendo que em taes casos deve-se proceder na presença dos Commandantes dos ditos Paquetes á conferencia que o The-

souro julgar indispensavel para se lhes tornar effectiva a responsabilidade quando os volumes daquellas sommas apresentarem vestigios de haverem sido violados ou realmente tiverem sido arrombados.

Este accordo subsistirá em quanto convier ás partes contractantes, mas não poderá ser rescindido sem que uma dellas manifeste expressamente a sua intenção com antecedencia de 60 dias.—Deus Guarde a VV. SS. — *Manoel Pinto de Souza Dantas.*—Srs. Membros da Directoria da Companhia Brasileira de Paquetes.

Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.—Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente á Directoria da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor o Aviso do Ministerio da Fazenda, a cargo de V. Ex., datado de 26 do mez proximo passado, em que, não obstante declarar terem sido tomadas na devida consideração as ponderações, que tive a honra de fazer em meu officio de 27 de Novembro do anno findo, ácerca da execução de uma das estipulações do accordo que actualmente regula o serviço a cargo da mesma Companhia, V. Ex. insiste em que o transporte dos dinheiros do Estado deve fazer-se nos termos do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 19 de Dezembro de 1867, sem attenção á restricção que, em resposta ao citado Aviso, foi feita por parte da Companhia em officio dirigido áquelle Ministerio, datado de 20 do mesmo mez e anno, concebido nestes termos « que os Commandantes ficarão desobrigados de conferir as sommas que lhes forem confiadas, assim no recebimento como na entrega dellas, salvo o unico caso dos volumes apresentarem indício de terem sido violados ou effectivamente arrombados, porque, verificada esta hypothese, se deverá proceder incontinenti á conferencia das sommas em presença do Commandante responsavel. »

Tal foi a condição sob que a Companhia se obrigou a dar transporte gratuito em seus Paquetes aos dinheiros do Estado, por ser impraticavel a conferencia das sommas quando recebidas e quando entregues pelos Commandantes dos Paquetes, como foi demonstrado em diversas occasiões, e ultimamente no já citado officio, que tive a honra de dirigir a V. Ex. em data de 27 de Novembro do anno findo.

Pelo que respeita á exigencia da garantia indefi-

nida á Companhia, a fim de que os Cofres Publicos sejam indemnizados de qualquer falta que possa dar-se por negligencia ou malversação dos Commandantes, parece á Directoria da mesma Companhia que tal pretensão antes tem por objecto additar nova estipulação ao accordo, que actualmente regula o serviço a cargo della, do que fixar o sentido ou a interpretação de clausula pactuada no mesmo accordo.

A Companhia, pelo facto de transportar gratuitamente em seus Paquetes os dinheiros publicos, não estipulou, nem accita, pela possível negligencia ou malversação dos respectivos Commandantes, uma responsabilidade illimitada, que em dada emergencia (não impossivel) absorveria todo o seu fundo capital.

Semelhante responsabilidade não a exige o Governo Imperial, nem poderia obtel-a, em garantia, mesmo do mais fortemente affiançado dos seus Empregados.

Desejando, porém, a Directoria combinar sempre o interesse geral com o da associação que administra, tem a honra de declarar a V. Ex. que não recusa por maneira alguma garantir, por parte da Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, dentro dos limites da lei, a responsabilidade dos Commandantes nos dous casos acima indicados; mas propõe, como preferivel, commetter o Governo a Empregados de sua confiança a guarda dos dinheiros que houver de fazer transportar nos Paquetes da Companhia, dando ella nos mesmos Paquetes passagem gratuita de ida e volta a esses Empregados, e lugar apropriado, onde os dinheiros do Estado sejam guardados com a necessaria segurança.—Deus Guarde a V. Ex. —Ilm. e Exm. Sr. Visconde de Itaborahy, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do The-souro Nacional.—*Joaquim Pereira de Faria*, Presidente da Directoria.

---

## N. 129.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que só nos casos expressos do art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857 podem ter lugar novas nomeações de supplente de Juiz Municipal.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 27 de Fevereiro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A 17 de Dezembro do anno passado communicou V. Ex. que declarando incompativel o segundo supplente do Juiz Municipal dessa capital por ter aceitado emprego de Fazenda, e julgado sem effeito a nomeação do sexto supplente, forão pelo antecessor de V. Ex. nomeados João José de Freitas Guimarães e Custodio Pires Garcia, e no mesmo officio consultou se a incompatibilidade alludida importava vacancia do lugar, que pudesse ser preenchido por outro supplente e se se devem considerar subsistente, estas nomeações.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente a duvida de V. Ex., Houve por bem Decidir que, sendo incontestavel a vaga do sexto supplente, é válida e subsistente a nomeação do primeiro daquelles cidadãos; mas não assim a do segundo, porque só nos casos expressos no art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857 podem ter lugar novas nomeações de supplentes de Juizes Municipaes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

N. 130. — FAZENDA. — EM 1.º DE MARÇO DE 1869.

Das decisões do Tribunal do Thesouro, em matéria de sua competência, não ha appellação para o Conselho de Estado, mas unicamente recurso de revista nos casos do art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1839.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 1.º de Março de 1869.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se com o parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre o recurso de Mauá, Mac-Gregor & C.ª, interposto da decisão do Tribunal do Thesouro Nacional, que confirmou a da Recebedoria do Rio de Janeiro, sujeitando ao sello proporcional e revalidação alguns recibos dos mestres ou officiaes de obras feitas em predios dos recorrentes, por considerar taes recibos como exoneração de obrigações provenientes de contractos de obras, Houve por bem, por Sua Immediata Resolução de 13 do mez findo, indeferir o dito recurso; pois que das decisões do Tribunal do Thesouro em matéria de sua competência, conforme o preceito do art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1839, não ha appellação para o Conselho de Estado, mas unicamente recurso de revista nos casos enumerados no mesmo artigo, nenhum dos quaes aliás se verifica na decisão recorrida.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Haborahy*,  
Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 431.—FAZENDA.—EM 2 DE MARÇO DE 1869.

Determina que não se installeem por ora as Alfândegas de Santarem, Borba e S. Paulo de Olivença.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — A' vista do que V. Ex. judiciosamente pondera em seu officio n.º 5, de 27 de Janeiro proximo passado, tenho por conveniente que não se installeem as Alfândegas de Santarem, Borba e S. Paulo de Olivença, nessa Provincia, enquanto a experiencia não demonstrar a necessidade dellas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.

---

N. 432.—FAZENDA.—EM 2 DE MARÇO DE 1869.

Nas decisões por julgamento arbitral sobre questões de qualificação de mercadorias, não pôde mais ter lugar a multa de que trata o art. 339 § 3.º do Regulamento das Alfândegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para os devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu dar provimento ao recurso interposto por David Huber & C.ª do despacho de V. Ex. de 30 de Outubro ultimo, mandando cumprir a decisão arbitral da mesma data, relativamente á qualificação de 20 peças de panno piloto de lã com mescla de algodão, vindas de Liverpool no vapor *Humbolt*, e submettidas a despacho pela nota n.º 3771 do mesmo mez, como estofos de lã e algodão entrefinos em partes iguaes, para o fim de reformar-se a decisão recorrida na parte sómente em que impõe aos re-

correntes a multa de 4 1/2 % á vista do disposto nos arts. 559 § 3.º e 579 do Regulamento de 49 de Setembro de 1860 e art. 28 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 133.— GUERRA.— EM 3 DE MARÇO DE 1869.

Declara que, na fórma da legislação em vigor, nada tem a jurisdição do Juizo de Orphãos, com os espolios dos militares fallecidos fóra do paiz.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 3 de Março de 1869.

Tendo-me Vm. solicitado em o seu officio do 4.º do corrente expedição de ordem para que pelo Director do Arsenal de Guerra da Côrte lhe sejam remettidos os espolios de Officiaes e praças do Exercito fallecidos em campanha, alli arrecadados, e cuja relação foi publicada no *Diario Official* com chamada das pessoas interessadas para irem recebê-los, communicando-me ter já officiado ao Director do referido Arsenal para que mandasse sobrestar a entrega dos ditos espolios, visto competir a Vm. arrecadar, inventariar e fazer administrar taes bens; declaro a Vm. que nada tem de entender com os espolios dos militares fallecidos fóra do paiz e da jurisdição que Vm. tem, a qual pela legislação em vigor, e especialmente pelo Decreto, por Vm. citado, de n.º 2433 e data de 15 de Junho de 1859, só deve ser exercida quanto aos bens deixados por pessoas, que fallecem no seu districto.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.— Sr. Agostinho Luiz da Gama.



## N. 134.—FAZENDA.—EM 4 DE MARÇO DE 1869.

Sobre a porcentagem que compete aos Empregados da Alfandega de Pernambuco, enquanto o respectivo pessoal não fôr reduzido ao numero e classes estabelecidas pelo Decreto n.º 4173 do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao requerimento dos Empregados da Alfandega dessa Provincia, que acompanhou o officio de V. Ex. de 6 de Novembro ultimo, pedindo que o pagamento da respectiva porcentagem lhes seja feito, de Julho ultimo em diante, pela tabella de 27 de Novembro de 1867; tenho de declarar a V. Ex. que, enquanto não fôr reduzido o pessoal da Alfandega ao numero e classes estabelecidas pelo Decreto n.º 4173 de 6 de Maio do anno passado, devem os referidos Empregados ser pagos pela tabella annexa ao Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e calculo da de 27 de Novembro de 1867, segundo dispõe o art. 23 do citado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

## N. 135.—IMPERIO.—EM 4 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição effectuar-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia da 2.ª

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accusando o recebimento do officio de V. Ex. de 14 de Dezembro ultimo, no qual comunica a deliberação, que tomou, de annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Setembro na freguezia de Nossa

Senhora das Dores de Igrapiúna, do municipio de Camamú, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approva o acto de V. Ex., por constar das respectivas actas que, além de outras irregularidades, se derão a de effectuar-se a 3.<sup>a</sup> chamada dos votantes no mesmo dia em que se fez a 2.<sup>a</sup>, contra a expressa disposição do art. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e a de proceder-se ainda a outra chamada depois da 3.<sup>a</sup>

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 136. —IMPERIO.—EM 5 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara ser motivo de nullidade de eleição não se mencionarem na respectiva acta os nomes dos votantes que não tiverem comparecido.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex., como communicou em officio de 2 de Janeiro ultimo, declarou nulla a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu em Setembro na freguezia de Santa Anna do Alfié, termo da cidade de Itabira, pela razão de não se acharem mencionados na acta, como expressamente exige o art. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, os nomes dos votantes que deixarão de comparecer.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 137.—GUERRA.—CIRCULAR EM 5 DE MARÇO DE 1869.

Declara quando se deverá exigir a apresentação das respectivas patentes aos Officiaes reformados, que se houverem habilitado para a percepção do respectivo soldo.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Março de 1869.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de....para seu conhecimento e devidos effeitos, que aos Officiaes reformados do Exercito que se houverem habilitado para a percepção do respectivo soldo nos termos da Circular de 28 de Maio de 1866, não se deve exigir a apresentação das suas patentes senão seis mezes depois de ter findado a guerra.

*Barrão de Muritiba.*

N. 138.—GUERRA.—CIRCULAR EM 6 DE MARÇO DE 1869.

Dá providencias para regularidade do serviço telegraphico conforme a requisição do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 6 de Março de 1869.

Representando o Sr. Ministro da Agricultura, em o seu Aviso de 5 do mez proximo findo, que para regularidade do serviço telegraphico e para se evitar qualquer demora na transmissão dos telegrammas das Repartições ou funcionarios publicos convém que ou sejam elles dirigidos aos encarregados das estações telegraphicas, por onde tenham de ser expedidos, ou no sobrescripto ao Director dos telegraphos se declare o objecto do officio, bastando indicá-lo pela palavra--telegramma—, visto ficar or-

denado ao Director Geral que autorise os Estacionarios a abrirem a correspondencia official, que lhes fôr dirigida naquelles termos; declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, que deve proceder na fôrma indicada.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*. — Sr. . .

---

N. 139.—IMPERIO.—EM 6 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º lavrar-se uma só acta de todos os trabalhos da eleição; 2.º não se mencionarem naquella os nomes dos votantes que não tiverem comparecido; 3.º realisar-se a eleição em uma freguezia sendo já conhecido o resultado das outras do mesmo municipio.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Março de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de 20 do mez findo remetteu V. Ex. cópia da Portaria da mesma data, na qual declarou nullas as eleições de Vereadores, feitas na freguezia de S. Caetano do Chopotó no dia 2, e na de Nossa Senhora da Piedade da Boa Esperança no dia 7 daquelle mez, pertencentes ambas ao municipio da Piranga. Fundou-se V. Ex.:

Quanto á 1.ª eleição, na irregularidade de lavrar-se, contra o disposto nos arts. 49, 54 e 55 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, uma só acta de todos os trabalhos da eleição, e sem nella mencionarem-se os nomes dos votantes que não comparecêrão na Assembléa Parochial;

Quanto á 2.ª eleição, na circumstancia de ter sido feita no dia 7 de Fevereiro, sendo já conhecido o resultado da votação das outras freguezias do municipio, realizada no dia 2 do mesmo mez, o que importa a nullidade da eleição posterior, segundo a doutrina do Aviso n.º 374 de 11 de Setembro de 1860 e outros.

O Governo Imperial sustenta o acto de V. Ex., bem como a deliberação que tomou de ordenar, na conformidade do citado Aviso, que se procedesse a nova apuração, excluidos os votos das referidas freguezias, que constituem minoria do municipio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 140.—IMPERIO.—EM 6 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a falta de menção na respectiva acta dos nomes dos votantes que não tiverem comparecido; 2.º conterem-se em uma só acta os trabalhos concernentes a 3.ª chamada e a apuração das cedulas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex., em officio de 25 de Janeiro ultimo, ter annullado as eleições de Vereadores e Juizes de Paz feitas em Setembro do anno findo nas freguezias de S. José da Alagôa e de Nossa Senhora da Conceição de Gueté, pelo motivo de não se acharem mencionados nas respectivas actas, como exige o art. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, os nomes dos votantes que deixarão de comparecer.

O Governo Imperial approva o acto de V. Ex., não sómente pelo referido motivo, mas ainda porque, tanto em uma como na outra das referidas eleições, contêm-se em uma só acta os trabalhos concernentes a 3.ª chamada dos votantes e a apuração das cedulas, contra a disposição dos arts. 49, 54 e 55 da citada lei.

Evisto que, como V. Ex. declara, os votos das duas referidas freguezias, reunidos aos de Santa Anna do Alfié, cuja eleição foi tambem annullada, influem consideravelmente na eleição do municipio, cumpre que, de conformidade com a doutrina do Aviso n.º 62

de 21 de Fevereiro de 1853 e outros, se proceda a nova eleição de Vereadores em todo o dito município, subsistindo sómente a de Juizes de Paz realizada nas freguezias cuja eleição correu regularmente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 141.—GUERRA.—EM 8 DE MARÇO DE 1869.

Declara que não havendo Conselho de Investigação para as praças presas se deve proceder a elle nos termos das Instrucções, publicadas na Ordem do Dia n.º 263 de 21 de Junho de 1861.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio que V. Ex. me dirige sob n.º 63 de 23 de Dezembro ultimo, communicando que o soldado do extincto corpo de guarnição dessa Provincia Thomé do Espírito Santo, tendo desertado, fôra capturado, e que não se podendo proceder contra elle em consequencia de não existir o respectivo Conselho de disciplina, nem o relatorio de prevenção, V. Ex. expedira ordem, sobre proposta do Commandante das Armas, para que seja aquelle desertor reinellido para esta Côrte, a fim de ter destino; declaro a V. Ex. que, na conformidade da Imperial Resolução de 4 de Novembro do anno proximo passado tomada sobre Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, não havendo Conselho de Investigação para as praças presas, deve-se mandar proceder a elle nos termos das Instrucções publicadas em Ordem do Dia desta Secretaria de Estado n.º 263 de 21 de Junho de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

## N. 442.—GUERRA.—EM 8 DE MARÇO DE 1869.

Declara como devem ser lavradas as actas das sessões do Conselho Supremo Militar.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Março de 1869.


Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Conselho Supremo Militar para seu conhecimento e execução, que é nesta data approvada a proposta do mesmo Conselho exarada em officio de 22 de Fevereiro proximo passado, para que seja adoptada a pratica de lavrarem-se actas de suas sessões, ficando estabelecido o seguinte:

1.º Que o Secretario de Guerra formulará a acta de cada sessão contendo o transumpto de todo o trabalho.

2.º Que depois de approvada, no começo da sessão, a respectiva acta da antecedente, a minuta será devidamente authenticada para ser registrada em livro proprio sob a responsabilidade do mesmo Secretario.

3.º Finalmente, que para as actas haverão dous livros, um para as das sessões consultivas, e o outro para as das judiciais, devendo nestas sessões ser tambem todo o expediente feito pelo Secretario de Guerra, com excepção das sentenças nos processos, que serão lavradas pelo Juiz togado, que relatar o feito.

*Barão de Muritiba.*



## N. 443.—GUERRA.—EM 9 DE MARÇO DE 1869.

Declara qual o formulario, que se deve observar nos fornecimentos de medicamentos as enfermarias militares.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ficando approvedo o contracto, de cujo termo V. Ex. remetteu-me cópia com o seu officio de 29 de Janeiro ultimo sob n.º 20, celebrado com o pharmaceutico Francisco Ernesto da Silva Chaves para o fornecimento de medicamentos á enfermaria militar de S. Gabriel, durante o corrente anno civil; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que o formulario, a que se refere o mesmo contracto para regular os preços de tal fornecimento, deve entender-se ser o que se acha em vigor, e foi mandado pôr em pratica nos hospitales e enfermarias militares por Aviso de 2 de Abril do anno proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

## N. 444.—JUSTIÇA.—AVISO CIRCULAR DE 9 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro.—Decide que as funcções eleitoraes nao são consideradas parte integrante de jurisdicção civil; e que é indispensavel a communicação official para a transmissão e devolução de jurisdicção.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 19 de Fevereiro de 1866 representou a esta Secretaria de Estado o 4.º Juiz de Paz da Freguezia do Engenho Velho que, no impedimento do 3.º Juiz de Paz para presidir a Junta de Qualificação de votantes da nova Parochia



do Divino Espirito Santo, assumira a jurisdição do cargo e procederá a convocação nos termos da lei, não tendo occasião de praticar outro qualquer acto; mas, havendo o Juiz substituído, sem lhe ter feito nova comunicação, reassumido o exercício de suas funções, se absteria de exercê-las desde então, para solicitar do Governo Imperial uma declaração sobre a regularidade de seu procedimento.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da Secção de Justiça de 28 de Setembro de 1867, por Sua Immediata Resolução de 23 de Janeiro passado, Houve por bem Decidir:

1.º Que as funções electoraes não são consideradas parte integrante da jurisdição civil.

2.º Que é indispensavel em todo o caso a comunicação official para a transmissão e devolução da jurisdição.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 143.—GUERRA.—EM 10 DE MARÇO DE 1869.

Declara ao Inspector da Pagadoria das Tropas da Corte que aos Officiaes, que vierem feridos da campanha, se deve ajustar contas, abonando-se-lhes sem interrupção soldo e vantagens geraes.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Março de 1869.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, que aos Officiaes, que vierem feridos da campanha, se deve ajustar contas, abonando-se-lhes sem interrupção soldo e vantagens geraes.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 146. — FAZENDA. — EM 10 DE MARÇO DE 1869.

Despacho livre de Imagens importadas pelos Colonos Allemães da Serra da Piedade, na Provincia de S. Pedro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 10 de Março de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autorisa o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro para permittir que na Alfandega da Cidade do Rio Grande sejam despachadas livres de direitos uma Imagem de Nossa Senhora da Piedade, que os Colonos Allemães da Serra da Piedade mandarão vir para a respectiva Capella, e bem assim outras de Santos para differentes Cappellas das Picadas, conforme solicitou o Ministerio dos Negocios do Imperio por Aviso de 2 do corrente; visto estarem as referidas Imagens comprehendidas no art. 512 § 33 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 147. — FAZENDA. — EM 12 DE MARÇO DE 1869.

Permitte o despacho e embarque de mercadorias para Corumbá, em Mato Grosso, sob caução dos respectivos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 12 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em deferimento a petição dos negociantes desta praça, Bustamante & C.<sup>ª</sup>, sirva-se V. Ex. permittir que elles despachem e embarquem na escuna allemã *Johanes*, as mercadorias que pretendem enviar para o porto de Corumbá na Provincia de Mato Grosso, caucionando porém os respectivos direitos de exportação ou reexportação, e ob-

servando-se nessa Repartição, não só quanto a este mas também quanto a outros despachos, que no futuro possam ser pretendidos para a mesma Provincia, as disposições do art. 641 e seguintes do Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 148. — FAZENDA. — EM 13 DE MARÇO DE 1869.

As embarcações cujo dominio se transfere, ainda que por arrematação em hasta publica, para serem desmanchadas, e seja qual fôr a sua origem, nacionalidade, denominação, lotação ou emprego, estão sujeitas ao imposto de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Março de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 570 de 29 de Janeiro do corrente anno, relativo ao pedido que faz Antonio Vieira Miranda Evora para ser isento do pagamento da siza pela arrematação do casco do brigue escuna *Fidelidade*, communico a V. Ex. que ao imposto de 5 % estão sujeitas todas as embarcações cujo dominio se transfere, seja qual fôr a sua origem, nacionalidade, denominação, lotação ou emprego, nos termos do art. 671 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; e ainda quando a escuna de que se trata fosse arrematada em hasta publica para ser desmanchada, como allega aquelle arrematante, nem assim ficaria isenta do pagamento do imposto, de conformidade com o disposto no art. 681 do citado Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —  
A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

---

N. 149.—JUSTIÇA.—EM 13 DE MARÇO DE 1869.

Declara que não ha materia para a suspeição de um Commandante Superior no caso de verificação da ausencia de um Official da Guarda Nacional, que é seu cunhado.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 31 de 3 do mez passado participou V. Ex. que, tendo mandado proceder de conformidade com as instrucções annexas ao Decreto n.º 3535 de 25 de Novembro de 1865 contra o Alfes da Guarda Nacional do Principe, José Matheus de Oliveira, que constava estar residindo fóra do districto de seu respectivo Corpo, ponderára o Commandante Superior interino, que este Official era seu cunhado, circumstancia que o embaraçava no cumprimento da ordem; parecendo-lhe, além disso, não ser exacto o que contra elle se allegava.

Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o officio de V. Ex., Houve por bem approvar a sua decisão, declarando que no serviço da Guarda Nacional sómente se dá suspeição nos julgamentos perante o Conselho de disciplina, do qual não podia fazer parte o Commandante Superior, não havendo portanto materia para a suspeição allegada.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 150.—FAZENDA.—EM 16 DE MARÇO DE 1869.

Approva a deliberação da Thesouraria da Bahia relativa ao calculo da porcentagem dos Empregados da respectiva Alfan-dega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da The-

souraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 496 de 7 de Outubro ultimo, que approva a deliberação, que tomou, de mandar calcular as percentagens dos Empregados da Alfandega da mesma Provincia pelas tabellas de 1860 e 1867, visto estar este seu acto de accordo com o que se tem praticado no Thesouro.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 151. — FAZENDA. — Em 16 DE MARÇO DE 1869.

Indefere a pretensão de um Guarda da Alfandega da Bahia, de ser nomeado para igual emprego na desta Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio de V. Ex. de 13 de Fevereiro ultimo, a que acompanhou o requerimento de José Pinto Ferreira, Guarda da Alfandega dessa Provincia, em que solicita ser nomeado para igual emprego na desta Côrte; tenho a declarar a V. Ex. que semelhante pretensão não póde ter lugar por ser contraria ao disposto nos arts. 46 do Regulamento das Alfandegas de 49 de Setembro de 1860, e 4.º do Decreto n.º 1175 de 6 de Maio de 1867.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy.* —  
A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 132.— FAZENDA.— EM 16 DE MARÇO DE 1869.

As Thesourarias não devem incluir Pensionistas do Estado em folha sem prévia autorisação do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, observa ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz, que não procedeu regularmente mandando abonar a D. Maria Henriqueta do Soutto Gondim, viuva do Tenente do Exercito, Antonio Dionisio do Soutto Gondim, a respectiva pensão sem prévia autorisação do Thesouro, como dispõe a Ordem n.º 77 de 8 de Fevereiro de 1856, cujo estricto cumprimento lhe recommenda, para evitar-se a reproducção de semelhantes irregularidades.

*Visconde de Itaborahy.*

— — — — —

N. 153.— FAZENDA.— EM 16 DE MARÇO DE 1869.

Indeferimento da pretensão do Vice-Consul do Brasil em Hamburgo, de ser relevado da multa que lhe fôra imposta por infracção do art. 429 § 4.º n.º 3 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1869.

Alm. e Exm. Sr.— Sendo a designação da quantidade e qualidade dos volumes que compoem os carregamentos dos navios destinados aos portos do Brasil, uma formalidade essencial dos manifestos, nos termos do § 4.º n.º 3 do art. 420 do Regulamento das Alfandegas; e portanto uma regra a observar e cumprir da parte dos nossos Agentes Consulares nos

differentes portos commerciaes; é evidente que a Circular do Thesouro de 10 de Maio de 1861 não pôde ter a intelligencia lata que lhe empresta o Consul Brasileiro nas Cidades Anseaticas, em o seu officio de 4 de Janeiro ultimo, com o qual enviou a V. Ex. o requerimento do Vice-Consul em Hamburgo, pedindo remissão da multa que lhe foi imposta por infracção do citado artigo, relativamente ao manifesto do lugar prussiano *Gustavo*.

A mencionada Circular refere-se apenas aos casos de impossibilidade de satisfazer-se exactamente a designação de qualidade e quantidade dos volumes, exigida no dito § 4.º, e como simples excepção permite que nelles essa designação se limite ao que for possível conhecer. A designação é, pois, uma das condições mais importantes da moralidade e fiscalisação do commercio de importação e exportação; e sob este ponto de vista constitue disposição permanente do Código das Alfandegas de todas as nações.

Assim, carecendo de fundamento as allegações expendidas pelo Consul Geral nas Cidades Anseaticas em apoio da pretensão do Vice-Consul em Hamburgo, foi esta indeferida por despacho de 12 do corrente: o que participo a V. Ex., em resposta ao Aviso de 4 do mez passado, com que me transmittio o supradito requerimento, rogando a V. Ex. se sirva, na communicação que houver de fazer aos ditos Agentes Consulares, expôr-lhes as razões do indeferimento, como é de mister, a fim de que não continuem a dar á Circular de 10 de Maio de 1861 a erronea intelligencia que até o presente lhe derão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.  
— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

---

N. 434.—FAZENDA.—EM 16 DE MARÇO DE 1869.

Amplia a disposição do Aviso de 12 do corrente mez sobre o despacho e expedição de mercadorias para Corumbá, em Mato Grosso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em additamento ao meu Aviso n.º 78, de 42 do corrente mez, que na escuna allemã *Johannes* podem embarcar mercadorias para Corumbá, em Mato Grosso, não só os negociantes Bustamante & C.<sup>a</sup>, mas quaesquer outros, e ainda mesmo em todos os navios que de futuro para alli se despachem, na fórma da ultima parte do referido Aviso; cumprindo que se declare aos carregadores e donos destes navios, que não poderão passar além de Assumpção sem licença do Commandante em Chefe das forças Brasileiras no Estado do Paraguay.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.  
—A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Corte.

N. 435.—IMPERIO.—EM 17 DE MARÇO DE 1869.

Ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Sobre a organização de sociedades brasileiras de beneficencia em paiz estrangeiro.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 17 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as bases para a fundação de uma sociedade de beneficencia brasileira na cidade de Lisboa, que acompanharão o Aviso de V. Ex. de 6 de Outubro ultimo, foi a mesma Secção de parecer:—Que, tendo de estabelecer-se em Lisboa a sociedade de que se trata,



e tendo de recahir os seus actos de beneficencia em individuos desvalidos em Portugal, deve ser a mesma sociedade organizada segundo as leis portuguezas e approvada por autoridades portuguezas; embora uma das bases a faça depender dos Governos portuguez e brasileiro, nem por isso deixa de ser o unico competente para autorizar a incorporação de taes sociedades o Governo do paiz onde tem ellas de funcionar.

E, Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 27 de Fevereiro proximo findo com este parecer, tenho a honra de o communicar a V. Ex. em resposta ao supracitado Aviso.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

#### N. 156.—GUERRA.—EM 17 DE MARÇO DE 1869.

Declara quaes as condições, em que se deve effectuar o pagamento dos prets, relativos a vencimentos de recrutas.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Março de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo V. Ex. submettido á consideração desta Secretaria de Estado, em o seu officio de 6 do mez proximo passado sob n.º 493, as duvidas, que oppôz a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia ao pagamento dos prets de diversos recrutas; declaro á V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que deve a mesma Thesouraria pagar aquelles prets, uma vez que os considere legaes, e que contenhão elles a declaração do dia da reclusão e a do destino, para que possa verificar o calculo dos dias, que a cada recruta pertencem, convindo entretanto que, sempre que se derem os abusos previstos no art. 24 do de-

creto n.º 2171 do 1.º de Maio de 1858, seja essa circumstancia declarada nos mesmos prets, para que se possa fazer effectiva a responsabilidade dos recrutadores em tal hypothese.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 157.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 17 DE MARÇO DE 1869.

Nomeando uma commissão para a reforma da Repartição Geral dos Telegraphos.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 17 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo resolvido nomear uma commissão composta de V. Ex., do Chefe de Secção desta Secretaria de Estado José Martins Pereira de Alencastre e do Director Geral dos Telegraphos, Dr. Guilherme Schuch de Capanema, a fim de organizarem um projecto de regulamento para a Repartição dos Telegraphos, em que, tendo em vista o desenvolvimento actual e futuro das linhas se providencie sobre a sua administração, economia e melhor regularidade e fiscalisação do serviço: assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia esperando da illustrada e patriótica coadjuvação de V. Ex. poder deste modo dar a este ramo do serviço publico uma regular organização como tanto carece.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Barão do Bom Retiro.—Idêntico aos Srs. José Martins Pereira de Alencastre e Dr. Guilherme Schuch de Capanema.

## N. 158.—FAZENDA.—EM 18 DE MARÇO DE 1869.

Dos titulos de aforamento de marinhãs cobra-se 6000 de emolumentos e 1000 de verba do registro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Março de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 435, do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, de 15 de Dezembro proximo passado, relativo aos emolumentos a cobrar dos titulos de aforamento de terrenos de marinhãs; declara ao mesmo Sr. Inspector que, determinando o art. 682 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1830 que nas Alfandegas e Mesas de Rendas se observe a tabella dos emolumentos que percebia a Secretaria de Estado deste Ministerio, os quaes pelo art. 86 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 ficarão pertencendo à renda geral, deve cada titulo de aforamento pagar 6000 de emolumentos e 1000 de verba do registro.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 159.—FAZENDA.—EM 19 DE MARÇO DE 1869.

O Conselho de Estado não conhece das decisões do Tribunal do Thesouro, senão nos casos indicados no art. 23 do Decreto n.º 2313 de 29 de Janeiro de 1839.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 19 de Março de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, para sua intelligencia e devidos effeitos, que tendo sido presente à Secção de Fazenda do Conselho de Estado, de ordem de Sua Magestade o Imperador, o recurso dos negociantes da cidade de Santos, Forjaz

& Sã, interposto da decisão do mencionado Tribunal relativa a restituição por elles pretendida dos direitos additionaes de 2% dos fardos de algodão que despacharão na dita Alfândega em os dias 17 e 18 de Outubro de 1867, sob o fundamento de que por occasião dos despachos não crão decorridos oito dias da publicação da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro antecedente, que decretou os referidos direitos; o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer da Secção de Fazenda exarado em Consulta de 27 de Fevereiro ultimo, Houve por bem, por Sua Immediata Resolução de 6 do corrente mez, indeferir o supradito recurso: por quanto, nos termos do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859, art. 28, o Conselho de Estado não conhece das decisões do Tribunal do Thesouro como Tribunal Superior de appellação, ou da apreciação do facto e direito, e só sim como um Tribunal de revista para o effeito de cassar ou annullar taes decisões nos unicos casos indicados no citado artigo; e nenhum delles deu-se na decisão recorrida, pela qual o Tribunal do Thesouro negou-se a tomar conhecimento da questão que lhe fôra apresentada tambem em grão de recurso, por falta de formulas essenciaes no respectivo processo.

*Visconde de Iaborahy.*

N. 160.—FAZENDA.—EM 19 DE MARÇO DE 1869.

A taxa dos escravos só se deve cobrar, além das cidades e villas, das povoações que tiverem pelo menos vinte e cinco casas habitadas e approximadas umas das outras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Março de 1869.

Illm. Sr.—Communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com a opinião emittida pela Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre a duvida proposta pelo Collector das Rendas Geraes

de Nova Friburgo em seu officio de 5 de Novembro ultimo—se um povoado que não contém mais de seis casas está ou não comprehendido na letra do art. 2.º n.º 2 § 3.º do Regulamento de 28 de Março do anno passado, para o fim de ser incluído no lançamento e cobrança da taxa dos escravos : Houve por bem Decidir, por Immediata Resolução de 6 do corrente mez, que, além das cidades e villas, só se deve cobrar a taxa dos escravos das povoações que tiverem pelo menos vinte cinco casas habitadas e approximadas umas das outras, por não parecer razoavel considerar como povoação, para o effeito de que se trata, um povoado que por si só não póde constituir nem mesmo um quarteirão ; sendo que a base que fica adoptada para o lançamento do referido imposto, tem por argumento apoio legal no art. 42 § 8.º do Codigo do Processo Criminal.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 464. —FAZENDA. —EM 19 DE MARÇO DE 1869.

No termo—povoações—do art. 2.º numero 2 § 3.º do Regulamento de 28 de Março do anno passado, só devem ser comprehendidas para o lançamento da taxa de escravos, as que tiverem pelo menos 25 casas habitadas e approximadas umas das outras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 19 de Março de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em virtude da Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, relativa á duvida proposta pelo Collecter das Rendas Geraes de Nova Friburgo em officio de 5 de Novembro ultimo, sobre a intelligencia da disposição do art. 2.º numero 2 § 3.º do Regulamento de 28 de Março do anno passado ; declara aos Srs. Inspectores

das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que no termo—povoações—da citada disposição só devem ser comprehendidas para o lançamento e cobrança da taxa de escravos, de que trata o art. 48 n.º 4 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, as que tiverem pelo menos vinte cinco casas habitadas e approximadas umas das outras: sendo este o numero minimo que fica adoptado como base para o referido lançamento.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 469.—IMPERIO.—EM 19 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição: 1.º ser feita fóra da matriz sem motivo justificado; 2.º formar-se a meta parochial por modo diverso do estabelecido na lei.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 19 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, manda declarar que é approvado o acto a que se referem os documentos que acompanharão o officio de V. Ex., datado de 30 de Outubro ultimo, e pelo qual V. Ex. julgou válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedêra na matriz da freguezia de Santo Antonio de Jesus, do municipio de Nazareth, sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz, e nulla a que se diz feita ao mesmo tempo na capella de S. Benedicto da dita freguezia, presidida pelo 2.º Juiz de Paz.

A primeira destas eleições, tendo sido feita na igreja matriz, e competentemente presidida pelo 3.º Juiz de Paz por terem deixado de comparecer o 1.º e 2.º, sem estar provado o motivo de coacção allegado por este ultimo, e havendo-se observado em todo o seu processo as disposições da lei, apresenta os necessarios caracteres de regularidade.

A segunda, porém, não poderia prevalecer, ainda quando não houvesse duvida sobre sua realização, já por ter sido feita fóra da igreja matriz sem motivo justificado, já por haver-se formado a mesa parochial, para a qual nenhum eleitor nem supplente concorreu, por modo diverso do estabelecido para o caso nos arts. 10 e 12 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e 8 e 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província da Bahia.

---

N. 163.—IMPERIO.—EM 20 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Província da Bahia.—Declara ser motivo de nulidade de eleição comprehendem-se em uma só acta todos os actos relativos ao recebimento das cédulas, preteridas as declarações legais.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 20 de Março de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex. declarou nulla, como communicada em seu officio de 6 de Novembro ultimo, a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro na freguezia de Nossa Senhora das Grotas da villa do Joazeiro, visto que, além de outras irregularidades, commetteu-se a de se comprehendem em uma só acta todos os actos relativos ao recebimento das cédulas, não constando como e quando se fizerão as chamadas dos votantes, nem se forão observados os preceitos fundamentaes da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província da Bahia.

---

## N. 164.—IMPERIO.—EM 20 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidir a mesa parochial Juiz menos votado, achando-se o mais votado desimpedido e em exercício de suas funções na matriz; 2.º precipitação dos trabalhos, com prejuizo da observancia das formulas da lei.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 20 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o acto pelo qual V. Ex., como communicou em officio de 28 de Setembro do anno findo, julgou nulla a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que em 7 do mesmo mez se procedêra na matriz da freguezia de Santa Maria de Anajatuba sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz do 2.º districto, e válida a que se fez ao mesmo tempo, e na dita matriz, presidida pelo 4.º Juiz de Paz do 4.º districto, Sua Magestade o Imperador Manda declarar:

Que mereceu approvação o acto de V. Ex. na parte relativa á primeira das referidas eleições, pela razão, em que V. Ex. se fundou, da incompetencia do Juiz de Paz, sob cuja presidencia foi feita, visto que se achava desimpedido e em exercício de suas funções eleitoraes na matriz o mais votado do districto desta;

Que foi julgada nulla a segunda eleição, á vista das irregularidades constantes das respectivas actas, entre as quaes sobresahe a precipitação com que se fizeram os trabalhos, não sendo possível que em um só dia, 8 de Setembro, se effectuassem, observadas as formas da lei, a 3.ª chamada dos votantes, contagem, emmassamento das cédulas, redacção e lançamento da acta especial com os nomes dos que faltarão, e a apuração de 4.418 cédulas. Além desta e outras irregularidades, não consta como se procedeu á organização da mesa parochial, e se ficou ella legalmente constituida.

Cumpre pois que V. Ex. expeça as ordens precisas para que se proceda a nova eleição na referida freguezia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 165.—IMPERIO.—EM 20 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Pernambuco.—Declara que os substitutos especiaes, como são os das Faculdades de Direito, quando regem cadeira, não ficam pelo facto da substituição com maiores vencimentos.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 20 de Março de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Declare V. Ex. á Thesouraria de Fazenda, em solução do officio n.º 2, dirigido em 17 de Fevereiro ultimo a este Ministerio, que a divida de exercicios findos, na importancia de 761\$640, constante do processo de liquidação que acompanhou o dito officio, reclamada pelo Padre Joaquim Graciano de Araujo, como substituto das aulas de rhetorica, philosophia, historia e geographia do curso de preparatorios annexo á Faculdade de Direito, não póde ser reconhecida, visto que o figurado credor nenhum direito tem ao augmento de vencimento que se lhe contou.

Os substitutos especiaes, como são os das Faculdades de Direito, quando regem cadeira, não ficam pelo facto da substituição com maiores vencimentos, mas continuão a perceber os que lhes competem, tenham ou não exercicio, uma vez que estejam promptos para os trabalhos do magisterio. Acresce que os das aulas preparatorias, por isso que o são de mais de uma materia, são tambem obrigados á regencia simultanea de mais de uma cadeira, como já explicarão os Avisos de 27 de Abril e 17 de Junho de 1864, dirigidos ao Director da Faculdade da Capital dessa Província, juntos por cópia.

O Decreto n.º 1995 de 14 de Outubro de 1857, cujas disposições se tornarão extensivas aos empregados do Ministerio do Imperio pelo de n.º 2523 de 20 de Janeiro de 1860, e se faz valer para apoiar a reclamação, só comprehende os casos de substituição, em que o empregado de vencimento ou categoria inferior é chamado *ex-officio* a desempenhar os deveres de lugar estranho ou immediatamente superior, e não póde ter applicação ás substituições por outra forma reguladas, como as dos cargos de que se trata, que tem substitutos privativos

e com vencimento especial, que por essa unica qualidade de substitutos lhes compete.

Cumpré portanto que a divida seja annullada, e que se faça inteira restituição de tudo que por semelhante motivo por ventura se tenha pago.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

**Avisos de 27 de Abril e de 17 de Julho de 1864, aos quaes se refere o de 20 de Março de 1869.**

4.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 27 de Abril de 1864.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de 11 do corrente em que V. Ex. communica ter nomeado, de conformidade com o art. 28 do Regulamento das aulas preparatorias, o Bacharel Jacintho Pereira do Rego para reger interinamente a cadeira de Latim vaga pelo fallecimento do respectivo Professor, visto ter declarado o substituto daquelle cadeira, Dr. Francisco Pinto Pessoa, que tinha sido designado por V. Ex. para aquelle fim não lhe ser possivel encarregar-se da mesma cadeira por se achar na regencia da de Inglez.

Em resposta tenho que declarar a V. Ex. que não pôde ser approvado o seu procedimento, porque se oppõe á disposição do mesmo artigo citado por V. Ex., que exige como condição essencial para que as substituições dos Professores não sejam feitas pelos respectivos substitutos, que se dê falta absoluta destes: hypothese que não se verificou, porque sendo o substituto da cadeira de Latim o mesmo da de Inglez, é elle obrigado a regel-as simultaneamente no impedimento ou ausencia dos respectivos Professores. Nem pôde ser aceita, em vista do Regulamento, a impossibilidade allegada pelo Dr. Francisco Pinto Pessoa, visto que o mesmo Regulamento só creou um substituto para as diversas cadeiras de linguas das aulas preparatorias dessa Faculdade.

Cumpré portanto que seja observado o Regulamento encarregando-se o referido Doutor de reger tambem a cadeira de Latim.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva*.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

4.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 17 de Julho de 1864.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de 18 do mez passado em que V. Ex., communicando que o Dr. Francisco Pinto Pessoa assumio tambem a regencia da cadeira de Latin das aulas preparatorias, pede se lhe indique qual o meio que deve empregar, dado o caso de qualquer Professor substituto das mesmas aulas se recusar a reger duas ou tres cadeiras, a fim de que possa evitar que fique em abandono qualquer dellas com detrimento do ensino.

Em resposta tenho que declarar a V. Ex. que, no caso de realisar-se a hypothese figurada, deve V. Ex. cumprir o disposto no art. 30 do Regulamento de 5 de Maio de 1856, cuja disposição é extensiva a taes Professores em virtude do que determina o art. 45 do mesmo Regulamento, não havendo analogia na comparação que faz a respeito do que se pratica com os substitutos dessa Faculdade, porque o citado Regulamento é expresso quanto aos das aulas preparatorias.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifácio de Andrada e Silva*.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

---

N. 466.—IMPERIO.—EM 20 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.<sup>o</sup> receber-se numero de cédulas superior ao dos votantes qualificados; 2.<sup>o</sup> ser feita por qualificação de anno anterior, achando-se concluida a do corrente; 3.<sup>o</sup> impossibilidade de se terem praticado com regularidade os actos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos.

2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 20 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de

Estado, Manda Sua Magestade o Imperador approvar o acto pelo qual V. Ex., como communica em officio de 28 de Outubro ultimo, julgou nullas as duas eleições a que, segundo se diz, procedeu-se em Setembro, na freguezia da Villa da Misericordia, para Vereadores e Juizes de Paz, tendo sido feitas, uma na matriz sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz do districto de S. José, e outra na casa da Camara Municipal sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz da dita freguezia; visto que, como consta das respectivas actas:

Quanto á 1.ª eleição, verifica-se que, achando-se qualificados 3.044 votantes, dá-se como recebido o numero superior de 3.203 cédulas na eleição de Vereadores e o de 3.399 na de Juizes de Paz; accrescendo ser impossivel que em dous dias, 7 e 8 do dito mez, se fizessem regularmente todos os trabalhos concernentes á organização da mesa parochial, ás tres chamadas de tão avultado numero de votantes, e á apuração de tantas cédulas;

Quanto á 2.ª eleição, declara-se ter sido feita pela qualificação de 1866, quando já se achava concluida a de 1868; occorrendo igualmente não ser possivel que em tres dias, 7, 8 e 9 de Setembro, se effectuassem com regularidade todos os trabalhos relativos á organização da mesa parochial, ás tres chamadas dos votantes, e á apuração das cédulas, sendo 2.122 o numero dos cidadãos contemplados nesta ultima qualificação, e 4.600 o das cédulas que, diz a acta, forão recebidas.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

## N. 167.—IMPERIO.—EM 22 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que, pelo facto de haver fallecido, embora antes de terminado o processo eleitoral, um cidadão eleito eleitor, não deve expedir-se diploma de eleitor ao 1.º supplente.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 22 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A' vista da disposição dos arts. 5.º e 65 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e do art. 87 das Instrucções de 31 de Dezembro ultimo, é approvada a resposta dada por V. Ex. ao Presidente da Mesa Parochial de S. João Baptista de Nietheroy, de que trata o officio de V. Ex. de 15 do mez findo, declarando-lhe que, pelo facto de haver fallecido, embora antes de achar-se terminado o processo eleitoral, o cidadão Francisco Domingos Caminada, que foi eleito eleitor, não devia expedir-se diploma de eleitor ao 1.º supplente, sendo nesta ultima qualidade que se deve dar a substituição no collegio eleitoral.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

## N. 168.—IMPERIO.—EM 22 DE MARÇO DE 1869.

Ao Ministerio dos Negocios da Justiça.—Explica a doutrina do Decreto Legislativo n.º 1223 de 20 de Agosto de 1864 na parte relativa aos bens immoveis possuidos pelas corporações de mão-morta antes da data do mesmo Decreto.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 22 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Juiz de Direito da 2.ª Vara desta Côrte em correição, attendendo a que, por força do Decreto n.º 1223 de 20 de Agosto de 1864, devem todas as corporações de mão-morta, que

adquirirem bens de raiz na conformidade da Ordenação Liv. 2.º Tit. 48 § 1.º, alieal-os e converter seu producto em apolices da divida publica dentro de seis mezes, contados de sua entrega, determinou ao Juiz Provedor de residuos e capellas que fizesse cumprir estritamente aquella disposição, apprehendendo para o Estado, nos termos da mesma Ord. *in princ.*, todos os bens de raiz que fossem encontrados fóra das condições do Decreto.

Em consequencia desta determinação o dito Juiz Provedor mandou que a Irmandade de S. Miguel e Almas da freguezia do Santissimo Sacramento da antiga Sé exhibisse os titulos dos bens por ella adquiridos, e convertesse em apolices, dentro de seis mezes contados de sua entrega, o producto daquelles para cuja acquisição não tivesse licença do Poder Legislativo.

A Irmandade, não tendo encontrado em seu archivo livro ou documento por onde pudesse mostrar como houvera uma casa sita á rua do Sabão, apresentou certidão do Thesouro Nacional, da qual vê-se que já a possuia em 1808, anno da creação da decima urbana.

Indo os papéis com vista ao Dr. Procurador dos Feitos, declarou este ser indispensavel a exhibição do titulo e da licença régia na fórma da citada Ord. e demais leis de amortização, sob pena de julgar-se a Irmandade incursa em commisso. E o Juiz Provedor conformou-se com este parecer.

Sciante do despacho, a Irmandade dirigio-se ao Governo em 20 de Novembro ultimo.

O Decreto n.º 4225 de 20 de Agosto de 1864 autorizou o Governo a conceder ás corporações de mão-morta licença para adquirirem ou possuirem por qualquer titulo bens de raiz para os fins que especificou, e bem assim determinou que os por ellas adquiridos na conformidade da Ord. Liv. 2.º Tit. 48 § 1.º fossem alieados no prazo de seis mezes contados de sua entrega, convertendo-se o seu producto em apolices da divida publica sob as penas da mesma Ord.; exceptou porém os predios e terrenos necessarios para o serviço das ditas corporações, e os que constituão o seu patrimonio, isto é, adquiridos até então por titulo legítimo.

As decisões do Governo, explanando as doutrinas do Decreto, firmárao: que os bens de raiz, adquiridos pelas corporações de mão-morta depois que

começou a vigorar o citado Decreto, devem em geral ser alheados, convertendo-se o seu producto em apolices intransferiveis da divida publica; que estão isentos desta regra os que com prévia licença do Governo forem destinados a algum dos misteres alli indicados ou ao serviço das corporações, e mais os que constituíam o respectivo patrimonio ao tempo da promulgação do Decreto, pois ficarão resalvados pelas palavras finaes deste, e podem ser, independentemente de licença, conservados ou permutados por apolices (art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845), tendo havido portanto perdão de commisso para os legitimamente adquiridos, em cuja posse estavam as referidas corporações por mais de anno e dia.

A conversão em apolices do producto dos bens de raiz, adquiridos pelas corporações na conformidade da Ord. Liv. 2.º Tit. 18 § 1.º, e alheados no prazo de seis mezes contados de sua entrega, só é obrigatoria tratando-se de bens, cuja aquisição realizou-se depois da promulgação do Decreto citado.

No intuito de acautelar pleitos odiosos com perturbação da mansa e pacifica posse, em que estavam as corporações de mão-morta até 1864, de bens immoveis adquiridos por titulo legitimo, segundo a legislação que então vigorava, o legislador sábiamente estabeleceu a excepção contida nas palavras finaes do Decreto n.º 1225, a exemplo do que dispõe a Ord. Liv. 2.º Tit. 18 § 3.º

Convindo que estes principios sejam respeitados enquanto não fór publicado o necessario regulamento para a boa execução do referido Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864, rogo a V. Ex. se digne de providenciar como para tal fim entender conveniente.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. José Martiniano de Alencar.

**N. 469.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—CIRCULAR DE 22 DE MARÇO DE 1869.**

Prohibe a concessão de passagens a Empregados deste Ministerio que tenham sido exonerados, ou licenciados.

4.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 22 de Março de 1869.

Para evitar abusos, que se tem dado com a concessão de passagens a Empregados deste Ministerio que tem sido exonerados ou obtido licença, na presente data resolvi declarar a V. Ex., para sua intelligencia e execução, que fica terminantemente prohibida a concessão de semelhante favor em qualquer das mencionadas hypotheses, não só aos Empregados, como ás pessoas de sua familia, e que não serão satisfeitas as contas das despezas respectivas, no caso de inobservancia desta minha deliberação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de....



**N. 170.—MARINHA.—AVISO DE 22 DE MARÇO DE 1869.**

Estabelece regras sobre o modo por que devem ser conduzidos a bordo dos navios de guerra e transportes do Estado os objectos que houverem de ser remettidos pelos outros Ministerios.

4.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 22 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Representou o Ministerio da Guerra que os commandantes dos transportes de marinha recusão assignar os conhecimentos de recibos das cargas embarcadas nos ditos transportes pelo arsenal de guerra, e informou a inspecção do arsenal que esta recusa é fundada, porque não cabe aos mencionados commandantes a responsabilidade em face da legislação de ma-



rinha, mas sim aos officiaes de fazenda, e neste caso mesmo pela fôrma prescripta nessa legislação. Dahi resulta o inconveniente ou de seguirem aquellas cargas sem garantia alguma para a fazenda nacional, ou de demorar-se a sua expedição com o processo necessario á conferencia no acto de embarcarem nesta Côrte, e no de desembarcarem no porto de seu destino, a fim de terem os officiaes de fazenda certeza da carga que devem assignar e do documento de despeza que devem receber. Quêr um, quêr outro facto é muito prejudicial ao serviço, e portanto justificada está a necessidade de adoptar uma resolução que obvie as difficuldades encontradas na pratica e que sirva de garantia a todos os direitos. Nesta convicção recommendo agora a V. Ex. que dê as necessarias providencias para que se execute a bordo dos referidos transportes e dos mais navios de guerra da armada quêr em relação ás cargas do Ministerio da Guerra, quêr ás de outro qualquer Ministerio, o seguinte: 1.º Compete aos officiaes de fazenda receber a bordo e conferir os volumes por sua marca e numero, á vista da relação em duplicata que os deve acompanhar, 2.º Na 1.ª via desta relação passarão os officiaes de fazenda o competente recibo, e a entregarão á pessoa de quem receberem os volumes. 3.º No lugar ou porto de seu destino os officiaes de fazenda, por ordem do commandante, entregarão a carga que tiverem sob sua responsabilidade á pessoa a quem fór dirigida, da qual exigirão um recibo, passado na 2.ª via daquella relação, com declaração de que os volumes forão entregues sem signal ostensivo de violação. 4.º Quando haja motivo de desconfiança á vista do estado dos volumes deve-se proceder á abertura na presença do entregador e receptor, e lavar-se um termo do que nelles effectivamente se encontrar. 5.º Regressando á Côrte, no fim de cada viagem, os officiaes de fazenda apresentarão esta 2.ª via aos commandantes, que a enviarão pelo canal competente a esta Secretaria de Estado, a qual a remetterá ao Ministerio competente para ser trocada pela 1.ª via, que deve voltar ao poder dos officiaes de fazenda, para exonerar-os totalmente da responsabilidade provisoria que assumirão. 6.º Finalmente, devem os commandantes mencionar por seus numeros e marcas, tanto na parte de sahida deste porto como na de entrada, o recebimento e entrega daquelles volumes, e o Ministerio a que pertencem.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Vice-Almirante encarregado do Quartel General.

N. 171. — FAZENDA. — EM 24 DE MARÇO DE 1869.

Restituição de uma quantia que de mais se pagou de siza pela compra de uma herança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Março de 1869.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o requerimento em que o Barão de Ivaíhy pede restituição da quantia, que de mais pagou na Mesa de Rendas de Itaguahy de siza pela compra, que fez, da herança de Antonio da Silva Lessa e sua mulher, de terras e casas situadas á beira da estrada do Bananal na freguezia de S. Pedro e S. Paulo, o mesmo Tribunal:

Considerando que não devia ser cobrado na occasião da compra mais do que o sello proporcional, averbando-se com as declarações necessarias a somma do contracto para o pagamento da siza e meia siza quando se verificasse a entrega dos bens, conforme dispõe a Ordem do Thesouro n.º 148 de 5 de Maio de 1851:

Considerando que não correndo a prescrição contra quem não está de posse de seu direito, e que tendo sómente agora sido verificado o direito do peticionario a ser declarado credor do Estado, não pôde elle ser julgado prescripto:

Resolveu deferir o dito requerimento e mandar restituir a quantia de 1:828\$377; devendo exigir-se do reclamante o pagamento do sello proporcional simples da compra da herança, e do titulo do quinhão hereditario de todo o valor da herança que lhe coube como cessionario do referido Lessa.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effectos.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Iaborahy*. — Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

## N. 172. — FAZENDA. — EM 30 DE MARÇO DE 1869.

Nas decisões por julgamento arbitral relativamente a questões de qualificação de mercadorias, não pôde mais ter lugar a multa de direitos em dobro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto pelo Agente da companhia de vinhos do Alto Douro, Antonio José Gomes Pereira Bastos, do despacho de V. Ex. de 21 de Novembro do anno passado, que lhe impôz a multa de direitos em dobro, em uma questão de qualificação decidida por Juizo arbitral, e relativa a uma porção de vinho vindo do Porto na barca *Formosa*, e pelo recorrente submettido a despacho pelas notas de 31 de Março e 11 de Abril do mesmo anno, o dito Tribunal resolveu dar provimento ao recurso ; por quanto, de conformidade com o disposto no art. 28 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, não pôde mais ter lugar no julgamento arbitral o pagamento da referida multa. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devido effeito.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Ilhaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Corte.

---

## N. 173. — FAZENDA. — EM 30 DE MARÇO DE 1869.

Trata de um recurso sobre multa de direitos em dobro por differenças em varios despachos de exportação de algodão, nos quaes se descobrião fraudes e irregularidades, mediante exame na escripturação da casa commercial exportadora.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1869.

O Visconde de Ilhaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, para seu

conhecimento e devidos effeitos : que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso dos negociantes Tasso Irmãos, interposto da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega que, fundada na disposição do art. 642 § 6.º combinado com o art. 553 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e art. 25 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, impôz aos recorrentes a multa dos direitos em dobro pelas diferenças verificadas em diversos despachos de algodão por elles exportado em Janeiro, Fevereiro e Março de 1866, sendo parte proveniente da Provincia da Parahyba :

Examinadas a informação da Alfandega e todas as mais peças do processo, que acompanharão o officio do Sr. Inspector de 3 de Janeiro de 1867 sob n.º 4, das quaes consta que, tendo-se procedido a exame nos despachos de algodão dos recorrentes, em consequencia de verificação de fraude em uma das respectivas notas, em que se falsificára a firma do Thesoureiro da Alfandega, e descobrindo-se em varias outras — fraudes e irregularidades que derão em resultado a subtracção tanto de direitos geraes de 7 % e capatazias, como do dizimo de 5 % pertencente a uma e outra Provincia, forão os referidos Tasso Irmãos intimados para entrarem com a somma total dos direitos e dizimo ; que averiguando-se ainda, mediante exame na escripturação da casa commercial dos recorrentes, que havião sido embarcadas mais 46 saccas do dito genero além das mencionadas em a nota do despacho n.º 3495 de Fevereiro de 1866, decidira a Inspectoria da Alfandega que se cobrassem em dobro os respectivos direitos não sómente do accrescimo de volumes, como tambem das outras diferenças para mais encontradas no peso das saccas, e que dos documentos que servirão de base á decisão se enviassem cópias ás autoridades competentes para os effeitos legais :

Considerando que os arts. 642 § 6.º e 553 do Regulamento e o art. 25 do Decreto citados são sómente applicaveis aos accrescimos verificados no acto da conferencia das mercadorias postas a despacho ; e

Que o accrescimo, de que se trata, foi descoberto depois que a mercadoria sahira da Alfandega e estava fóra das vistas e acção fiscaes, e só por contingencia casual, qual a de se obrigar a casa commercial dos recorrentes a exhibir seus livros, é que se descobriu a fraude :

Considerando outrossim, que, relativamente á falsificação da firma do Thesoureiro da Alfandega e ás mais fraudes alludidas, já se instaurou processo ante o Juizo Municipal e o de Direito, e nada ha portanto, a providenciar-se nesta parte;

Resolveu:— quanto á multa imposta, dar provimento ao recurso para o fim de cobrarem-se os direitos simples das differenças encontradas em as notas dos despachos, ficando tal multa sem effeito; e quanto á questão das 16 saccas embarcadas sem o pagamento dos respectivos direitos, como o facto constitue contrabando—da exclusiva competencia do Juizo Municipal, que seja submettido ao conhecimento do mesmo Juizo com todos os papeis relativos; para o que com a presente Ordem se devolvem ao Sr. Inspector os documentos originaes, que vierão annexos ao seu supracitado officio.

*Visconde de Haborahy.*

N. 474. —JUSTIÇA.—EM 34 DE MARÇO DE 1869.

Declara que a transferencia das praças da Guarda Nacional do serviço activo para o da reserva compete ao conselho de revista, e a do Official ao Presidente da Província; havendo recurso para este das decisões do mesmo conselho.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 34 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. n.º 21 de 28 de Janeiro ultimo foi recebida nesta Secretaria de Estado a cópia da representação, que lhe dirigio o Commandante Superior da Guarda Nacional de Paranaguá, contra o abuso praticado pelo Conselho de Revista, de transferir para o serviço da reserva vinte e cinco praças e um Official, sem que se dessem as circumstancias do art. 29 do Decreto n.º 4430 de 12 de Março de 1853.

Em resposta, declaro-lhe que o Governo Imperial approva a decisão de V. Ex., de que sendo o mesmo

Conselho competente para fazer aquellas transferencias, cumpria que fossem executadas, menos quanto ao Official, pois só a Presidencia podia passal-o para a reserva, visto o disposto no Decreto n.º 2338 de 12 de Janeiro de 1859, cabendo porém ao Commandante Superior, assim como a qualquer Official ou Guarda, o direito de recorrer para a Presidencia das decisões do Conselho, se entenderem que são injustas ou contrarias á Leis.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 475.—GUERRA.—EM 31 DE MARÇO DE 1869.

Declara como se deve proceder a respeito da eleição dos Agentes ou Thesoureiros do Conselho Economico do deposito de Aprendizizes Artilheiros.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 31 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio de 29 de Janeiro ultimo, com que V. Ex. remetteu-me o do Commandante do deposito de Aprendizizes Artilheiros, consultando se os Officiaes que são Instructores por serem Commandantes effectivos de uma companhia estão no caso dos Instructores nomeados por Aviso para nos termos do art. 79 do Regulamento do mesmo deposito poderem ser eleitos Agentes ou Thesoureiros do respectivo Conselho Economico; declaro a V. Ex. que devendo continuar a ser observado o referido art. 79 do mencionado Regulamento, que manda sejam o Thesoureiro e o Agente escolhidos entre os Instructores do deposito, desde que esta disposição não é exequivel conjunctamente com o art. 4.º do Regulamento de 6 de Outubro de 1855, de conformidade com o qual pelo art. 78 do Regulamento do deposito de Aprendizizes Artilheiros deve funcçãoar o respectivo Conselho Economico, é claro que o Regulamento de

1855 não é applicavel ao deposito em toda a sua extensão, e deve portanto o citado art. 79 ser entendido com a declaração de não poderem o Agente e o Thesoureiro ser reeleitos para os mesmos cargos no semestre seguinte, e emquanto o numero de Officiaes não fôr sufficiente para ser executado o art. 4.º do Regulamento de 1855

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. José da Victoria Soares de Andréa.

---

N. 176.—IMPERIO.—EM 31 DE MARÇO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que não se devem instaurar processos criminaes por abusos e fraudes eleitoraes sem resolução do Governo Imperial.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 31 de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 5 do corrente, cumpre-me declarar que, comquanto esteja revogado o art. 111 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 pelo art. 4.º § 49 do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, não se devem instaurar processos criminaes por abusos e fraudes praticados nas eleições, sem que assim o tenha resolvido o Governo Imperial; sendo esta a doutrina que se deduz do Aviso n.º 115 de 19 de Março de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

## N. 177.—FAZENDA.—EM 3 DE ABRIL DE 1869.

Approva a deliberação do Inspector da Alfandega da Côrte de não cumprir uma carta precatoria para o embargo de mercadorias alli existentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 586 de 18 do mez proximo findo, que acertadamente procedeu deixando de cumprir a carta precatoria que lhe foi dirigida pelo Juiz de Direito da 2.ª vara commercial desta côrte, para o embargo de mercadorias existentes nessa Repartição, consignadas ao negociante T. Duponchelle, como garantia do pagamento de uma divida porque era responsavel ao negociante João H. Koblet; pois semelhante questão não se acha comprehendida em nenhum dos casos dos §§ 1.º a 4.º do art. 208 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, visto não se tratar de facto que tenha relação com os arts. 527, 619 e 785 do Codigo commercial, aos quaes se refere o § 3.º do citado art. 208.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.  
—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

## N. 178.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 3 DE ABRIL DE 1869.

Devolvendo ao Presidente do Rio Grande do Sul as propostas para a construcção do caminho de ferro de S. Leopoldo visto tratar-se de uma empreza meramente provincial.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 3 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo Imperial o officio dessa presidencia datado de 12 de Outubro do anno de 1867 sob n.º 92 e papeis concer-



nentes ás duas propostas para construcção de uma estrada de ferro entre a cidade de Porto Alegre e o municipio de S. Leopoldo ; e sendo ouvida á respeito dellas a Secção respectiva do Conselho de Estado, declaro a V. Ex. que sendo o objecto de que se trata meramente provincial com elle nada tem que ver o Governo Geral que opportunamente terá de conhecer deste negocio se a estrada fôr feita por uma companhia anonyma visto como pelo § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 4083 de 22 de Agosto de 1860 só depende de autorisação legislativa especial, e portanto do Governo Geral a creação, organização ou incorporação de companhias que emprehenderem a construcção de estradas de ferro que servirem a mais de uma Provincia, e tanto mais quando o Aviso n.º 4 de 8 de Janeiro de 1860, que é anterior, não se oppõe á doutrina exposta.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

#### N. 479.—IMPERIO.—EM 3 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara ser insubsistente a eleição, para Vereador, de cidadão não qualificado.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 3 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de 25 de Fevereiro ultimo, em que V. Ex. me communica que, sendo consultado pela Camara Municipal de Coroaá, se podião servir na qualidade de Vereadores os cidadãos José Dorotheo de Castro Queiroz e Alexandre Ferreira Lisboa Parga, que forão eleitos não estando qualificados, declarou V. Ex. que a eleição destes cidadãos não podia subsistir á vista da disposição do art. 98 da Lei de 19 de Agosto de 1816, e do Aviso n.º 37 de 4 de Fevereiro de 1853.

Em resposta declaro que o Governo Imperial approva a decisão de V. Ex. por estar de accôrdo com as disposições citadas e com a doutrina do Aviso expedido em 23 de Fevereiro ultimo ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, de conformidade com a Imperial Resolução de consulta de 26 de Dezembro do anno findo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

— — — — —

N. 189. — IMPERIO. — EM 6 DE ABRIL DE 1869.

A' Ilma. Camara Municipal. — Firma a doutrina — que a Ilma. Camara Municipal não pôde fazer despesas para as quaes se não ache competentemente autorizada com o preciso credito no respectivo orçamento.

2.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Abril de 1869.

Do parecer, que por cópia remetteu a Ilma. Camara Municipal com officio de 27 de Fevereiro ultimo, consta quaes as gratificações extraordinarias abonadas pela mesma Ilma. Camara, sem que para isso estivesse competentemente autorizada, e habilitada com o preciso credito no orçamento em vigor.

E Sua Magestade o Imperador, á vista do parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional, junto por cópia, ha por bem que a Ilma. Camara faça recolher a seus cofres a importancia das referidas gratificações indevidamente abonadas, dando conta a este Ministerio do resultado de suas diligencias.

*Paulino José Soares de Souza*.

— — — — —

Ilm. e Exm. Sr. — Para poder cumprir o que me foi por V. Ex. ordenado, relativamente ás despesas extraordinarias autorizadas pela Ilma. Camara Mu-

nicipal da Corte, sem que estivessem incluídas no orçamento, julgo que se deve não só attender á responsabilidade, quér moral, quér legal, como também calcular o seu alcance, e o modo pratico de se esta realizar.

E' principio incontestavel, axiomatico, que as Camaras Municipaes, corporações meramente administrativas, nada podem despende senão em beneficio, em vantagem real do seu districto, e em virtude do que fôr fixado nos seus orçamentos, resultado das leis proprias.

Mas, se é preciso citar o direito que rege a materia, basta recorrer á doutrina dos arts. 46, 74 e 89 da sua lei organica do 1.º de Outubro de 1828, á lei de 31 de Outubro de 1831, e ao Acto Adicional no art. 40 §§ 5.º, 6.º e 7.º, art. 41 § 3.º:

E sobre a Illma. Camara Municipal da Corte é especial o art. 36 da Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838, e o art. 23 da Lei n.º 108 de 26 de Maio de 1840.

Sabe mui bem V. Ex. da differença em prerogativas e alçadas das antigas Camaras Municipaes, e da preeminencia do Senado da Camara de Lisboa, que era reputado como cabeça de todas (regimento de 30 de Julho de 1591 § 1.º, e de 5 de Setembro de 1674 *in principio*), e em que chegarão a ser vereadores desembargadores da casa da supplicação; entretanto nunca se viu que tivessem faculdade para dispôr livremente do que era das corporações municipaes; prestavão contas, e prevalecia o principio de não se dispôr de cousa alguma sem licença e approvação régia (Alvará de 2 de Dezembro de 1626); e erão os bens do conselho sujeitos ao supremo dominio do Monarcha, e os Vereadores só tinham a administração (Decretos de 20 de Maio e de 11 de Junho de 1734):

E nem outra podia, e nem pôde ser a marcha, porque bens municipaes, bens provinciaes e bens geraes são as partes que compõem, que formão o todo—o dominio publico—o Estado.

E então só se pôde andar pelos meios estabelecidos na Constituição politica e leis organicas.

E' pois consequente que o procedimento da Illma. Camara Municipal incorre em censura quér moral, quér legal.

Felizmente não vejo prova, nem méros indicios para que se possa presumir e mesmo affirmar que houve qualquer movel de prevaricação.

O alcance de tão flagrante violação de nosso direito, os perigos que se lhe seguirião, são frisantes e fataes, quando já se vê que o cofre municipal geme sob o peso de um déficit de 380:000\$000.

Pelo que acabo de expender fica manifesta a responsabilidade da Illma. Camara Municipal pelos dinheiros que arbitrariamente deu.

Se porém fôr preciso dar mais força, releve V. Ex. que recorra a fontes antigas, e que até procure exemplo de um ou outro paiz estrangeiro.

Quer o Alvará de 2 de Dezembro de 1826, quer os Decretos de 20 de Maio e de 11 de Junho de 1734 (já citados) servem para provar que as Camaras nada podião fazer sem ordem régia, sem lei, e que o contrario as levaria á responsabilidade. E antes disto havia preceitos frisantes na Ord. Liv. 1.ª Tit. 66 §§ 17, 18, 19, 20, 38 e 39.

Muito valor tem as disposições do Alvará de 5 de Junho de 1752 §§ 1.ª, 5.ª e 9.ª; da Lei de 22 de Dezembro de 1761 Tit. 2.ª §§ 16, 18 e 19; Alvará de 25 de Agosto de 1771 § 28; e Alvará de 3 de Junho de 1809 § 3.ª

Mesmo no § 10 do art. 2.ª da Lei de 22 de Setembro de 1828 acha-se apoio para mostrar-se que as Camaras Municipaes não são livres nas deliberações sobre seus bens, rendimentos, etc. E tambem não pouca luz dão os Avisos de 13 de Janeiro, de 13 de Setembro e 14 de Dezembro de 1836.

Creio que fica evidente que as Camaras Municipaes incorrem em responsabilidade perante a lei quando, excedendo as raías de seus orçamentos, dão gratificações, distribuem dinheiros, embora pareçam guiadas por bons serviços, que aliás devem ser em desempenho das obrigações de todo empregado activo e zeloso.

A Illma. Camara Municipal deve-se reger por disposições que lhe são peculiares, consentaneas com o systema de administração entre nós adoptado.

E assim não se póde, não se deve afastar das determinações do art. 36 da Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838, do art. 23 da Lei n.º 108 de 26 de Maio de 1840 (que já citei), do art. 5.º do Decreto de 30 de Junho de 1844, e Aviso n.º 462 de 11 de Outubro de 1850.

Se se quizer apoio em paizes estrangeiros, bastará recorrer á França (paiz tão citado entre nós), onde imperão os principios aqui seguidos, como

se vê já nas citações que acompanhão o Aviso n.º 238 de 31 de Julho de 1867, e já no que se lê em *Merlin* no seu repertorio e nas questões de direito:

A maxima consagrada (vol. 2.º pag. 393) é que a maneira de acudir ás despesas é da alçada da autoridade administrativa.

Se vauds a Portugal, que parece merecer preferencia neste caso, como paiz irmão, cujos costumes tão semelhantes são, e cujas leis decorrem de fontes que por mais de tres seculos forão communs, alli vemos que as disposições que dirigem o elemento municipal firmão-se no mesmo principio aqui seguido.

E basta citar o Decreto de 18 de Março de 1812 nos arts. 133 até 155, e a lei actual de 26 de Junho de 1867 desde o art. 107 até o art. 193; isto é, nada despendem sem ordem superior, sem lei, sem orçamento.

Por tudo, pois, que fica expellido, tenho certo que a Ilm. Camara Municipal é responsavel pelo excesso, senão abuso, que a levou a dar dinheiros sem faculdade para tanto, e que deve repôr todas as quantias que se achão sobre esta censura, embora lhe fique o direito de rehavê-las dos que forão indebita e illegalmente agraciados.

Não ha lei que lhe dê privilegio tal, que a isente desta obrigação, e até mesmo da sancção dos arts. 139 ou 160 do Código Criminal, se para tanto se encontrar a devida base.

Fica sabido que, se ha Vereadores que não concordarão nas gratificações e fizerão as competentes declarações, nenhuma responsabilidade lhes toca.

Em conclusão entendo que a Ilma. Camara Municipal deve ser compellida a pagar ao cofre da municipalidade as quantias de que se trata, e quando não o faça (o que não é de esperar), seja o procurador autorisado para usar dos meios que são da lei; e que tambem se deve pelos respectivos tramites fazer com que o promotor publico procure informar-se de tudo que se deu com as gratificações *extra legem*, e se vir que ha a base necessaria, promova a accção criminal.

Sua Magestade o Imperador mandará o que fôr servido.

Rio de Janeiro, em 29 de Março de 1869.—O Procurador da Corôa, *D. Francisco Balthazar da Silva*.

---

N. 181.—FAZENDA.—EM 6 DE ABRIL DE 1869.

O imposto municipal sobre líquidos alcoólicos e a contribuição para a Santa Casa da Misericórdia deverão ser cobrados, da data da execução da nova Tarifa, na razão de 3,75 réis por litro de vinho e mais bebidas alcoólicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que o imposto municipal sobre líquidos alcoólicos despachados para consumo, de que trata o art. 710 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e bem assim a contribuição para a Santa Casa da Misericórdia da cidade do Rio de Janeiro, a que se refere o art. 701 do mesmo Regulamento, alterado pelo Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 6.º, deverão ser cobrados, cada um delles, da data da execução da nova Tarifa em diante, na razão de 3,75 réis por litro de vinho e mais bebidas alcoólicas e fermentadas, a fim de terem a applicação marcada nos referidos artigos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Haborahy*.  
—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

N. 182.—FAZENDA.—EM 8 DE ABRIL DE 1869.

Os candieiros de vidro e suas pertencas, proprios para o uso do kerosene, estão sujeitos ás taxas do art. 1063 da Tarifa e nota 112, que lhes é relativa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Abril de 1869.

O Visconde de Haborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 47 da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, de 23 de Setembro do anno passado, re

lativamente á assemelhação feita na Alfandega da dita Provincia dos candieiros de vidro e suas pertenças, proprios para o uso do kerosene, aos lustres, candelabros e serpentinas classificados no art. 992 da Tarifa em vigor; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, á vista da informação que deu a semelhante respeito a commissão encarregada da revisão da dita Tarifa na Alfandega do Rio de Janeiro, que não pôde ser approvada a assemelhação proposta, visto que os candieiros em questão estão sujeitos ás taxas do art. 1065 da Tarifa e nota 112, que lhes é relativa.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 183.—IMPERIO.—EM 9 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—presidir a mesa parochial Juiz de Paz que, por ter-se mudado do districto, perdêra o cargo.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Abril de 1869.

Ulm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de V. Ex. de 31 de Outubro ultimo, e documentos annexos, relativos ás eleições a que se procedeu, em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Santa Anna de Aldêa, do municipio de Nazareth; manda declarar que é approvado o acto pelo qual V. Ex. julgou válida a eleição feita na igreja matriz sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz Joao José da Silva, e nulla a que teve lugar na capella do Senhor dos Navegantes, presidida pelo Juiz de Paz do districto da Nova Lage, Antonio Lisboa de Souza Brito.

A 1.ª destas eleições, tendo-se effectuado na igreja matriz com regularidade e sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado, offerece garantias de legitimidade.

A 2.<sup>a</sup> porém, ainda quando estivessem provados os motivos allegados para justificar sua realização fóra da igreja matriz, não poderia subsistir pela incompetência do Juiz que a presidio, o qual, tendo-se mudado do districto, perdêra o cargo á vista da doutrina dos Avisos n.º 161 de 13 de Dezembro de 1848 § 2.º, n.º 340 de 14 de Agosto de 1860, e de 21 de Outubro de 1864.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Província da Bahia.

N. 184. — IMPERIO. — EM 10 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Província do Maranhão. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidir a mesa parochial Juiz de Paz menos votado, achando-se em exercicio o mais votado; 2.º effectuar-se fóra da matriz sem motivo justificado.

2.º Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 10 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 15 de Outubro ultimo, em que V. Ex. dá conhecimento do acto pelo qual julgou válida a eleição a que se procedeu, em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz na igreja matriz da parochia de Nossa Senhora das Dores de Itapicurú-mirim, sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, e nulla a que teve lugar na casa da Camara Municipal, presidida pelo 2.º.

E o mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, houve por bem approvar o acto de V. Ex.

A validade da 1.<sup>a</sup> das referidas eleições resulta da regularidade dos respectivos trabalhos que se realizarão no local designado pela lei, a igreja matriz, sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado, e com o concurso da maioria dos eleitores e supplentes.

A nullidade da 2.<sup>a</sup> procede: 1.º, da incompetencia



do Juiz de Paz que a presidio, visto que se achava no exercicio das suas attribuições o 1.º Juiz de Paz; 2.º, de se ter effectuado fóra da igreja matriz sem motivo justificado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N. 185.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 12 DE ABRIL DE 1869.

Approvando as condições geraes e tabellas de preço.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 12 de Abril de 1869.

Ficando approvadas as condições geraes, tabellas de preços, e especificações confeccionadas pelo Engenheiro-Chefe dessa estrada de ferro, assim o communico a V. S. em resposta ao seu officio n.º 1149 datado de 8 do corrente.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Director da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

**Tabella dos preços a pagar para a execução das obras d'arte e preparação do leito da estrada entre o Chiador, Porto Novo do Cunha e Linhas seguintes.**

| NÚMERO DE ORDEM. | DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS.                                                    | PREÇOS DO METRO. |              |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------|
|                  |                                                                              | Cúbico.          | Superficial. |
|                  | <i>Trabalhos preparatórios.</i>                                              |                  |              |
| 1                | Rocada em capoeirão de machado.....                                          |                  | 20           |
| 2                | Rocada em mata virgem.....                                                   |                  | 45           |
| 3                | Destocamento.....                                                            |                  | 250          |
|                  | <i>Excavações a céu aberto com transporte médio a 180 "</i>                  |                  |              |
| 4                | Terra.....                                                                   | 930              |              |
| 5                | Pedra solta.....                                                             | 23280            |              |
| 6                | Pedreira.....                                                                | 48200            |              |
| 7                | Transporte por cada 30 metros.....                                           | 30               |              |
|                  | <i>Obras d'arte.</i>                                                         |                  |              |
|                  | <i>Cantarias (medidas em obras).</i>                                         |                  |              |
| 8                | 1. <sup>a</sup> Classe (angulos e arcos de testa)...                         | 698500           |              |
| 9                | 2. <sup>a</sup> " " frente e aduellas internas)...                           | 488639           |              |
|                  | <i>Alvenaria de pedra.</i>                                                   |                  |              |
| 10               | 1. <sup>a</sup> Classe: Alvenaria de aparelho com argamassa de cal.....      | 357630           |              |
| 11               | 2. <sup>a</sup> Classe: Alvenaria ordinaria (com argamassa de cal.....       | 208000           |              |
| 12               | 3. <sup>a</sup> Classe Alvenaria ordinaria (sem argamassa).....              | 98000            |              |
| 13               | Alvenaria de lajões para ladrilhos e capas de aqueducto.....                 | 448020           |              |
| 14               | Alvenaria de tijolo (com argamassa de cal.....                               | 248500           |              |
|                  | <i>Túnel.</i>                                                                |                  |              |
| 15               | Excavação (será determinado o preço para cada caso especial).                |                  |              |
| 16               | Enchimento de vãos com pedra secca..                                         | 78300            |              |
| 17               | Enchimento de vãos com argamassa de cimento e pedra miuda.....               | 258600           |              |
| 18               | Revestimento com alvenaria de pedra de 1. <sup>a</sup> classe e cimento..... | 458000           |              |
| 19               | Revestimento com alvenaria de tijolo e cimento.....                          | 488900           |              |

| NÚMERO DE<br>ORDEN. | DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS.                                          | PREÇOS DO METRO. |                   |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------|
|                     |                                                                    | Cúbico.          | Superfi-<br>cial. |
|                     | <i>Trabalhos diversos.</i>                                         |                  |                   |
| 20                  | Canteamento de faces apparentes (a es-<br>copro).....              |                  | 108000            |
| 21                  | Canteamento de faces apparentes (a<br>picão).....                  |                  | 68000             |
| 22                  | Rejuntamento com cal em alvenaria de<br>pedra ou tijolo.....       |                  | 18000             |
| 23                  | Rejuntamento com cimento em alve-<br>naria de pedra ou tijolo..... |                  | 18200             |
| 24                  | Emboço e rebôco com cal.....                                       |                  | 18100             |
| 25                  | Emboço e rebôco com cimento.....                                   |                  | 18600             |
| 26                  | Revestimento dos taludes com leiva.....                            |                  | 350               |
| 27                  | Concreto de cimento (empregado).....                               | 338700           |                   |
| 28                  | Empilhamento de pedras em montes re-<br>gulares.....               | 230              |                   |
| 29                  | Quebramento de pedras para lastro...                               | 2300             |                   |

Rio de Janeiro, 31 de Março de 1863. — A. M. de Oliveira  
Bulhões, Engenheiro Chefe.

**Condições gerais impostas aos emprei-  
teiros dos trabalhos da Estrada de Ferro  
de D. Pedro II.**

**1.**

O empreiteiro de qualquer porção da estrada, pontes, pontilhões, bociros, etc. ou de quaesquer edificações inherentes taes como: armazens, casas de guarda, estações, etc. é obrigado a declarar o numero de operarios com que se compromette a executar os trabalhos, o material de que possa dispôr, etc. deverá além disso apresentar os certificados de sua pratica ou capacidade a fim de determinar-se a importancia e extensão do serviço a confiar-lhe.

**2.ª**

O empreiteiro deverá residir no lugar dos trabalhos. Não poderá ausentar-se sem permissão do Engenheiro, e sem deixar em seu lugar um repre-

sentante com procuração especial dando plenos poderes para resolver como se presente fôr qualquer questão que no correr dos trabalhos, possa apparecer.

#### 3.ª

Sob pretexto algum é permittido ao empreiteiro subcontratar todo ou parte do trabalho que lhe fôr confiado.

A infracção desta clausula é sufficiente para considerar-se rescindido o contracto, perdendo o empreiteiro o direito ás quantias retidas a titulo de garantia (art. 12).

#### 4.ª

A directoria das obras fornecerá ao empreiteiro cópias authenticas de desenhos, plantas, perfis, etc. dos trabalhos que tiver de executar, bem como as estacas definitivas do eixo da linha, obras de arte, estações, etc.

Até final conclusão dos trabalhos o empreiteiro é obrigado a conservar as estacas ou marcas indicativas collocadas pelos Engenheiros, ficando responsavel pelas consequencias que resultarem do seu desarranjo.

Se houver necessidade de proceder a novo trabalho de estacamento, as despesas correrão por conta do empreiteiro, deduzindo-se a sua importancia no acto do pagamento mais proximo.

#### 5.ª

O empreiteiro seguirá fielmente as indicações dos desenhos, plantas, perfis, etc. que lhe forem fornecidos e que a administração entender necessarios para a execução dos trabalhos não podendo de motu proprio fazer-lhe a mais insignificante alteração.

A infracção desta clausula obriga o empreiteiro a demolir o trabalho executado e refazer-o conforme os projectos.

Em caso de recusa a directoria das obras mandará proceder a demolição e reconstrucção dos trabalhos como e por quem lhe approuver e ficando-se a debito do empreiteiro as despesas que forem necessarias para esse fim.

## 6.ª

Se no correr da execução dos trabalhos apparecer a necessidade ou conveniência de alterar os projectos, o empreiteiro sujeitar-se-ha a essas alterações e tratará de executal-as logo que receber ordem *escripta* do Engenheiro.

Se as alterações trouxerem augmento de trabalhos o empreiteiro será creditado da differença.

E vice-versa se das alterações resultar diminuição de trabalho far-se-ha o desconto correspondente.

As reduções de trabalho ordenadas como fica dito anteriormente não darão direito ao empreiteiro de reclamar indemnisação alguma.

Se a directoria das obras entender conveniente executar por administração dentro da secção de trabalhos confiada ao empreiteiro obras quaesquer previstas ou não previstas nos organizes e serie de pregos, o empreiteiro deverá fornecer o pessoal, ferramentas eapparelhos necessarios que por *escripto* forem requisitados pelos Engenheiros.

O pagamento aos operarios assim empregados será feito pelos agentes da directoria das obras.

Terminado o trabalho o empreiteiro receberá á titulo de indemnisação pelo fornecimento de ferramentas e apparelhos 5 % das despezas que se fizerem com os salarios dos operarios e mestres, etc., que tiverem sido requisitados.

A obrigação imposta ao empreiteiro nos paragraphos anteriores em caso algum será invocada como causa ou motivo de não concluir dentro do tempo prescripto no contracto os trabalhos que lhe forem confiados.

## 7.ª

Salvos os casos de ordem *escripta* modificando os projectos, todos os materiaes terao as dimensões prescriptas nas plantas.

Se o empreiteiro der-lhes dimensões superiores e as obras estiverem no caso de ser aceitas, não terá direito a augmento de preço.

Se empregar pecas de dimensões inferiores ás ordenadas nas plantas ficará sujeito a demolir o trabalho, ou soffrerá uma redução proporcional no preço, caso os Engenheiros entendão que a obra pôde ser aceita.

O numero de operarios a empregar pelo empreiteiro será proporcional a quantidade de trabalho e ao tempo dentro do qual fór convencionada a sua conclusão.

Como complemento desta clausula o empreiteiro é obrigado a entregar mensalmente ao Engenheiro uma relação dos nomes e profissões dos seus operarios.

## 3.

Se por falta de operarios, material, etc. os trabalhos não proseguirem activamente de modo a ficarem concluidos dentro do prazo estipulado, a directoria das obras ordenará ao empreiteiro o conveniente augmento do pessoal e material, marcando um prazo improrogavel dentro do qual deverá satisfazer o mencionado augmento.

Se espirado esse prazo a ordem estiver por cumprir em todo ou em parte, a directoria das obras providenciara sobre a conclusão dos trabalhos ou contractando com outrem, ou procedendo por administração; em ambos os casos a expensas e risco do empreiteiro.

Terminado o trabalho e deduzidas as despesas feitas por conta do empreiteiro, ser-lhe-ha entregue o saldo que houver; sem que tenha direito a estabelecer reclamação alguma.

Se o empreiteiro abandonar os trabalhos antes de sua conclusão perderá o direito ás sommas retidas para garantia (na forma do art. 42).

Não se concederá indemnisação alguma ao empreiteiro por prejuizos quaesquer provenientes de negligencia, imprudencia, falta de recursos, ou erros seus na direcção dos trabalhos.

Exceptuao-se unicamente os casos de força maior, comprovados dentro dos dez dias subsequentes ao acontecimento.

A apreciação do *quantum* da indemnisação neste caso é da competencia especial do Director da estrada de ferro mediante informação do Engenheiro em Chefe.

As reclamações de prejuizos por força maior são applicaveis depois de dez dias da occurrencia.

**10.ª**

O empreiteiro é responsável pelos prejuizos causados aos particulares por negligência ou abuso dos seus agentes e operarios.

**11.ª**

Os Engenheiros da estrada tem o direito de exigir a destituição ou despedida de qualquer agente do empreiteiro por insubordinação, incapacidade ou falta de probidade.

**12.ª**

Os pagamentos serão feitos em prestações mensaes a vista do resultado das medições provisórias feitas pelos Engenheiros da estrada, retendo-se a título de garantia da fiel execução destas condições e solidez das obras a quantia de 10 a 15 %.

O resultado das medições provisórias e prestações por conta não constituirá em caso algum direito a reclamações futuras do empreiteiro relativas ás contas finaes.

**13.ª**

Logo que fôr terminado qualquer trabalho o Engenheiro procederá á sua inspecção determinando a data da aceitação provisoria.

A recepção definitiva terá lugar expirado o prazo da garantia, que fica estipulado ser de seis mezes para os trabalhos de côrtes e aterros e um anno para as obras de arte.

**14.ª**

O empreiteiro é obrigado a conservar a expensas suas até a recepção definitiva todas as obras que executar.

**15.ª**

Logo depois da recepção definitiva o empreiteiro será embolsado do saldo que se lhe dever a vista de uma conta final contendo desenvolvidamente todos os trabalhos executados e prestações recebidas.

16.<sup>a</sup>

As duvidas ou contestações que houverem entre os Engenheiros da estrada e os empreiteiros sobre a interpretação das clausulas geraes, especificações, applicações de preços, classificações de obras, etc. serão decididas em ultimo recurso, pelo Engenheiro em Chefe.

17.<sup>a</sup>

Os empreiteiros são obrigados a observar as ordens do serviço derivadas das presentes condições e especificações que o Engenheiro em Chefe entender necessárias para a policia e boa execução dos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de Março de 1869.— A. M. de Oliveira Bulhões, Engenheiro Chefe.

## Especificações

## CAPITULO I.

## TRABALHOS PREPARATORIOS.

Antes de encetar os trabalhos de movimento de terras, a faixa de terreno que tem de ser occupada pelas cavas e aterros e mais a largura supplementar de quatro metros além do pé dos taludes dos aterros e parte superior do talude das cavas será roçada e desembaraçada de toda a vegetação e seus destroços.

Sempre que os aterros tiverem altura inferior a um metro (1<sup>m</sup>.000), os tocos e raizes serão arrancados e queimados ou arredados para fóra dos limites marcados no paragrapho anterior.

Nos aterros cuja altura exceder a um metro (1<sup>m</sup>.000) as arvores serão cortadas rente ao chão.

Pela roçada e limpeza do terreno em capoeira ordinaria não se contará preço supplementar ao do movimento de terras.



Os preços n.ºs 4 e 2 da tabella annexa só são applicaveis quando a estrada atravessar matas de grandes arvores.

O preço n.º 3 refere-se unicamente á extracção de troncos cujo diametro exceder a 50 centímetros (0<sup>m</sup>. 500).

O destocamento será contado medindo a superficie do terreno a revolver para effectual-o, a juizo dos Engenheiros.

## CAPITULO II.

### EXCAVAÇÃO A CÉO ABERTO COM TRANSPORTE MÉDIO A 180<sup>m</sup>.

Todo o material a extrahir para a execução da estrada e suas dependencias será contado em metros cubicos e classificados sob os titulos seguintes:

Terra.

Pedra solta.

Pedreira.

Na primeira denominação fiação comprehendidos o barro, a areia, o lodo, o cascalho, as decomposições graníticas e toda a especie de materias terrosas contendo em mistura pedras soltas de volume inferior a cinco centesimos do metro cubico (0<sup>m</sup>. c. 050).

Entende-se por pedras soltas toda a especie de rochas destacadas jazendo em massas distinctas e contiguas, de volume inferior a dous metros cubicos e meio (2<sup>m</sup>. c. 500), e igualmente toda a especie de rochas estratificadas que podem ser extrahidas com a alavanca e picareta ainda que se applique a mina e fogo accidentalmente.

Entende-se por pedreiras as rochas compactas em volumes excedentes a dous metros cubicos e meio (2<sup>m</sup>. c. 500), e que não podem ser removidas sem o auxilio da mina e fogo.

Os preços da tabella annexa concernentes á extracção do material a céu aberto são applicaveis a toda a especie de excavações acima ou abaixo do leito da estrada, incluindo as aberturas e preparação das fundações de obras d'arte até 60 centímetros abaixo da agua, e um metro e meio em terreno enxuto.

Se as excavações para fundações descenderem abaixo dos limites marcados no paragrapho anterior, o preço dos materiaes extrahidos além de 0<sup>m</sup>·60 abaixo da agua e 4<sup>m</sup>·500 em terreno enxuto, até a cota de 1<sup>m</sup>·500 no primeiro caso, e 3<sup>m</sup>·000 no segundo, será augmentado de 50 %; correndo por conta do empreiteiro as despesas a fazer com esgotos e escoamento das terras.

As cavas de fundações a effectuar a mais de 4<sup>m</sup>·500 abaixo da agua e 3<sup>m</sup>·000 em terreno enxuto, serão pagas por preços especiaes, segundo a estimação do Engenheiro em Chefe.

O producto das excavações será em geral empregado na formação dos aterros, que serao feitos por camadas horizontaes nos casos, que os Engenheiros determinarem.

O cascalho, a arça, pedra e em geral todo o material aproveitavel para a construcção de obras ou proprio para a formação do lastro, será depositado ao longo da estrada nos lugares que os Engenheiros indicarem.

Todo o material extrahido das cavas e empregado em aterros ou depositado é propriedade da estrada. O empreiteiro é responsavel por esses materiaes até a accitação definitiva dos trabalhos que executar.

Sem preceder ordem escripta do Engenheiro, o empreiteiro não poderá empregar na construcção de obras, os materiaes depositados. Se tiver necessidade desses materiaes, pagará á administração da estrada o preço do custo da extracção e transporte até o lugar do deposito.

Se os materiaes forem empregados nas obras á medida que forem sendo extrahidos das cavas necessarias á formação do leito da estrada, descontar-se-ha das ditas cavas o volume effectivo das obras executadas, abouando-se tão sómente ao empreiteiro os transportes que excederem a 180<sup>m</sup>.

Se a directoria das obras entender conveniente contractar com outrem a execução de quaesquer trabalhos, dentro ou fóra da secção confiada ao empreiteiro e tiver necessidade de empregar os materiaes depositados, o empreiteiro deverá consentir que esses materiaes sejam arrastados ou transportados pelo leito da estrada, ainda não accita definitivamente.

Se o transporte dos materiaes por cima do leito da estrada, motivar prejuizos ao empreiteiro, serão

estes indemnizados amigavelmente por quem de direito. Em caso de duvida ou questões o Engenheiro em Chefe arbitrará o quantum da indemnisação.

Em todos os pregos da tabella annexa, estando contado um transporte médio de 480<sup>m</sup>, fica entendido que por cada trinta metros (30<sup>m</sup>) para mais ou menos da distancia média considerada far-se-ha um augmento ou diminuição de trinta réis (30 rs.) por metro cubico.

Até o limite do transporte médio de 480<sup>m</sup> e sem supplemento de preço, o empreiteiro é obrigado a empregar os materiaes extrahidos das cavas no alargamento dos aterros, depósitos, etc., conforme fôr determinado.

A distancia média dos transportes será contada entre os centros de gravidade dos solidos extrahidos e empregados segundo o caminho effectivamente percorrido.

O empreiteiro deverá executar com o maior cuidado e regularidade o taludamento dos côrtes e aterros, observando rigorosamente os alinhamentos e inclinações ordenados pelos Engenheiros, e pondo em pratica todos os meios convenientes para impedir os desmoronamentos.

Os desmoronamentos que sobrevierem nos côrtes até o momento da recepção definitiva, serão removidos á expensas do empreiteiro, se provierem de incuria, falta de conservação, esgotos provisórios, etc.

Se fôr provado que o accidente foi independente de sua vontade e fôrão postos em execução todos os meios ordenados pelos Engenheiros, a remoção do material desmoronado será paga de conformidade e analogia com as classificações determinadas na tabella annexa.

A regularisação dos taludes dos aterros será geralmente executada á expensas do empreiteiro, salvos os casos de força maior reconhecidos pelo Engenheiro em Chefe.

A plataforma dos aterros será executada com os materiaes da melhor qualidade, excluindo sempre o lodo, a terra vegetal e todos os materiaes que contiverem mica ou talco em grande quantidade.

Para satisfazer a esta clausula o empreiteiro executará o serviço das cavas separando o emprego do material conforme lhe fôr ordenado.

Se as obras d'arte tiverem de ficar cobertas com os aterros ou forem por elles tocadas, as terras serão cuidadosamente socadas á roda das sobre-ditas obras, em uma largura nunca inferior á oitenta centímetros ( $0^m$  80) e por camadas de vinte centímetros de espessura ( $0^m$  20).

Os taludes dos aterros serão cobertos de uma camada de ( $0^m$  45) quinze centímetros de terra vegetal nos lugares designados pelos Engenheiros.

A extração da terra vegetal e o seu emprego serão incluídos no preço das excavações, pagando-se em verba supplemmentar unicamente o material que fôr preciso extrahir fóra dos limites das cavas da estrada.

Se houver necessidade de effectuar plantações, o empreiteiro velará pela sua conservação até a recepção definitiva de todos os trabalhos.

Todo o movimento de terras para a execução do leito da estrada e obras adjacentes, córtes de banquetas, aberturas de valas para derivações ou esgotos, preparação de fundações de toda a sôrte, etc. será medido nas cavas á vista dos perfis e cótas tomados nos lugares de extração dos materiaes.

Se em casos excepcionaes houver necessidade de proceder á medição dos materiaes depois de extraídos, deduzir-se-ha do volume encontrado um decimo ( $\frac{1}{10}$ ) para as terras e trinta a cincoenta por cento (30 a 50 %) para as pedras a juizo dos Engenheiros, conforme estiver disposto o empilhamento ou deposito.

O empreiteiro é obrigado a entreter em bom estado uma picada ao longo dos trabalhos que estiver executando de modo que offereça circulação segura a cavalleiros e animaes carregados.

Deverá igualmente fornecer á expensas suas, as estivas e pontes provisórias para transportar os materiaes aos lugares do emprego ou depositos.

Quando os trabalhos atravessarem roças ou plantações, pastos, etc. fará cercas provisórias sufficientes para impedir o ingresso dos animaes.

## CAPITULO III.

## OBRAS DE ARTE.

As obras de arte serão executadas:

1.º Com pedras de cantaria.

2.º Com alvenaria de argamassa de cal ou cimento.

3.º Com alvenaria de pedras secas.

4.º Com alvenaria de tijolo.

Antes de encetar a execução de qualquer obra de arte, o empreiteiro receberá por escripto juntamente com os respectivos planos a indicação da natureza das alvenarias que deve empregar e das combinações a fazer caso na confecção do trabalho tenha de entrar mais de um genero dos acima mencionados

As obras de cantaria serão contadas e pagas em duas classes distinctas, a saber:

1.ª classe: (Angulos e arcos de testa.)

2.ª classe: (Frente e aduellas internas.) As pedras á empregar nas cantarias de ambas as classes, serão das mais duras sem fendas, de grão fino e homogeneo no seu todo.

As cantarias de 1.ª classe serão formadas de pedras regulares lavradas a picão e a escópro, incluindo os leitos e sobreleitos. Serão assentadas em cimento puro de primeira qualidade, não devendo apresentar juntas superiores á (0,005) cinco millimetros.

Nas faces apparentes (se assim fôr ordenado) o empreiteiro deixará almofadas rusticas, lavrando tão sómente a roda das juntas e arestas dos angulos, um filete nunca mais largo de (0,020) vinte millimetros para cada pedra, ou tallhando-as do lugar das linhas de junta para fóra, segundo um angulo de 30.º para cada peça.

As cantarias de angulo, serão dispostas em fiadas cuja altura ficará comprehendida entre (0,030) trinta centimetros e (0,050) cincoenta centimetros segundo fôr determinado nos projectos.

Estas pedras serão assentadas de modo a cruzar sempre a parte mais extensa com a parte menor da pedra immediatamente inferior,

Todas as pedras de angulo deverão apresentar um tardóz nunca inferior a (0,<sup>m</sup>20) vinte centímetros, fóra da parte cantada, segundo os planos.

As pedras de cantaria de angulos não deverão em caso algum apresentar volume inferior a (0,<sup>m</sup> c. 22) vinte e dois centésimos do metro cubico.

Nas cantarias de arcos de testa observar-se-hão as mesmas disposições precedentes.

O cubo das cantarias de 1.<sup>a</sup> classe será contado segundo as suas dimensões effectivas e de accordo com os projectos, não incluindo tão sómente o tardóz.

As cantarias de 2.<sup>a</sup> classe serão geralmente lavradas a picão incluindo os leitos e sobreleitos.

Nas cantarias de frente, a altura das liadas, ficará comprehendida entre (0,<sup>m</sup>30) trinta centímetros e (0,<sup>m</sup>50) cinquenta centímetros, (segundo os planos).

As pedras poderão ser de comprimentos desiguaes, ficando porém entendido que não se admittem peças cuja face apparente seja inferior a (0,<sup>m</sup> c. 9-25) um quarto de metro quadrada.

As juntas verticaes serão desencontradas ao menos de (0,<sup>m</sup>25) vinte e cinco centímetros.

As cantarias de frente (não incluindo o tardóz) de (0,<sup>m</sup>20) vinte centímetros, ao menos, deverão apresentar nos leitos uma extensão lavrada nunca inferior a (0,<sup>m</sup>45) quarenta e cinco centímetros medidos na perpendicular á face apparente.

As pedras que tiverem de formar as aduellas internas das abobadas, serão igualmente lavradas a picão em todas as faces em que se encontrarem, e bem assim na face de intradorso.

As aduellas internas poderão ter comprimentos desiguaes, mas não se admittem materiaes cuja face apparente seja inferior a (0,<sup>m</sup> c. 30) trinta centésimos do metro quadrado.

A superficie de contacto das aduellas será lavrada na extensão de (0,<sup>m</sup>30) trinta centímetros á (0,<sup>m</sup>60) sessenta centímetros, medidos na perpendicular ao arco (conforme determinarem os projectos.)

Todas as juntas serão desencontradas ao menos de (0,<sup>m</sup>25) centímetros.

O cubo das cantarias de 2.<sup>a</sup> classe será contado: nos muros e faces planas em geral, á razão de (0,<sup>m</sup> c. 40) quarenta centésimos do metro cubico por cada metro quadrado de superficie apparente. Nas aduellas internas das abobadas a medição será feita

segundo as c6tas minims determinadas nos projectos.

As cantarias de 2.<sup>a</sup> classe ser6o geralmente assentadas em argamassa de cal.

*Alvenaria de pedra.*

As alvenarias com argamassa de cal ou cimento dividem-se em duas classes distinctas:

1.<sup>a</sup> Alvenaria de aparelho.

2.<sup>a</sup> Alvenaria ordinaria.

A alvenaria de aparelho ser6 formada de pedras faceadas a martello e pic6o nos leitos e sobreleitos, admittindo-se materiaes de varias dimens6es com tanto que em altura n6o tenham menos de (0,<sup>m</sup>.22) vinte e dous centimetros, nem apresentem volume inferior a (0,<sup>m</sup>.c. 10) dez centesimos do metro cubico.

As pedras devem ter os leitos horizontaes e as juntas verticaes na face apparente, cruzando-se as juntas ao menos de (0,<sup>m</sup>.15) quinze centimetros.

Esta alvenaria ser6 travada tanto no sentido perpendicular 6 face da parede como no correr desta por pedras que apresentem ao menos o comprimento de (0,<sup>m</sup>.70) setenta centimetros, a largura de (0,<sup>m</sup>.30) trinta centimetros, e (0,<sup>m</sup>.22) vinte e dous centimetros de altura.

A quinta parte ao menos do volume total desta alvenaria ser6 formada com pedras maiores de (0,<sup>m</sup>.c. 010) quarenta millesimos do metro cubico.

Se a grossura da parede n6o exceder a um metro, as pedras de travac6o transversal, dever6o tomar toda a grossura da parede de um a outro lado.

A alvenaria desta classe ser6 geralmente assentada em argamassa de cal.

A alvenaria ordinaria ser6 executada com pedras duras e apropriadas de tamanhos irregulares n6o se admittindo todavia (excepto para calcos), materiaes de volume inferior a (0,<sup>m</sup>.c. 003) tres millesimos do metro cubico ou cuja gr6ssura n6o exceda a (0,<sup>m</sup>.15) quinze centimetros.

As pedras redondas e seixos rolados em caso algum ser6o empregados.

Os leitos das pedras ser6o preparados a martello de modo a assental-as sempre sobre uma face plana.

As pedras de alvenaria desta classe serão assentadas em banho de argamassa e comprimidas com malho de madeira, até tomarem uma posição fixa refluindo a argamassa pelos lados.

Não serão empregados os calços de pedras miudas vulgarmente chamados de criação.

Esta alvenaria será executada em camadas horizontaes.

Se a alvenaria desta classe tiver de ser executada de combinação com a precedente ou com as cantarias, as camadas serão arrazadas (respaldadas) na altura das fiadas do aparelho ou cantaria, escolhendo-se pedras especiaes para effectuar a melhor ligação.

A alvenaria ordinaria será geralmente assentada em argamassa de cal.

A alvenaria de 3.ª classe especialmente destinada á construcção dos bociros, calçamentos de alicerces, muros de arrimo, revestimentos de taludes, etc., será executada com as mesmas condições que a alvenaria de 2.ª classe, com a differença unica de não ser assentada em argamassa.

#### *Alvenaria de tijolo.*

A alvenaria de tijolo será geralmente assentada em argamassa de cal.

O tijolo terá as dimensões seguintes:  $0,^{m}22 \times 0,^{m}11 \times 0,^{m}06$ . Será fabricado com barro da melhor qualidade e perfeitamente amassado. O tijolo deverá ser bem queimado de fórmis regulares, arestas vivas e faces planas.

Nos preços das obras de cantaria e alvenaria de todas as classes, estão incluídos a extracção dos materiaes e sua preparação, o transporte á 180<sup>m</sup>, a collocação e fornecimento da argamassa, os simples, os andaimes e todas as despesas ordinarias e extraordinarias que forem necessarias para a promptificação do trabalho, exceptuando sómente os casos previstos nas presentes especificações.

#### *Argamassas.*

A cal a empregar na preparação das argamassas, rebócos, etc. será cal de pedra recentemente queimada.



O cimento será novo e da melhor qualidade.

O empreiteiro apresentará ao Engenheiro as amostras destes materiaes e não poderá empregar os sem a sua approvação.

A arça será de grão fino e igual (cerca de 0,"003). Será passada em peneiras sempre que houver necessidade para obter-se a igualdade. Não deverá ter em mistura terra, mica ou talco mesmo em proporções diminutas. Será lavada sempre que o Engenheiro o exigir.

A argamassa será preparada debaixo de cobertura enxuta.

Para as obras cujo orçamento exceder á 8:000\$000, o engenheiro poderá exigir o emprego deapparelhos mecanicos a fim de obter uma trituração e mistura perfeitas.

Exceptuando as cantarias de 1.<sup>a</sup> classe, que devem ser assentadas em cimento puro, a argamassa ordinaria a empregar nas cantarias de 2.<sup>a</sup> classe, e alvenarias de apparelho, ordinaria e de tijolo, será composta de dous volumes de cal, para tres volumes de arêa.

Se houver necessidade de augmentar a dóse da cal, ou se em lugar da cal, exigir-se o emprego do cimento, o empreiteiro terá direito a um preço supplemental á juízo do Engenheiro Chefe.

#### CAPITULO IV.

##### TUNEIS.

A secção transversal dos tuneis será determinada para cada caso especial. A área desta secção ficará em geral comprehendida entre (20) vinte e (24) vinte e quatro metros quadrados.

Determinada a secção dos tuneis o empreiteiro não poderá de motu proprio augmentar-lhe as dimensões.

O material proveniente de cavas excedentes á secção determinada e hem assim o que desabar por incuria do empreiteiro será removido á expensas suas. Exceptuão-se unicamente os desmoronamentos inevitaveis á juízo dos Engenheiros. Neste caso a remoção dos materiaes desmoronados será paga pelos

mesmos preços que regulão as excavações a céu aberto com o augmento de cincoenta por cento (50 %).

Em todos os tuneis abertos em terra ou outro material que possa ser extrahido á picareta, o custo do enchimento será considerado como incluído no do revestimento.

Em tuneis abertos em rocha que necessitarem revestimento, contar-se-ha na parte á revestir uma espessura média de enchimento equivalente a (0,<sup>m</sup>20) vinte centímetros.

Todos os enchimentos addicionaes cuja necessidade não fôr determinada por desmoronamentos *inevitaveis*, serão feitos á expensas do empreiteiro.

Segundo fôr determinado para cada caso especial, o revestimento dos tuneis será feito com alvenaria de pedra ou tijolo, observando-se as mesmas disposições antes fixadas para as diversas classes de alvenarias executadas a céu aberto.

Salvos os casos especiaes, a espessura do revestimento ficará comprehendida entre (0,<sup>m</sup>28) vinte e oito e (0,<sup>m</sup>55) cincoenta e cinco centímetros.

Todas as abobadas do revestimento serão no extradorso cobertas com uma chapa de argamassa hydraulica e executar-se-hão os canaes de *drainage* que forem necesarios.

Até o limite de (15<sup>m</sup>) quinze metros a partir da face dos portões dos tuneis, as alvenarias serão contadas e pagas segundo a sua classificação e de analogia com os trabalhos de pontes, etc.

Os preços do revestimento, determinados na tabella annexa, incluem todas as despezas de extracção, transporte médio á 180,<sup>m</sup> preparação e assentamento dos materiaes, argamassa, etc., e bem assim os andaimes, os simples (segundo o desenho que se fornecer) e todas as despezas eventuaes que occorrerem até a recepção definitiva do trabalho.

## CAPITULO V.

### TRABALHOS DIVERSOS.

O concreto será formado de pedras de primeira dureza quebradas de modo que passem livremente em todos os sentidos por um anel de (0,<sup>m</sup>02) quatro

centímetros de diametro, e argamassa de cimento de primeira qualidade dozada na razão de duas partes de cimento para tres partes de arêa pura.

O volume da argamassa em caso algum será inferior a (0,<sup>m</sup>15) quarenta e cinco centesimos do volume da pedra quebrada.

Antes de effectuar a mistura da argamassa com a pedra quebrada, será esta purgada de toda a especie de delictos, podendo mesmo exigir-se a lavagem.

O concreto será empregado em camadas horizontaes de (0,<sup>m</sup>15) quinze a (0,<sup>m</sup>20) vinte centímetros, sendo as paredes das cavas de fundações revestidas de madeira.

Será comprimido enquanto estiver fresco, não se empregando camada nova, enquanto senão verificar a pêga da anterior e antes de ter varrido a superficie.

Nas fundações immersas, as correntes d'agua atravez da massa do concreto serão evitadas.

Quando os Engenheiros ordenarem, a superficie apparente das cantarias e alvenarias de pedra será toda lavrada a picão ou escôpro.

Os preços da tabella serão applicados medindo-se a superficie effectivamente canteada.

No canteamento de superficies curvas os preços da tabella serão augmentados de (30 %) trinta por cento.

O ajuntamento das alvenarias de pedra ou tijolo, será em geral executado com cimento puro de primeira qualidade. A fôrma dos filetes de junta será determinada pelo Engenheiro.

O embôço e rebôço a applicar nas alvenarias de pedra ou tijolo será feito com argamassa de cal ou cimento.

O modo especial da regularisação da superficie, a fôrma e dimensões das juntas que fôr mister traçar, etc., serão determinados pelos Engenheiros.

As obras não especificadas na tabella annexa ou que tiverem de ser executadas em circumstancias inteiramente excepcionaes (a juizo do Engenheiro Chefe) serão ajustadas amigavelmente com o empreiteiro de conformidade e analogia com os preços estabelecidos, adjudicados a outrem ou executados directamente por administração segundo a directoria das obras entender preferivel.

Rio, em 31 de Março de 1869.— A. M. de Oliveira  
Bulhões, Engenheiro Chefe.

---

## N. 186.—FAZENDA.—EM 12 DE ABRIL DE 1869.

Trata de uma decisão da Alfandega da Cidade do Rio Grande relativamente a um despacho de importação, em que verificarão-se diferenças de qualidade, quantidade e peso da mercadoria despachada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, para a devida intelligencia, e a fim de que o faça constar á Inspectoria da Alfandega da Cidade do Rio Grande, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento da decisão da dita Inspectoria, constante do seu officio n.º 192 de 26 de Junho de 1867, ácerca de diferenças verificadas em tres caixas, marca V B & C.<sup>a</sup>, n.ºs 7 a 9, vindas de Liverpool no brigue inglez *Chance*, e por Valentin Berg & C.<sup>a</sup> submittidas a despacho pela nota n.º 3687, contendo cada uma, não 16 caixinhas com sabão commum pesando liquido 112 libras, como declarááo os despachantes, mas sim 48 caixinhas com sabonetes, com o peso bruto de 408 libras, resolveu:

1.º Approvar a decisão da Inspectoria da dita Alfandega sómente na parte que diz respeito ao não pagamento dos direitos em dobro pela differença de qualidade, á vista da terminante disposição da 3.ª regra da ordem expedida á Alfandega da Côte em 31 de Março de 1861.

2.º Não sustentar a outra parte da decisão da mesma Alfandega relativa á isenção do pagamento dos direitos em dobro pela differença de quantidade, por se não dar como entendeu o Inspector, nem o caso previsto na Ordem de 7 de Fevereiro de 1867, nem irregularidade na nota do despacho.

Não se deu o caso previsto na mencionada Ordem de 7 de Fevereiro, porquanto, determinando esta que se não cobrem direitos dobrados pela differença, que se verificar entre o peso liquido real declarado na nota e o peso liquido legal a que o despacho estiver sujeito, na especie de que se trata, tendo sido as mercadorias despachadas a peso bruto, na fórma do art. 256 da Tarifa, deviáo pagar em

dobro a differença de direitos entre o peso liquido real declarado na nota e o peso bruto.

Não se deu irregularidade na nota do despacho, pois esta contém todos os requisitos e solemnidades exigidas pelo art. 544 § 2.º do Regulamento das Alfandegas; não se podendo considerar irregularidade, mas inexactidão, a divergencia que por ventura na conferencia possa encontrar-se entre as suas declarações, e a qualidade, quantidade e peso ou medida das mercadorias.

*Visconde de Itaboraity.*



N. 487 — GUERRA. — CIRCULAR EM 42 DE ABRIL DE 1869.

Recommenda que as licenças aos Officiaes do Exercito só devão ser concedidas nos casos e pelo modo marcado no Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro de 1866.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 42 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Não devendo os Presidentes de Provincias conceder licenças aos Officiaes do Exercito senão nos casos e pelo modo marcados no Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro de 1866; tenho por conveniente recommendar a V. Ex. a execução do citado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* —  
Sr. Presidente da Provincia de....



## N. 488.— GUERRA.—EM 12 DE ABRIL DE 1869.

Dá providencias a respeito do pagamento das passagens concedidas nas barcas da Companhia Ferry por conta do Ministerio da Guerra.

Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 12 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.— Convindo, para regularidade do serviço que a despeza com passagens concedidas nas barcas da Companhia Ferry por conta deste Ministerio, seja satisfeita pelos cofres da Policia dessa Provincia, solicitando-se posteriormente a respectiva indemnisação deste mesmo Ministerio, expeça V. Ex. as suas ordens a semelhante respeito ; ficando por este modo removido o inconveniente da demora no pagamento dessa despeza, conforme representou V. Ex. em seu officio de 31 de Março ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Muritiba*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 489.—FAZENDA.—EM 12 DE ABRIL DE 1869.

Sobre a substituição do Inspector de uma Alfandega em que foi supprimido o lugar de Ajudante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 72 de 12 de Agosto do anno passado, que a Alfandega de Santos procedeu regularmente considerando como addidos a ella os funcionarios, cujos empregos forão extinctos pelo art. 1.º do Decreto n.º 4175 de 6 de Maio do dito anno, e aguardando as ulteriores deliberações do Thesouro ácerca dos que compõe as

differentes classes reduzidas em seu pessoal pelo mesmo Decreto: que sendo, como é, duradouro o impedimento do Inspector da referida Alfandega, assim pela natureza da molestia, de que foi accommettido, como pela licença que por esse motivo lhe concedeu o Governo; na fôrma do disposto na 1.<sup>a</sup> parte do art. 16 do citado Decreto tem exercido legitima e competentemente a Inspectoria da mesma Alfandega o 1.<sup>o</sup> Escriptuario Antonio Justino de Assis, para ella nomeado pela Presidencia: e finalmente, que sendo este Escriptuario mais antigo em classe que o outro, Joaquim da Silva e Oliveira, a elle compete o exercicio da dita Inspectoria nas faltas repentinas que possa dar o respectivo Inspector, na fôrma da 2.<sup>a</sup> parte do citado artigo.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 490.—FAZENDA.—EM 12 DE ABRIL DE 1869.

Instrucções para a direcção e inspecção das obras hydraulicas e internas da Alfandega do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Transmitto a V. Ex., a fim de que tenham a devida execução, as Instrucções desta data, constantes da cópia inclusa, para a direcção e inspecção das obras da Repartição a seu cargo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

**Instrucções a que se refere o Aviso supra.**

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que na direcção das obras hydraulicas e internas da Alfandega do Rio de Janeiro se observem as seguintes

## INSTRUÇÕES.

4.<sup>a</sup> As obras hydraulicas e internas da Alfandega ficarão a cargo de um Engenheiro Director, auxiliado por dous Ajudantes.

2.<sup>a</sup> O Engenheiro será responsavel pelo projecto e boa execução das mesmas obras.

Antes de começar qualquer trabalho deverá sujeitar o seu projecto á approvação do Ministro da Fazenda, por intermedio do Inspector da Alfandega.

3.<sup>a</sup> A escolha e nomeação do pessoal para execução das obras competem ao Engenheiro Director; e a fixação dos salarios ou seu augmento ao Inspector da Alfandega, precedendo proposta do mesmo Engenheiro.

4.<sup>a</sup> A despesa mensal das obras em salarios e material não deverá exceder  $\frac{1}{12}$  do credito que fôr marcado no respectivo exercicio. Se por occurrencias extraordinarias exceder-se em um mez a quantia marcada, será a importancia do excesso reduzida na despesa do mez seguinte.

5.<sup>a</sup> As folhas de pagamento dos operarios serão feitas sob a immediata fiscalisação do Engenheiro Director, e examinadas e rubricadas pelo Inspector da Alfandega.

6.<sup>a</sup> Os materiaes de producção do paiz, e os que se encontrarem á venda no mercado; serão comprados a fornecedores escolhidos em concurso pela Inspectoria da Alfandega, precedendo annuncios com um mez de antecedencia, e consulta ao Engenheiro Director sobre a conveniencia das propostas que forem apresentadas.

7.<sup>a</sup> Os materiaes, machinas eapparelhos de valor superior a 4:000\$000, que tiverem de ser encomendados para a Europa, serão requisitados pelo Engenheiro ao Ministro da Fazenda por intermedio do Inspector da Alfandega; os de valor inferior a 4:000\$000 poderão ser encomendados com approvação do mesmo Inspector.

*Visconde de Itaborahy.*

---



**N. 491.—JUSTIÇA.—AVISO DE 42 DE ABRIL DE 1869.**

Ao Presidente da Província de Pernambuco.—Declara que é obrigado a servir o lugar de Official do Registro das Hypothecas o Tabellião, que fôr designado pela Presidencia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 42 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 373 de 30 de Novembro do anno passado solicitou V. Ex. providencias sobre as difficuldades, que encontra o Juiz de Direito da Comarca do Cabo para execução do Decreto n.º 3453 de 26 de Abril de 1865, visto como o Tabellião de Notas do Termo do mesmo nome Manoel Clemente Ribeiro Varejão, designado para servir o lugar de Official do Registro Geral das Hypothecas da referida Comarca allega insufficiencia de meios para a avultada despeza com a compra dos respectivos livros. Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei o citado officio de V. Ex., manda declarar-lhe que, em face da Imperial Resolução de Consulta de 5 de Dezembro findo, o Tabellião designado é obrigado a servir o lugar de Official do Registro das Hypothecas; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

---

**N. 192.—FAZENDA.—EM 43 DE ABRIL DE 1869.**

Sobre a competencia dos Presidentes de Províncias para relevarem as multas que impuzerem, em virtude da lei regulamentar das eleições, ou por qualquer motivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 43 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para o devido conhecimento, que foi submittida á decisão do

Ministerio do Imperio, por ser objecto de sua competencia, a questão agitada em seu officio n.º 49 de 26 de Novembro ultimo, a respeito da multa de 200\$000 imposta ao Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de Jaraguá, por não ter sido substituída por outra, na conformidade do art. 21 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, a cópia do alistamento que desapparecera da matriz onde tinha sido fixada.

E quanto á 2.ª questão de que trata o referido officio, cabe-me declarar a V. Ex. que as multas impostas pelas Presidencias das Provincias, em virtude da lei regulamentar das eleições, ou por qualquer motivo, podem ser relevadas pelas mesmas Presidencias em qualquer tempo, estejam ou não em gráo de execução, ou já se tenha recolhido aos cofres a importância dellas, quando pelos fundamentos da reclamação fôr reconhecida a sua injustiça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

---

N. 193.—FAZENDA.—EM 13 DE ABRIL DE 1869.

A providencia da assemelhação de mercadorias apresentadas a despacho nas Alfandegas, só pôde ter lugar a respeito das omissas na Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Abril de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu Officio n.º 213 de 13 de Julho de 1867, que, á vista da inclusa cópia authentica do parecer da commissão da Tarifa da Alfandega da Côte, não pôde ter provimento o recurso que interpoz ex-officio da decisão dessa Thesouraria confirmatoria da da Alfandega da Cidade do Rio Grande, mandando assemelhar o velludo de seda e algodão,

predominando este, ás mercadorias constantes das amostras que acompanharão o seu citado officio: cumprindo-lhe recomendar á referida Alfandega a religiosa observancia das disposições do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860 no processo dos despachos, e do disposto no art. 565 delle, segundo o qual a assemelhação só pôde ter lugar a respeito de mercadorias omissas na Tarifa.

*Visconde de Itaboraity.*

---

N. 494. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 13 DE ABRIL DE 1869.

Declarando que o Governo Imperial nenhuma intervenção pôde ter na execução dos contractos celebrados pela Illustrissima Camara Municipal com os particulares.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 13 de Abril de 1869.

Em resposta ao seu officio do 1.º do corrente, declaro a Vm. que o Governo Imperial nenhuma intervenção pôde ter na execução dos contractos celebrados pela Illma. Camara Municipal com particulares; e que á vista dos motivos expendidos no meu Aviso de 31 de Março ultimo, não pôde este Ministerio obrigar-se a resolver sobre o objecto da representação dessa Companhia dentro do prazo designado no mesmo officio.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão.*—Sr. Presidente interino da Companhia de navegação a vapor e estrada de ferro de Petropolis.

---

## N. 495.— JUSTIÇA.— AVISO DE 44 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Província de Pernambuco.— Declara que o Juiz de Orphãos não pôde nomear avaliadores contra o disposto na Lei.

Ministério dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 44 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.— Em officio n.º 66 de 22 de Fevereiro ultimo pede V. Ex. que o Governo Imperial resolva a duvida suscitada no requerimento, que enviou por cópia, de D. Joanna Maria da Graça e D. Luiza Mirandolina Ferreira da Silva, no qual se queixão do Juiz de Orphãos da Capital dessa Província, por não têl-os admittido a louvarem-se em avaliadores, que procedessem á avaliação dos bens deixados por sua finada mãe, ordenando que fosse feita pelos do Juize. Em resposta declaro que devem as supplicantes usar dos recursos legais para obterem reparação do aggravo, que soffrêrão com a decisão do Juiz de Orphãos, ao qual prevenirá V. Ex. que, se continuar na praxe de nomear avaliadores contra o disposto na Lei, se lhe fará effectiva a responsabilidade por exceder o justo limite de suas attribuições.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

## N. 496.— JUSTIÇA.— AVISO DE 44 DE ABRIL DE 1869.

Ao Chefe de Policia da Corte.— Declara que não tem lugar o recebimento de custas pelo titulo e juramento dos Inspectores de Quartelão.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 44 de Abril de 1869.

Informando V. S., em officio dirigido á Directoria Geral desta Secretaria de Estado, com data de 11 de Março ultimo, achar-se estabelecido nas Delegacias

de Policia desta Côrte a pratica de cobrar-se emolumentos pelos titulos de nomeação expedidos aos Inspectores de Quarteirão, em virtude do disposto no art. 102 combinado com o art. 140 do Regimento de custas, se bem que a V. S. não parece natural a intelligencia dada ao primeiro dos citados artigos, visto como nelle se trata de provisões para o exercicio de qualquer officio, e não se pôde considerar como tal o cargo de Inspector de Quarteirão, declaro a V. S. que não tem lugar as mencionadas custas pelo titulo nem pelo juramento a esses agentes policiaes, em vista dos arts. 102 e 135 do citado Regimento; cumprindo, portanto, que V. S. faça cessar a pratica abusiva em contrario, que se tem introduzido nessa Repartição.

Deus Guarde a V. S. — *José Martiniano de Alencar.* — Sr. Chefe de Policia da Côrte.



N. 197. — JUSTIÇA. — AVISO DE 14 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara que não tem lugar o recebimento de custas pelo titulo e juramento dos Inspectores de Quarteirão.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 14 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. n.º 13 de 5 de Fevereiro ultimo, com o qual transmittio a representação do 1.º Tabellião e Escrivão do Jury da capital dessa Provincia ao Governo Imperial, pedindo solução á duvida—se o Escrivão, que serve perante o Delegado de Policia, tem direito a cobrança da quantia de 3\$400 pelo titulo e juramento de cada Inspector de Quarteirão, á vista dos arts. 102 e 135 do Regimento de Custas, communico a V. Ex. que por despacho desta data foi decidido que não tem lugar as referidas custas pelo titulo, nem pelo juramento de que se trata, em vista dos artigos citados do respectivo Regimento, o que V. Ex. fará constar ao peticionario.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar.* — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



## N. 198.—FAZENDA.—EM 14 DE ABRIL DE 1869.

Declara que a disposição do § 2.º art. 23 da Lei n.º 1307 de 26 de Setembro de 1867 não alterou o preço do arrendamento dos terrenos diamantinos já explorados, da Província de Minas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Abril de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, para sua intelligencia e devidos elleitos, que Sua Magestade o Imperador, Ouvindo a Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre a representação da Camara Municipal da Cidade da Diamantina contra o acto da Inspecção Geral dos terrenos diamantinos, que mandou cobrar cinco réis por braça quadrada dos terrenos já explorados, sem distincção alguma, fundando-se para isso no § 2.º art. 23 da Lei n.º 1307 de 26 de Setembro de 1867; Houve por bem decidir que a disposição do citado paragrapho não revogou o Decreto Legislativo n.º 665 de 6 de Setembro de 1852: devendo, portanto, prevalecer a taxa minima de um real por braça quadrada para o arrendamento dos terrenos a que o mesmo Decreto se refere.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 199.—GUERRA. — EM 15 DE ABRIL DE 1869.

Declara que o Governo não dá passagens a custa do Estado ás familias dos Officiaes senão quando estas os acompanhão em acto de serviço.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo V. Ex. remettido com o seu officio de 30 do mez proximo findo cópia da informação prestada pelo Brigadeiro Commandante da

guarnição e fronteira do Rio Grande expondo os motivos, que o determinarão a mandar dar passagem para esta Córte ás pessoas das familias do Capitão João Pedro Corrêa e do Tenente Joaquim José Neves de Seixas, ambos do 2.º batalhão de Infantaria, faça V. Ex. constar ao mesmo Commandante que o Governo não dá passagens á custa do Estado ás familias dos Officiaes, senão quando estas os acompanhão em acto de serviço, e que nos casos semelhantes ao de que ora se trata, permite-se a passagem nos transportes do Governo, quando ha lugares de sobra, mas com a clausula expressa de correrem as comedorias por conta das pessoas, a que se concede a passagem, e que finalmente em caso nenhum tem direito a ella os criados ao serviço das mesmas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Muritiba*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

N. 200.—FAZENDA.—EM 16 DE ABRIL DE 1869.

Declara não ser devida a siza de uma transacção, mediante a qual os locatarios de umas fazendas pertencentes a um espolio, forão indemnizados do valor das benfeitorias que nas mesmas fizeram, dando-se por findo o arrendamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Abril de 1869.

Sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado a consulta que a V. S. dirigio o Collector do Municipio de Iguassú, em officio n.º 3 de 26 de Agosto do anno passado, relativamente á transacção havida entre o testamenteiro e inventariante dos bens dos finados Marquez e Marqueza de Itanhaem e os locatarios das fazendas « Campo Alegre » e « Piranga » pertencentes ao espolio dos ditos finados, da qual exigio o mesmo Collector o pagamento da siza por julgal-a contracto de compra e venda; a referida Secção, reconhecendo que a transacção cifrou-se em um accordo, mediante o qual, dando-se por findo o arrendamento por conveniencias da herança, forão os ditos locatarios indemnizados do valor das

bemfeitorias e plantações que fizerão nas mencionadas fazendas; e considerando que, embora o contracto de locação forneça algumas relações de analogia com o contracto de compra e venda em si, e em algumas consequencias que delle se derivão, todavia são entidades diversas e que se regem por condições diferentes; que elle não aliena os direitos do locador, nem dá ao locatário outros que não sejam de empregar sua industria e haver os productos della; foi de parecer que não ha no caso de que se trata venda de direitos reaes, e só sim uma transferencia do valor de serviços ou de direito *ad rem* mediante uma indemnisação como era de justiça; e consequentemente que o accordo ou contracto alludido não tem o character de compra e venda sujeita como tal ao imposto da siza, não sendo senão uma convenção innominada, ou transacção que resolveu a dissolução de uma locação, e simultaneamente a questão das indemnisações reciprocas; pelo que não é devido o pagamento exigido.

E Havendo-se Sua Magestade o Imperador Conformado com este parecer por immediata Resolução de 9 do mez corrente, assim o communico a V. S. para seu conhecimento e para o fazer constar ao supra mencionado Collector.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Iaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

---

N. 201.—JUSTIÇA.—AVISO DE 16 DE ABRIL DE 1869.

Ao Juiz de Direito Chefe de Policia da Córte.—Declara que as autoridades policiaes não podem deter a viagem de qualquer individuo por causa civil senão á requisição do respectivo Tribunal.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 16 de Abril de 1869.

Inteirado do objecto de seus officios de 9 do corrente, sob n.ºs 176 e 177, devo declarar a V. S. que não podem as autoridades policiaes deter a viagem



de qualquer individuo por causa civil senão á requisição do respectivo Tribunal e nunca de iniciativa propria.

Quando houvesse motivo legitimo para deter a viagem de Manoel Antonio de Lima Magalhães, cumpria que o aviso fosse dado á agencia do paquete inglez com a necessaria antecedencia, na forma das Instrucções de 16 de Julho de 1863, art. 3.º

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Juiz de Direito Chefe de Policia da Côrte.

N. 202.—IMPERIO.—EM 16 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—darem-se por concluidos os respectivos trabalhos em tempo manifestamente insufficiente para serem feitos com as formalidades da lei.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Abril de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 16 de Novembro ultimo e papeis annexos, em que V. Ex. dá conhecimento do acto pelo qual resolveu annullar a eleição a que se procedeu, em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de S. Miguel da Lage, do municipio de Nazareth.

E Sua Magestade o Imperador, havendo por bem conformar-se com o parecer da mesma Secção, exarado em consulta de 8 do mez findo, mandá declarar que o acto de V. Ex. merece approvação, á vista das seguintes razões:

1.ª Tendo occorrido graves desordens na referida parochia por occasião de encetarem-se os trabalhos da eleição, resultando dellas quatro mortes e numerosos ferimentos, entre os quaes o do 1.º Juiz de Paz, que por esse motivo se retirou, declararão contudo as actas que a eleição correu placida e regularmente sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz, e apenas mencionão que este ultimo as-

sumira a direcção dos trabalhos por não terem comparecido o 1.º e o 2.º. É evidente que, abalados os animos pelos factos lamentáveis que paterteou o inquerito ordenado por V. Ex., não podia a eleição ter corrido com a regularidade necessária.

2.ª No auto de perguntas feitas ao 3.º Juiz de Paz pela autoridade policial acerca das desordens mencionadas, declara o mesmo Juiz que a eleição começára no dia 8 de Setembro ás 4 horas da tarde, ao passo que da acta da organização da mesa parochial consta que ella teve principio no dia 7 ás 2 horas da tarde.

3.ª Accresce que, sendo o numero de votantes superior a mil, declarão as actas que no dia 7 fez-se a primeira chamada depois de organizada a mesa, no dia 8 a 2.ª e no dia 9 a 3.ª, seguindo-se o processo da separação das cédulas, a escripta da acta com muitos nomes dos que faltarão, e principio da apuração de 904 cédulas para Vereadores, a qual terminou no dia 10, bem como a de 912 cédulas para Juizes de Paz.

É manifestamente impossivel que os trabalhos do 1.º e do ultimo dia, effectuados em tão pouco tempo, o fossem com observancia das formalidades da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 203.—JUSTIÇA.—AVISO DE 17 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que o prazo legal para o juramento dos Juizes Municipaes supplentes é o que fôr marcado pela Presidencia dentro do maximo do art. 3.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1837.

Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 17 de Abril de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 12 de 15 de Fevereiro ultimo submette V. Ex. á approvação do Governo Imperial a resposta, que deu á consulta da Camara Municipal da Villa de Porto Calvo—se podia

ou não deferir juramento de 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> supplentes do Juizo Municipal do Termo ao Dr. João da Rocha Hollanda Cavalcanti e Tenente Coronel Pedro de Alcantara Buarque, que lhe apresentarão os respectivos titulos alguns dias depois do prazo marcado por essa Presidencia—, decidindo V. Ex. que, embora houvesse expirado o dito prazo, resolvera na data de sua resposta eleva-lo a tres mezes, em conformidade do art. 2.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 2012 de 4 de Novembro de 1857, a fim de poderem prestar o juramento dentro desse periodo legal.

Em resposta declaro a V. Ex. que o prazo legal é aquelle que fôr marcado pela Presidencia dentro do maximo do art. 3.<sup>o</sup> do Decreto citado; se, antes de expirado elle, a Presidencia reconheçê-lo insufficiente, pôde protogal-o; mas, uma vez expirado, não tem lugar aquella medida, nem por meio della se legitima o juramento prestado posteriormente.

O que communico a V. Ex. para que assim o faça observar.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

#### N. 201. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—CIRCULAR DE 17 DE ABRIL DE 1869.

Ordenando que os Engenheiros nas suas informações empreguem o systema metrico decimal na conformidade da Lei de 26 de Junho de 1862.

3.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 17 de Abril de 1869.

Conviudo generalisar o uso do systema metrico francez adoptado pela Lei de 26 de Junho de 1862, fique Vm. na intelligencia de que, d'ora em diante so deverá empregar o dito systema nas informações que tiver de ministrar sobre os trabalhos da commissão a seu cargo.

Nesta data remetto-lhe um exemplar das tabellas mandadas organizar para a conversão das medidas metricas nas correspondentes do systema usual de pesos e medidas e vice-versa.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Engenheiro....

N. 205. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 17 DE ABRIL DE 1869.

Prohibindo o transitto publico pelas picadas abertas para o assentamento das linhas telegraphicas.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 17 de Abril de 1869.

Ponderando o Presidente da Provincia de S. Paulo no seu officio de 3 de Marco ultimo, não só não ser natural que os moradores de Santos ou Iguape prefiram para se transportar de um para outro ponto a picada em que está assentada a linha telegraphica, cujo transitto é interrompido por brejos e pelo mar, á estrada que une aquelles dous pontos, a qual presta facil transitto, mas também não dispõe de meios para serem empregados na conservação da mesma picada, cumpre, para evitar os inconvenientes que V. S. aponta em seus officios de 10 de Outubro e 13 de Dezembro ultimos prohibir o transitto publico na mencionada picada, e fiscalisar convenientemente essa parte da linha.

Quanto ao canal do varadouro, attendendo ao que V. S. expoz no seu citado officio de 10 de Outubro e ao que a tal respeito informou o Presidente da Provincia, nesta data autorisei os estudos que são necessarios para se fazer idéa da natureza da obra, e do seu custo, e poder ser ella executada logo que termine os da estrada da Graciosa, visto não comportar a respectiva verba simultaneamente despezas com ambas.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Director geral dos telegraphos.

## N. 206. — GUERRA. — EM 17 DE ABRIL DE 1869.

Declara quaes os vencimentos que devem ser abonados aos adjuntos da Comissão de melhoramentos do material do Exercito.

Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Abril de 1869.

Em additamento ao Aviso de 14 do corrente a respeito dos vencimentos, que se mandou abonar aos Adjuntos da commissão de melhoramentos do material do Exercito, declaro a Vm., para sua intelligencia e governo, que quando o Adjunto perceber ordenado por outro emprego retribuido por este Ministerio, e nesse ordenado estiver incluído por disposição legal o respectivo soldo, não será este abonado ao adjunto, porém unicamente os outros vencimentos da commissão de residencia.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

## N. 207. — GUERRA. — EM 20 DE ABRIL DE 1869.

Declara que o Official do Exercito, que servir de membro adjunto do Conselho Naval, terá direito ao respectivo soldo pelo Ministerio da Guerra se continuar á disposição do mesmo Ministerio.

Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Abril de 1869.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, e em resposta ao seu officio de 12 do corrente, que o Brigadeiro graduado Ricardo José Gomes Jardim, ou qualquer outro official que nas mesmas condições daquelle servir de membro adjunto do Conselho Naval, tem direito ao soldo pelo Ministerio da Guerra, em virtude do que dispõe o § 4.º do art. 10 da Lei de 23 de Agosto de 1858 e do art. 37 do Regulamento

approvado pelo Decreto n.º 2208 de 22 de Julho do mesmo anno, visto continuar á disposição deste Ministerio, podendo exercer, como tem exercido, cumulativamente commissões com aquelle emprego.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N.º 208. — JUSTIÇA. — AVISO DE 23 DE ABRIL DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que devem ser respeitadas e cumpridas as provisões de Advogados concedidas pela Presidencia, enquanto não forem cassadas pelo Poder competente.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 19 de Novembro de 1867 communicou essa Presidencia que Francisco da Silva Campos, Advogado por ella provisionado, representara queixando-se do Juiz Municipal do Termo da Leopoldina, por não consentir que elle continuasse no exercicio de sua profissão, em virtude da ordem do Presidente da Relação de 26 de Setembro de 1856, visto existirem no Termo seis Advogados formados.

Deferindo a representação, ordenára essa Presidencia ao Juiz Municipal, por Portaria de 7 de Outubro, que desse cumprimento á Circular de 17 de Maio de 1859, admittindo a advogar o dito provisionado.

Por sua vez representou então o Juiz Municipal contra o acto dessa Presidencia, que submetteu a questão ao conhecimento do Governo Imperial para sua decisão.

Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Manda declarar a V. Ex. que, embora fossem manifestamente exorbitantes do Acto Adicional as Leis Mineiras n.º 141 de 6 de Abril de 1838 e n.º 176 do 4.º de Abril de 1840, continuarão em vigor por força da disposição

do art. 8.º da Lei n.º 405 de 42 de Maio de 1840, até serem ultimamente revogadas pela lei n.º 4564 de 22 de Julho de 1868; e, portanto, as provisões concedidas em virtude das citadas Leis devem ser respeitadas e cumpridas, enquanto não forem cassadas como *inconstitucionaes* pelo Poder competente, que é a Assembléa Geral ou a mesma Assembléa Provincial.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*  
— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 209.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE ABRIL DE 1869.

Ao Conselheiro Presidente da Relação do Rio de Janeiro.—  
Declara que devem ser respeitadas e cumpridas as provisões vitalicias para advogar, concedidas pela Presidencia de Minas Geraes, até que sejam cassadas pelo Poder competente.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1869.

A Sua Magestade o Imperador representou Francisco de Paula Spinola e Castro, Advogado provisionado pela Presidencia de Minas Geraes, contra a Circular de 46 de Fevereiro proximo passado, em que V. S. transmittio aos Juizes do districto, para o cumprirem, seu despacho da mesma data proferido na petição de João Pereira de Mello.

Considerando que as Leis Mineiras n.º 444 de 6 de Abril de 1838 e n.º 476 do 4.º de Abril de 1840 conferirão ao Presidente da Provincia a faculdade de conceder provisões de Advogado pela mesma forma que os Presidentes da Relação, sem qualquer limitação de tempo;

Considerando que a Lei n.º 405 de 42 de Maio de 1840, art. 8.º, mandou respeitar as ditas Leis até sua expressa revogação pela Assembléa Geral, embora fossem ellas exorbitantes das faculdades concedidas pelo Acto Adicional;

Considerando que a Lei n.º 4564 de 22 de Julho de 1868, revogando pura e simplesmente as Leis anteriores, deixou subsistir os actos consummados,

e direitos adquiridos no dominio dellas, como sejam as provisões concedidas pela Presidencia a título vitalicio e temporario;

Considerando que a Assembléa Provincial de Minas não só respeitou sempre o uso, que fizerão os Presidentes da Provincia, da faculdade de conceder provisões vitalicias, como firmou expressamente aquella intelligencia das Leis citadas, legislando sobre o imposto de taes provisões;

Considerando, finalmente, que o Presidente da Relação não tem competencia alguma nem para firmar a intelligencia de leis provinciaes, nem para suspender a execução de actos administrativos dos Presidentes em observancia das ditas Leis:

Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem resolver que sejam cumpridas as provisões vitalicias concedidas pela Presidencia da Provincia de Minas Geraes, até que o Poder competente mande cassal-as, se assim julgar conveniente. O que communico a V. S. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. S. — *José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Conselheiro Presidente da Relação do Rio de Janeiro.

---

N. 210. — GUERRA. — EM 23 DE ABRIL DE 1869.

Declara a quem compete a presidencia de um Conselho em que funcionem dois Capitães, um de linha e outro da Guarda Nacional

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 23 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — De posse do officio dessa Presidencia, datado de 12 de Março proximo findo, acompanhando o requerimento, em que o Capitão reformado do Exercito Francisco Antonio da Fonseca Galvão pede se declare a quem compete a presidencia do conselho nomeado para julgar a um Capitão do Corpo Policial dessa Provincia, se a elle,



Capitão de 1.<sup>a</sup> Linha, ou se ao Capitão da Guarda Nacional Luiz José de Mendonça, designado pelo Governo para exercer as funcções de Major Fiscal na mesma Guarda; declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que, em virtude do que dispõe o Decreto n.º 2404 de 16 de Abril de 1859, nenhum fundamento tem a duvida suscitada pelo referido Capitão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba.* —  
Sr. Presidente da Província das Alagoas.

#### N. 211. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—CIRCULAR EM 24 DE ABRIL DE 1869.

Providencia sobre a organização e épocas de apresentação dos relatorios dos Engenheiros incumbidos de medições e discriminações de terrenos devolutos.

4.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 24 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Resentindo-se o serviço deste Ministerio da irregularidade e desharmonia dos relatorios, que lhe são remettidos pelos Engenheiros encarregados da medição e discriminação das terras devolutas e de outros trabalhos nas diversas Províncias do Imperio, tenho resolvido que taes relatorios sejam confeccionados de conformidade com o programma junto, convindo que V. Ex. faça observar rigorosamente todas as suas disposições.

Outrosim, para evitar a demora na remessa de semelhantes trabalhos, cumpre que V. Ex. expeça ordem terminante á Thesouraria de Fazenda dessa Província, para que não abone a Engenheiro algum a gratificação a que tiver direito nos mezes de Janeiro, Abril, Julho e Outubro sem authorisação expressa de V. Ex., a qual será dada na occasião da entrega dos relatorios, importando qualquer demora que exceder de oito dias, daquelle que fór designado por V. Ex. para semelhante fim, no desconto da

gratificação correspondente. Logo que V. Ex. tiver recebido os mencionados relatórios transmittil-os-ha á Secretaria de Estado do Ministerio a meu cargo, exigindo dos respectivos Engenheiros cópia daquelles cuja materia interessar a essa Provincia. Nesta data mando dar conhecimento aos Engenheiros incumbidos de semelhante serviço da resolução do Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes L.ção*.—Sr. Presidente da Provincia de...

**Programma a que se refere o Aviso Circular desta data.**

**1.º**

Nos mezes de Abril, Julho e Outubro apresentarão os Engenheiros incumbidos de medição e discriminação de terras um simples relatório dos trabalhos que tiverem executado naquelles mezes.

§ 1.º Estes relatórios serão redigidos em forma de officio com direcção ás respectivas Presidencias.

§ 2.º Os mesmos relatórios serão acompanhados do esboço topographico das medições executadas.

§ 3.º Nesses trabalhos os Engenheiros só farão menção do serviço executado, sendo a necessidade de qualquer medida extraordinaria exposta em separado e nos relatórios annuaes.

**2.º**

No mez de Janeiro de cada anno os Engenheiros darão conta de todo o trabalho executado durante o anterior em um relatório minucioso, acompanhado de um mappa organizado segundo as convenções adoptadas no art. 7.º do presente programma.

**3.º**

O relatório annual deve constar do seguinte:

§ 1.º Descripção dos trabalhos de medição, declarando o numero de braças correntes e de braças quadradas que se tiverem medido, e o custo em que tiverem ficado cada braça corrente e cada braça quadrada.

§ 2.º Descripção dos trabalhos de medição das posses com as mesmas indicações, acrescentando-se os nomes dos posseiros, lugar onde demorão, etc.

§ 3.º Legitimações a que procederem, nomes das posses legitimadas, etc.

§ 4.º Terras requeridas por titulo de compra, nomes dos compradores, vendas effectuadas, preço da venda, qualidade das terras, lugar onde demorão, etc. etc.

#### 1.º

Além destas e das outras instrucções dadas aos referidos Engenheiros, prestarão elles nos relatórios annuaes as seguintes informações:

§ 1.º Sobre as estradas, caminhos, picadas, etc., que encontrarem no perimetro de seus trabalhos, estado em que se achão, sua direcção e pontos terminaes.

§ 2.º Sobre os canaes, rios e ribeiros, etc., com a determinação da sua nascente e foz, sempre que fôr possível.

§ 3.º Sobre montanhas, cordilheiras, divisas das aguas dos rios, montes, etc.

§ 4.º Sobre aldeias, villas, cidades, casas isoladas, suas posições em relação ao centro dos trabalhos.

§ 5.º Sobre culturas, bosques e terrenos pantanosos, sua extensão, etc.

6.º Sobre producção do solo que percorrerem, nos diversos ramos de industria.

§ 7.º Sobre animaes de trato, de carga e em geral sobre os meios de transporte, quér por agua, quér por terra.

§ 8.º Sobre os recursos de que dispõem os lugares que tiverem percorrido e suas vantagens para o estabelecimento de nucleos coloniaes.

§ 9.º Sobre o preço médio dos generos.

#### 5.º

Sobre a materia de cada um dos paragraphos mencionados organizarão os Engenheiros, em forma de synopse, um mappa com as indicações que julgarem convenientes. Esta disposição comprehende os paragraphos do art. 3.º

## 6.º

Quando não fôr possível incluir nos relatorios annuaes as informações, de que trata o art. 4.º nos respectivos paragraphos, os Engenheiros as remetterão na primeira oportunidade, não excedendo, porém, do prazo de dous mezes a sua remessa.

## 7.º

Nos mappas que acompanharem os relatorios annuaes, deverão os Engenheiros observar as convenções indicadas na tabella que acompanha este programma.

## 8.º

Todas as medidas tomadas deverão ser expressas em braças e as correspondentes em metros, seus multiplos e submultiplos.

## 9.º

Qualquer melhoramento que fôr necessario será exposto de modo que dispense novas indagações, habilitando o governo a promovê-lo quando entender conveniente.

## 10.º

Os trabalhos geologicos e de determinação de pontos astronomicos, serão mencionados nos relatorios annuaes, e sempre que fôr possível nos annuaes.

## 11.º

Quando na zona de seus trabalhos encontrarem os Engenheiros amostras curiosas de qualquer especie, as remetterão á Secretaria de Estado da Agricultura, recommendando a aquisição das que não puderem obter gratuitamente.

Para este ultimo fim informarão sobre a qualidade do objecto, sua preciosidade, valor, a quem pertence, etc.

**12.º**

A materia destas instrucções especiaes em nada implica o cumprimento de ordens já transmittidas ou que o governo julgar conveniente transmittir.

**13.º**

Finalmente ao zelo e actividade dos Engenheiros recommenda o Governo Imperial todos os esclarecimentos relativos á corographia, hydrographia, aerographia, geographia botanica e zoologica, historia e estatistica da zona de suas operações ; e bem assim todos aquelles que possão directa ou indirectamente concorrer para o desenvolvimento da agricultura, commercio e industria do paiz.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 24 de Abril de 1869.

*Joaquim Antônio Fernandes Leão,*

228

**Tabella a que se refere o art. 7.<sup>o</sup> do presente programma.**

| Natureza dos objectos.                             | Tintas.                                | Composição das tintas.                                                                                            | Observações.                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Terras lavradas nas zonas inteiramente cultivadas. |                                        |                                                                                                                   | As zonas inteiramente cultivadas deixão-se em branco, indicando-se por meio de pequenos parallelogrammos pontuados as porções de terra ou campos de uma extensão relativa a escala da planta; devendo-se marcar as arvores fructíferas que existirem. |
| Terras lavradas em zonas montanhosas.              | Nankim.                                | Uma parte de carmim 3 de gomma-gutta, 1/2 parte de tinta da China e 8 partes d'agua.                              | Serve esta composição para indicar, nos paizes montanhosos as terras lavradas, que, em pequenas massas, são as mais das vezes campos fechados por cercas ou muros. As partes não cultivadas deixão-se em branco.                                      |
| Prados.                                            | Verde azulado.                         | Indigo e gomma-gutta.                                                                                             | O azul deve sobresahir.                                                                                                                                                                                                                               |
| Pomares.                                           | » amarelado.                           | » » »                                                                                                             | Partes iguaes.                                                                                                                                                                                                                                        |
| Terrenos incultos.                                 | Panache verde e nankim.                |                                                                                                                   | O panache é feito com tintas de prados e terras lavradas.                                                                                                                                                                                             |
| Tojos.                                             | Panache verde e amarello esverdinhado. |                                                                                                                   | Prados e bosques.                                                                                                                                                                                                                                     |
| Matas e bosques.                                   | Amarello esverdinhado.                 | Uma parte de gomma-gutta, 1/2 de indigo e 7 a 8 d'agua.                                                           | Uma bordadura verde ao longo dos limites do lado da sombra.                                                                                                                                                                                           |
| Terrenos com urzes.                                | Panache verde e cor de rosa.           |                                                                                                                   | Prados e carmim desmaiado.                                                                                                                                                                                                                            |
| Arça.                                              | Nankim brilhante.                      | Duas partes de gomma-gutta, 1/2 de carmim e 16 d'agua.                                                            | Esbatimento das extremidades para os meios. Com a mesma tinta concentrada pontua-se a arça.                                                                                                                                                           |
| Mangues.                                           | Lam.                                   | Uma parte de gomma-gutta, 1/2 de tinta da China, um pouco de carmim e azul na ponta do pincel e 24 partes d'agua. | Esbatimento das extremidades para o centro, arbustos.                                                                                                                                                                                                 |
| Terras humidas.                                    | Panache horizontal verde e azul.       | Verde de prado, 1 parte de indigo e 8 a 10 d'agua.                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Charcos.                                           | Verde de herva e azul fraco.           | O mesmo verde de prado, 1 parte de indigo e 13 a 20 d'agua.                                                       | As pocas d'agua, depois da tinta unida já indicada, serão onduladas horizontalmente com o azul das terras humidas.                                                                                                                                    |
| Aguas.                                             | Azul.                                  | Uma parte de indigo e 20 d'agua.                                                                                  | Esbatimento das extremidades para o centro.                                                                                                                                                                                                           |
| Mares.                                             | » esverdinhado.                        | Uma parte de indigo 1/2 de gomma-gutta e 20 a 24 d'agua.                                                          | » » » » com a mesma tinta mais concentrada. O esbatido não deve começar logo da margem; é de grande effeito deixar-se um intervallo de 0,001. Imitar-se-ha a ondulação por meio de traços curtos e tremidos, mas sempre parallelos ás costas.         |
| Edificios.                                         | Cor de rosa.                           | Carmim fraco.                                                                                                     | Nas grandes massas é conveniente destacar as partes que ficão na sombra.                                                                                                                                                                              |

*Nota.*— Na escripturação dos mappas deve-se adoptar as letas moldadas (imitação das impressas) divididas em tres classes para o seu emprego: a capital, a romana e a italica; com as suas variedades; a saber: capital direita, id inclinada; romana direita, id inclinada, e italica. Segundo a importancia do que se tiver de escrever, regula-se-ha a dimensão destas cinco especies de caracteres.

Secretaria de estado do negocio da agricultura, commercio e obras publicas, em 24 de Abril de 1865. — *Joaquim Antão Fernandes Leão.*

N. 212. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — AVISO DE 24 DE ABRIL DE 1869.

Declara que, sendo Provincial a estrada de ferro projectada de Jundiaby a Campinas, na Provincia de S. Paulo, compete á Presidencia dessa Provincia a celebração do respectivo contracto.

3.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 24 de Abril de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio de V. Ex. de 4 de Janeiro ultimo sob n.º 421, acompanhando as bases do contracto de concessão em favor da Companhia, que se propõe construir a estrada de ferro de Jundiaby até Campinas, declaro a V. Ex. que, sendo provincial a estrada de que se trata, e estando V. Ex. autorisado a garantir o capital dessa empreza com sete por cento até o maximo de 5.000:000\$000 por virtude das Leis Provinciaes de 19 de Maio de 1862 e 21 de Abril de 1863, a V. Ex. compete celebrar o respectivo contracto; entretanto recommendo a V. Ex. que nelle admitta unicamente as clausulas, que, dentro de suas attribuições, cabem a essa Provincia regular, ficando dependentes de autorisação do Poder Executivo as que excederem das mesmas attribuições.

Devolvendo a V. Ex., por cópia, os artigos desse contracto, nelles faço notar os que estão comprehendidos na faculdade do Governo Provincial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Antônio Fernandes Leão*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

## N. 213.— GUERRA. — EM 26 DE ABRIL DE 1869.

Declara que nos ajustes de contas de cavalgaduras se deve contar o tempo de duração das mesmas da data do exercício, que á ellas dá direito, e não da do abono.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 26 de Abril de 1869.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província da Bahia, para seu conhecimento e execução, que tendo-se determinado, por Aviso de 11 de Agosto de 1865, expedido á vista de Resolução Imperial tomada sobre Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, que nos ajustes de contas de cavalgaduras se deve contar o tempo de duração das mesmas da data do exercício, que á ellas dá direito, e não da do abono, ficando tal preceito estabelecido como regra, nessa conformidade se deve proceder relativamente ao abono de cavalgaduras feito ao Commandante das Armas da mesma Província, Coronel Luiz José Monteiro, conforme requereu.

*Barão de Muritiba.*

---

N. 214.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 28 DE ABRIL DE 1869.

Declara quaes os vencimentos que competem aos Professores externos do Instituto Commercial quando incumbidos da regencia simultanea de duas ou mais cadeiras.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 28 de Abril de 1869.

Tendo-se suscitado duvidas sobre os vencimentos devidos aos Professores externos desse Instituto, quando incumbidos da regencia simultanea de duas



ou mais cadeiras, Sua Magestade o Imperador, por sua immediata resolução de 10 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 5 de Fevereiro ultimo, houve por bem decidir que, não havendo motivo que justifique a interpretação litteral do art. 114 dos Estatutos approvados pelo Decreto n.º 3058 de 11 de Março de 1863, a fim de que lles seja abonada a totalidade dos vencimentos correspondentes ás respectivas cadeiras, não podem elles auferir vantagens superiores ás que são concedidas aos Professores internos em casos analogos, mandando a equidade que aquelles sejam equiparados a estes sempre que se derem taes hypotheses.

Firmada assim a intelligencia do citado artigo, ao Professor externo competirá todo o vencimento da cadeira de que fôr primeiramente encarregado e metade do que estiver fixado para os proprietarios das outras.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Director do Instituto Commercial.



V. 215.—FAZENDA.—EM 29 DE ABRIL DE 1869.

Entrega de uma quantia do cofre de Orphãos á requisição do Juiz competente, sem embargo de não terem-se habilitado os herdeiros dentro dos cinco annos da data do deposito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Abril de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe que approva a resolução tomada pela mesma Thesouraria, de mandar entregar a quantia de 134\$419, de que trata o seu officio n.º 27 de 24 de Março ultimo, á requisição do Juizo competente, embora tivesse decorrido o prazo de oito annos desde a entrada até o levanta-

mento do depósito, sem embargo de não se terem habilitado as partes ou herdeiros da referida quantia dentro de cinco annos da data do dito depósito; porquanto, não compete á administração da Fazenda entrar no exame dessa questão, mas unicamente fazer effectiva a restituição dos depósitos que não tiverem incorrido na prescrição legal; cumprindo-lhe, portanto, mandar fazer entrega do capital e juros, que menciona no seu citado officio, ao cofre de Orphãos do Juizo que fez a requisição, para ter o destino que fôr de direito.

*Visconde de Itaborahy.*

**N. 216. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 30 DE ABRIL DE 1869.**

Determina a nomeação de um Juiz Commissario para proceder á legitimação de posse de terreno nacional no Termo do Assú da Provincia do Rio Grande do Norte, requerida por Francisco da Rocha Freire.

**4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 30 de Abril de 1869.**

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo Francisco da Rocha Freire requerido em 15 de Outubro de 1867 a legitimação de sua posse ha muitos annos estabelecida no Termo do Assú dessa Provincia, no lugar denominado — Baixa do Pão-branco, para o fim de ser nella mantido pelo favor da Lei, e constando dos documentos, que acompanharão o officio dessa Presidencia de 11 de Fevereiro ultimo, e da informação prestada pelo Juiz Municipal daquelle Termo, que o supplicante se tem alli conservado desde 1855 mansa e pacificamente com cultura effectiva e morada habitual; acha-se a mesma posse no caso de ser legitimada nos termos dos arts. 5.º e 6.º da Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850, aos quaes corres-

pondem o art. 24 § 1.º, e arts. 37 e 44 do Regulamento n.º 1318 de 30 de Janeiro de 1834, uma vez que verificada seja a circumstancia de haver ella sido feita antes da competente publicação deste Regulamento na Província, no mencionado Termo do Assú, como se deprehende da franqueza e boa fé com que se apresentou o supplicante a requerer a sua legitimação, justificando em Juizo, e com attes-tação da Camara Municipal respectiva, a existencia de suas plantações, bemfeitorias e residencia no lugar de sua occupação primaria: cumpre portanto que V. Ex. faça quanto antes a nomeação de um Juiz Commissario, podendo ella recahir em algum Enge-nheiro de sua inteira confiança, que se ache nessa Capital, para o fim de se proceder, nos termos expostos, a legitimação requerida pelo supplicante Rocha Freire, por quaisquer outros posseiros que a requirem dentro do prazo marcado por essa Presidencia, na fórma da lei.

E, porque o mesmo supplicante allegue não poder, por seu estado de pobreza, pagar as despesas da medição para a manutenção e legitimação de sua posse, recomende V. Ex. ao Juiz Commissario, que houver de nomear para o Municipio do Assú, que a respeito desse possuidor, bem como de outros que se acharem em circumstancias identicas execute os respectivos trabalhos por conta do Governo, lavrando o competente termo, e registrando as despesas feitas, segundo se acha preceituado no Aviso circular de 10 de Abril de 1838, expedido em virtude de Resolução de Consulta, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, de 30 de Outubro de 1837, em favor dos individuos pobres, possuidores de terras de pequena extensão.

Por esta occasião lembro a V. Ex. a conveniencia de prevenir ao Juiz Municipal, que julgou improcedente a justificação dada pelo supplicante, que contra este não tem lugar, na hypothese vertente, o procedimento criminal, de que trata o art. 2.º do citado Regulamento, só applicavel aos simples posseiros de má fé, usurpadores de terras e destruidores de matas, e como tal delinquentes, e não as dignificações do art. 5.º da citada lei de 48 de Setembro de 1850, nos termos acima expendidos.

O que tudo communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução, devolvendo-lhe a petição do sup-

plicante, e documentos a que me tenho referido, para serem presentes ao Juiz Commissario respectivo, o qual em solução á questão pendente procederá na forma determinada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

N. 217.—GUERRA.—EM 1.º DE MAIO DE 1869.

Fixa a importancia da fiança do Almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 1.º de Maio de 1869.

Attendendo ao que solicitou o Almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy, Luiz Adolpho Ribeiro de Oliveira, declaro a Vm. para seu conhecimento e execução que fica reduzido a 5:000\$000 a fiança, que deve prestar para exercer aquelle emprego; visto não ser de lei e sim de estylo a que foi arbitrada para tal exercicio em Aviso de 25 de Setembro de 1845.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza

N. 218.—FAZENDA.—EM 1.º DE MAIO DE 1869.

Sob a denominação de imposto de transmissão de propriedade devem-se unicamente comprehender os que sempre foram cobrados por parte da renda geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 1.º de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província das Alagôas, em res-

posta ao seu officio n.º 72, de 2 de Novembro do anno passado, que approva a solução que dera em 29 de Outubro antecedente á consulta, que lhe fôra feita pelo Administrador da Mesa de Rendas de Camaragibe, na mesma Provincia, declarando que sob a denominação do imposto de transmissão de propriedade se devião unicamente comprehender os impostos, que sempre se havião cobrado por parte da renda geral, taes como o de 5 e 45 % da compra e venda de embarcações, nacionaes ou estrangeiras, e o imposto de siza de bens de raiz.

*Visconde de Naborahy.*

---

N. 219.—FAZENDA.—EM 4.º DE MAIO DE 1869.

Permitte que os Bancos e Sociedades anonymas, enquanto não houver estampilhas á venda, arrecadem o sello fixo dos titulos que menciona.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4.º de Maio de 1869.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria da Córte, para os fins convenientes que enquanto não houver estampilhas á venda, podem os Bancos e Sociedades anonymas arrecadar o sello fixo dos recibos e cheques mencionados no art. 49 § 4.º do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4354 de 17 de Abril proximo findo.

*Visconde de Naborahy.*

---

N. 220.— FAZENDA. — Em 4 de Maio de 1869.

A cobrança do imposto sobre a venda de embarcações pertence, na Côrte, á Recebedoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para os fins convenientes, que á vista do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4333 de 17 de Abril proximo findo, pertence, na Côrte, á Recebedoria a cobrança do imposto de venda de embarcações nacionaes e estrangeiras.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.—  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

Communicou-se á Recebedoria do Rio de Janeiro.

N. 221.— FAZENDA. — Em 5 de Maio de 1869.

Sobre os vencimentos que competem aos Ajudantes dos Inspectores das Alfandegas, cujos lugares foram extintos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 3, de 12 de Janeiro ultimo, que fica approvada a decisão da mesma Thesouraria dada á consulta que lhe fôra feita pela respectiva Contadoria, declarando que os vencimentos dos ajudantes dos Inspectores das Alfandegas, cujos lugares ficarão extinctos, são os marcados no art. 23 do Decreto de 6 de Maio do anno passado.

*Visconde de Itaboraity*.

N. 222.—GUERRA.—CIRCULAR EM 5 DE MAIO DE 1869.

Declara que a etapa, que se abona aos officiaes do Exército, que passam a doentes em consequencia de ferimentos recebidos em combate, ou de molestias adquiridas em campanha, deve ser correspondente aos respectivos postos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução, que aos officiaes do exercito para quem o abono da etapa varia conforme os exercicios em que se achão, e que passam a doentes em consequencia de ferimentos recebidos em combate, ou de molestias adquiridas em campanha, deve ser abonada a etapa correspondente aos respectivos postos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Província de.....

---

N. 223.—FAZENDA.—EM 8 DE MAIO DE 1869.

A declaração de differenças em mercadorias submettidas a despacho nas Alfandegas, de que trata o art. 4.<sup>o</sup> do Decreto n.º 3217 de 1863, não pôde ser admittida depois da designação do Conferente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional, o recurso interposto por John Bradshaw & C.<sup>ia</sup> da decisão de V. Ex. de 19 de Março ultimo, pela qual forão multados na quantia de 2548140, por terem submettido a despacho, pela nota n.º 4772 de 17 do dito mez, tres fardos marca B dentro de um quadrado, n.ºs 6464 a 6466, contendo 360 peças de madapolão até 20 fios, com 8.640 em vez de 14.400 jardas, como haviam declarado na mesma nota; e o dito Tribunal

Considerando que a rectificação que os recorrentes fizeram do engano da nota foi posterior á designação do Conferente, e que á vista do disposto no art. 45 do Decreto, de 31 de Dezembro de 1863, e da ordem n.º 434 expedida a essa Alfandega em 28 de Maio de 1864, a referida designação importa um principio de conferencia, sendo a mercadoria considerada já em exame:

Resolven indeferir o mesmo recurso. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —  
A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 224. — FAZENDA. — EM 8 DE MAIO DE 1869.

Approva uma decisão da Thesouraria da Parahyba relativamente ao despacho, na respectiva Alfandega, de 67 peças de chitas transportadas de Pernambuco, e indica as disposições que devem ser observadas no processo de despachos da mesma natureza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 41, de 45 de Fevereiro do anno passado, que fica approvada a decisão da mesma Inspectoria confirmatoria da da Alfandega, mandando entregar ao respectivo dono quatro peças de chitas, que havião sido separadas pelo Conferente da sahida para o pagamento de direitos de consumo, pelo excesso de 95 metros encontrados demais em um despacho de 67 peças, transportadas na barca *S. João*, de Pernambuco, onde havião pago os direitos de consumo; porquanto, determina o Decreto n.º 2696 de 23 de Novembro de 1860, que nos despachos das mercadorias, que, depois de satisfizerem os direitos



de consumo, forem transportadas dos portos habilitados de umas para outras Províncias, se observem as disposições do art. 570 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860; devendo, portanto, ser processados ad valorem segundo as declarações feitas na respectiva nota em qualquer das hypothèses do art. 626 do dito Regulamento.

E como a declaração da nota do despacho, de que se trata, versava sobre o numero de peças contidas na caixa, e não sobre o de covados, ou metros que pudessem ter, declara, outrossim, ao Sr. Inspector que devia o Conferente da sahida considerar neste caso em globo o valor das 67 peças de chitas para sobre elle se cobrarem os direitos de expediente, e não proceder, como fez, á medição dellas, e separar quatro peças para pagamento dos direitos de consumo; convido ainda observar-lhe que se o accrescimento se desse em peças de chitas devia o Conferente da sahida proceder de conformidade com o disposto no art. 595 paragrapho unico do citado Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 223.—FAZENDA.—EM 10 DE MAIO DE 1869.

Modelo para os livros de escripturação dos Despachantes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, os inclusos exemplares do modelo de que trata o art. 5.º do Decreto n.º 3828 de 30 de Março de 1867.

*Visconde de Itaborahy.*



## N. 226.—JUSTIÇA.—AVISO DE 10 DE MAIO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Paraná. — Declara que é competente para interpôr o recurso pela inclusão ou omissão na Junta revisora dos Jurados, não só o individuo incluído ou omitido, como o Promotor Publico ou qualquer cidadão.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 10 de Maio de 1869

Ilhm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 22 de 28 de Janeiro ultimo communicou V. Ex. que, tendo sido consultado pelo Promotor Publico da Comarca de Paranaguá,—se elle, assim como qualquer cidadão pôde interpôr da decisão das Juntas revisoras de Jurados o recurso da indevida inclusão ou exclusão de qualquer individuo da lista respectiva, ou se tal recurso só compete ao cidadão indevidamente incluído ou omitido—, respondêra V. Ex. que, á vista dos termos, em que é concebido o art. 401 da Lei de 3 de Dezembro de 1844, só á propria parte offendida pela decisão da Junta é que compete aquelle direito, e não a qualquer do povo, ou ao Promotor Publico; porquanto, nem o Codigo do Processo, nem a Lei de 3 de Dezembro de 1844 derão-lhe semelhante attribuição.

Considerando que, da injusta decisão da Junta resulta não só offensa ao individuo excluído indevidamente da lista, mas a todo o cidadão brasileiro, a quem tal decisão não pôde ser indifferente; que, se em tal hypothese a Lei não concede expressamente ao Promotor ou a qualquer do povo, a interposição do recurso, tambem não nega; que, pelo contrario, os termos genericos, em que é concebido o art. 401 da Lei de 3 de Dezembro de 1844, favorecem esta intelligencia, declaro a V. Ex. que é competente para interpôr o mencionado recurso não sómente o proprio individuo incluído ou omitido indevidamente, mas tambem por elle, o Promotor Publico ou qualquer cidadão brasileiro.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar.*  
—Sr. Presidente da Província do Paraná.

## N. 227. — GUERRA. — EM 11 DE MAIO DE 1869.

Declara qual o empregado, que substitue de direito o Almoxarife dos Hospitais Militares, e bem assim que ha incompatibilidade entre o exercicio de Escrivão e o de Almoxarife de um mesmo Hospital.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Maio de 1869.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e em resposta ao seu officio n.º 231 de 26 de Abril proximo passado, que o empregado, que de direito substitue o Almoxarife dos Hospitais Militares no exercicio de suas funcções, é o respectivo Fiel, que na qualidade de seu preposto assume por isso mesmo inteira responsabilidade pelos objectos a cargo do proponente, salvo quando o Governo entende dar-lhe prompto substituto; e bem assim que sendo manifesta a incompatibilidade entre o exercicio de Escrivão desse Hospital Provisorio e o do Almoxarife, visto que é aquelle o fiscal deste, a accumulção dos mesmos empregos, determinaria a confusão de funcções distinctas e da responsabilidade de um e outro empregado, o que seria uma anomalia em legislação de fazenda; não procedendo portanto a dúvida que Vm. encontrou no cumprimento do Aviso deste Ministerio datado de 23 daquelle mez, mui principalmente depois que se marcou ao Almoxarife ultimamente nomeado quinze dias para a sua apresentação e tres mezes para a prestação da fiança.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

---

## N. 228.— FAZENDA.— EM 11 DE MAIO DE 1869.

Provimento de um recurso sobre multa de direitos dobrados por differença de qualidade em um despacho de chitas em morim.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Maio de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso interposto por Ed. Pecher & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria que os sujeitou ao pagamento da multa de direitos em dobro pela differença de qualidade encontrada em 40 caixas de marca E P & C, 68 em cima e M em baixo, n.<sup>os</sup> 1426 a 1435, contendo 300 peças de chitas em morim vindas de Liverpool no vapor *Tycho Brahe*, é submettidas a despacho pela nota n.<sup>o</sup> 5269; e

Considerando que a vara quadrada é a unidade ou base para o calculo dos direitos das chitas, na fórma do art. 608 da Tarifa;

Considerando que, attentas as disposições do § 6.<sup>o</sup> do art. 544 e § 2.<sup>o</sup> do art. 545 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, menos regularmente foi aceita e distribuida a mesma nota, tomando-se por base para o dito calculo a jarda e vara singelas;

Resolveu dar provimento ao referido recurso, visto achar-se elle no mesmo caso daquelles, de que tratão a ordem expedida a essa Alfandega em 9 de Fevereiro de 1867 e outras semelhantes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 229.—FAZENDA.—EM 12 DE MAIO DE 1869.

Declara quaes os valores das estampilhas que vão servir de selto adhesivo, e o formato e signaes característicos das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 12 de Maio de 1869.

Remetto a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, a inclusa cópia das instrucções de 8 do corrente relativas ás estampilhas que vão servir de sellos adhesivos.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

#### INSTRUCÇÕES.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em virtude do disposto no art. 23 do Regulamento mandado executar pelo Decreto n.º 4354 de 17 de Abril do corrente anno, declara, que as estampilhas que vão servir de selto adhesivo são de 200, 400, 600, 800, 1\$000 rs., e multiplos deste ultimo valor até 20\$000, e tem o formato e signaes característicos designados nos seguintes paragraphos:

1.º As estampilhas tem no centro a effigie de Sua Magestade o Imperador circundada por 20 estrellas; no alto as palavras — Imperio do Brasil — e o valor do imposto em algarismo, e na parte inferior as palavras — Réis — Selto.

2.º As de 200 até 800 rs. são de côr verde e tem 37 millimetros de comprimento e 13 de largura; e as de maior valor de côr de ouro com 45 millimetros de comprimento e 19  $\frac{1}{2}$  de largura.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 230.— FAZENDA.— EM 12 DE MAIO DE 1869.

Manda abonar a percentagem de 2 % aos particulares autorizados para venderem estampilhas do sello adhesivo no Municipio da Corte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Maio de 1869.

Communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos, que a percentagem que, na conformidade do art. 29 do Decreto n.º 4354 de 17 de Abril proximo passado, tem de ser abonada aos particulares autorizados para venderem estampilhas do sello adhesivo no Municipio da Corte, deve ser de dous por cento.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaboraity*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 231.— FAZENDA.— EM 12 DE MAIO DE 1869.

Provimto de um recurso sobre multa de direitos em dobro por differença de quantidade para mais em um despacho de cassas brancas de salpicos e adamascadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os devidos effeitos, que foi deferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Vogel & C.<sup>a</sup> da decisão de V. Ex., que os obrigou ao pagamento de direitos em dobro pela differença de mais 4.900 varas quadradas, encontradas em duas caixas de marca **W. W.**, n.ºs 372 e 373, contendo cassas brancas de salpicos e adamascadas, vindas do Havre na galera franceza *Mineiro*, e pelos recorrentes submettidas a despacho pela nota n.º 3353 de 20 de

Fevereiro ultimo; não só por se haver recebido e distribuido nessa Alfandega a dita nota sem que se tivesse satisfeito o disposto no § 6.º do art. 544 e § 2.º do art. 545 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, mas tambem por ser a vara quadrada e não a auna a unidade ou base adoptada no art. 597 da Tarifa em vigor para as cassas aduaneiradas e de salpicos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 232.—FAZENDA.—EM 12 DE MAIO DE 1869.

Na garantia dos 2 % da Administração Provincial á Estrada de ferro de Pernambuco, deve-se ter em conta a renda liquida da mesma Estrada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução á duvida proposta pelo Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco no officio n.º 10, de 26 de Janeiro ultimo, se na conta dos 2 % garantidos á estrada de ferro da mesma Provincia deve a Administração provincial ser debitada pela importancia integral dos 2 % do capital empregado, ou convém attender-se á renda liquida da estrada; lhe declara que assim como nos pagamentos feitos pela Legação Imperial em Londres á respectiva Companhia se deduz a parte correspondente da renda liquida, do mesmo modo se deverá proceder quando tratar-se de debitar a Provincia.

*Visconde de Itaborahy*.

---



## N. 233.—FAZENDA.—EM 13 DE MAIO DE 1869.

Responde a uma consulta da Presidencia do Pará acerca do despacho de mercadorias em transitio para os portos da Bolivia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, e em resposta a seu officio de 17 de Dezembro do anno passado, que está resolvida pelo art. 7.º do Tratado de 27 de Maio de 1837 celebrado entre o Imperio e a Republica da Bolivia, e promulgado pelo Decreto n.º 4280 de 29 de Novembro de 1868, a consulta que faz acerca da reclamação do Vice-Consul da Bolivia em Serpa para a concessão de sahida livre ás mercadorias, que em transitio despachar para os portos desse Estado o Boliviano Francisco Soares.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Pará.

## N. 234.—GUERRA.—EM 13 DE MAIO DE 1869.

Declara que os réos devendo responder por seus crimes no lugar, onde os commettêrão, não devem ser removidos do fóro de delicto para outro extranho ao seu crime.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Maio de 1869.

Senhor.—Tendo o Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza, quando se achava no Commando interino do Exército em operações, proposto no seu officio datado de 16 de Março ultimo que sejam removidos para esta Córte os presos, que existem a bordo do pontão *Anna*, que em Humaytá serve de presiganga, e cujos processos, já antigos, estão paralisados por differentes motivos, especialmente por falta de provas, morte e ausencia de testemunhas, juntamente com outros que nas mesmas con-

dições se achão na guarda do Humaytá: declaro a Vossa Alteza, tendo ouvido o Conselho Supremo Militar, que devendo os réos responder por seus crimes no lugar onde os commetterão, não devem ser removidos do fóro do delicto para outro extranho ao seu crime, por quanto se no caso de que se trata são difficéis de ahí encontrar-se as provas, essa difficuldade será maior apartando-se os réos do lugar, em que os processos tiverão começo, e, pois, para que não fiquem as culpas em aberto, devem aquelles processos ter o conveniente andamento com quaesquer que forem as provas que se encontrarem, quer no fóro civil, quer no criminal militar, inquirindo-se varias pessoas como testemunhas, segundo o exige o § 7.º do Alvará de 4 de Setembro de 1763, e sendo então as decisões que proferirem os Juizes as que se devem seguir para fazerem-se nos assentamentos das praças as notas necessarias: o que se acha em harmonia com o Alvará de 21 de Outubro de 1763 § 9.º, com a Provisão de 5 de Dezembro de 1836 e com o Aviso deste Ministerio de 6 de Janeiro de 1857, que declara ser altamente inconveniente que os réos de crimes disciplinares sejam ausentados dos lugares, em que delinquirem, sem haverem recebido a necessaria punição.

Deus Guarde a Vossa Alteza.— *Barão de Mariliba*.—  
A' Sua Alteza o Sr. Marechal do Exército Conde d'Eu.

---

N. 235.—FAZENDA.—EM 15 DE MAIO DE 1869.

Aos tamanqueiros com estabelecimento devem ser applicadas as taxas da 3.ª classe das tabellas A e B do Regulamento annexo ao Decreto n.º 4346 deste anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1869.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que aos tamanqueiros com estabelecimento devem ser applicadas as taxas da 3.ª classe das tabellas A e B que

acompanhão o Regulamento para cobrança do imposto sobre indústrias e profissões, approvado pelo Decreto n.º 4346 de 23 de Março ultimo.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaboraity*. —  
Sr. Director geral interino das Rendas Publicas.

N. 236. — GUERRA. — EM 15 DE MAIO DE 1869.

Declara quaes os vencimentos que devem ser abonados aos aprendizes artilheiros quando completão 18 annos de idade, e desde quando se deve contar a respectiva praga.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Maio de 1869.

Senhor. — Tendo o Commando em Chefe interino do Exercito em operacoes no Paraguay, em officio de 11 de Abril proximo passado, sob n.º 290, solicitado esclarecimentos acerca da consulta, que lhe fez o Tenente Coronel Commandante do 3.º batalhão de infantaria a respeito do abono do premio de voluntario do Exercito aos aprendizes artilheiros, quando completarem 18 annos de idade, depois de já haverem assentado praga voluntariamente em qualquer corpo arregimentado; declaro a Vossa Alteza, para seu conhecimento e fins convenientes, que, conforme dispõe o Aviso de 15 de Março de 1856, nenhum direito lhes assiste ao referido premio; devendo apenas abonar-se-lhes, além dos outros vencimentos, a gratificação de voluntario, e começar a contar o tempo da respectiva praga desde o dia, em que elles completarem aquella idade.

Deus Guarde a Vossa Alteza. — *Barão de Muritiba*. —  
— A' Sua Alteza o Sr. Marechal do Exercito Conde d'Eu.

N. 237.— GUERRA. — EM 17 DE MAIO DE 1869.

Declara que o Delegado do Cirurgião-mór do Exercito em caso nenhum deve prestar serviços como Cirurgião em algum hospital.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-me V. Ex. communicado em seu officio de 3 do corrente sob n.º 79 haver ordenado que o Cirurgião-mór de Divisão Dr. Justino José Alves Jacotinga, 1.º Medico do Hospital Militar Provisorio dessa Provincia assumisse o exercicio interino de Delegado do Cirurgião-mór do Exercito; declaro a V. Ex. que o Delegado do Cirurgião-mór em caso nenhum deve prestar serviços como Cirurgião em algum hospital, visto ser incompativel o exercicio dos dous cargos diante das disposições do Regulamento do Corpo de Saude do Exercito.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Muritiba.*—  
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

N. 238.— GUERRA. — EM 18 DE MAIO DE 1869.

Declara qual o processo que se deve seguir no inventario dos objectos á cargo do Almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy, e de que se tem de fazer entrega ao novo Almoxarife.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Maio de 1869.

Representando o ex-Almoxarife desse Hospital Provisorio, Joaquim José Pereira Codeço, contra o modo por que é feito o inventario dos objectos, que se achão a seu cargo, e dos quaes deve fazer entrega ao novo Almoxarife, declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, que no processo de tal

inventario se deve observar a pratica geralmente seguida, a saber: relacionão-se todos os objectos existentes em uma só relação para por ella se tomar a conta do Almoхарife que os entrega, extremado-se dos objectos bons e em estado de servir uma outra relação para carga do novo Almoхарife, e uma terceira dos inúteis e inservíveis, para se lhes dar consumo, ou outro qualquer destino, e isto se faz ou diariamente, ou por periodos, ou no fim do inventario como mais convém ao andamento e celeridade do serviço. O inventario deve ter horas marcadas para principiar e acabar, fazendo-se sem inconveniente nem prejuizo do mais serviço, e o Director do Estabelecimento, depois de prescrever a marcha do trabalho segundo o que fica indicado, só deve intervir no processo para resolver as duvidas que se suscitarem, visto que por parte da Fazenda Publica deve fiscalisar o Escrivão, e pela dos interessados os proprios Almoхарifes, pessoalmente ou por seus prepostos.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mariliba*. —  
Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

---

N. 239.— GUERRA. — Em 19 DE MAIO DE 1869.

Declara que na fórma do art. 17 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, só podem fazer parte de uma força de Guarda Nacional destacada individuos, que forem Guardas Nacionais qualificados.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 19 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio que V. Ex. me dirigio sob n.º 474 e data de 28 de Janeiro proximo passado, consultando se, em vista do art. 218 do Regulamento do Corpo de Saude podem ser conservados ao serviço da Enfermaria Militar dessa Provincia o enfermeiro e seu Ajudante, que, não sendo Guardas Nacionais, fazem

contudo parte da força destacada na capital: declarar a V. Ex. que, na forma do disposto no art. 47 da Lei n.º 602 de 49 de Setembro de 1850, aquelles individuos só poderião fazer parte da guarnição se fossem Guardas Nacionaes qualificados; mas, convindo attender-se ao serviço medico da Enfermaria, podem elles ser conservados como enfermeiros contractados, se para isso tiverem as precisas habilitações.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. —  
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 240. — GUERRA — CIRCULAR EM 20 DE MAIO DE 1859.

Declara que a etapa, que deve ser abonada aos Officiaes do Exército, que passão a doentes, em consequencia de ferimentos recebidos em combate ou de molestias adquiridas em campanha, deve ser a menor marcada na tabella do 1.º de Maio de 1859.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Maio de 1859.

Ilm. e Exm. Sr. — Declara a V. Ex., para seu conhecimento e execução, e em additamento ao Aviso circular de 5 do presente mez, que a etapa que deve ser abonada aos Officiaes do Exército que passão a doentes em consequencia de ferimentos recebidos em combate, ou de molestias adquiridas em campanha, é a menor marcada na tabella do 4.º de Maio de 1858 para os respectivos postos; como em geral se acha estabelecido para os Officiaes doentes e inspecionados de saude.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. —  
Sr. Presidente da Provincia de . . . . .

---

## N. 211. — JUSTIÇA. — AVISO DE 20 DE MAIO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara que deve ser mantida a disposição restricta do art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, quanto ao juramento de Juizes Municipaes supplentes.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 20 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 25 de 26 de Abril ultimo submettei V. Ex. a decisão do Governo Imperial o acto, pelo qual o Presidente da Camara Municipal da Villa de S. Pedro do Cachoeiro de Itapemirim deferio juramento de 4.º supplente do Juizo Municipal a Basilio Carvalho Daemon, que deixara de o prestar no prazo marcado, por não haver autoridade, que o recebesse. Em resposta declaro a V. Ex. que, nesta como em hypotheses semelhantes deverá ser mantida a disposição restricta do art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, como já se declarou em Aviso de 17 de Abril deste anno; não podendo portanto ser approvedo o alvitre tomado pelo Presidente daquella Camara.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*,  
— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

## N. 212. — JUSTIÇA. — AVISO DE 20 DE MAIO DE 1869.

Ao Juiz de Direito da 1.ª Vara Crime da Corte. — Declara que ao Poder Judiciario compete a intelligencia da Lei e sua applicação aos casos occurrentes.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 20 de Maio de 1869.

Em officio de 6 de Abril ultimo consultou esse Juizo ao Governo Imperial se devia considerar empregado publico, para ser-lhe instaurado processo de responsabilidade, o coadjuvante de escripta de

Pagadoria das Tropas da Côrte Francisco Augusto da Silva Fontes, o qual fôra denunciado pela 1.<sup>a</sup> Promotória Publica como incurso nos arts. 129 § 8.<sup>o</sup> e 170 do Código Criminal.

Embora pelo Aviso de 21 de Maio de 1860 se declare a intelligencia dessas palavras, ao Poder Judiciário incumbe firmal-a nos casos occorrentes para o effeito de determinar a competencia do fôro.

Deus Guarde a Vm.—*José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara Crime da Côrte.

N. 243. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 20 DE MAIO DE 1869.

Declara ao presidente da provincia do Ceará que ao Ministerio da Fazenda foi declinada a decisão sobre a expedição de titulos que pedem diversos possuidores e foreiros de terrenos nacionaes em garantia de suas propriedades.

4.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 20 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Nesta data transmitto ao Ministerio da Fazenda o officio dessa Presidencia, antes de medição e mais papeis relativos á pretensão de João Franklin de Lima, João da Silva Mattos e Luiz Rodrigues Samico, possuidores e foreiros dos terrenos medidos e demarcados em 1862 pelo engenheiro Antonio Gonçalves da Justa Araujo na primeira sesmaria dos Indios de Mecejana dessa Provincia.

No Aviso, constante da cópia inclusa, achará V. Ex. exarados os fundamentos com que declino deste para aquelle Ministerio a decisão final acerca da expedição dos titulos que pedem os referidos possuidores em garantia de suas propriedades ; visto como pelas disposições em vigor ao mesmo Ministerio compete a legalisação, administração e arrecadação das rendas provenientes dos aforamentos instituidos nas terras nacionaes e devolutas, e nas que, tendo pertencido aos antigos



aldeamentos, se achão occupadas por pessoas não descendentes dos Indios primitivos.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Província do Ceará.

Rio de Janeiro, em 20 de Maio de 1859.

Ilm. e Exm. Sr.—Havendo requerido João Franklin de Lima, João da Silva Mattos e Luiz Rodrigues Samico, ao juiz commissario, engenheiro Antonio Gonçalves da Justa Araujo, a medição das terras de que se achão de posse na primeira sesmaria concedida aos antigos Indios de Mecejana, na Província do Ceará, e estando sujeitas a um fôro estipulado por autoridade constituida, solicitarão depois de concluida a medição, os respectivos titulos garantidores de suas propriedades.

Ouvidos o juiz commissario e a Thesouraria de Fazenda, opinou aquelle pela expedição de titulos de aforamento, e oppôz-se esta, por entender que, á vista do Aviso n.º 172 de 21 de Outubro de 1850, devendo-se considerar incorporadas aos bens nacionaes as terras medidas para serem vendidas em hasta publica como devolutas, nos termos da Lei n.º 601 de 13 de Setembro de 1850, não tem lugar a renovação de taes aforamentos.

Não se conformando a presidencia com esta ultima opinião, e ponderando que a não expedição dos titulos requeridos collocará os pretendentes em peor condição do que os simples posseiros, que, sem o onus do fôro, legitimão as posses de suas terras, e nellas firmão seu dominio, remetteu a este ministerio os autos de medição e mais papeis concernentes á questão ventilada, e solicitou uma solução que, resolvendo esta, sirva para o futuro de regra em casos semelhantes.

E' com effeito insustentavel aquella opinião da Thesouraria de Fazenda, contra a qual tambem se pronuncia o incluso parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional, porquanto os terrenos abandonados pelos antigos Indios não são considerados proprios nacionaes, arrecadaveis no sentido dos inscriptos com este nome, e sim nacionaes, no sentido de devolutos para os seguintes fins: ou serem legitimados, vendidos ou aforados, na conformidade

do disposto na Lei de 18 de Setembro de 1850, e respectivo Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, e no art. 41 § 8.º da Lei n.º 1114 de 27 de Setembro de 1860, ou terem o destino indicado no citado Aviso de 21 de Outubro de 1850, a que se refere o Aviso de 21 de Abril de 1857, explicado pelo de 21 de Julho de 1858, quando occupadas por pessoas não descendentes dos Indios primitivos, e que nellas se achão a titulo de aforamento, competindo ás Thesourarias sómente a sua administração, e a arrecadação das rendas.

Como, porém, as terras possuidas pelos pretendentes João Franklin de Lima, João da Silva Mattos e Luiz Rodrigues Samico, medidas e demarcadas pelo Juiz commissario, acima nomeado, não estão no caso das legitimaveis de que tratão a 2.ª hypothese do § 2.º do art. 5.º daquella lei de 1850, e o art. 41 do regulamento de 1854, por isso que anteriormente havião sido sujeitas a um fóro instituido por autoridade competente, segundo consta dos termos respectivos, juntos aos mencionados autos de medições; é evidente que prevalecem estas para serem os ditos pretendentes mantidos em suas propriedades, pagando os fóros atrazados; bem como que os titulos requeridos não podem ser de legitimação de posses, e sim de ratificação e legalisação de aforamentos, com a designação dos limites demonstrados pelas mesmas medições.

Isto posto, e competindo a expedição de taes titulos ao Ministerio a cargo de V. Ex. assim como a dos concernentes aos terrenos de marinha, conforme o Aviso n.º 405 de 18 de Novembro de 1867, com referencia ao de 6 de Junho do mesmo anno, e a lei já citada de 27 de Setembro de 1860, e com applicação aos terrenos do extincto aldeamento de S. Lourenço em Nictheroy, tenho a honra de transmittir e submeter á consideração de V. Ex., para competente solução, o incluso officio da Presidencia da Provincia do Ceará, com os autos das medições effectuadas e mais papeis, informações e pareceres relativos á importante questão, pendente de decisão final do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Antônio Fernandes. João.*— A' S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

## N. 244.—JUSTIÇA.—AVISO DE 22 DE MAIO DE 1869.

Ao Procurador da Corôa da Relação da Bahia.—Solve duvidas acerca dos casos de suspeição no julgamento de uma appellação.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 22 de Maio de 1869.

A 5 de Fevereiro ultimo V. S. submetten á consideração do Governo Imperial as seguintes duvidas:

1.<sup>a</sup> Se, por occasião de relatar-se alguma appellação crime fôr reconhecido que existem motivos para pôr suspeição a um ou mais Juizes, deve o Desembargador Promotor da Justiça apresental-os por escripto na fórma do art. 65 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, não obstante a disposição do art. 64?

2.<sup>a</sup> E no caso affirmativo, se poderão continuar o relatorio, a discussão e o julgamento da causa ou deverão ficar adiadas, até que seja decidida a materia da suspeição. Em resposta declaro a V. S. que essas questões se achão resolvidas pela doutrina dos arts. 65 a 70 do Regulamento citado, postos em execução pelo Presidente desse Tribunal.

Deus Guarde a V. S. — *José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Procurador da Corôa da Relação da Bahia.

## N. 245.—JUSTIÇA.—AVISO DE 22 DE MAIO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que, no caso de dous Acordãos contrários de Relações differentes, deve o Chefe de Policia cumprir o da Relação, a que estiver sujeito.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 22 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — O Chefe de Policia dessa Provincia, em officio de 14 de Março ultimo, submetten ao conhecimento do Governo Imperial o facto, que se dera, de ter obtido ordem de habeas-corpus da Relação desse districto o réo José Isidoro Rodrigues

recolhido a prisão, como incursão na 4.<sup>a</sup> hypothese do art. 469 do Código Criminal, consultando se devia seguir, em casos identicos, que para o futuro occorrerem, a doutrina do Accordão da referida Relação ou a de outro da Relação desta Corte, de 30 de Outubro de 1866, que estabeleceu principio inteiramente contrario.

Para responder a semelhante officio, cumpre que V. Ex. lhe declare que, á vista da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e do respectivo Regulamento, sendo competente para conceder habeas-corpus o Juiz Superior ao que decretou a prisão, que é no presente caso a Relação desse districto, deve seguir os Accordões dessa Relação e não os de outras, á cuja jurisdicção não estiver sujeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 246.—FAZENDA.—EM 22 DE MAIO DE 1869.

Sobre o vencimento que compete a um Bacharel por ter officiado em um processo executivo na Provincia das Alagoas, por impedimento legal do Procurador Fiscal da respectiva Thesouraria de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Maio de 1869.

O Visconde de Iaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 403 de 15 de Dezembro do anno findo, que ao Bacharel João Gomes Ribeiro Junior se deve abonar sómente a gratificação de que trata o § 2.º do art. 2.º das Instruções de 5 de Outubro de 1852, por ter officiado no processo executivo promovido contra Tito Alexandre Ferreira Passos, por impedimento legal do Procurador Fiscal da mesma Thesouraria; não devendo ter sido feita a nomeação de um Procurador interino, que repre-

sentasse a Fazenda no inventario dos bens de Francisco Antonio Xisto, e no processo de medição de terras, a que allude o seu mencionado officio, por não ter-se dado, quanto a estes, impedimento justificado do Procurador dos Feitos da Fazenda effectivo, que não interrompeu as funcções que exerce como tal e como Fiscal da Fazenda.

*Visconde de Itaboraity.*

---

N. 247.—FAZENDA.—Em 24 DE MAIO DE 1869.

Eleva a percentagem dos Administradores e Eserivães das Mesas de Rendas e Collectorias, e dá regras para a deducção da mesma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1869.

Em vista do que representou o Collector das Rendas Geraes do Município de Nietheroy, em officios n.º 3 e 59 de 7 de Janeiro e 3 de Maio do corrente anno, dirigidos á Directoria a cargo de V. S., tenho resolvido elevar a percentagem marcada na Ordem de 3 de Março de 1838 e Aviso de 29 de Setembro ultimo para todas as Mesas de Rendas e Collectorias da Provincia do Rio de Janeiro do modo seguinte:

A arrecadação até 25:000\$000 ficará sujeita á deducção da percentagem de 25 %; o que demais se arrecadar além dessa quantia até 50:000\$000 terá a deducção de 10 %; da demais de 50:000\$000 até 100:000\$000 far-se-ha a deducção de 6 %; e finalmente da demais de 100:000\$000 deduzir-se-ha a percentagem de 2 %.

A percentagem se deduzirá na occasião de entregar-se no Thesouro a renda arrecadada, e na razão acima declarada, fazendo-se as deducções dentro de cada um dos limites que ficão estabelecidos, de maneira que a percentagem marcada para uma arrecadação maior não absorva a estabelecida para a menor. Assim em uma arrecadação de 102:000\$000 deduzir-se-ha primeiramente a percentagem de

25 % dos primeiros 25:000\$000, depois a de 10 % dos outros 25:000\$000, até 50:000\$000; em seguida a esta a de 6 % da quantia superior a 50:000\$ até 100:000\$; e por ultimo a de 2 % da differença para mais de 100:000\$000; devendo proceder-se á sua liquidação no fim de cada um exercicio, á vista da totalidade da renda recolhida, como actualmente se pratica.

A porcentagem assim deduzida dividir-se-ha em cinco partes, das quaes tres pertencerão ao Administrador ou Collector, e duas aos respectivos Escrivães, correndo por conta destes empregados toda a despesa, assim com o aluguel de casa e expediente da estacao, como com os agentes e auxiliares no lançamento e arrecadação dos impostos a seu cargo; devendo os ditos Administradores e Collectores comunicar a essa Directoria não só os nomes dos seus agentes e ajudantes, como do districto ou districtos designados a cada um para o referido lançamento, e bem assim qualquer alteração que se possa dar posteriormente no pessoal e nos districtos.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effectos.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. —  
Sr. Director Geral Interino das Rendas Publicas.

#### N. 248.—FAZENDA.—EM 24 DE MAIO DE 1869.

Instrucções para execução do Regulamento anexo ao Decreto n.º 4334 de 17 de Abril ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effectos, os inclusos exemplares das Instrucções de 15 do corrente sobre a execução do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4334 de 17 de Abril ultimo.

*Visconde de Itaborahy*.

**Instruções.**

Ministério dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que na execução do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 4354 de 17 de Abril proximo passado, se observe o seguinte:

1.º O sello adhesivo dos titulos assignados pelos Directores e Thesoureiros dos Bancos e Associações Bancarias pôde ser inutilisado por meio de carimbo, que imprima o nome do Banco ou da firma social, e a data, parte no papel e parte na estampilha, usando da abreviatura para designar a data, como no exemplo seguinte:

13  
18—69 (15 de Maio de 1869)  
3

2.º O sello adhesivo das transferencias de apolices e acções deve ser inutilisado pelos Corretores que intervierem nas transacções, applicando o mesmo sello na cópia a que se refere o art. 66 do Regulamento. Nos casos em que as transferencias de apolices se fazem independentemente de Corretores, a parte interessada inutilisará o sello sobre a nota de que trata o art. 38.

3.º Deve ser arrecadado por verba o sello proporcional:

1.º, dos titulos de que fôr devida taxa excedente de 20\$000, enquanto não houver estampilhas de maior valor, ficando assim entendido o art. 25 § 3.º;

2.º, dos fretamentos de navios, em que a importância da taxa não fôr multipla de 200 rs.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 249.—JUSTIÇA.—EM 24 DE MAIO DE 1869.

Declara que os Officiaes da Guarda Nacional, demittidos de postos superiores, ficão tambem privados das patentes, que anteriormente lhes tinham sido conferidas e considerados simples guardas.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Consulta V. Ex., em seu officio n.º 44 de 23 de Março ultimo, como deve considerar a José Jeronymo Soares e José Joaquim de Oliveira que, sendo Capitães dos corpos n.ºs 49 e 20 da Guarda Nacional, passarão a Tenentes Coronéis Commandantes dos mesmos corpos, de que serão privados por Portaria de 27 de Novembro do anno passado, em razão de não terem prestado juramento no prazo da Lei.

Em resposta, declaro a V. Ex. que os individuos, de que se trata, devem ser considerados simples Guardas Nacionaes, visto como os Officiaes demittidos de postos superiores, ficão tambem privados das patentes que anteriormente lhes tinham sido conferidas.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



N. 250.—JUSTIÇA.—EM 24 DE MAIO DE 1869.

Declara que os prazos marcados para os Officiaes da Guarda Nacional solicitarem as respectivas patentes, apresentarem-se fardados e prestarem juramento, comprehendem não só os de nomeação do Governo Geral como os de nomeação dos Presidentes de Provincia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 49 de Março ultimo, que os prazos marcados no art. 20 do Decreto n.º 4354 de 6 de Abril



de 1854, para os officiaes da Guarda Nacional sollicitarem as respectivas patentes, apresentarem-se fardados e prestarem juramento, comprehendem não só os de nomeação do Governo Geral, como os de nomeação dos Presidentes de Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 251.—IMPERIO.—EM 24 DE MAIO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Sobre actos da Assembléa Legislativa Provincial.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre os actos da Assembléa Legislativa dessa provincia promulgados o anno passado, na fórma de seu parecer exarado em Consulta de 8 de Outubro ultimo de-claro a V. Ex.:

1.º Que a Lei n.º 604 de 27 de Abril, que fixa a despeza e orça a receita municipal da provincia para o anno de 1868 a 1869, classificando no art. 1.º § 6.º como renda municipal as multas por violação da Lei de 19 de Agosto de 1846 arts. 126 e 127, contraria a disposição do art. 27 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, que manda contemplar taes multas como fazendo parte da receita geral;

2.º Que as disposições dos arts. 2.º 3.º, 4.º, 5.º, 13, 14 e 15 da Lei n.º 606 de 30 de Abril que approvou o codigo de posturas da Camara Municipal de Itajahy, e as dos arts. 5.º a 9.º e 46 da Lei n.º 608 de 9 de Maio, pela qual foi approvado o da Camara Municipal da Cidade de S. José, todas relativas a medicos, boticarios e vendedores de drogas e remedios, versão sobre assumptos de interesse geral, em relação aos quaes providenciou o Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851;

3.º Que não são objecto de posturas municipaes:

1.º a obrigação imposta aos particulares de fazer os tapumes de que carecem os campos baldios e logradouros publicos, e a punição dos que fizerem queimadas nas matas dos ditos campos de que trata o art. 53 da Lei n.º 606; 2.º a disposição do art. 64 da Lei n.º 606 relativa aos que acoutarem escravos fugidos; 3.º a dos arts. 68 e 73 da Lei n.º 606 e do art. 84 da Lei n.º 608 sobre uso de armas defezas; 4.º a dos arts. 88, 89 e 93 da Lei n.º 608 ácerca dos que edificarem, sem licença, predios ou muros e levantarem cêrcas em terrenos de dominio ou uso publico, e de propriedade particular, ou se arrogarem dominio ou posse em praias e outros lugares de serventia publica; 5.º a dos arts. 95 e 96 da Lei n.º 608 sobre os individuos que tirarem lenha em terras ou matas, que lhes não pertenção, e sobre os que prohibirem a tirada de lenha em mangue de que não tiverem legitimo titulo de posse; e finalmente a do art. 116 da Lei n.º 608 ácerca das pessoas que em lugar publico injuriarem alguém com palavras ou gestos;

4.º Que se referem ao direito de propriedade e estão tambem fóra do alcance da legislação municipal: 1.º a disposição do art. 90 da Lei n.º 608 sobre indemnização do prejuizo causado pelo gado que, por andar solto, destruir ou damnificar cêrcas e plantações; 2.º a do art. 131 da mesma lei, que prohibe aos proprietarios pôr em suas terras cancellas e porteiras nas estradas e caminhos publicos; 3.º a do art. 133 que obriga o proprietario que tiver agua corrente a permitir que della se aproveitem, vindo tiral-a em seu predio os moradores dos predios inferiores;

5.º Que é attentatoria da liberdade individual a disposição dos arts. 142 e 144 que obriga o povo com comminação de multas a fazer estradas, caminhos, estivas e pequenas pontes em terrenos devolutos ou logradouros publicos;

6.º Que a disposição do art. 126 da Lei n.º 606, que eleva ao dobro as penas nos casos de reincidência, póde exceder á alçada das Camaras Municipaes;

7.º Que é pesadissimo e injusto o onus, imposto na primeira parte do art. 54 da Lei n.º 606 aos proprietarios de terrenos situados nas margens dos rios navegaveis, de limpá-los duas vezes no anno, para se conservar desembaraçada a navegação;

8.º Que são vexatorias as disposições: do art. 30 da Lei n.º 608, que manda conduzir sempre os cadáveres em caixões fechados; do art. 33, que obriga os cidadãos a ajudar a conduzir os cadáveres ao cemiterio; do art. 106, que determina visitas domiciliarias a bem da moralidade publica; e dos arts. 108 e 109, que impõem pena aos pais e parentes de menores que não frequentarem escola publica ou particular.

E quanto á Lei n.º 605 de 30 de Abril, que, no cap. 4.º art. 1.º §§ 19, 20 e 21 declara pertencerem ás rendas provinciaes os fúros do patrimonio do Hospital das Caldas, o aluguel dos aposentos do dito hospital, e os laudemios por venda de terrenos do mesmo patrimonio; cumpre que V. Ex. informe, não obstante o art. 3.º § 10 da mesma lei, que faz correr, por conta da fazenda provincial, a despeza com o administrador do hospital, quaes as condições da instituição deste patrimonio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

N. 252.—IMPERIO.—AVISO DE 25 DE MAIO DE 1869.

Ao Director da Faculdade do Recife.—Declara: 1.º que aos substitutos que regerem mais de uma cadeira cabem as respectivas gratificações, exceptuada a daquella de que tiver sido primeiro encarregado; 2.º que o lente que substituir outro tem direito, além de seus vencimentos, á gratificação deste.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Maio de 1869.

Em solução do officio de 7 do corrente mez, em que V. S. consulta se, o substituto que reger mais de uma cadeira pôde accumular a gratificação que os respectivos lentes deixão de perceber, declaro a V. S. que esta consulta já está resolvida pelo Aviso n.º 208 de 1 de Junho de 1856.

E por esta occasião declaro tambem a V. S. que, quando a substituição fôr feita por lente cathedra-tico, deve-lhe ser igualmente abonada, além de seus vencimentos, a gratificação do substituido ou dos substituidos, conforme foi declarado no Aviso de 13 de Agosto de 1866, junto por cópia, dirigido ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

*Aviso citado.*—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Agosto de 1866.

Fico inteirado, pelo officio de 21 do mez passado, do modo por que V. S. distribuio algumas cadeiras e lugares de preparador dessa Faculdade, no impedimento dos respectivos lentes e oppositores, que deixarão de ter exercicio por seguirem para o Sul a fim de prestarem serviços medicos no exercito em operações contra o Paraguay.

E quanto á ultima parte do mesmo officio, em que V. S. consulta quaes os vencimentos que competem aos lentes que regem mais de uma cadeira, e aos oppositores que, além dos lugares de preparador, tem a seu cargo uma ou mais cadeiras, declaro-lhe: 1.º que, não havendo disposição especial nem nos Estatutos, nem no Regulamento Complementar, que seja applicavel ao lente naquella hypothese, deve-se-lhe abonar além dos respectivos vencimentos a gratificação de cada uma das cadeiras que reger provisoriamente, como está determinado pelo Aviso n.º 208 de 4 de Junho de 1856 para os substitutos das Faculdades de Direito; 2.º que o oppositor tem direito a 10\$000 pelo dia em que leccionar, nos termos do que dispõe a tabella annexa aos mesmos Estatutos, embora se ache encarregado da regencia de mais de uma cadeira, independentemente do que possa vencer como preparador, conforme foi declarado pela 1.ª parte do Aviso n.º 31 de 27 de Janeiro de 1857.

Deus Guarde a V. S.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

---

## N. 253. — FAZENDA. — EM 25 DE MAIO DE 1869.

Solve duvidas da Alfandega da Provincia do Espirito Santo a respeito dos direitos que devem ser cobrados de mercadorias salvas de naufragio e vendidas em hasta publica, e tambem do casco do navio naufragado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 25 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, para os fins convenientes, e em solução ás duvidas propostas pelo Inspector da Alfandega da mesma Provincia na representação, que acompanhou o seu officio n.º 62 de 27 de Junho do anno passado:

1.º Que as mercadorias salvas do naufragio e vendidas na praia do Ypiranga pelo seu estado de ruina, na fórma do disposto na regra 3.ª do art. 336 do Regulamento das Alfandegas, devem pagar direitos *ad valorem* na razão de 30 %, conforme o art. 534 do mesmo Regulamento, e Ordem n.º 232 do 1.º de Junho de 1863, e assim mais os direitos de expediente de 1 1/2 %, elevados a 3 %, nos termos do art. 305 daquelle Regulamento e Lei n.º 4507 de 26 de Setembro de 1867 art. 34;

2.º Que não ha razão para se deixar de cobrar direitos additionaes das mercadorias que a elles estão obrigadas;

3.º finalmente, que da importancia por que foi vendido o casco da barca naufragada se deverão cobrar os direitos de 5 %, de conformidade com o disposto no art. 49 § 1.º da citada Lei de 26 de Setembro e Decreto n.º 4355 de 17 de Abril ultimo.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 254. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS.—EM 25 DE MAIO DE 1869.

Declara que o predio n.º 44 **B**, da praça da Acclamação não está sujeito ao pagamento pelo serviço de esgoto, por ser dependencia do de n.º 44 **D**.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 25 de Maio de 1869.

Em solução ao que expõe Vm. no seu officio de 12 de Abril ultimo, ácerca do pagamento á Companhia Rio de Janeiro City Improvements pelo serviço de esgoto no predio n.º 44 **B** da praça da Acclamação; declaro a Vm. que não póde esse predio estar sujeito a semelhante onus, visto ser dependencia do de n.º 44 **D**, pelo qual tem de ser paga a competente taxa.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Administrador da illuminação por azeite.

N. 255. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS.—CIRCULAR DE 28 DE MAIO DE 1869.

Exigindo dos Engenheiros ao serviço do Ministerio os preços elementares das obras.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 28 de Maio de 1869.

Sendo da maior conveniencia que esta Secretaria de Estado tenha em épocas regulares conhecimento dos preços elementares das obras, que se executão nas Províncias, a fim de facilitar-se a organização dos orçamentos, e obviar as difficuldades que ordinariamente se encontrão na apreciação de trabalhos sujeitos á consideração deste Ministerio, ma-

xime quando são ouvidos Engenheiros estrangeiros, cumpre que Vm. proceda a um exame não só dos preços elementares das obras que tem sido e são executadas nessa Província, ou se achão contractadas, e á vista dos seus orçamentos, dos jornaes que percebem os operarios, e dos preços dos materiaes no mercado organize as respectivas tabellas dos preços elementares, e as remetta a esta Secretaria, e igualmente o faça de seis em seis mezes, procedendo á sua revisão, e notando as differenças, que por ventura se forem verificando.

Deus Guarde a Vm. — *Joaquim Antão Fernandes Leão*. — Sr. . .

---

N. 256. — GUERRA. — EM 28 DE MAIO DE 1869.

Declara que o Official do Exercito ou da Guarda Nacional pôde exercer cumulativamente as funcções de membro do Conselho, instaurado para julgamento de Officiaes e praças, quér do Exercito, quér dos Corpos de Policia, sem direito á percepção de outros vencimentos, quando exerceção outra commissão, pela qual sejam retribuidos.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio de 27 de Janeiro ultimo em que V. Ex. a proposito de ter servido como membro do conselho de julgamento a que respondeu um soldado do Corpo de Policia, o Capitão da Guarda Nacional Dario Feliciano da Rocha, commandante de uma das Companhias do contingente destacado na capital dessa Província, consulta: 1.º se o Official do Exercito ou da Guarda Nacional destacada para supprir a força de linha pôde exercer ao mesmo tempo as funcções de membro de conselho instaurado para julgamento de Officiaes e praças do Corpo de Policia; e 2.º, no caso affirmativo, qual o cofre por onde devem correr os respectivos vencimentos: declaro a V. Ex. que o

Official do Exercito ou da Guarda Nacional póde exercer cumulativamente as funcções de membro de conselho instaurado para julgamento de Officiaes e praças, quér do Exercito, quér dos Corpos de Policia, sem que entretanto tenham direito a perceber outros vencimentos, conforme a pratica seguida no Exercito, quando já se achem no exercicio de qualquer outra commissão, pelo qual sejam retribuidos, e assim fica prejudicado o 2.º quesito.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Muritiba*.—  
Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 257.— FAZENDA.— EM 28 DE MAIO DE 1869.

Indeferimento de um recurso ácerca da apprehensão de uma caixa com camisas em que forão encontradas peças de seda, do qual o Tribunal do Thesouro tomou conhecimento, não obstante a falta de certas formalidades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1869.

Illm. e Exm. Sr.— Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional com o officio de V. Ex. n.º 647 do 4.º de Abril ultimo o processo da apprehensão que mandára effectuar, de uma caixa de n.º 868, marca **K & L**, vinda do Havre na galera franceza *Reine du Monde*, submettida a despacho por Koch & Leverd, em 3 de Dezembro do anno passado, contendo 30 duzias de camisas de morim e 22 peças de seda com o peso de 92 libras avaliadas em 2:560\$000; e o mesmo Tribunal:

Considerando que, com quanto não fosse interposto recurso da decisão dessa Inspectoria que julgou procedente a apprehensão, na fórma prescripta e nos termos rigorosos do art. 768 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, porque não houve petição dirigida á Instancia superior, acompanhada dos documentos, a bem da reclamação, mas uma simples petição, sem data, declarando que o interpunha, e



requerendo o mandasse tomar por termo com o protesto de arrazoar perante a mesma Instancia, não pôde a simples deficiencia de uma ou outra formula prejudicar a parte interessada em materia, em que o direito é tão benigno e favoravel ;

Considerando que não obsta ter sido exhibida no Thesouro pelos recorrentes, com data de 9 de Março, e muito além do termo fatal, a petição, em que desenvolvem as razões de recurso, porquanto na petição, pela qual foi este interposto, declarão explicitamente a parte da decisão ou sentença de que recorrem ;

Resolveu tomar conhecimento do dito recurso e indeferil-o de conformidade com o disposto no art. 556 do Regulamento das Alfandegas, que manda apprehender as mercadorias de especie differente e qualidade consideravelmente superior, que se acharem acondicionadas entre as outras, como escondidas, para se subtrahirem aos direitos, visto entender que estão neste caso, segundo a informação do Conferente, as peças de seda encontradas na mencionada caixa.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —  
A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.



N. 258.—FAZENDA.—EM 28 DE MAIO DE 1869.

As nomeações de Collectores e dos Escrivães das Collectorias são da competencia dos Inspectores das Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—A' vista do officio da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia de 27 de Abril ultimo, resolvi approvar a demissão, que, por ordem dessa Presidencia, dera aquella Repartição aos Collectores da Cidade das Larangeiras e villa de Japarutuba nessa

Provincia, e ao Escrivão da 1.<sup>a</sup> das ditas Collectorias, e bem assim a nomeação de Joaquim José Ribeiro e Raymundo Telles de Menezes aquelle para Collector, e este para Escrivão da 1.<sup>a</sup>, e de Francisco Vieira de Campos para Collector da 2.<sup>a</sup>

E porque conste dos papeis que acompanharão o referido officio que os individuos nomeados para taes lugares forão designados por essa Presidencia, cabe-me observar a V. Ex. que semelhantes nomeações são da competencia das Thesourarias de Fazenda, nos termos do art. 31 § 5.<sup>o</sup> do Decreto de 22 de Novembro de 1854.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy* —  
A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

---

N. 259.—FAZENDA.—EM 28 DE MAIO DE 1869.

Provimento de um recurso de decisão da Alfandega das Alagôas, acerca de multa imposta por falsificação de uma guia de 63 sacos com assucar mascavado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagôas, em resposta ao seu officio n.º 73 de 2 de Novembro do anno passado, que o mesmo Tribunal resolveu approvar a sua decisão, de que recorrêra ex-officio, dando provimento ao recurso interposto para a mesma Thesouraria por Joaquim José Ferreira de Andrade, da sentença da Alfandega de Maceió, que o multara e a Antonio José da Costa Araujo na quantia de 519\$470, pela falsificação praticada pelo dito Ferreira de Andrade n'uma guia de 63 sacos com assucar mascavado, pertencentes ao mesmo Araujo, e depositados no trapiche alfandegado Faustino, como consta do respectivo processo, por não julgar a mencionada guia comprehendida no numero daquellas de que

trata o Regulamento das Alfandegas ; relevando por isso o recorrente da multa, mas não isentando-o da responsabilidade da falsificação. E devolve ao Sr. Inspector todos os papeis originaes relativos a semelhante questão para o procedimento criminal, contra quem de direito fôr, pela falsificação do citado documento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 260.—FAZENDA.—EM 31 DE MAIO DE 1869.

Indefere a pretensão de um Thesoureiro relativa á dispensa de certas formalidades no processo da respectiva fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes, que foi indeferida a pretensão do Thesoureiro da Alfandega dessa Provincia, Francisco de Oliveira Mello e Silva, de serem os seus fiadores dispensados de especialisar e inscrever de novo a hypotheca sobre os bens garantidores da fiança que pelo supplicante prestarão como Thesoureiro interino ; porquanto, sómente ao Juizo dos Feitos, onde intentarão o competente processo para a validade da nova fiança, cabe julgar, por ser de sua exclusiva competencia, na fórma do novo regimen hypothecario, si são dispensaveis algumas das formalidades do mesmo processo, como se tem entendido no Thesouro em casos identicos, attenta a circumstancia especial de ter sido prestada ha pouco tempo a fiança anterior ; sendo que para esse fim vai a Directoria Geral do Contencioso dar as necessarias instrucções ao Procurador Fiscal da Thesouraria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—  
A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

## N. 261.—FAZENDA.—EM 31 DE MAIO DE 1869.

Indefere um recurso da viuva Laport, Irmãos & C.<sup>a</sup> sobre a isenção de direitos para diversas armas que pretendião mandar concertar em suas officinas de Liege, quando as mesmas armas voltassem a esta cidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os devidos effeitos, que foi indeferido o recurso interposto pela viuva Laport, Irmãos & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria, que lhes negou isenção de direitos para 145 revolvers, 38 pistolas, 294 espingardas de um cano e 253 de dous canos, quando voltassem de suas officinas de Liege, para onde pretendião remettel-as, a fim de serem devidamente reparadas dos estragos que soffrêrão por occasião do incendio do predio n.º 407 da rua dos Ourives, que se communicára aos seus armazens da rua da Alfandega n.º 84, visto não estar o caso comprehendido na disposição do § 44 do art. 512 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

## N. 262.—JUSTIÇA.—AVISO DE 31 DE MAIO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que ao prudente arbitrio do Juiz cabe providenciar sobre o modo de prestar juramento no Tribunal do Jury.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—A 40 de Março ultimo submetteu essa Presidencia á decisão do Governo Imperial uma consulta do Juiz de Direito da Comarca da Boa-Vista, sobre o modo, por que os Jurados devem prestar ju-

ramento, quer quando se declarem suspeitos, quer quando tenham de fazer parte do Conselho. Em resposta declaro a V. Ex. que não tendo a Lei disposto a este respeito, ao prudente arbitrio do Juiz cabe providenciar, não parecendo irregular o estylo de prestar de joelhos o juramento, como o fazem funcionarios de categoria elevada.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 263.—JUSTIÇA.—AVISO DE 31 DE MAIO DE 1869.

Ao Juiz Municipal da 1.<sup>a</sup> Vara da Côrte.— Declara que, em vista do art. 3.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 1909 de 28 de Março de 1857 o Juiz Municipal da 3.<sup>a</sup> Vara da Côrte é o substituto das Varas Commerciaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1869.

A 10 do corrente, consultou Vm. si sendo o Juiz Municipal da 3.<sup>a</sup> Vara o 4.<sup>o</sup> substituto dos Juizes especiaes do Commercio, deverá, no caso de impedimento dos proprietarios, assumir essa jurisdicção, caso mesmo esteja na substituição effectiva de qualquer das varas criminaes, ou se deverá continuar nella, assumindo Vm. a jurisdicção commercial. Em resposta, declaro-lhe que, á vista de expressa disposição do art. 3.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 1909 de 28 de Março de 1857, compete ao Juiz Municipal da 3.<sup>a</sup> Vara substituir os do Commercio; e qualquer que seja a substituição em que estiver, a deverá largar para assumir a jurisdicção, que nesse Decreto lhe está designada; ficando assim respondida a sua consulta.

Deus Guarde a Vm.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Juiz Municipal da 1.<sup>a</sup> Vara da Côrte.

---

## N. 264. — FAZENDA. — EM 3 DE JUNHO DE 1869.

Communica às Thesourarias que, emquanto não fôr approvedo o orçamento do Ministerio da Marinha para 1869—1870, continúa em vigor a tabella da distribuição a que se refere o Aviso de 11 de Outubro de 1867.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Marinha de 13 de Maio ultimo, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento, que na mesma data expedio-se Circular ás Presidencias das Provincias, recommendando que, emquanto não fôr approvedo o orçamento do referido Ministerio para o exercicio de 1869—1870, continue a vigorar a tabella da distribuição mandada observar pelo Aviso de 11 de Outubro de 1867.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 265. — JUSTIÇA. — AVISO DE 3 DE JUNHO DE 1869.

Declara qual a intelligencia que convém dar á expressão — estrangeiros domiciliados no Imperio —, de que trata o art. 10 do Decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1869.

Em resposta ao officio do antecessor de V. S., n.º 210 de 27 de Abril ultimo, consultando se se deve entender por — estrangeiros domiciliados no Imperio — os de que trata o art. 10 do Decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855, isto é, os que residirem no Brasil por dous annos tendo algum estabeleci-

mento e boa condúcta, ou que forem casados com Brasileira, declaro a V. S. que é conveniente aquella intelligencia.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar.*  
— Sr. Francisco de Faria Lemos, Chefe de Policia da Corte.

---

N. 266. — FAZENDA. — EM 4 DE JUNHO DE 1869.

Declara inapplicavel a doutrina das ordens de 17 de Setembro de 1861, de 29 de Agosto de 1862, e de 3 de Março ultimo — em um caso em que a partilha, decretada como foi pelo Juiz, não importava um acto pelo qual se devão considerar transmittidos certos bens por titulo oneroso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda, — Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1869.

Communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu dar provimento ao recurso interposto pela Baroneza de Uruguayana, da decisão do Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, sujeitando-a ao pagamento da siza, meia siza e sello da metade do valor dos predios, escravos e mais objectos que lhe forão lançados na partilha dos bens do casal do seu finado marido Barão do mesmo titulo: porquanto, não importando a partilha, como o Juiz a decretou, um acto, pelo qual se devão considerar transmittidos os ditos bens, a *titulo oneroso*, directamente do casal para a recorrente, de modo que ella os possa fazer seus, pois que isso depende de novo acto, como a adjudicação a titulo oneroso de remissão, quando os bens forem á praça, a que devem ser levados, como é de praxe, visto haver herdeiros menores, para com o seu producto pagarem-se os credores, sobre partilhando-se o excesso, si houver, entre os herdeiros; é evidente que nenhuma applicação tem á hypothese sujeita a doutrina das Ordens de 17 de Setembro de 1861, de 29 de Agosto de 1862, e de 3 de Março ultimo, em que se fundou a decisão re-

corrida; pois os casos a que ellas se referem, e nos quaes era exigivel a siza, são muito differentes do de que se trata, visto como nelles a transmissão dos bens operou-se desde logo pela adjudicação: quanto ao figurado na primeira das ditas Ordens, porque os bens forão lançados á inventariante com a obrigação de pagar em dinheiro aos herdeiros a respectiva quota, tornando-se assim desnecessaria a venda dos bens em praça para sobrepartilhar-se o excesso, si houvesse; e quanto aos das outras duas, porque os bens adjudicados já tinham sido partilhados e os adjudicatarios os adquirirão por acto distincto da partilha, sujeitos portanto á siza.

E por esta occasião convem que V. S. declare ao Administrador da Recebedoria que, sendo cobravel o imposto de transmissão, substitutivo da siza, do qual trata o n.º 444 da tabella annexa ao Decreto n.º 4355 de 17 de Abril proximo passado, em casos como os figurados nas Ordens citadas, não o é entretanto em hypotheses como a presente, em que os bens adjudicados ao inventariante devão ser vendidos em praça por haver orphãos, ou mesmo herdeiros maiores, si na partilha se lhe impuzer tal obrigação; que importa a de ratear entre os herdeiros o excesso proveniente da arrematação.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaboraity*.—  
Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 267.—GUERRA.—EM 9 DE JUNHO DE 1869.

Consulta do Conselho Supremo Militar, sobre a representação do Commandante Superior da Guarda Nacional da Capital da Provincia do Rio de Janeiro, contra o Commandante da Fortaleza de Santa Cruz, oppondo-se ás ordens expedidas por aquelle Commando Superior, aos Officiaes da Guarda Nacional, que se achão em destacamento daquella fortaleza.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Junho de 1869.

SENHOR.—Mandou Vossa Magestade Imperial, em Portaria do Ministerio da Guerra, firmada a 12 de



Dezembro do anno proximo passado, remetter ao Conselho Supremo Militar, os papeis relativos á representação do Commandante Superior da Capital da Província do Rio de Janeiro, contra o procedimento do Commandante da fortaleza de Santa Cruz, oppondo-se ás ordens, que são expedidas por aquelle Commando Superior, aos Officiaes da Guarda Nacional, que alli se achão em serviço de destacamento, a fim de que o mesmo Conselho Consulte com seu parecer a respeito de semelhante questão.

O Commandante Superior, narrando minuciosamente o facto de ter dado uma ordem a um Official seu subordinado, ella não foi cumprida por opposição formal do Brigadeiro João Guilherme de Bruce, Commandante da fortaleza, em que se acha de serviço o referido Official, e accrescenta que aquelle Brigadeiro levou seu desregramento ao ponto de exigir do Official uma cópia dessa ordem, collocando-o na collisão de desobedecer-lhe, ou dar publicidade a uma ordem alheia ao Commandante da fortaleza.

Conclue pedindo a expedição de providencias, que fação com que aquelle Brigadeiro comprehenda os limites de suas attribuições, e se evitem conflictos de jurisdição, como o que o mesmo acaba de provocar.

O Commandante da fortaleza, a quem o Quartel General mandou ouvir, explica largamente o seu procedimento, e dá as razões que para elle teve, acabando por julgar que á vista do que expõe, o Presidente da Província do Rio de Janeiro, reconsiderando melhor o officio que fez subir ao Governo Geral, cobrindo a representação do Commandante Superior, retirará por sua vez o qualificativo de—irregular—, que deu a seu proceder.

O Tenente General, Ajudante General, informa, que para evitar a continuação dos conflictos, que infelizmente se tem dado, de 17 de Janeiro do anno passado em diante, entre o Commandante Superior da Guarda Nacional, e os Commandantes da fortaleza de Santa Cruz, parece que a boa razão aconselha, que quando aquella autoridade carecer do comparecimento de praça ou praças da mesma Guarda Nacional, em guarnição nas fortalezas da Barra da Córte, depreque ao Quartel General, ou aos Commandantes das referidas fortalezas, a respectiva apresentação ao mesmo Commando Superior; mas que, todavia, subordina sua humilde opinião ao juizo do Governo.

Posto que o Aviso de 28 de Março de 1839 declare que quando a Guarda Nacional estiver em serviço de destacamento, continue sob o commando de seus respectivos Officiaes, sujeita ás disposições da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1830, e respectivos regulamentos, competindo ás autoridades militares sómente exigir a força precisa para o serviço da guarnição, e para aquelle que dêr o destacamento, e se bem que pelo Aviso de 10 de Novembro do dito anno, se estabeleça que deve o Commandante das Armas limitar-se á letra e espirito do citado Aviso de 28 de Março, recahindo toda a responsabilidade do estado do armamento, correame e mais artigos, bem como da exactidão da força effectiva constante do mappa, e assim tambem do grão de disciplina e morigeração da Guarda Nacional, quér destacada, quér aquartelada, sobre o Commandante Superior da mesma guarda: todavia aquella attribuição conferida naturalmente aos Commandantes dos destacamentos, em relação á disciplina e jurisdição interiores, não deve por forma alguma, ir de encontro á marcha do serviço, que as conveniencias aconselharem aos governadores das praças ou commandantes de guarnições.

E' este sem duvida um principio de incontestavel disciplina militar, e disposto no regulamento approved pelo Alvará de 18 de Fevereiro de 1763, art. 12 cap. 18 em vigor, como dispõe a Provisão do Conselho Supremo Militar de 11 de Outubro de 1842, expedida em virtude da Imperial Resolução de 28 de Setembro do mesmo anno, principio aquelle que, já tendo execução nas praças de guerra para com os commandantes de corpos destacados de primeira linha, embora mesmo de superior patente aos das praças, não encontra, nem deve encontrar, a menor difficuldade de applicação relativamente aos corpos da Guarda Nacional destacados, sem que entretanto por forma alguma haja ingerencia na marcha intima desses corpos, que seguem, sem embaraço, a sua constituição organica.

Nenhum Official ou praça deve sahir da praça ou guarnição, sem licença do Governador ou Commandante da mesma praça, ou guarnição. E' isso aconselhado e recommendado pelo art. 17 do citado cap. 18 do regulamento de infantaria, e indicado pela conveniencia do serviço das praças, serviço este a que não pôde deixar de ser accommodado o dos destacamentos, qualquer que seja a natureza dos corpos a

que pertencerem. E se assim não fôra, poder-se-hia dar o facto de ser requisitado directamente pelo Commandante Superior da Guarda Nacional ao destacamento de uma praça de guerra, um Official ou uma praça de pret, e a satisfação dessa requisição, sem audiência ou licença do Commandante da praça, dando-se mesmo o caso de achar-se em serviço ou nomeado para elle esse Official ou praça, importaria sem duvida um prejuizo das ordens do Commandante da praça, sobre cujo serviço não pôde este, em face do citado regulamento, deixar de ter toda a preeminencia, por que delle claramente se depreheende que as guarnições e guardas de segurança das praças, estão unica e exclusivamente debaixo das ordens dos Commandantes das mesmas praças, e o seu serviço é fiscalisado pelos Majores e Ajudantes de praça, ou Officiaes de dia e rondas, que com elles servem.

Ainda mais, a convicção que possa nutrir um Official Commandante, menos discreto, de que só ao seu Commandante Superior deva conta de qualquer movimento a operar-se no seu destacamento, poderá, por exemplo, por meio de licenças continuadas a Officiaes e praças, para sahirem da fortaleza, dar causa a abusos que uma boa e conveniente intelligencia entre os diversos Chefes, tende a evitar, salvando-se todas as condições de disciplina e regularidade do serviço.

Parece portanto ao Conselho que, attentas as considerações precedentes, e que assentão sobre bases de toda a conveniencia do serviço militar, toda e qualquer communicação, ordem ou requisição do Commandante Superior ao do destacamento, deverá ter lugar por intermedio do Commandante da praça, sendo que nenhuma licença, concedida pelo Commandante do destacamento se poderá tornar effectiva sem approvação do Commandante da praça.

Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1869.—*Bittencourt*.—*Visconde de Tamandaré*.—*De Lamare*.—*Ponseca*.—*Aguiar*.

#### RESOLUÇÃO.

Como parece.—Paço, em 9 de Junho de 1869.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Muritiba.*

N. 268.—FAZENDA.—EM 9 DE JUNHO DE 1869.

Manda continuar em vigor a distribuição dos créditos autorisada pela Ordem de 24 de Agosto de 1868, com as alterações posteriormente feitas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, enquanto não fór promulgada a lei do orçamento para o exercicio de 1869—1870, continúa em vigor a distribuição dos créditos autorisada pela Ordem de 24 de Agosto de 1868, com as alterações posteriormente feitas.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 269.—FAZENDA.—EM 9 DE JUNHO DE 1869.

A quitação de divida com hypothea, proveniente de obrigação de que se tenha pago sello proporcional, é isenta do mesmo sello, excepto si houver accrescimo de valor ou si se realizar a hypothea do art. 9.º do Regulamento de 17 de Abril ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Junho de 1869.

Communico a V. S., para que se sirva declarar ao Collector das Rendas Geraes do Municipio de Petropolis, em resposta ao officio que dirigio a essa Directoria em 8 de Maio findo, que desde que a obrigação com hypothea houver pago o sello proporcional, a quitação de sua solução está isenta de semelhante imposto, á vista do art. 14 n.º 46 do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril ultimo, excepto se houver quantia accrescida, proveniente de juro ou outra condição estipulada, porque então deverá

pagar tambem da dita quantia ; e se a hypotheca referir-se a titulo que contenha estipulações independentes umas das outras, constituindo contractos diversos do principal, será exigido o sello de cada um dos contractos.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 270.—FAZENDA.—EM 10 DE JUNHO DE 1869.

Indefere um recurso do Escrivão [dos Feitos da Fazenda de Pernambuco ácerca dos direitos do seu emprego, pagos nesta Côte por lotação provisoria da Recebedoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu Officio n.º 331 de 16 de Setembro do anno passado, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto por Luiz Francisco Barreto de Almeida, Escrivão dos Feitos da Fazenda dessa Provincia, da decisão da referida Thesouraria que o obrigou a effectuar o pagamento da quantia de 460\$000, differença entre a de 920\$000 que pagou na Recebedoria do Rio de Janeiro e a de 1:380\$000 que devia ter pago, attenta a lotação do officio permutada pelo recorrente, visto que, sendo provisorias as lotações administrativas, como a que foi organizada pela referida Recebedoria, deve prevalecer a definitiva existente nessa Thesouraria e por ella serem cobrados os respectivos direitos.

*Visconde de Itaborahy*.

---

## N. 271.—JUSTIÇA.—AVISO DE 10 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Paraná. — Declara que é crime commum a venda de animaes, pertencentes ao Estado, feita por um ajudante de ordens da Presidência.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 10 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 404, de 11 de Maio ultimo, expóz V. Ex. que tendo-lhe o Promotor Publico da comarca da capital consultado se o crime, commetido pelo ex-ajudante de ordens da Presidencia, de vender animaes pertencentes ao Estado, era militar ou commum, respondêra V. Ex. que não sendo attribuição desse funcionario guardar animaes pertencentes ao Estado, o crime praticado era commum e devêra ser capitulado no art. 472 do Codigo Criminal.

Em resposta approvo a decisão por V. Ex. proferida, visto tel-a solicitado o Promotor Publico, embora seja a materia da competencia do Poder Judiciario.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Província do Paraná.

## N. 272.—JUSTIÇA.—AVISO DE 10 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Côte. — Solve duvidas acerca da redacção e assignatura de um accordo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 10 de Junho de 1869.

Em officio de 9 de Abril de 1866 communicou V. S. que parecendo-lhe contraria á pratica e aos estylos seguidos a redacção de um accordo proferido em causa, que nesse Tribunal fôra julgada em grão de revista, assim o declarára em seguida á sua assignatura para resalvar a responsabilidade que

della lhe possa resultar; e consultou se, á vista da disposição do Decreto n.º 1597 do 1.º de Maio de 1855, é lícito ao Presidente do Tribunal fazer declaração de voto.

Sua Magestade o Imperador, á quem foi presente o referido officio, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Ha por bem decidir que, em conformidade do Decreto n.º 1597 do 1.º de Maio de 1855, póde o Presidente do Tribunal, no caso de empate, assignar-se vencido, ou seja quanto ao julgamento ou quanto á redacção, por isso que é elle o responsavel como um dos julgadores. No caso contrario não ha necessidade de declaração de voto, visto como a sua assignatura tem por fim authenticar sómente o julgamento proferido. O que communico á V. S. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente do Tribunal do Commercio da Córte.

---

N. 273.—GUERRA.—EM 10 DE JUNHO DE 1869.

Declara que os officiaes reformados não podem ser considerados simples pensionistas, e são obrigados á todo o serviço de guarnição, compativel com suas forças.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia submettido á deliberação desta Secretaria de Estado, em o seu officio de 25 do mez proximo passado, sob n.º 2, a duvida que teve no cumprimento das ordens dessa Presidencia, mandando abonar ao 1.º Cirurgião reformado, Florencio Francisco Gonçalves, uma gratificação por inspecções a que procedeu em recrutas para o Exercito; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que os Officiaes reformados não podem ser considerados simples pensionistas, como

se infere da resposta por V. Ex. dada ao Inspector da dita Thesouraria, em o seu officio n.º 475 de 20 de Abril ultimo, antes, pelo contrario, são obrigados a todo o serviço de guarnição, compativel com suas forças, e nesse caso têm direito ás vantagens dos effectivos, sem alteração, porém, do respectivo soldo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N.º 274.—FAZENDA. — EM 12 DE JUNHO DE 1869.

Quando o exactor deixa de recolher em tempo o saldo da arrecadação só perde a porcentagem e paga o juro de 9 % do mesmo saldo, liquido de despesas e da porcentagem do Escrivão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 40 de 18 de Março ultimo, que quando um exactor deixa de recolher em tempo o saldo liquido da arrecadação a seu cargo, não tem direito á porcentagem correspondente á parte da renda que entrega, e paga, além disso, os juros de 9 % da móra; não sendo, porém, estas disposições applicaveis ao Escrivão. Se tiver feito despesas por conta da arrecadação, será deduzida a sua porcentagem e a do Escrivão dessa parte da arrecadação, de sorte que o exactor só venha a soffrer a perda da porcentagem, e a pagar os juros de 9 % da parte liquida devida ou entregue fóra dos prazos legaes, como já foi determinado em ordem n.º 57 de 21 de Junho de 1850.

*Visconde de Itaborahy.*

---



N. 273.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1869.

Errata da Tarifa das Alfandegas ultimamente publicada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, os inclusos exemplares da errata da tarifa das Alfandegas ultimamente publicada.

*Visconde de Itaborahy.*

- 
- 203 Amiscar—diga-se—Almiscar.  
 244 Agua do rosas—diga-se—Agua de rosas.  
 332 Iodhydrargyratos—Tara—A dos Acetatos.  
 334 Kousseina ou (coussina)—diga-se—Kousseina ou coussina.  
 399 Teribenthina—diga-se—Terebinthina.  
 407 Vanadatos—Rasão—30 %.  
 590 Meias de algodão compridas, de 20 centímetros—diga-se—Meias de algodão compridas, até 20 centímetros.  
 669 Oleados—acrescente-se—Para forrar salas. Kilog. 150.  
 725 Coberturas para chapéos de sol. Kilog. 13\$000—diga-se—Kilog. 18\$000.  
 910 Fogões e outros artilhos—diga-se—Fogões e outros artigos.  
 916 Mesas com lavôres ou simples—diga-se—Mesas com lavôres ou enfeites.  
 1254 Estupim. Kilog. \$50—diga-se—\$500.  
 Nota 68.<sup>a</sup> Veja-se a nota 136 a—diga-se—veja-se a nota 72.<sup>a</sup>  
 86.<sup>a</sup> De cada uma de excesso—diga-se—De cada uma de excesso.
-

N. 276.— FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1869.

Declara sujeitos ao imposto de 3% sobre os respectivos vencimentos os empregados da Repartição da Marihuá mandados em comissão ao Paraguay, a fim de inventariarem o material pertencente á mesma Repartição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 29 de Abril ultimo, que os Empregados que seguirão para o Paraguay, constantes da relação que acompanhou o Aviso de V. Ex. de 8 de Março do corrente anno, a fim de inventariar em todo o material pertencente ao Ministerio a cargo de V. Ex., e existente nos depositos em terra ou no mar, nas officinas e nos hospitaes, estão sujeitos ao imposto de 3% sobre os respectivos vencimentos, não só porque não se achão em serviço de guerra ou de campanha, caso em que lhes aproveitaria a isenção do mesmo imposto na fórma da lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, e da explicação dada por este Ministerio no Aviso expedido a V. Ex. em 31 de Outubro do anno passado, mas ainda porque os referidos Empregados tem de perceber a gratificação que lhes foi arbitrada por semelhante comissão mensalmente, e não por uma só vez, caso em que igualmente estarião isentos do dito imposto, conforme determina o Aviso de 12 de Novembro de 1867.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

---

N. 277.—FAZENDA.—EM 15 DE JUNHO DE 1869.

Declara que o augmento de porcentagem, de que trata o Aviso de 24 de Maio proximo findo, só deve tornar-se effectivo do 1.º de Julho em diante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1869.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que o augmento de porcentagem marcado pelo meu Aviso de 24 de Maio findo para os Administradores de Mesas de Rendas e Collectores da Provincia do Rio de Janeiro, só deve tornar-se effectivo do 1.º de Julho proximo futuro em diante.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 278.—FAZENDA.—EM 15 DE JUNHO DE 1869.

A concessão de despacho livre dos objectos importados pela companhia de iluminação a gaz não póde ter lugar sem que a mesma companhia satisfaca a condição 21.ª do respectivo contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A' vista da condição 21.ª do contracto de 14 de Maio de 1851 celebrado entre o Governo Imperial e a companhia de iluminação a gaz, não podem ser expedidas as ordens por V. Ex. requisitadas em Aviso de 28 de Maio proximo passado, para o despacho livre de direitos de 49 retortas de barro refractario e 22 ditas de ferro fundido, que se esperão de Liverpool para uso da mesma companhia, sem que esta demonstre perante o Tribunal do Thezouro a quantidade de que carece annualmente de machinismos, utensis eapparelhós de officina, bem como de materia prima para a produccão do gaz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão.

---

## N. 279.—IMPERIO.—EM 15 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que ha incompatibilidade entre o cargo de vereador e os de tabellião do publico, judicial e notas, e escrivão de orphãos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 14 de Abril ultimo, em que o antecessor de V. Ex. consulta ao Governo Imperial,—se ha incompatibilidade entre o cargo de vereador e os de tabellião do publico, judicial e notas, e escrivão de orphãos ; declaro a V. Ex., de accôrdo com a doutrina do Aviso n.º 542 de 10 de Dezembro do anno findo, expedido de conformidade com a Imperial Resolução de consulta de 28 de Outubro do mesmo anno, que são incompativeis os referidos cargos.

Comquanto se trate no dito Aviso de escrivão do crime e civil, e não de orphãos, acha-se comtudo esta especie comprehendida na hypothese da parte final do mesmo Aviso, visto que só por excepção os juizes municipaes deixão de accumular a jurisdicção orphanologica, e em todos os Termos compete aos vereadores substituil-os na fórma da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

## N. 280.—GUERRA.—EM 15 DE JUNHO DE 1869.

Declara como se deve proceder ao engajamento das praças de linha durante a guerra contra o Governo do Paraguay.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Junho de 1869.

SENHOR.—Tendo Vossa Alteza em o seu officio do 1.º de Maio ultimo, submettido á consideração deste Ministerio as duvidas suscitadas pela Pagadoria Mi-

litar do Exercito em operações, relativamente aos engajamentos das praças de linha, durante a guerra; declaro á Vossa Alteza, para seu conhecimento e fins convenientes, que aquellas praças que, tendo concluido o seu tempo de serviço, quizerem de novo engajar-se, o poderão fazer, ou como voluntarios da patria, na fórma da Lei n.º 4474 de 25 de Setembro de 1867, ou como voluntarios do Exercito, na fórma anteriormente estabelecida, não devendo, porém, em qualquer dos casos, haver accumulacão ou deslocacão das vantagens correspondentes aos dous systemas de engajamento, conforme explicou o Aviso de 29 de Julho de 1868, expedido á Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, e por Vossa Alteza citado no seu referido officio.

Deus Guarde a Vossa Alteza.—*Barão de Muritiba.*  
—A' Sua Alteza o Sr. Marechal do Exercito, Conde d'Eu.

N. 281.—GUERRA.—EM 16 DE JUNHO DE 1869.

Declara como se deve effectuar o abono da gratificacão adicional a officiaes da Guarda Nacional, que fazem parte do corpo provisorio de linha na Provincia do Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 16 de Junho de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em soluçã ao officio de 7 do mez proximo passado, sob n.º 34, em que V. Ex. consulta se os Officiaes da Guarda Nacional, que fazem parte do corpo provisorio de linha dessa Provincia, têm, ou não, direito á percepçã da gratificacão adicional em dobro, que o art. 8.º da Lei n.º 648 de 18 de Agosto de 1852 manda abonar aos Officiaes do exercito que servirem nessa Provincia; declaro a V. Ex., que deve seguir-se a praxe estabelecida, a qual tem sido abonar-se nessa Provincia, assim como na de Mato Grosso, nos termos do citado artigo, adicional dobrada aos

Officiaes da Guarda Nacional em serviço effectivo militar, do mesmo modo que é abonada aos Officiaes do exército.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

N. 282.—GUERRA.—EM 17 DE JUNHO DE 1869.

Declarando á Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro, os effeitos da Immediata e Imperial Resolução, acima transcripta.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Junho de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de 20 de Novembro do anno proximo passado, submetteu essa Presidencia á consideração deste Ministerio, a representação do Commandante Superior da Capital dessa Provincia, contra o procedimento do Commandante da fortaleza de Santa Cruz, o Brigadeiro João Guilherme de Bruce, oppondo-se ás ordens, que são expeditas por aquelle Commando Superior aos Officiaes da Guarda Nacional, que alli se achão em destacamento ; e sendo ouvido a semelhante respeito o Conselho Supremo Militar, Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 9 do corrente, conformando-se com o parecer do mesmo Conselho Supremo, exarado em Consulta de 7 tambem do corrente, Ha por bem determinar que é de conveniencia do serviço militar, que toda e qualquer communicação, ordem ou requisição do Commandante Superior ao do destacamento, deve ter lugar por intermedio do Commandante da praça, sendo que nenhuma licença concedida pelo Commandante do destacamento se poderá tornar effectiva, sem approvação do Commandante da praça : o que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos, e em resposta ao referido officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

N. 283.—FAZENDA.—EM 17 DE JUNHO DE 1869.

Indefere um recurso ácerca do pagamento de armazenagem, porque a demora na sahida da mercadoria proveio da má classificação que lhe deu a parte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso interposto por Gerber & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria de 20 de Abril ultimo, que os obrigou ao pagamento da armazenagem de 4 % da importancia dos direitos de oito fardos da marca G & C R, e contendo 80 peças de panno de lã e algodão, por haver excedido de oito dias a demora entre a data do pagamento dos despachos e a da sahida dos mesmos fardos;

Considerando que não podia deixar de ser attribuida aos recorrentes a culpa da demora, por terem dado á sua mercadoria uma classificação differente da que lhe competia, como foi reconhecido pela comissão da Tarifa e Juizo arbitral;

Resolveu indeferir o dito recurso, á vista do disposto no art. 694 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, Ordem n.º 271 expedida a essa Alfandega em 17 de Junho de 1863, e art. 62 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro tambem de 1863.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côte.

---

N. 284.—GUERRA.—EM 18 DE JUNHO DE 1869.

Declara que os voluntarios da patria, que se alistarem no exercito, poderão desde logo perceber as vantagens de engajados, uma vez que renunciem as de voluntarios da patria.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1869.

Senhor.—Devolvendo a Vossa Alteza o titulo de voluntario do exercito que acompanhou o reque-

rimento do cabo de esquadra do 3.º batalhão de infantaria, Camillo Gonçalves de Oliveira Mello, que foi por Vossa Alteza remettido com o seu officio de 20 do mez proximo passado, a fim de ser entregue ao mesmo, visto já ter regressado para o exercito em operações; declaro a Vossa Alteza que a primeira prestação do respectivo premio, nos terminos da ordem do dia desse commando em chefe sob n.º 249 só lhe poderá ser abonada quando findar a campanha, mas que entretanto o referido cabo assim como quaesquer outros voluntarios da patria, que se alistarem no exercito, poderão desde logo perceber as vantagens de engajados, uma vez que renunciem as de voluntarios da patria, havendo para a perda de vencimentos compensação no direito a accesso no exercito.

Deus Guarde a Vossa Alteza.—*Barão de Muritiba.*  
—A' Sua Alteza o Sr. Marechal do Exercito, Conde d'Eu.

---

N. 285.—JUSTIÇA.—EM 19 DE JUNHO DE 1869.

Declara contrario á letra e espirito do art. 48 do Codigo Criminal o cumprimento da pena de prisão em cadeia diversa da designada na sentença condemnatoria.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio reservado de 16 de Dezembro do anno passado, o antecessor de V. Ex., sob representação do Chefe de Policia da Provincia, solicitou autorisação para ser transferido da cadeia dessa capital para a Casa de Correção da Côte o Padre Antonio Martins da Silva Santiago, condemnado pelo jury de Vassouras á quatorze annos de prisão simples, a fim de esperar alli a decisão da appellação que interpuzera da sentença condemnatoria.

Recebido na Casa de Correção, requereu o réo ao Governo Imperial contra o actó pelo qual decretarão as autoridades o cumprimento da pena em prisão diversa da designada na sentença, informando o Juiz



das execuções que lhe fôra elle effectivamente enviado, não para ser detido até decisão da appellação, mas para continuar no cumprimento, ali começado, da pena imposta pelo Tribunal do Jury; sendo, porém, essa deliberação contraria não só á letra e espirito do art. 48 do Código Criminal, como ao fim indicado pelo Chefe de Policia, em seu officio reservado de 15 de Dezembro do anno passado, sobre o qual fundou-se o Aviso de 7 de Janeiro ultimo, autorizando a transferencia como medida provisoria, recomendo a V. Ex. que, tomando conhecimento do facto e verificando se o réo se achava com effeito em cumprimento de pena, dê as providencias necessarias para que, em observancia da lei, seja elle novamente conduzido á prisão da capital dessa Provincia, e restituído á jurisdicção do respectivo Juiz das execuções, a menos que, por circumstancias extraordinarias, taes como a de que trata o officio de V. Ex. de 17 de Abril ultimo, se considere indispensavel conservá-lo por mais algum tempo na Casa de Correccão em que se acha, defendendo, porém, cessar essa medida provisoria logo que desaparecerão os motivos que a determinarão.

Daus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 286.—IMPERIO. —EM 21 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.—Sobre o modo por que se deve proceder no caso de recusar a competente Camara Municipal deferir juramento e dar posse aos Vereadores e Juizes de Paz novamente eleitos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 22 do mez findo communicou V. Ex. que, tendo a Camara Municipal da villa de Apody recusado deferir juramento e dar posse aos novos Vereadores e Juizes de Paz, eleitos

em 28 de Março ultimo, como lhe fôra ordenado em Portaria de 20 de Abril, expedira V. Ex. nova ordem á mesma camara para dentro de oito dias, contados de seu recebimento, reunir-se e dar cumprimento áquella Portaria, recommendando-lhe que, se porventura não pudesse ter lugar a reunião por qualquer motivo plausivel, procedesse nos termos do final do Aviso n.º 446 de 31 de Maio de 1849; e para prevenir a hypothese de não poder verificar-se a reunião ainda por este modo, ordenára V. Ex., de conformidade com a doutrina do Aviso n.º 208 de 20 de Agosto de 1839, á Camara Municipal da villa de Porto Alegre, que procedesse áquellas formalidades se os novos eleitos alli se apresentassem para esse fim.

Em resposta declaro que o Governo Imperial approva o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 287.—FAZENDA.—EM 21 DE JUNHO DE 1869.

Os Empregados do Ministerio da Guerra que gozárão dos vencimentos da Tabella annexa ao Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, só podem ser aposentados com o ordenado por inteiro depois de completarem 30 annos de serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1869.

Communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com a consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 24 do mez proximo findo, ácerca do recurso que o 2.º Escripturario aposentado da 4.ª Directoria da Secretaria da Guerra Candido Mariano Rodrigues, interpôz da decisão deste Ministerio, determinando que o ordenado da aposentadoria do recorrente fosse fixado do modo prescripto no art. 48 do Decreto n.º 4436 de 17 de Abril

de 1868, em relação ao maximum do tempo de serviço, e não, como elle pretendia, na fórma do Decreto n.º 3350 de 20 de Abril de 1844; Houve por bem por Sua immediata Resolução de 16 deste mez indeferir o mesmo recurso: porquanto, achando-se o recorrente comprehendido no numero daquelles Empregados que gozárão dos vencimentos da Tabela annexa ao Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, não póde deixar de ser-lhe applicavel a disposição do art. 42 do supracitado Decreto n.º 4456, o qual aliás, em termos claros e terminantes, revogou o de n.º 3350 e mais legislação sobre a aposentadoria dos Empregados da referida Secretaria e Repartições annexas.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

---

N. 288. —MARINHA. —AVISO DE 21 DE JUNHO DE 1869.

Torna extensiva aos Membros do Conselho Naval a segunda parte do Aviso regulamentar de 5 de Outubro de 1852.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha.—  
Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1869.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que ponderou o Vice-Presidente do Conselho Naval, Ha por bem Determinar que fiquem extensivas ao mesmo conselho as disposições da segunda parte do Aviso regulamentar de 5 de Outubro de 1852, sendo permitido aos respectivos membros consultar fóra da Bibliotheca da Marinha os livros de que necessitarem, mediante as providencias contidas no predito Aviso, que alterou o art. 41 do Regulamento n. 499, de 17 de Outubro de 1846.

O que communico a Vm., para sua intelligencia e devidos effectos.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Bibliotecario da Bibliotheca da Marinha.

---

N. 289.—GUERRA.—EM 22 DE JUNHO DE 1869.

Da providencias sobre o fornecimento de medicamentos ao Hospital Militar Provisorio do Andarahy

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1869.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio n. 77 de 11 de Março proximo passado, versando sobre a reensa de medicamentos, que por diversas vezes tem feito o 1.º Pharmaceutico do Hospital Provisorio do Andarahy, que deve providenciar:

1.º Para que d'ora em diante não se substituição por outros os objectos, que sendo fornecidos pela Pharmacia do Hospital Militar da Côrte ás dos outros Hospitaes e Enfermarias Militares, forem rejeitados, sem que os respectivos Pharmaceuticos apresentem por escripto as razões, em que se fundarem para rejeital-os, uma vez que estas sejam julgadas attendíveis pela autoridade medica, á quem forem submettidas.

2.º Para que o Escrivão do mesmo Hospital da Côrte tenha todo o cuidado, quando transferir para as guias os preços dos artigos, que forem fornecidos aos outros Hospitaes e Enfermarias, para não repetir-se o engano, que se deu ultimamente a respeito da ergotina.

3.º Finalmente, para que os objectos de que carecer a Pharmacia desse Hospital sejam comprados, tanto quanto fôr possível, por preços estipulados em contractos.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Sebastião Francisco de Oliveira Chagas.

---

N. 290.—FAZENDA.—EM 23 DE JUNHO DE 1869.

Despacho livre de uma cruz e duas lanternas de prata importadas da Europa para uma Igreja Matriz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autorisa o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco a expedir as convenientes ordens, a fim de que na Alfandega da mesma Provincia sejam despachadas livres de direitos as duas caixas com a marca M. J. G. F., vindas do Porto no vapor *Guienne*, contendo uma cruz e duas lanternas de prata para a Igreja Matriz de S. Pedro Gonçalves nessa Capital, conforme solicitou a respectiva Presidencia em seu officio de 9 de Abril ultimo, visto estarem os referidos objectos comprehendidos no disposto do art. 512 § 33 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 291.—FAZENDA.—EM 25 DE JUNHO DE 1869.

Recurso sobre o despacho livre de quatro machinas de vapor, e de varias peças de machinas importadas para a substituição de outras arruinadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Junho de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—O Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso interposto por John Maylor & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria de 30 de Abril ultimo, que os obrigou ao pagamento dos direitos de 10 % *ad valorem* de 12 volumes, con-

tendo quatro machinas de vapor motrizes, sendo tres portateis e uma locomovel, vindas de Liverpool no Vapor *Tycho Brahe*; resolveu confirmar a dita decisão sómente na parte em que concedeu despacho livre de direitos para uma caixa contendo peças de machinas para substituição de outras deterioradas, por se achar evidentemente comprehendida na disposição do art. 512 § 31 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Quanto ás quatro machinas de vapor, que fazem objecto de recurso, as quaes os recorrentes considerão isentas de direitos na forma da 1.ª parte do art. 1459 da Tarifa, por seremapparelhos que trazem em suas applicações economia de tempo e de braços, tornando se de vantagem para a agricultura, industria fabril e artes, o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, e isentar de direitos as referidas machinas, á vista da nota 177 que acompanhou o citado art. 1459 da Tarifa, e do art. 1219 da nova Tarifa.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 292. — FAZENDA. — EM 26 DE JUNHO DE 1869.

Annulado um Decreto de remoção de um Empregado por outro Decreto que o manda continuar no gozo e exercicio do emprego que servira, e do qual já pagára os competentes direitos, não podem estes mais ser exigidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 7 de 5 de Janeiro ultimo, que annullado como foi o Decreto de 13 de Abril de 1868

que removeu o 4.º Escripturario dessa Thesouraria, José Estevão Corrêa para a de Goyaz, por outro Decreto datado de 30 de Setembro do mesmo anno, que o mandou continuar no gozo e exercicio do lugar de 4.º Escripturario dessa Repartição, de que já pagára os impostos devidos, não podem estes mais ser exigidos; pois o citado Decreto de 30 de Setembro que declarou sem effeito o de 13 de Abril, não se torna necessario senão para notar-se no assentamento essa circumstancia, uma vez que desse acto do Governo não resulta nova concessão de vencimentos, que torne exigiveis emolumentos e sello.

*Visconde de Iaborahy.*

N. 293. — JUSTIÇA. — AVISO DE 26 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara que compete tanto aos Juizes effectivos, como á seus substitutos o julgamento dos crimes da Lei de 2 de Julho de 1850.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 26 de Junho de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Com o officio n.º 22 de 10 de Abril ultimo submetteu V. Ex. á decisão do Governo Imperial a seguinte consulta do Juiz de Direito da Comarca de Parentins — se a substituição do art. 17 § 4.º da Lei de 3 de Dezembro de 1844 dá aos supplentes dos Juizes Municipaes a attribuição de julgar os crimes de que trata a Lei de 2 de Julho de 1850, ou se taes julgamentos competem aos Juizes de Direito da Comarca mais proxima na fórma do Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1865.

Em resposta declaro a V. Ex. que os julgamentos dos crimes especificados na referida Lei de 2 de Julho de 1850 competem tanto aos juizes effectivos como aos seus substitutos, quando estiverem com a

jurisdição; sendo que o Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1865 creou apenas uma excepção para o caso especial de presidência do jury.

Fica deste modo respondida a mencionada consulta.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Província do Amazonas.

---

N.º 294. — FAZENDA. — Em 28 de Junho de 1869.

As mercadorias já despachadas para consumo não pagão mais direitos sendo transportadas de uns para outros portos da mesma Província.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1869.

O Visconde de Haborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo a reclamação feita pelo negociante da Villa de Itapemirim, de presente nesta Côrte, Ignacio Fernandes Corrêa de Sá, contra o procedimento da Alfandega da Província do Espirito Santo, mandando depositar, até serem pagos os direitos de importação, ou se mostrar que furão satisfeitos, algumas mercadorias de procedencia estrangeira, que, entre outras, o reclamante despachara do porto daquella villa, com manifesto dalli expedido para a cidade da Victoria consignadas ao negociante Bernardino Jose Machado; ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da mesma Província que determine á mencionada Alfandega a entrega ao reclamante Corrêa de Sá, a seu dito Consignatario Bernardino Machado, ou a qualquer outra pessoa por elle autorizada, das mercadorias constantes do manifesto, que junto lhe devolve, sem pagamento de direitos de importação, nem de expediente, na fórma do art. 633 do Regulamento de 49 de Setembro de 1860 e Aviso de 12 de Dezembro de 1861.

*Visconde de Haborahy.*

---



## N. 293. — FAZENDA. — EM 28 DE JUNHO DE 1869.

Quando os compradores de terras devolutas não pagarem as respectivas prestações, ou se as compras, excedendo a 2008, não se tiverem realizado por escriptura, deve-se preferir a acção de nullidade das vendas á cobrança executiva.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 3 de Maio ultimo, que nesta data se expede ordem á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, declarando que, no caso em que os compradores de terras devolutas não tenham pago as prestações, ou se as compras, excedendo a 2008000, não se realizirão mediante escriptura publica indispensavel para validade das mesmas, é preferivel e mais regular, em vez do procedimento executivo para a cobrança do prego, promover nos termos da ordem n.º 297 de 17 de Novembro do anno passado, pelos meios competentes, a nullidade das vendas, para serem as terras concedidas, precedendo a hasta publica, a proponentes que offerecerem condições de idoneidade.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

## N. 293.—IMPERIO.—EM 28 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que as Camaras Municipaes não são competentes para resolução de duvidas relativas á identidade dos cidadãos eleitos Vereadores ou Juizes de Paz, não se achando seus nomes exactamente escriptos nas respectivas listas de qualificação.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 28 de Junho de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—Em officio de 3 de Fevereiro do corrente anno expôz o antecessor de V. Ex. que a Ca-

camara Municipal da cidade de Aracaty, reconhecendo que'os Vereadores do quadriennio findo tinham deixado de dar posse aos cidadãos Silvestre Ferreira Caminha, Eduardo Corrêa dos Santos, Franklim de Alleluia Malveira e Raymundo Ferreira dos Santos Caminha, votados, este para Juiz de Paz do districto da cidade, e aquelles para Vereadores do quadriennio corrente, sob pretexto de não estarem qualificados, tomára a deliberação de deferir-lhes juramento para entrarem em exercício, por acharem-se seus nomes incluídos na lista dos votantes, com inversão apenas de cognomes.

Acrescentou o mesmo antecessor de V. Ex. que, com quanto entendesse que os referidos cidadãos não devião ser privados do exercício dos cargos, para os quaes forão eleitos, visto estar verificado, pela combinação dos característicos de idade, estado e profissão, que são realmente elles os qualificados com aquella simples inversão de cognomes, e que não existem no município outros individuos com identicos nomes e nas mesmas circumstancias, que tivessem sido votados para os ditos cargos, comtudo resolvêra determinar á Camara Municipal que considerasse de nenhum effeito a sua deliberação, por exorbitante e irregular, e aguardasse a decisão que o Governo Imperial, a quem recorria, proferisse nos termos do Aviso n.º 53 de 13 de Fevereiro de 1857.

Inteirado de todo o occorrido, e approvando o procedimento do antecessor de V. Ex., o Governo Imperial declara a V. Ex. que deve expedir ordem á Camara para, sob o juramento já prestado, dar posse aos mencionados cidadãos dos cargos para que forão eleitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*. —Sr. Vice-Presidente da Provincia do Ceará.

---

## N. 297.—FAZENDA.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

Para effectuar-se o balanço e verificação dos saldos dos cofres das Thesourarias em dias indeterminados, não é necessaria a presença do Procurador Fiscal, nem o concurso da respectiva Junta; mas o Procurador Fiscal deve comparecer ás sessões desta, quando fôr convidado ainda que extraordinariamente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligência e devidos effectos, de conformidade com a ordem expedida nesta data á Thesouraria das Alagóas, que para effectuar-se o balanço e verificação dos saldos dos respectivos cofres em dias indeterminados, na fórmula das Circulares n.º 4 de 10 de Janeiro e n.º 67 de 20 de Dezembro de 1867, não se faz necessaria a presença do Procurador Fiscal, nem o concurso da Junta das Thesourarias, salvo quando por bem do serviço julguem os Srs. Inspectores indispensavel a reunião dos membros da Junta, ou quando se tratar dos balanços semestraes, como é de estylo.

Outrosim declara que não podem os Procuradores Fiscaes deixar de comparecer ás sessões da Junta, quando forem convidados pelos Srs. Inspectores, ainda que extraordinariamente, para os actos de balanço, ou para outros assumptos do interesse da Fazenda, cumprindo-lhes, no caso de falta, motiva-la por escripto para ser supprida, nos termos da decisão n.º 458 de 5 de Outubro de 1865, pois não é admissivel a nomeação permanente de um Procurador Fiscal interino para substituir o effectivo nos seus impedimentos.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 298.—FAZENDA.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

Determina aos Inspectores das Thesourarias que fação abrir a Repartição nos dias feriados e santificados, quando fôr necessário para o recebimento ou remessa de fundos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fação abrir a Repartição nos dias feriados e santificados, quando fôr necessário para o recebimento ou remessa de fundos conduzidos pelos paquetes da Companhia Brasileira, para que não succeda que os Commandantes deixem de entregar promptamente as quantias remettidas às mesmas Thesourarias, nem de receber as que tiverem destino para os diversos portos da escala dos ditos vapores ou para o Thesouro.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 299.—FAZENDA.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

Proroga o prazo marcado para a substituição, sem desconto, das notas de 5\$000 da 6.<sup>a</sup> estampa e de 10\$000 da 4.<sup>a</sup>

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fica prorogado até o ultimo de Setembro deste anno o troco sem desconto das notas de 5\$000 da 6.<sup>a</sup> estampa e de 10\$000 da 4.<sup>a</sup>, e que se devem indemnizar as quantias descontadas antes do recebimento da presente ordem, correspondentes à substituição effectuada no decurso do trimestre de Julho

a Setembro, começando do 1.º de Outubro seguinte o abatimento progressivo de 10 % em cada mez, até ficarem as mesmas notas sem valor algum, na forma da Lei de 6 de Outubro de 1835.

E recommenda outrossim aos ditos Srs. Inspectores que, fazendo dar a esta Ordem a maior publicidade, remettão sem demora ao Thesouro, devidamente inutilizadas, as notas das referidas estampas, recolhidas por substituição, ou em pagamento de impostos, e-bem assim em cada mez as que se trocarem no antecedente.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 300.—FAZENDA.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

O dinheiro de orphaõs pôde ser empregado em fundos publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1869.

Em resposta ao officio de V. S. de 24 de Março do corrente anno, pedindo para que no Thesouro Nacional se vendão apolices da divida publica pelo preço de sua ultima emissão para os orphaõs confiados aos seus enteados, devendo a pessoa que tiver de fazer a compra apresentar uma guia desse Juizo; communico a V. S. que não ha inconveniente algum na realização de semelhante pedido, tanto mais porque já foi resolvido pelas decisões do mesmo Thesouro n.º 31 de 31 de Março de 1816 e n.º 135 de 3 de Junho de 1853, que é livre a esse Juizo empregar os dinheiros de orphaõs em fundos publicos.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy.*—Sr. Dr. Juiz de orphaõs da Corte.

---

## N. 301.—FAZENDA.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

A isenção do sello proporcional nos casos de pagamento de meia siza dos escravos e da taxa de legados e heranças, só é applicavel no municipio da Côrte, onde esses impostos pertencem á renda geral com a nova denominação de imposto de transmissão de propriedade, salva a disposição do Decreto de 4 de Março de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1869.

Communico a V. S., para o fazer constar ao Collector das Rendas Geraes do Municipio de Nova Friburgo, em resposta ao officio que dirigio a essa Directoria em 12 de Maio findo, que sendo a meia siza dos escravos e o sello de legados e heranças impostos provinciaes, e só considerados geraes no Municipio da Côrte, com a nova denominação de imposto de transmissão de propriedade, deve cobrar sello proporcional dos contractos de compra e venda de escravos e dos quinhões hereditarios, visto como a isenção do sello proporcional, estabelecido no art. 14 § 4.º do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, só é applicavel naquelles casos ao Municipio neutro, salva a disposição do Decreto n.º 4443 de 4 de Março do anno passado.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaboraity*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.



## N. 302.—GUERRA.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

Declara que as praças de pret e Officiaes reformados do Exército não podem transferir sua residencia para a Côrte sem licença do Governo Imperial.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes, que, não podendo

as praças de pret e Officiaes reformados do Exército sahir da Córte para residir em qualquer Província, sem licença do Governo Imperial, não devem tambem, sem prévia licença do mesmo Governo, transferir para a Córte sua residencia, as que tiverem obtido permissão para residir nas Províncias.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*.—  
Sr. Presidente da Província de. . . . .

---

N. 303.—IMPERIO.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Província das Alagôas.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a impossibilidade material de concluirem-se regularmente, no tempo em que se dizem feitos, os respectivos trabalhos; 2.º ser presidida a eleição por Juiz menos votado, estando em exercicio o mais votado; 3.º ser feita fóra do lugar proprio sem motivo justificado; 4.º a falta de acta especial da 3.ª chamada; 5.º a interrupção dos trabalhos sem dar-se a razão.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Junho de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. de 23 de Dezembro do anno passado torão-me presentes as actas, acompanhadas de diversos documentos, das duas eleições de Vereadores e Juizes de Paz simultaneamente feitas em Setembro na freguezia de Nossa Senhora do O' do Rio de S. Miguel, para o Governo Imperial resolver sobre a validade das mesmas eleições.

Vê-se das ditas actas que uma destas eleições se fez na igreja do Rosario, que servia de matriz, sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado da parochia, e a outra na igreja do Livramento, presidindo-a o 4.º Juiz de Paz.

Mereceria a primeira a approvação do Governo Imperial, á vista da competencia do Juiz de Paz que a presidiu, e por ter sido feita no lugar designado pela lei, se não constasse das actas respectivas a circumstancia de terem-se realizado no mesmo dia,

10 de Setembro, os trabalhos relativos á terceira chamada dos votantes, contagem e apuração de 4.154 cédulas entregues para a eleição de Vereadores e de outras tantas para a de Juizes de Paz, lavrando-se na mesma occasião as competentes actas.

Sendo evidente a impossibilidade material de praticarem-se em um só dia todos estes actos, se houvesse sido observado o processo estabelecido no art. 54 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, no § 4.º das Instruções de 27 de Setembro de 1856, e no art. 10 do Decreto n.º 2.241 de 22 de Agosto de 1850, á vista de tal irregularidade não pôde subsistir a referida eleição, como em casos identicos tem decidido o Governo e consta dos Avisos de 3, 4 e 13 de Dezembro de 1858.

Quanto á outra eleição, a da igreja do Livramento, viciao-na as seguintes nullidades resultantes das actas respectivas:

1.ª Ter sido presidida pelo 1.º Juiz de Paz, contra o disposto no art. 93 da Lei de 19 de Agosto de 1846, por achar-se o mais votado na mesma occasião exercendo suas attribuições;

2.ª Ter sido feita, com infracção do art. 4.º da dita lei, fóra do lugar proprio, ao mesmo tempo em que neste se procedia tambem a trabalhos eleitoraes;

3.ª Não se ter lavrado a acta especial da terceira chamada dos votantes nos termos do art. 49 da Lei;

4.ª Ter havido, em contrario ao estabelecido no Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853, interrupção dos trabalhos no dia 9, pois que se declara que as tres chamadas se fizeram nos dias 7 e 8, e se procedeu á apuração das cédulas no dia 10, sem dar-se a razão de tal circumstancia;

5.ª Ser materialmente impossivel que em um só dia, 7, se fizessem, observadas as disposições do art. 54 da Lei e outras acima citadas, todos os trabalhos relativos á formação da mesa parochial e á 1.ª e 2.ª chamadas de cerca de dous mil cidadãos qualificados.

Pelos motivos expostos resolveu o Governo Imperial annullar ambas as eleições da mencionada freguezia: o que communico á V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.



## N. 304.—IMPERIO.—EM 30 DE JUNHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia das Alagôas.—Declara: 1.º que, no caso de serem sujeitas ao conhecimento do Governo Imperial questões relativas a nullidade de eleições de Vereadores ou Juizes de Paz sem as ter decidido provisoriamente a presidencia da Provincia, como lhe cumpre nos termos da lei, devem conservar-se em exercicio os do quadriennio ultimo até a decisão final; 2.º que sendo desobedecidas as ordens expedidas neste sentido pela presidencia, cabe mandar responsabilisar os que as contrariarem.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Junho de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento dos officios de V. Ex. de 27 de Janeiro, 40 e 30 de Março deste anno, nos quaes participa, enviando os respectivos documentos:

Que, tendo sujeitado ao conhecimento e decisão do Governo Imperial as duas eleições de Vereadores e Juizes de Paz, simultaneamente feitas em Setembro na freguezia de Nossa Senhora do O' do Rio de S. Miguel, ordenára que, até á resolução definitiva da questão, se conservassem em exercicio os do quadriennio que ia findar;

Que não tendo sido observada a ordem de V. Ex. pela Camara Municipal do dito quadriennio, a qual deu posse aos cidadãos votados em uma daquellas duas eleições (a que se fizera na igreja do Rosario), determinára V. Ex. terminantemente que, ficando sem effeito este acto, fossem convocados os do referido quadriennio para reassumir o exercicio;

Que, o Presidente da Camara Municipal do mesmo quadriennio, Manoel Soares Palmeira, assim como seu immediato em votos, Manoel de Souza Bittencourt, aos quaes V. Ex. para este fim officiára, recusarão cumprir esta nova ordem, declarando o segundo que tambem não deixaria o exercicio do lugar de Juiz de Paz, no qual entrára em virtude da ultima eleição;

Que, á vista de tal procedimento, resolvêra V. Ex. suspender o dito Manoel de Souza Bittencourt das funcções de Vereador e de Juiz de Paz, e mandar proceder á sua responsabilidade, bem como á de quem mais se achasse em culpa.

Declaro a V. Ex.:

Que devia ter decidido provisoriamente, como entendesse mais acertado, a questão relativa às eleições de que se trata, antes de sujeital-a ao conhecimento do Governo Imperial, visto que, tendo enviado os respectivos papéis no dia 23 de Dezembro, data do seu officio que os acompanhou, verificava-se o caso para que o art. 118 da Lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846 confere essa attribuição aos Presidentes de Provincia;

Que, não tendo porém V. Ex. resolvido sobre as referidas eleições, outro procedimento não podia V. Ex. ter senão mandar que, na conformidade dos Avisos n.º 18 de 11 de Janeiro de 1849, n.º 199 de 15 de Junho de 1858, e n.º 540 de 19 de Novembro de 1861, se conservassem em exercicio os Vereadores e Juizes de Paz do quadriennio que ia findar, até que o Governo Imperial proferisse decisão;

Que, finalmente, tendo sido formalmente desobedecidas esta e as posteriores ordens no mesmo sentido expedidas por V. Ex., procedeu tambem regularmente mandando responsabilisar os que as contrariarão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.



#### N. 305.—FAZENDA.—EM 1.º DE JULHO DE 1869.

As autorisações do Chefe de Polícia, ou de outras autoridades para o recebimento, no Thesouro, de consignações destinadas aos diversos misteres do serviço não estão sujeitas ao sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 1.º de Julho de 1869.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que as autorisações dadas pelo Chefe de Polícia ou por outras autoridades para se receberem no Thesouro Nacional consignações para os diversos misteres do serviço não estão sujeitas ao sello, como nunca estiverão,

por serem papeis considerados do expediente das Repartições, isentos de imposto pelo art. 21.º § 13.º do novissimo Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

---

N. 306.—IMPERIO.—EM 2 DE JULHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara: 1.º que a ausencia do Juiz de Paz mais votado da parochia autorisa a presidencia da mesa eleitoral por outro a quem competir; 2.º que é motivo de nullidade de eleição realizar-se esta fóra da matriz sem motivo justificado.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 2 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 19 de Outubro do anno findo, em que V. Ex. dá conhecimento do acto pelo qual annullou a eleição, a que na capella das Palmeiras se procedeu em Setembro do dito anno, para Vereadores e Juizes de Paz da parochia de Guarakessava, municipio da cidade de Paranaguá, sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz, Manoel Basilio de Miranda; e julgou válida a que se realizou na matriz da mesma parochia, presidida pelo 3.º Juiz de Paz da de Morrêtes José Celestino de Oliveira.

E o mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, houve por bem mandar approvar o acto de V. Ex.

Das actas e documentos annexos ao referido officio vê-se:

1.º Que, não tendo no dia 7 de Setembro comparecido na matriz o 4.º Juiz de Paz da parochia, nem seus immediatos, allegando para justificação de sua ausencia, violencias da autoridade policial, o que não foi provado, assumio o 3.º Juiz de Paz

de Morrêtes, que se achava presente, a presidencia da mesa parochial; procedimento legal, attenta a disposição dos §§ 4.º e 5.º das instrucções de 28 de Junho de 1849.

2.º Que, além de sua realização fóra da matriz sem motivo justificado, ha vehementes indicios de que a eleição que se diz feita na capella das Palmeiras, sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, é clandestina, por isso que só das actas respectivas consta sua existencia, contra a qual attestão o vigario, as autoridades e varios cidadãos da freguezia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 307.—JUSTIÇA.—EM 2 DE JULHO DE 1869.

Declara que os Presidentes de Provincia não podem transferir os Commandantes de uns para outros corpos da Guarda Nacional, nem os Officiaes do Estado-maior dos Commandos Superiores para as companhias dos batalhões.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n.º 60 de 28 de Abril ultimo, que os Presidentes de Provincia não podem transferir os Commandantes de uns para outros corpos da Guarda Nacional, nem os Officiaes do Estado-maior dos Commandos Superiores para as companhias dos batalhões.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

## N. 308. — FAZENDA. — EM 3 DE JULHO DE 1869.

taxa de 60 réis devida pelos termos lavrados nas Repartições Publicas, a que se refere o § 104 da Tabella annexa ao Regulamento n.º 4336 de 24 de Abril ultimo, deve ser cobrada na razão do numero de linhas de 30 letras que contiver cada termo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, á vista das duvidas suscitadas em algumas Repartições sobre o modo por que se deve cobrar a taxa de 60 réis, devida a titulo de emolumentos, na fórma do § 104 da Tabella annexa ao Regulamento n.º 4336 de 24 de Abril do corrente anno, por cada linha de 30 letras que contiverem os termos lavrados nas Repartições Publicas, sujeitos á mesma taxa; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que ella se deverá cobrar na razão do numero de linhas de 30 letras que contiver o termo, cuja escripta convém que se faça regularmente, de modo que não se augmente, nem diminua o numero de letras que puder conter cada linha.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 309. — FAZENDA. — EM 5 DE JULHO DE 1869.

Porcentagens que competem aos Collectores e seus Escrivães pela cobrança judicial da divida activa, e pela escripturação e remessa das sommas arrecadadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 5 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta

ao seu officio n.º 73 de 21 de Abril ultimo, que approva a decisão dada pela mesma Thesouraria á reclamação que lhe fôra feita pelo Collector do Municipio do Cabo contra o acto da respectiva Contadoria—de não ter levado em conta ao reclamante, fundada na ordem do Thesouro n.º 364 de 21 de Novembro de 1864, a commissão de um por cento ( $\frac{2}{3}$  para elle e  $\frac{1}{3}$  para o seu Escrivão) pela escripturação e remessa da quantia que arrecadára da divida activa da Fazenda, declarando á referida Contadoria que a citada Ordem de 1864, bem como a Circular de 16 de Novembro do mesmo anno, não tiverão por fim senão esclarecer que dos dez por cento da Lei de 29 de Novembro de 1841 e Circular de 31 de Outubro de 1857 deve sahir o um por cento para os Collectores que intervierem na cobrança da divida, não alterando de modo algum a disposição da Ordem n.º 171 de 31 de Maio de 1851 quanto á percentagem, que esta estabeleceu aos Collectores e seus Escrivões em compensação do trabalho e responsabilidade da escripturação e remessa das sommas arrecadadas da divida publica.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 310.—FAZENDA.—EM 6 DE JULHO DE 1869.

Os recibos das contas pagas pela Pagadoria das Tropas são isentos do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro. em 6 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 22 de Junho findo, remettendo a representação da Pagadoria das Tropas desta Côrte, datada de 19 do mesmo mez, relativamente á exigencia de sello nos recibos das contas alli pagas; communico a V. Ex. que taes recibos são indispensaveis á fiscalisação da despeza daquelle Pagadoria e estão comprehendidos na isenção decretada no art. 21 n.º 13 do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril do corrente anno, pois inquestionavelmente são documentos pertencentes ao seu expediente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

---

**N. 311. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — AVISO DE 6 DE JULHO DE 1869.**

Desapprovando o acto do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte mandando transferir da Caixa geral para a dos depositos o saldo verificado na verba — Obras publicas geraes e auxilio ás provinciaes.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 6 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. de 5 do proximo passado, em que me comunica ter expedido ordem ao Inspector da Thesouraria de Fazenda, para transferir da Caixa geral para a dos depositos o saldo verificado do credito concedido a essa Provincia para as despezas com as obras geraes e auxilio ás Provinciaes, a fim de ser empregado na continuação das obras da canalisação do rio Ceará-merim; em resposta declaro a V. Ex., que, devendo applicar-se os saldos, que se verificarem nas Provincias, ao pagamento do deficit já reconhecido em algumas verbas do orçamento deste Ministerio, e não sendo regular que por conta do credito de um exercicio se fação despezas de exercicio differente, não póde o acto de V. Ex. merecer approvação; o que fará constar á respectiva Thesouraria de Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

---

**N. 312. — GUERRA. — EM 9 DE JULHO DE 1869.**

Declara que os Escrivães do Almoxarifado do Arsenal de Guerra da Côrte devem ser responsaveis por toda a falta de escripturação e de serviço, que possa comprometter os Almoxarifados e os interesses da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Julho de 1869.

Devendo os Escrivães do Almoxarifado desse Arsenal de Guerra ser responsaveis por toda a falta de

escripturação e de serviço, que possa comprometter aos Almojarifes e os interesses da Fazenda Nacional; e bem assim serem sujeitos á prestação de contas no Thesouro Nacional os mestres das officinas do referido Arsenal; assim o declaro a V. S. para seu conhecimento e fins convenientes.

Outrosim expeça V. S. as precisas ordens para que o Almojarife José Duarte Nunes compareça no Thesouro Nacional para dar os esclarecimentos exigidos pela Directoria de Tomada de Contas.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba.*—  
Sr. Francisco Carlos da Luz.

---

N. 313. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 10 DE JULHO DE 1869.

Declarando ao Presidente do Paraná que o Engenheiro Antonio Pereira Rebouças filho deve ser pago dos seus vencimentos mediante attestado da Presidencia.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 10 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Constando a este Ministerio que o Engenheiro Antonio Pereira Rebouças filho, Chefe da Commissão incumbida da exploração da estrada do Paraná a Mato Grosso, tem deixado de ser pago de seus vencimentos, em razão de exigir a Thesouraria de Fazenda attestados da Presidencia, declaro a V. Ex. que esta formalidade é essencial para o pagamento dos mesmos vencimentos, conforme foi resolvido por Aviso de 31 de Julho de 1868 ao Presidente de Santa Catharina, do qual lhe transmitto cópia, como pelo de 28 do mez passado sob n.º 27, expedido a essa Presidencia.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão.*—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---



## N. 314.—FAZENDA.—EM 10 DE JULHO DE 1869.

Os titulos assignados pelos Presidentes de Provincias e passados pelas respectivas Secretarias só estão sujeitos aos emolumentos ali devidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagôas, em resposta ao seu officio n.º 67 de 11 de Junho ultimo, que approva a decisão da mesma Thesouraria por estar de accordo com o disposto no art. 1.º do Regulamento n.º 4356 de 24 de Abril ultimo, que nesta parte confirmou a legislação anterior, constante das ordens de 17 de Dezembro de 1844, de 17 de Março de 1843 e de 26 de Dezembro de 1861, as quaes determinarão, como se infere do dito artigo, que os titulos assignados pelos Presidentes, e passados pelas Secretarias das Presidencias, só estão sujeitos aos emolumentos ali devidos.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 315.—FAZENDA.—EM 12 DE JULHO DE 1869.

Transmitte ás Thesourarias de Fazenda notas de 5\$000 da 7.ª estampa e 10\$000 da 6.ª para serem reunidas ás colleções enviadas com a Circular de 13 de Abril do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette a cada um dos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda uma nota de 5\$000 da 7.ª estampa, e outra de 10\$000 da 6.ª estampa, destinadas ao exame das de iguaes valores e padrões, que já se achão em circulação, para que as fação

reunir ás collecções enviadas ás Thesourarias com a Circular n.º 8 de 13 de Abril do anno passado, carregando-se aos respectivos Thesoureiros a sua importancia no livro de diversos valores, e conservando-se em cofre as referidas notas na fórma da citada Circular.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 316.—FAZENDA.—EM 13 DE JULHO DE 1869.

Permitte que o fiador do Thesoureiro da Thesouraria do Rio Grande do Norte assigne o competente termo, sem embargo de não estarem tomadas as contas do mesmo Thesoureiro pela sua gestão em igual emprego na Provincia do Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Norte, em resposta ao seu officio n.º 12 de 3 de Abril ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu não reduzir de vinte a dez contos de réis a fiança do Thesoureiro dessa Thesouraria, João Vicente Murinelly, mas permittir que o respectivo fiador assigne termo sem que estejam tomadas as contas do dito Thesoureiro pela sua gestão em igual emprego na do Amazonas, considerando-se, porém, como provisoria a fiança se o valor dos bens, cuja isenção de quaesquer onus deve ser competentemente provada, fór inferior ao do algarismo fixado para a mencionada fiança, deduzida a quarta parte como é de costume para o caso de adjudicação por execução do responsavel; sendo que o fiador deve também obrigar-se pela pessoa que substituir o Thesoureiro nos seus impedimentos.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 317.—FAZENDA.—EM 14 DE JULHO DE 1869.

Determina que continue em circulação na Província do Pará a antiga moeda de cobre do cunho portuguez, carimbada em virtude do Alvará de 18 de Abril de 1809, enquanto não for substituída pela nova moeda de bronze.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tomando em consideração a materia do officio de V. Ex. de 8 de Maio findo, sob n.º 20, no qual submette ao conhecimento do Governo a memoria publicada no *Diario do Gram Pará* e a informação do Inspector da Thesouraria, a quem V. Ex. ouviu, sobre o curso nessa Província da antiga moeda de cobre do cunho portuguez carimbada em virtude do Alvará de 18 de Abril de 1809; e visto ter-se agora reconhecido no Thesouro pelo officio da Thesouraria n.º 99, de 18 de Dezembro de 1840, que não se effectuou nessa Província o troco da mesma moeda decretado na Lei de 6 de Outubro de 1835, do que procede o facto de ainda se achar ahi em circulação, como foi novamente communicado no officio do 1.º de Abril ultimo; declaro a V. Ex. que enquanto não se fizer effectiva a substituição da moeda de que se trata pela nova de bronze, autorisada pelo Decreto n.º 4019 de 20 de Novembro de 1867, deverá ser accita nas Estações Publicas, e admittida ao troco pelo valor com que circulava, nos termos do Aviso dirigido a essa Presidencia em 19 de Janeiro de 1838, que cumpre observar-se.

Deus Guarde a V. Ex.—Visconde de Itaborahy.—Sr. Presidente da Província do Pará.

---

N. 318.—FAZENDA.—EM 15 DE JULHO DE 1869.

A prova de idoneidade dos fiadores de contractantes com a Fazenda Nacional, deve preceder á assignatura do contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Piauhy que mande intimar os fiadores dos contractantes da arrematação dos bois das fazendas nacionaes dos departamentos de Nazareth e Piauhy das éras de 1864 e antecedentes, feita na mesma Thesouraria, como consta do seu officio n.º 422 de 22 de Dezembro do anno passado, para no prazo de dous mezes provarem, perante ella, idoneidade, visto que tal prova antecede a assignatura do contracto, convindo lavrar-se depois a escriptura de hypotheca e promover a annullação da hypotheca já especialisada e cancellamento da respectiva inscripção, se a houve; devendo remetter ao Thesouro cópia da nova escriptura de hypotheca que se lavrar, e certidão de *verbo ad verbum* da correspondente inscripção.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 319.—FAZENDA.—EM 15 DE JULHO DE 1869.

Sobre a intelligencia do art. 33 do Regulamento de 17 de Abril ultimo, relativamente á expressão — papel em branco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 49 de 8 de Maio ultimo, que

approva a solução dada pela mesma Thesouraria á consulta que lhe fôra feita pela Inspectoria da Alfandega de Santos sobre a intelligencia do art. 35 do Regulamento de 17 de Abril ultimo, declarando-lhe que a expressão — papel em branco — de que se serve o citado artigo, comprehende todos os papeis, embora impressos ou lithographados, em que se não indica ou escreve a natureza, o valor, as clausulas e as condições dos negocios ou actos para que tem de servir ou a que podem ser applicados, como sempre se tem entendido.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 320.—FAZENDA.—EM 15 DE JULHO DE 1869.

Approva a deliberação da Presidencia de Mato Grosso, de espaçar o prazo para a substituição, sem desconto, das notas de 1\$000 e 2\$000 da 2.<sup>a</sup> estampa e de 10\$000 da 3.<sup>a</sup>, marcado na Circular de 12 de Setembro de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 25 de 10 de Março ultimo, que approva a deliberação tomada pela respectiva Presidencia de espaçar o prazo para o troco, sem desconto, das notas de 1\$000 e 2\$000 da 2.<sup>a</sup> estampa, e de 10\$000 da 3.<sup>a</sup> estampa; marcado pela Circular de 12 de Setembro de 1868 e publicada nessa Provincia em 23 de Fevereiro do mesmo anno, visto ter sido fundada em razões de conveniencia, e de accordo com as disposições legaes, além de estar ella justificada com as circumstancias anormaes em que se tem achado a mesma Provincia; ficando, porém, na intelligencia de que o desconto de 10 % em cada mez, das referidas notas, que forem apre-

sentadas, deve começar depois de findo o prazo marcado pela Presidencia, isto é, de 10 de Abril deste anno em diante, alterado assim, sómente na parte relativa ás ditas notas, o fixado na Circular citada.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 321.—GUERRA.—CIRCULAR EM 15 DE JULHO DE 1869.

Determina que sejam remettidos directamente á Bibliotheca da Marinha os relatorios e mais trabalhos impressos, que mereçam ser conservados em archivo publico.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Julho de 1869.

Solicitando o Sr. Ministro da Marinha, em Aviso de 9 do corrente, que por este Ministerio e Repartições, que lhe são subordinadas nesta Côrte, sejam remettidos directamente á Bibliotheca da Marinha os Relatorios e mais trabalhos officiaes impressos, que mereçam ser conservados em archivo publico; declarou a V.... que deve satisfazer aquella requisição na parte que lhe toca, sempre que se offerecer occasião.

Deus Guarde a V... — *Barão de Muritiba.* — Sr....

---

N. 322.—FAZENDA.—EM 16 DE JULHO DE 1869.

As notas do Banco do Brasil, ou das suas caixas filiaes, substituidas nas Thesourarias por outras novas do mesmo Banco devem ser remettidas directamente á Caixa da Amortização.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a exacta observancia dos arts. 3.º e 44 do Decreto n.º 3720

de 18 de Outubro de 1866, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que quando tiver lugar o troco de notas do Banco do Brasil, ou das suas Caixas filiaes, por outras novas do mesmo Banco, na fórma da lei, fação remetter directamente á Caixa da Amortização as substituidas, e não ao Thesouro, como irregularmente tem praticado algumas Thesourarias; ficando na intelligencia de que sómente á dita Caixa da Amortização compete dirigir e fiscalisar as operações desta natureza concernentes ao papel circulante do referido Banco.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 323.—JUSTIÇA.—EM 16 DE JULHO DE 1869.

Declara: 1.º que não está no caso de perder o posto o official da Guarda Nacional que, ao tempo em que foi instaurado o processo do Conselho de Investigação para verificar a ausencia commettida, apresenta-se e justifica a falta perante o respectivo Commandante; 2.º que está sujeito áquella pena o que se ausenta do districto do Corpo, embora se ache presente no do Commando Superior.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 30 de 3 de Fevereiro ultimo, sujeitou V. Ex. á decisão deste Ministerio as seguintes duvidas:

1.ª Se deve perder o posto o official da Guarda Nacional que, depois de ter estado ausente sem licença, por mais de seis mezes, apresenta-se no districto do respectivo corpo por occasião do processo.

2.ª Se incorre na mesma pena o que se acha presente no do Commando Superior, ainda que ausente do seu corpo.

Em resposta declaro a V. Ex., quanto á 1.ª duvida, que os officiaes ausentes dos districtos de seus cor-

pos ao tempo em que fôr instaurado o processo do Conselho de Investigação, para verificar a ausencia que tiverem commettido, não estão no caso de perderem os postos, uma vez que justifiquem a falta, perante os respectivos Commandantes, como determina o Aviso de 10 de Maio de 1864.

Quanto á 2.<sup>a</sup>, que ficão sujeitos áquella pena, conforme dispõe o art. 65 § 2.<sup>o</sup> da Lei de 19 de Setembro de 1850, todos os que se acharem ausentes dos districtos dos corpos, embora presentes no do Commando Superior.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



N. 321.—JUSTIÇA.—AVISO DE 16 DE JULHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que os Juizes supplentes podem presidir ás juntas revisoras dos jurados e que nenhuma compatibilidade ha em fazer parte della o mesmo individuo que a organisou.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A 27 de Janeiro ultimo submetteu essa Presidencia á decisão do Governo Imperial as seguintes duvidas:

1.<sup>a</sup> Se a faculdade concedida ao Juiz de Direito pelo art. 236 do Regulamento n.<sup>o</sup> 120 de 31 de Janeiro de 1842, de encarregar a revisão dos jurados aos Juizes Municipaes pôde ser exercida em relação aos supplentes preparadores dos processos.

2.<sup>a</sup> Se devem se considerar estes impedidos ou suspeitos para presidirem á junta revisora, se, na qualidade de Delegado de Policia, tiverem organizado a lista mencionada no art. 225 do mesmo Regulamento.

Em resposta declaro a V. Ex. que disposição alguma inhiibe aos supplentes, de, na falta dos juizes effectivos, substituirem aos de direito, quando



por motivos fortes que occorrão, não poderem estes comparecer no termo para presidir á junta de revisão, de modo que fique concluída no prazo da lei; e que nenhuma incompatibilidade ha em fazer parte da junta revisora o mesmo individuo organisador da lista dos jurados, como se deduz do citado Regulamento, quando determina que os Juizes Municipaes devem ser nomeados Delegados de Policia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 325. — JUSTIÇA. — CIRCULAR DE 17 DE JULHO DE 1869.

Declara quaes as nomeações de Officiaes da Guarda Nacional em que deve ser observada a ordem gradual de accesso.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 17 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para sua intelligencia, que nas nomeações dos Officiaes subalternos, deve ser sempre observada a ordem gradual do accesso com a unica excepção estabelecida na ultima parte do art. 48 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, mas não assim nas propostas para Officiaes do Estado Maior dos Commandos Superiores, cujas nomeações podem recahir em qualquer guarda, que reuna as condições da lei, ficando assim explicada a disposição do art. 51 e sem vigor o Aviso de 24 de Setembro de 1856 e a Circular n.º 33 de 18 de Janeiro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 326. — FAZENDA. — EM 19 DE JULHO DE 1869.

As ordens da Policia para soltura de escravos fugidos, individuos presos por embriaguez e marinheiros estrangeiros insubordinados pagão o sello de 200 réis ; são, porém, isentas do imposto, quando expedidas *ex-officio* em favor de pessoas pobres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n.º 2451 de 7 de Junho findo, que as ordens expedidas pela Policia para soltura de escravos fugidos, individuos presos por embriaguez e marinheiros estrangeiros insubordinados, podendo ser consideradas da mesma natureza dos mandados judiciaes, de que trata o art. 48 § 1.º do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, devem ser sujeitas ao sello de 200 réis do dito artigo ; ficando, porém, isentas desse imposto quando expedidas *ex-officio* em favor de pessoas reconhecidamente pobres, nos termos do art. 21 n.ºs 5 e 14 do mencionado Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Ilaborahy*. — A' S. Ex. o Sr. José Martiniano de Alencar.

N. 327. — FAZENDA. — EM 19 DE JULHO DE 1869.

Os vales postaes, creados pelo Regulamento n.º 3443 de 12 de Abril de 1865, art. 23, são isentos de sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Estando nos interesses da Administração do Estado que os vales postaes creados pelo Regulamento n.º 3443 de 12 de Abril de 1865, art. 23, tenham grande desenvolvimento para augmentar-se a renda do Correio, e prestando elles uti-

lidade ao publico na remessa de pequenas quantias, communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n.º 14 de 20 de Maio ultimo, ao qual acompanhou o officio do Director Geral dos Correios de 12 do mesmo mez de Maio, que os referidos vales devem ser incluidos na 1.ª parte do art. 14 § 2.º do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, e, portanto, gozão de isenção do sello tanto fixo, como proporcional.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão.

---

N. 328.—FAZENDA.—EM 20 DE JULHO DE 1869.

Sobre a classificação de algumas despesas do Ministerio da Guerra do exercicio de 1868—1869.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que na classificação de algumas despesas do Ministerio da Guerra, do exercicio de 1868—1869, observem a tabella junta, organizada de accordo com a Directoria Fiscal da Secretaria da Guerra, e bem assim que procedão a estorno nas quantias diversamente contempladas em seus balanços mensaes já remetidos ao Thesouro.

*Visconde de Itaborahy*.

**Tabella explicativa das verbas do Orçamento ás quaes  
devem ser levadas algumas despesas do Ministério da  
Guerra.**

|                                                              |                  |                                                  |
|--------------------------------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------|
| Juizes de Direito servindo de                                |                  |                                                  |
| Auditores.....                                               | Vencimentos..... | § 2.º                                            |
| Encarregados de<br>armazens de ar-<br>tigos bellicos.        | Da activa ....   | Vencimentos, excepto o<br>soldo que vai ao § 8.º |
|                                                              | Reformados..     | Vencimentos, excepto o<br>soldo que vai ao § 10. |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 6.º                                                        |                  |                                                  |
| Ajudantes de for-<br>talezas.                                | Da activa ....   | Vantagens.....                                   |
|                                                              | Reformados..     | Gratificações especiaes.                         |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 8.º                                                        |                  |                                                  |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 8.º                                                        |                  |                                                  |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 9.º                                                        |                  |                                                  |
| Officiaes da Guarda Nacional ser-<br>vindo em conselhos..... |                  |                                                  |
| Voluntarios.....                                             |                  |                                                  |
| Forragens e ferragens.....                                   |                  |                                                  |
| Luz para os quartels e corpos de<br>guarda.....              |                  |                                                  |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 8.º                                                        |                  |                                                  |
| Commandantes de<br>fortalezas.                               | Da activa ....   | Gratificações.....                               |
|                                                              | Reformados..     | Gratificações e vanta-<br>gens geraes.....       |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 9.º                                                        |                  |                                                  |
| Almoxarifes de fortalezas:                                   |                  |                                                  |
| Reformados.. Gratificação.....                               |                  |                                                  |
| § 9.º                                                        |                  |                                                  |
| Officiaes que servirão na guerra<br>da Independencia:        |                  |                                                  |
| Reformados.. Etape.....                                      |                  |                                                  |
| § 10                                                         |                  |                                                  |
| Recrutadores.....                                            |                  |                                                  |
| Recrutas.....                                                |                  |                                                  |
| }                                                            |                  |                                                  |
| Gratificação.....                                            |                  |                                                  |
| Diaria, etape, conduc-<br>ção, etc.....                      |                  |                                                  |
| }                                                            |                  |                                                  |
| § 13                                                         |                  |                                                  |
| Aluguel de casas<br>em geral.....                            |                  |                                                  |

## N. 329.—FAZENDA.— EM 20 DE JULHO DE 1869.

Sobre a cobrança do sello de titulos que houverem pago taxa inferior á devida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 64 de 26 de Maio ultimo, que, estando abolido pelo art. 35 do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno o sello do papel em branco e o de cunho das armas imperiaes, e não se prestando á intelligencia de continuar o sello de differença de taxas no dito papel, e nem sendo possível conhecer-se a differença devida sem estar nelle escripto acto algum, não tendo aliás applicação o art. 64 fóra da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, deve regular-se pelo que se acha disposto no art. 37 do mesmo Regulamento, segundo o qual, quando se houver pago taxa inferior á devida, e o titulo fór de novo apresentado ao sello no prazo legal, se cobrará a differença sómente, declarando-se esta circumstancia no livro da receita, e na verba competente por meio das letras.—Diff.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 330.—GUERRA.— EM 20 DE JULHO DE 1869.

Recommenda a observancia do que dispõe a Ordem do Dia n.º 270 de 20 de Julho de 1861, que se mandou ficar em inteiro vigor pela de n.º 477 de 4 de Outubro de 1863, ácerça das inspecções das praças de pret do Exercito.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Julho de 1869.

Hlm. e Exm. Sr. — Tendo-se por Portaria de 19 do corrente mandado dar baixa do serviço do Exercito,

por incapacidade physica, ao soldado do 21.º batalhão de infantaria, Francisco das Chagas, a que se refere V. Ex. em o seu officio sob n.º 439 de 23 do mez proximo passado; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e em resposta ao citado officio; con-vindo outrosim declarar a V. Ex. que, em casos semelhantes, deve ser observado o que determina a Ordem do Dia desta Secretaria de Estado n.º 270 de 29 de Junho de 1864, o que foi mandado ficar em inteiro vigor pela de n.º 471 de 4 de Outubro de 1865.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 331.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU-  
BLICAS.—Aviso de 21 de Julho de 1869.

Declarando que o engenheiro José Carneiro da Rocha pôde contractar-se para o serviço particular da companhia da estrada de ferro do Recife a S. Francisco.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Ne-  
gocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas,  
em 21 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de V. Ex. datado de 25 de Junho ultimo, com o qual transmittes as cópias dos que forão endereçados pelo Engenheiro Fiscal da estrada de ferro dessa Provincia e respectivo Superintendente á respeito da necessidade que tem a mesma empresa de mais um Aju-  
dante e se pôde empregar no referido cargo o Enge-  
nheiro José Carneiro da Rocha: em resposta declaro a V. Ex., para intelligencia do Superintendente, que nenhum inconveniente ha em que o mencionado En-  
genheiro vá contractar-se para o serviço particular da companhia conforme ella pede.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes  
Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 332.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 22 DE JULHO DE 1869.

Declarando ao Presidente de Pernambuco que as despesas provenientes das differenças de cambio, levadas á conta do custeio estão sujeitas á fiscalisação dos Agentes do Governo e como quaesquer outras.

3.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 22 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. de 28 do proximo passado me foi presente o relatorio do Engenheiro Fiscal da estrada de ferro dessa Provincia, relativo ás occurrencias do mez de Maio ultimo; e porque nelle se trata da questão havida entre o mesmo Engenheiro e o Superintendente da companhia, que julga incompetente a intervenção daquelle funcionario nas transacções por elle feitas, para remessa do saldo liquido da renda da estrada; declaro a V. Ex., para que faça constar ao mesmo Superintendente, que as despesas provenientes das differenças de cambios, levadas á conta do custeio, estão sujeitas á fiscalisação dos Agentes do Governo, como quaesquer outras; e que bem procedêrão o respectivo Engenheiro Fiscal e a commissão de contas protestando contra a intelligencia dada ao Aviso deste Ministerio de 30 de Janeiro ultimo pelo Superintendente da companhia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 333.—IMPERIO.—EM 24 DE JULHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º não se ter lavrado acta especial da 3.ª chamada dos votantes; 2.º não se ter feito a apuração das cedulas pelo modo prescripto na Lei.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com officio de 17 de Janeiro ultimo, enviou essa presidencia cópia da portaria de 17 do mez anterior, pela qual declarou provisoriamente nulla a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro na freguezia de Portel, por terem occorrido as seguintes irregularidades que constão das respectivas actas:

1.ª Não se ter lavrado acta especial da 3.ª chamada dos votantes, como expressamente exige a Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 no art. 49, mas uma só acta de recebimento de cedulas, da qual não consta quaes as chamadas que se fizerão, nem se forão cumpridas outras formalidades legais;

2.ª Não ter sido feita a apuração das cedulas pelo modo prescripto no art. 101 da citada lei, poisque na respectiva acta declara-se apenas terem sido votados seis cidadãos para Vereadores e quatro para Juizes de Paz, não se fazendo menção de 384 votos para Vereadores, bem como de 52 para Juizes de Paz, os quaes devião resultar das cedulas recebidas além dos contados, nem constando que se houvessem achado na urna cedulas em branco, ou com menor numero de nomes do que devião conter.

O Governo Imperial, pelos fundamentos expostos, approva o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.



N. 334.—IMPERIO.—Em 24 DE JULHO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara: 1.º, que o não comparecimento dos tres Juizes de Paz mais votados embora sem motivo allegado e sem expresso convite é bastante para firmar a competencia do meos votado á presidencia da assembléa parochial; 2.º, que o facto de ter sido chamado contra o disposto na lei, um supplente para substituir, na formação da mesa, o eleitor fallecido, não determina a annullação da eleição por não ter o vote do referido supplente influido na organização della; 3.º, que não é motivo de nullidade ser a somma dos votos apurados inferior á dos recebidos quando a differença não altera o resultado da eleição.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Julho de 1869.

Hm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 24 de Novembro ultimo, em que o antecessor de V. Ex. dá conhecimento do acto, pelo qual resolveu annullar a eleição a que se procedeu em Setembro, para Vereadores e Juizes de Paz, na parochia da Vigia, sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz.

E o Mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Manda declarar que a referida eleição foi julgada válida pelas razões seguintes:

1.º Para firmar a competencia do 4.º Juiz de Paz á presidencia da assembléa parochial, não era preciso que os juizes mais votados allegassem impedimento ou fossem com antecedencia expressamente convidados, como entendeu o antecessor de V. Ex. O não comparecimento destes juizes na matriz, no dia e hora designados para a eleição e no decurso de seu processo, é bastante para firmar aquella competencia, como se vê dos arts. 4.º e 5.º das instrucções de 28 de Junho de 1849;

2.º Comquanto tivesse sido chamado contra o disposto no art. 5.º da lei de 19 de Agosto de 1846, para substituir um eleitor fallecido, o supplente Felicio José Ferreira, e para supprir a falta deste o immediato em votos aos supplentes Geraldo Ferreira Bentes, esta irregularidade não influiu na organização da mesa, visto que os mesarios da turna dos electores foram eleitos por grande maioria, e

os da turma dos supplentes por unanimidade de votos;

3.<sup>a</sup> E' menos exacta a allegação de falta de discriminação, na acta da organização da mesa, dos votos dos electores e dos supplentes, por não se mencionarem quaes não comparecêrão, e quizes os mesarios eleitos por estes e por aquelles. Embora mal redigida, a acta menciona os nomes dos electores e supplentes que concorrêrão e dos que faltárão ao acto, comprehendendo-se bem que dos 27 votos recebidos, 16 são dos electores e 11 dos supplentes; e quanto aos mesarios de uma e outra turma, está bem clara a sua discriminação, por isso que, declarando-se na acta que obtiverão 14 votos cada um os cidadãos Lauriano Gil de Souza e Raymundo Antonio de Souza, e mais um voto quatra outros cidadãos, e 11 votos cada um os cidadãos Candido Miranda e Antonio Gama, é manifesto que, tendo votado 16 electores e 11 supplentes, por estes devião ter sido eleitos os dous cidadãos que obtiverão 11 votos, e por aquelles os outros dous que obtivêrão 14;

4.<sup>a</sup> E' contra a evidencia das actas, que tenho presentes, a arguição de não se ter feito a acta especial da 3.<sup>a</sup> chamada; da representação, que acompanhou o officio a que respondo, vê-se, de fl. 7 v. a fl. 42, a acta de que se trata, e nella a declaração «de que foi lavrada em cumprimento do art. 49 da lei», e assignada por todos os mesarios;

5.<sup>a</sup> Finalmente, é certo que a somma dos votos apurados, quêr para Vereadores, quêr para Juizes de Paz (do 1.<sup>o</sup> districto), é inferior á somma dos votos recebidos; sendo porém a differença de 49 votos na eleição dos primeiros e de um apenas na dos segundos, não se altera o resultado da eleição, visto que a differença entre o 9.<sup>o</sup> e o 10.<sup>o</sup> votados para Vereadores, e entre o 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> para Juizes de Paz, é de muito maior numero de votos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

## N. 335.—FAZENDA.—EM 24 DE JULHO DE 1869.

Suspende até ulterior revisão da Tarifa, a clausula 2.<sup>a</sup> do art. 33 das respectivas Disposições Preliminares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, que fica suspensa até ulterior revisão da Tarifa a clausula 2.<sup>a</sup> do art. 33 das Disposições Preliminares que diz —que os direitos excedão de 200 rs. por kilogramma.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 336.—FAZENDA.—EM 24 DE JULHO DE 1869.

O art. 1.<sup>o</sup>, classe 1.<sup>a</sup>, do Decreto n.<sup>o</sup> 4334 de 17 de Abril ultimo comprehende, para o pagamento do sello proporcional, além dos titulos que menciona, todos os que importarem obrigação por sommas e valores; devendo-se quanto aos contractos celebrados com o Governo, ou com as Repartições Publicas, observar, nos casos em que fôr applicavel, a disposição do art. 63.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, no intuito de prevenir as duvidas que possão occorrer na applicação do art. 1.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 4334 de 17 de Abril ultimo, visto ter-se entendido que não comprehende elle alguns dos contractos sujeitos ao sello proporcional pelo Regulamento de 26 de Dezembro de 1860; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, de conformidade com

a decisão dada nesta data á Directoria Geral da Contabilidade, que não se devendo considerar senão como exemplificativos os titulos de que trata a 1.<sup>a</sup> classe do supracitado artigo, é claro que todos aquelles que não se acharem ali mencionados, mas que importarem obrigação por sommas e valores, devem ser sujeitos ao sello proporcional: e portanto estão também sujeitos ao mesmo sello não só os contractos para a publicação dos debates das assembléas legislativas, como quaesquer outros celebrados com o Governo ou com as Repartições Publicas, observando-se nos casos em que fór applicavel a disposição do art. 68 do referido Decreto: intelligencia esta que procede da verdadeira interpretação da lei actual combinada com o Regulamento de 26 de Dezembro, que não excluia, antes sujeitava no art. 6.<sup>o</sup> § 4.<sup>o</sup> ao alludido imposto, os titulos de que se trata.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 337.—FAZENDA.—EM 24 DE JULHO DE 1869.

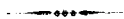
Declara sujeito ao sello proporcional o contracto celebrado pela Mesa do Senado com o proprietario do *Diario do Rio de Janeiro*, para a publicação dos debates e impressão dos Annaes da actual sessão legislativa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1869.

Em solução á duvida proposta pela 4.<sup>a</sup> Contadoria dessa Directoria Geral — se o contracto celebrado pela Mesa do Senado com o proprietario do *Diario do Rio de Janeiro* para a publicação dos debates e impressão dos Annaes da actual sessão legislativa, que foi remettido ao Thesouro com officio do respectivo 4.<sup>o</sup> Secretario, n.<sup>o</sup> 3 de 2 do mez passado, está ou não comprehendido, para o pagamento do sello proporcional, nos titulos a que se refere o art. 4.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 1334 de 17 de Abril ultimo,

cumpre-me declarar a V. S., para os devidos effeitos; que não devendo-se considerar senão como exemplificativos os titulos de que trata a 1.<sup>a</sup> classe do citado artigo, é claro que todos aquelles que não se acharem ahí mencionados, mas que importarem obrigação por sommas e valores, devem ser sujeitos ao sello proporcional; e, portanto, estão também sujeitos ao mesmo sello não só o contracto em questão, como quaesquer outros celebrados com o Governo, ou com as Repartições Publicas, observando-se, nos casos em que fôr applicavel, a disposição do art. 68 do referido Decreto; intelligencia esta que procede da verdadeira interpretação da lei actual combinada com o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, que não excluia, antes sujeitava no art. 6.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup> ao alludido imposto, os titulos de que se trata.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.



N. 338.—FAZENDA.—EM 24 DE JULHO DE 1869.

Como divida de exercicios findos só se considera a despesa que deixou de ser paga por falta de fundos, ou porque os credores não procurassem o seu embolso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 414 de 25 de Maio ultimo, que manda pagar á Companhia—Rio de Janeiro City Improvements—por exercicios findos a quantia de 36:000\$000, proveniente do serviço da conservação, custeio e limpeza das vallas de esgoto das águas pluvias desta cidade durante os semestres decorridos do 1.<sup>o</sup> de Janeiro de 1867 a 30 de Junho de 1868, communico a V. Ex. que não correndo semelhante despesa por conta do cofre geral, mas sim do municipal, e não havendo, portanto, credito votado para essa despesa nos exer-

cícios de 1866—1867, e 1867—1868, não se pôde reconhecer e pagar como de exercícios findos a referida quantia, visto que, na fórma do art. 44 do Decreto n.º 41 de 20 de Fevereiro de 1840, só se considera como tal a despesa que deixou de ser paga por falta de fundos, ou porque os credores não procurassem o seu embolso, podendo aquella quantia ser satisfeita por outra qualquer verba que fôr designada por V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Haborahy*. —  
A S. Ex. o Sr. Joaquim Antônio Fernandes Leão.

N. 329. — GUERRA. — EM 27 DE JULHO DE 1869.

Declara que as gratificações da Tabella de 44 de Fevereiro de 1865, marcadas aos empregados do Presidio de Fernando de Noronha devem ser consideradas para aquelles empregados como substitutivas das de exercício.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 27 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-me V. Ex. communicado, em o seu officio de 7 do corrente sob n.º 463, que o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia dera conhecimento de haver deliberado em sessão da respectiva Junta que ao Commandante do Presidio de Fernando de Noronha, ao Major da Praça e Secretario do mesmo Presidio, deixassem de ser abonadas as gratificações da Tabella do 4.º de Maio de 1858, que estavam percebendo cumulativamente com as que se achão marcadas na Tabella, que acompanha o Decreto n.º 3403 de 44 de Fevereiro de 1865, restituindo elles pela 5.ª parte de seus vencimentos o que indevidamente recebêrão; e bem assim que ordenára V. Ex. cessasse com effeito o abono indicado, não sendo promovida a restituição até deliberação do Governo Imperial; declaro a V. Ex. que, devendo as gratificações da Tabella de 44 de Fevereiro de 1865 ser consideradas para aquelles empre-

gados como substitutivas das de exercício, bem procedeu a Thesouraria suspendendo o abono em duplicata, e bem assim que deve ter lugar a restituição na forma indicada pelo Inspector.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Marituba*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 340.—FAZENDA.—EM 28 DE JULHO DE 1869.

Indica o meio pelo qual podem os Empregados do Presidio de Fernando de Noronha, cobrar os seus vencimentos, e o preceito que deve ser observado relativamente ao sello dos documentos alli passados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1869.

Ulm. e Exm. Sr.—Respondendo ao Aviso, que V. Ex. se dignou dirigir-me em data de 11 de Junho do corrente anno, transmittindo por cópia o officio n.º 127 da Presidencia da Provincia de Pernambuco de 28 de Maio ultimo, no qual requisita não só a conveniencia de haver no Presidio de Fernando de Noronha pessoa habilitada para passar procurações e intervir nas transacções que dependem de instrumento publico, mas ainda que tenha em seu poder estampilhas para o sello de papeis, em que é devido este imposto; tenho a declarar a V. Ex. que, não provindo as difficuldades e inconvenientes indicados no officio daquella Presidencia do Regulamento do sello, mas da falta de um Official publico residente no presidio e competentemente habilitado para intervir nos actos da vida civil sujeitos ás formalidades do direito commum, é claro, que enquanto alguma providencia não fór estabelecida em ordem a remover os inconvenientes a que allude a Presidencia de Pernambuco, o que cumpre observar, quanto á cobrança do imposto de que se trata, é o preceito do art. 31 n.º 2 do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril do corrente anno, até que se torne effectiva a disposição do art. 27 do mesmo Regulamento.

Em todo o caso devo ponderar a V. Ex. que para o pagamento de vencimentos na Côte e nas Províncias aos Empregados do Presidio de Fernando de Noronha e das Colonias Militares estabelecidas a grande distancia dos lugares em que ha Tabellião, o Thesouro tem permittido que o pagamento se effectue á vista de um simples officio dos Commandantes ou de procurações particulares, uma vez que seja reconhecida a firma por Tabellião, como declaração as ordens n.º 182 de 11 de Junho de 1851, 4 de Março de 1853 e n.º 92 de 13 de Março de 1857.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Barão de Maritima.

---

N. 341.—FAZENDA.—EM 28 DE JULHO DE 1869.

Dá instrucções para o arrendamento da fazenda do Estado denominada—S. Pedro—situa na Provincia do Pará.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará, que mande annunciar o arrendamento da fazenda—S. Pedro—pertencente ao Estado, situada á margem esquerda do rio Arary, pretendido por Benedicto Pedro da Silveira Frade, declarando ser o terreno o que se acha designado com os marcos, a que se refere o seu officio n.º 10 de 15 de Janeiro ultimo; devendo, porém, nos respectivos annuncios inserir, não só a clausula de ficar o contracto dependente da approvação definitiva do Governo, como recommendão as Ordens de 5 de Fevereiro e de 29 de Setembro de 1864, como tambem a condição expressa de que o fiador ou o arrendatario prestarão uma segurança real em garantia da fiel execução do contracto, a qual poderá ser como declara a Ordem de 9 de Março de 1867, ou hypotheca especial de immoveis constituida por escriptura publica; cumprindo que informe por que me-



tivo, não sendo a fazenda de que se trata dependência das outras, destinadas á criação de gado, segundo se collige do supracitado officio, em vez de estar arrendada, como convinha, visto não ter applicação especial, acha-se abandonada, ao ponto de estarem intrusos de posse della.

Outrosim lhe recommenda que nos annuncios para a arrematação insira tambem a clausula de que os alugueis deverão ser adiantados por trimestres, ou mensalmente, como mais convier aos arrendatarios, mas, se estes, annuindo a tal condição, se oppuzerem á da prestação da segurança real, nós termos indicados, bastará uma fiança illimitada por simples termo, com tanto que os fiadores pròvem administrativamente a sua idoneidade, dispensando-se no que fór possível, para esse fim, o rigor fiscal sem prejuizo do que fór imprescindivel para a prova da mesma idoneidade.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 342. — GUERRA. — EM 30 DE JULHO DE 1869.

Declara quaes os vencimentos a que tem direito os Officiaes reformados, veteranos da Independência, quando se achão em tratamento nos hospitaes.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 30 de Julho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo V. Ex. submettido á consideração deste Ministerio a duvida suscitada pelo Commandante das Armas dessa Provincia a respeito dos vencimentos, a que tenham direito os officiaes reformados, veteranos da Independência, em tratamento nos hospitaes; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que taes officiaes, quando baixarem aos hospitaes ou enfermarias militares, e que estejam no gozo de etapa por qualquer titulo ou exercicio, perdem, não só a referida etapa, mas tambem metade do soldo que percebem; visto que ao contrario ficarião em con-

dições mais vantajosas que os Officiaes do quadro effectivo do Exercito, que ficão reduzidos a meio soldo, quando em tratamento nos ditos hospitaes e enfermarias.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—  
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 343.—JUSTIÇA.—AVISO DE 31 DE JULHO DE 1869.

Ao Chefe de Policia da Côrte.—Declara que devem ser sujeitas ao sello de 200 réis, segundo informação do Ministerio da Fazenda as ordens expedidas para soltura de escravos, presos por embriaguez e marinheiros estrangeiros ; ficando isentas deste imposto quando forem á favor de pessoas reconhecidamente pobres.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 31 de Julho de 1869.

Em resposta ao officio de V. S., de 22 de Maio ultimo, em que consulta se as ordens expedidas para soltura de escravos, presos por embriaguez e marinheiros estrangeiros, estão sujeitas ao sello fixo do Decreto n.º 4354 de 17 de Abril deste anno ; tenho de declarar que, segundo informa o Ministerio da Fazenda no Aviso de 19 do corrente mez, junto por cópia, taes ordens devem ser sujeitas ao sello de 200 réis, de que trata o art. 18 § 4.º do referido regulamento de 17 de Abril, ficando isentas deste imposto quando expedidas ex-officio em favor de pessoas reconhecidamente pobres.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Chefe de Policia da Côrte.

---

## N. 344.—IMPERIO.—EM 2 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Mato Grosso.—Declara que, á vista da disposição do art. 6.º do Acto Additional, não compete aos Presidentes de Provincia conhecer de questões relativas ás eleições dos membros das Assembléas Provinciaes.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 2 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio que, sob n.º 7, o antecessor de V. Ex. dirigio a este Ministerio em 24 de Março do corrente anno, no qual participou que, tendo concorrido, na ultima eleição a que se procedeu para membros da Assembléa Legislativa dessa provincia, apenas um quinto dos eleitores, e parecendo-lhe por isso, e por haver sido feita a apuração geral dos votos da dita eleição com tres Vereadores sómente da Camara Municipal da Capital, que era nulla semelhante eleição, adiara a reunião da sobre-dita Assembléa, que devêra effectuar-se a 3 de Maio, para o dia 20 de Setembro proximo; e pediu que o Governo lhe indicasse se a Assembléa assim eleita devia constituir-se e desempenhar as respectivas funcções, ou se cumpria á Presidencia mandar proceder a nova eleição, esperando primeiro noticia do reconhecimento pela Camara dos Deputados dos eleitores da actual legislatura.

Em resposta cabe-me dizer a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o mencionado officio, manda declarar que nenhum fundamento tem a duvida suscitada pelo antecessor de V. Ex., á vista da disposição clara e terminante do art. 6.º do Acto Additional á Constituição do Imperio, e que o mesmo antecessor de V. Ex. não devia ter por tão infundado motivo adiado a reunião da Assembléa Provincial.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 343. — FAZENDA. — EM 2 DE AGOSTO DE 1869.

Os requerimentos dos escravos da nação, que solicitarem alforria, devem ser acompanhados da competente avaliação effectuada perante o Juizo dos Feitos da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Agosto de 1869.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que aos requerimentos dos escravos de propriedade nacional que solicitarem alforria, e forem dirigidos ao Thesouro, deve acompanhar a avaliação regular dos mesmos escravos feita no Juizo dos Feitos da Fazenda, com audiencia do Provedor dos ditos Feitos, na forma do Aviso dirigido ao Ministerio do Imperio em 23 de Setembro de 1859.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaboraity*. — Sr. Director Geral interino do Contencioso.

---

N. 345. — GUERRA. — EM 3 DE AGOSTO DE 1869.

Declara ter-se procedido regularmente recolhendo-se á Pagadoria Militar o espolio de um official, que falleceu em serviço de campanha, tendo feito testamento, ficando salvo aos interessados o direito proveniente do mesmo testamento.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 3 de Agosto de 1869.

Senhor. — Tendo Vossa Alteza submettido á consideração deste Ministerio com seu officio de 20 de Maio proximo passado, o que lhe dirigio o Commandante da Guarnição do Humaitá em 8 do mesmo mez, relativamente ao espolio do Alferes do 14.º batalhão de infantaria José Antonio da Cunha e Silva, que não obstante ter elle feito testamento, foi recolhido á Pagadoria Militar: declaro em resposta a Vossa Alteza que procedeu-se regularmente recolhendo-se aquella Pagadoria o espolio do referido Official, ficando en-

tratando salvo o direito aos interessados, de requererem o que lhes convier em virtude do mesmo testamento; visto que se acha providenciado na legislação em vigor e no Aviso de 5 de Setembro de 1866, junto por copia, o que respeita as solemnidades dos testamentos.

Deus Guarde a Vossa Alteza.—*Barão de Muritiba.*  
—A Sua Alteza o Sr. Marechal do Exército Conde d'Eu.

---

N. 347.—JUSTIÇA.—EM 4 DE AGOSTO DE 1869.

Manda respeitar a posse da liberdade em que se acha um individuo de côr, suspeito de desertor da armada Norte-Americana e reclamado nesta corte como escravo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1869.

Em officio n.º 375 de 22 do mez findo communica V. S. que na casa de detenção acha-se recolhido um homem de côr parda, preso por suspeito de haver desertado de bordo de uma fragata dos Estados-Unidos. Esse individuo, que se declara cidadão americano, declaração apoiada pelo testemunho do respectivo consul, o qual assevera ter elle vindo para o Imperio em 1862, é, não obstante, reclamado como escravo fugido pelo procurador dos herdeiros do Major Antonio Pereira dos Passos sob o fundamento de uma justificação dada em 9 de Setembro de 1858 no municipio de S. João do Principe.—Sobre o procedimento que deve ter a respeito do facto a autoridade policial consulta V. S. a este Ministerio. Cumpre que V. S. mande respeitar a posse de sua liberdade em que se acha aquelle individuo, devendo os pretendidos senhores intentar a acção civil no tribunal competente para fazer valer seus direitos. Acresce que Antonio Frank, ainda quando fosse o escravo, a que se refere a justificação, tem a seu favor a presumpção legal da manumissão pelo facto

de ter entrado no Imperio em 1862, presumpção que sómente cederá à prova judicial da fuga, produzida em juízo competente.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Chefe de Policia da Côrte.

---

N. 348.—JUSTIÇA.—EM 4 DE AGOSTO DE 1869.

Declara que na execução das sentenças crimes no fôro commum devem os Juizes regular-se pelas disposições do Cap. 14 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1869.

A 10 do mez passado Vm. participou-me que o ex-alferes do 26.º corpo de Voluntarios da Patria Antero Bezerra de Albuquerque, preso na Casa de Correccão da Côrte em virtude de deliberação do Conselho Supremo Militar, que o condemnára a tres annos de prisão, já havia cumprido a pena, segundo a Ordem do dia n.º 519 de 3 de Julho de 1866; porém, segundo a guia desse Juizo, a conclusão da pena não teria lugar senão a 27 de Setembro proximo futuro.

Submettendo o caso á consideração deste Ministerio, consulta Vm. se deve regular-se na expedição do alvará de soltura pela referida Ordem do dia ou se deverá de preferencia attender a guia com que o réo entrou para a prisão.

Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei esta duvida Manda declarar que, sendo a execução das sentenças crimes regulada no fôro commum pelas disposições inseridas no Cap. 14 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, por ellas devem guiar-se os Juizes das Execuções, o que communico a Vm.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Juiz supplente das Execuções da Côrte.

---

N. 349.—JUSTIÇA.—EM 4 DE AGOSTO DE 1869.

Declara que o Presidente da Provincia pôde, segundo a lei, designar para exercer Interinamente o lugar de Commandante Superior qualquer Official Superior, embora não seja o mais graduado, competindo á este assumir aquelle exercicio sómente na falta de designação.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A 9 do mez findo remetteu V. Ex. uma representação do Coronel aggregado á Guarda Nacional da Laguna e Lages, José Marcelino Alves de Sá, contra o acto dessa Presidencia que com preterição dos direitos daquelle Official como mais graduado designára um dos Majores Ajudantes de Ordens para exercer interinamente o lugar de Commandante Superior.

Em resposta declaro a V. Ex. que não tem fundamento a mencionada representação, porquanto o Decreto de 6 de Abril de 1854 apenas exige que seja designado um Official superior e não o mais graduado, ao qual só compete assumir o exercicio na falta de designação.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 350.—IMPERIO.—EM 4 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara que os Parochos, posto hajão licença da Autoridade ecclesiastica, nada podem receber dos cofres do Estado si não tiverem obtido licença tambem da Autoridade civil, nem ausentarse de suas Parochias sem o participarem a esta.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio sob n.º 6 de 3 de Maio ultimo, em que o Inspector da Thesouraria de Fazenda trouxe ao conhecimento do

Governo Imperial a solução dada por V. Ex. à questão relativa ao pagamento da congrua ao Padre Francisco Antunes de Siqueira, Vigário Collado da freguezia de Santa Cruz, ausente da sua parochia sem licença do Poder civil, bem que a tivesse da Autoridade ecclesiastica e em seu lugar ficasse um Sacerdote provisionado.

Devo declarar a V. Ex. que em diversos Avisos e designadamente nos de 17 de Janeiro de 1851 no additamento, n.º 415 de 23 de Dezembro de 1859, n.º 427 de 28 de Setembro de 1861 e n.º 395 de 21 de Agosto de 1862, decidio o governo que, posto hajão licença da competente Autoridade ecclesiastica, os Parochos nada podem receber dos cofres do Estado sem a licença da Autoridade civil, podendo até ser responsabilizados quando ausentarem-se das respectivas Parochias sem o darem a saber a esta Autoridade.

Assim, não podendo os Presidentes de Provincia conceder licença maior de tres mezes, devia o Vigário de que se trata, para continuar a tê-la, recorrer ao Governo Imperial. Não o havendo feito, não lhe compete vencimento algum durante o tempo da ausencia, e deve restituir o que houver recebido.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 351.—IMPERIO.—EM 4 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que os Parochos são empregados publicos, como taes sujeitos á disposição do art. 457 do Código Criminal; e por isso não podem ausentar-se de suas parochias sem licença do Poder civil além da que devem ter da autoridade ecclesiastica.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio n.º 72 de 26 de Maio ultimo em que V. Ex. dá conta do que lhe dirigio o vigário de Paranaguá João Alves Carneiro, participando que, por ser-lhe necessario tratar



de sua saúde fóra da parochia, já gozar do privilegio, que lhe concedem as Constituições do Arcebispado, de ausentar-se por trinta dias, deixando sacerdote idoneo para substituí-lo e parecendo a V. Ex. que tal privilegio não pôde hoje subsistir, que os Parochos devem exhibir licença e não estão isentos da disposição do art. 157 do Código Criminal, pede que se firme regra para este e semelhantes casos.

Declaro em resposta a V. Ex. que os Parochos são empregados publicos e como taes sujeitos á disposição do art. 157 do Código Criminal, não prevalecendo hoje a disposição das Constituições do Arcebispado, e sendo indispensavel, para poderem ausentar-se de suas Parochias, que impetrem licença do Poder civil, além da que devem ter da autoridade ecclesiastica, conforme se acha disposto em varias decisões do Governo, entre outras, nos Avisos n.º 59 de 23 de Agosto de 1843, n.º 30 de 18 de Abril de 1844, de 17 de Janeiro de 1851 no additamento, n.º 415 de 23 de Dezembro de 1859 e n.º 395 de 21 de Agosto de 1862.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província do Paraná.

---

N. 352.— GUERRA.— EM 4 DE AGOSTO DE 1869.

Declara o modo por que deve ser feita a distribuição de costuras no Arsenal de Guerra da Córte.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1869.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n.º 231 de 2 do corrente, relativamente ao modo por que no Arsenal de Guerra da Córte se faz a distribuição de costuras, que d'ora em diante será organizada uma relação dos Afiançados, e por ella se procederá aquella distribuição, não podendo receber segunda vez costura aquelles, que a tiverem recebido na anterior, sem que todos os relacionados tenham sido contemplados na distribuição: devendo V. S. remetter á

esta Secretaria de Estado uma igual relação, e bem assim, em cada distribuição que se fizer, os nomes daquelles a quem se tiver distribuido costuras, com declaração do dia respectivo e das peças, que tiverem levado.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Francisco Carlos da Luz.

---

N. 353.—GUERRA.—EM 5 DE AGOSTO DE 1869.

Declara que nos termos de inspecção de saúde, á que forem submettidas as praças em tratamento no Hospital Militar de Santa Catharina, e que forem julgadas incapazes, se deverá consignar se poderão ganhar facilmente meios de subsistencia.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em solução ao seu officio de 14 de Junho ultimo sob n.º 120, que as praças em tratamento no Hospital Militar dessa Provincia, que estiverem no caso de ser submettidas á inspecção de saúde devem ser ahí mesmo inspeccionadas, declarando-se nos respectivos termos se as que a Junta considera incapazes do serviço poderão ganhar facilmente os meios de subsistencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

## N. 354.—GUERRA.— EM 5 DE AGOSTO DE 1869.

Declara que as praças criminosas, ou indiciadas como taes, não podem apresentar substitutos para o serviço do exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio de 27 de Abril ultimo sob n.º 111, em que V. Ex. participa que Francisco Xavier de Abreu pedio-lhe fosse permittido dar substituto idoneo para seu filho, o soldado Orlando Xavier de Abreu, que desertou em 1860 das fileiras do 2.º regimento de cavallaria ligeira, e hoje se acha impossibilitado de continuar no serviço do exercito; declaro a V. Ex. que na conformidade do art. 11 do Regulamento de 28 de Setembro de 1859, não podem as praças criminosas, ou indiciadas como taes, apresentar substitutos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

## N. 355.—JUSTIÇA.— AVISO DE 6 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente de Minas Geraes.— Declara que competem ao Juiz Municipal, que substitue ao de direito, todos os vencimentos do cargo, quando o effectivo não percebe ordenado; e no caso contrario sómente a gratificação e emolumentos, além do ordenado do lugar de Juiz Municipal.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio n.º 138 de 26 do mez passado transmittio V. Ex. uma cópia do que lhe dirigira o Juiz Municipal e de Orphãos do Termo das Tres Pontas, consultando se compete-lhe sómente a gratificação ou tambem o ordenado do cargo de Juiz de Direito da respectiva Comarca.

em cujo exercicio se achava por estar licenciado o effectivo. Em resposta declaro a V. Ex. para os fins convenientes que á vista das disposições do Decreto n.º 2531 de 18 de Fevereiro de 1860 e Lei n.º 560 de 28 de Junho de 1850, á que se referem os Avisos deste Ministerio de 4 de Julho de 1861 e 31 de Maio de 1864 e n.º 354 de 22 de Outubro de 1867 do da Fazenda, citados no parecer fiscal, tambem junto por cópia, competem ao Juiz Municipal que substitue ao de Direito todos os vencimentos do cargo, quando o effectivo não percebe ordenado e no caso contrario sómente a gratificação e emolumentos, além do ordenado do lugar de Juiz Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 356.—IMPERIO.—Em 6 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que é motivo de nullidade de eleição fazer-se a terceira chamada dos votantes no mesmo dia em que se tiver realizado a segunda.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 4 de Janeiro ultimo, em que o antecessor de V. Ex. dá conhecimento do acto, pelo qual resolveu annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu na parochia de S. José do Parahyba em Setembro do anno findo, declaro a V. Ex. que é approvado o referido acto, visto que, além de outras irregularidades occorridas na mesma eleição, deu-se a de se fazer a 3.ª chamada no mesmo dia em que se realizou a 2.ª, infringindo-se o preceito dos arts. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 e 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1869; o que constitue vicio substancial, segundo já foi declarado nos avisos ns. 491, 497 e 508 de 14, 17 e 21 de Novembro do anno findo, e em muitos outros.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---

N. 357. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS. — EM 6 DE AGOSTO DE 1869.

Recommenda o emprego de providencias, a fim de serem Schmidt, Kramer & Comp. compellidos a abrir mão das terras do Estado que illegitimamente occupão no lugar denominado Padre Eterno, e respeitados os titulos e posse de outras pertencentes ao Barão de Jacuhy & Comp.

Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A' vista do officio dessa presidencia de 15 de Maio do corrente anno, dos autos de embargos, verificação de medições, plantas e mais papeis, relativos á questão das terras no lugar denominado Padre Eterno, e com o dito officio transmittidos a este ministerio, em observancia do Aviso de 3 de Setembro de 1868, pelo qual foi determinado que, em execução dos Avisos de 6 de Novembro de 1861, 39 de Novembro de 1863 e do de 2 de Março de 1866, expedido em grão de recurso, e em virtude de resolução de consulta da Secção do Imperio do Conselho de Estado de 24 de Fevereiro do mesmo anno, se verificassem as irregularidades das medições das terras de que se dizem proprietarios os embargantes Schmidt, Kramer & Comp., e se dellas resultou a invasão do dominio publico, segundo se declara por parte dos embargados barão de Jacuhy & Comp. no intuito de se preencherem as prescripções legais, destinadas a proteger o direito das partes, e resguardar a propriedade do Estado, sem o que se não poderia proceder nos termos daquelle Aviso de 2 de Março de 1866, nem dos de 11 e 17 de Abril de 1867, relativos á entrega das terras aos embargados, medidas e demarcadas, que fossem devolutas, e se achassem desembaraçadas: havendo sido attentamente examinados; 1.º as memoriaes e relatorios ex-fl. 202 e fl. 223 do finado juiz commissario, coronel Ernesto Antonio Lassance Cunha, verificador das medições feitas por parte dos embargantes, e das executadas por parte do governo: 2.º o relatorio do engenheiro commissario Ernesto Diniz Street ex-fl. 329, e declarações annexas de varios ex-colonos que se queixarão dessas medições; 3.º a portaria contendo os quesitos formulados por essa presidencia em 23 de Outubro do anno passado, respostas e informações dadas em Janeiro do corrente anno pelo

dito Street com referencia áquelles trabalhos e a ratificação feita pelo agrimensor Telles de Freitas, constante de fl. 311 e seguintes; 4.º o termo de vistoria ex-fl. 461, e respectivo memorial descriptivo ex-fl. 489; 5.º a exposição de fl. 493 e conclusões submittidas á consideração dessa presidencia pelo engenheiro Manoel Barata Góes; 6.º finalmente a informação e parecer de fl. 503 do delegado das terras sobre o mesmo assumpto; e achando-se preenchidas as formalidades recommendadas no citado Aviso de 5 de Setembro de 1868 para o fim de se liquidar a questão pendente, e serem sanadas quaesquer faltas que pudessem ter occorrido anteriormente no respectivo juizo commissario: declara o Governo Imperial improcedentes os embargos e embaraços oppostos pelos embargantes á execução do supramencionado Aviso de 2 de Março de 1866 e respectiva resolução de consulta, e á posse e entrega das terras e competentes titulos aos embargados, constantes de fls. 423 e fls. 439. E estando, como está, demonstrado pelas referidas peças dos autos, e plantas juntas aos mesmos, não só que as medições feitas com exactidão na parte technica para effectividade da venda aos ditos embargados não pôde ser invalidada pelo que fizerão os embargantes em 1863, nas terras do Padre Eterno, a qual, além de não ter passado em julgado, fôra irregular, e invadira grande parte de terrenos do Estado, excedendo de muito os limites dos que legitimamente lhes devião pertencer; como ainda que, de envolta com estes, fizerão venda daquelles a colonos e outras pessoas, resultando dahi fazerem-se estabelecimentos encravados em grande parte dos transferidos originariamente aos embargados, e effectuar-se apenas a entrega da parte desoccupada, e constante dos autos de posse e dos titulos acima referidos; e constando outrossim que os embargantes, não obstante as discriminações a que se procedeu, com tolerancia em favor de taes estabelecimentos, e a vistoria que teve lugar ultimamente com as precisas formalidades, como declara essa presidencia em seu officio já citado de 15 de Maio deste anno, continuão a praticar actos attentatorios nas terras entregues ao embargados, ousando até, durante a pendencia de seu proprio recurso, e a despeito das ordens dessa presidencia e das intimações e editaes do juiz commissario, annunciar a venda dessas e outras terras que lhe não pertencem: cumpre que V. Ex., proseguindo na execução do Aviso de 2 de Março de 1866 em todas as suas partes, dê as mais terminan-

tes providencias ao seu alcance, não só administrativamente como nelle se recommenda, mas ainda a bem do emprego dos meios a cargo das autoridades criminaes ou policiaes, quaes no caso couberem, para o fim de compellir os embargantes a abrirem mão das terras que illegitimamente occupem e pertença ao Estado, de fazer respeitar os titulos e a posse judicial das terras entregues aos embargados, e de obstar a que continuem no acintoso proposito de venderem terras a que não têm direito. O que tudo communico a V. Ex. para sua intelligencia e solução definitiva dada sobre as questões acima referidas, devendo V. Ex. fazer juntar cópia authentica do presente Aviso e os papeis annexos aos autos que devolvo, a fim de baixarem ao juizo commissario, e inteira execução do Aviso de 2 de Março de 1866.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Antão Fernandes Leão.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

**N. 358.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 7 DE AGOSTO DE 1869.**

Approvando as tarifas telegraphicas para a transmissão dos despachos pelas linhas da empresa Kieffer.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 7 de Agosto de 1869.

Communico a Vm., em solução ao seu officio de 30 de Janeiro ultimo, que, por Portaria desta data, foi approvada, na conformidade da condição 11.ª do Decreto n.º 4350 de 5 de Abril do corrente anno, a tarifa para os despachos telegraphicos da empresa de que é Vm. concessionario, com a clausula de ser elevado a 30 o numero de 25 palavras, comprehendendo a assignatura do expedidor e a direcção. E como as expressões por Vm. empregadas para designar a mesma empresa possam produzir confusão e conflicto com a reparação do serviço telegraphico do Estado,

cumpre que Vm. substitua as Linhas telegraphicas do interior, por outra que claramente manifeste o caracter particular do serviço.

Outrosim cumpre, para evitar duvidas, que a nota do final do impresso que Vm. remetteu como modelo para seus telegrammas explique o modo como se começará a contar o tempo que fôr despendido para a transmissão e espera dos telegrammas.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão.*  
—Sr. F. A. Kiefler.

---

N. 339.—FAZENDA.—EM 9 DE AGOSTO DE 1869.

Dá provimento a um recurso relativo á apprehensão, na Alfandega de Aracajú, de diversos objectos nacionaes e estrangeiros, novos e usados, encontrados na bagagem de um passageiro do vapor *Dantas*, procedente da Bahia, parte dos quaes em fundos falsos de bahús.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, visto o recurso interposto por Sizio Barreiros da Cunha, da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da Alfandega de Aracajú que julgou procedente a apprehensão de varios objectos encontrados na bagagem do recorrente, á sua chegada da Bahia no vapor nacional *Dantas*, parte dos quaes em fundos falsos de dous bahús:

Considerando que não ha disposição alguma que sujeite á apprehensão mercadorias navegadas por cabotagem que já pagarão direitos de consumo;

Que entre as apprehendidas e relacionadas pelo apprehensor, como se vê do respectivo processo, ha



diversos objectos de ouro e prata e outros usados que não precisavão ser acompanhados de carta de guia, e nem são sujeitos ao pagamento do expediente, como é expresso no art. 632 do Regulamento das Alfandegas;

Que também foram comprehendidos na apprehensão objectos de produção e manufactura nacional, igualmente isentos de direitos;

Que a penalidade do art. 38 § 2.º do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863 sómente é applicavel ás mercadorias importadas de fóra do Imperio por passageiros que as conduzem como bagagem;

Finalmente, que a pena unica a que estão sujeitas as mercadorias já despachadas para consumo e transportadas de umas para outras Provincias do Imperio, ainda que como bagagem de passageiros, e acondicionadas em fundos falsos, ou de qualquer outro modo que indique fraude, é a do art. 628 § 3.º do citado Regulamento, isto é, o pagamento dos direitos de consumo:

Resolveu dar provimento ao mencionado recurso, mandando que, pagos os direitos de consumo das mercadorias estrangeiras, excepto porém dos objectos de ouro e prata e outros usados, e satisfeito também o expediente de  $1\frac{1}{2}\%$  das mercadorias de produção e manufactura nacional, sejam entregues ao recorrente todos os artigos apprehendidos, sem dependencia do pagamento da multa imposta, a qual não é cabida no caso de que se trata; e, quando o fosse, não deveria ter sido calculada na razão de dous terços do valor dos objectos apprehendidos, e sim na de metade do mesmo valor, na fórma do art. 6.º do Decreto n.º 4473 de 6 de Maio de 1868.

*Visconde de Haborahy.*

## N. 360.—FAZENDA.—EM 9 DE AGOSTO DE 1869.

Indica a pratica seguida pelo Thesouro, e que as Thesourarias podem adoptar, para a fiscalisação das contas das Mesas de Rendas e Collectorias, depois que foi supprimido o Livro de Contas correntes com os Administradores e Collectores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao officio n.º 449 de 23 de Outubro ultimo, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes pede autorisação para abrir no Diario e Livro Mestre, além da conta geral de Mesas de Rendas e Collectorias, contas especiaes a cada uma das Collectorias, ou nominaes a cada um dos exactores da Provincia.—que em face do art. 6.º § 3.º do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril do anno passado supprimindo no Thesouro a escripturação do Livro de Contas correntes com os Administradores de Mesas de Rendas e Collectores, medida que é extensiva ás Thesourarias de Fazenda por effeito da disposição do art. 43, não póde ter lugar semelhante autorisação, pois que ella importaria a renovação de serviços supprimidos, quando um dos pensamentos da reforma feita pelo citado Decreto foi a simplificação do trabalho. Outrosim que a fiscalisação que o Sr. Inspector tem em vista com a providencia solicitada, das contas especiaes, realisa-se facilmente no Thesouro mediante uma simples tabella ou apontamento dos prazos em que os Exactores devem recolher as rendas, na qual mencionão-se as sommas que se considerão em poder delles no fim de cada mez ou quartel, por não estarem legalisados os respectivos documentos de despezas, como algumas vezes acontece; pratica esta que póde ser adoptada na referida Thesouraria, continuando porém a escripturar nos Livros Diario e Mestre a conta geral—Mesas de Rendas e Collectorias.

*Visconde de Itaborahy*

---

## N. 361.—FAZENDA.—EM 9 DE AGOSTO DE 1869.

Declara inapplicaveis as regras da prescripção a um caso, em que as partes interessadas não poderão fazer valer os seus direitos de dominio sobre um objecto litigioso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia da Parahyba de 21 de Dezembro do anno passado, sob n.º 96, a que acompanhou o recurso interposto pela viuva e filhos de Manoel Valeriano de Sá Leitão da decisão proferida pela mesma Thesouraria, indeferindo um requerimento no qual os recorrentes pedião que se desse baixa em uma fiança exigida ao marido e pai dos mesmos recorrentes, para receber do Thesouro a quantia de 2:499\$840, provenientes da venda feita ao Governo de varios artigos bellicos, attenta a opposição que a esse recebimento fizera Antonio Vieira de Souza Meirelles, por declarar-se elle o dono dos objectos fornecidos, e bem assim a ordem n.º 2 de 46 de Janeiro de 1846, que mandou que subsistisse a fiança, enquanto não se fizesse certo e em juizo competente o direito de dominio sobre os objectos fornecidos, a respeito do qual direito se tinham suscitado duvidas perante a administração provincial:

Attendendo a que a condição imposta na ordem citada para o cancellamento da fiança não se tem realisado, porquanto o Poder Judiciário, segundo as informações constantes do mencionado officio, não proferio ainda a sua ultima e final decisão no litigio promovido por Souza Meirelles e Valeriano de Sá Leitão;

Considerando mais que o fundamento do pedido dos recorrentes á essa Thesouraria é improcedente, porquanto, sendo a extincção dos direitos por meio de prescripção uma pena imposta á negligencia do credor, não é ella applicavel a Souza Meirelles ou seus herdeiros, que não podião fazer valer contra a Fazenda Publica direitos ainda não reconhecidos e legitimados, e que dependião da decisão de outro poder para esse fim competente;

Considerando que nestas circumstancias inter-

rompe-se, a prescripção, visto o principio juridico — *Contra non valentem agere nulla currit prescriptio*;

Considerando que, quando procedente fosse esse fundamento, devia ser allegado e provado no juizo commum onde corre a causa entre os recorrentes e o referido Souza Meirelles, de modo que puzesse termo á mesma; e não perante as autoridades administrativas incompetentes para conhecerem e decidirem das questões de dominio:

Communica ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o dito recurso; observando-lhe porém que nenhum fundamento tem a execução promovida contra o recorrente para a cobrança da quantia recebida por seu marido, pois, emquanto não fôr reconhecido por sentença o direito de Meirelles, não podem ser compellidos os fiadores e ella a entrar para os cofres com a mencionada quantia; e nem prescreve o direito da Fazenda a haver-a senão depois de quarenta annos, na fôrma das Leis fiscaes, os quaes finda, pelo que consta do seu supracitado officio no anno de 1864.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 362.—FAZENDA.—EM 9 DE AGOSTO DE 1869.

A taxa dos escravos não é cobravel nas povoações que não tiverem, pelo menos, 23 casas habitadas e approximadas umas das outras; e a demarcação dos limites para tal cobrança, deve ser feita pelo collecter e dous cidadãos residentes no lugar, designados pela Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1869

Attendendo a representação dos moradores da povoação da Olaria da freguezia de Nossa Senhora da Guia no municipio da Estrella contra a demarcação dos limites da mesma povoação para a cobrança da taxa dos escravos, a qual, além de não

ser feita pelo respectivo collecter de conformidade com o art. 2.º § 2.º do Regulamento de 28 de Março do anno passado, comprehendeu os referidos moradores, que não podem deixar de ser considerados habitantes de districto rural, por não ter a mesma povoação reunidas 25 casas, como exige a circular de 19 de Março ultimo: declarou a V. S., para os fins convenientes, e que fica sem effeito aquella demarcação e isentos os peticionarios do pagamento do imposto alludido, visto que só estão a elle sujeitos os moradores de povoações que tiverem o numero de 25 casas aproximadas umas das outras conforme a supracitada circular, e não separadas por longos intervallos occupados por plantações, como a de que se trata; devendo ainda a demarcação ser feita pelo Collecter e dous Cidadãos residentes no lugar designados pela Camara Municipal, os quaes só podem ser substituidos por determinação do Thesouro no caso de decidida opposição ao cumprimento daquelle preceito legal.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*  
—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 363.—IMPERIO.—EM 9 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Declara quaes as disposições Legislativas pelas quaes se regula a capacidade dos estrangeiros, especialmente para contrahirem matrimonio.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de responder ao Aviso de V. Ex. de 12 de Fevereiro deste anno, relativo á Consulta da Legação de S. M. I. e R. Apostolica sobre a maneira por que se regula entre nós a capacidade dos estrangeiros, especialmente para contrahirem matrimonio.

Da capacidade dos estrangeiros residentes no Brasil para contractarem em geral, e dos contractos celebrados em paiz estrangeiro, tratão a Ordenação L. 3.º Tit. 59 § 1.º e o Decreto n.º 737 de 25 de Novembro de 1850 arts. 3.º, 4.º e 5.º

Em relação ao casamento, tratando-se de catholicos, a capacidade dos contrahentes e mais condições regulão-se pelo Concilio Tridentino e Constituições do Arcebispado; o matrimonio não pôde considerar-se existente, nem produzir effeitos civis sem que tenha sido celebrado por Parocho, a cujo cargo estão os registros respectivos, ou por sacerdote competentemente autorizado, incorrendo em pena o ecclesiastico que receber contrahentes não habilitados na conformidade das leis do Imperio (art. 247 do Código Criminal): tratando-se de individuos que professão religião differente da do Estado, a capacidade e mais requisitos para que o matrimonio produza effeitos civis, regem-se pelo Decreto n.º 1144 de 11 de Setembro de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—A' S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

N. 364.—IMPERIO.—EM 10 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Província da Bahia.—Declara que os Parochos, que se ausentão de suas parochias sem licença da autoridade civil, não tem direito á percepção dos seus vencimentos.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 10 de Agosto de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—O Padre Pedro Orlando Jatobá, Vigario da freguezia de Nossa Senhora do Rozario do Gentio da Comarca de Caeteté, em requerimento de 3 de Junho ultimo, informado por essa Presidencia em o 1.º de Julho, pede, allegando ter sido obrigado por força maior a deixar a sua parochia, que lhe seja abonada a congrua vencida de Julho de 1868 a Março do corrente anno, cujo pagamento lhe foi denegado.

Do requerimento e dos papeis que o acompanhão consta:—que em Dezembro de 1867 o peticionario

soffrêra violencia de seus parochianos; que lhe foi abonada a congrua até ao fim de Junho de 1868 á vista de attestado de residencia passado pelo seu Prelado; que posteriormente, apresentando attestado de haver cumprido o officio parochial por meio de seu coadjutor desde o 1.º de Julho de 1868, mas não tendo exhibido titulo de licença para comprovar sua ausencia da freguezia, desde a mesma data foi-lhe recusado o pagamento da congrua na forma das disposições vigentes; que finalmente, achando-se o peticionario na capital dessa Provincia, alcançara do Prelado licença por tres mezes, a contar, do que parece, do mez de Abril ultimo.

Declaro a V. Ex. para os devidos effeitos, e para fazêl-o constar ao dito Vigario, que, segundo tem sido decidido e se acha expresso em diversos Avisos, os parochos que se ausentão sem licença da autoridade civil não têm direito á percepção dos vencimentos, e a circular do Thesouro Nacional n.º 462 de 4 de Outubro de 1862 o fez peremptoriamente saber ás Thesourarias de Fazenda; que nem o motivo de força maior serve para explicar a longa ausencia do peticionario, nem, quando servisse, o inhibia de solicitar logo de seu Prelado e do Poder civil a precisa licença; que portanto não sómente perdeu o direito á congrua cujo pagamento requer, mas tambem não pôde perceber a correspondente ao tempo da licença concedida pelo Reverendo Diocesano, si não impetrou igual licença da autoridade civil.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 365.—FAZENDA.—EM 10 DE AGOSTO DE 1869.

Sendo as Secretarias das Presidencias Repartições Provinciaes, não são exigíveis emolumentos das patentes que expdem de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 40 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. em resposta ao seu officio de 7 de Junho ultimo, que, sendo

a disposição do art. 4.º do regulamento n.º 4356 de 24 de Abril do corrente anno extensiva aos actos praticados pelas Repartições Geraes e assignados pelos Presidentes das Provincias, e sendo a Secretaria da Presidencia uma Repartição Provincial, é evidente que mal e indevidamente se exigio emolumentos do feitiço das patentes de Capitão da Guarda Nacional de João Candido do Rego Farias e de José Claudino Ribeiro, aos quaes se refere o seu citado officio, tendo por isso elles direito ás respectivas restituições.

Deus Guarde a V. Ex. *Visconde de Itaborahy*.  
—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 366.—GUERRA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1869.

Declara que o pagamento das praças reformadas deve ser feito d'ora em diante pela Pagadoria das Tropas da Côrte.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução, que o pagamento das praças reformadas deve ser feito d'ora em diante pela Pagadoria das Tropas da Côrte, entrando ellas logo no gozo do respectivo soldo, conforme o preceito do Decreto de 10 de Outubro de 1844; e que, si alguma das mesmas praças residir em Provincia, o Commandante da companhia lhe abrirá o necessario assentamento, enviando a competente guia, que será transmittida á esta Secretaria de Estado, para os fins do citado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*. — Sr. João Frederico Caldwell.

---



## N. 367.—FAZENDA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1869.

O Escrivão de Mesa de Rendas ou Collectoria que obtem licença não póde entrar no gozo della sem ter nomeado, sob sua responsabilidade, pessoa idonea que o substitua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu officio n.º 40 de 10 de Junho ultimo, que approva a deliberação que tomou de mandar o Official da Secretaria dessa repartição, João Zeferino Rangel de Sampaio, servir o lugar de Administrador da Mesa de Rendas de Itapemerim, durante o impedimento do respectivo Escrivão, e o autorisa para mandar abonar-lhe a quantia de 100\$000 como ajuda de custo; observando-lhe todavia, que a licença concedida ao referido Escrivão, que estava exercendo interinamente o lugar de Administrador por se achar suspenso o effectivo, não devêra ter sido cumprida sem que o mesmo Escrivão nomeasse, sob sua responsabilidade, pessoa idonea que o substituísse durante o tempo da licença. Recommenda finalmente ao Sr. Inspector que não continue d'ora em diante a distrahir Empregados da Thesouraria no serviço das Mesas de Rendas e Collectorias, visto que para taes serviços podem ser designados quaesquer particulares abonados e de boa reputação, devidamente nomeados, como até agora se tem praticado.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 368.—FAZENDA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1869.

Os vapores que a Companhia de navegação —Bahiana— adquirir para o seu serviço, são isentos do imposto sobre a compra e venda das embarcações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, para seu conhecimento, que por despacho de 20 de Julho proximo passado resolveu o mesmo Tribunal dar provimento ao recurso interposto pela Companhia de Navegação —Bahiana,— da decisão que a obrigou ao pagamento dos direitos de 15% pela compra do vapor *Percora*, de conformidade com o art. 674 § unico do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e em vista da condição 13.<sup>a</sup> do contracto approvado pelo Decreto n.º 1038 de 30 de Agosto de 1852, por virtude do qual são isentos dos referidos direitos, todos os vapores que a mesma Companhia adquirir para seu uso.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 369.—FAZENDA.—EM 14 DE AGOSTO DE 1869

O valor locativo arbitrado, para o pagamento do imposto pessoal, a parte de um predio habitada por negociante, que no mesmo predio tem o negocio, deve ser deduzido da importância total do aluguel—no lançamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 35 de 26 de Fevereiro ul-

timo, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente o recurso interposto por Antonio José Ferreira Monteiro da decisão da referida Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Recebedoria, que indeferiu a petição do recorrente reclamando contra o lançamento de 800,5000 como base do imposto de 20 %, que deve pagar no exercício de 1868—1869 pela sua loja de louça da Rua Larga do Rosario n.º 32, resolveu deferir o mencionado recurso; porquanto, determinando o art. 3.º § 1.º do Regulamento n.º 4952 de 28 de Dezembro de 1867, que o imposto pessoal não comprehende a parte do predio occupado por loja, officina, escriptorio e estabelecimento de industria ou profissão, ainda que isenta do imposto sobre as industrias e profissões, e achando-se provado pelos documentos que acompanhão o dito recurso, que o recorrente pagou o imposto pessoal do sotão da casa da rua supracitada, onde tem o seu estabelecimento e reside com seus caixeiros, não devera ser o aluguel do mesmo sotão reunido ao da loja, para o lançamento do imposto de 20 %.

*Visconde de Rathorahy.*

---

N. 370.—FAZENDA.—EM 16 DE AGOSTO DE 1869.

Simplifica o systema da escripturação da Typographia Nacional, supprimindo alguns dos respectivos livros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Agosto de 1869.

Communico ao Sr. Administrador da Typographia Nacional que approvo a proposta feita em seu officio n.º 120 de 21 de Junho do corrente anno, da substituição de cinco livros de receita e despeza de inventarios por um de receita e outro de despeza, e da suppressão do de vendas do armazem, passando a sua escripturação a ser feita diariamente no livro caixa e nos de vencimentos e balanços, sendo desnecessario o livro de registro, á vista do disposto

no art. 35 § 2.º do Decreto de 6 de Abril do anno passado, devendo as minutas de officios, informações, etc. ser classificadas e encadernadas annualmente, e os livros de receita e despeza ser escripturados pelo novo systema desde o começo do exercicio de 1869—1870, ficando assim alterado o Regulamento de 30 de Setembro de 1859, mandado executar por Decreto da mesma data na parte relativa á criação de taes livros.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 371.—FAZENDA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1869.

Nega isenção de direitos para uus tijolos á imitação de mosaico, importados de Inglaterra por uma Irmandade, para o ladrilho do Corpo da respectiva Igreja.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, em resposta ao officio n.º 87 de 26 de Novembro ultimo, com que essa Presidencia transmittio o requerimento da Mesa Regedôra da Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Santo Antonio da Capital da Provincia, pedindo isenção de direitos para os tijolos á imitação de mosaico importados de Inglaterra para o ladrilho do Corpo da respectiva Igreja, que não havendo no Regulamento das Alfandegas disposição alguma que permita semelhante isenção, foi indeferido o mencionado requerimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

## N. 372.—FAZENDA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1869.

A isenção de direitos concedida á Companhia de Illuminação a gaz da Capital do Maranhão, deve contar-se da data da Lei que a decretou, e a restituição dos direitos pagos por machinismos anteriormente importados só póde verificar-se por acto do Poder Legislativo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 15 de Abril ultimo, que, á vista da Lei n.º 1567 de 6 de Junho de 1868, que autorizou o Governo Imperial a conceder isenção de direitos, por 25 annos, aos machinismos,apparelhos, tubos, combustores e materias primas importadas pela Companhia de Illuminação a gaz da Capital dessa Provincia, de conformidade com o art. 16 do contracto celebrado com o Governo da mesma Provincia, de 19 de Março de 1861, só póde a referida Companhia gozar deste favor da data da citada Lei em diante; cumprindo-lhe requerer ao Poder Legislativo para que lhe mande abonar a quantia de 9:514<sup>56</sup>/<sub>54</sub> que solicitou no requerimento transmittido ao Thesouro com o seu mencionado officio, paga pelos machinismos que importou e despachou para o gazometro da mesma Capital em 1863, como se tem praticado em casos semelhantes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

## N. 373.—FAZENDA.—EM 19 DE AGOSTO DE 1869.

As vagas que se forem dando no pessoal dos Guardas das Alfandegas, não devem ser preenchidas enquanto não se achar o mesmo pessoal reduzido ao numero fixado pelo Decreto de 6 de Maio de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da

Thesouraria de Fazenda do Maranhão, em resposta ao seu officio n.º 20 de 9 de Março ultimo, que acertadamente resolveu a consulta da Alfandega da dita Provincia relativa ao Guarda Cyrillo Antonio da Fonseca, o qual pretendia renovar o seu contracto, decidindo de accordo com o voto da Junta, que quanto a designação para formar-se o quadro dos Guardas existentes, e cujos contractos de engajamento tem de continuar, devia a mesma Alfandega aguardar as ultteriores determinações do Thesouro, na fórma da ordem n.º 75 de 5 de Novembro do anno passado; e quanto ás vagas dos Guardas que fossem acabando o tempo de seus contractos ou fallecessem, que só devião ser preenchidas depois que o respectivo pessoal se achasse reduzido ao numero fixado pelo Decreto de 6 de Maio do dito anno.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 374.—FAZENDA.—Em 19 de AGOSTO de 1869.

Sobre a substituição dos Thesoureiros das Thesourarias de Fazenda em seus impedimentos legais.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso, n.º 55 de 10 de Dezembro ultimo, no qual participa que por continuar doente o respectivo Thesoureiro, e haver adoecido o cidadão que o substitua, propuzera José Eugenio Moreira Serra, proprietario e negociante, para servir no impedimento daquelle Empregado e sob sua propria responsabilidade, o que fôra approvado pela Presidencia da Provincia; declara ao dito Sr. Inspector que não proceden regularmente: porquanto, o que lhe cumpria fazer, no caso de que se trata, era exigir do Thesoureiro a nomeação de pessoa que sob sua responsabilidade exercesse o emprego

enquanto durasse o seu impedimento, e se elle assim não praticasse, participal-o á Presidencia para nomear internamente um dos Empregados da Thesouraria; devendo sómente admittir-se o exercicio de pessoa estranha ao serviço da Fazenda depois de competentemente afiançada conforme a Circular n.º 28 de 10 de Setembro de 1867.

Não tendo sido, portanto, regular a nomeação interina de José Eugenio Moreira Serra, não pôde ella ser approvada: e na hypothese de continuar doente o Thesoureiro, deve o Sr. Inspector marcar-lhe prazo para nomear quem o substitua na fórma da Lei, e se não preencher essa obrigação, o mesmo Sr. Inspector, considerando abandonado o emprego, observará então o disposto na citada Circular: certo de que, em todo caso, cumpre-lhe ainda dar conta ao Thesouro do que occorrer a semelhante respeito.

*Visconde de Haborahy.*

---

N. 375.—MARINHA.—AVISO DE 20 DE AGOSTO DE 1869.

Declara o vencimento que se deve abonar aos machinistas contratados, quando respondendo a conselho de guerra.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.  
—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Considerando o que esse Quartel General expôz em officio n.º 869, de 13 do corrente, a proposito da questão levantada ácerca do vencimento que se deva abonar ao machinista de 3.ª classe contractado Felippe Benicio das Neves, no decurso do processo do conselho de guerra, a que se acha submettido, declaro:

Que, durante o tempo em que o predito individuo, e quaesquer outros extranumerarios responderem a conselho de guerra, e não forem desembarcados, assiste-lhes direito a perceber o meio soldo, segundo a provisão de 16 de Fevereiro de 1833, com referenciz

ã de 23 de Abril de 1790, desde que, como no caso vertente, se houverem sujeitado a todas as leis disciplinares e penaes em vigor na armada.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effectos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—  
Sr. Vice-Almirante, encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 376. — MARINHA. — AVISO DE 20 DE AGOSTO DE 1869.

Estabelece o pessoal, que deve ser empregado no serviço de praticagem dos navios da Armada no Rio da Prata e em seus afluentes, e marca os vencimentos que lhe devem ser abonados.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha, — Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Convindo fixar o pessoal, que deve ser empregado no serviço de praticagem dos navios da Armada no Rio da Prata, e em seus afluentes, e marcar os vencimentos, que lhe devem ser abonados nas diversas condições de serviço, houve por bem Sua Magestade o Imperador, tomando em consideração o que informou o Commandante em chefe da esquadra em operações no rio Paraguay e a Contadoria da Marinha, resolver o seguinte :

1.º O pessoal de praticagem se comporá de

- 1 Pratico-mór.
- 2 Praticos de 1.ª classe.
- 4 Praticos de 2.ª classe.
- 8 Praticos de 3.ª classe.

Praticantes em numero indeterminado.

2.º O Pratico-mór deve ter perfeito conhecimento da navegação dos referidos rios e achar-se habilitado, para desempenhar os deveres prescriptos nas instrucções, que baixarão com o Aviso de 11 de Setembro de 1868.

Os Praticos de 1.ª classe devem ter perfeito conhecimento da navegação do Rio da Prata, e de tres de seus afluentes.



Os de 2.<sup>a</sup> classe da navegação de tres rios indistinctamente, os de 3.<sup>a</sup> classe de dous, e os Praticantes de um sómente.

3.º Os Praticos de 3.<sup>a</sup> classe e os Praticantes devem ser praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros, que tenham adquirido, a juizo do Pratico-mór, na fórma da 12.<sup>a</sup> disposição das citadas Instrucções, os conhecimentos ora exigidos no artigo antecedente.

4.º O Pratico-mór e os das duas primeiras classes, que forem officiaes de patente, terão sempre direito ao soldo respectivo, e quando embarcados a uma gratificação mensal, que será de 300\$ para aquelle, de 230\$000 para os de 1.<sup>a</sup> classe, e de 200\$000 para os de 2.<sup>a</sup>

5.º Os Praticos, Officiaes de comissão, embarcados a bordo dos navios do Estado, terão direito ao soldo da gradação, e mais a gratificação correspondente à sua classe.

6.º Os Praticos extranumerarios, que forem chamados para o serviço dos navios do Estado, perceberão sómente a gratificação mensal de 230\$000.

7.º Os Praticos de 3.<sup>a</sup> classe e os Praticantes terão direito ao soldo respectivo, e mais a uma gratificação durante o tempo de exercício, que será para aquelles de 100\$000 mensaes, e para estes de 50\$000.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Vice-Almirante, encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 377.— GUERRA.— Em 20 DE AGOSTO DE 1869.

Declara o modo de proceder a respeito do espolio de um official prisioneiro de guerra Paraguay.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Commandante das Armas dessa Provincia remettido ao Ajudante General, com o seu officio de 16 de Junho ultimo sob n.º 140, o termo do espolio do Tenente prisioneiro de guerra

Paraguay, Pedro José Pereira, e uma nota das despesas feitas com o tratamento e funeral do mesmo, consultando de que modo se deve proceder a respeito do dito espolio; declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos, que deve ser este vendido em hasta publica, e uma vez satisfeitas as mencionadas despesas ser o saldo, se o houver, recolhido á Thesouraria da Fazenda em deposito para ajuste de contas com o Paraguay.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 378.—IMPERIO.—EM 21 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara ser irregular o procedimento de um membro da Assembléa Provincial que, sem licença desta, deixou de comparecer ás sessões e reassumio as funcções do seu emprego de Juiz Municipal.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 21 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 9 do mez findo communicou-me V. Ex. que, tendo-lhe representado a Assembléa Legislativa dessa Provincia sobre o procedimento do Bacharel Segismundo Antonio Gonçalves, Juiz Municipal do Termo de Alcantara, e membro da mesma Assembléa, o qual, depois de haver por alguns dias concorrido ás sessões, deixou de comparecer e reassumio as funcções de Juiz Municipal, sem que para isso tivesse obtido licença daquella corporação, declarára V. Ex. ao dito Bacharel que devia quanto antes passar o exercicio do cargo de Juiz Municipal a seu substituto legal, e voltar a exercer as funcções de membro da Assembléa Legislativa Provincial.

Em resposta declaro que é approvada a deliberação de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

## N. 379.—IMPERIO.—EM 21 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que é motivo de nullidade de eleição o facto de apparecer uma cedula de mais, que influa no resultado daquellea.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 21 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approva o acto pelo qual o antecessor de V. Ex. resolveu annullar a eleição de Juizes de Paz a que se procedeu em Setembro do anno findo na parochia da cidade de Sabará, segundo communicou em officio de 21 de Dezembro do mesmo anno; visto que, tendo apparecido na dita eleição uma cedula de mais, poderia este excesso, embora insignificante, influir no resultado da eleição, sendo, como se vê da acta da apuração, de um unico voto a differença entre o 4.º e o 5.º votados para Juizes de Paz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

## N. 389.—FAZENDA.—EM 21 DE AGOSTO DE 1869.

Responde aos Avisos do Ministerio da Agricultura a respeito da isenção de direitos pretendida pela Companhia da estrada de ferro do Jardim Botânico para os objectos por ella importados para o respectivo serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta aos Avisos que V. Ex. dirigio-me em 24 de Maio e 28 de Julho ultimos, cabe-me declarar-lhe que não me parecem no caso de ser despachados livres de direitos os objectos constantes das relações que remetteu-me,

destinados ao uso da Companhia da estrada de ferro do Jardim Botânico, conforme V. Ex. requisita.

E' certo que esta Companhia tem tido diversas concessões da natureza da que agora solicita, mas taes precedentes não achão apoio em nenhuma das disposições que lhes são relativas.

O Decreto n.º 1733 de 12 de Março de 1856, art. 12, estabeleceu que a Companhia tivesse livre de direitos a importação dos carros, carris, cavallos e quaesquer outros objectos concernentes ao serviço da empreza; mas o art. 18 do mesmo Decreto fez dependentes da Assembléa Geral Legislativa estes favores.

Foi depois a Lei n.º 1027 de 18 de Agosto de 1859 que fez extensiva a esta Companhia os favores concedidos á estrada de ferro do Recife a Olinda, e que são os seguintes:

Isenção dos direitos de importação durante o prazo marcado para construcção da estrada, e por mais 40 annos para os trilhos, locomotivas e carros, instrumentos,apparelhos, ferramentas, ferro em barra, ou de qualquer obra que se destine á empreza, carvão de pedra ou coke, e quaesquer outras materias que forem, *bona fide*, indispensaveis para a construcção e trabalhos da referida estrada.

O Decreto n.º 4145 de 5 de Abril de 1868 concedeu á Companhia « Botanical Garden Rail Road » authorisação para estabelecer-se no Imperio; e em 22 de Maio do mesmo anno celebrou-se novo contracto com Charles B. Grennough, como representante da dita Companhia, estabelecida em New-York.

Neste contracto nenhuma clausula se estabeleceu que fizesse extensiva á nova Companhia a concessão dos favores da citada Lei de 18 de Agosto de 1859; mas ainda quando não se entenda assim devem taes favores ser regulados pela dita Lei, a qual na isenção dos direitos não inclue os objectos necessarios para custeio da estrada.

Deus Guarde a V. Ex.—Visconde de Itaborahy—A' S. Ex o Sr. Joaquim Antônio Fernandes Leão.

---

## N. 381.—FAZENDA.—EM 21 DE AGOSTO DE 1869.

A disposição da Circular n.º 40 de 20 de Novembro de 1868 é extensiva ao exercício de 1868—69 e aos subsequentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que a Circular n.º 40 de 20 de Novembro de 1868, que manda escripturar no Ministerio da Fazenda, e no titulo—Despezas pagas e não escripturadas em exercicios anteriores—, as importancias que nos balanços tem figurado como saldos em poder de responsaveis, é extensiva ao exercício de 1868—69 e aos subsequentes, a fim de que se liquidem e desapareçam taes saldos; havendo porém toda a attenção em que com elles não se confundão despesas ainda não pagas, propriamente de exercicios findos, unicas que podem ser escripturadas nessa verba, depois de processadas na forma das Instrucções de 6 de Agosto de 1847.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 382.—IMPERIO.—EM 23 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que a criação de novas parochias, ou a mudança de suas divisas, só produz effeitos eleitoraes quando todo o territorio em que se deuta alteração pertence ao mesmo collegio eleitoral.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio de 14 de Maio ultimo participou o antecessor de V. Ex. que para a nova parochia de S. Bento de Bacurituba, creada com territorios desmembrados das de S. Bento dos Perizes e de

S. Vicente Ferrer, designára o numero de 11 eleitores, sendo oito tirados desta e tres daquella parochia, e feita esta distribuição sobre as bases das respectivas qualificações, nos termos do § 12 do art. 1.º do Decreto n. 1082 de 18 de Agosto de 1860; e bem assim que, tendo a Lei provincial da sua creação determinado que a nova parochia ficasse pertencendo ao municipio de S. Bento, ordenára tambem que os respectivos eleitores fizessem parte do collegio da villa do mesmo nome.

Em resposta declaro a V. Ex. que não é approvado o acto de seu antecessor, visto que, segundo a doutrina do Aviso n. 363 de 5 de Setembro do anno findo, expedido de conformidade com a Imperial Resolução de consulta de 2 do dito mez, e a disposição do art. 93 das instrucções de 31 de Dezembro do mesmo anno, a criação de novas parochias, ou a mudança das anteriores divisas, só produz effeitos eleitoraes quando todo o territorio desmembrado pertence ao mesmo collegio eleitoral; o que não se dá no caso presente, porquanto formão collegios eleitoraes diversos as parochias de cujos territorios se formou a nova parochia de S. Bento de Barrituba.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 383. —IMPERIO.—Em 23 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara ser motivo de nullidade de eleição fazer-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia em que se tiver realizado a 2.ª

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 2 de Janeiro ultimo, em que o antecessor de V. Ex. deu conhecimento do acto pelo qual annullou a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu, em Setembro do anno findo, na parochia de Candêas do municipio de Tamanduá, em razão de se ter feito a 3.ª cha-

mada dos votantes no mesmo dia em que se realiso a 2.<sup>a</sup>, infringindo-se o preceito do art. 48 da Lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846; declaro a V. Ex. que é approvado o dito acto, visto que a infracção arguida importa nullidade por violação de formula substancial, segundo a doutrina dos Avisos ns. 491, 497 e 508 de 14, 17 e 21 de Novembro do anno findo e outros anteriores.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 384.—IMPERIO.—EM 23 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Declara que é regular mandar-se proceder á apuração de uma eleição por outra Camara Municipal, quando a do lugar relucta em fazel-a.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de 21 de Janeiro ultimo, declaro a V. Ex. que é pelo Governo Imperial sustentada a deliberação, que tomou o antecessor de V. Ex., de mandar proceder, pela Camara Municipal da Villa de Picos, á apuração da eleição realisada na matriz da Cidade de Oeiras em Setembro do anno findo, e provisoriamente approvada na forma do art. 118 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, attenta a reluctancia em fazel-o da Camara Municipal respectiva, não obstante as ordens reiteradas que lhe forão expedidas para tal fim, e a disposição terminante da Lei.

Cumpré que V. Ex. informe se forão effectivamente responsabilisados os Vereadores de Oeiras, e qual o exito do processo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

---

**N. 383.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 23 DE AGOSTO DE 1869.**

Declarando ao Director dos Telegraphos que é da sua competência a execução das Instruções que baixarão com o Aviso de 3 de Dezembro de 1868.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 23 de Agosto de 1869.

Competindo á essa Directoria executar as Instruções, que baixarão com o Aviso deste Ministerio de 3 de Dezembro do anno passado, cumpre-lhe marcar as gratificações de transporte, que devem perceber os empregados que lhe são subordinados, quando sahirem fóra dos limites urbanos, com excepção unicamente das gratificações que deverem ser abonadas á essa Directoria por iguaes serviços, as quaes serão marcadas por este Ministerio. Convém entretanto observar-lhe que para regular com justiça o abono dessas gratificações deve ter muito em vista a natureza do serviço, de que fôr incumbido o empregado, e as difficuldades inherentes á commissão.

Fica assim respondido seu officio de 14 do corrente sob n.º 277.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão.*  
—Sr. Director Geral dos Telegraphos.

---

**N. 385.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 24 DE AGOSTO DE 1869.**

Declarando ao Presidente da Bahia de que pessoal se deve compor a commissão da tomada de contas da estrada de ferro da mesma Provincia.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 24 de Agosto de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Segundo foi determinado por Aviso deste Ministerio de 22 de Abril de 1862 e 20 de Maio



de 1867 a commissão de tomada de contas das estradas de ferro se deve compôr do Engenheiro Fiscal, a quem incumbe o exame moral das contas, de um empregado da Thesouraria de Fazenda encarregado do exame arithmetico, e do representante da Companhia; não ha pois fundamento, nem necessidade da nomeação de um terceiro membro por parte do Governo, como propõe V. Ex. em seu officio de 2 do corrente, que assim fica respondido.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 387.—JUSTIÇA.—AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara que ao Poder Executivo não compete tomar conhecimento de questões pertencentes ao Poder Judiciario.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio de 26 de Junho ultimo submetteu V. Ex. a decisão do Governo Imperial a seguinte consulta da Camara Municipal de Campinas « se o auto de infracção de postura é da substancia do processo e se nos processos desta ordem é indispensavel o juramento por parte do Procurador da Camara. »

Sendo esta questão da competencia do Poder Judiciario, por elle deve ser resolvida quando applicar a lei aos casos occorrentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---

## N. 388.—JUSTIÇA.—AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Ministerio dos Negocios da Guerra.— Declara que perde o direito á nomeação o empregado deste Ministerio que, dentro do prazo legal, não entrar em exercicio do cargo para que foi nomeado.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A 4 de Maio ultimo communicou V. Ex. que fôra nomeado o Bacharel Francisco Pereira Corrêa, membro da Junta Militar de Justiça do exercito em operações no Paraguay, e solicitou que fosse considerado em commissão esse Magistrado que é Juiz de Direito da comarca da Bagagem, em Minas Geraes.

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que, em virtude do Decreto n.º 4302 de 23 de Dezembro do anno passado, perde o direito á nomeação o empregado deste Ministerio que, dentro do prazo marcado no mesmo Decreto, não entra no exercicio do emprego para que é nomeado.

Não constando, pois, que aquelle Juiz tenha entrado em exercicio, não pôde ter lugar a providencia solicitada por V. Ex. a quem Deus Guarde.—*José Martiniano de Alencar*.—A' S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

---

## N. 389.—JUSTIÇA.—AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— Declara que deve ser mantida a intelligencia do Aviso de 30 de Julho de 1868 acerca dos effeitos de pronuncia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 32 de 19 de Junho ultimo communicou V. Ex. que, tendo-lhe o Juiz de Direito de Parintins participado haver nomeado para

o cargo de Promotor Publico interino da Comarca a Manoel do Nascimento Figueira, declarou-lhe V. Ex. que, achando-se o dito Figueira pronunciado desde 2 de Março ultimo pelo Juiz de Direito da Capital, não podia subsistir tal nomeação, por achar-se elle sob os effeitos de uma pronuncia; e sujeitou esta sua decisão á approvação do Governo Imperial.

Em resposta declaro a V. Ex. que a questão, de que se trata, está resolvida pelo Aviso de 30 de Julho do anno passado, cuja intelligencia deve ser mantida.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

N. 390.—FAZENDA.—EM 23 DE AGOSTO DE 1869.

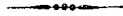
Os requerimentos pedindo certidões e attestados não pagão sello além daquelle, a que estão sujeitos as certidões, attestados e outros documentos de qualquer designação, que nos mesmos se lavrarem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vistas as duvidas suscitadas em algumas Repartições de Fazenda, se os requerimentos em que se passam certidões e attestados devem pagar o sello de 200 réis, além daquelle a que estão sujeitos esses documentos, attenta á observação final do art. 48 do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril ultimo, a qual não permite escrever em cada meia folha de papel dous ou mais actos sujeitos ao sello, salvo pagando-se o que fôr devido de cada um; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, visto serem escriptas as ditas certidões nos proprios requerimentos, e passadas em virtude delles, não se podem estes considerar actos distinctos daquellas, no sentido da dita observação

final, que só se refere aos actos sujeitos ao sello que, escriptos com outros na mesma meia folha, o possam ser em separado, por serem independentes entre si, e que assim, e como dispunha a legislação anterior, que nesta parte não foi alterada pelo dito Regulamento, só devem pagar taes requerimentos o sello das certidões, attestados ou documentos de qualquer designação que nelles se passarem, estando apenas sujeitos ao sello de 200 réis, conforme o art. 78 do mesmo Regulamento, os requerimentos, petições iniciaes, memorias e memoriaes avulsos, dirigidos a qualquer Autoridade, quando por si só puderem dar principio a algum processo administrativo ou judicial de natureza graciososa ou contenciosa, ou quando a elles forem juntos como documentos, não sendo dos isentos pelo art. 21 do Regulamento citado.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 391.—FAZENDA.—EM 26 DE AGOSTO DE 1869.

Vencimentos que competem aos Ajudantes dos Administradores de Capatazias e Fieis de Armazens, quando substituem os mesmos Administradores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1869.

Declaro a V. S., para os fins convenientes que, os vencimentos que cabem aos Ajudantes dos Administradores de capatazias e Fieis de armazens quando substituem os mesmos Administradores, se devem regular pelo disposto no art. 117 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; porquanto, se bem que a ultima parte do art. 187 do mesmo Regulamento *prima facie* parece comprehender os ditos Empregados, visto tratar delles na primeira, só se deve applicar aquella disposição aos mandadores e conferentes das Capatazias, os quaes são meros jornaleiros como os demais empregados das Capatazias, segundo a Ordem de 17 de Maio de 1866, e não aos ditos Empregados que, sendo de nomeação

do Governo e fazendo parte do quadro dos Empregados das Alfandegas, estão nas mesmas condições destes ultimos para o fim de gozarem, nos casos de substituição, licenças e outros, das vantagens que o dito Regulamento concede aos mesmos; e nem outra intelligencia pôde ter o art. 187, visto que seu preceito se deve entender de harmonia com esses principios, aos quaes está subordinado.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro, Director Geral da Contabilidade.

---

N. 392.—GUERRA.—EM 28 DE AGOSTO DE 1869.

Declara como se deve considerar o alistamento de uma praça, que já tendo servido no exercito não completou o tempo de seu primeiro alistamento.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 28 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio sob n.º 88 de 4 do corrente, em que V. Ex. consulta a este Ministerio se se deve considerar como nova praça, com direito ao premio de 300\$000, marcado no Decreto de 1 de Maio de 1858, a do voluntario Mauricio José de Santa Ignez, a quem se mandou alistar na companhia de caçadores á cavallo dessa Provincia, ou se se deve contar o tempo de praça anterior, por isso que já servio no exercito tambem como voluntario, para se abater a referida prestação; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e governo, que se o referido voluntario fôr julgado apto para o serviço de exercito pela respectiva Junta Militar de Saude, deve ser accito para acabar o tempo de seu primeiro alistamento, tendo direito somente ás prestações de premio que deixou de receber quando foi escuso, o que tudo será averbado no titulo que lhe foi entregue por occasião de sua primeira praça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

**N. 393.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1869.**

Declarando o modo como deve ser pago dos seus vencimentos o Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho.

3.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.<sup>s</sup>—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 28 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. em resposta ao seu officio n.º 334 de 29 de Julho ultimo, que sendo excepcional a commissão do Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho não pôde ser regulada quanto ao pagamento de seus vencimentos pela disposição do art. 103 da Lei de 4 de Outubro de 1831; convido portanto que V. Ex. a este respeito proceda na conformidade da resolução tomada pelo Aviso de 10 do mez passado sob n.º 30 com referencia aos Avisos de 31 de Julho de 1868 e 28 de Junho ultimo, expedido a essa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



**N. 394.—FAZENDA.—EM 30 DE AGOSTO DE 1869.**

Os titulos expedidos pelas Secretarias das Presidencias não estão sujeitos ao imposto creado pelo Decreto n.º 4336 de 24 dº Abril ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 23 de Junho ultimo, que, sendo as Secretarias das Presidencias Repartições provinciaes, não estão sujeitas ao imposto creado pelo Decreto n.º 4336 de 24 de Abril do corrente anno os titulos por ellas expedidos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



**N. 395.—FAZENDA.—EM 30 DE AGOSTO DE 1869.**

Declara não estar ainda em vigor a Tabella dos vencimentos dos Officiaes do Corpo de Fazenda da Armada, a que se refere o Decreto n.º 4173 do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Marinha do 1.º de Junho ultimo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que não paguem os vencimentos dos Officiaes do Corpo de Fazenda da Armada pela Tabella que baixou com o Decreto n.º 4173 de 6 de Maio do anno passado, a qual ainda não está em vigor.

*Visconde de Itaborahy.*

---

**N. 396.—IMPERIO.—EM 31 DE AGOSTO DE 1869.**

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Declara ser motivo de nullidade de eleição organizar-se a Mesa Parochial por modo diverso do que preceitua a Lei.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Com officio de 7 de Dezembro do anno findo transmittio-me o antecessor de V. Ex. cópias das actas da eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro na Parochia de Santa Philomena do Municipio de Paranaguá, e da portaria da mesma data, pela qual annullou a dita eleição, fundado na infracção que se deu do preceito contido no art. 8.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.

Verificando-se da acta da organização da mesa que, na falta dos eleitores que não comparecerão, o Juiz de Paz presidente convidou um cidadão para representar

a respectiva turma, este chamou outro, e os dous constituirão-se membros da mesa, quando na fôrma do citado artigo devêra o dito Juiz convidar para aquelle fim seu immediato na ordem da votação, e se este não comparecesse até o dia seguinte pelas 9 horas da manhã, o que se seguisse, e assim por diante; está provado o fundamento alludido. Sendo essenciaes os preceitos que regulão o modo pelo qual se organisão as meças parochiaes, é insanavel a nullidade de que se trata.

E pois, sustentando o acto do antecessor de V. Ex., ordena o Governo Imperial que V. Ex. mande proceder na dita Parochia a nova eleição de Juizes de Paz unicamente, visto constituirem os respectivos votantes a minoria do municipio, como consta do officio a que respondo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Piauhv.

---

N. 397.—IMPERIO.—EM 31 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Piauhv.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º organizar-se a Mesa Parochial por modo diverso do que preceitua a Lei; 2.º presidir a Juiz de Paz menos votado, achando-se o mais votado em exercicio de suas attribuições.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 30 de Dezembro do anno findo, em que o antecessor de V. Ex. communica ter annullado as eleições feitas em Setembro do mesmo anno para Vereadores e Juizes de Paz na Parochia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa dos Picos, uma sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, e a outra presidida pelo 2.º.

E o mesmo Augusto Senhor, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem mandar declarar que é approvedo o referido acto, porquanto:



Na eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz foi a mesa parochial organizada com infracção do que preceituão os arts. 8.º e 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856. Não tendo comparecido os eleitores e os suplentes forão pelo dito Juiz convidados, para representar as respectivas turmas, dous cidadãos que não tinham os requisitos exigidos nos referidos artigos, os quaes por seu turno convidarão a dous outros e com elles constituirão-se membros da mesa.

Na eleição presidida pelo 2.º Juiz de Paz, além da incompetência deste Juiz porque o 1.º achava-se no exercicio de suas attribuições, a precipitação dos actos do processo eleitoral, como são narrados nas actas, determina fundadas duvidas sobre a exactidão do que nas mesmas actas se contém. Sendo 1416 os cidadãos qualificados, fizeram-se as duas primeiras chamadas no mesmo dia 7, depois de organizada a mesa: no dia 8 a 3.ª; e no dia 9 a apuração de 1040 cédulas para Vereadores e para Juizes de Paz. Respeitadas as formulas da Lei, é manifestamente impossivel que, em tão pouco tempo, se concluíssem os trabalhos que se dizem feitos nos dias 7 e 9.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. —  
Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

---

N. 398.—IMPERIO.—EM 31 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que, não comparecendo os Juizes de Paz mais votados, cabe ao menos votado tomar a presidencia da Assembléa Parochial.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao officio de seu antecessor de 5 de Dezembro do anno findo, em que submette á deliberação do Governo Imperial o acto pelo qual julgou válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro do mesmo anno, na Parochia da Telha, sob a Presidencia do 3.º Juiz de

Paz, que é approvado o referido acto, pois que das actas respectivas, e documentos que acompanharão aquelle officio, vê-se ter a eleição corrido regularmente, e que foi presidida pelo 3.º Juiz de Paz, por não terem comparecido na Matriz o 1.º e 2.º, pretextando o 1.º, para justificar sua ausencia e a deliberação que tomou de adiar a eleição para o dia 7 do mez seguinte, a existencia de compressão por força armada dirigida pelas autoridades policiaes; o que não foi provado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 399. IMPERIO. — EM 31 DE AGOSTO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara: 1.º que podem servir conjuntamente como Vereadores — tio e sobrinho—; 2.º que são nullos os votos dados para Vereador a pessoa não qualificada; 3.º que os parochos não podem exercer as funcções de Vereador.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio de 19 de Novembro do anno findo, participou o antecessor de V. Ex. que, em resposta a uma consulta que lhe fôra feita pela Camara Municipal da Villa da Imperatriz, declarára:

1.º Que podião servir conjuntamente como Vereadores—tio e sobrinho—, visto que o art. 23 da Lei do 1.º de Outubro de 1828 só prohibe que sirvão conjuntamente—pai e filho, irmãos ou cunhados emquanto durar o cunhadio;

2.º Que não se devia expedir diploma de Vereador ao Vigario da Freguezia da referida Villa, o qual fôra eleito sem estar qualificado; porquanto, além de serem nullos os votos dados ao cidadão não qualificado, não podem os Parochos exercer as funcções de Vereador, como é expresso no Aviso n.º 141 de 7 de Abril de 1862.

Em resposta ao referido officio declaro que o Governo Imperial approva por seus fundamentos a deliberação do antecessor de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 400.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 31 DE AGOSTO DE 1869.

Tornando extensiva á estrada de ferro da Bahia o pagamento das despezas com as differenças de cambio pela remessa da receita liquida da mesma estrada.

3.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 31 de Agosto de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu officio de 12 do corrente, acompanhado do relatorio sobre as contas da receita e despeza de custeio da estrada de ferro dessa Provincia, concernente ao mez de Junho findo, declaro a V. Ex. que fica desta data em diante extensiva á estrada de ferro da mesma Provincia a doutrina estabelecida no Aviso incluso por cópia, acerca da differença de cambio, pela remessa da receita liquida da estrada de ferro de Pernambuco; prevenindo a V. Ex. porém que esta medida não regulará de nenhum modo os factos anteriores.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 401.—GUERRA.—EM 2 DE SETEMBRO DE 1869.

Declara o modo por que deve ser considerado o tempo de duração das cavalgaduras abonadas ao Commandante em Chefe das forças em operações no Paraguay.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 1869.

Consultando Vm. á este Ministerio em o seu officio de 6 de Agosto ultimo, qual o modo por que deve ser considerado o tempo de duração das cavalgaduras abonadas ao Duque de Caxias, como Commandante em Chefe das Forças em operações no Paraguay; declaro a

Vm., tendo ouvido o Procurador da Corôa, que, na forma da legislação em vigor, o tempo de duração daquelle abono deve ser contado até a data, em que o mesmo Duque passou o commando das referidas Forças ao seu immediato.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Muritiba*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

---

N. 402.—FAZENDA.—EM 3 DE SETEMBRO DE 1869.

A isenção dos direitos de Alfandega não importa a de expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 59 de 28 de Agosto findo, ao qual acompanhou a cópia do requerimento em que a Companhia Rio de Janeiro Street Rail Way pede isenção do pagamento do expediente para os objectos que tiver de importar concernentes ao serviço da mesma Companhia, communico a V. Ex., para os fins convenientes, que a isenção dos direitos de Alfandega não importa a do expediente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão.

---

## N. 403.—FAZENDA.—EM 6 DE SETEMBRO DE 1869.

Responde a uma consulta do Fiscal do Banco da Bahia sobre o tempo em que devem começar a vigorar as reformas feitas nos Estatutos do Banco, e sobre a eleição dos novos Directores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Setembro de 1869.

Em resposta ao officio de 15 de Março ultimo em que V. S. consulta:

1.º Qual o espaço que deve mediar entre o recebimento dos novos Estatutos approvados e a eleição da direcção de cinco membros nelles marcados:

2.º Se dos Directores que actualmente servem, os que forem excluidos por effeito da substituição da quinta parte da direcção, podem ser eleitos para a nova directoria, que se ha de escolher de conformidade com os novos estatutos:

3.º Se os Directores que se demittirem, para evitar o sorteio em que terião de entrar por igualdade de antiguidade com outros, podem ser reeleitos para a nova direcção, ficando assim em melhores condições do que aquelles que, cumprindo o preceito da lei, forem excluidos pela sorte; tenho de declarar a V. S.:

Quanto ao 1.º quesito, que findos 60 dias depois de registradas as reformas feitas nos Estatutos do Banco, podem começar as suas operações pelo novo regimen, conforme o art. 13 combinado com o art. 48 do Decreto n.º 2714 de 19 de Dezembro de 1860.

Quanto ao 2.º que continuando o Banco a ser a mesma entidade não é licito aos Directores substituidos serem novamente eleitos, porque importaria essa eleição uma infracção do art. 2.º § 11 da Lei de 22 de Agosto de 1860, a qual devendo ser considerada como disposição addenda aos referidos Estatutos, não foi até hoje revogada.

Finalmente, quanto ao 3.º quesito, que os Directores que estiverem no seu 5.º anno de administração não podem ser reeleitos ainda que antes se hajão demittido, e quanto aos outros não ha duvida sobre sua eleição em vista do § 13 do art. 2.º da citada Lei e 10 paragrapho unico do Decreto n.º 2683 de 10 de Novembro de 1860.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Fiscal do Banco da Bahia.

---

N. 404. — IMPERIO. — EM 9 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara: 1.º que ás Camaras Municipaes cumpre proceder á apuração dos votos das eleições de Vereadores e Juizes de Paz, não obstante allegarem-se irregularidades; 2.º que para a eleição de Vereador a lei não exige que sejam continuos os dous annos de residencia no Termo; 3.º que pai e filho, irmão ou cunhado, não devendo servir conjunctamente como Vereadores, mas só o mais votado, podem ser chamados para substituirem-se em caso de impedimento.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Solvendo duvidas propostas pela Camara Municipal da Villa de Benevente, relativas á eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu na mesma Villa em Setembro do anno findo, declarou o antecessor de V. Ex., segundo communicou em officio de 16 de Novembro do mesmo anno:

1.º Que devia aquella Camara proceder á apuração dos votos da referida eleição, e expedir diplomas aos eleitos, nos termos do art. 105 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, apezar das irregularidades allegadas contra a sua validade pelo proprio Juiz de Paz que a presidio, e haver este Juiz declarado que a mesa parochial já expedira os diplomas;

2.º Que devia a mesma Camara expedir diploma de Vereador ao Dr. Heleodoro José da Silva que, sendo nascido e criado naquella Villa, da qual se ausentára apenas por algum tempo para completar sua educação litteraria, fôra legalmente eleito, visto que o art. 98 da citada lei não exige que sejam continuos os dous annos de residencia dentro do Termo, como já declararão os Avisos de 12 de Abril de 1851, n.º 373 de 20 de Outubro de 1837, e n.º 12 de 7 de Janeiro de 1861;

3.º Que, dispondo o art. 23 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, que não podem servir conjunctamente como Vereadores pai e filho, irmãos e cunhados emquanto durar o cunhadio, devendo no caso de serem eleitos preferir o que tiver maior numero de votos; não devia a Camara expedir diploma de Vereador ao cidadão Francisco José da Silva, irmão do Dr. Heleodoro José da Silva, e eleito por menor numero de votos, mas sim ao votado em oitavo lugar: devendo ser chamado aquelle

cidadão nos impedimentos de seu irmão como determinão os Avisos de 6 de Novembro de 1833, e 386 de 6 de Setembro de 1861.

Em resposta communico a V. Ex. que tem fundamento e é approvada a solução por V. Ex. dada aos quesitos sobre os quaes foi consultado pela Camara Municipal de Benevente.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N. 403. — IMPERIO. — EM 9 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas. — Declara: 1.º que a attribuição, conferida aos Presidentes de Provincia, de decidirem provisoriamente da validade das eleições de Vereadores e Juizes de Paz só pode ser exercida na hypothese da parte final do art. 118 da Lei de 18 de Agosto de 1846; 2.º que é motivo de nullidade fazer parte da mesa parochial um liberto.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 22 de Janeiro ultimo, deu o antecessor de V. Ex. conhecimento do acto da mesma data, pelo qual annullou a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro do anno findo na parochia do Bom Successo, do municipio de S. João d'El-Rey, pelo motivo de ter servido um liberto como membro da respectiva mesa parochial.

Cabe-me em resposta observar a V. Ex. que, em 22 de Janeiro ultimo, não podia mais o antecessor de V. Ex. decidir, ainda que provisoriamente, da validade de eleições de Vereadores e Juizes de Paz, sendo que tal attribuição só compete aos Presidentes de Provincia na hypothese, que, ao tempo da decisão, não se dava, expressada na parte final do art. 118 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Estando porém provada, com os documentos que acompanharão o referido officio, a exactidão do fundamento allegado, declaro a V. Ex. que o Governo Impe-

rial proferio a annullação da referida eleição, porquanto, não podendo o liberto ser eleitor nos termos do art. 53 § 2.º da citada lei, não pôde também fazer parte da mesa parochial, na conformidade do art. 29 da mesma lei, e do art. 17 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 403.—FAZENDA.—EM 10 DE SETEMBRO DE 1869.

Os Oppositores da Escola de Marinha quando substituem os Lentes só tem direito aos vencimentos destes, embora exerção ao mesmo tempo os deveres do seu lugar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 3104 de 29 de Julho ultimo, relativo á duvida proposta pelo Director da Escola de Marinha, declaro a V. Ex. que, nos casos em que os Oppositores substituem os Lentes e exercem também os deveres de seu lugar, o Thesouro costuma abonar unicamente os vencimentos de Lente, na forma do art. 98 do Regulamento da mesma Escola, o qual acompanhou o Decreto n.º 2163 de 1 de Maio de 1858, visto não haver disposição alguma que, no caso de accumular o Oppositor as duas funcções, lhe marque maior vencimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

---



## N. 407.—JUSTIÇA.—EM 11 DE SETEMBRO DE 1869.

Firma a intelligencia do Aviso de 9 de Julho ultimo a respeito das declarações que devem conter os attestados de obitos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1869.

Declaro a V. S., em resposta ao que representou a 13 de Agosto ultimo, que, á vista do art. 9.º do Decreto n.º 2812 de 3 de Agosto de 1861, os facultativos são obrigados a mencionar nos attestados de obitos, que passarem, o nome e o cognome, a naturalidade, idade, condição, estado, profissão e morada do finado, a moléstia de que falleceu e o dia e hora do fallecimento, devendo nessa conformidade ser executado o Aviso deste Ministerio de 9 de Julho ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Chefe de Policia da Côte.



## N. 408.—FAZENDA.—EM 13 DE SETEMBRO DE 1869.

As quitações passadas pelos pensionistas do Monte Pio de quantias superiores a 50\$000, bem como os requerimentos, certidões, attestados e mais documentos que pelo mesmo transição devem pagar o sello fixo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. em resposta ao seu officio n.º 8 de 4 de Agosto ultimo, que as quitações que passam os pensionistas desse Monte Pio das quantias que recebem excedentes a 50\$000, os requerimentos, certidões, attestados e mais documentos que por ahí transitão, estão sujeitos ao pagamento do sello fixo, á vista do art. 21 do Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.—A' S. Ex. o Sr. Presidente interino do Monte Pio dos Servidores do Estado.



N. 409.—FAZENDA.—EM 15 DE SETEMBRO DE 1869.

As certidões, replicas e informações, os attestados e autos que se escreverem na meia folha do requerimento ou mandado judicial, em virtude do qual forem passados, não estão sujeitos ao imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que as certidões, replicas e informações, os attestados e autos que se escreverem na meia folha do requerimento ou mandado judicial, em virtude do qual taes actos forem passados, não estão sujeitos ao imposto do sello, visto não ser applicavel, neste caso, a disposição final do art. 48 do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 410.—FAZENDA.—EM 15 DE SETEMBRO DE 1869.

Dá provimento a um recurso de decisão da Alfandega da Côte que obrigou a parte a pagar direitos de reexportação de mercadorias em transitio, e declara não ser necessario o deposito em entreposto para gozarem as mercadorias do favor do art. 622 do Regulamento de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Joaquim José de Souza Imenes & Comp. da decisão dessa Inspectoria que os obrigou ao pagamento de direitos de reexportação de um carregamento de xarque e couros vindo do Rio da Prata na barca nacional *Rio de Janeiro*, pela razão de que só no caso de descarga para entreposto e de entrada do navio por franquia poderiam os ditos generos gozar do favor legal; e o mesmo Tribunal:

Considerando que as mercadorias destinadas a portos estrangeiros que transitarem pelo Imperio não são sujeitas a direito algum de transito (art. 622 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860), e que são reputadas mercadorias de transito não só as que forem mencionadas nos manifestos das embarcações que as transportarem, ou que pertencerem ás embarcações que derem entrada por franquia dentro de 12 dias (art. 623 §§ 1.º e 2.º do Regulamento das Alfandegas e Decreto de 31 de Dezembro de 1863, art. 4.º § 1.º) e até mesmo as embarcações que não trouxerem no manifesto declaração para outro porto e derem entrada por franquia dentro do prazo legal (Ord. n.º 28 de 29 de Janeiro de 1858);

Considerando que os recorrentes fizeram dentro de 12 dias a declaração de transito exigida pelos citados Regulamentos;

Resolveu dar provimento ao referido recurso.

O que communico a V. Ex. para o devido conhecimento, e a fim de que se sirva fazer restituir aos recorrentes os direitos que indevidamente pagáráo: con-vindo outrosim declarar a V. Ex. que não é necessario o deposito das mercadorias em entreposto para gozarem do favor do art. 622 do Regulamento de 1860 e Decreto de 31 de Dezembro de 1863 acima mencionados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 441.—FAZENDA.—EM 16 DE SETEMBRO DE 1869.

A circumstancia de serem feitos nas provincias os requerimentos em que se peção certidões á Repartições da Côrte, nada influe para a cobrança do sello e emolumentos a que taes documentos estão sujeitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução á consulta constante do Aviso que V. Ex. dirigio-me em 19 de Julho ultimo, cabe-me declarar-lhe que a circumstancia de

ser feito na Província o requerimento em que se pede certidão a alguma das Repartições da Córte, nada influe para a cobrança do sello e emolumentos a que estão sujeitos semelhantes documentos; porquanto, devem estes impostos ser cobrados das pessoas aqui encarregadas de receber as ditas certidões das Repartições que as passarem.

Entretanto, como possa acontecer que, depois de requerida e passada a certidão, não appareça quem a procure, por não ser mais necessaria, ou porque não queira satisfazer o respectivo sello e emolumentos; convem que a Repartição que a tiver passado, depois de decorridos seis mezes, a remetta á autoridade competente para exigir da parte, que tiver assignado o requerimento, a indemnisação de emolumentos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —  
A' S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.



N. 412. — IMPERIO. — EM 16 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que é motivo de nullidade de eleição fazer parte da Mesa Parochial pessoa não qualificada.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo, na eleição a que se procedeu em Setembro do anno findo para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Bambuhy, do municipio da cidade de Formiga, servido na respectiva mesa parochial o cidadão Joaquim Baptista Machado, que não se achava qualificado; resolveu o antecessor de V. Ex., segundo participou em officio de 30 de Dezembro do mesmo anno, annullar a dita eleição á vista da doutrina do Aviso n.º 46 de 28 de Janeiro de 1861 e outros.

Em resposta ao referido officio declaro que é approvedo, por seu fundamento, o acto do antecessor de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. —  
— Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.



## N. 413. — IMPÉRIO. — AVISO DE 16 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. — Declara que os Lentes de chimica mineral, de chimica organica, e de medicina legal têm todos o direito de fazer a proposta de que trata o art. 239 do Regulamento Complementar dos Estatutos.

3.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1869.

Accuso o recebimento do officio de 30 do mez findo, em que V. S. consulta quem deve fazer a proposta de que trata o art. 239 do Regulamento Complementar dos Estatutos vigentes, a fim de que possa realisar-se a nomeação do Conservador do Laboratorio de chimica e de medicina legal dessa Faculdade, visto que se julgão com direito de propôl-o os Lentes de chimica mineral, chimica organica e medicina legal, aos quaes é commum o referido laboratorio.

Em resposta declaro a V. S. que, não tendo sido commettida tal attribuição a nenhum dos ditos lentes exclusivamente, deve entender-se que todos tres têm o direito de fazer a referida proposta; nem pôde provir embaraço para essa Directoria da possibilidade de haver mais de um proposto, porque, se não forem accordes as propostas, tem V. S. o arbitrio de escolher, d'entre os indicados, aquelle que julgar mais habilitado. A escolha do proposto não é obrigatoria, como foi decidido por Aviso n.º 383 de 28 de Novembro de 1864, e portanto não pôde resultar difficuldade; está nas mãos de V. S. resolver, dada divergencia dos Lentes, a cujas cadeiras interessa o serviço de que se trata.

Deus Guarde a V. S. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

---

N. 414.—FAZENDA.—EM 17 DE SETEMBRO DE 1869.


O empregado licenciado não pôde continuar no exercício do seu lugar depois de ter a licença o « cumpra-se » da autoridade competente, salvo o caso de renúncia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio dirigido pelo Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte á Directoria Geral das Rendas Publicas n.º 2 de 24 de Fevereiro ultimo, e a cópia que o acompanhou da decisão dada pela Presidencia da Provincia á consulta do Inspector da respectiva Alfandega se, depois do « cumpra-se » posto na licença de seis mezes que lhe fôra concedida por este Ministerio em 30 de Setembro do anno passado, podia continuar no exercício do seu cargo, attenta a falta de pessoal, sem que por tal facto ficasse a licença prejudicada; declara ao dito Sr. Inspector da Thesouraria, para sua intelligencia e devidos effeitos, que bem decidiu a Presidencia mandando, á vista da ordem n.º 120 de 26 de Outubro de 1846, que o Inspector da Alfandega entrasse immediatamente no gozo da licença ou a renunciasse.

Outrosim, pelo que respeita aos vencimentos correspondentes ao tempo em que o dito Inspector continuou em exercício, que tem elle direito aos mesmos desde a data do cumpra-se da licença até á da comunicação do citado despacho da Presidencia, visto que effectivamente exerceu o emprego emquanto se achava a sua consulta pendente de decisão superior.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 415.— FAZENDA.— EM 17 DE SETEMBRO DE 1869.

Declara que o art. 17 § 4.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 não comprehende os cemiterios ou seções publicos ou particulares das irmandades e confrarias.


Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Sul, em resposta ao seu officio n.º 422 de 14 de Junho deste anno, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do recurso do Juiz da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição erecta na matriz da cidade de Jaguarão contra o lançamento, feito pela respectiva Mesa de Rendas, do cemiterio a cargo da mesma Irmandade para pagamento do imposto de 12 %, de que trata o art. 17 § 4.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867; e

Considerando que a citada lei fez extensiva a decima addicional das corporações de mão morta aos predios das sociedades anonymas, e aos de quaesquer associações pias, beneficentes e religiosas; mas que neste caso não se podem evidentemente comprehender os Cemiterios, ou seções publicos ou particulares das Irmandades ou Confrarias;

Resolveu dar provimento ao referido recurso quanto á decima addicional, por não lhe competir resolver a respeito da decima urbana, visto ser imposto provincial.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 446.—FAZENDA.—EM 20 DE SETEMBRO DE 1869.

A pauta semanal para a cobrança dos direitos de exportação dos generos do paiz deve ter por base o systema metrico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a duvida suscitada pelo Inspector da Alfandega da Bahia em officio de 19 de Julho ultimo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execucao, que a pauta semanal para a cobrança dos direitos de exportação dos generos do paiz deve ter por base o systema metrico, adoptado na Tarifa das Alfandegas para a cobrança dos direitos de importação.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 447.—FAZENDA.—EM 20 DE SETEMBRO DE 1869.

O sello devido dos titulos de nomeação de Collaboradores é o fixo, visto que taes nomeações tem o character de provisórias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a representação do Procurador Fiscal da Thesouraria da Provincia da Parahyba contra a decisão tomada pelo Sr. Inspector da mesma Thesouraria em sessão de Junta em deferimento ao recurso de um Collaborador nomeado por Portaria da Presidencia da Provincia para servir na Secretaria do Governo com o vencimento de 50\$ mensaes, pela qual se determinou que o titulo de nomeação do recorrente não estava sujeito ao sello de 12\$ cobrado pela Reparti-



ção arrecadadora por suppô-lo comprehendido na 5.ª classe do art. 10 do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril deste anno, mas sim ao de. 58 do §. 10 do art. 19 do citado Regulamento: declara ao referido Sr. Inspector que bem resolveu a questão: por quanto, não sendo os Collaboradores Empregados Publicos, mas assalariados, cujas gratificações são pagas pelos trabalhos que prestão, como se vê da ordem de 25 de Novembro de 1865, é claro que exercem as suas funções em caracter meramente temporario, e assim sendo, só se deve cobrar o sello fixo, á vista do principio estabelecido pelo Thesouro no Aviso n.º 205 de 29 de Maio de 1866, de que é esse o sello devido de nomeações que tiverem o caracter de provisórias, como a tem a dos Collaboradores.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 418. — IMPERIO. — EM 21 DE SETEMBRO DE 1869.

A' Ilm.ª Camara Municipal. — Explica em que casos cabe o recurso, para o Governo Imperial, dos actos da mesma Camara.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 21 de Setembro de 1869.

Tendo sido presente a este Ministerio uma representação, em que Antonio Lourenço dos Santos, fundando-se no art. 73 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, recorre para o Governo Imperial da deliberação, tomada pela Ilm.ª Camara Municipal da Côte, de aceitar a proposta que em concurso de proponentes apresentarão Mello Junior & Comp. para se incumbirem do serviço da limpeza da cidade; manda Sua Magestade o Imperador declarar á mesma Ilm.ª Camara, para sua intelligencia, que foi indeferida a sobredita representação, por não ser caso do recurso de que se trata; visto que, nos termos do citado art. 73, só tem cabimento o dito

recurso quando os cidadãos se sentem agravados pelas posturas, deliberações e acórdãos das Camaras, que lhes imponhão onus e obrigações não estabelecidas, prejudiquem seus direitos, ou tenham sido tomados com preterição de fórmulas legais; hypotheses que se não verificão no caso vertente, em que a Illm.<sup>a</sup> Camara não podia preterir direitos, nem fazer agravo ao suplicante, pela preferencia dada, entre as propostas dos concorrentes ao serviço da limpeza da cidade, áquella que julgou mais favoravel a seus cofres e mais vantajosa ao publico.

*Paulino José Soares de Souza.*

N. 449.—JUSTIÇA.—AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que a simples allegação de falta de zelo ou de conveniencia do serviço publico não é motivo sufficiente para a destituição de um Escrivão do Juizo de Paz.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1869.

Com officio de 14 de Agosto ultimo submetteu V. Ex. á approvação deste Ministerio a decisão, que deu em Portaria daquella data ao Juiz de Paz da freguezia do Bananal em Itaguahy, declarando-lhe « que o Escrivão privativo desse Juizo Manoel Alves Torres não podia ser destituido de seu emprego pela Camara Municipal sem fundados motivos; não o sendo para isso a simples allegação de conveniencia do serviço publico, ou de falta de zelo no cumprimento de seus deveres. »

O Governo Imperial approva essa decisão, por achar-se de conformidade com a doutrina do Aviso n.º 442 de 2 de Maio do anno proximo passado. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e em resposta ao citado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 420.—JUSTIÇA.—AVISO DE 22 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Declara que a Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864 e seu Regulamento, innovando o regimen hypothecario, revogaráo tudo o que estava estabelecido na legislação anterior.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Juiz de Direito da comarca do Rio de S. Francisco consultado a essa Presidencia se a Lei n.º 1237 de 26 de Setembro de 1864 e seu Regulamento, prescrevendo que os Tutores e Curadores fação inscripção da hypotheca legal dos menores e interdictos, revogaráo a Ord. do Liv. 4.º Tit. 102 § 5.º, que faculta aos Juizes de Orphãos dispensal-os de fiança, quando possuirem bens de raiz equivalentes á fortuna e rendas dos orphãos, ou jurarem que não podem achar fiadores, sendo elles pessoas probas e dignas de confiança, decidira V. Ex., como o communica em officio n.º 449 de 9 de Agosto ultimo, que essa Lei e seu Regulamento, innovando o regimen hypothecario, revogaráo tudo o que estava estabelecido na legislação anterior, inclusive a mencionada Ordenação.

A Lei e o Regulamento no art. 136 § 4.º estabelecerão a hypotheca legal desde a data do termo de Tutella e Curatella, e por isso a hypotheca existe necessaria desde o acto que a constitue.

Approvando a decisão de V. Ex., declaro, porém, que a questão é da competencia do Poder Judiciario, ao qual incumbe resolver, applicando a lei respectiva.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

---

N. 421. — JUSTIÇA. — AVISO DE 22 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não pôde a autoridade administrativa intervir em um conflicto entre autoridades Judiciarias.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 474 de 28 de Julho ultimo, submetten essa Presidencia á approvação do Governo Imperial a decisão, que dá ao conflicto de jurisdicção entre os Juizes Municipaes e de Orphãos dos termos de Itapetininga e Itapeva da Faxina, ácerca da competencia de processarem o inventario de Salvador Alves da Silva, domiciliado no termo de Itapetininga, porém homisiado e fallecido no de Itapeva da Faxina.

Em resposta, declaro a V. Ex. que á Relação do districto compete conhecer desse conflicto, não devendo, portanto, nelle intervir a autoridade administrativa.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar.*  
— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



N. 422. — IMPERIO. — EM 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que a ausencia da Provincia, e a falta de comparecimento por doença, justificação a substituição de membros do Conselho de recurso.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o requerimento, que acompanhou o officio de V. Ex. de 13 de Janeiro ultimo, no qual o cidadão Joaquim José Borges pede a annullação dos trabalhos do Conselho Municipal

de recurso da cidade de Castro, Sua Magestade o Imperador manda declarar que não pôde ser deferido o dito requerimento; porquanto, das irregularidades allegadas pelo peticionario, a unica que poderia invalidar os referidos trabalhos—a incompetencia do Juiz Municipal e do eleitor, que servirão no Conselho—está satisfactoriamente explicada nas actas respectivas, das quaes consta que o Juiz Municipal supplente José Borges de Almeida Taques e o eleitor Candido Marcondes Carneiro estavam ausentes da Provincia, e bem assim que o eleitor Francisco Carneiro da Silva Lobo declarára não poder comparecer por doente. Contra taes asserções das actas nem uma prova produziu o peticionario.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 423.—FAZENDA.—EM 23 DE SETEMBRO DE 1869.

Providencia sobre o arrendamento do proprio nacional denominado Jardim Botânico, da capital da Provincia de Minas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao officio n.º 38 de 20 de Maio deste anno, que approva a deliberação que tomou de aceitar a desistencia que fez Honório Henrique Soares do Couto do arrendamento do proprio nacional denominado Jardim Botânico, e que aliás ainda não havia sido approvedo pelo Thesouro, por se não querer sujeitar ás condições expressas no parecer da Directoria Geral do Contencioso, que acompanhou a ordem n.º 92 de 8 de Dezembro do anno findo.

Outrosim declara que depois de assignado pelo arrendatario o termo da resolução do contracto, deverá o Sr. Inspector mandar pôr em hasta publica o arrendamento do referido proprio nacional, fazendó inserir

nos annuncios, além da clausula de que o contracto fica dependente da approvação do Governo, todas as outras de que trata o mencionado parecer; e no caso de se não sujeitarem os arrendatarios a dar caução real, que, para se tornar mais facil a sua prestação, como se tem admittido no Thesouro, poderá ser de valor correspondente a um terço da fiança, que se deverá fixar em metade da renda total do contracto, bastará, se o aluguel fôr baixo e o arrendatario se obrigar a pagar-o adiantado por trimestre ou mensalmente como lhe fôr mais commodo, que o mesmo arrendatario preste fiança por simples termo, mas illimitada; provando, porém, os fiadores administrativamente a sua idoneidade, e dispensando-se no que fôr possível para esse fim o rigor fiscal, sem prejuizo do que fôr imprescindivel para prova da mesma idoneidade.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 424.—FAZENDA.—Em 25 DE SETEMBRO DE 1869.

A expedição de ordens para o pagamento, pelas Mesas de Rendas e Collectorias, dos funcçionarios residentes fóra das capitães é da competencia das Thesourarias de Fazenda, e não das Presidencias de Provincias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. em solução a materia do seu officio n.º 21 de 16 de Junho ultimo, que o Juiz Municipal do termo de Antonina devêra ter-se dirigido directamente á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, pedindo o pagamento de seus vencimentos pela Mesa de Rendas respectiva como pretendia, pois tem a mesma Thesouraria obrigação de proceder aos assentamentos necessarios o a fiscalisação indispensavel do pagamento dos impostos dos titulos de nomeação dos Juizes para os diversos cargos que exercem; além de que não pôde ser duvidoso á vista da ordem n.º 144 de 9 de Junho

de 1832, com referencia ás instrucções de 10 de Dezembro de 1831, que ás Thesourarias de Fazenda e não ás Presidencias de Províncias, compete expedir ordens para pagamento pelas Collectorias e Mesas de Rendas a funcionarios residentes fóra das capitães.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Presidente da Província do Paraná.

N. 123.—FAZENDA.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1869.

Trata de dous casos de sonegação de siza, declarando não ser exigível o imposto quanto ao 1.º, e dever-se quanto ao 2.º cobrar a multa de 10 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1869.

Tendo em vista os officios do Administrador da Mesa de Rendas de Itaguahy de 5 de Abril e 24 de Agosto de 1866, 25 de Maio e 10 de Dezembro de 1867, e papeis que os acompanhão, versando sobre dous factos alli occorridos de sonegação da siza—o 1.º de uma casa que Francisco José Vieira de Lima vendeu por 3:000\$ no anno de 1838-39 a José Joaquim Gonçalves de Oliveira, da qual não foi pago o imposto; porque o comprador que tempos depois fallio e ausentou-se do municipio, nunca exigira a escriptura publica do contracto; e o 2.º da venda de uma outra casa, realisada ha mais de 15 annos, por Luiz Antonio Duran a Antonio Vicente Danenberg pela quantia de 5:000\$000 que forão pagos em dinheiro e em um titulo de dívida a cobrar, não se passando escriptura, por ter o vendedor promettido deixar procuração na cidade para tal fim, o que não fez, sahindo depois do Imperio; declaro a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos:

Quanto ao 1.º facto, que não é exigível a siza; porquanto, na fórma da Lei de 13 de Setembro de 1833 art. 11 são nulos os contractos de compra e venda de bens de raiz, excedentes de 200\$000 não celebrados

por escriptura publica, e nessa conformidade julgou o juiz da fallencia, mandando entregar a casa a quem de direito, entrando o vendedor para a massa com a importancia do preço que recebêra do comprador fallido.

Quanto porém ao 2.º facto, que, tendo-se o mesmo dado antes da Lei de 1855, em época em que a escriptura publica com quanto fosse exigida, a sua falta não annullava o contracto, deve-se na fórma da Lei de 26 de Setembro de 1857 art. 12, applicavel aos casos anteriores (Ords. n.ºs 58 e 115 de 1864) cobrar a siza com a multa de 10 %; não sendo admissivel a arrecadação da casa como bens de ausentes, não só porque seria iniquo e insustentavel semelhante principio, desde que o comprador está na posse da casa comprada e pagou o preço della, e portanto não ha abandono de propriedade para que uma tal providencia pudesse ter lugar, como porque em caso algum, mesmo durante o regimen do Alvará de 3 de Junho de 1809 §§ 8.º e 9.º, se considerou jámais bens de ausentes uma casa pelo só facto de não ter o comprador pago siza, de ter sahido do Imperio o vendedor.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaboraity*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

—•••••

N. 426. —FAZENDA. —Em 27 DE SETEMBRO DE 1869.

Revoga, por contraria á lei, uma decisão da Alfandega da côrte relativa ao despacho de 200 duzias de tesouras, que devendo pagar direitos segundo a classificação da commissão da tarifa, os pagão *ad valorem* em virtude do parecer de arbitros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presentes ao Tribunal do Thesouro os papeis remettidos com officio n.º 151 dessa Inspectoria, de 22 de Agosto de 1867, relativos ao despacho que em Abril do mesmo anno fizeram os negociantes Eduardo Pecher & C.ª de uma caixa



vinda de Antuerpia no navio *Trio*, contendo 200 duzias de tesouras que considerarão como de ferro fundido até 6 pollegadas, sujeitas á taxa de 480 réis por duzia segundo o art. 1236 da Tarifa, as quaes forão classificadas pela Commissão de Tarifa como de ferro batido e polido, sujeitas á taxa de 1\$200 por duzia, e que entretanto forão despachadas ad valorem, em virtude do parecer da commissão de arbitros nomeada por essa Inspectoria por parte da Fazenda Nacional; o mesmo Tribunal:

Considerando que o juizo arbitral é applicado nos termos do art. 559 § 2.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, isto é, quando a parte não se conforma com a qualificação do Conferente do despacho nem com a da Commissão de Tarifa, e a differença de direitos entre uma e outra qualificação excede da alçada do Inspector:

Considerando que os arbitros, divergindo dessas qualificações, não podem nos seus laudos crear taxas novas differentes das que se acharem na Tarifa, nem submeter a mercadoria a direitos ad valorem, quando esta os dever pagar pelas taxas fixas da mesma Tarifa:

Considerando que o despacho ad valorem só poderia ser admittido a respeito da mercadoria de que se trata, se por ventura estivesse prevenido e especificado no citado art. 1236; e que não o estando, devião os arbitros necessariamente subordinar-se ás taxas da Tarifa:

Resolveu revogar a decisão dessa Inspectoria de 24 de Julho de 1867, por ser contraria á lei; devendo por consequente as ditas tesouras pagar direitos segundo a qualificação que lhes foi dada pela commissão de Tarifa.

O que communica a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Vicente de Albuquerque*. A  
S. Ex. o Sr. Inspector de Alfândega do Rio.

## N. 427.—GUERRA.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1869.

Declara quaes os vencimentos, que competem aos Repetidores da Escola Preparatoria annexa à Militar.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo V. Ex. consultado a este Ministerio, em o seu Aviso de 22 do corrente, quaes os vencimentos que se devem abonar aos Repetidores da Escola Preparatoria annexa a militar; declaro em resposta a V. Ex. que aquelles empregados competem os mesmos vencimentos marcados para os Adjuntos pelo Decreto n.º 3083 de 28 de Abril de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—A' S. Ex. o Sr. Visconde de Itaboraiv.

## N. 428.—FAZENDA.—EM 28 DE SETEMBRO DE 1869.

A isenção dos direitos de consumo não pôde importar a dos direitos de expediente, pois são de natureza diversa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Setembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 22 de 31 de Agosto findo, ao qual acompanhou cópia da representação que o Agente da Companhia Messageries Imperiales dirigio ao Ministro de França nesta Corte, para o fim de conseguir a isenção de direitos de expediente sobre o carvão importado para o serviço dos vapores da mesma Companhia, e a substituição das quantias pagas para satisfazer os mesmos direitos desde Abril ultimo; communico a V. Ex. que pela legislação brasileira os direitos de expediente são de natureza diversa dos de consumo, e por isso a isenção destes não importa a daquelles, como o declarou a ordem n.º 86 de 16 de Outubro de 1859; não podendo, portanto, o carvão que a dita Companhia

venha daqui por diante a importar para consumo de seus vapores, ser isento do pagamento dos referidos direitos, nem ser restituídos os que já tem sido pagos.

Quanto ao que allega aquelle agente, de terem sido concedidos á dita Companhia, pela Ordem n.º 203 de 11 de Maio de 1860, os mesmos favores de que gozava a Companhia de Southampton; tenho a ponderar a V. Ex., que esta começou a trabalhar de 1850 a 1851, e só lhe foi concedida isenção do expediente do carvão por Decreto n.º 2072 de 9 de Janeiro de 1851, tendo a ordem do Thesouro n.º 202 de 9 de Agosto de 1859 declarado que, nessa concessão á Companhia de Southampton, não se incluíão os direitos de expediente. Foi sómente pela ordem do Thesouro de 10 de Março do corrente anno, que essa Companhia ingleza deixou de ser obrigada ao pagamento de semelhantes direitos nos despachos desse genero; mas é este um favor especial de caracter temporario, e que não poderá ser mantido em attenção ás necessidades do Thesouro.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.—A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

#### N. 429.—IMPERIO.—EM 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara ser motivo de nullidade de eleição a omissão, na respectiva acta, dos nomes dos votantes que não tiverem acudido a 3.ª chamada.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 29 de Setembro de 1869.

Ilm. e Ex.ª Sr.—Das actas que me forão remettidas com o officio de V. Ex. de 20 de Abril ultimo, relativas á eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se proceheu em setembro do anno findo, na parochia de Palmas, do municipio da villa de Guarapuava, consta, alem de outras irregularidades, que não se mencionarão na acta respectiva nos termos do art. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1845 os nomes dos votantes que não acudirão á 3.ª chamada.

Sendo esta falta insanavel, importa a nullidade da eleição, como decidirão os Avisos n.ºs 490 e 508 de 14 e 21 de Novembro, 526 de 3 de Dezembro do anno findo, e outros.

Declaro portanto a V. Ex., em resposta ao referido officio, que não pôde subsistir a eleição da parochia de Palmas, e cumpre que nella se proceda a nova eleição de Juizes de Paz unicamente, visto não constituirem os votantes nella qualificados, segundo informa V. Ex., maioria dos do municipio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 430.—IMPERIO.—EM 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara que são motivos de nullidade de eleição: 1.º realizar-se esta em casa particular sem motivo justificado; 2.º a precipitação no seu processo, transgredidas as formulas da Lei.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 29 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo-se effectuado na villa da Chapada, em Setembro do anno findo, duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, uma na matriz sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz, e outra em casa particular, presidida pelo 1.º; participou o antecessor de V. Ex. em officio de 6 de Novembro do dito anno que, por acto da mesma data, declarára válida a primeira, e nulla a segunda das referidas eleições.

Em resposta ao dito officio declaro a V. Ex. que o Governo Imperial confirma a annullação da eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz, attenta a illegalidade de sua realização em casa particular, e a improcedencia das razões produzidas para justificação desta irregularidade.

Não pôde porém subsistir a eleição feita na matriz sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz, em razão da precipitação de seu processo. Sendo superior a dous mil o

numero dos cidadãos qualificados, rezaõ as actas que no dia 7 de Setembro, depois de organizada a mesa parochial, effectuãrão-se a 1.ª e 2.ª chamadas; que no dia 8 a 3.ª e a contagem e emmassamento das cédulas recebidas, em numero de 1716, para Vereadores e para Juizes de Paz, lavrando-se destes trabalhos uma acta extensissima, em que são mencionados os nomes de muitas centenas de votantes que não comparecêrão; e que no dia 9 finalmente forão apuradas todas aquellas cédulas.

Observadas as formulas da Lei, seria materialmente impossivel que, em tão pouco tempo, se concluíssem todos estes trabalhos e especificadamente os que se dizem feitos nos dias 7 e 9.

Cumpre, pois, que V. Ex. mande proceder na referida villa a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

#### N. 431.—IMPERIO.—EM 29 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara: 1.º, que o membro da mesa parochial, que fica impedido, não pôde tomar parte na votação para nomeação de quem o deve substituir; 2.º, que o empate nesta votação deve decidir-se por meio da sorte; 3.º, que o presidente da assembléa parochial deve fazer de viva voz o annuncio para a 3.ª chamada; 4.º, que não é essencial transcreverem-se na acta da apuração as profissões dos votados.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 29 de Setembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 13 de Novembro do anno findo participou-me o antecessor de V. Ex. que, respondendo a consultas que lhe fizera o Juiz de Paz mais votado da parochia de S. João Baptista dessa capital, declarára o seguinte:

1.º Que o membro da mesa parochial, que fica impedido, não pôde tomar parte na votação para a designação de quem o deve substituir; e se mais de um cidadão fór

eleito por igual numero de votos, é por meio da sorte que se decidirá a quem compete a substituição, nos termos do art. 7.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, e segundo a doutrina dos Avisos n.º 346 de 18 de Outubro de 1856 § 1.º, e n.º 40 de 14 de Março de 1859 ;

2.º Que, embora não esteja expressamente declarado no art. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e no art. 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, o modo por que se deve annunciar a 3.ª chamada dos votantes, contudo é regular que se continue na pratica seguida na referida parochia de se fazer esse annuncio por edital affixado na porta da matriz ;

3.º Que não é essencial que na acta da apuração se transcrevã as profissões dos votados, embora exista essa declaração nas celulas recebidas, visto que os arts. 54, 53 e 78 da citada Lei determinão que só se faça menção na dita acta dos nomes dos votados ;

4.º Que, em virtude do art. 32 da referida Lei e do Aviso n.º 424 do 1.º de Outubro do anno dñlo, não devia reunir-se a junta de qualificação no corrente anno, emquanto não se effectuassem as eleições de eleitores geraes.

Em resposta declaro a V. Ex. que a 1.ª, 3.ª e 4.ª das soluções dadas por seu antecessor ás duvidas propostas, forão acertadas, fundadas como são nas disposições citadas, accrescendo ainda, como fundamento á ultima, o determinado posteriormente em Aviso n.º 549 de 14 de Dezembro de 1868, expedido de conformidade com a Imperial Resolução de Consulta de 12 do dito mez.

Quanto á 2.ª decisão, observo a V. Ex. que, declarando o art. 48 da Lei que o annuncio para a 3.ª chamada dos votantes deve ser feito pelo Juiz de Paz presidente da assembléa parochial ao encerrar a sessão do dia antecedente, é evidente que, sendo de viva voz que se dirige o mesmo Juiz de Paz á assembléa que preside, por essa fórma se entende dever elle fazer o annuncio que ha de constar da acta, o que não obsta a que tambem se affixem editaes no mesmo sentido na porta da matriz, como mais um meio de publicidade pelo qual conste aos interessados quando se tem de realisar aquella ultima chamada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

## N. 432.—IMPERIO.—EM 30 DE SETEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.—Declara: 1.º, que não é nulla a eleição feita fóra da matriz, havendo motivo justificado; 2.º, que é motivo de nullidade presidir a mesa parochial Juiz de Paz de outro districto, achando-se o mais votado da matriz no exercicio de suas attribuições.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, a quem forão presentes, com o officio do antecessor de V. Ex. de 11 de Outubro do anno passado, sob n.º 42, as cópias das actas da eleição, a que se procedeu em 7 de Setembro do dito anno para Vereadores e Juizes de Paz nas parochias de Alhandra e Taquara do municipio de Alhandra, dessa Provincia, depois de ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Manda declarar a V. Ex.:

1.º Que é annullada a eleição da parochia de Alhandra, feita na respectiva matriz sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz, e approvada a que se effectuou na casa da Camara Municipal, e foi presidida pelo Juiz de Paz mais votado, por achar-se provada a irregularidade com que se fez aquella, impedindo o sobredito 3.º Juiz de Paz, de accordo com o Subdelegado do lugar e o Commandante da força policial, que o legitimo Presidente da Assembléa Parochial exercesse suas funcções, e entrasse na respectiva matriz com os Eleitores e Supplentes que tinham de organizar a mesa; motivos que obrigarão este Juiz a dirigir-se á casa da Camara, onde, formada a dita mesa, realisou com toda a regularidade a eleição.

2.º Que é igualmente annullada a eleição feita na matriz da parochia de Taquara, sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz do districto da Capital da Provincia, e approvada a que teve lugar na igreja do Rosario presidida pelo 1.º Juiz de Paz da mesma parochia, não sendo motivo para annullação desta o ter-se realizado fóra da matriz, á vista da impossibilidade de o fazer alli, em consequencia das tropelias para esse fim empregadas, segundo informou o antecessor de V. Ex.

A eleição feita na matriz, além de outras irregularidades, tem a de haver sido presidida por Juiz de Paz incompetente, qual era o 4.º do districto da capital, estando presente o 1.º Juiz de Paz da parochia e no exercicio de suas attribuições.

Cumpré portanto que V. Ex., mandando proceder a apuração geral dos votos para Vereadores do município, pelas actas das eleições que são approvadas, ordene que se expedão diplomas aos sete cidadãos mais votados para esse cargo, assim como para os de Juizes de Paz das mencionadas parochias, e se lhes defira juramento e dê posse, na fôrma da Lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

---

N. 133.—FAZENDA.— EM 30 DE SETEMBRO DE 1869.

Marta aboar á filha de um Encargado de Alfandega que falleceu em Assumpção, como prisioneiro, os vencimentos de seu pai como elle l'he dá em presentio em poder dos Paraguayos até ao da vespera do fallecimento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 27 da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso de 5 de Abril ultimo, a que acompanhou o requerimento documentado de D. Maria Brasilina Pires Barreto, filha legitimada do ex-Inspector da Alfandega de Albuquerque Joaquim Pires da Silva, pedindo vencimentos de seu finado pai; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que, por equidade, devem ser abonadas á referida D. Maria, na fôrma do disposto na Ordem n.º 13 de 2 de Maio de 1865, além do ordenado e gratificação, uma quota equivalente ás porcentagens, que naquella qualidade seu dito pai deixou de perceber desde o 1.º de Janeiro do citado anno de 1865, em que foi prisioneiro dos Paraguayos, até 8 de Abril de 1867, vespera de seu fallecimento em Assumpção; e que liquidada a divida na fôrma da Circular de 6 de Agosto de 1867, remetta o processo ao Thesouro para a conveniente distribuição do credito, para cujo fim ora l'he remette os respectivos papeis.

*Visconde de Itaborahy.*



## N. 434.—GUERRA.—EM 1 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara quaes os vencimentos, que competem ao Vice-Presidente de uma Provincia quando accumula esse exercicio com o de Commandante das Armas da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 1 de Outubro de 1869.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 24 de 10 de Agosto ultimo, que a nenhuma restituição se acha obrigado o Tenente Coronel Sebastião José Bazilio Pyrrho, por haver recebido, além do meio ordenado de Presidente do tempo que administrou a mesma Provincia como seu 1.º Vice-Presidente, o soldo de seu posto e vantagens de Commandante de Armas; por quanto taes vencimentos lhe erão devidos nos termos do Aviso de 10 de Maio de 1845, visto que exerceu cumulativamente os dous cargos.

*Barão de Muritiba.*

## N. 435.—GUERRA.—EM 1 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara qual o soldo e etapa, que se deve abonar aos Guardas Nacionaes, que vem escoltando recrutas para o Exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 1 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 16 do mez proximo findo, com que V. Ex. remetteu-me cópia do que lhe dirigio o Chefe de Policia dessa Provincia, expondo a conveniencia de augmentar-se o preço das etapas e soldo abonados aos Guardas Nacionaes, que do Municipio de Cabo-Frio vem a Niterroey escoltando recrutas para o Exercito; declaro

a V. Ex. que deve ser calculado em 16 dias o prazo para as viagens redondas daquelle municipio ao da Capital, sendo porém o soldo e a etapa abonados na conformidade do que compete ás praças do Exercito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 436.— IMPERIO.— EM 1 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Goyaz.—Declara que por sua natureza não são incompatíveis os cargos de Agente do Correio e de Vereador.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 1 de Outubro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em officio de 15 de Dezembro do anno findo, communicou-me V. Ex. que, sendo consultado pelo Agente do Correio da cidade de Catalão—se podia exercer simultaneamente com o dito cargo o de Vereador da Camara Municipal da mesma cidade, respondêra V. Ex., firmando-se na doutrina do Aviso de 12 de Abril de 1854:

« Que não ha incompatibilidade na accumulção dos dous cargos, uma vez que o dito Agente tenha um ajudante que o auxilie, e que a agencia não seja de importancia tal que seu expediente possa ser embaraçado pelo exercicio simultaneo dos referidos cargos. »

O Governo Imperial approva a decisão de V. Ex.; o que lhe communico em resposta ao citado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

## N. 437.—IMPERIO.—EM 1 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que ao cidadão que aceitou cargo de Fazenda, depois de eleito Juiz de Paz, não pôde aproveitar a disposição da 2.<sup>a</sup> parte da clausula 6.<sup>a</sup> do art. 9.<sup>o</sup> das Instrucções de 31 de Dezembro de 1868.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 1 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 4 de Agosto ultimo, submetteu V. Ex. á decisão do Governo Imperial a seguinte consulta:

« Se ao cidadão Henrique João Cordeiro, que, tendo sido nomeado Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, aceitou e tomou posse do cargo depois de eleito Juiz de Paz em Setembro do anno findo, tendo estado até então em commissão nessa provincia como empregado de Fazenda da do Pará, é applicavel a clausula 6.<sup>a</sup> do art. 9.<sup>o</sup> das Instrucções de 31 de Dezembro do mesmo anno. »

Em resposta declaro a V. Ex. que, tendo esse cidadão aceitado o novo cargo de Fazenda depois de eleito Juiz de Paz, deixando por esta fórma o que anteriormente exercia na occasião da eleição, não lhe pôde aproveitar a segunda parte da referida clausula, sendo-lhe applicavel a primeira.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

N. 438.—IMPERIO.—EM 4 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que o substituto do Juiz Municipal, durante o periodo das sessões da Camara Municipal de que fôr membro, deve considerar-se impedido para entrar no exercicio daquelle cargo, e passar a jurisdicção a seu immediato.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Dr. Manoel José Marinho da Cunha, Presidente da Camara Municipal da Parahyba do Sul e 3.º substituto do Juiz Municipal do respectivo termo, marcou para a terceira sessão ordinaria da mesma Camara o dia 5 de Julho ultimo, e sendo-lhe passada a vara municipal no dia 4, consultou a V. Ex. se lhe era permittido optar o exercicio de Presidente da Camara, e passar a jurisdicção municipal ao substituto immediato.

Em resposta a esta consulta declarou V. Ex. que, na fórma do disposto no Aviso n.º 158 de 16 de Julho de 1849, cuja doutrina é applicavel á hypothese presente, o substituto do Juiz Municipal, durante o periodo das sessões da Camara Municipal, de que é membro, se considerará impedido para entrar no exercicio daquelle cargo e passará a jurisdicção ao substituto immediato.

O Governo Imperial approva a decisão de V. Ex.; o que lhe communico em resposta ao officio de 9 de Julho ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

## N. 439.—IMPERIO.—EM 4 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declarar ser motivo de nullidade de eleição—concorrerem para a formação da mesa parochial eleitores da legislatura finda, contra a disposição do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Transmittindo-me as actas da nova eleição de Juizes de Paz, a que se procedeu em 11 de Julho do corrente anno, na parochia de Nossa Senhora da Piedade de Ipiabas, do municipio de Valença, em razão de ter sido annullada a que se effectuára na mesma parochia em Setembro do anno findo; pondera V. Ex. em officio de 24 de Agosto ultimo que, para formação da mesa parochial, concorrerão os eleitores e supplentes da legislatura finda, quando, já installada a Camara dos Deputados em Maio, e annullada a eleição de eleitores da referida parochia, feita em Janeiro ultimo, aos oito cidadãos immediatos em votos ao Juiz de Paz mais votado competia a attribuição de organizar a mesa, nos termos do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836.

Em resposta ao referido officio declaro a V. Ex. que, sendo insanavel a irregularidade arguida, não pôde subsistir a eleição de Juizes de Paz, feita em Julho ultimo na Parochia de Nossa Senhora da Piedade de Ipiabas.

Cumpré portanto que V. Ex. mande proceder alli a nova eleição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

## N. 440. —IMPERIO. —EM 4 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro. —Declara que é permitido a quaesquer Corporações de mão-morta permutarem seus bens por apolices da divida publica, as quaes serao intransferiveis.

4.ª Secção. —Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. —Tenho presente o requerimento transmittido por essa Presidencia com officio de 16 de Junho ultimo, em que a Irmandade do SS. Sacramento e Nossa Senhora da Conceição, erecta na matriz da Cidade da Cachoeira, pede licença para vender em hasta publica um campo com olaria que possui no lugar denominado—Varzea de Nossa Senhora—, convertendo o producto da venda em apolices da divida publica.

Sendo permittido a quaesquer corporações de mão morta, pelo art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, permutarem seus bens por apolices da divida publica interna fundada, as quaes serão intransferiveis; nada obsta a que a referida Irmandade realise tal transacção, como se acha declarado no Aviso n.º 321 de 28 de Outubro de 1864 e outros.

Deus Guarde a V. Ex. —*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

## N. 441. —FAZENDA. —EM 4 DE OUTUBRO DE 1869.

A isenção do sello proporcional, nos casos de pagamento de meia siza dos escravos e da taxa de legados e heranças, só é applicavel no Municipio da Corte, onde esses impostos pertencem á renda geral com a denominação de imposto de transmissão de propriedade, salva a disposição do Decreto n.º 413 do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1869.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Gerais do municipio de Santo Antonio de Sá, em resposta

ao officio que dirigio a essa Directoria em 26 de Julho ultimo, que, sendo a meia siza de escravos e o sello de heranças impostos provinciaes, e só considerados geraes no Municipio da Córte, com a denominação de imposto sobre a transmissão da propriedade, deve cobrar sello proporcional das escripturas de compra e venda dos escravos e dos quinhões hereditarios, visto como a isenção do sello proporcional, estabelecida no art. 14 § 1.º do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, só é applicavel naquelles casos ao municipio neutro, salva a disposição do Decreto n.º 4113 de 4 de Março do anno passado, conforme já foi resolvido por Aviso de 30 de Junho ultimo, sob consulta identica do Collector de Nova Friburgo.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 412.—FAZENDA.—EM 6 DE OUTUBRO DE 1869.

Determina que as differenças de cambio das despezas effectuadas pelo Thesouro no exterior, sejam levadas á conta dos Ministerios a que as despezas pertencerem, e dá regras para o complemento desta providencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1869.

Sendo necessario para exacto cumprimento das Leis de Orçamento que as differenças de cambio das despezas effectuadas pelo Thesouro Nacional no exterior sejam levadas á conta dos Ministerios a que pertencem as mesmas despezas, e não carregadas exclusivamente ao da Fazenda, como até hoje tem acontecido; sirva-se V. S. providenciar para que, quando forem ordenadas taes despezas em Avisos dos diversos Ministerios, se proceda immediatamente ao calculo da differença de cambio, tendo-se em vista o da remessa que nessa occasião realisar-se ou, na falta desta, o da mais recente; e pela respectiva somma seja debitado o competente Ministerio, ao qual se deverá dar conhecimento dessa circumstancia para os fins convenientes.

A importancia da differença de cambio será escripturada na verba da despeza a que fór relativa, se na Lei

do Orçamento não houver rubrica propria, até que os referidos Ministerios resolvão sobre a classificação definitiva.

Pelo que respeita aos pagamentos do Corpo Diplomático e Consular e ás despesas das garantias de juros das estradas de ferro, cumpre que se faça o calculo trimensalmente, á vista das contas ou balancetes da Delegacia, a fim de ser tambem escripturada, nos creditos, a quantia em que importar a differença de cambio correspondente.

Para completar-se esta providencia no corrente exercicio, dever-se-ha proceder pela fórma que fica indicada quanto ás despesas autorisadas e effectuadas nos mezes até agora decorridos, executando-se desde já este trabalho.

E porque a simples declaração de haver credito, exarada nos papeis em virtude dos quaes se realizão despesas, não é muitas vezes sufficiente para se avaliar se o estado do credito comporta o pagamento requisitado; haja outrosim V. S. de determinar que nas informações dessa natureza se mencionem os saldos dos creditos concedidos, attendendo-se ás despesas autorisadas ou ás effectuadas, se o conhecimento destas influir sobre a decisão das requisições.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Lavourahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

—Officiou-se no mesmo sentido aos differentes Ministerios.

N. 443.—JUSTIÇA.—AVISO DE 6 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Declara que são competentes os Juizes e Tribunaes brasileiros para intervir em actos privados de subditos de nações estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em Aviso de 20 de Agosto ultimo transmittio V. Ex. cópia da nota de Legação da Italia nesta Côte, sobre o facto de ter o Juiz Municipal da 3.<sup>a</sup> vara da capital da Bahia



admittido o Capitão do bergantim italiano *Gy* o justificar perante elle que não faltára ao respeito devido ao Consul de sua nação; e pediu que a habilitasse com as informações necessarias a fim de responder, de accordo com este Ministerio, á opinião enunciada pela dita Legação quanto a incompetencia das autoridades judiciais do Imperio para processar taes justificações em vista da convenção consular entre o Brasil e a Italia, promulgada pelo Decreto n.º 3083 de 28 de Maio de 1863.

Tenho a honra de declarar a V. Ex. que o Juiz Municipal da 3.ª vara da capital da Bahia, admitindo a justificação de que se trata, exerceu um acto de jurisdicção propria, sem offensa da citada convenção, que não estipulou, nem podia estipular, a incompetencia dos Juizes e Tribunaes brasileiros para intervir em actos privados de subditos da nação italiana.

Renovo a V. Ex. as seguranças da minha mais alta estima e distincta consideração.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*—A' S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

#### N. 144.—JUSTIÇA.—AVISO DE 6 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara que devem ser apostilladas as patentes dos Officiaes da Guarda Nacional transferidos nos mesmos postos do serviço activo para o da reserva, e vice-versa; e que á excepção sómente do caso especial do art. 43 do Decreto n.º 1130 de 12 de Março de 1833 todas as demais apostillas estão sujeitas ao pagamento de sello e emolumentos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Consulta V. Ex., em seu officio n.º 47 de 3 de Agosto ultimo, se aos Officiaes da Guarda Nacional, que são transferidos nos mesmos postos, do serviço activo para o da reserva e vice-

versa, deve-se dar novas patentes ou apenas apostillar as que já tiverem, e, neste caso, se taes apostillas estão sujeitas ao sello e emolumentos de que tratão os Decretos de n.ºs 4354 e 4356 de 17 e 24 de Abril ultimo.

Em resposta declaro a V. Ex. que devem ser apostilladas as patentes dos Officiaes de que se trata, e que, á excepção sómente do caso especial do art. 45 do Decreto n.º 1430 de 12 de Março de 1853, todas as demais apostillas estão sujeitas ao pagamento do imposto marcado nos referidos Decretos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 445.—IMPERIO.—EM 6 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara: 1.º que a posse dos direitos de cidadão brasileiro faz presumir a nacionalidade; 2.º, que as Camaras Municipaes não compete conhecer de tal objecto.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 18 de Janeiro ultimo, participou V. Ex. que a Camara Municipal da Cidade de Antonina recusára deferir juramento do cargo de 1.º supplente do Delegado de Policia do Termo da mesma Cidade a Francisco da Silva Aveleda, sem que previamente provasse a qualidade de cidadão brasileiro, sob pretexto de ser elle falsamente considerado tal, porque, embora exercesse os direitos de cidadão brasileiro, não podia ter prestado juramento á Constituição, visto ser ainda menor na época da Independência, e por outros motivos que expoz em uma representação junta por cópia ao sobredito officio. Em resposta á referida Camara, ordenou-lhe V. Ex. que deferisse a Aveleda juramento do cargo para que fôra nomeado. e observou o seguinte:

1.º Que, confessando a dita Camara estar Francisco da Silva Aveleda na posse dos direitos de cidadão brasileiro, não podia deixar de reconhecer-lhe *ipso facto* a nacionalidade, pois que, segundo o disposto no art. 5.º do Decreto n.º 500 de 16 de Fevereiro de 1847, o exercicio de taes direitos faz juridicamente presumir a nacionalidade, enquanto não é produzida prova em contrario;

2.º Que, estando Aveleda neste caso, não tinha necessidade de provar a nacionalidade, e nem ás Camaras Municipaes compete decidir esta questão;

3.º Que os Portuguezes, que, na época da Independencia, residião e depois continuárão a residir no Brasil, não precisavão de prestar juramento á Constituição para serem reconhecidos cidadãos brasileiros, como é expresso no art. 6.º § 4.º da mesma Constituição; não importando portanto para o caso a circumstancia de dever ser Aveleda de menor idade naquella época.

Em officio de 26 do mesmo mez de Janeiro acrescentou V. Ex. que, tendo Aveleda representado contra o procedimento da Camara e exhibido documentos comprobatorios de sua naturalidade, resolvêra V. Ex. enviar taes papeis ao Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá, para que procedesse na fórma da Lei contra a mesma Camara.

Em resposta aos referidos officios declaro que acertada foi a decisão de V. Ex., porque, se por um lado a posse dos direitos de cidadão brasileiro faz presumir em Francisco da Silva Aveleda a nacionalidade, como se vê da propria informação da Camara e das razões expendidas por V. Ex., por outro lado não ha na lei organica das Camaras Municipaes disposição alguma que lhes confira a attribuição de conhecer de tal objecto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

## N. 446.—IMPERIO.—EM 7 DE OUTUBRO DE 1869

Ao Director da Faculdade da Bahia.—Declara: 1.º que os oppositores devem fazer o serviço de preparador; mas, quando o exigirem as necessidades do ensino, pôde contractar-se para este serviço pessoa estranha á Faculdade com o vencimento de oppositor; 2.º que os lugares de oppositor não são vitalícios.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 7 de Outubro de 1869.

Accuso o recebimento do officio reservado de V. S. de 14 de Setembro, transmittindo a representação do lente de chimica organica dessa Faculdade, Dr. Antonio de Cerqueira Pinto, sobre a necessidade de dar-se ás aulas de chimica preparador especial que não seja oppositor.

Informa V. S. que as funcções de preparador de chimica quasi nunca forão cabalmente desempenhadas pelos oppositores, apczar dos meios que têm empregado para chamal-os ao cumprimento dos seus deveres, especialmente pelo oppositor Dr. Ignacio José da Cunha, que tem servido o lugar de preparador daquella cadeira, e que, por seu procedimento, justifica a representação do referido lente.

Em resposta, declaro a V. S. que, embora devão os oppositores fazer o serviço de preparador, como dispõem os Estatutos, e seja isto de vantagem, como meio de habilitação para o magisterio, convindo ter em vista, antes de tudo, o ensino, que não deve ficar imperfecto pela privação do auxilio das preparações, autoriso-o a contractar para este mister pessoa estranha á Faculdade, que perceberá o mesmo vencimento marcado para os oppositores, como se pratica no caso de não haver nesta classe algum habilitado para o desempenhar, ou de nenhum querer prestar-se.

Delaro-lhe outrosim que, não cumprindo os oppositores os deveres impostos pelas disposições em vigor, quér como preparadores, quér no desempenho de outro serviço, deve V. S. fazer effectivos os preceitos dos arts. 227 e 228 do Regulamento complementar, incorrendo elles, além disso, na perda do vencimento, e, como empregados publicos, sendo-lhes applicavel o disposto no art. 154 doCodigo Criminal.

De todas as faltas pelos mesmos oppositores commettidas dará V. S. parte circunstanciada ao Governo.

não só para serem tomadas em consideração por occasião de concursos a que se apresentem, como para que o mesmo Governo, em caso de maior gravidade, possa resolver sua exoneração, não sendo taes lugares vitalicios pelos Estatutos, conforme o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 de Abril de 1863.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

---

N. 447.—GUERRA.—CIRCULAR EM 7 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara quaes os termos, em que podem os Presidentes de Provincia autorisar despesas urgentes e extraordinarias, para as quaes não se tenha concedido credito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 7 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo que os Presidentes de Provincia não autorizem despesas urgentes e extraordinarias, para as quaes não se tenha concedido credito, senão nos termos restrictos do Decreto n.º 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

---

## N. 448.—IMPERIO.—EM 8 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara ser motivo de nullidade de eleição organisar-se a mesa parochial por modo diverso do que é estabelecido no art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836, nos casos a que este artigo se refere.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 16 de Janeiro ultimo participou o antecessor de V. Ex. que, por acto de 11 do dito mez, annullára a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu em Setembro do anno findo na Parochia de Santa Rita e Santa Philomena do Codó, por ter occorrido na mesma eleição, entre outras, a seguinte irregularidade substancial:

Na falta dos eleitores, que não comparecerão para a formação da mesa parochial, convidou o Juiz de Paz Presidente um cidadão para representar a turma respectiva, quando, na fórma do art. 8.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836, devia ter chamado o seu immediato em votos na ordem da votação para Juizes de Paz, e, se este não comparecesse até ao dia seguinte pelas 9 horas da manhã, o que se seguisse, e assim por diante.

Observando que em 11 de Janeiro não podia mais o antecessor de V. Ex. decidir, ainda que provisoriamente, da validade da referida eleição, visto que não se dava então a hypothese da parte final do art. 118 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846; declaro a V. Ex., em resposta ao referido officio, que o fundamento da decisão é inteiramente conforme com a disposição citada e portanto o Governo julga insubsistente a eleição do Codó, e recommenda a V. Ex. que dê as necessarias ordens para se proceder a outra, nos termos da lei.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

## N. 449.—IMPERIO.—EM 8 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Director da Faculdade da Bahia.—Declara que o oppositor encarregado de preparar as taboas meteorologicas está sujeito, pelas faltas que commetter, ás disposições dos arts. 227 e 228 do Decreto n.º 1764 de 14 de Maio de 1836.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1869.

Accuso o recebimento do officio reservado de 15 de Setembro, em que V. S. representa contra o oppositor dessa Faculdade Dr. Ignacio José da Cunha, encarregado de preparar as taboas meteorologicas, na fôrma do art. 275 do Regulamento complementar aprovado pelo Decreto n.º 1764 de 14 de Maio de 1836.

Como V. S. expõe, deve estar prompto este trabalho no principio de cada mez, para que os lentes de chimica possam cumprir o dever que lhes impõe o art. 269 do mesmo Regulamento; obrigação aquella que não tem satisfeito o dito oppositor desde o anno de 1866, apresentando as referidas taboas meteorologicas sómente no fim do mez, e levando agora mais longe a falta, poisque até á data do officio de V. S. não havia dado as taboas dos mezes de Julho e Agosto.

E porque têm sido inuteis as admoestações amigaveis que tem feito ao mesmo oppositor para chamal-o ao cumprimento de seus deveres, pede V. S. que o Governo providencie de modo que até ao dia 5 de cada mez seja apresentado o quadro meteorologico do mez antecedente.

Cabe-me, em resposta, declarar a V. S. que o oppositor designado para o serviço de que se trata, está sujeito ás disposições dos arts. 227 e 228 do citado regulamento.

Deve portanto sobre as faltas, que elle commetter, resolver a Congregação dos lentes como fór de justiça, visto que pelo art. 46 dos Estatutos da Faculdade lhe compete exercer a necessaria vigilancia e fiscalisação no intuito de evitar a introdução de praticas abusivas no regimen da Faculdade, dando ao Director todo o auxilio de que carecer no desempenho de suas funcções.

Sómente depois de usar dos meios disciplinares, deverá a Congregação propór ao Governo os que lhe pa-

recerem mais adequados para repressão dos abusos praticados por qualquer dos lentes, oppositores, empregados, ou estudantes da Faculdade.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

---

N. 450.—GUERRA.—CIRCULAR EM 8 DE OUTUBRO DE 1869.

Manda cessar as commissões de postos dos Cirurgiões Militares, por só serem admissiveis em serviço de guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Devendo cessar as commissões de postos, que tiverem nessa Provincia os Cirurgiões Militares; porquanto ellas são só admissiveis em serviço de guerra: assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

---

N. 451.—GUERRA.—EM 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara que a Directoria do Arsenal de Guerra da Córte pôde nos contractos, que celebrar, incluir clausulas para sua perfeita execução, bem como multar os fornecedores, que não apresentarem generos de primeira qualidade.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Outubro de 1869.

Em resposta ao officio que V. S. me dirigio em 28 de Setembro ultimo sob n.º 303, declaro a V. S., para seu conhecimento e fins convenientes, que a Directoria do



Arsenal de Guerra da Córte nos contractos, que celebrar para fornecimentos de artigos quaesquer ao mesmo estabelecimento, não está inibida pelo Regulamento da commissão de compras deste Ministerio de 23 de Junho de 1868, de incluir clausulas para sua perfeita execução: com excepção, porém, da de força maior nos contractos sobre viveres; e bem assim que devem ser multados os fornecedores, que não apresentarem para consumo daquelle estabelecimento generos de primeira qualidade e que não possam ser aceitos a vista do contracto.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Francisco Carlos da Luz..

N. 432.—IMPERIO.—EM 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Amazonas.—Declara: 1.º, que as Camaras Municipaes nada têm que deliberar sobre validade de eleições; 2.º, que ás mesmas Camaras não compete remetter cópias de actas ao Promotor Publico para procedimento criminal; 3.º, que, antes da decisão final do Governo Imperial sobre validade de eleição municipal, nenhum procedimento tem lugar contra membros da mesa parochial; 4.º, que é motivo de nullidade formar-se a dita mesa com eleitores ainda não approvados pela Camara dos Deputados.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 9 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo concorrido para a formação da mesa parochial, na eleição de Juizes de Paz a que se procedeu em Junho do corrente anno na parochia do Andará, do municipio da Villa Bella da Imperatriz, os eleitores e supplentes oriundos da eleição primaria alli feita ultimamente, antes de conhecida a decisão da Camara dos Deputados que a annullou; resolveu V. Ex., á vista do preceito assim preterido do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, declarar nulla a referida eleição, como participa em officio de 7 de Agosto ultimo, com o qual submetteu o acto á approvação do Governo.

Vê-se dos documentos que acompanhárão o officio de V. Ex. que a Camara Municipal da Villa Bella, julgando

nulla a dita eleição á vista da falsificação que lhe pareceu ter-se dado no livro das actas, deliberou não expedir diplomas aos eleitos, e enviar cópia das actas ao Promotor Publico da Comarca para proceder na forma da lei contra os membros da Mesa Parochial, procedimento que porém não proseguio, porque, tendo V. Ex. mandado fazer exame judicial no dito livro, neste não se achou corpo do pretendido delicto de falsidade.

A vista disto declarou V. Ex. á dita Camara, em portaria de 3 de Agosto:

1.º Que, competindo ao Governo Imperial, e provisoriamente aos Presidentes de Provincia, nos termos do art. 118 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, conhecer da validade das eleições de Vereadores e Juizes de Paz, nada tinha que deliberar a Camara sobre este objecto, cabendo-lhe tão sómente trazer ao conhecimento da autoridade competente quaesquer informações e esclarecimentos que lhe tivessem chegado sobre a eleição;

2.º Que irregularmente procedêra ainda a Camara enviando cópia das actas ao Promotor Publico, porquanto o art. 58 da Lei do 1.º de Outubro de 1828 só autoriza as Camaras Municipaes a dar parte ao Presidente da Provincia e á Assembléa Provincial das infracções da Constituição e das prevaricações ou negligencias commettidas pelos empregados;

3.º Que, dependendo da approvação do Governo Imperial o acto pelo qual fôra annullada por V. Ex. a dita eleição, nem um procedimento administrativo ou judiciário poderia ter lugar contra os membros da mesa parochial antes da decisão do mesmo Governo.

Em resposta ao referido officio communico a V. Ex. que o Governo Imperial sustenta o acto da annullação da eleição da parochia do Andirá, attenta a irregularidade mencionada, que viciou-a em sua essencia; e approva a decisão de V. Ex. relativa ao procedimento illegal da Camara Municipal da Villa Bella, cumprindo que V. Ex. providencie sobre a repressão de tal procedimento, se, como parece a V. Ex., obrou ella de má fé, e não teve outro fim senão vexar os cidadãos mais conceituados daquella parochia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*,  
— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

## N. 453.—IMPERIO.—EM 9 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Confirma o principio —que os parochos, posto hajão licença da autoridade ecclesiastica, nada podem receber dos cofres do Estado sem licença da autoridade civil.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução do requerimento, transmittido por essa Presidencia com officio n.º 27 de 27 de Agosto ultimo, em que o padre Francisco Antunes de Siqueira, Vigario Collado da freguezia de Nossa Senhora da Penha da villa de Santa Cruz, pede a revogação do Aviso de 4 do dito mez, pelo qual se determinou que, tendo elle estado ausente da sua parochia sem licença do Poder Civil, não tinha direito a vencimento algum durante o tempo da ausencia, e devia restituir o que houvesse recebido, faça-lhe V. Ex. constar que não tem lugar o que requer, pois que as decisões de 18 de Abril de 1844, 17 de Janeiro de 1851, 23 de Dezembro de 1859 e 9 de Outubro de 1854, por elle citadas, não o favorecem, pelo contrario corroborão a doutrina do Aviso contra a qual reclama; mas que, por attenção ao estado de molestia que allega e justifica, lhe é concedida por um anno, a contar do principio do referido mez de Agosto, dispensa da residencia com o vencimento dos dous terços da congrua, a fim de tratar de sua saude.

Inclusa remetto a V. Ex. a portaria de dispensa para ser entregue ao interessado, depois de pagos os direitos devidos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.—

---

N. 454.—IMPERIO.—EM 10 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara que não são incompatíveis por sua natureza os cargos de Patrão-mór e de Procurador da Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 28 de Janeiro ultimo, consultou o antecessor de V. Ex.—se podia o Patrão-mór da barra dessa Capital exercer o cargo de Procurador da Camara Municipal da Villa do Espirito Santo, para o qual fôra nomeado.

Em resposta declaro a V. Ex. que, não sendo por sua natureza incompatíveis os referidos cargos, e portanto não devendo ser accumulados pelo mesmo individuo sómente quando este não puder exercer satisfactoriamente as funcções de ambos; ao Ministerio da Marinha e á Camara Municipal incumbe providenciar, se o funcionario que lhes é sujeito não cumprir convenientemente pela accumulção do outro emprego os deveres daquelle cujo desempenho lhe interessa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 455.—IMPERIO.—EM 11 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que não é motivo de nullidade de eleição concorrer para a organização da mesa parochial pessoa incompetente, quando seu voto não tiver podido influir nessa organização.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 9 de Novembro do anno findo em que o antecessor de V. Ex. communicou ter

resolvido, por acto da mesma data, a annullação da eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu em Setembro do dito anno na parochia de S. Bernardo da villa de Alcobça; manda declarar a V. Ex., de conformidade com o parecer da mesma Secção, que não pôde ser sustentado aquelle acto.

Tendo concorrido indevidamente para a formação da mesa parochial, como Supplente de Eleitor, o cidadão José Francisco de Lacerda, que se achava mudado da parochia, foi este o fundamento do acto do antecessor de V. Ex. Constando porém da acta da formação da mesa que comparecerão oito supplentes, incluido o de que se trata, e forão eleitos os dous membros da respectiva turma um por seis e outro por cinco votos, ainda quando tivesse recahido em qualquer delles o voto incompetente daquelle cidadão, não influiria na organização da mesa que, eliminado aquelle voto, seria a mesma que dirigio os trabalhos da eleição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 456.—IMPERIO.—Em 11 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara: 1.º que a falta de inscripção, na acta, de um protesto não relevante, e a contagem e emmassamento das cédulas antes de concluido seu recebimento, com quanto sejão factos irregulares, não são motivos sufficientes para a annullação da eleição; 2.º que são motivos de nullidade de eleição — presidir a mesa parochial Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio de suas attribuições;—organisar-se a mesma mesa com infracção dos arts. 8.º e 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr —Em resposta ao officio do 1.º de Fevereiro ultimo, em que o antecessor de V. Ex. presta

informações sobre as duas eleições a que, para Vereadores e Juizes de Paz, se procedeu em Setembro do anno findo na parochia de Lenções, uma sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, e outra presidida pelo 4.º, declarou a V. Ex. que pelo Governo Imperial foi julgada válida a primeira, e nulla a segunda das ditas eleições.

Não invalida os trabalhos da eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz o facto, aliás irregular, de ter a mesa parochial deixado de inserir na acta o protesto apresentado pelo cidadão José Emydio de Almeida Cardia, e bem assim contado e emmassado as cédulas antes de concluido seu recebimento. A primeira falta não tem alcance no caso vertente, por não ser relevante a materia do protesto, no qual se allegou unicamente, contra a doutrina dos Avisos n.ºs 300 de 13 de Setembro de 1856, 94 de 18 de Fevereiro de 1860 e outros, que o dito Juiz de Paz renunciára o cargo, por ter accitado o posto de official da guarda nacional. A segunda irregularidade não é por si só bastante para determinar a annullação da eleição.

Quanto á eleição presidida pelo 4.º Juiz de Paz, concorrem para invalidal-a os seguintes defeitos que se referem a preceitos essenciaes:

1.º Incompetencia deste Juiz para a presidencia dos trabalhos eleitoraes, visto que o mais votado achava-se no exercicio de suas attribuições:

2.º Infracção do art. 8.º e parte final do art. 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856. Não tendo comparecido os Eleitores e os Supplentes para a formação da mesa parochial, convidou o dito Juiz, para representarem as respectivas turmas, os dous cidadãos menos votados na ordem da votação para Juiz de Paz, os quaes por sua vez convidarão dous outros e com elles constituirão-se membros da mesa parochial.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 457.— IMPERIO.— EM 11 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.— Declara: 1.º, que, por quantia tirada do cofre municipal por um Vereador, cabe, além da responsabilidade criminal, a civil, tanto deste como do Procurador que l'ha tiver entregado, ou dos clavicularios; 2.º, que pelo Procurador respondem, não havendo fiador, os Vereadores que o tiverem nomeado e afiançado; 3.º, que as Camaras Municipaes devem corresponder-se com o Governo Imperial por intermedio dos Presidentes de Provincia.

Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.— Informando sobre o officio de 12 de Fevereiro ultimo, em que a Camara Municipal da Villa de Santa Maria Magdalena consulta a este Ministerio como ha de proceder para effectuar a cobrança de um recibo da quantia de 462,5000, retirada de seu cofre em 1863 pelo então Vereador Amaro José Gomes da Silva, e pergunta se a responsabilidade desta falta deve recahir sobre o dito ex-Vereador, que se acha em má posição de fortuna, e reside actualmente em outro Municipio, ou sobre o Procurador de então, que tambem se acha em circumstancias analogas; pondera o antecessor de V. Ex., em officio de 13 de Março ultimo: «Que é ociosa semelhante consulta, por ser manifesta, além da responsabilidade criminal, a civil, tanto do Vereador, que se apropriou da referida quantia, conforme o recibo pelo mesmo assignado, como do Procurador, que a entregou indevidamente, ou dos clavicularios do cofre de que trata o art. 48 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, sendo que, nos termos do art. 80 da mesma Lei, pelo Procurador responde seu fiador, e não o havendo, os Vereadores que o nomearão e afiançarão. Pelo que devem ser demandados pela Camara os ditos devedores, ou responsaveis, salva sua defeza perante os tribunales competentes; e na execução se verificará se os réos têm ou não meios para o pagamento, porquanto releva que semelhante abuso não fique em silencio, convido mesmo ordenar ao Promotor da Comarca que promova a responsabilidade criminal dos culpados pelo desvio de dinheiros publicos.»

Recommendo a V. Ex. que providencie no sentido de tornar effectiva a responsabilidade dos que a

tiverem no delicto, a que se refere a Camara Municipal da Villa de Santa Maria Magdalena, observe, para que V. Ex. faça sentir á mesma Camara, que não póde ella corresponder-se directamente com este Ministerio, mas deve fazel-o por intermedio de V. Ex., na fórma do art. 4.º do Decreto n.º 632 de 27 de Agosto de 1849.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 458.—FAZENDA.—EM 11 DE OUTUBRO DE 1869.

Os materiaes e objectos para obras provinciaes, quando importados por conta de particulares, estão sujeitos aos competentes direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. n.º 4061 de 22 de Setembro proximo findo, ao qual acompanhou o requerimento em que os negociantes Alegria & C.ª pedem para que os 311 canos de ferro fundido simples e suas pertencas, vindos de Glasgow no navio *Orion*, e encommendados pela Camara Municipal da Cidade da Barra Mansa para o encanamento d'agua potavel da mesma Cidade, sejam despachados *ad valorem* pelo preço real da factura, e não sujeitos aos direitos de consumo de 50 réis por kilogramma, como determina o art. 930 da Tarifa em vigor; communico a V. Ex., para os fins convenientes, que não tendo taes objectos sido importados directamente por conta da administração provincial, e não se achando, portanto, comprehendidos no art. 4.º § 26 das disposições preliminares da Tarifa, não podem gozar de semelhante favor, como bem resolveu essa Inspectoria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A  
S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Corte.



## N. 459.—FAZENDA.—EM 11 DE OUTUBRO DE 1869.

Provimto de um recurso ácerca do lançamento de uma escrava para o pagamento da respectiva taxa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia que foi deferido o recurso de Manoel José Diniz, transmittido com o officio do Sr. Inspector n.º 117 de 28 de Julho ultimo, e interposto da decisão que sustentou o lançamento feito pelo Collector da Villa de Itapirica de uma escrava do recorrente para o pagamento da respectiva taxa; porquanto, além da obrigação da matricula dos escravos correr por conta dos donos ou administradores, sob pena de multa quando deixão de fazel-o, nos termos dos Regulamentos em vigor, accresce que dos documentos, que acompanhão o referido recurso, consta que a escrava de que se trata reside na fazenda do recorrente, fóra dos limites da villa, e por consequente isenta do imposto, embora fosse algumas vezes á mesma villa para vender objectos da fazenda.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 460.—JUSTIÇA.—AVISO DE 12 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que a Ord. Liv. 1.º Tit. 79 § 19 está revogada pelo Codigó do Processo Criminal e pela disposição provisoria.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 420 de 8 de Julho ultimo consultou V. Ex. se, a vista do art. 14 da Lei de 3 de Outubro de 1834 subsistia a dis-

posição da Ord. Liv. 1.º Tit. 79 § 19 que autorisa os magistrados a conceder licença a seus es-  
crivães.

Em resposta declaro a V. Ex. que a referida Ordenação está revogada pelo Código do Processo Criminal e pela disposição provisória da justiça civil.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.



N. 461.—JUSTIÇA.—AVISO DE 42 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Ceará.—Declara que um Promotor Publico pôde encarregar-se do patrocínio de uma acção puramente privada, no sentido da accusação.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 42 de Outubro de 1869.

Hm. e Exm. Sr —Com o officio de 10 de Agosto ultimo submetteu V. Ex. á approvação do Governo Imperial a decisão dada sobre a consulta do Promotor Publico da comarca da Granja, de encarregar-se, perante o Jury de sua comarca, de accusação puramente privada.

Em resposta declaro a V. Ex. que nenhum inconveniente ha para os legitimos interesses da justiça, que a promotoria publica aceite o patrocínio de uma acção particular no sentido da accusação.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província do Ceará.



## N. 462.—JUSTIÇA.—EM 12 DE OUTUBRO DE 1869.

Decide que o art. 307 do código criminal não se refere às obras impressas no estrangeiro, embora aqui distribuídas por seus autores e editores; e que o art. 280 do Código do Processo Criminal está derogado.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1869.

Em officio de 9 do corrente, consultou V. S. a este Ministerio sobre os seguintes pontos: 1.º se o art. 307 do Código Criminal não se refere, como é sua opinião, às obras impressas no estrangeiro, embora aqui distribuídas por seus autores e editores; 2.º se o art. 280 do Código do Processo Criminal está derogado, como entende V. S. A' vista da expressa disposição do art. 307 do Código Criminal e do art. 128 do Regulamento n.º 420 de 31 de Janeiro de 1842, que determina a forma e competência do processo policial, é bem fundada a opinião de V. S.; cumprindo que recomende sua observancia às autoridades policiaes para boa applicação da Lei.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Chefe de Policia da Côrte.



## N. 463.—IMPERIO.—EM 12 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara: 1.º que as Camaras Municipaes carecem de jurisdicção para intervirem em assumptos concernentes ao exercicio da medicina; 2.º que, porém, competindo ao Poder judicial conhecer do caso, decidirá elle como julgar de direito.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo a Camara Municipal da Cidade de Ponta Grossa, em execução do art. 58 de suas posturas de 24 de Abril de 1862, exigido de um individuo que na mesma cidade exercia a profissão

de Medico, para que se dizia legalmente habilitado, a exhibição do respectivo diploma, contestou elle a competencia da Camara, fundando-se nas disposições do Regulamento de 29 de Setembro de 1851.

Consultado sobre este assumpto pela mesma Camara, respondeu-lhe o antecessor de V. Ex., segundo consta do officio de 19 de Julho ultimo:

Que, á vista do referido Regulamento, tinha cessado a jurisdicção das Camaras já para exigirem a apresentação dos titulos dos Medicos, já para tratarem do exercicio da medicina em suas posturas, sendo a unica autoridade competente para conhecer do facto criminoso o Delegado de Policia, e as unicas penas as declaradas no art. 46 do dito Regulamento.

Que entretanto, tendo sido approvada e publicada com as formalidades legais a postura da Camara em época mui posterior á da publicação do Regulamento, devia a Camara dar-lhe execução enquanto não fosse competentemente revogada, cumprindo ao Poder judicial, perante o qual finhão de correr os processos, quér de violação do Regulamento, quér de infracção de posturas, decidir a respeito da applicação da lei como julgasse de direito.

O Governo Imperial approva a decisão do antecessor de V. Ex.; o que lhe communico em resposta ao referido officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 464.—IMPERIO.—EM 12 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara que são incompativeis os cargos de Fiscal e de Procurador da Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Tendo a Camara Municipal da Encruzilhada consultado a V. Ex.—se podia o cidadão Antonio José Machado exercer cumulativamente os

cargos de Fiscal e Procurador da mesma Câmara, desde que prestasse fiança para este ultimo, respondeu-lhe V. Ex.:

« Que, comquanto não haja disposição expressa em lei declarando a incompatibilidade dos ditos cargos, comtudo da analyse das attribuições conferidas a cada um pelos arts. 81 e 83 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, e da doutrina do Aviso de 29 de Março de 1830, claramente se deduz a incompatibilidade. Em virtude de taes attribuições tem o Procurador de levar perante as autoridades competentes as reclamações da Câmara contra os Fiscaes e estes de inspecionar e vigiar o Procurador no exercicio de suas funcções. »

O Governo Imperial approva por seus fundamentos a decisão de V. Ex.; o que lhe communico em resposta a seu officio de 16 de Julho ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

#### N. 463.—GUERRA.—CIRCULAR DE 15 DE OUTUBRO DE 1869.

Recommenda a observancia do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2171 do 1.º de Maio de 1838, ácerca das inspecções dos individuos, que são destinados ao serviço do Exército.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Acontecendo que são ás vezes recrutados nas Provincias, e remettidos para esta Córte individuos, que tem isenção legal do serviço do Exército, com grande vexame dos mesmos e prejuizo da Fazenda Publica: vou recomendar a V. Ex. a expedição de suas ordens para que se observe rigorosamente a disposição do art. 24 do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2171 do 1.º de Maio de 1838

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de....

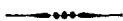
N. 466.—GUERRA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara que as entregas dos espolios dos Officiaes não podem ser ordenadas senão depois de final ajustamento de contas.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm Sr.—Participando V. Ex. em seu officio n.º 30 de 27 de Setembro ultimo, que mandára entregar ao Tenente do 11.º batalhão de infantaria, Joaquim Antonio Genouez o espolio de seu finado cunhado o Tenente Marianno José de Góes, ficando aquelle Official responsavel em todo o tempo pelo mesmo espolio; declaro em resposta a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que em vista das ordens em vigor, não podem ser ordenadas taes entregas senão depois de final ajustamento de contas, e quando as partes reclamantes tenham exuberantemente provado que na fôrma da legislação vigente são os unicos e legitimos herdeiros da praça fallecida, e bem assim, que convem remetter á esta Secretaria de Estado, com urgencia, a guia que o Tenente Góes trouxe do Exercito, na qual fará a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia as indispensaveis notas do que occorreu com relação a pagamentos, que fizesse ao mesmo official durante o tempo que mediou entre o de sua chegada ahi e o do seu fallecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



N. 467.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1869.

Concede varios favores á Companhia de navegação directa entre os portos do Brasil e os da Allemanha do Norte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Sirva-se V. Ex. dar as precisas ordens para que os vapores da companhia de navegação directa entre os portos do Brasil e os da Allemanha do

Norte, de que são Gerentes nesta Corte Ed. Johnston & Comp. **tenham** nessa Alfandega as seguintes facilidades e favores:

Serem admittidos á immediata descarga pelo seu manifesto e a despachar nova carga que houverem de receber sem ficarem sujeitos á escala, tendo assim preferencia sobre quaesquer outros navios;

Serem visitados tinda a descarga com o resto dos sobresalentes a bordo, sem obrigação de deposital-os nessa Repartição;

Poderem sair a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos da policia do porto;

Poderem os agentes responsabilisar-se pelo pagamento de qualquer multa ou direito que em virtude dos regulamentos fiscaes forem devidos pelos Commandantes dos vapores, no intuito de evitar qualquer demora no seu desembarço.

Cumpre, porém, declarar a V. Ex. que a essa Companhia não é concedida isenção do imposto de ancoragem, nem do expediente do carvão de pedra.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Corte.

---

N. 468. — FAZENDA. — EM 16 DE OUTUBRO DE 1869.

As estampilhas do sello adhesivo podem ser usadas por quem as possuir, mesmo nas Provincias para onde não tenham sido ainda remettidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 16 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que não é necessario que se tenham remettido para as Provincias estampilhas de sello adhesivo para que possam ser usadas na fórma do Regulamento de 17 de Abril deste anno, por quem as possuir, compradas nos lugares em que já estiverem a venda.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 469. —JUSTIÇA.—EM 16 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara que, reintegrado no seu lugar o commandante de um batalhão, ficando avulso e portanto fóra do quadro do mesmo batalhão o official que tinha sido nomeado para aquelle posto, compete ao respectivo Major e não ao ex-commandante assumir o commando no caso de impedimento do reintegrado.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 16 de Outubro de 1869.

Illm. o Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. de 27 de Setembro ultimo, foi recebido nesta Secretaria de Estado o do commandante superior da guarda nacional do municipio de Itambé, em que participando achar-se impedido o Tenente Coronel Joaquim Francisco Cavalcante Lins, ultimamente reintegrado no commando do batalhão n.º 45, consulta se deve assumir o mesmo commando o Major Ursulino Cavalcante do Rego Vasconcellos, ou o Tenente Coronel Cassiano Octaviano da Cunha Vasconcellos ex-commandante, e a quem ainda não se deu destino.

Em resposta declaro a V. Ex. que, tendo este official ficando avulso, e por conseguinte fóra do quadro do batalhão pelo facto da reintegração do Tenente Coronel Cavalcante Lins, compete o commando, no seu impedimento, ao Major Ursulino Vasconcellos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 470. —JUSTIÇA.—AVISO DE 16 DE OUTUBRO DE 1869.

A' Presidencia da Provincia de Minas Geraes.—Declara que as disposições dos Avisos de 18 de Julho de 1846 e 13 de Novembro de 1853, são extensivas a todos os orphãos, até mesmo aos indigentes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 16 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 440 de 26 de Julho ultimo communicou V. Ex. a este Ministerio que,



tendo-lhe consultado o vigário da freguezia do Patrocínio dessa provincia — se as disposições dos Avisos de 18 de Julho de 1816 e 13 de Novembro de 1838, que prohibem aos orphãos casar-se sem licença, comprehendem todos ou sómente aquelles de que trata a Ord. Liv. 1.º Tit. 88 § 19 —, declarára em resposta que as referidas disposições são extensivas a todos os orphãos, até mesmo aos indigentes, incorrendo por isso nas penas do art. 247 do Cod. Crim. os Parochos que os casarem sem licença do respectivo Juiz.

O Governo Imperial approva a decisão dada por V. Ex., como instrucção ao dito parochos, para a boa execução da lei; competindo, porém, ao poder judiciario conhecer do acto para applicação da lei criminal.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

#### N. 171. — MARINHA. — AVISO DE 19 DE OUTUBRO DE 1869.

Manda considerar, como addidas á companhia de Invalidos, as praças de pret da Armada escusas do serviço, por soffrerem de alienação mental.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Manda declarar que as praças de pret e da marinhagem da Armada, ás quaes se refere o Aviso regulamentar, de 28 de Outubro do anno passado, que, não tendo direito á reforma, forem escusas do serviço dos respectivos corpos, sejam consideradas addidas á companhia de Invalidos, e por ella percebão os vencimentos, que lhes competir, para indemnisação das despesas com seu tratamento no Hospicio de Pedro II. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effectos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Cotegipe*. — Sr. Vice-Almirante, Encarregado do Quartel General da Marinha.

## N. 472.—FAZENDA.—EM 19 DE OUTUBRO DE 1869.

Conceder a remissão do imposto de profissões e indústrias a um fabricante de charutos e cigarros

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro que foi concedida a Manoel Joaquim da Silva Valladares, fabricante de charutos e cigarros na Cidade de Porto Alegre, remissão completa do imposto de profissões e indústrias, visto estar elle comprehendido no disposto do § 5.º do art. 4.º do Regulamento de 23 de Março do corrente anno, como consta dos documentos transmittidos ao Thesouro com o seu officio n.º 164 de 28 de Julho ultimo

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 473.—FAZENDA.—EM 19 DE OUTUBRO DE 1869.

Os Empregados de nomeação interina, e os que exercem lugares por substituição, não tem direito, quando impedidos ainda por motivo de serviço publico, aos vencimentos dos mesmos lugares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão que foi indeferido o recurso, que acompanhou o seu officio n.º 107 de 18 de Agosto ultimo, interposto pelo Guarda-mór da Alfandega da mesma Provincia, Raymundo Marcellino Nunes Belfort, da decisão tomada em Junta, julgando o recorrente

sem direito ao vencimento dos dias em que faltou à Repartição por motivo de molestia, e por ter estado com assento na Assembléa Provincial durante o periodo em que esteve considerado como interino, por ser a referida decisão conforme á doutrina da Ordem n.º 571 de 3 de Dezembro de 1865.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 474. —FAZENDA.—EM 19 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva uma decisão da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, isentando certos lavradores do imposto sobre industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 118 de 10 de Junho ultimo, que approva a resolução tomada pela mesma Thesouraria sobre consulta do Collector de Viamão—de isentar os lavradores, que possuem atafonas de fabricar farinha de mandioca do proprio predio, do imposto sobre industrias e profissões: visto estar semelhante resolução de conformidade com o art. 4.º § 4.º do Regulamento de 23 de Março do corrente anno.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 475. — FAZENDA. — EM 20 DE OUTUBRO DE 1869.

Fixa a intelligencia do § 40 da tabella annexa ao Regulamento de 24 de Abril ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vistas as duvidas que se tem suscitado a respeito do § 40 da tabella que acompanhou o Regulamento de 24 de Abril deste anno, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que os emolumentos de que trata o citado paragrapho são os arrecadados na Côte pelas patentes dos Officiaes da Guarda Nacional, e não os cobrados nas Provincias pelas Secretarias das Presidencias.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 476.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1869

Sobre o sello a que estão sujeitas as procurações para a venda de escravos, e os subestabelecimentos de procurações outorgando poderes para a venda de um, ou de mais de um escravo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina que só estão sujeitos ao sello de vinte mil réis os subestabelecimentos de procurações que outorguem poderes para a venda de um escravo, e sendo de mais de um, esta taxa será multiplicada pelo numero delles, com tanto que não exceda a um conto de réis, como determina o art. 49 § 1.º do Regulamento de 17 de Abril do corrente

anno; e que as procurações para a venda de escravos estão sujeitas ao sello de duzentos réis como dispõe o art. 48 § 1.º do mesmo Regulamento; não podendo por isso ser approvada a solução dada pela mesma Thesouraria á consulta, que sobre semelhante assumpto lhe fôra feita pelo Administrador da Mesa de Rendas da Cidade da Laguna, constante do seu officio n.º 73 de 28 de Junho ultimo.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 477.—IMPERIO.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara: 1.º que o cidadão, que é ao mesmo tempo Subdelegado e Vereador, deve servir aquelle cargo de preferencia a este; 2.º que o supplente de Vereador só deve ser despedido da Camara quando estiver completo o numero de seus membros.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo o Subdelegado de Policia da cidade de Paranaguá passado a seu substituto a jurisdicção policial, e assumido as funcções de Vereador, sem que deixasse o exercicio o supplente de Vereador anteriormente chamado em seu lugar, consultou o Presidente da Camara Municipal ao antecessor de V. Ex. se podia aquelle cidadão servir na Camara, sendo Subdelegado, embora houvesse passado a jurisdicção ao substituto; e, no caso affirmativo, se devia ser despedido o supplente de Vereador que fôra chamado para substituí-lo.

Respondeu-lhe o antecessor de V. Ex., segundo participou em officio de 24 de Janeiro ultimo:

1.º Que o cidadão, que é ao mesmo tempo Subdelegado e Vereador, tem obrigação de servir aquelle cargo de preferencia a este, salvo se obtiver escusa do primeiro por ser Vereador, como permittem os arts. 491 e 492 do Regulamento n.º 129 de 31 de Janeiro de 1812;

2.º Que o supplente de Vereador juramentado para servir na Camara só deve ser despedido quando estiver completo o numero de seus membros, por isso que, nos termos do Aviso n.º 253 de 11 de Junho de 1860, as Camaras só podem trabalhar com cinco membros, depois de terem sido convocados os Vereadores que a lei estabelece.

A' vista de seus fundamentos, é a decisão do antecessor de V. Ex. sustentada pelo Governo Imperial; o que lhe communico para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 478.—GUERRA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara quaes as dietas, que devem ser abonadas aos doentes, embarcados em transportes do Governo.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Outubro de 1869.

Determinando-se nesta data que as dietas aos doentes embarcados em transportes do Governo sejam de 900 rs., em lugar de 660 rs. de comedorias, devendo as contas de taes dietas ser acompanhadas do mappa do movimento da Enfermaria, assignado por Medico; assim o declaro a Vm. para seu conhecimento e devidos effeitos, convindo que isto mesmo se faça constar aos Commandantes dos transportes.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Genúino Augusto de Barros Torreão.

---

N. 479.—MARINHA.—AVISO DE 21 DE OUTUBRO DE 1869.

Crêa a praça de cozinheiro nas companhias de aprendizes marinheiros.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.  
—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Conformando-se com as considerações produzidas pelo Conselho Naval em consulta n.º 1545 de 8 do corrente, sobre a necessidade de um cozinheiro nas companhias de aprendizes marinheiros, Sua Magestade o Imperador determina que haja nas mesmas companhias a referida praça, a qual perceberá, além da ração, a gratificação mensal de vinte cinco mil réis.

O que communico a V. Ex., para seu conhecimento e os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Vice-Almirante, encarregado do quartel general da marinha.

---

N. 480.—IMPERIO.—EM 21 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidir a mesa parochial Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio de suas attribuições; 2.º a clandestinidade do processo eleitoral.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo remettidas a V. Ex. as actas das duas eleições a que, para Vereadores e Juizes de Paz, se procedeu em Fevereiro do corrente anno na matriz da parochia de Nossa Senhora das Dôres de Monte-Alegre, uma sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz e outra presidida pelo 3.º; resolveu V. Ex. approvar a primeira e annullar a segunda, conforme participou em officio de 28 de Agosto ultimo.

E Sua Magestade o Imperador, a Quem apresentei o referido officio e documentos que o acompanhárão, considerando:

1.º Que forão cumpridamente executadas as prescripções da lei no processo da eleição presidida pelo 4.º Juiz de Paz;

2.º Que para a nullidade da eleição presidida pelo 3.º Juiz de Paz bastaria a incompetência deste Juiz, visto que o 4.º achava-se no exercicio de suas attribuições; concorrendo ainda para invalidal-a, além de outras irregularidades constantes das actas, a clandestinidade de seu processo, cuja realisação na matriz é contestada nas informações prestadas a V. Ex. pela Camara Municipal e pelo Vigario e autoridades da parochia:

Houve por bem Mandar approvar o acto de V. Ex.; o que lhe communico para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 481.—IMPERIO.—Em 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que por sua natureza não são incompativeis os cargos de Escrivão da Subdelegacia e do Juizo de Paz com o de Secretario da Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Consultou a V. Ex. o 1.º Juiz de Paz da freguezia de Nossa Senhora da Lapa de Capivary—se o cidadão Francisco Candido da Fonseca, que ha annos exerce os cargos de Escrivão da Subdelegacia e do Juizo de Paz da mesma freguezia, podia servir cumulativamente o de Secretario da Camara Municipal, para o qual fôra nomeado. Respondendo-lhe V. Ex. affirmativamente, submettu a decisão a consideração do Governo em officio de 11 de Julho do corrente anno.



A Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, ouvida sobre a questão, foi de parecer, em Consulta de 49 de Agosto ultimo, que acertadamente decidira V. Ex., não só porque os referidos cargos não repugnão entre si por sua natureza e não ha lei que estabeleça sua incompatibilidade, como porque, na localidade de que se trata, não é tanto o trabalho inherente a cada um delles que impossibilite seu bom desempenho pelo mesmo individuo.

Havendo por bem Sua Magestade o Imperador conformar-se com este parecer por sua immediata Resolução de 6 do corrente; assim o manda declarar a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 482.—JUSTIÇA.—EM 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara que está no arbitrio do Official, nomeado Agente do Correio, gozar ou não da isenção legal; mas, se, não obstante esta, presta-se voluntariamente a exercer o posto, entende-se que a renunciou, e não pôde mais prevalecer-se della.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 46 de 23 de Janeiro ultimo submette V. Ex. á approvação do Governo Imperial a solução que deu á duvida proposta pelo Commandante Superior da Guarda Nacional da villa do Principe —se o Capitão Commandante da 4.ª Companhia do 3.º Corpo de Cavallaria Antonio Alves de Oliveira Filho, deixando o exercicio do posto por ter sido nomeado Agente do Correio daquella villa conservava o direito de reassumil-o, como fez, renunciando assim a isenção do serviço, facultada no art. 45 § 2.º da Lei n.º 602 de 49 de Setembro de 1850.

Declaro em resposta que, á vista da disposição expressa da Lei citada, bem decidio V. Ex., que está  
DECRETOS DE 1869.

no arbitrio do Official gozar da isenção legal; mas, se, não obstante esta, presta-se voluntariamente a exercer o posto, entende-se que a renunciou, e não póde mais prevalecer-se della.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*—  
— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



N. 483.— FAZENDA.— EM 22 DE OUTUBRO DE 1869.

Da instrucções para a execução da Lei n.º 1730 de 20 do mez corrente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para boa intelligencia e devida execução do Decreto n. 1750 de 20 do corrente, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda:

1.º Que do 1.º de Janeiro de 1870 em diante deverão cobrar mais 40 por cento da importancia dos direitos que actualmente pagão as mercadorias estrangeiras não comprehendidas na tabella junta. Este augmento não assenta sobre o valor das mesmas mercadorias, mas sobre a quantia em que importarem os direitos que já pagão, por exemplo: a mercadoria, que actualmente paga 50\$ de direitos, passará a pagar 70\$, isto é, mais 40 por cento do que pagava.

2.º As mercadorias mencionadas na tabella junta terão o augmento de 30 por cento sobre a importancia dos direitos que já pagão, por terem soffrido elevação de direitos na forma da base 5.ª, art. 9.º da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867. Assim, a mercadoria, que paga actualmente 50\$, pagará 65\$, isto é, mais 30 por cento do que pagava.

3.º O augmento dos direitos, a que se referem os numeros anteriores, não é applicavel aos denominados —Addicionaes—, os quaes ficão exceptuados deste augmento na forma do citado § 1.º do art. 1.º do Decreto n. 1730

4.º A's mercadorias que pagão direitos *ad valorem* não são applicaveis as disposições dos mesmos numeros, por não militarem a respeito dellas os motivos em que se fundarão as referidas disposições.

*Visconde de Itaborahy.*

**Tabella das mercadorias que, além dos direitos a que estão sujeitas actualmente, devem pagar mais 30 % da importancia dos mesmos direitos, na fórma do § 1.º, art. 1.º do Decreto n. 1750 de 20 de Outubro de 1869.**

CLASSE 8.ª

*Plantas, folhas, flôres, etc.*

177. Fumo.

CLASSE 12.ª

*Madeira.*

- 418. Aparadores e prateleiras.
- 421. Bagatelas (jogo).
- 424. Bancos, tamboretos e cadeiras rasas, para piano ou harpa.
- 431. Berços.
- 432. Bidets.
- 433. Bilhares.
- 434. Biombos.
- 439. Cadeiras.
- 441. Camas.
- 443. Commodas.
- 444. Consolos ou bofets.
- 447. Cupolas para cama.
- 452. Genuflexorios.
- 453. Guarda-louças ou copeiras.
- 454. Guarda-roupas ou guarda-vestidos.
- 456. Lavatorios.
- 460. Mesas e bancas.
- 472. Retretes ou bancas.
- 473. Secretárias.
- 474. Sofás.
- 475. Tacos para bilhar ou bagatela.
- 478. Toccadores.
- 480. Tremós ou psyches.

CLASSE 15.<sup>a</sup>*Algodão.*

561. Rendas.

CLASSE 16.<sup>a</sup>*Lã.*

626. Rendas.

CLASSE 17.<sup>a</sup>*Linho.*

670. Rendas.

CLASSE 18.<sup>a</sup>*Seda.*

699. Barege, filô, garças, fumo, escomilha, e tecidos semelhantes.

700. Brocados, lhamas, telas, e outros tecidos próprios para vestes sacerdotaes e ornamentos de igreja.

701. Brocatelas, e outros tecidos de seda e algodão ou linho, próprios para forros de carros e de móveis.

702. Cadarço.

703. Chales, mantas e lenços.

704. Cordões, tranças e trancelins.

706. Fitas lisas, lavradas ou matizadas.

707. Foulard e tecidos de borra de seda.

708. Frocos com ou sem arame.

709. Galões, gregas e franjas.

710. Gaze de seda gommada.

712. Pellucias.

713. Rendas.

715. Velludos.

716. Tecidos não classificados.

717. Alamares, borlas, passadores, barbicachos, e objectos semelhantes.

718. Bandas de retroz ou torçal.

719. Barretes e carapuças de ponto de ruca ou de malha.

- 720. Bolças ou redes de retroz para cabeça, e semelhantes.
- 722. Botões de seda pura ou de qualquer outra materia coberta de seda.
- 725. Coberturas ou rosetas para chapéo de sol.
- 727. Forros, lados e tiras, penteados ou não, para chapéo.
- 728. Gravatas.
- 729. Ligas de seda pura, ou de qualquer outra materia coberta de seda, lisas ou bordadas, com ou sem elastico.
- 730. Luvas de retroz ou de tecido de meia.
- 732. Meias.
- 733. Roupa feita.

CLASSE 21.<sup>a</sup>*Louça e vidros.*

- 783. Apparelhos e peças de qualquer fórma ou feitiço, proprios do uso domestico, de porcellana. (Ns. 4 a 6).
- 790. Figuras, bustos, estatuas e outros objectos para ornamento de jardim, e semelhantes, de porcellana.
- 793. Potes para botica, para conservas e doces, e semelhantes, de porcellana. (Ns. 4 a 6).
- 795. Vasos e jarros para flôres, para cima de mesa, e para jardim, e semelhantes, de porcellana. (Ns. 4 a 6).
- 796. Quaesquer outros objectos não classificados, de porcellana. (Ns. 4 a 6).
- 803. Copos, calices, pratos, compoteiras, e outras peças do uso domestico, de vidro n. 2.
- 805. Frascos para agua de cheiro, jarras ou vasos para flôres, e quaesquer outras peças e objectos de luxo e adorno, de vidro n. 2.
- 806. Garrafas, garrafões e frascos communs, de vidro n. 2.
- 807. Lustres, candelabros e serpentinas.
- 809. Mangas, tupolas, globos, redomas e vidros de chaminê para candeieiros, lavrados ou lapidados.
- 812. Quaesquer outros objectos não classificados, de vidro n. 2.

Directoria Geral das Rendas Publicas, em 22 de Outubro de 1869. — *Antonio José Henriques.*

N. 484.—IMPERIO.—EM 23 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Espírito Santo.—Declara que, na parochia novamente creada, e ainda sem Juizes de Paz nem Eleitores seus, devem ser convocados para a organização da mesa parochial os oito cidadãos immediatos ao Juiz de Paz a quem competir presidil-a, segundo o art. 3.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 23 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Por ocasião da eleição feita em Setembro na freguezia de S. Benedicto do Riacho para Vereadores e Juizes de Paz, suscitou-se a questão: —se, não tendo essa freguezia, por ser novamente creada, Juizes de Paz nem Eleitores, e competindo a presidencia da respectiva mesa parochial ao Juiz de Paz mais votado, da freguezia de Santa Cruz, na fórma do art. 3.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, devião ser convocados para os trabalhos de sua organização os oito cidadãos seus immediatos em votos, segundo a disposição do art. 2.º do mesmo Decreto, ou convidados dous cidadãos com as qualidades de Eleitor nos termos do art. 14.

Resolveu-a o antecessor de V. Ex., em officio dirigido ao Juiz de Paz da freguezia de Santa Cruz, declarando que, por ser a parochia novamente creada, e não ter ainda Juizes de Paz, nem Eleitores seus, a presidencia da mesa parochial cabia ao Juiz de Paz mais votado, que estivesse desimpedido, da dita freguezia de Santa Cruz na fórma do art. 3.º do citado Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, devendo-se convocar os oito cidadãos que lhe ficassem immediatos em votos e residissem na parochia, conforme o art. 2.º do mesmo decreto; e na falta, ou não comparecimento delles, proceder-se do modo determinado no art. 14 do referido decreto.

De conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Manda Sua Magestade o Imperador declarar que mereceu approvação esta decisão, á vista das disposições legaes em que se funda.

O que communico a V. Ex. em resposta ao officio de 20 de Outubro do anno findo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província do Espírito Santo.

## N. 485.—IMPERIO.—EM 25 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. —Declara que os actos regularmente e em boa fé praticados por Vereadores e Juizes de Paz, cuja eleição tiver sido annullada depois de haverem legalmente entrado no exercicio das respectivas funcções, devem ser mantidos em todos os seus effeitos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo expedido as precisas ordens para se proceder na freguezia de Alagoinhas a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz, visto ter o Governo annullado a que fôra alli feita em 7 de Setembro do anno passado, e determinado que outra vez entrassem em exercicio os Juizes de Paz e Vereadores do quadriennio findo, manifestou V. Ex., em officio do 1.º de Março ultimo, receios de ver contestada a legalidade dos actos praticados pelos Vereadores e Juizes de Paz originarios da eleição annullada, e que já havião exercido attribuições por lei inherentes aos cargos de que estão empossados.

Em resposta declaro a V. Ex. que os actos regularmente praticados pelos Vereadores e Juizes de Paz de que se trata, e que legalmente tinham assumido e exercido em boa fé as respectivas funcções, devem ser respeitadas e mantidos em todos os seus effeitos, como já decidirão os Avisos n.º 140 de 23 de Abril de 1851 § 3.º, e n.º 188 de 2 de Maio de 1862.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

## N. 486.—JUSTIÇA.—EM 25 DE OUTUBRO DE 1869.

Declara em que caso são obrigados os Officiaes da Guarda Nacional a solicitar novas patentes; e quando devem ser aposentadas aquellas com que servirem.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Expõe V. Ex., em seu officio de 3 de Agosto ultimo, que na Thesouraria de Fazenda

## COMPANHIA FLUVIAL DO ALTO-AMAZONAS.

Tabella das passagens para a navegação a vapor pela Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, entre Manaus e o rio Purús e portos de escala.

| Subida.           |         |             |             |         |            |           |         |         |           |               |            | Descida.          |            |               |           |         |         |           |            |         |             |             |          |
|-------------------|---------|-------------|-------------|---------|------------|-----------|---------|---------|-----------|---------------|------------|-------------------|------------|---------------|-----------|---------|---------|-----------|------------|---------|-------------|-------------|----------|
|                   | Manões. | Manacapuru. | Paricatuba. | Arumã.  | Boa-Vista. | Piranhas. | Arimã.  | Jaburú. | Canutama. | Vista-Alegre. | Hyntanahã. |                   | Hyntanahã. | Vista-Alegre. | Canutama. | Jaburú. | Arimã.  | Piranhas. | Boa-Vista. | Arumã.  | Paricatuba. | Manacapuru. | Manões.  |
| Manões.....       |         | 11\$000     | 27\$000     | 32\$000 | 51\$000    | 55\$000   | 67\$000 | 75\$000 | 98\$000   | 105\$000      | 125\$000   | Hyntanahã.....    |            | 17\$000       | 22\$000   | 37\$000 | 47\$000 | 51\$000   | 60\$000    | 73\$000 | 75\$000     | 90\$000     | 100\$000 |
| Manacapuru.....   |         |             | 13\$000     | 18\$000 | 33\$000    | 15\$000   | 55\$000 | 65\$000 | 84\$000   | 96\$000       | 111\$000   | Vista-Alegre..... |            |               | 53\$000   | 26\$000 | 30\$000 | 36\$000   | 43\$000    | 58\$000 | 63\$000     | 73\$000     | 81\$000  |
| Paricatuba.....   |         |             |             | 5\$000  | 25\$000    | 33\$000   | 40\$000 | 53\$000 | 72\$000   | 78\$000       | 98\$000    | Canutama.....     |            |               |           | 15\$000 | 23\$000 | 31\$000   | 38\$000    | 53\$000 | 58\$000     | 68\$000     | 75\$000  |
| Arumã.....        |         |             |             |         | 19\$000    | 28\$000   | 32\$000 | 48\$000 | 66\$000   | 73\$000       | 83\$000    | Jaburú.....       |            |               |           |         | 10\$000 | 16\$000   | 23\$000    | 37\$000 | 42\$000     | 53\$000     | 64\$000  |
| Boa-Vista.....    |         |             |             |         |            | 8\$000    | 15\$000 | 28\$000 | 47\$000   | 53\$000       | 71\$000    | Arimã.....        |            |               |           |         |         | 6\$000    | 13\$000    | 28\$000 | 32\$000     | 42\$000     | 54\$000  |
| Piranhas.....     |         |             |             |         |            |           | 7\$000  | 20\$000 | 37\$000   | 45\$000       | 66\$000    | Piranhas.....     |            |               |           |         |         | 7\$000    | 22\$000    | 26\$000 | 36\$000     | 48\$000     | 58\$000  |
| Arimã.....        |         |             |             |         |            |           |         | 13\$000 | 31\$000   | 38\$000       | 58\$000    | Boa-Vista.....    |            |               |           |         |         |           | 16\$000    | 26\$000 | 30\$000     | 41\$000     | 51\$000  |
| Jaburú.....       |         |             |             |         |            |           |         |         | 19\$000   | 25\$000       | 46\$000    | Arumã.....        |            |               |           |         |         |           |            | 4\$000  | 14\$000     | 26\$000     | 36\$000  |
| Canutama.....     |         |             |             |         |            |           |         |         |           | 6\$000        | 25\$000    | Paricatuba.....   |            |               |           |         |         |           |            |         | 10\$000     | 22\$000     | 32\$000  |
| Vista-Alegre..... |         |             |             |         |            |           |         |         |           |               | 20\$000    | Manacapuru.....   |            |               |           |         |         |           |            |         |             |             | 12\$000  |
| Hyntanahã.....    |         |             |             |         |            |           |         |         |           |               |            | Manões.....       |            |               |           |         |         |           |            |         |             |             |          |

Gerecia da companhia em Manaus aos 23 de Agosto de 1869.—*Alexandre Paulo de Brito Amorim*, gerente.

## COMPANHIA FLUVIAL DO ALTO AMAZONAS.

Tabella de fretes para a navegação a vapor pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, dos generos embarcados na descida do rio Purús, comprehendendo de Hyntanahã a Manaus.

| GENEROS.                                | ACONDITIONAMENTO.                   | Unidades. | Preço por unidade. | Hyntanahã. | Vista Alegre. | Canutama. | Jaburú. | Arimã. | Piranhas. | Boa Vista. | Arumã. | Paricatuba. | Manacapuru. | Manaus. |
|-----------------------------------------|-------------------------------------|-----------|--------------------|------------|---------------|-----------|---------|--------|-----------|------------|--------|-------------|-------------|---------|
| Azeite de qualquer qualidade.....       | Barril, lata ou pote.....           | Canada.   | 1.                 | 130        | 180           | 310       | 290     | 350    | 450       | 500        | 620    | 650         | 750         | 800     |
| Algodão.....                            | Saca ou panheiro.....               | Atroba.   | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Borracha.....                           | Barril, caixa, saca ou parotes..... | "         | 1.                 | 140        | 180           | 310       | 390     | 450    | 500       | 620        | 650    | 750         | 800         | 800     |
| Cacão.....                              | Saca.....                           | "         | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Café.....                               | Dita.....                           | "         | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Carne secca.....                        | Pacote.....                         | "         | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Dita.....                               | Saca.....                           | Alqueire. | 85                 | 120        | 160           | 265       | 340     | 375    | 425       | 535        | 575    | 635         | 700         | 700     |
| Castanha.....                           | A grande.....                       | "         | 118                | 165        | 215           | 305       | 465     | 520    | 585       | 705        | 745    | 880         | 1.000       | 1.000   |
| Courros secos salgados.....             | Avulso.....                         | Um.       | 59                 | 85         | 110           | 180       | 230     | 260    | 300       | 370        | 390    | 440         | 500         | 500     |
| Ditos de vaco.....                      | ".....                              | "         | 59                 | 85         | 110           | 180       | 230     | 260    | 300       | 370        | 390    | 440         | 500         | 500     |
| Cravo.....                              | Pacote.....                         | Atroba.   | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Diversos generos não especificados..... | ".....                              | "         | 1,85               | 120        | 160           | 265       | 340     | 375    | 425       | 535        | 575    | 635         | 700         | 700     |
| Estopa.....                             | Pacote.....                         | "         | 75                 | 105        | 140           | 230       | 300     | 350    | 370       | 470        | 500    | 560         | 640         | 640     |
| Óleo de cupalyba.....                   | Lata ou garrafa.....                | Canada.   | 1.                 | 140        | 180           | 310       | 390     | 450    | 500       | 620        | 650    | 750         | 800         | 800     |
| Pirarutú.....                           | ".....                              | Atroba.   | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Salsaparrilha.....                      | ".....                              | "         | 1.                 | 140        | 180           | 310       | 390     | 450    | 500       | 620        | 650    | 750         | 800         | 800     |
| Sabo.....                               | Barrica ou pacote.....              | "         | 71                 | 100        | 130           | 220       | 280     | 315    | 350       | 415        | 470    | 520         | 600         | 600     |
| Volumes não especificados.....          | Medição cubica.....                 | Palmos.   | 40                 | 60         | 75            | 125       | 155     | 180    | 200       | 250        | 265    | 300         | 350         | 350     |

Gerecia da companhia em Manaus aos 23 de Agosto de 1869.—*Alexandre Paulo de Brito Amorim*, gerente.



|                                              |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
|----------------------------------------------|------------------------------|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Massas sortidas.....                         | Caixa.....                   | Um.....    | 1,18  | 115   | 215   | 255   | 410   | 475   | 530   | 630   | 780   | 830   | 1.000  |
| Óleo de lulaça.....                          | Barril de 1.º.....           | Um.....    | 4,75  | 40    | 855   | 1.030 | 1.640 | 1.900 | 2.140 | 2.540 | 3.140 | 3.340 | 4.000  |
| Dito dito.....                               | Ida.....                     | Um.....    | 1,66  | 160   | 390   | 360   | 570   | 665   | 750   | 890   | 1.100 | 1.160 | 1.400  |
| Chouricos.....                               | Barril.....                  | Um.....    | 2,95  | 285   | 530   | 610   | 1.020 | 1.185 | 1.330 | 1.580 | 1.955 | 2.080 | 2.500  |
| Potes de folha ou barro.....                 | Avulsos.....                 | Um.....    | 3,80  | 370   | 685   | 820   | 1.310 | 1.520 | 1.710 | 2.030 | 2.510 | 2.660 | 3.200  |
| Peç americanas ou broas.....                 | Barrica.....                 | Um.....    | 3,80  | 370   | 685   | 820   | 1.310 | 1.520 | 1.710 | 2.030 | 2.510 | 2.660 | 3.200  |
| Sal.....                                     | Saca.....                    | Um.....    | 3,80  | 370   | 685   | 820   | 1.310 | 1.520 | 1.710 | 2.030 | 2.510 | 2.660 | 3.200  |
| Sabão.....                                   | Caixa de 34 libras.....      | Um.....    | 7,71  | 70    | 135   | 140   | 255   | 300   | 355   | 400   | 470   | 500   | 600    |
| Sela.....                                    | Bato.....                    | Um.....    | 5,9   | 60    | 110   | 130   | 205   | 240   | 270   | 320   | 395   | 425   | 500    |
| Tinta preparada.....                         | Barril.....                  | Um.....    | 1,18  | 115   | 215   | 255   | 410   | 475   | 530   | 630   | 780   | 830   | 1.000  |
| Toucinho.....                                | Avulsos.....                 | Um.....    | 1,18  | 115   | 215   | 255   | 410   | 475   | 530   | 630   | 780   | 830   | 1.000  |
| Taboas.....                                  | Caixa.....                   | Um.....    | 1,18  | 115   | 215   | 255   | 410   | 475   | 530   | 630   | 780   | 830   | 1.000  |
| Velas de sebo ou de estearina.....           | Barril de 5.º.....           | Um.....    | 3,71  | 360   | 670   | 790   | 1.280 | 1.490 | 1.670 | 1.980 | 2.430 | 2.600 | 3.125  |
| Vinho ou uvaço.....                          | Caixa, de 12 garrafas.....   | Um.....    | 1,42  | 120   | 255   | 375   | 490   | 570   | 650   | 760   | 940   | 1.000 | 1.200  |
| Dito.....                                    | Garrafão.....                | Um.....    | 3,80  | 85    | 160   | 190   | 310   | 360   | 410   | 480   | 590   | 625   | 750    |
| Dito.....                                    | Barril.....                  | Um.....    | 2,12  | 235   | 435   | 520   | 835   | 970   | 1.090 | 1.290 | 1.600 | 1.700 | 2.000  |
| Zarcão.....                                  |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| <b>Mercadorias por medição cubica.</b>       |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Balões.....                                  | Cheios ou vazios.....        | Palm, cub. | 41    | 40    | 75    | 90    | 140   | 165   | 185   | 220   | 270   | 290   | 350    |
| Fazendas diversas.....                       | Caixa ou fardo.....          | Um.....    | 4,41  | 40    | 75    | 90    | 140   | 165   | 185   | 220   | 270   | 290   | 350    |
| Ferragens diversas.....                      | Dito ou barrica.....         | Um.....    | 6,4   | 60    | 115   | 140   | 220   | 260   | 290   | 340   | 420   | 450   | 540    |
| Folha de flandres em obra.....               | Dito dito.....               | Um.....    | 3,36  | 35    | 65    | 80    | 125   | 145   | 160   | 180   | 210   | 250   | 300    |
| Frutas secas, de cabla ou doce.....          | Caixa.....                   | Um.....    | 3,36  | 35    | 65    | 80    | 125   | 145   | 160   | 180   | 210   | 250   | 300    |
| Louça.....                                   | Caixa ou galo.....           | Um.....    | 3,36  | 35    | 65    | 80    | 125   | 145   | 160   | 180   | 210   | 250   | 300    |
| Mobiliã.....                                 | Caixa ou avulso.....         | Um.....    | 3,36  | 35    | 65    | 80    | 125   | 145   | 160   | 180   | 210   | 250   | 300    |
| Medicã.....                                  | Turco.....                   | Um.....    | 4,1   | 40    | 75    | 90    | 140   | 165   | 185   | 220   | 270   | 290   | 350    |
| Diversas mercadorias, secas ou molhadas..... | Caixa ou barril.....         | Um.....    | 3,38  | 40    | 70    | 80    | 130   | 150   | 170   | 200   | 250   | 270   | 325    |
| <b>Generos inflammaveis.</b>                 |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Aguardente forte.....                        | Garrafão.....                | Um.....    | 2,42  | 235   | 435   | 520   | 835   | 970   | 1.090 | 1.290 | 1.600 | 1.700 | 2.000  |
| Alcool.....                                  | Lata de ferro.....           | Um.....    | 4,75  | 40    | 855   | 1.030 | 1.640 | 1.900 | 2.140 | 2.540 | 3.140 | 3.340 | 4.000  |
| Caixa.....                                   | Barril de 1.º.....           | Um.....    | 6,71  | 580   | 1.080 | 1.290 | 2.070 | 2.400 | 2.700 | 3.200 | 3.900 | 4.210 | 5.000  |
| Dito.....                                    | Garrafões.....               | Um.....    | 1,42  | 120   | 255   | 375   | 490   | 570   | 650   | 760   | 940   | 1.000 | 1.200  |
| Cal em pedra.....                            | Barrica.....                 | Um.....    | 1,42  | 120   | 255   | 375   | 490   | 570   | 650   | 760   | 940   | 1.000 | 1.200  |
| Foguetes ou fogos de artifício.....          | Caixa forrada de folha.....  | Palm, cub. | 1,50  | 140   | 270   | 320   | 520   | 600   | 675   | 750   | 900   | 1.055 | 1.260  |
| Geometria em latim.....                      | Barrica, 4 duzias.....       | Um.....    | 4,97  | 410   | 770   | 920   | 1.475 | 1.710 | 1.920 | 2.280 | 2.820 | 3.000 | 3.600  |
| Dito hollandeza.....                         | Caixa.....                   | Um.....    | 1,42  | 120   | 255   | 375   | 490   | 570   | 650   | 760   | 940   | 1.000 | 1.200  |
| Dito do país.....                            | Barril de 5.º.....           | Um.....    | 6,71  | 580   | 1.080 | 1.290 | 2.070 | 2.400 | 2.700 | 3.200 | 3.900 | 4.210 | 5.000  |
| Dito em garrafão.....                        | Garrafão.....                | Um.....    | 1,42  | 120   | 255   | 375   | 490   | 570   | 650   | 760   | 940   | 1.000 | 1.200  |
| Phosphoros.....                              | Barril forrado de folha..... | Um.....    | 1,50  | 140   | 270   | 320   | 520   | 600   | 675   | 750   | 900   | 1.055 | 1.260  |
| Polvora.....                                 | Caixa forrada de folha.....  | Palm, cub. | 1,50  | 140   | 270   | 320   | 520   | 600   | 675   | 750   | 900   | 1.055 | 1.260  |
| Dito em latim.....                           | Barril de 4.º.....           | Um.....    | 12,1  | 1.160 | 2.160 | 2.580 | 4.140 | 4.800 | 5.400 | 6.410 | 7.920 | 8.420 | 10.000 |
| Kerosene.....                                | Lata de dois galões.....     | Um.....    | 1,18  | 115   | 215   | 255   | 410   | 475   | 530   | 630   | 780   | 830   | 1.000  |
| Dito.....                                    | Dito de quatro ditos.....    | Um.....    | 2,000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000  |
| <b>Joias e dinheiro.</b>                     |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Artefactos de prata, ouro ou pedras.....     | Ad valorem.....              | 1 1/2 %    |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Dinheiro em ouro ou notas.....               |                              | 1 %        |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Dito em prata.....                           |                              | 1 1/2 %    |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Dito em cobre.....                           |                              | 3 %        |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| <b>Encomendas.</b>                           |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Até 16 palmos cubicos ou tres arrobas.....   | Palmos.....                  | 5000       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| <b>Animaes.</b>                              |                              |            |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Gado vaccum.....                             |                              | 15000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Cavallar.....                                |                              | 25000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Ovelhum.....                                 |                              | 25000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Gallinhas.....                               |                              | 28000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Passaros em gaiola.....                      |                              | 18000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Se for arara.....                            |                              | 18000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Marcos ou mutua.....                         |                              | 30000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Papagayos.....                               |                              | 18000      |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Cão.....                                     |                              | 105000     |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |

## Observações.

- Os volumes que excederem a 14 palmos cubicos ou tres arrobas só serão recebidos como carga.
- A companhia não responde por quebras, avarias, morte ou fuga de animaes.
- As encomendas, joias ou dinheiro serão entregues e recebidos no escriptorio da companhia, salvo disposição contraria de lei ou regulamentos fiscaes.
- A companhia entregando os volumes com os sellos do escriptorio inteiros cessa a responsabilidade.
- Os vapores não recebem objectos inflammaveis, se não com as cautelas precisas e mencionadas em conhecimento separado das outras cargas; aquelle que transgrezir esta disposição pagará uma multa de 50 % do valor da mercadoria.
- A companhia poderá perante a parte fazer as necessarias averiguações nos volumes que transportarem a bordo de seus vapores, a fim de impedir a infracção do art. 5.º
- As cargas serão entregues e recebidas a bordo, e quando a castanha for recebida a granel, o recebedor terá de fazer essa descarga ou baldeação; se, porém, houver demora que prejudique o serviço de bordo, a companhia empregará a gente precisa e a perça será feita por conta da fazenda.
- As cargas, para bordo serão acompanhadas de uma guia que levarão o Embarque—do escriptorio, e essas guias designarão as mercadorias por peso, volume, medição cubica, conforme a designação da tabella; se forem inflammaveis terão guia separada; do contrario, se não forem inflammaveis, serão entregues e recebidos no escriptorio da companhia, salvo disposição contraria de lei ou regulamentos fiscaes.
- Todos os volumes deverão conter visivelmente o numero, a marca e destino.
- No calculo de fretes as fracções de unidades serão tomadas por inteiro.
- Os fretes serão cobrados no acto da entrega dos conhecimentos.
- As cargas que não forem procuradas a bordo nos pontos da escala, até a hora marcada para a sahida do vapor, serão conduzidas e entregues ao carregador, correndo risco e mais despesas por conta da fazenda.
- Extraviando-se qualquer volume, a companhia indemnizará seu valor, e para este fim exhibirá o preço da factura e outros esclarecimentos que entender necessarios.
- Tudo aquelle que falsamente declarar o conteúdo de um ou mais volumes, para pagar menor frete, é obrigado a pagar o duplo pelos objectos não manifestados, e uma multa de 50 % do valor dos mesmos.
- Não se assigna conhecimento de carga ou talão de encomenda por menos de 25000.
- As cargas, quando forem para bordo ou de bordo para terra, deverão estar despachadas conforme os regulamentos fiscaes.
- Tudo e qualquer objecto não especificado, sendo comprado e vendido a peso, observar-se-ha o preço da secção competente, assim como os que forem por medição cubica ou volume.

## COMPANHIA FLUVIAL DO ALTO-AMAZONAS.

Tabella de passagens para a navegação a vapor pela Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, entre Manáos e o rio Madeira e portos de escala.

| Subida.            |         |          |         |          |           |         |         |         |             |               | Descida.           |                |             |         |         |         |           |          |         |          |         |
|--------------------|---------|----------|---------|----------|-----------|---------|---------|---------|-------------|---------------|--------------------|----------------|-------------|---------|---------|---------|-----------|----------|---------|----------|---------|
|                    | Manáos. | Canuman. | Borba.  | Tabocal. | Manicoré. | Baetas. | Juma.   | Crato.  | Cavalcante. | Santo Antonio |                    | Santo Antonio. | Cavalcante. | Crato.  | Juma.   | Baetas. | Manicoré. | Tabocal. | Borba.  | Canuman. | Manáos. |
| Manáos.....        |         | 20\$000  | 26\$000 | 36\$000  | 50\$000   | 63\$000 | 71\$000 | 77\$000 | 90\$000     | 100\$000      | Santo Antonio..... |                | 8\$000      | 18\$000 | 24\$000 | 30\$000 | 40\$000   | 51\$000  | 60\$000 | 63\$000  | 80\$000 |
| Canuman.....       |         |          | 5\$000  | 15\$000  | 29\$000   | 42\$000 | 50\$000 | 56\$000 | 70\$000     | 80\$000       | Cavalcante.....    |                |             | 10-000  | 16\$000 | 22\$000 | 32\$000   | 43\$000  | 51\$000 | 56\$000  | 72\$000 |
| Borba.....         |         |          |         | 10\$000  | 24\$000   | 37\$000 | 45\$000 | 51\$000 | 61\$000     | 74\$000       | Crato.....         |                |             |         | 5\$000  | 11\$000 | 22\$000   | 33\$000  | 41\$000 | 45\$000  | 62\$000 |
| Tabocal.....       |         |          |         |          | 11\$000   |         |         |         |             |               | Juma.....          |                |             |         |         | 6\$000  | 16\$000   | 26\$000  | 36\$000 | 40\$000  | 56\$000 |
| Manicoré.....      |         |          |         |          |           | 17\$000 | 20\$000 | 27\$000 | 40\$000     | 50\$000       | Baetas.....        |                |             |         |         |         | 10\$000   | 23\$000  | 30\$000 | 34\$000  | 50\$000 |
| Baetas.....        |         |          |         |          |           |         | 8\$000  | 11\$000 | 27\$000     | 37\$000       | Manicoré.....      |                |             |         |         |         |           | 11\$000  | 19\$000 | 24\$000  | 40\$000 |
| Juma.....          |         |          |         |          |           |         |         | 6\$000  | 20\$000     | 29\$000       | Tabocal.....       |                |             |         |         |         |           |          | 8\$000  | 12\$000  | 20\$000 |
| Crato.....         |         |          |         |          |           |         |         |         | 13\$000     | 23\$000       | Borba.....         |                |             |         |         |         |           |          |         | 4\$000   | 20\$000 |
| Cavalcante.....    |         |          |         |          |           |         |         |         |             | 10\$000       | Canuman.....       |                |             |         |         |         |           |          |         |          | 17\$000 |
| Santo Antonio..... |         |          |         |          |           |         |         |         |             |               | Manáos.....        |                |             |         |         |         |           |          |         |          |         |

Gerencia da companhia em Manáos, aos 23 de Agosto de 1869. — Alexandre Paulo de Brito Amorim, gerente.

## COMPANHIA FLUVIAL DO ALTO AMAZONAS.

Tabella de fretes para a navegação a vapor pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, dos generos embarcados na descida do rio Madeira, comprehendendo-se de Santo Antonio a Manáos.

| GENEROS.                                | ACONDICIONAMENTO.                  | Unidade.  | Preço por mil-lia. | Santo Antonio. | Cavalcante. | Crato. | Juma. | Baetas. | Manicoré. | Tabocal. | Borba. | Canumán. | Manáos. |
|-----------------------------------------|------------------------------------|-----------|--------------------|----------------|-------------|--------|-------|---------|-----------|----------|--------|----------|---------|
| Azeite de qualquer qualidade.....       | Barril, lata ou pote.....          | Canada.   | 1,28               |                | 80          | 185    | 235   | 295     | 400       | 515      | 595    | 635      | 800     |
| Algodão.....                            | Saca ou pacote.....                | Arroba.   | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Porracha.....                           | Barril, caixa, saca ou pacote..... | "         | 1,28               |                | 80          | 185    | 235   | 295     | 400       | 515      | 595    | 635      | 800     |
| Cacão.....                              | Saca.....                          | "         | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Café.....                               | Dito.....                          | "         | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Carne secca.....                        | Pacote.....                        | "         | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Castanha.....                           | Saca.....                          | Alqueire. | 1,12               |                | 70          | 160    | 205   | 260     | 350       | 450      | 520    | 560      | 700     |
| Dita.....                               | A granel.....                      | "         | 1,60               |                | 100         | 230    | 295   | 370     | 500       | 640      | 740    | 795      | 1.000   |
| Couro seco salgado.....                 | Im.....                            | "         | 80                 |                | 50          | 115    | 150   | 185     | 250       | 320      | 370    | 400      | 500     |
| Dito de veados.....                     | "                                  | "         | 80                 |                | 50          | 115    | 150   | 185     | 250       | 320      | 370    | 400      | 500     |
| Cravo.....                              | Pacote.....                        | Arroba.   | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Diversos generos não especificados..... | "                                  | "         | 1,12               |                | 70          | 160    | 205   | 260     | 350       | 450      | 520    | 560      | 700     |
| Estopa.....                             | Pacote.....                        | "         | 1,02               |                | 65          | 145    | 190   | 235     | 320       | 410      | 475    | 500      | 610     |
| Óleo cupahyba.....                      | Lata ou garrafão.....              | Canada.   | 1,28               |                | 80          | 185    | 235   | 295     | 400       | 515      | 595    | 635      | 800     |
| Pirarucu.....                           | Rolo.....                          | Arroba.   | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Salsaparrilha.....                      | "                                  | "         | 1,28               |                | 80          | 185    | 235   | 295     | 400       | 515      | 595    | 635      | 800     |
| Sebo.....                               | Barrica ou pacote.....             | "         | 1,                 |                | 65          | 145    | 185   | 235     | 310       | 400      | 465    | 495      | 600     |
| Volume não especificados.....           | Medição cubica.....                | Palmos.   | 56                 |                | 35          | 80     | 100   | 130     | 180       | 225      | 260    | 280      | 350     |

Gerencia da companhia em Manáos aos 23 de Agosto de 1869. — Alexandre Paulo de Brito Amorim, gerente.

# COMPANHIA FLUVIAL DO ALTO AMAZONAS.

**Tabela de fretes para o rio Madeira, pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, compreendendo de**  
**Manãos até Santo Antonio e portos de escala.**

| DESIGNAÇÃO.                     | ACONDICIONAMENTO.          | Preço por milha. | Unidades. | Mãos. | Canamã. | Borba. | Taboal. | Ranitoré. | Ractas. | Juma. | Cento. | Cavaleante. | Santo Antonio. |
|---------------------------------|----------------------------|------------------|-----------|-------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|--------|-------------|----------------|
| Mercadorias sujeitas a peso.    |                            |                  |           |       |         |        |         |           |         |       |        |             |                |
| Aço.....                        | Cinche.....                | 1,               | Arroba    | 0     | 123     | 160    | 223     | 312       | 292     | 440   | 480    | 562         | 623            |
| Arroz.....                      | Sacca.....                 | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Assucar.....                    | Barrica, 2, 4.....         | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Dito.....                       | Lata.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Cabo de linho.....              | Peca.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Café em grão.....               | Sacca.....                 | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Dito moído em lata.....         | Lata.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Carne salgada.....              | Barril.....                | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Dita secca.....                 | Parote.....                | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Cera em velas.....              | Caixa.....                 | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Chin.....                       | Dita.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Chumbo.....                     | Barril ou achatado.....    | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Cobre em chapas.....            | Rolo ou caixa.....         | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Fornos ou foleiras.....         | Avulso.....                | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Fornos de cobre.....            | idem.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Ferro em barra.....             | idem.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Folha de Flaudres.....          | Caixa.....                 | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Pregos.....                     | Barril.....                | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Tabaco.....                     | Avulso.....                | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Zinco.....                      | Rolo.....                  | "                | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Mercadorias sujeitas a volume.  |                            |                  |           |       |         |        |         |           |         |       |        |             |                |
| Alcatraz.....                   | Barril.....                | 4 reis           | Um        | "     | 540     | 640    | 890     | 1,250     | 1,570   | 1,760 | 1,930  | 2,250       | 2,500          |
| Azeite doce.....                | Dito de 8,.....            | 3, "             | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Dito vegetal ou animal.....     | Dito.....                  | 3, "             | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Dito doce refinado.....         | Caixa de 12 garrafas.....  | 2, "             | "         | "     | 260     | 320    | 450     | 625       | 785     | 880   | 980    | 1,125       | 1,280          |
| Azeitonas.....                  | Anoreta.....               | 1, "             | "         | "     | 140     | 160    | 225     | 340       | 390     | 440   | 490    | 560         | 623            |
| Agua florida.....               | Caixa de 12 garrafas.....  | 1,50             | "         | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Batatas.....                    | Caixa.....                 | 1 reis           | "         | "     | 130     | 160    | 225     | 340       | 390     | 440   | 500    | 560         | 623            |
| Bacalhão, barrica ou caixa..... | Barrica ou caixa.....      | 3, "             | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Bolacha.....                    | Barrica.....               | 3, "             | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Bolacha de soda.....            | Latas de 12 libras.....    | 1, "             | "         | "     | 130     | 160    | 225     | 340       | 400     | 440   | 490    | 560         | 623            |
| Banha de porco.....             | Barril.....                | 1,50             | "         | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Dita.....                       | Latas de 12 em libra.....  | 1, "             | "         | "     | 130     | 160    | 225     | 340       | 400     | 440   | 490    | 560         | 623            |
| Cabo de passava.....            | Peca.....                  | 50               | Follegada | "     | 65      | 80     | 115     | 155       | 200     | 220   | 280    | 340         | 380            |
| Café em grão.....               | Barrica.....               | 4, "             | Uma       | "     | 540     | 640    | 890     | 1,250     | 1,570   | 1,760 | 1,930  | 2,250       | 2,500          |
| Dita seranaby.....              | Panciro encapado.....      | 1,50             | Uma       | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Cereja.....                     | Barrica.....               | 4, "             | "         | "     | 540     | 640    | 890     | 1,250     | 1,570   | 1,760 | 1,930  | 2,250       | 2,500          |
| Cebollas.....                   | Caixa.....                 | 4, "             | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Farinha de trigo.....           | Barrica.....               | 4, "             | "         | "     | 540     | 640    | 890     | 1,250     | 1,570   | 1,760 | 1,930  | 2,250       | 2,500          |
| Dita de mandioca.....           | Panciro encapado.....      | 1,50             | "         | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Feijão.....                     | Panciro encapado.....      | 1,50             | Um        | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Garrafas varias.....            | Avulso.....                | 1,50             | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Latas de folha ou ferro.....    | Vazia — Avulso.....        | 1,50             | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Licor.....                      | "                          | 2,               | "         | "     | 260     | 320    | 450     | 625       | 785     | 880   | 980    | 1,125       | 1,280          |
| Mantriga.....                   | Barril.....                | 2,               | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Massas.....                     | Caixa.....                 | 1,               | "         | "     | 130     | 160    | 225     | 340       | 400     | 440   | 490    | 560         | 623            |
| Óleo de linhaça.....            | Barril de 4,.....          | 5,               | "         | "     | 640     | 800    | 1,115   | 1,360     | 1,690   | 2,200 | 2,440  | 2,810       | 3,115          |
| Dito de dito.....               | Lata.....                  | 2,               | "         | "     | 260     | 320    | 450     | 625       | 785     | 880   | 980    | 1,125       | 1,280          |
| Presuntos ou chorizos.....      | Barril.....                | 3,               | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Potes de folha ou barro.....    | Avulso.....                | 1,50             | "         | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Pex ou breu americano.....      | Barrica.....               | 5,               | "         | "     | 640     | 800    | 1,115   | 1,360     | 1,690   | 2,200 | 2,440  | 2,810       | 3,115          |
| Sal.....                        | Sacca de alqueire.....     | 1,50             | "         | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Sabão.....                      | Caixa de 34 libras.....    | 1,               | "         | "     | 140     | 160    | 225     | 340       | 400     | 440   | 490    | 560         | 623            |
| Sola.....                       | Rolo — cada meio.....      | 1,               | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Taboas de 15.....               | Avulsas.....               | 6,000            | Duzia     | "     | 6,000   | 6,000  | 6,000   | 6,000     | 6,000   | 6,000 | 6,000  | 6,000       | 6,000          |
| Tinta preparada.....            | Lata.....                  | 1,               | Uma       | "     | 130     | 160    | 225     | 340       | 400     | 440   | 490    | 560         | 623            |
| Tonéis.....                     | Barril.....                | 3,               | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Velas de sebo ou stearina.....  | Caixa.....                 | 1,50             | "         | "     | 190     | 240    | 335     | 470       | 590     | 640   | 730    | 845         | 935            |
| Vinho ou vinagre.....           | Barril de 6.....           | 5,               | "         | "     | 640     | 800    | 1,115   | 1,360     | 1,690   | 2,200 | 2,440  | 2,810       | 3,115          |
| Dito.....                       | Caixas de 12 garrafas..... | 3,               | "         | "     | 260     | 320    | 450     | 625       | 785     | 880   | 980    | 1,125       | 1,280          |
| Dito ou vinagre.....            | Garrafas.....              | 2,               | "         | "     | "       | "      | "       | "         | "       | "     | "      | "           | "              |
| Zarcão.....                     | Barril.....                | 3,               | "         | "     | 385     | 480    | 670     | 940       | 1,180   | 1,320 | 1,465  | 1,690       | 1,900          |
| Mercadorias por medição cubica. |                            |                  |           |       |         |        |         |           |         |       |        |             |                |

**COMITÊ AMBIENTAL FLUVIAL DO ALTO AMAZONAS.**

**Tabella de fretes para a navegação a vapor do rio Purús pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, compreendendo-se de Manáos a Hyntanahãa.**

| DESIGNAÇÃO.                       | ACONDICIONAMENTO.           | Unidade.     | Preço por milhã. | Manacapuru. | Paricatubã. | Arumã. | Boa Vista. | Piranhas. | Arinã. | Jaburu. | Canutama. | Vista Alegre. | Hytaubã. |
|-----------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|-------------|-------------|--------|------------|-----------|--------|---------|-----------|---------------|----------|
| Mercadorias sujeitas a peso.      |                             |              |                  |             |             |        |            |           |        |         |           |               |          |
| Agua.....                         | Cumete.....                 | Arr. ou Kil. | 74               | 70          | 155         | 150    | 260        | 300       | 550    | 600     | 195       | 530           | 630      |
| Arroz.....                        | Saca.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Assucar.....                      | Barra de 6 arrobas.....     | Uma.         | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Dito.....                         | Meia dita de 4 ditos.....   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Dito.....                         | Quarto dita de 2 ditos..... | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Dito.....                         | Lata de 1 dita.....         | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Calo de lombo.....                | Peca.....                   | Araba.       | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Cafe em grão.....                 | Saca.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Dito moído.....                   | Lata.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Carne salgada.....                | Barril.....                 | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Dita seca.....                    | Pacote.....                 | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Cera em vel.....                  | Caixa.....                  | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Chá.....                          | Dita.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Chumbo.....                       | Barril ou saca.....         | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Cobre em chapa.....               | Rolo ou caixa.....          | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Fornos de cobre.....              | Avulso.....                 | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Ferros ou fitevas.....            | Dito.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Ferro em barra, ou vergalhão..... | Dito.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Folha de Flandres.....            | Caixote.....                | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Pregos.....                       | Barril.....                 | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Talano.....                       | Avulso.....                 | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Zinco.....                        | Rolo.....                   | "            | "                | "           | "           | "      | "          | "         | "      | "       | "         | "             | "        |
| Mercadorias por volume.           |                             |              |                  |             |             |        |            |           |        |         |           |               |          |
| Alcatrão.....                     | Barril.....                 | Um.          | 3,80             | 370         | 685         | 820    | 1.310      | 1.520     | 1.710  | 2.030   | 2.510     | 2.660         | 3.200    |
| Azeite doce.....                  | Dito de 8.....              | "            | 2,06             | 285         | 530         | 610    | 1.020      | 1.185     | 1.330  | 1.580   | 1.955     | 2.080         | 2.500    |
| Dito vegetal ou animal.....       | Dito dito.....              | "            | "                | 285         | 530         | 610    | 1.020      | 1.185     | 1.330  | 1.580   | 1.955     | 2.080         | 2.500    |
| Dito doce refinado.....           | Caixa.....                  | "            | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Azeitonas.....                    | Ancoretas.....              | "            | 1,18             | 61          | 110         | 130    | 270        | 320       | 330    | 390     | 425       | 500           | 500      |
| Agua Florida.....                 | "                           | "            | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Bolacha.....                      | Caixa.....                  | "            | 59               | 60          | 110         | 130    | 205        | 230       | 270    | 320     | 390       | 425           | 500      |
| Bolacha.....                      | Barra ou caixa.....         | "            | 2,06             | 285         | 530         | 610    | 1.020      | 1.185     | 1.330  | 1.580   | 1.955     | 2.080         | 2.500    |
| Bolacha.....                      | Dita.....                   | "            | 2,12             | 235         | 435         | 520    | 835        | 970       | 1.090  | 1.290   | 1.600     | 1.700         | 2.000    |
| Dita de soda.....                 | Lata de 12 libras.....      | "            | 59               | 60          | 110         | 130    | 205        | 230       | 270    | 320     | 390       | 425           | 500      |
| Banha de porco.....               | Barril.....                 | "            | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Dita.....                         | Lata de 12 libras.....      | "            | 59               | 60          | 110         | 130    | 205        | 230       | 270    | 320     | 390       | 425           | 500      |
| Cabo de passava.....              | Peca.....                   | Poleg.       | 47               | 50          | 85          | 100    | 160        | 190       | 210    | 250     | 310       | 330           | 400      |
| Cal queimado.....                 | Barra.....                  | Uma.         | 3,71             | 360         | 670         | 800    | 1.280      | 1.490     | 1.670  | 1.980   | 2.450     | 2.600         | 3.125    |
| Dito semanly.....                 | Panico encajado.....        | Um.          | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Cerveja.....                      | Barra.....                  | Uma.         | 3,80             | 370         | 685         | 820    | 1.310      | 1.520     | 1.710  | 2.030   | 2.510     | 2.660         | 3.200    |
| Cebolla.....                      | Caixa.....                  | "            | 2,93             | 285         | 530         | 610    | 1.020      | 1.185     | 1.330  | 1.580   | 1.955     | 2.080         | 2.500    |
| Farinha de trigo.....             | Barra.....                  | "            | 3,80             | 370         | 685         | 820    | 1.310      | 1.520     | 1.710  | 2.030   | 2.510     | 2.660         | 3.200    |
| Farinha de mandioca.....          | Panico encajado.....        | "            | 59               | 60          | 110         | 130    | 205        | 230       | 270    | 320     | 390       | 425           | 500      |
| Feijão.....                       | Saca.....                   | Alqueire.    | 89               | 85          | 160         | 190    | 310        | 360       | 410    | 480     | 590       | 625           | 750      |
| Garrafas.....                     | Vazio.....                  | Um.          | 89               | 85          | 160         | 190    | 310        | 360       | 410    | 480     | 590       | 625           | 750      |
| Lácor.....                        | Caixa de 12 garrafas.....   | "            | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Latas de folha ou ferro.....      | Vazio.....                  | "            | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Manteiga.....                     | Barril.....                 | "            | 1,18             | 115         | 215         | 275    | 475        | 530       | 630    | 780     | 830       | 1.000         | 1.000    |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 160    | 275        | 300       | 360    | 400     | 500       | 540           | 625      |
| Massas sortidas.....              | Caixa.....                  | "            | 74               | 70          | 135         | 16     |            |           |        |         |           |               |          |

|                                                                        |         |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
|------------------------------------------------------------------------|---------|----------|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|
| Potes de folha ou barro.....                                           | 3,      | "        | " | 38,   | 480   | 0 30  | 940   | 1,180 | 1,320 | 1,460 | 1,600  | 1,740  |
| Pez ou breu americano.....                                             | 1,50    | "        | " | 190   | 240   | 53,   | 570   | 290   | 660   | 730   | 815    | 935    |
| Sal.....                                                               | 5,      | "        | " | 640   | 800   | 1,115 | 1,560 | 1,990 | 2,200 | 2,440 | 2,810  | 3,115  |
| Sabão.....                                                             | 1,50    | "        | " | 190   | 240   | 53,   | 570   | 290   | 660   | 730   | 815    | 935    |
| Sala.....                                                              | 1,      | "        | " | 130   | 160   | 22,   | 310   | 400   | 440   | 470   | 550    | 625    |
| Taboas de la p.....                                                    | 1,      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| Tinta preparada.....                                                   | 1,      | Duzia    | " | 6,000 | 6,000 | 6,000 | 6,000 | 6,000 | 6,000 | 6,000 | 6,000  | 6,000  |
| Toncilho.....                                                          | 1,      | Uma      | " | 130   | 160   | 22,   | 310   | 400   | 440   | 470   | 550    | 625    |
| Velas de selo ou stearinas.....                                        | 3,      | "        | " | 385   | 480   | 670   | 940   | 1,180 | 1,320 | 1,465 | 1,690  | 1,900  |
| Vinho ou vinagre.....                                                  | 1,50    | "        | " | 190   | 240   | 53,   | 570   | 290   | 660   | 730   | 815    | 935    |
| Óleo.....                                                              | 5,      | "        | " | 610   | 800   | 1,115 | 1,560 | 1,990 | 2,200 | 2,440 | 2,810  | 3,115  |
| Dito ou vinagre.....                                                   | 2,      | "        | " | 260   | 320   | 430   | 625   | 785   | 880   | 980   | 1,125  | 1,280  |
| Zarcão.....                                                            | 2,      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
|                                                                        | 3,      | "        | " | 385   | 480   | 670   | 940   | 1,180 | 1,320 | 1,465 | 1,690  | 1,900  |
| <b>Mercadorias por medição cubica.</b>                                 |         |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Babús.....                                                             | 50      | Um palmo | " | 65    | 80    | 110   | 160   | 200   | 220   | 245   | 280    | 310    |
| Fazendas diversas.....                                                 | 50      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| Ferragens diversas.....                                                | 75      | "        | " | 100   | 120   | 170   | 235   | 295   | 330   | 370   | 440    | 470    |
| Folha de Flandres em obra.....                                         | 50      | "        | " | 65    | 80    | 110   | 160   | 200   | 220   | 245   | 280    | 310    |
| Frutas secas ou em calda.....                                          | 50      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| Louça.....                                                             | 50      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| Mobiliã.....                                                           | 50      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| Madeira.....                                                           | 50      | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| <b>Mercadorias inflammaveis.</b>                                       |         |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Aguardente de 36 grãos.....                                            | 3,      | Um       | " | 385   | 480   | 670   | 940   | 1,180 | 1,320 | 1,465 | 1,690  | 1,900  |
| Agua raz.....                                                          | 5,      | "        | " | 670   | 800   | 1,115 | 1,560 | 1,990 | 2,200 | 2,440 | 2,810  | 3,115  |
| Casaça.....                                                            | 6,      | "        | " | 770   | 960   | 1,340 | 1,870 | 2,390 | 2,640 | 2,990 | 3,370  | 3,710  |
| Dita.....                                                              | 2,      | "        | " | 260   | 320   | 430   | 625   | 785   | 880   | 980   | 1,125  | 1,280  |
| Cal em pedra.....                                                      | 7,      | "        | " | 960   | 1,120 | 1,560 | 2,185 | 2,790 | 3,080 | 3,440 | 3,935  | 4,300  |
| Genebra em botijas.....                                                | 5,      | "        | " | 610   | 800   | 1,115 | 1,560 | 1,990 | 2,200 | 2,440 | 2,810  | 3,115  |
| Dita em garrafas.....                                                  | 2,      | "        | " | 960   | 3,0   | 430   | 625   | 785   | 880   | 980   | 1,125  | 1,280  |
| Dita.....                                                              | 6,      | "        | " | 770   | 960   | 1,340 | 1,870 | 2,390 | 2,640 | 2,990 | 3,370  | 3,710  |
| Dita.....                                                              | 2,      | "        | " | 260   | 320   | 430   | 625   | 785   | 880   | 980   | 1,125  | 1,280  |
| Fogueteos ou fogos.....                                                | 1,50    | Um palmo | " | 190   | 240   | 335   | 470   | 590   | 660   | 730   | 815    | 935    |
| Phosphoros.....                                                        | 1,50    | "        | " | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "     | "      | "      |
| Petroleo.....                                                          | 80,     | Um       | " | 2,560 | 3,200 | 4,460 | 6,250 | 7,920 | 8,860 | 9,940 | 11,140 | 12,460 |
| Dito.....                                                              | 2,      | "        | " | 260   | 320   | 430   | 625   | 785   | 880   | 980   | 1,125  | 1,280  |
| Dito.....                                                              | 3,      | "        | " | 385   | 480   | 670   | 940   | 1,180 | 1,320 | 1,465 | 1,690  | 1,900  |
| Pulvora.....                                                           | 3,      | "        | " | 4,000 | 4,000 | 4,000 | 4,000 | 4,000 | 4,000 | 4,000 | 4,000  | 4,000  |
| Dita em latinhos.....                                                  | 1,50    | Um palmo | " | 190   | 240   | 335   | 470   | 590   | 660   | 730   | 815    | 935    |
| <b>Jóias e dinheiro.</b>                                               |         |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Artefactos de prata, ouro ou pedras, ad valorem.....                   | 1 1/2 % |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Dinheiro em ouro, ou notas.....                                        | 1 %     |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Dito em prata.....                                                     | 1 1/2 % |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Dito em cobre.....                                                     | 3 %     |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| EXCOMMENDAS: — Até 16 palmos cubicos ou 3 arrobas, por palmo 600 reis. |         |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| <b>Animacs.</b>                                                        |         |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Gado vacum.....                                                        | 15000   |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| " cavallo.....                                                         | 25000   |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| " ovelha.....                                                          | 2 000   |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Gallinhas.....                                                         | 25000   | Duzia    |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Passaro em gaiola.....                                                 | 15000   | Um       |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Se for Arara.....                                                      | 45000   | Uma      |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Macacos.....                                                           | 35000   |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Papagaios ou Mutuns.....                                               | 15000   |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
| Cão.....                                                               | 105000  |          |   |       |       |       |       |       |       |       |        |        |

## Observações.

- 1.º Os volumes que excederem a 14 palmos cubicos ou tres arrobas, so serão recebidos como carga.
- 2.º A companhia não responde por quebras, avarias, morto ou fuga de animacs.
- 3.º As encomendas, jóias ou dinheiro, serão entregues e recebidas no escriptorio da companhia, salvo disposição contraria de lei ou regulamentos fiscaes.
- 4.º A companhia encarregando os volumes com os sellos do envoltorio intactos, cessa a responsabilidade.
- 5.º Os vapores não recebem os objectos inflammaveis, se não, com as cautelas precisas e mencionadas em esboçamento separado das outras cargas; aquelle que transgreder esta disposição, pagará uma multa de 50 por cento do valor das mercadorias.
- 6.º A companhia poderá perante a parte fazer as necessarias averiguações nos volumes que transportarem a bordo de seus vapores a fim de impedir a infracção do art. 5.º
- 7.º As cargas serão entregues e recebidas a bordo, e quando a castanha fór recebida a granel, o recebedor terá de fazer essa descarga ou baldeação; se, porém, houver demora, que prejudique o serviço de bordo, a companhia empregará a gente precisa e a despesa será feita por conta da fazenda.
- 8.º As cargas para bordo serão acompanhadas de uma guia que levarão o embarque do escriptorio, e essas guias designarão as mercadorias por peso, volume e medição cubica, conforme a designação da tabella; se forem inflammaveis terão guia separada; no alto dessas guias e em lugar conveniente se mencionará o valor das mercadorias.
- 9.º Todos os volumes deverão conter visivelmente o numero, marca e destino.
10. No calculo de fretes as fracções de unidades serão tomadas por inteiros.
11. Os fretes serão cobrados no acto da entrega dos conhecimentos.
12. As cargas que não forem precoradas a bordo nos pontos de escala até a hora marcada para a saída do vapor, serão conduzidas e entregues ao carregador, correndo risco e mais despesas por conta da fazenda.
13. Extraviando-se qualquer volume a companhia indenizará seu valor, e para este fim exhibirá o preço de factura e outros esclarecimentos que entender preciso.
14. Todo aquelle que, falsamente declarar o conteúdo de um ou mais volumes para pagar maior frete, é obrigado a pagar o duplo pelos objectos não manifestados, e uma multa de 50 por cento do valor dos mesmos.
15. Não se assina conhecimento de carga ou talão de encomendas por menos de 25000.
16. As cargas quando forem para bordo, ou de bordo para terra, deverão estar despachadas conforme os regulamentos fiscaes.
17. Todo e qualquer objecto não especificado, sendo comprado e vendido a peso, observar-se-ha o preço da secção competente, assim como os que forem por medição cubica ou volume.—Gerencia da companhia em Manaus, aos 23 de Agosto de 1869. —

Alexandre Paulo de Brito Amorim, gerente.

dessa Provincia suscitou-se duvida sobre a legalidade da patente de um Capitão da Guarda Nacional, apostillada em 1859, quando elle foi aggregado ao batalhão da reserva, e em 1868, quando passou a effectivo; entendendo aquella Repartição que neste caso deveria ter solicitado nova patente. Em resposta declaro que bem decidio V. Ex. a duvida proposta, julgando-a improcedente, visto como só no caso de accesso de posto são obrigados os Officiaes da Guarda Nacional a solicitar novas patentes; devendo nos demais casos ser apostilladas aquellas com que servem, e ficando sujeitas aos impostos estabelecidos pelos Decretos n.ºs 3454 e 3456 de 17 e 24 de Abril ultimo, todas as apostillas passadas, depois que estes forão postos em execução, com excepção sómente das de que trata o art. 43 do Decreto n.º 1130 de 12 de Março de 1853, conforme foi communicado a essa Presidencia por Aviso de 6 do corrente.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N. 487. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS. — EM 23 DE OUTUBRO DE 1869.

Approva provisoriamente as tabellas do preço de passagens e frete de cargas nos Paquetes da Companhia Fluvial do Alto Amazonas.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Approvar provisoriamente as tabellas organisadas pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas para o preço das passagens e frete das cargas nos respectivos Paquetes, destinados á navegação a vapor dos rios Madeira e Purús.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Outubro de 1869. — *Joaquim Antônio Fernandes Leão*.

## N. 488. — IMPERIO. — EM 26 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara: 1.º que competentemente preside a assembléa parochial o Juiz de Paz do districto vizinho, quando os da matriz deixão de comparecer a hora marcada; 2.º que é nulla a eleição presidida neste caso, fóra do lugar competente, pelo Juiz de Paz mais votado do districto da matriz, ao qual só cabe o direito de assumir a direcção dos trabalhos começados; 3.º que devem constar das actas a declaração dos eleitores e supplentes que comparecerão, o numero das cédulas recebidas e dos votos apurados para a formação da mesa.

Ministério dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 10 de Fevereiro do corrente anno, no qual o antecessor de V. Ex. participou ter declarado válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Setembro do anno passado na matriz do Senhor Bom Jesus dos Afflictos da villa de S. Bento, presidida pelo Juiz de Paz do 3.º districto Florencio das Neves Camello, e nulla a outra eleição que na mesma freguezia se effectuou na casa da Camara Municipal sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado do 1.º districto Francisco Alves Maciel.

E o mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que é sustentado esse acto pelo Governo Imperial, á vista das seguintes razões em que se fundou:

1.ª O Juiz de Paz do 3.º districto competentemente presidiu a Assembléa Parochial, pois que não comparecerão á hora estabelecida os da matriz, e apparecendo o mais votado depois de formada a mesa, recusou assumir a presidencia, apezar de convidado a fazel-o pelo que a exercia;

2.ª Installada regularmente a assembléa parochial, a lei não dá ao Juiz de Paz mais votado, que comparece depois, outro direito senão o de assumir a direcção dos trabalhos, e não lhe permite, antes prohibe, que promova e presida outra eleição, como praticou o do 1.º districto na casa da Camara Municipal, lugar incompetente e para o qual não havião sido convocados os votantes;

3.ª Não consta das actas desta ultima eleição os nomes dos eleitores e supplentes que comparecerão, o numero

das cedulas recebidas e dos votos apurados para a formação da mesa, além de não se receberem as cedulas dos votantes do 3.º districto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 489.—FAZENDA.—EM 26 DE OUTUBRO DE 1869.

As lotações do rendimento dos empregos para a cobrança do imposto de 3% não podem ser alteradas pelas Thesourarias senão por via de recurso legalmente interposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao officio dessa Inspectoria n.º 60 de 12 de Abril proximo findo, que, á vista dos arts. 3.º e 10 do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro de 1857, feitas e julgadas pelos Chefes das Repartições de arrecadação—as lotações do rendimento dos empregos para cobrança do imposto de tres por cento, não podem as Thesourarias alterar as mesmas lotações senão por via de recurso legalmente interposto, decidindo então a questão contenciosa como entenderem de justiça sem prévia consulta ao Thesouro, para o qual sómente recorrerá ex-officio das proprias decisões, quando assim o entendão, ou para reconsideração do julgamento ou para o estabelecimento de regra que mais convenha seguir-se no futuro em casos identicos.

Cumpre, portanto, que o mesmo Sr. Inspector observe esta recommendação na lotação dos beneficios das Freguezias comprehendidas nos limites da Capital da Provincia, sobre que consultou seu antecessor no citado officio de 12 de Abril contra as disposições das ordens de 10 de Outubro de 1851, 17 de Janeiro de 1857, 12 de Junho de 1860, 26 de Fevereiro de 1861 e 16 de Setembro de 1863.

*Visconde de Itaborahy.*

---



## N. 490.—FAZENDA.—EM 26 DE OUTUBRO DE 1869.

Os attestados exigidos para pagamentos de vencimentos e de alugueis das casas arrendadas ao Estado, são isentos do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 417 de 10 de Junho ultimo, que approva a decisão tomada pela mesma Thesouraria de considerar comprehendidos no art. 21 § 13 do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, para gozarem de isenção do sello, os attestados exigidos para pagamento de vencimentos e de alugueis de casas arrendadas ao Estado; pois devem ser considerados do expediente das Repartições, como já assim os consideravão o art. 85 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 e a Circular de 15 de Março de 1861.

*Visconde de Itaboraity.*



## N. 491.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE OUTUBRO DE 1869.

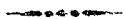
Ao Juiz de Paz da freguezia do Espirito Santo da Côte.—  
Declara que os Escrivães de Paz estão autorizados a lavrar escripturas de compra e venda de escravos, ainda que estes ou um dos outorgantes não pertenção ao seu districto.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1869.

Em officio de 22 de Setembro ultimo submette Vm. á decisão do Governo Imperial a duvida, em que está o Escrivão desse Juizo—se, pelo art. 4.º do Decreto n.º 2833 de 13 de Outubro de 1861 e Aviso de 7 de Outubro de 1867, póde o Escrivão de Paz lavrar escripturas de venda de escravos, quando estes ou um dos outorgantes não pertenção a seu districto.

Em resposta, declaro a Vm. que, em virtude dos Decretos n.º 2833 de 18 de Outubro de 1864 e n.º 4129 de 28 de Março de 1868 § 23 estão os Escrivães de Paz autorizados a lavrar escripturas de compra e venda de escravos em sua respectiva freguezia sem restricção.

Deus Guarde a Vm.—*José Martiniano de Alencar.*  
— Sr. Juiz de Paz da freguezia do Espírito Santo da Córte.



N. 492.—FAZENDA.—EM 28 DE OUTUBRO DE 1869.

Dá regras para o pagamento das despesas das colonias existentes na Província de Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, verificando pelas informações do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província de Santa Catharina, constantes do seu officio n.º 6 de 30 de Janeiro ultimo, que o modo por que são feitos os supprimentos de dinheiro ás Colonias existentes na mesma Província, além de muito irregular, não se presta á necessária fiscalisação; e que cumpre, portanto, a bem dos interesses da Fazenda, reformar a pratica seguida a tal respeito: de accôrdo com a Circular junta por cópia, dirigida pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ás Presidencias de Províncias em 28 de Novembro do anno passado, declara ao dito Sr. Inspector, para sua intelligencia e devida execução:

1.º Que d'ora em diante os pagamentos das despesas das Colonias devem ser encarregados a um Empregado da Thesouraria;

2.º Que nesta conformidade, e visto não contar ella se não com o pessoal indispensavel para o seu expediente interno, fica o respectivo Thesoureiro autorizado para nomear provisoriamente um Fiel, sob sua fiança e com prévio accôrdo dos seus fiadores, a fim de ser incumbido de taes pagamentos: podendo a no-

meação recahir em um dos Empregados da Thesouraria que fôr mais idoneo para occupar-se desses trabalhos, percebendo por isso uma gratificação, que o Sr. Inspector proporá, além do transporte por conta da Fazenda;

3.º Que esse Empregado não deverá pagar quantia alguma concernente às ditas despesas, que não esteja autorisada pelo Ministerio da Agricultura, ou pelo Presidente da Provincia;

4.º Que não se devem fazer mais adiantamentos aos Directores das Colonias, salvo os indispensaveis para os pagamentos de operarios e outros que tenham de ser satisfeitos por ferias em periodos, nos quaes não possa o referido Empregado effectual-os pessoalmente: limitando-se, porém, os adiantamentos á importancia das despesas de um mez, na forma da supracitada Circular, e não se repetindo novos supprimentos sem se terem exhibido as contas dos anteriores;

5.º Finalmente, que, no caso de ser um Empregado da Thesouraria nomeado Fiel, fica o Sr. Inspector autorisado para admittir um collaborador que suppra a falta d'elle.

Outrosim ordena ao mesmo Sr. Inspector que dê suas providencias para que nos balanços da Thesouraria venhão explicadas as importancias despendidas sob o titulo de —vias de comunicação— a fim de conhecer-se quaes as estradas em construcção nas ditas Colonias.

*Visconde de Rorobary.*

N. 493.—FAZENDA.—EM 28 DE OUTUBRO DE 1869.

O numero de assignaturas em um requerimento não influe para o pagamento do sello, e sim os actos que em virtude do mesmo se tem de fazer ou praticar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. em resposta ao officio dessa Inspectoria de 1 do corrente, que, á vista do disposto no art. 18 do Regulamento—

de 17 de Abril do corrente anno, o numero de assignaturas em um requerimento não influe para o pagamento do sello e sim os actos que se tem de fazer ou praticar; por conseguinte, quando a certidão que se tiver de passar fôr só uma, o sello a cobrar-se deve ser tambem um só.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Conselheiro de Estado Inspector Geral da Caixa da Amortização.

N. 494.—FAZENDA.—EM 29 DE OUTUBRO DE 1869.

A lei nova não pôde ser applicada a um acto anterior á sua publicação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 27 da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo de 4 de Maio do corrente anno, no qual expõe que havendo sido imposta a João da Victoria Miranda, por sentença do Juiz de Direito da respectiva Comarca, a multa de 601\$966, fôra esta quantia recolhida aos cofres da Camara Municipal de Benevente, o que dera lugar á uma questão entre a referida Camara e a Collectoria do lugar, julgando-se esta com direito a arrecadar a multa por não ter sido paga antes do Decreto de 6 de Maio de 1863, o que é contestado por aquella, que a seu favor allega que, tendo adquirido direito a essa multa, deve esse direito ser mantido embora realisado posteriormente á data do citado Decreto:

Declara ao Sr. Inspector, para os fins convenientes e em solução á referida duvida, que, não devendo uma lei nova ser applicada a um acto anterior á sua publicação, modificando-lhe os effeitos com prejuizo das pessoas, a quem a mesma Lei se refere, é claro que a mencionada Camara Municipal, que em

virtude da legislação existente em Janeiro de 1864 (Cod. Commercial arts. 30 e 36, Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, Decreto n.º 595 de 18 de Março de 1849, e Aviso n.º 48 de 23 de Janeiro de 1854) tinha adquirido o direito de haver a importancia da multa imposta ao dito Miranda, não podia ser privada desse direito por uma lei posterior.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 495. —FAZENDA.—EM 29 DE OUTUBRO DE 1869.

O dominio util de qualquer porção de terreno de marinha só pôde ser adquirido por titulo legitimo passado pelo poder competente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao Aviso do Ministerio a seu cargo de 31 de Agosto de 1866, que foi indeferido o requerimento em que o Dr. Constantino Pereira de Barros pede indemnisação pelos prejuizos, que diz ter soffrido com a edificação do Forte Mariano em terreno que allega ser de sua propriedade, sito no morro da Viuva; visto ter-se verificado não só que o Forte se acha construido em terreno de marinhas, e como tal pertencente ao Estado e concessivel por aforamento, mas tambem que o peticionario não possui titulo de aforamento ou de concessão gratuita do referido terreno; não sendo sufficiente a posse de qualquer porção desta parte do dominio nacional para conferir ao possessor o respectivo dominio util, que só pôde ser adquirido por titulo legitimo passado pelo poder competente; nada mais tendo feito o Estado do que applicar ao uso publico aquillo sobre que a Lei lhe deu pleno direito dominical, e que se conservava livre de qualquer onus.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

---

N. 496. — IMPÉRIO. — EM 29 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Piahy. — Declara que os Presidentes de Província não têm a attribuição de suspender a execução de leis provinciaes depois de publicadas.

Ministerio dos Negocios do Império. — Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Império do Conselho de Estado sobre o acto pelo qual o Vice-Presidente dessa Província suspendeu a execução das leis provinciaes n.ºs 615, 618, 619, 620, 621, 622, 626, 631, 637, 639, 641, 642 e 646, datadas de 14, 17, 18, 19 e 20 de Agosto do anno passado, competentemente sancionadas, publicadas e já em execução: Houve por bem Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 6 do corrente mez, tomada sobre consulta de 20 de Setembro ultimo, declarar que devem ser executadas as referidas leis, tendo sido exorbitante o acto daquelle Vice-Presidente, porquanto não têm os Presidentes de Província a attribuição de suspender a execução de leis provinciaes depois de publicadas. O art. 24 § 3.º do Acto Adicional, invocado pelo sobredito Vice-Presidente, não autorisa senão a suspensão da publicação nos casos e pela fórma marcados nos arts. 15 e 16.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Província do Piahy.

---

N. 497. IMPERIO. — Em 30 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que, conquanto os votantes da parochia da Natividade do Carangóla, residentes em territorio pertencente á diocese de Marianna, exercessem seu direito, não naquella parochia, como devião, mas na dos Tombos, cumpria todavia que fossem empossados os Vereadores e Juizes de Paz eleitos, visto que os votos dados não alterão o resultado da eleição.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Na conformidade do Aviso n.º 323 de 31 de Outubro de 1864, os votantes da parochia de Nossa Senhora da Natividade do Carangóla, do municipio de Campos nessa Província, residentes em territorio pertencente á diocese de Marianna, exercêrão seu direito na parochia dos Tombos do Carangóla, da Província de Minas Geraes, por occasião das ultimas eleições de Vereadores e Juizes de Paz.

Tendo porém o Aviso n.º 360 de 2 de Setembro do anno findo expressamente declarado que os cidadãos activos residentes naquelle territorio devem votar na parochia da Natividade para Vereadores do municipio a que pertencem e para Juizes de Paz do districto respectivo; resolveu a Camara Municipal de Campos não incluir na apuração geral os votos dos mesmos cidadãos.

O antecessor de V. Ex., conforme consta do officio de 16 de Dezembro do anno findo, ordenou que fossem ajuramentados e empossados os Vereadores e Juizes de Paz eleitos, por isso que os votos dos referidos cidadãos, em numero de 80, não alterarião em caso algum o resultado da eleição de Vereadores, podendo apenas mudar a ordem em que se achão collocados os quatro Juizes de Paz do districto, se porventura houvessem concorrido á eleição na parochia da Natividade.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com o parecer que deu sobre este assumpto a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, houve por bem approvar a acto do antecessor de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.

## N. 498.— IMPERIO.— EM 30 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que são motivos de nullidade de eleição: 1.º o facto de fazer-se a convocação dos votantes no mesmo dia da eleição, e não com a antecedencia ordenada pela lei; 2.º o facto de ser chamado para representar a turma dos eleitores, por falta de comparecimento destes, um cidadão a arbitrio do Juiz de Paz presidente da mesa, e não o que se seguia em votos aos oito convocados immediatos ao Juiz de Paz na ordem da votação.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1869.

Hon. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sobre o acto pelo qual o antecessor de V. Ex. annullou a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, feita em Setembro do anno findo na villa do Jaboticabal, Houve por bem Mandar declarar que é approvado o referido acto, porquanto das actas respectivas e documentos, que acompanhárão o officio do antecessor de V. Ex. de 14 de Dezembro do dito anno, consta terem occorrido na mesma eleição as seguintes irregularidades:

1.ª A convocação dos votantes e a de que trata o art. 6.º da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, foram feitas no mesmo dia da eleição e não com a antecedencia ordenada no art. 94 da referida lei; o que equivale á falta desta formalidade, conforme decidio o Aviso n.º 561 de 29 de Dezembro do anno findo;

2.ª Tendo comparecido por occasião da formação da mesa parochial unicamente os quatro cidadãos votados para Juiz de Paz chamados para representar a turma dos supplentes, foi pelo Presidente da mesa parochial convidado para representar a turma dos eleitores o cidadão Manoel Martins Fontes, e não o que se seguia em votos aos oito convocados, e cuja presença se deveria aguardar até ás 9 horas da manhã do dia seguinte, como preceitúa o art. 14 do Decreto n.º 4812 de 23 de Agosto de 1856.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 499.—IMPERIO.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Sergipe.— Declara que a justificação da idade fóra do Juizo Ecclesiastico é admissivel em certos casos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio sob n.º 25, datado de 5 de Agosto ultimo, em que V. Ex. participa ter respondido a uma consulta que lhe dirigio o conego Francisco Barbosa da Costa, vigario da villa de Santa Luzia: — que as justificações de idade devem ser produzidas perante o Juizo Ecclesiastico, unico competente para julgar-as, nos termos do Aviso n.º 8 de 5 de Janeiro de 1865 e do art. 4.º § 6.º do Decreto n.º 3607 de 10 de Fevereiro de 1865; e que, estabelecida assim a competencia do Juizo Ecclesiastico, não podem ser aceitas e válidas as justificações dadas no Juizo Civil.

Em solução declaro a V. Ex. que a regra geral é a das disposições citadas; mas que outros modos de prova são em casos especiaes admittidos, como se vê da Lei de 24 de Setembro de 1829, do art. 4.º da Lei n.º 108 de 11 de Outubro de 1837, da Ord. L. 2.º Tit. 54.

A justificação da idade fóra do Juizo Ecclesiastico é tambem admissivel, tratando-se de acatholicos, quando não possão apresentar certidão extrahida do registro dos nascimentos effectuado na fórma do art. 45 do Decreto n.º 3069 de 17 de Abril de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Província de Sergipe.

## N. 500.—FAZENDA.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1869.

O imposto da transmissão de propriedade—nas doações—deve ser cobrado antes da escriptura, e o sello antes da insinuação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1869.

Communico a V. S. para o fazer constar ao Collector das Rendas Geraes do Município de Nova Fri-

burgo, em resposta ao officio que dirigio a essa Directoria em 20 de Agosto ultimo, que o imposto da transmissão de propriedade, nas doações, deve ser cobrado antes da escriptura, e o sello antes da insinuação, por isso que o pagamento destes impostos tem de ser transcriptos nos respectivos instrumentos.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 301.—FAZENDA.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1869.

As folhas corridas estão isentas do pagamento dos novos e velhos direitos, e só devem pagar o sello de 200 réis segundo o numero de folhas, na forma do art. 18 § 1.º do Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1869.

Communico a V. S., para o fazer constar ao Collector das Rendas Geraes do municipio de Nova Friburgo, em resposta ao officio que dirigio a essa Directoria em 25 de Maio ultimo, que as folhas corridas, em virtude do disposto no art. 72 do Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril do corrente anno, estão isentas do pagamento dos novos e velhos direitos a que crão sujeitas pelo § 47 da tabella annexa á Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1841, e que só devem pagar o sello de 200 réis segundo o numero de folhas, na forma do art. 18 § 1.º do dito Regulamento; porque neste paragrapho estão comprehendidas as tres partes que nellas se distinguem, a saber: requerimento do Juizo, Mandado Judicial e certidões; guardando-se na cobrança do imposto do sello a disposição da Circular n.º 34 de 25 de Agosto ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 502.—FAZENDA.—EM 2 DE NOVEMBRO DE 1869.

Previne as Thesourarias de Fazenda que a despesa com a illuminação dos Palácios das Presidências deve restringir-se a quantia distribuída.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio de 21 de Outubro proximo findo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e fins convenientes, que naquella data expedio-se Circular aos Presidentes de Provincia, prevenindo-os de que não se concederá augmento algum de credito para luzes dos Palácios das Presidencias; devendo restringir-se a despesa á quantia distribuída, além da qual nenhuma outra será approvada.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 503.—FAZENDA.—EM 3 DE NOVEMBRO DE 1869.

Depois de pagos os direitos das mercadorias não se admittem reclamações por engano nos despachos sobre a sua qualidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Novembro de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para os fins convenientes, que foi indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Estevão Busk & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria de 8 de Outubro findo, que negou-lhes a restituição da quantia de 336\$060 que de mais pagárão por dois fardos de n.<sup>os</sup> 51 e 52, vindos de Liverpool no vapor *Laplace*, e submettidos a

despacho pela nota n.º 5859 de 21 de Setembro ultimo como contendo 100 peças de brim de linho crú entrancado com o peso liquido de 823 kilogrammos, qualificação essa que foi aceita na conferencia interna, sendo portanto a mercadoria sujeita á taxa de 800 réis por kilogrammo, na fôrma da 2.<sup>a</sup> parte do art. 661 da Tarifa, não obstante terem os recorrentes verificado antes da conferencia da sahida que o brim não era entrancado mas de linho crú liso até 8 fios, e por conseguinte sujeito á taxa de 450 rs. por kilogrammo, segundo a 1.<sup>a</sup> parte do citado art. 661, visto estar a referida decisão de accordo com o disposto no art. 696 do Regulamento de 19 de Setembro de 1869; devendo ser advertido o empregado que fez a conferencia interna, por ter accitado a declaração da parte sem examinar a mercadoria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

N. 504.—FAZENDA. —EM 3 DE NOVENBRO DE 1869.

As disposições relativas á creação e abolição de impostos, a que se refere o Decreto n.º 1730, devem principiar a ser executadas do 1.º de Janeiro próximo futuro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devida execução, que todas as disposições relativas á creação e abolição de impostos, a que se refere o Decreto n.º 1730 de 20 de Outubro findo, devem principiar a ser executadas do 1.º de Janeiro de 1870 em diante.

*Visconde de Itaborahy*.

N. 505.—FAZENDA.—EM 4 DE NOVEMBRO DE 1869.

Os predios pertencentes a conventos estão sujeitos ao pagamento da decima adicional das corporações de mão-morta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector das Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 405 de 10 de Julho ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto pela Abbadessa do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa da decisão dessa Thesouraria, que julgou os predios do dito Convento sujeitos ao pagamento da Decima adicional das corporações de mão-morta, correspondente aos exercicios de 1867 a 1869, visto estar a referida decisão de accordo com o disposto na Lei de 20 de Outubro de 1838, Regulamento de 16 de Abril de 1842, art. 3.º, e Ordem de 9 de Dezembro de 1867.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 506.—FAZENDA.—EM 4 DE NOVEMBRO DE 1869.

Approva a nomeação de um Official de Descarga da Alfandega do Amazonas, não como interino, mas sim como supranumerario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Participando-me V. Ex., em seu officio de 13 de Setembro ultimo, ter nomeado interinamente na fórma do art. 8.º § 5.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, a Anastacio José Rodrigues de Souza para o lugar de Official de Descarga da Alfandega dessa Provincia, visto ter-se findado o

prazo do concurso para o preenchimento definitivo do referido lugar, mandado abrir por Aviso de 28 de Junho do corrente anno, sem que apparecessem concurrentes; tenho de declarar a V. Ex. que approvo a nomeação do dito Official de Descarga, não como interino, por não ser o emprego dos de que trata o art. 8.º § 3.º do citado Regulamento, mas sim como supranumerario, segundo o art. 22 § 1.º do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

N. 507.—FAZENDA.—EM 4 DE NOVEMBRO DE 1869.

Sobre os impostos que deve pagar o individuo, que trabalha em sua loja de sapateiro com escravo seu da mesma profissão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1869.

Communico a V. S. para o fazer constar ao Collector das Rendas Geraes do Municipio de Nova Friburgo, em resposta ao officio que dirigio a essa Directoria em 9 de Agosto ultimo, [que o senhor, que trabalha na mesma loja de sapateiro com o seu escravo desta profissão, não tem que pagar mais imposto algum além dos proportional e fixo, por não se achar a dita profissão incluída na tabella C do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4346 de 23 de Março ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 308.—IMPERIO. — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara que não são motivos sufficientes para deixar-se de expedir o respectivo diploma a um cidadão eleito Vereador: 1.º, ter havido na votação variedade quanto a um dos seus appellidos, uma vez que não conste a existencia de outra pessoa a quem se possa attribuir o mesmo nome; 2.º, ter havido interrupção de residencia no municipio, se tal interrupção foi occasional, forçada pela lei, e sem animo de mudança.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—A Camara Municipal da cidade de Pindamonhangaba participou ao antecessor de V. Ex. não ter expedido diploma de Vereador ao Bacharel Rodrigo Lobato Marcondes Machado, á vista de uma representação do cidadão João Eufrazio de Toledo, allegando que, além de ter recahido a votação em Rodrigo Lobato Machado Marcondes, faltavão áquelle Bacharel os requisitos essenciaes da qualificação e dos dons annos de domicilio dentro do termo, porquanto do livro da qualificação só constava o nome do Bacharel Rodrigo Marcondes de Moura Lobato, sendo certa a sua residencia nessa capital até o anno de 1867, em que completou os estudos.

Em officio de 27 de Outubro do anno passado submetteu essa presidencia á consideração do Governo a referida representação, e a petição documentada em que o sobre-dito Bacharel reclamou contra o procedimento da Camara.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi seu parecer que não procedem as razões por que se denegou ao Bacharel Rodrigo Lobato Marcondes Machado a posse do cargo de Vereador da Camara Municipal de Pindamonhangaba. As deduzidas da variedade na votação, antepondo-se ou pospondo-se um ou outro appellido, carecem de fundamento attendivel, visto que nem ao menos se allega haver no municipio outro cidadão a quem se possa attribuir esse nome com taes appellidos. O contrario está provado nos documentos presentes ao governo, dos quaes tambem se manifesta a improcedencia da allegação de falta de domicilio, pois que desde 1862 o Vereador eleito teve-o em Pindamonhangaba, salvas as interrupções de residencia na ci-

dade de S. Paulo para proseguir em seus estudos na Faculdade de Direito, o que não o prejudica por ser uma residencia occasional e forçada pela lei, sem animo de mudança.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com este parecer, Ha por bem ordenar que a Camara Municipal de Pindamonhangaba dê posse do cargo de Vereador ao Bacharel de quem se trata. O que communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 509. — IMPERIO. — EM 6 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que são motivos de nullidade de eleição : 1.º, não se poderem effectuar, sem preterição das formulas legais os trabalhos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos; 2.º, presidir os mesmos trabalhos Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado em exercicio de iguaes funcções ao mesmo tempo.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Novembro de 1869.

Hm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 18 de Janeiro ultimo em que V. Ex. deu conhecimento do acto pelo qual annullou as duas eleições que para Vereadores e Juizes de Paz se fizeram, em Setembro do anno passado, na parochia do Santissimo Coração de Jesus do Pedrão, do municipio da Purificação, tendo sido uma presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da matriz, e a outra pelo 2.º do districto de Ouricangas.

E o mesmo Augusto Senhor, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem mandar approvar o acto de V. Ex.

No tempo indicado nas actas da 1.ª eleição não podia effectuar-se a apuração de 3.704 cédulas, sem preterição das formalidades exigidas nos arts. 54 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, 4.º das Instruções de 27 de Setembro de 1856 e 10 do Decreto n.º 2621 de 22 de



Agosto de 1860. Reforça esta consideração o facto, extraordinario e inverosimil em tamanho numero de cédulas, de obterem unanimidade de votos, tanto os Vereadores como os Juizes de Paz eleitos para o 1.º e o 2.º districtos.

Na eleição presidida pelo 2.º Juiz de Paz do districto de Ouriçangas, cuja incompetencia é manifesta, estando no exercicio de iguaes funcções o mais votado do districto da matriz, forão tambem infringidas as disposições citadas, visto que em dous dias apurarão-se todas as cédulas recebidas em numero de 4.002.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes, observando, de accordo com a doutrina do Aviso de 9 de Setembro do corrente anno, que em 18 de Janeiro já não podia ser exercida por essa Presidencia a attribuição conferida no art. 418 da Lei regulamentar das eleições por não se dar mais a hypothese nella figurada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 510.—IMPERIO.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º ser esta realizada fóra da matriz sem motivo justificado; 2.º serem nomeados pelo Presidente da mesa os membros della; 3.º não mencionar-se, na respectiva acta, os nomes dos votantes que não tiverem comparecido; 4.º não se poderem effectuar, sem preterição das formulas legais, os trabalhos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Novembro de 1869.

Hlm. e Exm Sr.—Tendo-se effectuado em Setembro do anno passado duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia de Santa Anna do municipio do Porto da Folha, uma na matriz sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz, e outra na capella do Senhor dos Afflictos, presidida pelo 2.º, annullou V. Ex. esta e approvou aquella, como consta de seu officio de 9 de Dezembro ultimo.

O Governo Imperial, confirmando a annullação da eleição presidida pelo 2.º Juiz de Paz, resolveu também annullar a que se fez na matriz.

Na eleição por V. Ex. annullada derão-se, além de outras, as seguintes irregularidades insanáveis:

1.ª A realização fóra da matriz, sem motivo justificado;

2.ª A incompetencia dos membros da mesa, que forão todos nomeados pelo presidente com infracção do art. 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836;

3.ª A falta de menção na acta especial da 3.ª chamada dos votantes que não comparecerão.

Das actas da eleição presidida pelo 3.º Juiz de Paz vê-se que no dia 7, depois de organizada a mesa, fizeram-se a 1.ª e 2.ª chamadas, sendo 1.400 os cidadãos qualificados; e que no dia 8 effectuou-se a 3.ª, contarão-se e emmassarão-se as 1.014 cédulas recebidas, lavrou-se a acta especial da 3.ª chamada na qual forão lançados por extenso os nomes de 638 cidadãos que nessa eleição perderão o direito de votar, e concluiu-se a apuração de todas as listas. Sem preterição das formalidades legais não se podião realizar todos estes trabalhos em dous dias unicamente.

Cumpre, pois, que V. Ex. mande, na fórma da lei, proceder à nova eleição na parochia de Santa Anna.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia das Alagóas.

N. 511.—FAZENDA.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1869.

Sobre o sello de um contracto de quantia determinada, devido quando vigorava ainda o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em

resposta ao seu officio n.º 48 de 29 de Maio ultimo, que bem resolveu—decidindo que um contracto da quantia determinada de 1:440\$000 estava sujeito ao sello proporcional de 1\$500, e não ao de 2\$000 que havia cobrado o Administrador da Meza de Rendas da capital da mesma Provincia, de conformidade com a Tabella do art. 12 combinado com o art. 13 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, por entender, de accordo com o parecer fiscal, que deve regular para o caso de que se trata a Tabella da 3.ª classe do Cap. 1.º Tit. 1.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

Aquelle artigo, como parece ao Sr. Inspector, só alterou a taxa dos titulos da 1.ª classe do sello proporcional e a das facturas ou contas assignadas, e não a dos titulos especificados na referida Tabella; não fazendo mais o art. 13 do que sujeitar ao referido sello novos titulos não comprehendidos no Regulamento em vigor.

A materia sujeita é hoje regida pela Tabella de 1.ª classe do Decreto n.º 4354 de 17 de Abril ultimo; mas, á vista da data em que foi tomada aquella deliberação, e dos termos restrictos em que está concebido o art. 12 da Lei de 26 de Setembro, não podia essa Thesouraria deixar de mandar pagar o sello de conformidade com a citada Tabella da 3.ª classe do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 312.—FAZENDA.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1869.

Dos creditos de valor excedente de um conto de réis deve-se cobrar 1\$000 por cada conto ou fracção de conto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 86 de 2 de Junho ultimo, que, á vista da

letra expressa e clara do Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, bem procedeu a mesma Thesouraria em conformar-se com o parecer fiscal, e resolver que do credito cujo valor exceder de um conto de réis, se deve cobrar 1\$000 por cada conto ou fracção de conto de réis.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 513.—FAZENDA.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1869.

Recurso sobre o despacho de umas machinas para a extincção de formigas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso interposto pelo Padre Esmeraldo Moutinho dos Santos, da decisão dessa Inspectoria pela qual se mandou despachar ad valorem duas machinas, que trouxe da Europa, destinadas á extincção das formigas, resolveu dar-lhe provimento para que sejam as ditas machinas despachadas livres de direitos nos termos da nota n.º 109 da Tarifa, visto a utilidade que podem prestar á lavoura. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devidos effectos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

N. 514.—FAZENDA.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1869.

A apprehensão dos objectos ou mercadorias que acompanham as bagagens dos passageiros só tem lugar quando forem encontrados em fundos falsos, sendo sujeitos a direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 101 de 14 de Agosto ultimo, que, vistas as decisões da respectiva Alfandega e da mesma Thesouraria, que julgarão improcedente a apprehensão de um baú com relógios e objectos de relojoaria pertencente ao passageiro do vapor Jequiá, George Gutzmeyer, procedente de Pernambuco, que naquella Provincia exerce a profissão de relojoeiro; e

Considerando que o Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 75, revogou os arts. 463 e 466 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860;

Considerando que, á vista do citado Decreto, art. 38, do Decreto n.º 3433 de Abril de 1865, das ordens de 17 de Março de 1864, 3 de Março de 1865 e outras, as apprehensões dos objectos ou mercadorias que acompanham as bagagens dos passageiros são só admissiveis, se, sujeitos a direitos, forem encontrados em fundos falsos, circumstancia esta que não deu-se no presente caso; e que, quando na lista da bagagem se acharem incluídas mercadorias ou objectos de commercio, fica o passageiro isento da suspeita de intenção de extraviar de direitos, a fim de que não tenha lugar a apprehensão; e constando da competente carta de guia que esses objectos já haviam pago direitos na Alfandega de Pernambuco, e que o baú do referido passageiro nada mais continha que esses objectos de relojeiro proprios de sua profissão, é visto que nenhum fundamento havia para semelhante apprehensão;

Resolveu confirmar as referidas decisões, e ordenar que taes objectos sejam entregues ao passageiro sem pagamento de direitos de consumo, visto tel-os já pago em Pernambuco; e recommenda ao Sr. Inspector a observancia das mencionadas disposições, a fim de que não se reproduzão factos de semelhante natureza.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 515.—GUERRA.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1869.

Dá providencias para que o pagamento das pensões, concedidas aos Officiaes honorarios, não se effectue sem uma guia da Pagadoria das Tropas.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Mandando este Ministerio continuar a abonar soldo aos Officiaes honorarios, que se tem inutilisado por ferimentos recebidos em combate, até que entrem no gozo das pensões a que tem direito; vou rogar a V. Ex., a fim de evitar duplicata de pagamento, se sirva expedir suas ordens para que d'ora em diante não se paguem taes pensões sem guia da Pagadoria das Tropas para o devido ajuste de contas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—A' S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

## N. 516.—GUERRA.—CIRCULAR EM 8 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara o que se deve praticar quando se houver de abrir assentamento de pensões a Officiaes honorarios.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Novembro de 1869.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de.....que, quando se houver de abrir assentamento de pensões de Officiaes honorarios se lhes deve ajustar contas para indemnisação ao Ministerio da Guerra do soldo, que tiverem recebido, desde que começarem a correr as respectivas pensões.

*Barão de Muritiba*.

N. 517.—IMPERIO.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que são motivos de nullidade de eleição constituir-se a mesa parochial por modo diverso do prescripto na lei; e effectuarem-se os trabalhos eleitoraes com precipitação tal que importe necessariamente preterição dos preceitos legais.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 8 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sobre o officio do antecessor de V. Ex., datado de 24 de Dezembro do anno passado e documentos que o acompanhãrão, relativos ás eleições de Vereadores e Juizes de Paz feitas em Setembro nas parochias de Nossa Senhora da Conceição e S. José, e de S. Benedicto da cidade de Caxias, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e de conformidade com seu parecer Manda Sua Magestade o Imperador declarar a V. Ex., que não podem subsistir taes eleições pelas razões seguintes:

1.<sup>a</sup> Em ambas forão as mesas parochiaes illegalmente constituidas.

Na parochia de Nossa Senhora da Conceição e S. José, comparecendo um eleitor sómente, forão pelo Juiz de Paz presidente nomeados para representar a 1.<sup>a</sup> turma o mesmo eleitor e outro cidadão; e os tres, na falta dos supplentes, elegêrão os representantes da turma dos supplentes.

Na parochia de S. Benedicto, faltando os eleitores e os supplentes, formou-se a mesa pelo mesmo modo, com preterição dos preceitos dos arts. 2.<sup>o</sup>, 8.<sup>o</sup> e 10 do Decreto n.<sup>o</sup> 1812 de 23 de Agosto de 1856.

2.<sup>a</sup> Quêr n'uma, quêr n'outra eleição, se fosse observada a Lei, não poderia o processo eleitoral ter corrido no tempo que indicão as actas.

Na primeira das parochias de que se trata, sendo 935 os cidadãos activos, effectuárão-se a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> chamadas no dia 8; a 9 fez-se a 3.<sup>a</sup>, e nesse mesmo dia forão apuradas 1.600 cedula.

Na 2.<sup>a</sup> parochia fez-se a 3.<sup>a</sup> chamada no dia 10 no periodo de tres horas, realizando-se depois até as 6 da tarde a apuração 1.308 cedula.

Cumpre, portanto, que V. Ex. dê as necessarias ordens para que se proceda á nova eleição, na fórma da Lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província do Maranhão.

---

N. 518.—IMPERIO.—Em 9 de Novembro de 1869.

Ao Presidente da Província das Alagoas.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a clandestinidade desta; 2.º presidil-a Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado, ao mesmo tempo, no exercicio de iguaes funcções; 3.º não poderem realizar-se, sem preterição das formulas legais, no tempo em que se dizem feitos, os trabalhos eleitoraes.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Participou V. Ex. em officio de 23 de Dezembro do anno findo que, tendo-se feito em Setembro duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Coruripe, uma na matriz sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, e outra na capella do Rosario, presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto do Poxim, declarára válida a 1.ª e nulla a 2.ª.

O Governo Imperial, confirmando a annullação da segunda das referidas eleições, resolveu annullar tambem a primeira.

A clandestinidade da eleição feita na capella do Rosario evidencia-se dos documentos que acompanharão o officio de V. Ex.; mas, quando assim não fosse, bastaria para invalidal-a a incompetencia do Juiz que a presidio, estando o mais votado do districto da matriz no exercicio de tal attribuição.

As actas da eleição a que se procedeu na matriz rezão que no dia 7 de Setembro, depois de organizada a mesa, fizeram-se a 1.ª e 2.ª chamadas; no dia 8 a 3.ª, e no dia 9 a apuração das cedulas. Sendo 1.391 os cidadãos qualificados, e 1.556 as cedulas recebidas para Vereadores e para Juizes de Paz, não



era possível que, observadas as formulas da Lei, se executassem os trabalhos que se dizem feitos nos dias 7 e 9.

Expeça portanto V. Ex. as convenientes ordens para que, na forma da Lei, se proceda á nova eleição na sobredita parochia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

---

N. 519.—IMPERIO.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que, no caso de não ser pelo respectivo collegio enviada na forma da Lei a authentica da eleição, deve ser-lhe imposta a competente multa, e exigida da Camara Municipal, á qual deve ter sido remettido o livro das actas, uma cópia da dita authentica para ser transmittida á que tem de fazer a apuração geral, usando-se para com aquella Camara, se não cumprir a ordem, da attribuição conferida ao Presidente da Provincia pelo § 8.º do art. 5.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, a qual não pôde ser delegada.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi-me presente o officio de 22 do mez proximo findo, em que V. Ex. participou que, não tendo sido enviada á camara municipal da Cidade de Barbacena, a authentica da eleição secundaria a que se procedeu no collegio do Rio Preto, para preenchimento de uma vaga de deputado á Assembléa Geral pela opção do Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz por outro districto, ordenára á Camara municipal da Villa do Turvo que fizesse remessa da dita authentica á camara apuradora, mas que, não havendo sido cumprida essa, nem outra ordem expedida no mesmo sentido, deliberára mandar que o Juiz de Direito da comarca suspendesse, como fez, a referida camara do Turvo, e procedesse contra ella, no caso de ainda deixar de obedecer ao que lhe fôra determinado.

Em resposta, declaro a V. Ex. que, uma vez que a mesa do collegio eleitoral deixou de observar o disposto no art. 79 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e no § 10 do art. 1.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, não enviando a authentica de que se trata, podia V. Ex., imposta a multa comminada no n.º 2.º do § 1.º do art. 126 da mesma Lei, exigir da camara municipal do Turvo, para a qual devia ter sido remettido o livro das actas, que extrahisse uma cópia da do collegio e a enviasse á que tinha de fazer a apuração geral, usando, se não fosse cumprida a ordem, da attribuição que lhe confere o § 8.º do art. 5.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, e que não póde ser delegada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 520.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara que os direitos de insinuação de doação forão substituidos pelo imposto de transmissão de propriedade, o qual deve ser pago antes de se lavrar a escriptura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1869.

Communico a V. S., para que se sirva fazer constar ao Administrador da Mesa de Rendas de Macahé, em resposta ao officio que dirigio a essa Directoria, em 22 de Junho ultimo, que pelo Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4353 de 17 de Abril do corrente anno, os direitos de insinuação de doação forão substituidos pelo de transmissão de propriedade, que deve ser pago, como indica a tabella annexa ao mesmo Regulamento, antes de se lavrar a escriptura; por isso que o conhecimento de tal pagamento tem de ser transcripto literal e integralmente nesse instrumento.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

## N. 521.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1869.

As vendas de terrenos nacionaes devolutos não estão sujeitas ao pagamento de direitos de transmissão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará, em resposta ao officio n.º 76 de 15 de Junho ultimo, que as vendas dos terrenos nacionaes devolutos não estão sujeitas ao pagamento de direitos de transmissão, na conformidade do disposto no paragrapho unico do art. 4.º do Decreto n.º 4355 de 17 de Abril deste anno, primeira parte.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 522.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1869.

Os processos de dividas de exercicios findos devem ser remetidos aos Ministerios a que pertencia a despeza, quando corrente, e não ao Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, que os processos de dividas de exercicios findos devem ser remettidos aos Ministerios a que pertencia a despeza quando corrente, e não ao Thesouro; pelo que nesta data se envia ao Ministerio da Justiça o processo da divida de 67\$500, reclamada por José Wenceslão Maciel Pinheiro, proveniente de objectos fornecidos ao Commando Superior da Guarda Nacional do Passo de Camaragibe em Junho de 1867, e que acompanhou o

officio do mesmo Sr. Inspector n.º 407 de 18 de Setembro ultimo, a fim de que aquelle Ministerio se sirva providenciar sobre o pagamento da mencionada divida.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 523. — FAZENDA. — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1869.

Nota certas faltas nos balanços das Thesourarias, e providencia para que sejam devidamente suppridas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, observando que nos balanços de algumas Thesourarias não se mencionão as importancias de objectos fornecidos por outras, nem as rendas ou restituições de quantias pertencentes a differente Provincia, sem duvida por falta das necessarias participações; ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias que em taes casos não deixem de fazer immediatamente as devidas communicações, em ordem a evitar-se que no balanço geral do Imperio appareça renda e despesa não classificada, proveniente de differenças de movimento de fundos.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 524.—GUERRA.—EM 10 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara qual a gratificação, que deve ser abonada aos Officiaes da Guarda Nacional quando em serviço militar.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Constando do officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia de 25 de Julho ultimo sob n.º 23, que não tem sido praxe seguida nessa Provincia abonar em dobro gratificação adicional aos Officiaes da Guarda Nacional em serviço effectivo militar, como a percebem os Officiaes do exercito em virtude do art. 8.º da Lei n.º 648 de 18 de Agosto de 1852; declaro a V. Ex. que o que se teve em vista por Aviso de 16 de Junho do corrente anno foi mandar continuar a praxe estabelecida a tal respeito, e que pois deve ser simples o pagamento daquella gratificação aos Officiaes da Guarda Nacional em serviço militar, nos termos da informação do mesmo Inspector da Thesouraria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente, da Provincia do Amazonas.



## N. 525.—FAZENDA.—EM 11 DE NOVEMBRO DE 1869.

O sal commun não paga direitos de consumo, mas apenas expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Piauhhy que o mesmo Tribunal resolveu confirmar a decisão, de que deu conta no Officio n.º 65 de 14 de Julho deste anno, deferindo o recurso interposto pelo negociante Singlehurst Nicholson

& C.<sup>a</sup> do despacho da respectiva Alfandega, que negou-lhes a restituição dos direitos de consumo de 760 alqueires de sal commun, importado de Liverpool na Barca *Empresa*; visto que pela Tarifa em vigor o referido genero não se acha sujeito áquelles direitos, e sim a expediente sómente.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 526.—IMPERIO.—EM 11 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara serem motivos de nullidade de eleição : 1.º a falta de observancia dos preceitos legais no acto da apuração das cédulas dos votantes ; 2.º presidir a eleição Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio de suas funcções; 3.º constituir-se a mesa por modo diverso do estabelecido na lei ; 4.º não se fazer a 3.ª chamada dos votantes ou realisar-se no mesmo dia da 2.ª.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Do officio dessa Presidencia datado de 20 de Março ultimo e dos documentos que o acompanhárão, relativos ás eleições effectuadas em Setembro do anno passado nas parochias de S. João do Principe, Flores e Arneirós, que constituem o municipio de S. João do Principe, consta o seguinte:

Tendo-se feito duas eleições na 1.ª das referidas parochias, uma presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da matriz, e a outra pelo 4.º do districto do Bebedouro, foi annullada esta, e reconhecida a validade daquella.

Havendo tambem duas eleições na 2.ª parochia, presidida uma pelo 1.º e a outra pelo 2.º Juiz de Paz, forão ambas annulladas.

Na terceira parochia fez-se uma unica eleição, que foi julgada válida.

Sua Magestade o Imperador, a quem forão presentes o dito officio e documentos que o acompanhárão, atten-

dendo a que nas actas, quér das eleições annulladas, quér das approvadas, se encontrão irregularidades de natureza substancial, houve por bem declarar-as insub-sistentes.

Na eleição da parochia de S. João do Principe, presidida pelo 1.º Juiz de Paz, não forão observadas as formulas da Lei, no acto da apuração das cedulas, á vista da precipitação com que esta se executou; no dia 8 de Setembro, feita a terceira chamada das 9 ás 10 horas da manhã, contadas e emmassadas as cedulas recebidas em numero de 1.304, e lavrada a acta especial destes trabalhos, apurárão-se todas as cedulas até ás 2<sup>½</sup> horas da tarde.

Na que foi presidida pelo 4.º Juiz de Paz do districto do Bebedouro, além da incompetencia deste Juiz, por estar o mais votado do 1.º districto exercendo suas attribuições, constituiu-se a mesa com preterição dos preceitos dos arts. 8.º, 10 e 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836.

Na eleição da parochia de Flores, presidida pelo 1.º Juiz de Paz, tambem foi precipitado o processo da apuração das cedulas; sendo 1.100 as recebidas, forão todas apuradas no dia 9 de Setembro, no qual já se havia effectuado a terceira chamada e mais actos accessorios.

Na que, com evidente incompetencia, se fez sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz, forão igualmente infringidas, por occasião da organização da mesa, as disposições dos artigos citados do Decreto n.º 1812. Acresce que, tendo-se lavrado, com a data de 7 de Setembro, uma unica acta das tres chamadas, na qual se declara que a 3.ª realizou-se a 8, na dos trabalhos deste dia dá-se como iniciado o processo da apuração das cedulas ás 9 horas da manhã, do que se infere não se ter feito a 3.ª chamada, ou ter-se verificado no mesmo dia em que se effectuarão as outras, contra o disposto na Lei.

A precipitação no acto da apuração das cedulas notada nas eleições precedentes, subio de ponto na da parochia de Arneirós, onde, feita a 3.ª chamada no dia 9, executados os trabalhos que lhe são annexos, apurárão-se nesse mesmo dia 2.750 cedulas.

O que communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 527.—IMPERIO.—EM 12 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição lavrarem-se na mesma occasião, e com datas anteriores, depois da conclusão dos trabalhos, todas as actas da eleição.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 12 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de V. Ex. de 28 de Setembro do anno findo e papeis que o acompanhãrão, Houve por bem Sua Magestade o Imperador confirmar o acto pelo qual V. Ex. declarou nulla a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu nos dias 7 e seguintes do dito mez, na freguezia de Nossa Senhora da Assumpção da villa de Camamú, visto que, como consta das proprias actas, tendo sido subtrahido, no começo da eleição, o livro em que devião ser lavradas, só no dia 11, tendo-se concluido no anterior a 3.<sup>a</sup> chamada, pediu a mesa parochial á Camara Municipal outro livro para tal fim, e neste se escreverão então todas as actas relativas ás tres chamadas.

Este facto de serem as actas, concernentes aos trabalhos realisados em quatro dias, e das quaes duas devem ser especiaes, lavradas com datas anteriores na mesma occasião, depois da conclusão dos ditos trabalhos, induz a falsidade daquellas actas, e consequentemente a nullidade da eleição a que se referem.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



N. 528.—IMPERIO.—EM 13 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara serem motivos de nullidade de eleição : 1.º terem sido interrompidos os trabalhos sob pretextos inadmissíveis; 2.º ter-se publicado o resultado da eleição dias depois de concluida a apuração das cédulas, sendo já conhecido o da eleição de outra parochia.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de 4 de Janeiro ultimo, em que o antecessor de V. Ex. participa ter annullado a eleição feita em Setembro do anno passado, para Vereadores e Juizes de Paz, na parochia da Agua-Choca do municipio de Itú, pelos motivos constantes de uma representação, na qual o Dr. Antonio de Queiroz Telles Junior, allega entre outras irregularidades:

1.º Que forão, com violação da doutrina do Aviso n.º 62 de 21 de Foyereiro de 1853, interrompidos os trabalhos eleitoraes nos dias 9 e 10 de Setembro por de-liberação do 2.º Juiz de Paz, que no dia 9 assumira a presidencia da mesa parochial, pretextando o mesmo Juiz, para justificar aquella interrupção, a necessidade de esperar um accessor, residente fóra da parochia, pre-texto inadmissivel (aviso n.º 45 de 29 de Janeiro de 1855, § 2.º);

2.º Que não foi observado o preceito do art. 109 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 : tendo-se concluido a apuração das cédulas na tarde do dia 8, só foi publicado o resultado da eleição no dia 11, depois de conhecer-se o resultado da eleição da parochia de Itú.

Estando provadas as referidas irregularidades, o Governo Imperial, de accordo com o que foi estabelecido no Aviso n.º 490 de 14 de Novembro de 1868, sustenta a decisão de V. Ex. ; cumprindo portanto que se proceda á nova eleição na fórma da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---

N. 529.—IMPERIO.—EM 13 DE NOVEMBRO DE 1869.

**Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—** Declara que as Camaras Municipaes não podem tomar a deliberação de apurar em separado os votos da eleição de parochia em que não tenha havido duplicata.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Com officio de 15 de Janeiro ultimo enviou-me o antecessor de V. Ex. a representação dos Vereadores da Camara Municipal da capital dessa Provincia, José Pinto da Fonseca Guimarães e José Martins de Lima, contra a deliberação que tomara a maioria da mesma Camara, não só de apurar em separado os votos da eleição de Juizes de Paz e Vereadores, a que se procedeu na parochia de Belém, sob pretexto de ter-se transcripto nas actas um protesto contra a validade dessa eleição, como de indeferir o requerimento, em que o segundo dos ditos representantes pedia que fosse inserida na acta da sessão da Camara, com a transcripção de um documento que offerecêra para ser apreciado pelo Poder competente, a declaração de haver tambem protesto contra a validade da eleição da parochia das Pedras Brancas.

Tomando em consideração a materia da sobredita apresentação, declaro a V. Ex. que, não podendo as Camaras Municipaes entrar na apreciação da legalidade das eleições (avisos n.º 29 de 5 de Fevereiro de 1849, e n.º 578 de 19 de Dezembro de 1860), irregularmente procedeu a da capital dessa Provincia, apurando em separado os votos da eleição da parochia de Belém, onde não tinha havido duplicata. Só no caso de havel-a é que têm aquellas corporações, nos termos do art. 87 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, a faculdade de escolher das duas eleições a que mais legitima parecer, dando na acta as razões da preferencia.

Tambem não foi regular o procedimento da Camara recusando, contra o disposto no art. 35 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, a proposta de um de seus membros relativa á eleição da parochia de Pedras Brancas.

Não havendo nos documentos que acompanhárão o officio do antecessor de V. Ex. motivos para annullação da eleição da parochia de Belém: e não sendo sufficientes para que o Governo possa resolver sobre a de

Pedras Brancas os que forão presentes a este Ministerio: assim o communico a V. Ex., recommendando-lhe que envie com brevidade as actas dos trabalhos da eleição desta ultima parochia, e informe minuciosamente se na qualificação, pela qual se fizerão as chamadas dos volantes respectivos, observou-se o preceito do art. 4.º da Lei n.º 387.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

N. 530.—FAZENDA.—EM 13 DE NOVEMBRO DE 1869.

As casimiras devem pagar direitos pelo seu peso liquido real, excluidos os papelões ou madeiras sobre que vierem dobradas ou enroladas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao officio n.º 182 de 5 de Agosto deste anno, que bem resolveu a duvida proposta pela Alfandega da mesma Provincia, declarando que 30 peças de casimira singela submettidas a despacho devião pagar direitos pelo seu peso liquido real, excluidos os papelões ou madeira sobre que ellas viessem dobradas ou enroladas, na conformidade do art. 28 § 2.º das disposições preliminares da Tarifa; e visto não poder-se generalisar áquella mercadoria ou a quaesquer outras que venhão enroladas sobre madeira ou papelão, a disposição das notas 52, 56 e 59 da Tarifa, por serem especiaes aos oleados de algodão, lã e linho.

*Visconde de Itaborahy*

---

## N. 531.—FAZENDA.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1869.

Das folhas dos livros dos commerciantes, quando contiverem ellas mais de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, deve-se cobrar o dobro do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n.º 4749 de 16 de Outubro findo, que bem procedeu a Alfandega da Provincia do Maranhão cobrando o dobro de sello das folhas dos livros que são obrigados a ter os commerciantes, visto conterem ellas mais de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, como determina o final do § 2.º do art. 18 do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.—A S. Ex. o Sr. José Martiniano de Alencar.

---

## N. 532.—IMPERIO.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara não ser motivo de nullidade de eleição assumir a presidencia da eleição Juiz de Paz menos votado, tendo-a abandonado o mais votado.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 15 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 5 de Dezembro do anno passado participou essa presidencia ter declarado válida a eleição feita em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz, na parochia de Aquiraz, não obstante haverem representado contra sua validade o 1.º Juiz de Paz sob cuja presidencia começaram os trabalhos, e dous membros da mesa, allegando, além de outras irregularidades, terem sido esbulhados de seus direitos por uma mesa intrusa, que se organisou no dia 8 de Setembro sob a presidencia do 4.º Juiz de Paz.

O Governo Imperial sustenta o acto do antecessor de V. Ex. não só porque das actas da eleição vê-se que o processo correu regularmente, observadas as prescripções legais por ocasião de reconstituir-se a mesa no dia 8 de Setembro, como porque dos documentos que acompanharão o referido officio, se evidencia que o 1.º Juiz de Paz e mesarios reclamantes abandonarão seus lugares em virtude de plano adoptado pela sua parcialidade de não pleitear a eleição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

---

N. 533.—IMPERIO.—EM 16 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que compete exclusivamente ás Camaras Municipaes a apreciação da utilidade de um caminho existente para declarar-o publico ou particular.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Novembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Consultado pela Camara Municipal da cidade de Castro se compete ao Poder Judicial ou á Camara Municipal a apreciação da utilidade de um caminho existente para declarar-o publico ou particular, respondeu o antecessor de V. Ex. que tal apreciação compete exclusivamente á Camara Municipal, na fórma dos arts. 41 e 66 § 6.º do seu regimento, e da lei provincial n.º 38 de 18 de Março de 1836; cumprindo porém limital-a aos caminhos que servem para as communicações dentro do municipio, pois que só estes podem ser considerados municipaes.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi de parecer, em consulta de 27 de Setembro ultimo, que merece approvação a decisão dessa presidencia.

Por sua immediata resolução de 30 do mez findo conformou-se Sua Magestade o Imperador com este parecer.

O que communico a V. Ex. em solução ao officio de 9 de Junho do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

---

N. 534.—IMPERIO.—Em 16 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º organisarem a mesa eleitores não reconhecidos pela Camara dos Deputados; 2.º terem recabido votos em pessoas não residentes no lugar, trazendo este facto alteração no resultado da eleição.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio de 11 de Dezembro do anno passado, o antecessor de V. Ex. remetteu, por cópias, as portarias da mesma data pelas quaes annullara a eleição feita em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de S. José de Chopotó, do Município de Barbacena, e a que se effectuou para Juizes de Paz, na da Lagôa Santa, do município de Santa Luzia.

Na 1.ª das referidas eleições deu-se a illegalidade de organisarem a mesa parochial eleitores não reconhecidos pela Camara dos Deputados, quando aos oito cidadãos immediatos ao Juiz de Paz Presidente competia aquella attribuição nos termos do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836:

Quanto á 2.ª eleição, servio de fundamento á annullação o seguinte facto:

Constando a parochia da Lagôa Santa de dous districtos, o da Matriz e o do Fidalgo, aconteceu que 19 votantes deste districto votarão para Juizes de Paz em pessoas residentes naquello, resultando desta circumstancia alteração na ordem em que se achão collocados os Juizes de Paz eleitos em ambos os districtos.

Verificando-se pela acta da apuração que, descontados aquelles votos aos Juizes de Paz eleitos no 1.º districto, e addicionados ao supplente mais votado do 2.º, continuão a ser os mesmos os Juizes de Paz deste districto, e que sómente os daquelle, com excepção do mais votado, poderão passar para a classe dos supplentes; o Governo Imperial sustenta a annullação desta eleição na parte relativa ao 1.º districto, no qual, a não dar-se a circumstancia exposta, outros seriam os eleitos.

Dando conhecimento a V. Ex. destas decisões, recommendo-lhe que, na fôrma da Lei, mande proceder a novas eleições para Juizes de Paz da parochia de S. José de Chopotó e do 1.º districto da da Lagôa Santa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Pantino Jos é Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 333.—IMPERIO.—EM 17 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara: 1.º que é válida a eleição presidida por Juiz de Paz pronunciado em crime *commun* e inafiançavel, não tendo sido intimado da pronuncia; 2.º que a cidadãos pronunciados e eleitos Vereadores se deve, não obstante a pronuncia, expedir diploma.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 14 de Novembro do anno passado, em que o antecessor de V. Ex. submetteu á apreciação do Governo a decisão pela qual declarou á Camara Municipal da Villa do Ipu:

1.º Que é válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz presidida por Juiz de Paz que, embora pronunciado em crime *commun* e inafiançavel, não foi intimado da pronuncia, e exerceu a jurisdição *bona fide*;

2.º Que a cidadãos pronunciados e eleitos Vereadores se deve, não obstante a pronuncia, expedir diploma (aviso n.º 89 de 25 de Fevereiro e outros), pois que só não podem exercer as respectivas funcções (aviso n.º 73 do dito mez e anno), devendo ser substituidos, durante o impedimento, pelos immediatos em votos, nos termos do art. 20, *in fine*, da Lei do 1.º de Outubro de 1828.

E Sua Magestade o Imperador, conformando-se por sua immediata resolução de 30 do mez findo com o parecer da mesma Secção em consulta de 20 de Março ultimo, houve por bem approvar, por seus fundamentos, a decisão dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

## N. 536.—FAZENDA.—EM 18 DE NOVEMBRO DE 1869.

Indefere uma pretensão de restituição de siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 8 de Outubro ultimo, que o Tribunal do Thesouro, a quem foi presente o requerimento do Bacharel em Mathematicas Francisco da Cunha Galvão, solicitando a restituição da siza correspondente a 2:500\$000, preço por que comprára uma sorte de terras denominada—Boa-Vista—com casa de morada e arvoredo na Cidade da Cachoeira, por haver distratado a compra; resolveu indeferir semelhante pretensão, visto que a referida compra foi feita com as formalidades legaes; não aproveitando ao dito Bacharel o não se ter verificado pagamento algum quanto ao primeiro contracto, por isso que o art. 11 da Lei de 15 de Setembro de 1855 mandou effectuar as de 200\$000 para cima por escriptura publica, lavrada a qual está o contracto perfeito e acabado, sem dependencia de posse, pagamento, nem mais formalidade alguma.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

## N. 537.—FAZENDA.—EM 18 DE NOVEMBRO DE 1869.

Casos em que os Inspectores das Alfandegas devem recorrer *ex-officio* de suas decisões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 188 da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, de 26 de Setembro do anno passado, em que consulta;



1.º Se das decisões sobre restituição de impostos excedente á alçada, devem os Chefes das Alfandegas recorrer ex-officio, ainda mesmo que sobre o direito não possa mover-se duvida alguma por claro e liquido;

2.º Se ha obrigação por parte da Alfandega de recorrer para a Thesouraria, quando a restituição por ella ordenada exceder de sua alçada;

3.º Se a Thesouraria deve tambem recorrer para o Thesouro, quando a mesma restituição fôr igualmente excedente da respectiva alçada:

Declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que os Inspectores das Alfandegas devem recorrer ex-officio de suas decisões, quando excedentes de sua alçada e favoraveis ás partes, nos casos figurados no art. 763 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e quando se derem as circumstancias especificadas no art. 52 do de 31 de Dezembro de 1863.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 538.—IMPERIO.—EM 19 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara condição essencial para ser eleito Vereador achar-se o nome da pessoa em quem recahirem os votos incluídos na lista de qualificação de alguma das freguezias do municipio.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio dessa presidencia de 28 de Janeiro ultimo, e a representação que a acompanhou, em que o cidadão João Jacob Tech reclama contra a decisão do antecessor de V. Ex., pela qual declarou nulla a sua eleição para o cargo de Vereador da Camara Municipal dessa capital; manda declarar a V. Ex. que não pôde ser deferida a dita representação, visto que, como confessa o proprio reclamante, não fôra seu nome incluído em lista de quali-

ficação de nenhuma das cinco freguezias que constituem o município, condição essencial para poder ser eleito Vereador, nos termos do art. 98 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província do Espírito Santo.

---

N. 339.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE NOVENBERO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Pernambuco.—Declara que são motivos legaes para a perda do cargo de supplente de Juiz Municipal a mudança de domicilio e a falta de titulo de nomeação.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 20 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex., de 29 de Outubro ultimo, sub nettendo á decisão do Governo Imperial a duvida do Escrivão do Civel do Termo do Rio Formoso sobre a legalidade, com que o 3.º supplente do Juizo Municipal Major Antonio dos Santos Vital exerce o cargo, visto ter mudado de domicilio e não ter tirado seu titulo de nomeação, declaro a V. Ex. que o Escrivão do Juizo não póde deixar de reconhecer como tal o referido supplente e com elle servir, sempre que lhe pertença a substituição, enquanto por essa Presidencia, que é o poder competente, não fór declarado vago o lugar; convindo, porém, para que não soffrá a administração da justiça, que V. Ex. resolva quanto antes sobre a perda do cargo, visto serem motivos legaes para isso a mudança do domicilio e a falta de titulo de nomeação.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.  
Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

---

## N. 540.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que as Camaras Municipaes são obrigadas a concorrer com as despesas para o expediente do Jury.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 20 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a solução por V. Ex. dada á consulta da Camara Municipal do Termo de Minas Novas, declarando que o art. 27 da Lei de 26 de Setembro de 1867 apenas revogou os arts. 326 doCodigo do Processo e 483 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1812, quanto a applicação do producto das multas dos jurados, mas nada innovou ácerca da obrigação, que têm as Camaras Municipaes de concorrer com as despesas para o expediente do Jury, devendo continuar, como até aqui, a consignar em seus orçamentos as quantias necessarias.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

## N. 541.—IMPERIO.—EM 20 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.ª a clandestinidade; 2.ª presidir a Juiz de Paz incompetente; 3.ª ser insufficiente, para se realisarem com regularidade os trabalhos eleitoraes, o tempo em que se dizem feitos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 20 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tomando conhecimento das eleições para Vereadores e Juizes de Paz das parochias de Nossa Senhora da Conceição da Tapêra e de Nossa Senhora do Bom Conselho da Amargosa, do municipio da Tapêra, V. Ex. declarou válidas as que se effec-

tuárão sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz da primeira, e sob a do 1.º da segunda parochia, e nullas as que forão em cada uma das mesmas parochias presididas pelo respectivo 3.º Juiz de Paz.

Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, de conformidade com o seu parecer, Sua Magestade o Imperador houve por bem ordenar que fossem tambem annulladas aquellas primeiras eleições.

Além de clandestinas, como se evidencia das observações que V. Ex. fez, fundando-se em factos provados pelos documentos que enviou, não poderião subsistir as eleições feitas sob a presidencia dos 3.ºs Juizes de Paz, quando verdadeiras, pela manifesta incompetencia dos Juizes que dirigirão os respectivos trabalhos.

Na eleição da parochia de Tapéra, presidida pelo 1.º Juiz de Paz, em 27 horas de trabalho figurão-se organizada a mesa parochial, feitas as tres chamadas de 2.404 cidadãos qualificados, lavradas as actas respectivas, sendo extensissima a da 3.ª chamada em que se mencionão os nomes de 1.240 votantes que não comparecêrão; e finalmente contadas e emmassadas 1.728 cédulas para Vereadores e Juizes de Paz.

Na eleição da parochia da Amargosa, feita a 3.ª chamada no dia 9, começou a apuração de 983 cédulas para Vereadores, a qual terminou às 2 horas da tarde do dia 10, realisando-se nas tres horas que se seguirão a de outras tantas para Juizes de Paz.

Sendo manifesta a impossibilidade de realisarem-se, no tempo indicado, sem preterição dos preceitos legais, todos os referidos trabalhos, não podem ser consideradas regulares as eleições de que se trata.

O que, em resposta ao officio de 11 de Novembro do anno passado, communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

## N. 542.—IMPERIO.—EM 22 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º ser feita fóra do local designado por Lei sem provar-se motivo attendivel; 2.º a impossibilidade de realisarem-se, segundo os preceitos da Lei, os trabalhos eleitoraes no tempo que se dizem feitos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 22 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presentes a essa Presidencia as actas das duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu em Setembro do anno passado na parochia de Lavras, uma na matriz sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz do districto de Umary, e a outra na casa da Camara presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da matriz, foi declarada válida a primeira, e nulla a segunda.

O Governo Imperial, porém, proferio a annullação de ambas estas eleições, porquanto:

A da casa da Camara realisou-se, sem motivo justificado, fóra do local designado pela Lei, não estando provado, como allegou o Juiz de Paz que a presidio, ter-lhe sido vedado por força armada o ingresso na matriz.

A da matriz, por constar das actas que no dia 9, depois de concluida a 3.ª chamada ás 6 horas da tarde, fez-se a contagem e emmassamento de 4.246 cédulas, lavrou-se a acta especial da 3.ª chamada com os nomes de 1.226 votantes, que não comparecerão, dando-se ainda começo á apuração das cédulas, concluida no dia seguinte. E' evidente a impossibilidade de levar a effeito estes trabalhos em tão curto prazo com observancia das prescripções da Lei.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes em resposta ao officio de 5 de Dezembro ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

---

N. 543.—GUERRA.—EM 22 DE NOVEMBRO DE 1869.

Dá providencias sobre o despacho dos artigos, que vêm do estrangeiro com destino ao Ministerio da Guerra.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 22 de Novembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Sendo de ordinario urgente o despacho dos artigos, que vêm do estrangeiro com destino a este Ministerio por isso que pela maior parte tem de ser remettidos para o exercito em operações; vou rogar a V. Ex. se sirva expedir suas ordens para que a Inspectoria da Alfandega mande proceder a despacho de taes artigos, logo que fôr requisitado pelo Conselheiro Director desta Secretaria de Estado, e á vista dos conhecimentos, que forem mandados apresentar pela Directoria do Arsenal de Guerra.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muçitaba*.—A' S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

---

N. 544.—IMPERIO.—EM 23 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º narrarem-se inexactamente, nas actas os factos occorridos; 2.º presidir a Juiz de Paz menos votado, estando em exercicio o mais votado; 3.º precipitação nos actos do processo eleitoral.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Novembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Tendo-se effectuado em Setembro do anno findo duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos, do municipio de Santo Amaro, uma sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, e a outra presidida pelo 3.º; annullou V. Ex. a 1.ª e declarou válida a segunda, como participou em officio de 14 de Dezembro.

E Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o mesmo officio e documentos que o acompanhãrão, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, manda declarar que é sustentado o acto de V. Ex. na parte em que annullou a eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz.

As actas desta eleição não podem merecer fé por narrarem factos manifestamente inexactos, como o de, na formação da mesa parochial, terem comparecido Eleitores e Supplentes, entre os quaes o proprio 3.º Juiz de Paz, os quaes não assignarão a acta de que se trata, mas sim a da outra eleição, a que dizem ter concorrido. Além disto, a circumstancia de ter recalhado a votação para Vereadores em nove nomes unicamente, sendo 1.276 as cédulas recebidas, faz suspeitar da verdade de semelhante eleição.

A eleição presidida pelo 3.º Juiz de Paz não póde subsistir não só pela incompetencia do mesmo Juiz, estando em exercicio o mais votado do districto, como pela precipitação com que corrêrão alguns actos de seu processo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 545.—IMPERIO.—EM 23 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. Declara que ha incompatibilidade entre os empregos de porteiro-continuo da Camara Municipal e de fiscal.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 23 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva a decisão, pela qual V. Ex. declarou á Camara Municipal da cidade de Alegrete que o porteiro-continuo da mesma Camara não podia accumular o emprego de fiscal. A incompatibilidade dos ditos empregos resulta da disposição do art. 85, *in fine*, da Lei do 1.º de Outubro de

1828, em virtude da qual « tem o fiscal de servir-se do porteiro para o expediente no desempenho de seus deveres ».

O que communico a V. Ex. em resposta ao officio n.º 58 de 27 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

N. 516.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que ao Curador Geral de Orphãos competem sómente os emolumentos do art. 80 do Regimento de Custas, pelos serviços prestados nos autos de interdicção de um demente.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a solução por V. Ex. dada á consulta do Curador Geral de Orphãos do Termo de Marianna, declarando que só tem elle direito aos emolumentos do art. 80 do Regimento de Custas, pelos serviços prestados nos autos de interdicção de um demente; não lhe podendo ser contadas as custas dos arts. 63 a 77, taxadas para advogados, porque o art. 81 do mesmo Regimento estabelece o caso unico, em que ao Curador Geral de Orphãos competem taes emolumentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---



N. 547.—IMPERIO.—EM 24 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Paraná. Declara que os Presidentes de Província podem não communicar ás Assembléas Provinciaes, que a requisitarem, a correspondencia com os Ministros de Estado ácerca de Negocios relativos á administração geral.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, ouvida sobre a questão de que trata o officio dessa Presidencia datado de 14 de Abril ultimo: « Se devem os Presidentes de Província communicar ás Assembléas Legislativas Provinciaes, que a requisitarem, a correspondencia com os Ministros de Estado ácerca de negocios relativos á administração geral; » foi de parecer, em consulta de 20 do mez findo, que os Presidentes podem recusar taes communicações, ficando porém a seu prudente arbitrio fazel-as, quando julgarem haver qualquer vantagem em attender á solicitação das Assembléas, embora não seja o objecto de sua competencia.

E Sua Magestade o Imperador, havendo por bem conformar-se com este parecer por sua immediata resolução de 20 do corrente, assim o manda declarar a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*,  
—Sr. Presidente da Província do Paraná.

---

N. 548.—IMPERIO.—EM 25 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara :  
1.º que o facto de estar um Juiz de Paz em serviço de destacamento, como official da Guarda Nacional, quando prestou o juramento do cargo, não importa a nullidade deste juramento ; 2.º que attestações graciosas de pessoas directamente interessadas no pleito eleitoral não constituem prova sufficiente contra uma eleição.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio dessa Presidencia datado de 21 de Outubro do anno passado, foi-me presente a representação documentada, em que Joaquim José de Vargas formúla varias arguições contra a validade da eleição feita, em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz, na parochia de Santa Anna do Livramento.

Em sua informação, o antecessor de V. Ex. ponderou:

1.º Que o facto de estar o 1.º Juiz de Paz, sob cuja presidencia se fez a eleição, em serviço de destacamento, como official da Guarda Nacional, quando prestou juramento do cargo, não importa a nullidade deste juramento, como entende o representante: os Avisos n. 291 de 9 de Julho de 1860 § 1.º, e n. 186 de 9 de Maio de 1866 § 2.º, por elle citados, vedão unicamente o exercicio cumulativo do cargo de Juiz de Paz com o de official da Guarda Nacional, e aquelle Juiz só assumio a presidencia da Mesa Parochial, depois de dispensado do serviço;

2.º Que não houvera irregularidade em deixar o 1.º Juiz de Paz de contemplar o representante na convocação dos seus immediatos para a formação da Mesa Parochial, sendo elle o 10.º na ordem da votação;

3.º Que, não se tendo reclamado opportunamente contra a qualificação pela qual se fizerão as chamadas, não havia que attender ao allegado contra sua regularidade;

4.º Que as allegações de não ter havido liberdade na eleição; de ter a Mesa Parochial admittido a votar muitos individuos não qualificados, e de terem sido feitas as chamadas pelo livro da qualificação, e não

pela cópia authentica que se achava sobre a mesa, a qual não combinava com o livro, nem este com o edital affixado no interior da matriz; carecem de fundamento, não sendo prova sufficiente attestações graciosas de pessoas directamente interessadas no pleito eleitoral.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi seu parecer que, pelas razões expostas, não podia ser deferida a dita representação.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com este parecer, assim o manda declarar a V. Ex., para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

**N. 549.—JUSTIÇA.—AVISO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1869.**

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.—Declara que não póde ser reintegrado o Juiz Municipal supplente, que presta juramento fóra do prazo legal perante autoridade incompetente.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. —Respondendo os officios dessa Presidencia de 18 de Novembro do anno passado e de 23 de Agosto ultimo sobre a reintegração do terceiro supplente do Juizo Municipal do Termo de Goyaninha, José Antonio de Almeida, declaro a V. Ex. que, tendo esse supplente prestado juramento do cargo fóra do prazo legal e perante autoridade incompetente, não podia mais ser reintegrado, visto ter perdido o lugar, na fórma do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

## N. 550.—FAZENDA.—EM 25 DE NOVENBRO DE 1869.

Indica as formalidades que a Directoria do Banco Commercial do Maranhão deve ainda observar, depois da approvação dos estatutos, para ser o Banco installado e começar suas operações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em solução á materia do seu officio de 22 de Setembro ultimo, que promulgado o Decreto n.º 4390 de 15 de Julho do corrente anno, approvando os Estatutos do Banco Commercial projectado para a Capital dessa Provincia, é preciso convocar os interessados para adoptarem ou não a condição inserta no referido Decreto, a qual consiste na perda do direito á concessão feita, se dentro de um anno não começarem as operações do mesmo Banco.

Accepta a condição, deve ser impetrada a carta de autorisação ou de approvação dos Estatutos, e tanto aquella como estes tem de ser registrados e publicados nos Jornaes proprios para estas publicações. A' vista da certidão do registro, e da prova de terem os Accionistas entrado com parte do capital, a Presidencia dessa Provincia deverá declarar o Banco constituido. E' só depois deste acto que os ditos accionistas se podem reunir para nomear a Administração ou Directoria da Companhia.

Ainda mesmo depois de nomeada a Directoria só poderão começar as operações do Banco 60 dias depois de registrados e publicados os Estatutos. E por esta occasião, recommendo á V. Ex. que sustente o que acima fica mencionado por se achar assim ordenado no Decreto regulamentar de 19 de Dezembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 551.—FAZENDA.—EM 23 DE NOVEMBRO DE 1869.

Dá conhecimento ás Thesourarias de Fazenda da decisão do Inspector da Alfandega da Côrte, declarando de conformidade com o art. 169 § 2.º do Regulamento, que os despachos processados até o dia 31 de Dezembro deste anno devem pagar os 13 % em ouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmite aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que tenha a devida execução nas diversas Alfandegas do Imperio, a decisão constante do Aviso, junto por cópia, dirigido ao Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro em 11 do corrente, fixando a intelligencia do art. 1.º § 4.º do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro proximo passado em relação aos despachos processados até o dia 31 de Dezembro do corrente anno.—*Visconde de Itaborahy.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Participando-me V. Ex., em seu officio n.º 1131 de 29 de Outubro findo, ter o Chefe da 2.ª Secção dessa Alfandega consultado a V. Ex. se os despachos processados até o dia 31 de Dezembro do corrente anno ficavão isentos do pagamento dos 13 % em ouro do dia 1.º de Janeiro de 1870 em diante, em virtude da disposição do art. 1.º § 4.º do Decreto n.º 1750 de 20 de Outubro proximo passado, ou se a respeito delles vigorava a doutrina do art. 169 § 2.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; e haver V. Ex. declarado, em despacho de 28 do mez findo, que era applicavel ao caso da consulta a doutrina do referido art. 169 § 2.º, devendo entender-se por principio do processo do despacho a distribuição da nota, conforme explicou o Aviso deste Ministerio de 11 de Janeiro de 1869; e tendo sido approvado o dito despacho, assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia e fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 552.—FAZENDA.— EM 25 DE NOVEMBRO DE 1869.

As cartas de pensões concedidas ás familias dos militares, e dos officiaes e praças da Guarda Nacional e Voluntarios da Patria, fallecidos na guerra do Paraguay ou em consequencia de molestia adquirida em campanha, são isentas de qualquer onus pecuniario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devida execução, que o Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4354 de 47 de Abril ultimo não revogou o Decreto do Corpo Legislativo n.º 1354 de 19 de Setembro de 1866, que isentou de qualquer onus pecuniario as pensões concedidas ás familias dos militares, e dos officiaes e praças da Guarda Nacional e Voluntarios da Patria, que fallecerem na guerra contra o governo do Paraguay ou em consequencia de molestia adquirida em campanha.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 553.—FAZENDA.— EM 25 DE NOVEMBRO DE 1869.

Determina que as remessas de notas substituidas do Banco do Brasil e das suas Caixas Filiaes, sejam acompanhadas de uma relação das notas empregadas na substituição, com as declarações que indica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda —Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, quando fizerem remessas á Caixa da Amortisação de notas do Banco

do Brasil e das suas Caixas Filiaes devidamente substituidas, na forma da Circular n.º 29 de 46 de Julho proximo passado, remettão tambem á mesma Caixa uma relação das notas empregadas nas substituições, com declaração das quantidades, valores, numeros, séries e Caixas a que pertencerem, como requisitou o Conselheiro Inspector Geral daquella Repartição em officio de 15 do corrente.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 554.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1869.

Fixa a intelligencia das Circulares n.ºs 34 e 36 de 25 de Agosto e 15 de Setembro deste anno relativas ao imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em solução á duvida proposta no officio n.º 237 de 11 de Outubro proximo passado, que não ha antinomia nas Circulares n.ºs 34 e 36 de 25 de Agosto e 15 de Setembro deste anno; porquanto, a 1.ª dispõe, não que se despache requerimento ou papel algum sem sello, porque isso seria contrario ás disposições do Regulamento n.º 4354 de 17 de Abril ultimo, mas sim que não está sujeita ao pagamento do sello a certidão, exarada em acto continuo ao despacho, e comprehendida na mesma folha de papel em que foi feito o requerimento; e a 2.ª não fez mais do que ampliar ás replicas, informações e attestados passados em meia folha de papel de requerimento ou mandado judicial, a regra naquella estabelecida para as certidões e attestados.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 553.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara ser imprescindível a intervenção do Juiz Commercial nos processos de salvados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo n.º 58 de 20 de Julho do anno passado, communicando que em solução á Consulta da Alfandega da mesma Provincia—se o Juiz Commercial deveria intervir na arrematação, a que se tinha de proceder na mencionada Alfandega, dos salvados da barca ingleza *Lettice Catharine*, por não achar bem claras e positivas as disposições dos arts. 331 a 338 do respectivo Regulamento, resolvêra que as diligencias da arrematação devião ser effectuadas pela dita Repartição, por não ter comparecido a autoridade judiciaria no lugar do naufragio ;

Declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que não foi bem resolvida a questão ; porquanto a intervenção do Juiz Commercial em todo o processo de salvados é imprescindível, e prescrevem-na o art. 732 do Código Commercial e a indole do processo de liquidação.

Se o Juiz do Commercio deixou de comparecer no lugar do naufragio, essa falta não dispensa a Alfandega de, em conformidade com o art. 336 § 3.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, pedir ao Juizo autorisação para vender os salvados, e de consignar em deposito o producto, á disposição do mesmo Juizo, perante o qual tem de correr todas as reclamações.

Accresce que a disposição do art. 300 e seguintes ao Regulamento das Alfandegas não regulão para o caso de salvados, e sim, como se vê da epigraphe de que se inscreve o respectivo capitulo, para o da venda em leilão de mercadorias abandonadas para consumo.

*Visconde de Itaborahy.*



## N. 556.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1869.

Approva a deliberação da Thesouraria de Fazenda do Amazonas—de instalar na mesma Repartição a caixa do Monte Pio dos Servidores do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 107 de 26 de Outubro ultimo, que approva a deliberação que tomou, de instalar na mesma Thesouraria a Caixa do Monte Pio dos Servidores do Estado, com tanto que observe o disposto nas Instruções de 12 de Novembro e na Circular de 28 de Dezembro de 1863 a respeito da Caixa especial do dito Monte Pio.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 557.—FAZENDA.—EM 27 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara dependente da condição que indica, a isenção de direitos para o material necessario ao assentamento de trilhos de ferro nas ruas da Capital do Pará.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—A' vista do disposto no art. 2.º do Decreto n.º 1758 de 23 de Outubro do corrente anno, não pôde ser cumprido o Aviso de V. Ex. n.º 68 de 16 do corrente, requisitando isenção de direitos para todo o material necessario ao assentamento de trilhos de ferro nas ruas e arrabaldes da Capital da Provincia do Pará, sem que seja previamente determinada a quantidade e qualidade dos

materiaes ácerca dos quaes deve tornar-se effectiva a dita isenção. O que communico a V. Ex. em resposta ao mencionado Aviso.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão.

N. 558.—IMPERIO.—EM 27 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que, supprimido um districto de uma parochia e annexada parte do seu territorio a outra parochia, o facto de votarem os cidadãos activos desta parte para Juiz de Paz da 1.<sup>a</sup> parochia, e não, como lhes cumpre, para os da 2.<sup>a</sup>, importa a nullidade da eleição, dado o caso de poder o numero dos votos desses cidadãos influir no seu resultado.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 27 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo a lei provincial n.º 1198 de 9 de Agosto de 1864 supprimido o districto de Bicas, que pertencia á parochia do Betim, do municipio do Sabará, foi uma parte de seu territorio annexada á parochia de Matheus Leme, do municipio do Pará.

Dos 146 cidadãos activos que comprehende essa porção de territorio, segundo a ultima qualificação da parochia do Betim, á qual continuou incorporada ecclesiasticamente, concorrerão 104 á esta parochia por ocasião da eleição feita em Setembro do anno passado, e ahi votarão para Juizes de Paz da mesma parochia, em vez de o fazerem nos termos do art. 2.º do decreto n.º 480 de 24 de Outubro de 1846, para os da de Matheus Leme, a que civilmente pertencem.

Vendo-se das actas respectivas que, descontados da eleição da parochia do Betim os votos daquelles cidadãos, e addicionados á de Matheus Leme, não se altera o resultado da primeira, quando na segunda poderião ser outros os eleitos; o Governo Imperial sustenta o acto pelo qual o antecessor de V. Ex. annullou esta ultima eleição.

Haja, portanto, V. Ex. de expedir as ordens necessarias para se fazer nova eleição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 559.—IMPERIO. — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º guardar-se fóra da matriz a urna em que se recolhem as cédulas; 2.º a occorrença de factos que inculcãõ terror na população.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 27 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial, a quem forão presentes, com o officio do antecessor de V. Ex. de 29 de Dezembro do anno passado, as cópias das actas da eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que, em Setembro se procedêra na parochia da villa do Patrocínio, as informações documentadas das respectivas autoridades, a representação da Camara Municipal e a cópia da deliberação pela qual foi annullada a sobredita eleição, sustenta o acto dessa Presidencia pelos seguintes fundamentos:

1.º Ter-se guardado fóra da matriz a urna em que se recolhião as cédulas, como está provado pelas atestações annexas á representação do Escrivão de Orphãos do Termo Francisco Alves de Souza e Oliveira, em que pedio a revogação do acto da Presidencia. Embora nesses documentos se diga que a urna estivera, apenas no primeiro dia, em casa daquelle Escrivão, esta infracção do art. 61 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 por si só é motivo sufficiente para não poder subsistir a dita eleição;

2.º Estar exuberantemente provado, pelos documentos enviados, que o apparato de força armada e o assassinato perpetrado na pessoa de Luiz Antonio Barbosa por agentes das autoridades locaes, sob pretexto de ter este resistido á prisão, que sem ordem legal lhe intimidarão, concorrêrão para inculcir terror na população, e afugentar os votantes de modo a não comparecerem senão 470 dos 1.868 qualificados.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 569.—IMPERIO.—EM 29 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Manda applicar aos empregados do Ministerio do Imperio, quanto a effeitos da posse e exercicio, as disposições dos arts. 3.º e 5.º do Decreto n.º 1073 de 30 de Novembro de 1852, e das Ordens do Tribunal do Thesouro Nacional de 16 de Janeiro de 1854 e 2 de Julho de 1859.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 29 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para o fazer constar ao interessado, que foi approvado o procedimento da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, negando o pagamento do ordenado de lente cathedratico ao Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, desde o dia em que, por achar-se no gozo de licença como substituto, tomou por procuração posse daquelle lugar, visto depender do exercicio a percepção do novo vencimento.

E porque convém fixar regra para os empregados do Ministerio do Imperio, quando a posse não fór logo seguida de exercicio, em casos semelhantes observar-se-ha o que se acha estabelecido para os do Ministerio da Fazenda nos arts 3.º e 5.º do Decreto n.º 1073 de 30 de Novembro de 1852 e nas ordens do Tribunal do Thesouro Nacional n.º 15 de 16 de Janeiro de 1854 e n.º 157 de 2 de Julho de 1859.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

**N. 561.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 29 DE NOVENBRO DE 1869.**

Declara ás Presidencias das Provincias que as despezas por serviços relativos ao Ministerio da Agricultura podem ser pagas pelas Mesas de Rendas e Collectorias nos lugares em que as houverem.

6.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Convindo acautelar os dinheiros publicos, para evitar os desvios dos mesmos como por vezes tem acontecido, é de mister que V. Ex. expeça as ordens necessarias, a fim de que d'ora em diante as despezas por serviços relativos a este Ministerio, e que não puderem ser pagas directamente aos respectivos credores pelas Thesourarias de Fazenda, sejam satisfeitas por intermedio das Mesas de Rendas e das Collectorias nos lugares em que as houverem, as quaes só entregarão a quem de direito, inclusive os Directores de Colonias, as quantias precisas para os gastos de oito dias, e á vista de documentos que os justifiquem.

Previno a V. Ex. que nesta data dirijo Aviso ao Ministerio da Fazenda ácerca de semelhante objecto, no intuito de que pelo dito Ministerio sejam tomadas as providencias que lhe competem.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de....

**N. 562.—GUERRA.—CIRCULAR EM 29 DE NOVENBRO DE 1869.**

Determina que os Arsenaes de Guerra e depositos de artigos bellicos não forneçam objecto algum por conta do Ministerio da Justiça sem sua prévia annuencia.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Solicitando o Ministerio da Justiça, em Aviso de 20 do corrente, que os Arsenaes

de Guerra e depositos de artigos bellicos não forneção objecto algum por conta daquelle Ministerio sem sua prévia annuencia; expeça V. Ex. nesse sentido as necessarias ordens.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 563.—GUERRA.—CIRCULAR EM 29 DE NOVEMBRO DE 1869.

Recommenda a observancia da disposição do art. 16 das Instrucções de 12 de Janeiro de 1861 nos Arsenaes de Guerra e depositos de artigos bellicos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Devendo ser fielmente observada pelos Directores dos Arsenaes de Guerra e Encarregados de depositos de artigos bellicos a disposição do art. 16 das Instrucções de 12 de Janeiro de 1861, publicadas em ordem do dia n.º 236 de 22 do mesmo mez; expeça V. Ex. as necessarias ordens a semelhante respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 564.—GUERRA.—EM 29 DE NOVEMBRO DE 1869.

Dá providencias sobre as passagens ás praças, que, sendo escusas de serviço, têm de recolher-se ao seio de suas familias.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Para obviar-se o inconveniente, que resulta de não quererem os Commandantes dos

vapores de cabotagem receber sem pagamento á vista praças, que sendo escusas do serviço tem de recolher-se ao seio de suas familias, remetta V. Ex. a esta Secretaria de Estado, sempre que tiver de dar passagem a taes praças uma conta das ditas passagens, para se mandar entregar a sua importancia pela Pagadoria das Tropas da Corte ao Official, que fôr por V. Ex. designado para semelhante fim.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. João Frederico Caldwell.

N. 565. — JUSTIÇA. — AVISO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara como proceder-se a respeito de officiaes inferiores, ausentes dos corpos por mais de seis mezes sem licença.

3.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1869.

Respondendo ao officio do antecessor de V. S., datado de 31 de Agosto ultimo, relativamente á consulta feita pelo Tenente Coronel Fiscal do 1.<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, sobre os officiaes inferiores que se achão ausentes, ou dispensados do serviço, em virtude de seus empregos, declaro a V. S. que comprehendendo a disposição do art. 32 do Decreto de 6 de Abril de 1854, os officiaes inferiores e cabos, deve-se proceder de conformidade com o Decreto n.<sup>o</sup> 3535 de 25 de Novembro de 1865, a respeito dos que se ausentarem dos districtos de seus corpos, por mais de seis mezes, sem licença.

Quanto aos dispensados embora não devão ser rebaixados, perdem o exercicio do posto e ficão fóra do respectivo quadro, podendo, portanto, ser nomeados outros em seus lugares.

Deus Guarde a V. S. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Corte.

N. 566.—JUSTIÇA.—AVISO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1869.

Solve duvidas a respeito de suspeição opposta em um conselho de disciplina, e modo de tomar conhecimento della.

3.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.  
—Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso recebido o officio de V. Ex. datado de 20 de Agosto ultimo, relativamente ás seguintes duvidas, que se suscitárão, por occasião de ser submittido á Conselho de disciplina o Tenente Coronel da Guarda Nacional Adelino Candido Carneiro da Cunha:

« 1.<sup>a</sup> Se podia o réo averbar de suspeito algum dos membros do Conselho, sem ser perante este, e na sua primeira reunião.

« 2.<sup>a</sup> Se sendo presentes ao Commandante Superior que nomeou o mesmo Conselho, suspeições offerecidas por simples petição, podia tomar dellas conhecimento, e fazer novas nomeações. »

Em resposta declaro á V. Ex., quanto á primeira duvida, que o réo por si, ou por seu procurador, só pôde averbar de suspeito qualquer membro do Conselho, durante a primeira sessão, e antes de começar o processo, conforme dispõe o art. 8.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 1335 de 18 de Fevereiro de 1854, e quanto á segunda que, á vista do mesmo artigo, a autoridade, que nomeou o Conselho, não deve tomar conhecimento da suspeição, por simples petição, mas em face de termo lavrado e assignado no conselho, com todas as razões e provas da suspeição.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 567.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que o Poder Executivo não pôde conhecer de questões da competencia do Poder Judiciario.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—  
Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 3 de Setembro ultimo submette essa Presidencia á decisão do



Governo Imperial diversas duvidas propostas pelo Juiz Municipal e de Orphãos do Termo do Grão-Mogol, versando sobre a intelligencia da disposição do art. 93 doCodigo do Processo Criminal, combinado com o art. 212 § 2.º do referidoCodigo.

Sendo as questões, de que se trata, relativas ás Leis do processo, cabe sua decisão á jurisprudencia dos Tribunaes, quando applicarem a Lei aos casos occorrentes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 568 —GUERRA.— Em 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara que, quanto ao fornecimento de utensis, todas as fortalezas de 1.ª ordem devem guiar-se pela tabella da de Santa Cruz, as de 2.ª pela de S. João, e as de 3.ª pela da Lage.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 30 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Solicitando V. Ex., em officio n.º 67 de 30 do mez proximo findo, a remessa de dous exemplares das tabellas, que regulão o numero de utensis, que devem ser fornecidos ás fortalezas de Imperio, e que forão publicadas com o Decreto n.º 453 de 20 de Dezembro de 1834, julgo conveniente declarar á V. Ex. que todas as fortalezas de 1.ª ordem devem guiar-se pela tabella da de Santa Cruz, as da 2.ª pela de S. João, e finalmente as da 3.ª pela da Lage.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.— Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

## N. 569.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Ceará.—Declara que o fôro do processo é o do crime.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu officio de 28 de Agosto ultimo, consultando em que fôro deve ser processado o individuo de nome Justino, que assassinára no lugar Gamelleira do Termo de Villa Viçosa, o Commandante de uma escolta da Villa de Piracuruca da Província do Piahy, que o fôra prender para recrutar; declaro a V. Ex. que, pertencendo ao Termo da Viçosa o lugar da Gamelleira, é claro ser esse o fôro do crime, e nelle deverá de preferencia ser processado o criminoso.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província do Ceará.

## N. 570.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Maranhão.—Solve duvidas acerca do modo de contar-se o prazo da interposição do recurso, de que trata o art. 73 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 4 de Agosto ultimo communicou V. Ex. que, tendo-lhe o Juiz Municipal substituto dos Termos de S. Bernardo e Tufoya nessa Província, consultado quanto ao modo de contar o prazo da interposição do recurso, de que trata o art. 73 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, V. Ex. declarára em resposta que devia aquelle prazo ser contado por dias ordinarios (*de die ad diem*), entendendo-se um dia civil de 24 horas contados de meia noite a meia noite, embora estê-

vesse já começado o primeiro dia do prazo. O Governo Imperial approva a solução dada por V. Ex. como instrucção ao dito Juiz para a boa execução da Lei; competindo, porém, ao Poder Judiciário conhecer da legalidade do acto para seus effeitos jurídicos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província do Maranhão.

---

N. 571.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Declara quaes as custas que devem ser contadas a um curador *in litem* quando assistir a um inventario.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 16 de Outubro ultimo submetteu V. Ex. á approvação do Governo Imperial a decisão, que deu á consulta do Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Itajubá, declarando quaes as custas, que devem ser contadas a um Curador *in litem* que assistio a um inventario.

Approvo a solução por V. Ex. dada, a qual está de conformidade com a doutrina do Aviso n.º 328 de 29 de Julho de 1861.—« Os Curadores geraes e os Curadores *in litem*, além dos emolumentos do art. 80 do Regimento de Custas, só percebem os de advogados, na forma do art. 81, combinado com o art. 77 do mesmo Regimento, quando seus curatellados são vencedores, satisfeitas as custas pelas partes vencidas; sendo, nos inventarios e partilhas, os interessados obrigados ás custas pro rata, não ha de quem os Curadores possam haver emolumentos. »

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

---

N. 572.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que a incompatibilidade nos cargos de Juiz Municipal Supplente e de Juiz de Paz, e entre este e o de Promotor Publico interino, é sómente na accumulção.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Approvo a solução, que V. Ex. deu á consulta da Camara Municipal de Pitangui, declarando-lhe que a incompatibilidade entre os cargos de Juiz Municipal supplente e o de Juiz de Paz, e entre este e o de Promotor Publico interino, é sómente do exercicio e não do cargo, como foi resolvido pelos Avisos n.º 409 de 14 de Setembro de 1865 e n.º 371 de 19 de Outubro de 1857.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 573.—JUSTIÇA.—EM 30 DE NOVEMBRO DE 1869.

Declara que um Official da Guarda Nacional, só no caso de perda do posto, pôde ser recolhido á cadeia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr. — Expõe V. Ex. em seu officio n.º 142 de 30 de Julho ultimo, que sendo recolhido á enxovia, pelo Delegado de Policia de Montes Claros, um Capitão da Guarda Nacional, pronunciado em crime inafiançavel, consultára o respectivo Commandante Superior se, por falta de edificio destinado para quartel da mesma Guarda, ficava o Official sujeito á cadeia, ou lhe era applicavel a prisão militar em lugar decente, podendo mesmo verificar-se em uma casa para isso designada pela autoridade.

Respondeu V. Ex. que, embora o art. 416 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850 faculte a prisão de Officiaes em suas proprias casas, não podia o referido Capitão aproveitar-se desse favor, por ser inafiançavel o crime de que era accusado, além de não ter sido commettido em acto de serviço, mas devia aquella autoridade lhe dar por prisão a casa da Camara, ou outro qualquer edificio publico, nos termos da primeira parte do citado artigo, visto como, só no caso de perda do posto, na forma do art. 66, podia elle ser recolhido á cadeia.

O Governo Imperial approva a solução dada por V. Ex. a esta consulta, por estar de conformidade com a doutrina dos Avisos de 24 de Julho de 1854 e 30 de Novembro de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 574.—IMPERIO.—EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara ser exorbitante das attribuições das Assembléas Provinciaes autorisar o destacamento de Guardas Nacionais para serviço de policial.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 1.º de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as leis dessa Provincia, promulgadas o anno passado. De conformidade com seu parecer em consulta de 17 de Agosto ultimo, declaro a V. Ex. que o art. 11 da lei n.º 507 autorizando, emquanto não estiver completo o corpo policial, o destacamento de guardas nacionais para serviço de policia, em numero que preencha o fixado para o dito corpo, é exorbitante das attribuições das Assembléas Provinciaes, que não podem dispôr sobre a guarda nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

## N. 575.—MARINHA.—AVISO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1869.

Estabelece regras para o pagamento a bordo dos navios do Estado.

Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1869.

Convindo regularisar a maneira de fazer os pagamentos das guarnições dos navios do Estado, Manda Sua Magestade o Imperador que se observem as instrucções que com este baixão, assignadas pelo Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Contador da Marinha.

**Instrucções a que se refere o Aviso desta data sobre o modo de effectuar-se o pagamento das guarnições dos navios do Estado.**

1.<sup>a</sup>

No dia marcado pela Repartição competente os empregados designados para fazer o pagamento serão conduzidos ao navio em um escaler decentemente preparado, que será prestado pelo Arsenal de Marinha, se houver no porto estabelecimento desta ordem, e no caso contrario pelo proprio navio. Logo que chegarem a bordo, terão mesa e os outros objectos necessarios para o serviço do pagamento, em cuja execução não lhes cumpre envolver-se com a disciplina de bordo. Logo que o concluirem, regressarão no mesmo escaler para terra.

2.<sup>a</sup>

O pagamento será feito em acto de mostra, com as formalidades da Lei. Aos Commandantes das Esquadras e Divisões Navacs e seus Estados Maiores, e aos Commandantes dos navios soltos, nas respectivas camaras, aos Officiaes de todas as classes na Praça d'Armas, e ás demais praças da guarnição na tolda.

3.<sup>a</sup>

Os Officiaes serão convidados para o pagamento, conforme a ordem em que estiverem contemplados na respectiva folha.

4.<sup>a</sup>

Findo o pagamento dos Officiaes, seguir-se-ha o das praças do Batalhão Naval, e successivamente o das do Corpo de Imperiaes Marinheiros e marinhagem nos termos das disposições da Portaria a que se refere o art. 7.<sup>o</sup> do Aviso regulamentar de 2 de Abril de 1836.

5.<sup>a</sup>

Na Côte poderão os Officiaes de patente e os que vencem comedorias, ser pagos na Pagadoria de Marinha.

6.<sup>a</sup>

As praças que desembarcarem serão pagas na Côte na Pagadoria da Marinha, e nas Provincias na Thesouraria de Fazenda, devendo achar-se presentes o Official de Fazenda, o Immediato ou um Official do respectivo navio ou corpo para certificarem a identidade da praça.

7.<sup>a</sup>

Se, depois de concluido o pagamento, apresentarem-se a bordo praças incluídas nas folhas, e não pagas, por se acharem ausentes e em serviço, serão immediatamente attendidas. Aquellas, porém, que por qualquer motivo deixarem de ser pagas, sôl-o-hão por folhas especiaes ou pelas do mez seguinte.

8.<sup>a</sup>

Se, no acto do pagamento, derem-se factos que perturbem o regular desempenho das attribuições fiscaes dos Empregados em semelhante serviço, poderão elles, no caso de não serem attendidas as reclamações que lhes cumpre fazer ao respectivo Commandante, suspender o pagamento e regressar

à Repartição a que pertencerem, a cujo Chefe darão conta oficialmente do que houver occorrido. Os Commandantes dos navios por sua parte também communicarão aos seus respectivos Chefes ou ao Quartel General, tudo quanto tenha dado lugar a semelhante procedimento.

9.<sup>a</sup>

As praças que se acharem presas, por correção, ou em cumprimento de sentença, serão conduzidas com a precisa segurança á presença do Pagador, e receberão pessoalmente seus vencimentos.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 3 de Dezembro de 1869. — *Francisco Xavier Bontempo*.

N. 576.—IMPERIO.—EM 3 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que a nomeação de Coadjuutores estrangeiros, á excepção dos dias freguezias do municipio da Corte, depende da approvação dos Presidentes das Provincias, visto que aos cofres destas pertence o pagamento da respectiva congrua.

4.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 3 de Dezembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n.º 107 de 2 de Novembro proximo findo, no qual pede essa Presidencia que seja approvada a nomeação do sacerdote estrangeiro Manoel da Silva Cid para servir de Coadjuutor da freguezia de Nossa Senhora do Rozario de Goianna, declaro a V. Ex. que os Avisos de 30 de Julho de 1862, 19 e 23 de Dezembro de 1864, citados no dito officio, referem-se a Vigarios encomendados, cuja congrua é paga pelos cofres geraes: quanto a Coadjuutores, á excepção dos das parochias do municipio da Corte, pertencendo aos cofres provinciaes o pagamento da congrua respectiva, depende sua nomea-



ção, si forem estrangeiros, da approvação das presidecias das Provincias, como se vê do Aviso n.º 478 de 31 de Maio de 1867.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 577.—FAZENDA.—EM 3 DE DEZEMBRO DE 1869.

As Companhias e Sociedades, a que se tem concedido isenção de direitos para os objectos de seu uso, não poderão gozar desse favor sem que o Thesouro tenha préviamente fixado sua qualidade e quantidade annualmente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que o fação constar aos das Alfandegas, para a devida intelligencia e execução, que ás Companhias e Sociedades, a que se tem concedido isenção de direitos a favor dos objectos de que precisão para seu uso, não se deverá permittir que despachem os mesmos objectos sem que o Thesouro tenha préviamente fixado sua qualidade e quantidade annualmente.

E, pois, cumpre que os Srs. Inspectores exijão das ditas Companhias e Sociedades relações desses objectos, e as submettão á approvação do Thesouro, a fim de que possam gozar do favor concedido.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 578.—FAZENDA.—EM 4 DE DEZEMBRO DE 1869.

As Ordens do dia do Quartel General, e quaesquer outras relativas a assumptos militares, devem ser transmittidas directamente pelas Presidencias das Provincias aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento, a cópia junta do Aviso Circular que nesta data dirige às Presidencias das Provincias, declarando-lhes que as Ordens do dia do Quartel General, e quaesquer outras relativas a assumptos militares, devem ser transmittidas às Thesourarias directamente pelas Presidencias das Provincias aos respectivos Inspectores, e não por intermedio dos Ajudantes de Ordens, por não serem para isso competentes.

*Visconde de Itaborahy.*

**Cópia do Aviso a que se refere a Ordem supra.**

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se suscitado duvidas em algumas Thesourarias de Fazenda sobre a pratica de corresponderem-se os Ajudantes de Ordens das Presidencias com as mesmas Thesourarias, em nome daquellas, transmittindo-lhes ordens tendentes a assumptos militares; declaro a V. Ex. que as Ordens do dia do Quartel General, e outras quaesquer relativas a assumptos militares, devem ser transmittidas às Thesourarias directamente pelas Presidencias das Provincias aos respectivos Inspectores, e não pelo intermedio dos Ajudantes de Ordens, que não são para isso competentes, como já foi decidido pelo Aviso n.º 86 de 23 de Março de 1863 a respeito dos Secretarios do Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de . . . . .



N. 579.—IMPERIO.—EM 4 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Piahy.—Declara ser motivo de nulidade de eleição : presidil-a Juiz de Paz votado em 7.º lugar e não ajuramentado.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, de conformidade com seu parecer, Manda Sua Magestade o Imperador approvar o acto dessa presidencia, pelo qual foi annullada a eleição, feita em Setembro do anno findo, para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Nossa Senhora do O' da villa de Valença.

Não pôde subsistir tal eleição pelo vicio insanavel de terem sido os respectivos trabalhos presididos do dia 8 de Setembro em diante pelo cidadão José Francisco Dantas, 7.º votado para juiz de paz e que não estava ajuramentado.

O que communico a V. Ex. em resposta ao officio de 11 de Dezembro do referido anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província do Piahy.

---

N. 580.—JUSTIÇA.—AVISO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Maranhão.—Declara que o Decreto n.º 3483 de 26 de Abril de 1863 não derogou a hypotheca estabelecida pela lei criminal.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 6 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a solução dada por V. Ex. á consulta do Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de S. Bento, declarando que os arts. 105 e 107 do Codigo do Processo Criminal e arts. 303 e 304 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842,

que facultão a hypotheca de bens de raiz aos réos de crimes afiançaveis para se livrarem soltos, não estão derogados pelo art. 336 do Decreto n.º 3453 de 26 de Abril de 1863, visto não poder ser classificada como legal ou judiciária a hypotheca convencional estabelecida pela lei criminal.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.  
—Sr. Presidente da Província do Maranhão.

---

N. 381.—FAZENDA.—EM 6 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara não haver inconveniente em manter-se a doutrina das Ordens de 10 de Março de 1860 e 26 de Janeiro de 1863, relativas ao despacho livre dos objectos importados para uso dos Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro aqui residente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Dezembro de 1869.

Ulm e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 1049 de 20 de Setembro ultimo, que como a concessão da isenção de direitos feita por essa Inspectoria aos objectos importados para uso dos Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro residente nesta Côte devem preceder, na fórma do art. 512 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, as cautelas fiscaes que a mesma Inspectoria entender necessarias, e que serão outras tantas garantias da fiscalisação da Fazenda; não ha inconveniente em manter-se a doutrina das ordens de 10 de Março de 1860 e 26 de Janeiro de 1863 expedidas a essa Alfandega, embora tenham ellas sido revogadas pela nova Tarifa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côte.

---

N. 582.—FAZENDA.—EM 6 DE DEZEMBRO DE 1869.

O provimento, por nomeações interinas, dos lugares das Alfandegas que não tem substitutos marcados por lei, só póde dar-se no caso de acharem-se vagos os mesmos lugares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n.º 25 de 12 de Agosto ultimo, que bem procedeu deixando de nomear um 1.º Escriptuario da Thesouraria para servir interinamente de 1.º Conferente da Alfandega, como requisitirão os Chefes daquellas Repartições, a fim de auxiliar a classificação dos salvados da barca franceza *Affonsine*, visto que o art. 8.º § 5.º do Regulamento das Alfandegas só autorisa taes nomeações interinas no caso de se acharem vagos os lugares, o que não se dava naquella occasião.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

---

N. 583.—FAZENDA.—EM 6 DE DEZEMBRO DE 1869.

Determina que do 1.º de Janeiro em diante se cobre de todas as Companhias estrangeiras de navegação a vapor, o expediente do carvão de pedra que importarem para uso de seus paquetes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo resolvido que do 1.º de Janeiro proximo em diante se cobre de todas as Companhias estrangeiras de navegação a vapor, sem excepção alguma, o expediente de carvão de pedra que importarem para uso de seus paquetes; assim o communico a V. Ex. para a devida intelligencia e execução.

Atendendo, porém, ao que representou ao Governo Imperial a Legação Franceza nesta Côrte, sirva-se V. Ex. mandar restituir ao Agente da Companhia das *Messageries Imperiales* o que este houver pago a esse titulo desde Abril ultimo até o presente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

N. 384.—FAZENDA.—Em 7 DE DEZEMBRO DE 1869.

Indefere a pretensão de um Official inferior, commandante de Guardas da Alfandega, de usar no respectivo serviço das divisas de seu posto de Tenente da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará que, em vista do disposto no art. 43 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e tabella n.º 5, não pôde ser deferido o requerimento do 1.º Sargento Commandante da Secção de Companhia dos Guardas da Alfandega, Christovão Antonio Cordeiro, que acompanhou o seu officio n.º 132 de 30 de Outubro deste anno, no qual pedia permissão para usar das divisas de Tenente por occupar este posto na Guarda Nacional.

*Visconde de Itaborahy*.

---

## N. 585.—FAZENDA.—EM 7 DE DEZEMBRO DE 1869.

Os estabelecimentos em que se exercerem diferentes indústrias e profissões, estão sujeitos sómente a uma taxa fixa e outra proporcional na maior razão que lhes fôr applicavel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 60 de 26 de Maio ultimo, que acertadamente resolveu a consulta do Collector da Villa do Porto de Pedras, ácerca das taxas devidas pelos estabelecimentos em que se exercerem diferentes indústrias e profissões, decidindo em sessão da respectiva Junta, que, na fórma do art. 15 do Regulamento n.º 4346 de 23 de Março deste anno, os estabelecimentos em taes condições estão sujeitos sómente a uma taxa fixa e outra proporcional, na maior razão que lhes fôr applicavel, ficando isentos de todas as mais.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 586.—MARINHA.—AVISO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara que nenhum Official, enquanto o Poder Legislativo não resolver o contrario, será reformado, ex-officio ou a pedido, sem que passe para a 2.ª classe, e nella se conserve o tempo marcado por lei.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tendo-se Dignado ouvir a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre a verdadeira intelligencia, que se deve dar ao art. 4.º § 1.º da Lei n.º 646, de 31 de Julho de 1852, e ao art. 7.º da de n.º 1204, de

13 de Maio de 1864, Houve por bem, por Sua Immediata Resolução, de 4 do corrente mez, tomada sobre a Consulta, junta por cópia, de 18 de Novembro findo, Conformar-se com o parecer enunciado pela mesma Secção.

Manda, portanto, o Mesmo Augusto Senhor declarar a V. Ex., para os devidos effeitos, que, emquanto o Poder Legislativo não resolver o contrario, nenhum Official da Armada, nas condições do referido paragra-pho, será reformado, ex-officio, ou a pedido, sem que passe para a 2.<sup>a</sup> classe e nella permaneça o tempo determinado por lei

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Vice-Almirante, Encarregado do Quartel General da Marinha.



N. 587.—FAZENDA.—EM 10 DE DEZEMBRO DE 1869.

Os Engenheiros nomeados para o desempenho de trabalhos de sua profissão nas Provincias, devem ser pagos dos respectivos vencimentos sem dependencia de attestados de exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devida execução, de conformidade com a decisão dada nesta data á Thesouraria da Provincia do Paraná, que considerando-se commissionados do Governo os Engenheiros nomeados para o desempenho de trabalhos de sua profissão, devem os mesmos ser pagos dos vencimentos que lhes competirem sem dependencia de attestados de exercicio; exceptuados todavia os ajudantes ou adjuntos que fizerem parte de commissões collectivas, ou de serviços sob a direcção de um chefe, pois a este incumbe passar-lhes os attestados sem os quaes não se verificarão os pagamentos, como se pratica no Thesouro.

*Visconde de Itaborahy.*





## N. 588.—FAZENDA.—EM 10 DE DEZEMBRO DE 1869.

Approva a deliberação da Thesouraria de S. Pedro de assemelhar as xarqueadas às fabricas de refinação de assucar movidas a vapor ou por agua, para a cobrança do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Sul, n.º 220 de 27 de Setembro ultimo, no qual dá conta da deliberação que tomára em sessão da junta, de approvar o acto do collecter do municipio de S. João Baptista de Camaquan—assemelhando as xarqueadas às fabricas de refinação de assucar movidas a vapor ou por agua para a cobrança da taxa da tabella C do Regulamento n.º 4346 de 23 de Março deste anno, por não estarem comprehendidas em nenhuma das tabellas annexas ao mesmo Regulamento communica ao dito Sr. Inspector que foi confirmada a referida assemelhação para o indicado effeito: porquanto, as xarqueadas são emprezas que tem por fim, como as refinações de assucar, a preparação e transformação de um producto ou materia prima, dando-se entre ellas analogia de operações.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 589.—FAZENDA.—EM 10 DE DEZEMBRO DE 1869.

Da provimento a um recurso acerca do lançamento de um cartorio de Escrivão do Cível, e declara que o imposto de industrias e profissões recahe unicamente sobre a loja ou local onde se exerce a industria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector

da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 146 de 30 de Junho deste anno, que o mesmo Tribunal, sendo-lhe presente o recurso do Escrivão do Cível da Cidade do Recife, Manoel Joaquim Baptista, interposto do despacho da dita Thesouraria que sustentou a da respectiva Recebedoria, julgando perempta a sua reclamação contra o lançamento do imposto de lojas, etc., em relação ao seu Cartorio no exercicio de 1868—1869, resolveu: 1.º tomar conhecimento do referido recurso, visto constar dos documentos que o acompanhão, que sendo a decisão da Recebedoria de 5 de Maio do corrente anno, foi a petição dirigida á Thesouraria datada de 25 do mesmo mez, achando-se portanto dentro do prazo legal; e além disso, ser expresso no Regulamento de 17 de Março de 1860, art. 37 § 4.º, e art. 77, que os Lançadores devem communicar aos Collectados as alterações para mais que fizerem nos lançamentos por meio de uma nota, que lhes entregarão, e exigir delles declaração escripta na nota de que ficão scientes da alteração; e este preceito legal deixou de ser observado, não tendo o contribuinte conhecimento do augmento que teve no lançamento senão quando se lhe foi exigir o pagamento do imposto: e 2.º dar-lhe provimento; porquanto, o imposto de lojas, hoje substituido pelo de profissões e industrias, não deve ser confundido com o da decima urbana, quanto ao seu modo de lançamento e effeitos. Este recae sobre o predio, e aquelle unicamente sobre a loja ou local onde se exerce a industria, como se evidencia do art. 4.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844, e art. 2.º do de 23 de Março de 1869.

Assim, desde que o recorrente provou que só occupava a loja ou andar terreo da casa em que tem o seu cartorio, só podia ser obrigado a pagar o imposto de 20 %, correspondente a essa parte do dito predio.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 590.—FAZENDA.—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1869.

Os Collectores não podem exercer a advocacia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Ceará, em solução á duvida proposta no officio n.º 89, de 19 de Outubro ultimo, que os Collectores não podem exercer a advocacia, como já foi explicado pela Circular expedida pela Directoria Geral das Rendas em 6 de Setembro de 1866, n.º 3, junta por cópia.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 591.—FAZENDA.—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1869.

Solve varias duvidas propostas pelo Juiz de Paz do 1.º districto da cidade de Nitheroy, ácerca do imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 30 de Julho ultimo, relativo ás duvidas expostas pelo Juiz de Paz do 1.º districto da capital dessa Provincia sobre alguns artigos do Regulamento expedido em 17 de Abril do corrente anno para a arrecadação do imposto do sello, declaro á V. Ex.:

Quanto á 1.ª, que os actos e papeis, de que tratão os arts. 18 § 1.º e 19 §§ 1.º e 2.º, sujeitos ao sello fixo, não estão obrigados ao proporcional, em vista do art. 21 n.º 9 do sobredito Regulamento.

A disposição do art. 2.º paragrapho unico refere-se aos titulos ou contractos sujeitos ao sello proporcional, que de nenhum modo podem ser obrigados ao sello fixo.

Quanto a 2.ª, 3.ª e 4.ª, com referencia ás replicas dos despachos, escriptas nos proprios requerimentos, ás contas das custas ahí feitas, como é costume, e dos autos de depositos de bens penhorados, lavradas como

são, nas de penhora pelos officiaes de justiça, que já se achão resolvidas pela Portaria de 15 de Setembro ultimo, declarando não estarem taes actos sujeitos a novo sello.

Pelo que respeita á 5.<sup>a</sup> que, sendo devido o sello dos livros de protocollo das audiencias e outros, antes de começarem a ser escripturados, uma vez satisfeito o imposto podem continuar a servir até a sua conclusão, independente de novo sello, ou de pagamento da differença da taxa, que só se cobra no caso do art. 37 do Regulamento citado.

Relativamente á 6.<sup>a</sup> e ultima duvida que, estando os requerimentos, reclamações, denuncias, recursos e outros actos relativos a direitos politicos electoraes sujeitos ao sello, não podem deixar de ser comprehendidos na disposição generica do art. 48 § 4.<sup>o</sup> do mesmo Regulamento; tanto mais que pela autorisação conferida ao Governo Imperial pelo art. 46 § 3.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 1507 de 24 de Setembro de 1867 ficarão supprimidas as isenções estabelecidas pelo art. 23 e outros da Lei n.<sup>o</sup> 387 de 19 de Agosto de 1866 como a disposição do referido artigo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

N. 592—IMPERIO—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1869.

Circular aos Presidentes de Provincia.—Declara que o Vereador, enquanto exerce o lugar de Juiz Municipal, deixa o exercicio do seu cargo.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Dezembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.— Sendo contradictorias as decisões do governo sobre—se deixa o exercicio de seu cargo o Vereador que tem de assumir a vara de Juiz Municipal, Mandou Sua Magestade o Imperador que as Secções do Imperio e Justiça do Conselho de Estado consultassem sobre a regra que convinha estabelecer.

Em consulta de 13 de Outubro do anno findo, forão as ditas secções de parecer que, de conformidade com o Decreto n.º 429 de 9 de Agosto de 1845, e Avisos n.º 378 de 21 de Outubro de 1857, e n.º 162 de 6 de Julho de 1859, se devia adoptar o principio de que o Vereador deixa o exercicio de seu cargo emquanto exerce o lugar de Juiz Municipal.

O mesmo Augusto Senhor conformou-se com este parecer, por sua immediata resolução de 13 de Março ultimo: o que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia de.....

---

N. 593.—IMPERIO.—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Recommenda que aos ministros das religiões toleradas não falte a segurança que lhes é devida, quando na pratica legal dos actos do respectivo culto.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Chegou ao conhecimento do Governo, por publicação da imprensa, que um ministro presbyteriano, estando em Jundiahy na pratica legal de actos do respectivo culto, fôra insultado, ameaçado e obrigado a interromper esses actos.

Este facto, pouco commum entre nós, é contrario ao livre exercicio de direitos que a Constituição garante.

Accresce que, depois da Lei n.º 1144 de 11 de Setembro de 1861, e do Regulamento n.º 3069 de 17 de Abril de 1863, os pastores das diversas religiões, são chamados a intervir em actos da maior importancia por seus effectos civis, qual é o casamento dos que não professão a religião do Estado. Se lhes faltar a segurança que as nações cultas garantem, sem distincção, a todos os estrangeiros, terão de crescer as difficuldades que existem para a união regular dos aca-tholicos.

As autoridades devem sempre demonstrar o respeito devido à religião do Estado, e, pelos meios a seu alcance, contribuir para o maior esplendor do culto catholico; mas cumpre tambem que, tendo em vista o principio constitucional da liberdade de consciencia, tornem effectiva a permissão do culto de outras religiões, nos termos do art. 5.º da Constituição.

Recommendo portanto a V. Ex. que, inquirindo acerca do facto a que me refiro, sobre elle preste as informações que colher, providenciando no sentido de prevenir sua repetição.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. —  
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 594.—IMPERIO.—EM 13 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a infracção da disposição do art. 17 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856; 2.º não ser chamado, em falta de eleitores, para formação da mesa, o Juiz de Paz immediato ao Presidente desta, mas o 4.º votado; 3.º lavrar-se uma só acta da 3.ª chamada e da apuração das cédulas dos votantes.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial confirma o acto pelo qual o antecessor de V. Ex. annullou as duas eleições feitas em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Vianna, presididas uma pelo 1.º juiz de paz, e outra pelo 2.º.

A nullidade da primeira resulta da infracção, no acto de constituir-se a mesa parochial, do art. 17 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856. Não querendo tomar assento os dous mesarios eleitos pela turma dos supplentes, e não estando ainda assignada a acta da organização da mesa, foram seus substitutos nomeados pelo Juiz de Paz presidente, e não pela turma dos supplentes, como dispõe o citado artigo.

Não pôde subsistir a segunda, além da manifesta incompetencia do juiz que a presidiu, pela illegalidade com que tambem se formou a mesa parochial, porquanto, na falta de eleitores, não chamoo o dito juiz o seu immediato, cujo comparecimento devia aguardar até o dia seguinte pelas 9 horas da manhã, e sim o 4.º votado para Juiz de Paz, que, designando outro cidadão, com elle tomou assento na mesa. Acresce que, contra o que preceituão os arts. 49 e 53 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, não se lavrarão actas especiaes da 3.ª chamada e da apuração das cedulas, porém uma unica comprehensiva destes trabalhos

O que communico a V. Ex. para os devidos effeitos, e em solução ao officio dessa presidencia de 30 de Novembro do anno passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N. 595.—FAZENDA.—EM 13 DE DEZEMBRO DE 1869.

Os Empregados interinos, nomeados pelas Presidencias das Provincias com dependencia da approvação do Governo, não podem ser por ellas demittidos, mas apenas suspensos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em vista do que V. Ex. informa no officio n.º 115 de 23 de Outubro ultimo, approvo a nomeação de José Mauricio Lopes da Silva para Administrador da Mesa de Rendas de Itajahy, conforme o titulo que junto remetto a V. Ex. Outrosim pondero a V. Ex. que os Empregados interinos nomeados pelas Presidencias das Provincias com dependencia da approvação do Governo, não podem ser por ellas demittidos, mas apenas suspensos, como já foi declarado por Aviso de 14 de Outubro de 1843, dirigido á Presidencia de Sergipe.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 596.—IMPERIO.—EM 14 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que não constituem prova, para annullar-se uma eleição, attestações de pessoas directamente interessadas no pleito eleitoral.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 5 de Dezembro ultimo participou o antecessor de V. Ex. ter declarado válida a eleição feita em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Maria Pereira, não obstante haverem representado contra sua validade a respectiva Camara Municipal e alguns eleitores, allegando que, depois de constituida a mesa parochial e lavrada a competente acta, no dia 7 de Setembro às 5 e meia horas da tarde, não se reunira mais a mesa, sendo as outras actas lavradas clandestinamente.

Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem approvar o acto do antecessor de V. Ex., visto que não se exhibirão provas daquella arguição, mas somente attestações de pessoas directamente interessadas no pleito eleitoral.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



N. 597—JUSTIÇA.—AVISO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Prazo para publicação e execução das leis.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a solução dada por V. Ex. á consulta do Juiz de Direito da Comarca de Piratiny, declarando que as questões acerca da pu-



blicação e execução das leis se achão resolvidas pelo Aviso n.º 401 de 14 de Novembro de 1867 do Ministerio dos Negocios da Fazenda, que actualmente rege a materia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul,

---

N. 598.—JUSTIÇA.—AVISO DE 15 DE DEZEMBRO DE 1869,

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que a Relação do districto compete conhecer de conflicto entre autoridades judicarias.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—  
Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 188 de 12 de Outubro ultimo submetteu V. Ex. á approvação do Governo Imperial a decisão dada sobre a consulta do Juiz Municipal do Termo de Lavras « se o Juiz de Orphãos é competente para conhecer das divisões de terras em execução de partilhas ou se pertence essa divisão ao Juiz Municipal do Termo. »

Em resposta declaro a V. Ex. que a Relação do districto compete conhecer desse conflicto entre autoridades judicarias.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 599.—IMPERO.—EM 15 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara que, no caso exposto, a nullidade da eleição de Juiz de Paz não é fundamento para annullação da de Vereadores feita conjuntamente.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 15 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em consulta sobre o acto dessa presidencia datado de 16 de Outubro do anno findo, pelo qual foi annullada a eleição feita em Setembro, na parochia de Bragança, para Vereadores e Juizes de Paz; houve por bem declarar válida a mesma eleição

O motivo invocado naquelle acto, de haverem as actas declarado falsamente que na dita eleição se votára para Juizes de Paz dos dous districtos da parochia, além de improcedente como fundamento para a annullação da eleição de Vereadores, está satisfactoriamente explicado nas proprias actas, e na informação prestada pela Camara Municipal. Destes documentos vê-se que a mesa parochial procedeu de accordo com a lei provincial n.º 551 de 28 de Agosto do anno passado, que dividio em dous o unico districto de paz constituido pela parochia, lei da qual teve a mesma mesa conhecimento no dia 7 de Setembro, por comunicação do Presidente da Camara Municipal, e não no dia 9 depois do recebimento das cedulas por publicação feita pela camara.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

N. 600.— FAZENDA.— EM 15 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara illegal o sequestro, feito por ordem da Thesouraria de Minas Geraes, em algumas cabeças de gado dadas por esmola dos fieis á fabrica da Igreja Matriz da Villa do Rio Pardo da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio que V. Ex. dirigio-me em 3 de Setembro ultimo, n.º 18, ácerca do sequestro de algumas cabeças de gado dadas por esmolas dos fieis á fabrica da Igreja Matriz da Villa do Rio Pardo dessa Provincia, que fôra promovido pelo Collector da mesma Villa, de ordem da Thesouraria de Fazenda, por considerar o dito gado como bens vagos; recommendo a V. Ex. que expeça as ordens necessarias para a prompta desistencia de semelhante sequestro, e devida restituição, cahindo a responsabilidade e custas resultantes sobre quem fôr de direito; porquanto, sendo incontestavel que os fieis podem concorrer para a manutenção de suas matrizes, por meio de oblações, moveis ou esmolas; e que as fabricas das Igrejas forão creadas como entidades legais, como instituições destinadas a entender nos meios necessarios para a conservação e reparo dos Templos e despesas do culto, e a fonte principal de taes meios é em geral a de esmolas ou doações moveis: e, por outro lado, não havendo lei que exclua a Igreja de receber doações de objectos moveis, offertados por amor do culto divino e para auxilio deste, pois que as leis de amortização referem-se unicamente aos bens immoveis; nem que os declare vagos, quando doados áquelle que não tem Irmandade, mas que os administra por fabriqueiros (que ordinariamente são os mesmos Parochos), os quaes não estão isentos da obrigação legal de prestarem contas nos termos do Regulamento das Correições de 2 de Outubro de 1851 art. 47: torna-se evidente que nenhuma applicação pôde ter ao caso a legislação citada pelo Procurador Fiscal da Thesouraria, em que se baseou a ordem supracitada, e consequentemente que é illegal o sequestro de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 601.—FAZENDA.—EM 15 DE DEZEMBRO DE 1869.

Os mascates ou bofarinheiros, quér tenham um, quér mais de um taboleiro, bem como os emprezarios de carroças, seja qual fôr o numero das que possuão, devem pagar a taxa de 25\$000 da tabella A, 3.ª classe do Regulamento n.º 4346 deste anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 166 de 29 de Julho ultimo, que acertadamente resolveu a consulta da Alfandega de Porto Alegre—declarando, de accôrdo com o voto da Junta da mesma Thesouraria, que os mascates ou bofarinheiros, quér tenham um, quér mais de um taboleiro, bem como os emprezarios de carroças de aluguel, seja qual fôr o numero de carroças que possuão, devem pagar a taxa de 25\$000 da tabella—A—3.ª classe do Regulamento n.º 4346 de 23 de Março deste anno, pois que a referida taxa recabe sobre a industria ou profissão em geral, e independentemente dos instrumentos ou meios que os contribuintes empregarem para exercel-a.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 602.—FAZENDA.—EM 16 DE DEZEMBRO DE 1869.

Sobre a revalidação, multa e emolumentos de uma certidão que fôra apresentada á Alfandega da Provincia do Espirito Santo, subscripta pelo Ajudante de ordens da Presidencia, antes do pagamento do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, n.º 56 de 30 de Julho ultimo, do qual consta

que, tendo sido apresentada á respectiva Alfandega uma certidão subscripta pelo Ajudante de ordens da Presidencia da Provincia antes do pagamento do sello, resolvêra o Sr. Inspector sobre consulta da dita Alfandega ácerca da cobrança da revalidação, multa e emolumentos da mesma certidão :

1.º Que o individuo a favor do qual fóra ella passada não podia ser coagido ao pagamento da revalidação do sello, e ainda menos dos emolumentos, por não tel-a solicitado, como se verificou pelo seu requerimento ;

2.º Que se devia, porém, exigir do Ajudante de ordens a multa em que incorrêra por ter subscripto a certidão sem o prévio pagamento do sello ; e

3.º Que a imposição desta pena cumpria á Alfandega, visto como, em face das Instrucções que baixarão com a Circular n.º 509 expedida pelo Ministerio da Guerra em 20 de Novembro de 1860, não se podia considerar o referido Official na classe das autoridades militares ou dos chefes das Repartições administrativas para ser comprehendido na excepção do n.º 1 do art. 52 do Regulamento de 17 de Abril ultimo, e ser-lhe pela Presidencia applicada a multa, além da qual nenhuma outra exigencia se lhe devia fazer, attenta a 2.ª parte do art. 70 do mesmo Regulamento :

Declara ao dito Sr. Inspector, para sua intelligencia e devidos effeitos, que bem resolveu a mencionada consulta quanto á sua ultima parte, decidindo que á Alfandega, e não á Presidencia, competia applicar as penas em que incorreu e possa incorrer o Ajudante de ordens da Presidencia por infracção do Regulamento do sello, hypothese prevista no art. 48. E como a infracção praticada pelo mesmo Official está virtualmente comprehendida na disposição do citado artigo § 5.º, lhe é applicavel, portanto, a multa de 10\$ a 50\$.

Quanto á revalidação, na fórma dos arts. 69 e 70 parte 1.ª do Regulamento, tem de ser paga pelo individuo que pedio a certidão.

Finalmente, pelo que toca aos emolumentos, que elles devem ser devidamente cobrados para a Fazenda Geral nos termos do art. 1.º do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4356 de 24 de Abril deste anno ; porquanto, o Ajudante de Ordens, em vista das attribuições que a lei lhe confere, não pôde ser considerado Empregado Provincial.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 603.—IMPERIO.—EM 16 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Província do Paraná.—Declara que as disposições provisórias, proferidas pelos Presidentes de Província acerca de eleições de Vereadores e Juizes de Paz, não podem ser por estes revogadas.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Dezembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Tratando da eleição feita em Setembro do anno passado para Vereadores e Juizes de Paz, na parochia dessa capital, o antecessor de V. Ex. em officio de 19 de Outubro do mesmo anno, participou:

1.º Que, tendo examinado unicamente as actas respectivas, declarára válida a dita eleição, por acto de 8 de Outubro;

2.º Que, representando posteriormente contra a mesma eleição o Dr. José Emilio Ribeiro de Campos, com o fundamento de que a Mesa parochial effectuára a 2.ª e 3.ª chamadas dos votantes pela lista geral e não pelo rol, que não fôra feito, dos que faltarão á 1.ª e á 2.ª; e sendo esta arguição confirmada nas informações prestadas pelo Dr. Juiz de Direito interino da comarca e pelo Delegado e Subdelegado de Policia, com as quaes combinão as do Chefe de Policia; resolvêra por acto de 17 do dito mez de Outubro revogar o de 8, declarando nulla a eleição.

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o referido officio e documentos que o acompanhãrão, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem mandar declarar:

1.º Que as decisões provisórias proferidas pelos Presidentes de Província acerca das eleições de Vereadores e Juizes de Paz não podem ser por estes revogadas, mas immediatamente sujeitas ao conhecimento do governo para resolução definitiva;

2.º Que, todavia, foi acertada a decisão posterior annullando a eleição; porquanto, além da irregularidade arguida, figura-se (nas actas) começada e concluida no dia 7, depois de constituida a mesa, a primeira chamada de 2.046 cidadãos qualificados, e realizada no dia 12, em que terminou, a apuração de 93¼ cédulas para Vereadores, e de outras tantas para Juizes de Paz; o que denota inobservancia das formalidades legais.

Haja, portanto, V. Ex. de expedir as necessarias ordens para que se proceda á nova eleição, nos termos da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Paraná

---

N. 604. — JUSTIÇA. — EM 17 DE DEZEMBRO de 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara quaes as penas a que está sujeita a força da Guarda Nacional, quando empregada na defeza das fronteiras.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 17 de Dezembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. n.º 451 de 26 de Outubro ultimo, foi recebida nesta Secretaria de Estado cópia da consulta feita pelo Comandante Superior de S. Borja, sobre as penas a que está sujeita a força da Guarda Nacional, quando empregada na defeza das fronteiras.

Em resposta, declaro a V. Ex. que devendo aquella força ser considerada em serviço de corpos destacados, fica sujeita aos Regulamentos do exercito, nos termos dos arts. 117 e 134 da Lei n.º 602 de 49 de Setembro de 1850, não lhe sendo applicavel a disposição dos Avisos de 9 de Maio de 1867, expedidos de conformidade com a Imperial Resolução de 6 de Abril do mesmo anno, visto referir-se unicamente aos destacamentos, de que trata o art. 87 da citada lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

## N. 605.—JUSTIÇA. — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Declara que as questões ácerca de espolio de subditos portuguezes, que deixão viuva brasileira e filhos menores estão reguladas pela Resolução n.º 4096 de 10 de Setembro de 1860 e o Decreto n.º 3145 de 27 de Agosto de 1863.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 17 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.— Approvo a solução dada por V. Ex. á consulta do Juiz Municipal supplente do Termo de S. João d'El-Rei, declarando que as questões ácerca do espolio de subditos portuguezes, que deixão viuva brasileira e filhos menores, estão reguladas pela Resolução n.º 4096 de 10 de Setembro de 1860 e o Decreto n.º 3145 de 27 de Agosto de 1863, que promulgou a Convenção Consular de 4 de Abril daquelle anno ; sendo para notar que o mencionado Juiz ignore a lei, que rege a materia.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 606.—FAZENDA.—EM 18 DE DEZEMBRO DE 1869.

As Portarias de licença que não dependem do—cumpra-se—, devem ser selladas antes de produzirem effeito, e não o sendo ficão sujeitas á revalidação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, para os devidos effeitos, que o recurso do ex-Inspector da Thesouraria de Sergipe, Candido José Pereira, interposto da decisão da do Paraná que sujeitou á revalidação, por falta do pagamento do sello no devido tempo, a Portaria deste



Ministerio de 12 de Julho ultimo, pela qual forão concedidos ao recorrente seis mezes de licença para tratar de sua saúde, comprehendendo-se em tal prazo a de trinta dias que obtivera da Presidencia daquella Provincia, foi indeferido pelo mesmo Tribunal, por não ter o recorrente sellado a dita Portaria antes de começar a produzir effeito, visto não depender de—cumpra-se, na fórma do art. 35 do Decreto n.º 3139 de 13 de Agosto de 1863, e haver caducado depois deste Decreto a disposição da ordem, que elle invocára, n.º 372 de 8 de Agosto de 1862.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 607.—FAZENDA.—EM 20 DE DEZEMBRO DE 1869.

As licenças ou renovações de licenças, concedidas por simples despachos em titulos de capacidade, para abrir escola ou para leccionar não pagão emolumentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1869.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, em resposta ao seu officio n.º 176 de 22 de Novembro ultimo, que foi approvada a resolução que tomou de não sujeitar ao pagamento de emolumentos a renovação das licenças concedidas por despachos proferidos em dous titulos de capacidade, um para abrir escola e outro para leccionar, que lhe forão remettidos pelo Inspector Geral da instrucção primaria e secundaria da Córte; visto estar a dita resolução de conformidade com a observação que se segue ao § 92 da tabella annexa ao Regulamento de 24 de Abril deste anno.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 608.—IMPERIO.—EM 20 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º presidia Juiz de Paz menos votado, estando o mais votado no exercicio das funcções do seu cargo; 2.º a interrupção do processo eleitoral sem constar o motivo; 3.º a impossibilidade de realizarem-se, segundo os preceitos da Lei, actos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 20 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo sido ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu na parochia do Santissimo Coração de Jesus, do municipio do Monte Santo, ambas na Igreja Matriz, uma presidida pelo Juiz de Paz mais votado, e outra pelo 3.º Juiz de Paz, como consta do officio de V. Ex. de 10 de Novembro do anno passado, a que acompanhárão as respectivas actas e mais documentos, de que V. Ex. trata, Sua Magestade o Imperador Houve por bem mandar annullar ambas as eleições:

A presidida pelo 3.º Juiz de Paz, além de outras razões, pela incompetencia deste, estando o mais votado no exercicio das funcções do cargo;

A que presidio o 1.º Juiz de Paz, por não conhecer-se das actas o que deu causa á interrupção que se nota no processo eleitoral de 7 de Setembro, em que se organizou a mesa, até 9, em que começou, segundo as mesmas actas, o recebimento das cédulas. Accresce que, tendo sido recolhidas á urna 1.582 listas, que devião conter 8.101 nomes, não era possivel sem preterição das formalidades legais, que todas fossem apuradas no dia 11, como se vê da acta respectiva lavrada nesse mesmo dia.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

## N. 609.—GUERRA.—EM 20 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara quaes os vencimentos, que devem perceber as praças do exercito, que obtem licença para tratar de sua saude, e o que se deve observar quando taes licenças são para tratarem de negocios particulares.

Rio de Janeiro,—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao seu officio de 14 do corrente sob n.º 22193, que na fórma das disposições vigentes as praças do exercito que tiverem licença para tratar de sua saude, perceberão soldo e etapa durante a mesma licença, e que sendo esta concedida para tratarem de negocios particulares, a nenhum vencimento terão direito, porque taes licenças são registradas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. João Frederico Caldwell.

---

## N. 610.—GUERRA.—EM 20 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara como devem ser consideradas as licenças, concedidas ás praças, que vierem do exercito em operações.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao seu officio sob n.º 22040 de 13 do corrente, que as praças, que vierem do exercito em operações no Paraguay com licença não especificada, devem ser inspeccionadas de saude, e á vista dos respectivos termos serão declaradas registradas e sem vencimentos as licenças dos válidos, e com soldo e etapa as dos doentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. João Frederico Caldwell.

---

## N. 611.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que podem servir no mesmo fóro dous irmãos, um como advogado e outro como Escrivão ou Tabellião.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a decisão dada por V. Ex. á consulta do Curador Geral de Orphãos do Termo da Christina, nessa Provincia, de não haver incompatibilidade em servirem no mesmo fóro dous irmãos, um como Advogado e outro como Escrivão ou Tabellião; porquanto, de conformidade com a Ord. Liv. 1.<sup>o</sup> Tit. 48 § 29, só é prohibido o exercicio da advocacia perante o Juiz, que é pai, irmão ou cunhado.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 612.—FAZENDA.—EM 21 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara que os emolumentos das cartas de saude devem ser cobrados para a Fazenda Nacional, visto achar-se expressamente revogada a Ordem n.<sup>o</sup> 199 de 27 de Abril de 1861.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. em resposta ao seu Aviso de 20 de Agosto ultimo sobre a representação do Guarda da Inspeção de saude do porto da Provincia do Ceará, que o fim do art. 28 da lei do orçamento de 1867 foi não só uniformisar a Legislação relativa aos emolumentos das Repartições Publicas, como ampliar esta fonte de renda.

Nas excepções taxativas estabelecidas pelo art. 3.<sup>o</sup> do Regulamento que baixou com o Decreto n.<sup>o</sup> 4356 de 24 de Abril deste anno, não está incluída a que diz res-

peito aos Empregados da Inspeção de saúde ; sendo portanto fóra de questão que se acha expressamente revogada a doutrina da Ordem n.º 199 de 27 de Abril de 1861.

Não é, pois, regular que se admitta ainda como subsistente a doutrina daquella ordem, ou que fique suspensa a execução do art. 78 da Tabella annexa ao Regulamento de 24 de Abril ultimo, emquanto não fór approvada a tabella que acompanhou o Decreto n.º 2734 de 23 de Janeiro de 1861, quando se reconhece ter sido a intenção do Governo fazer reverter aquelles emolumentos aos cofres publicos, cessando a entrega delles aos referidos Empregados da Inspeção de saúde.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza.



N. 613.—FAZENDA.—EM 21 DE DEZEMBRO DE 1869.

Determina que continuem a ser isentos do pagamento da ancoragem os paquetes das companhias estrangeiras, que até agora tem gozado deste favor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, a fim de que o faça constar ao da Alfandega de Santos, para a devida intelligencia e execução, que emquanto outra cousa não fór determinada deve continuar a considerar isentos de pagamento da ancoragem os paquetes das Companhias estrangeiras de navegação a vapor, que até agora tem gozado deste favor.

*Visconde de Itaborahy*



## N. 614.—FAZENDA.—EM 21 DE DEZEMBRO DE 1869.

O sello dos contractos deve ser pago no prazo de 30 dias, contados pelo modo estabelecido na Ord. L. 3.<sup>o</sup> Tit. 13.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.<sup>o</sup> 40 de 7 de Julho ultimo, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso dá conta da decisão que proferira sobre uma questão de sello suscitada no Juizo Municipal do respectivo Termo, relativamente a um contracto firmado em 5 de Maio deste anno, entre partes Caperan & Eehusortu e Antonio da Costa Silveira, e apresentado na Estação competente para o pagamento do dito imposto em 5 de Junho; declara ao referido Sr. Inspector, para seu conhecimento e devidos effeitos, que não foi approvada a sua decisão: porquanto, determinando o art. 138 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 que os termos ou prazos marcados no mesmo Regulamento para a satisfação de quaesquer obrigações impostas devem ser contados pelo modo estabelecido na Ord. L. 3.<sup>o</sup> Tit. 13, a qual manda que em todo o termo que por qualquer maneira fôr assignado não se comprehenda nelle o dia da assignação, mas que se inclua o dia derradeiro em que o mesmo termo se acabar, salvo se fôr feriado, porque em tal caso será o ultimo dia o seguinte não feriado; é claro que tendo sido o contracto em questão firmado no dia 5 de Maio devia pagar o sello até o dia 4 de Junho em que se findarão os 30 contados na fórma da Ordenação citada, e que não o tendo satisfeito senão no dia 5, já portanto fóra do prazo, estava sujeito á revalidação.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 615.—JUSTIÇA.—AVISO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco.—  
Declara que nos lugares onde não houver agentes de leilões,  
devem ser exercidas as respectivas funções pelo porteiro  
do Juizo Commercial.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—  
Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1869.

Em officio de 30 de Agosto ultimo submetten V. S.  
à decisão do Governo Imperial a Consulta do Tribunal  
do Commercio dessa Provincia de poderem os agentes  
de leilões exercer as funções de seu officio em todas  
as praças do districto do Tribunal, onde não houverem  
agentes provisionados, sem preceder licença especial.

Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido o parecer  
do Presidente do Tribunal do Commercio da Côrte,  
Manda declarar, que sendo os agentes de leilões no-  
meados para servir em certas e determinadas praças,  
a concessão de licença para exercer o officio fóra dellas,  
é contraria aos arts. 5.º, 6.º e 7.º do Decreto n.º 858  
de 10 de Novembro de 1851, devendo nos lugares  
onde não os houver, ser o cargo exercido pelo Porteiro  
do Juizo Commercial, na conformidade do Aviso n.º 85  
de 14 da Fevereiro de 1856.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—  
Sr. Presidente do Tribunal do Commercio de Per-  
nambuco.



## N. 616.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Declara que  
os supplentes anteriormente nomeados passam a occupar os  
primeiros lugares na lista, quando se fizerem novas nomeações  
para as vagas existentes.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—  
Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1869.

Hlm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 40 de 22 de No-  
vembro ultimo submetten V. Ex. à decisão do Go-

verno Imperial a duvida proposta por Claudino José Francisco Pacheco, a respeito da competencia da jurisdicção de Vara Municipal do Termo de S. Francisco.

Em resposta declaro a V. Ex. que a referida Consulta se acha resolvida pelos Decretos n.º 649 de 21 de Novembro de 1849 e 2012 de 4 de Novembro de 1857 e Aviso de 18 de Fevereiro de 1854, em virtude de cujas disposições os supplentes, anteriormente nomeados, passam a occupar os primeiros lugares na lista, quando novas nomeações se tem de fazer para preenchimento das vagas existentes.

Deus Guardea V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*—  
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

N. 617.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1869.

AO Presidente da Provincia do Piahy.—Declara que ha incompatibilidade na accumulção dos cargos de supplente do Juizo Municipal e de Thesoureiro da Fazenda Geral e da Administração Provincial.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—  
Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—Approvo a Decisão de V. Ex., declarando a impossibilidade de continuar no cargo de supplente do Juizo Municipal da Capital o Thesoureiro da Fazenda Geral e da Administração Provincial, attenta a incompatibilidade de accumulção desses cargos, conforme a doutrina do Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*—  
Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

---



N. 618.—FAZENDA.—EM 23 DE DEZEMBRO DE 1869.

Determina que as Thesourarias remettão regularmente até o fim de Março de cada anno, os quadros dos cofres de bens de defuntos e ausentes e dos depositos publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remettão regularmente até o fim de Março de cada anno os quadros dos cofres de bens de defuntos e ausentes e dos depositos publicos, contendo a demonstração do estado dos mesmos cofres até o ultimo de Dezembro do anno anterior, a fim de se poderem organizar em tempo os trabalhos que tem de ser apresentados á Assembléa Geral Legislativa.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 619.—FAZENDA.—EM 23 DE DEZEMBRO DE 1869.

Autorisa a execução das bases propostas para o Regulamento geral dos serviços a cargo da Companhia da dóca da Alfandega da Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio que V. Ex. dirigio-me a 13 do corrente, acompanhado das bases propostas para o Regulamento geral dos serviços a cargo da Companhia da dóca da Alfandega da Côrte, tenho de communicar a V. Ex. que autoriso a execução das referidas bases até que a experiencia demonstre que podem ser definitivamente approvadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A' S. Ex. o Sr. José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.

---

## N. 620.—FAZENDA.—EM 23 DE DEZEMBRO DE 1869.

Declara, em additamento ao Aviso de 6 de Outubro ultimo, que a differença de cambio de certas despezas no exterior corre por conta do Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1869.

Declaro a V. S. para os fins convenientes, e em additamento ao meu Aviso de 6 de Outubro ultimo, que a differença de cambio nas despezas avaliadas na Lei do orçamento ao cambio de 27, taes como as das Legações e Consulados, ajudas de custo do Ministerio de Estrangeiros, e extraordinarias no exterior, deve ser levada á conta do Ministerio da Fazenda.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.



## N. 621.—IMPERIO.—EM 24 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—a impossibilidade de realizarem-se, sem preterição de formalidades legais, actos eleitoraes no tempo em que se dizem feitos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi-me presente o officio n. 24 de 4 de Dezembro, no qual o antecessor de V. Ex. participou ter julgado válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro do anno passado na parochia da Passagem Franca, não obstante haver a respectiva Camara Municipal representado sobre algumas irregularidades que disse ter nella encontrado.

Em resposta declaro a V. Ex. que, com quanto não sejam procedentes os motivos allegados pela mencionada camara em sua representação, como bem decidio o antecessor de V. Ex. na portaria que, por cópia,

acompanhou aquelle officio, comtudo resolveu o Governo Imperial annullar a sobredita eleição, por constar das actas enviadas que em um só dia forão apuradas 1.508 cédulas recebidas contendo 8.277 nomes para Vereadores e Juizes de Paz; o que evidentemente não aconteceria se nessa apuração tivessem sido observadas as disposições dos arts 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, 4.º das instrucções de 27 de Setembro de 1856, e 10 do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860.

Haja V. Ex. portanto de mandar proceder á nova eleição na fórma da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

**N. 622.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1869.**

Declara que são applicaveis aos agentes do correio as disposições do Decreto n.º 657 de 5 de Dezembro de 1849.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1869.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por sua immediata Resolução de 11 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 8 de Novembro proximo findo, Ha por bem mandar declarar que aos agentes do correio são applicaveis as disposições do Decreto n.º 657 de 5 de Dezembro de 1849, que estabelecem regras para a prisão dos exactores da Fazenda Nacional remissos ou omissos em fazer as entradas dos dinheiros a seu cargo nos devidos prazos, conforme a doutrina consagrada no art. 36 da Lei n.º 628 de 17 de Setembro de 1851.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e em solução ao seu officio sob n.º 100 de 12 de Junho ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Director Geral dos Correios.

---

## N. 623.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1869.

Solve uma consulta relativa á cobrança do sello dos autos averbados pelos Escrivães dos cartorios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 142 da Thesouraria da Provincia de S. Pedro do Sul, de 6 de Julho ultimo, a que acompanhou, por cópia, o do collecter de Santo Antonio da Patrulha, consultando se o sello dos autos averbado pelos Escrivães dos cartorios, deve ser cobrado na fórma do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, ou na do novo Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril do corrente anno, e bem assim o da referida Thesouraria resolvendo que a cobrança do sello devia ser feita na fórma deste ultimo; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que por força da disposição do art. 72 do citado Regulamento de 17 de Abril, a taxa a cobrar do averbamento do sello é a estatuida no dito Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, e não a do novo Regulamento de 17 de Abril proximo passado, que ainda não vigorava, e que não pôde por isso mesmo ter força retroactiva.

*Visconde de Itaborahy.*



## N. 624.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1869.

Approva a designação do Official da Secretaria da Thesouraria das Alagôas para servir de Chefe de secção da mesma Thesouraria, por impedimento legal do 1.º Escripturario, a quem competia a substituição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagôas, em resposta ao

seu officio n.º 404 de 15 de Dezembro de 1868, que, sendo sómente applicavel ao Thesouro a disposição do § 2.º art. 33 do Decreto de 6 de Abril do citado anno, bem procedeu essa Inspectoria designando para servir de Chefe de Secção, por impedimento legal do 1.º Escriptuario Rozendo de Araujo Ferraz, o Official José Antonio Marques, mais antigo da classe dos segundos Escriptuarios, na conformidade da decisão do Thesouro n.º 276 de 18 de Junho de 1863 e do § 4.º do referido artigo.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 623.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1869.

Sobre o sello dos conhecimentos ou bilhetes de deposito de mercadorias em entrepostos, trapiches e armazens Alfandegados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 58 de 15 de Maio ultimo, que não foi regular a decisão dada pela mesma Thesouraria á consulta, que lhe fôra feita pela Inspectoria da respectiva Alfandega; porquanto, os conhecimentos, ou bilhetes de deposito de mercadorias em entrepostos, trapiches e armazens Alfandegados, a que ella se refere, já estavam sujeitos ao sello pelo § 11 do art. 2.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860: dando-se differença apenas no quantum da taxa, que foi elevada pelo novo Regulamento de 17 de Abril do corrente anno, em virtude do disposto no artigo 12 da Lei de 26 de Setembro de 1867. E por esta occasião lhe ordena que informe ao Thesouro se antes da referida decisão e depois do citado Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, não se cobrava sello dos alludidos titulos.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 626.—FAZENDA.—EM 28 DE DEZEMBRO DE 1869.

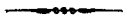
Declara não haver incompatibilidade no exercício do cargo de Escrivão de Collectoria com o de Fiscal da Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 22 de Novembro findo, ao qual acompanhou o officio n.º 145 da Presidencia da Provincia de Minas Geraes de 5 de Agosto ultimo, relativamente á incompatibilidade dos cargos de Escrivão da Collectoria da cidade de Uberaba e o de Fiscal da Camara Municipal; cabe-me declarar a V. Ex. que na especie de que se trata não se dá nenhuma das tres circumstancias, que, nos termos da Ordem do Thesouro n.º 89 de 4 de Junho de 1847, tornão incompativel o exercicio simultaneo de differentes empregos.

O Fiscal da Camara tem os encargos que lhe marca o art. 85 da Lei de 1.º de Outubro de 1828, e suas incumbencias, não sendo sujeitas a hora certa e determinada, podem ser desempenhadas antes e depois das horas do expediente da Collectoria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. José Martiniano de Alencar.



## N. 627.—IMPERIO.—EM 28 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara que um simples protesto em que se apresentão motivos que, se fossem reaes, só poderião occorrer em dia posterior aquelle em que se realisou o acto eleitoral contra o qual se reclama, não é bastante para annullar a eleição respectiva.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 28 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem forão presentes a cópia do acto dessa Presidencia de 7 de Outubro do anno passado, que annullou a

eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita na parochia de Tocantins de Cametá, os documentos em que se baseou, e as respectivas actas, enviadas posteriormente, Houve por bem mandar declarar válida a sobredita eleição.

Do exame dos mencionados documentos e actas não resultão provas para aquella annullação.

O protesto apresentado em 8 de Setembro por um reclamante contra a validade da eleição, e transcripto nas actas, apresenta motivos que, se tivessem sido reaes, só poderião occorrer no dia seguinte quando se concluiu a apuração das cedulas; e a justificação pelo mesmo reclamante dada perante a autoridade policial não se refere a outras razões além das do citado protesto, reproduzidas no acto da presidencia.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

#### N. 628.—JUSTIÇA.—AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.—Decide duvidas sobre o Regimento de custas.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o seu officio de 22 de Maio ultimo, sujeitando á decisão do Governo Imperial as seguintes duvidas, propostas pelo Juiz Municipal e de Orphãos dos Termos de Pombal e Catolê do Rocha:

1.<sup>a</sup> Se nos inventarios feitos nos lugares fóra da residencia do Juiz, e finalizados em um só dia, competem-lhe as custas dos arts. 24 e 26 do Regulamento, ou quaes as que devem ser-lhe contadas.

2.<sup>a</sup> Se, além das custas do art. 12, deve receber as dos arts. 3.<sup>o</sup> e 13 o Juiz, que assistir ao inventario e julgar as partilhas.

Em resposta declaro a V. Ex., que no caso de ser a diligencia de um dia, competem ao Juiz as custas

taxadas na segunda parte do art. 24 do Regimento citado: excedendo esse prazo, terá mais o que dispõe o art. 26, além dos emolumentos pelos actos que praticar.

Quanto á segunda duvida, está ella resolvida pelo Aviso de 25 de Novembro do anno findo, não tendo referencia a actos de partilhas a disposição do art. 3.º

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—  
Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

---

N. 629—JUSTIÇA.—AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Declara que o Poder Executivo não póde intervir em questões da competencia do Poder Judiciario.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—  
Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 226 de 19 de Outubro do anno findo, submetteu essa Presidencia á decisão do Governo Imperial a consulta do Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de S. José do Norte « se deveria ou não dar execução á sentença de doze annos de prisão com trabalho, proferida pelo Jury daquelle Termo contra o pardo Martiniano, escravo de Francisco Espinola de Souza, ou applicar-se-lhe a disposição do artigo 60 de Código Criminal, pelo facto de haver Espinola desistido, antes da pronuncia, de todo o direito sobre esse escravo, e ser este considerado como pessoa livre. »

Em resposta declaro a V. Ex., para o fazer constar ao mencionado Juiz, que, sendo a questão da competencia do Poder Judiciario, á elle pertence decidir applicando a lei aos casos occorrentes, na conformidade dos Avisos n.º 70 de 7 de Fevereiro de 1856 e n.º 207 de 17 de Junho de 1858.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

---



N. 630—JUSTIÇA.—AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba—Solve duvidas sobre adiamento, e presidencia de Jury.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 402 de 27 de Setembro ultimo, submetten V. Ex. á decisão do Governo Imperial as seguintes duvidas, propostas pelo Juiz de Direito da Comarca de S. João, nessa Provincia :

1.<sup>a</sup> Se o Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1865 faculta chamar-se para presidir o jury, nos casos nelle especificados, o Juiz de Direito de outra Comarca, quando o da proxima e seus substitutos estiverem impedidos.

2.<sup>a</sup> Se o jury, uma vez convocado, pôde ser adiado por mais tempo do que o marcado na lei.

3.<sup>a</sup> Finalmente, se nos termos do Decreto citado pôde ser chamado para presidir o jury, o Juiz de Direito da Comarca mais proxima, embora pertença a outra provincia.

Quanto á primeira duvida o Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1865 faculta a substituição do Juiz de Direito impedido de presidir o jury pelos Juizes de Direito das Comarcas mais proximas.

Quanto a segunda e terceira, não só o Jury não pôde ser adiado por mais tempo além do prazo legal, como os Juizes de Direito de Provincias diversas não se podem mutuamente substituir, embora estejam proximas as respectivas Comarcas.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

---

N. 631.—IMPERIO.—EM 29 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão,—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a precipitação nos actos electoraes, infringindo-se preceitos legais; 2.º presidir a mesa parochial Juiz de Paz incompetente, visto estar o mais votado do districto da matriz no exercicio do seu cargo em outra eleição.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 29 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio dessa Presidencia de 11 de Janeiro ultimo, e documentos annexos, relativos ás duas eleições a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de S. Luiz Gonzaga do Alto Mearim, em Setembro do anno passado, uma presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da matriz, e a outra pelo 2.º Juiz de Paz do 2.º districto da parochia de Nossa Senhora da Piedade do Coroatá; Houve por bem approvar o acto do antecessor de V. Ex. pelo qual forão ambas annulladas.

Na primeira das referidas eleições, que realizou-se na casa da Camara Municipal, o processo da apuração, segundo referem as actas, correu no dia 10 com tal precipitação que denota inobservancia dos arts. 54 da Lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846, 4.º das Instrucções de 27 de Setembro de 1856, e 10 do Decreto n. 2621 de 22 de Agosto de 1860.

Na outra eleição, que tambem se diz feita em outro edificio qualificado casa da Camara Municipal, além de outras irregularidades, dá-se a de se ter effectuado sob a Presidencia de Juiz incompetente, visto estar no exercicio das funcções do cargo em outra eleição o Juiz de Paz mais votado do districto da matriz.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes, observando, de accordo com a doutrina do Aviso de 9 de Setembro do corrente anno, que em 11 de Janeiro já não podia ser exercida por essa Presidencia a attribuição conferida pelo art. 118 da sobredita Lei n. 387, por não se dar mais a hypothese nelle figurada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N. 632.—IMPERIO.—EM 29 DE DEZEMBRO DE 1869.

A' Commissão nomeada para a tomada de contas da Ilhma. Camara Municipal.—Dá-lhe instrucções.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1869.

Ilhm. e Exm. Sr.—Para a tomada de contas da Ilhma. Camara Municipal dos annos de 1867 e anteriores, observará a commissão, da qual Vm. é membro, as seguintes instrucções:

1.ª A commissão nomeada em virtude do art. 21 do Decreto n.º 4309 de 31 de Dezembro de 1868 para examinar as contas da Ilhma. Camara Municipal até o fim de 1867, logo que se reunir, formará um quadro synoptico das mesmas contas demonstrando a receita e despesa de cada anno, ou exercicio, os augmentos ou reduções de creditos, e os deficits ou saldos;

2.ª Ao quadro synoptico acompanhará uma demonstracção das differentes verbas de receita e despesa em cada anno com as respectivas sobras ou excessos;

3.ª Concluidos estes trabalhos preliminares, o relator da commissão os remetterá ao Governo com as observações e esclarecimentos que julgar convenientes, propondo quaesquer medidas que julgue precisas no desempenho da missão que lhe é confiada;

4.ª A commissão principiará o exame das contas atrasadas pelas mais modernas, isto é, pelas de 1867 seguindo-se, depois de tomadas estas, as do anno de 1866, e assim até completar-se o trabalho;

5.ª O exame das contas far-se-ha na fórma dos arts. 33 e seguintes do Regulamento de 26 de Abril de 1832 e mais disposições que forem applicaveis, conforme o art. 19 do Decreto n.º 4309 de 31 de Dezembro do anno passado;

6.ª Concluido o exame das contas de cada anno, serão logo remettidas ao Governo acompanhadas do competente relatorio para os fins determinados no art. 21 do sobredito Decreto de 31 de Dezembro;

7.ª Verificando-se em qualquer das contas alcance do Thesoureiro, ou fraude de qualquer outro empregado da Ilhma. Camara Municipal, a commissão sujeitará logo o caso ao Governo com os esclarecimentos e documentos necessarios, e dará de tudo conhecimento ao Presidente da Ilhma. Camara;

8.<sup>a</sup> A comissão se corresponderá directamente com o Ministro do Imperio por intermedio do seu relator;

9.<sup>a</sup> Um dos membros da comissão servirá de relator e outro de secretario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr.....

---

N. 633.—IMPERIO.—EM 30 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara serem motivos de nullidades de eleição: 1.<sup>o</sup> retardarem-se de proposito os trabalhos para conhecer-se o resultado da eleição de outras parochias; 2.<sup>o</sup> não achar-se a parochia canonicamente instituida; 3.<sup>o</sup> fazer-se a ultima chamada dos votantes no mesmo dia da 2.<sup>o</sup>

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tomando conhecimento de uma representação documentada do Commendador Seraphim Moreira da Silva, sobre as eleições de Vereadores e Juizes de Paz feitas, em 7 de Setembro do anno passado, nas parochias da Diamantina e S. Gonçalo do Rio Preto, bem como dos documentos annexos a outra representação de Manoel Cyriaco de Abreu, e informação da Camara Municipal da Diamantina de 17 de Outubro, o antecessor de V. Ex., por deliberação de 4 de Dezembro, annullou as referidas eleições, e as das parochias do Rio Manso e Gouvêa do dito municipio.

Tendo sido ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador Houve por bem approvar esse acto na parte em que annullou as eleições das parochias da Diamantina, Rio Manso e Gouvêa, pelos seguintes fundamentos:

Quanto á primeira parochia, ter a mesa retardado de proposito os trabalhos para conhecer o resultado da eleição das outras parochias, contrariando assim o principio salutar da simultaneidade da eleição.

Pelo que respeita á segunda, não estar ella ao tempo da eleição canonicamente instituida, accrescendo que

a ultima chamada dos votantes fez-se no mesmo dia em que realizou-se a segunda, com infracção do art. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Relativamente á terceira, provar-se pelos documentos apresentados que houve novas actas escriptas em novo livro, sob pretexto de desaparecimento do primeiro, além da circumstancia de verificar-se, pelo resultado da apuração das cedulas, que houve um augmento de 100, porque tendo-se verificado na contagem a existencia de 397, numero igual ao dos votantes que comparecerão, entretanto na acta apparece votação correspondente a 497, obtendo cada um dos nove cidadãos votados 491, e os immediatos 6, sem a menor discrepancia.

E' declarada válida a eleição da parochia do Rio Preto, visto estar verificado que sua realização fôra da matriz foi devida a achar-se esta em reconstrucção, não estando provado, nem constando do protesto, que se encontra nas actas, que deixasse de haver a convocação exigida pelo art. 94 da Lei n.º 387, antes o contrario se deprehende de um officio que o Juiz de Paz Presidente da mesa dirigio á Camara Municipal em 29 de Julho do anno passado.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 634.—IMPERIO.—EM 30 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara que, adiados os trabalhos eleitoraes, sem motivo justificado, pelo Presidente da Mesa parochial, o Juiz de Paz immediato procede regularmente continuando na eleição.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Pretextando violencias por parte das autoridades policiaes da parochia de S. Benedicto do Riacho, por occasião da eleição de Juizes de Paz a que se procedeu na mesma parochia em Novembro

do anno passado, forão os trabalhos eleitoraes adiados pelo Juiz de Paz mais votado, sob cuja presidencia se organizára a Mesa parochial. Em acto consecutivo o 2.º Juiz de Paz organizou nova mesa e proseguio na eleição, sendo os votos apurados pela respectiva Camara Municipal.

O Governo Imperial sustenta o acto pelo qual o antecessor de V. Ex. mandou vigorar a apuração, não só porque das actas vê-se que o processo da eleição correu regularmente, como porque não forão provadas pelo 1.º Juiz de Paz as violências que allegou em justificação de seu procedimento.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

#### N. 633.—FAZENDA.—EM 30 DE DEZEMBRO DE 1869.

Provimento de um recurso sobre a apprehensão feita pela Alfandega da Provincia do Espirito Santo, de tres caixotes enviados desta Côte a um negociante da mesma Provincia, por conterem em vez de kerosene que mencionava a nota do despacho, latas de polvora e outros objectos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, que o Tribunal, tendo presente o recurso do negociante Aniceto Joaquim Barboza, interposto da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Alfandega que julgou procedente a apprehensão de tres caixotes enviados desta Côte ao referido negociante, por ter-se nos mesmos encontrado, em vez de oleo de kerosene que mencionava a nota do despacho, latas de polvora, vidros de arnica e outros objectos, tudo no valor de 113,960; e

Considerando que, segundo o Regulamento das Alfandegas, o fundamento da apprehensão é sempre a subtracção pretendida ou realisada dos direitos nacionaes, estando os casos em que ella cabe especificadamente enumerados no art. 742 § 3.º;

Que as mercadorias apprehendidas foram submettidas a despacho, como consta do processo, o que exclue toda a intenção de fraude da parte do recorrente;

Que a divergencia entre o verificado pelo exame e conferencia da mercadoria, ou conteúdo da nota do despacho, e a declaração desta, nunca foi motivo de apprehensão;

Que o citado regulamento no art. 555 e seguintes estabelece as regras que se devem guardar em tal caso, e só prescreve a apprehensão quando, além de serem de especie differente, acharem-se as mercadorias acondicionadas entre outras, como escondidas, para subtrahirem-se aos direitos;

Que esta ultima e essencial circumstancia não se verificou; e portanto

Que a apprehensão de que se trata foi feita com a mais flagrante violação das disposições fiscaes em vigor:

Resolveu dar provimento ao recurso, julgando nulla e insubsistente a apprehensão, para o fim de se restituir ao recorrente o producto da arrematação das mercadorias apprehendidas e da multa que lhe foi imposta.

A' vista do que, recommenda ao mencionado Sr. Inspector que preste mais attenção ás disposições do supracitado Regulamento, e que faça igual recommendação ao da respectiva Alfandega, quando lhe der conhecimento da presente ordem.

*Visconde de Itaborahy.*

**N. 636.—FAZENDA.—EM 30 DE DEZEMBRO DE 1869.**

As mercadorias importadas por embarcações, cujos manifestos forem apresentados até 31 do corrente mez, pagarão direitos na fórma da Tarifa actual.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para os fins convenientes, e á vista da representação que me dirigirão varios negociantes desta praça, que as mercadorias importadas por embarcações, cujos manifestos forem apresentados até 31 do corrente, deverão pagar direitos na fórma da tarifa actual.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

**N. 637.—FAZENDA.—EM 30 DE DEZEMBRO DE 1869.**

Responde a uma consulta da Presidencia do Rio Grande do Norte, sobre a restituição dos emolumentos cobrados pela Alfandega da mesma Provincia, das patentes dos officiaes subalternos da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o Officio que V. Ex. dirigio-me em 14 de Outubro proximo passado, sob n.º 42, em que consulta se os emolumentos de vinte mil réis cobrados pela Alfandega dessa Provincia das patentes dos officiaes subalternos da Guarda Nacional, e que tem de ser restituídos á Secretaria do Governo em virtude do aviso deste Ministerio de 30 de Agosto ultimo, devem reverter integralmente aos empregados da mesma, ou se, como está praticando a Secretaria do Governo da Parahyba, fundada na disposição do art. 57 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, deve a dessa Provincia tirar sómente como emolumentos dos



seus empregados a 3.<sup>a</sup> parte, correspondente a um mez de soldo dos officiaes nomeados, e entregar o restante ás partes.

E em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que o citado Aviso de 30 de Agosto não tratou, nem podia tratar dos emolumentos devidos ás Secretarias das Presidencias, visto serem Provinciaes estas Repartições; providenciou apenas para que fossem restituídas as quantias que indevidamente houvessem as Repartições geraes cobrado, a titulo de emolumentos, das supracitadas patentes.

Devo, todavia, acrescentar, que, indemnizando-se as Secretarias das Presidencias dos emolumentos que lhes pertencerem na fórma da lei, cumpre-lhes restituir ás partes o excesso que possa haver.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

---

N. 638.—FAZENDA.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1869.

Approva a decisão da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro de sujeitar ao imposto pessoal sómente a parte do edificio da Sociedade Portugueza de Beneficencia occupado pela enfermaria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 277 de 26 de Novembro ultimo, que confirma a decisão da mesma Thesouraria, approvando o procedimento do Inspector da Alfandega da cidade do Rio Grande, que, a requerimento do Presidente da Sociedade Portugueza de Beneficencia, sujeitou sómente ao imposto, de que trata o Regulamento annexo ao Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro de 1867, a parte do edificio occupado pela enfermaria do hospital, re-

duzindo assim o lançamento de 2:400\$000 que fôra feito a 120\$000 por anno; visto estar semelhante decisão baseada na disposição do art. 21 n.º 5 do citado Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 639.—FAZENDA.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1869.

As Thesourarias de Fazenda não podem resolver em 1.ª instancia sobre restituições de impostos arrecadados pelas Recebedorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1869.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 87 de 2 de Junho ultimo, que tendo caducado a doutrina da ordem n.º 48 de 26 de Janeiro de 1860 com a publicação do Regulamento de 17 de Março do mesmo anno, o qual no art. 30 § 11 autorizou as Recebedorias a fazerem restituições de direitos, ficando assim as Thesourarias de Fazenda inhibidas de resolver em 1.ª instancia sobre restituições de impostos arrecadados pelas Recebedorias que lhes são subordinadas, e muito menos pela do Rio de Janeiro, de cujas decisões só conhece em tal materia o Tribunal do Thesouro; indevidamente mandou o dito Sr. Inspector restituir ao Bacharel Joaquim Ferreira Bandeira Juiz Municipal do Termo de Campo Largo a importancia dos emolumentos que elle pagára na Recebedoria do Rio de Janeiro pela Carta Imperial de sua reconducção, o que em hypothese identica já foi observado á supramencionada Thesouraria pela ordem de 28 de Dezembro de 1865.

Cumpre, portanto, que o mesmo Sr. Inspector faça repor no cofre da respectiva Recebedoria a quantia restituida, ficando salvo á parte o direito de reclamar a indemnisação na Repartição onde effectuou o pagamento dos emolumentos duplicadamente.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 640.—IMPERIO.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—a impossibilidade de realizarem-se os respectivos trabalhos, com observancia das fórmulas da lei, no tempo em que das actas consta terem sido feitos.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 31 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as duas eleições feitas em Setembro do anno passado para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Nossa Senhora de Nazareth de Itapicuru, uma na matriz sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz, e outra, presidida pelo 1.º, em uma igreja filial á dita matriz, foi de parecer que ambas devião ser annulladas, por não ser possivel que o processo da apuração das cédulas se effectuasse no tempo que referem as actas, si se tivessem observado as fórmulas da lei.

Na eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz, para cuja nullidade tambem concorre o ter-se effectuado fóra da igreja matriz sem motivo justificado, a apuração de 2.010 cédulas, fez-se em um só dia (10 de Setembro).

Na que foi incópetentemente presidida pelo 2.º Juiz de Paz, em dous dias incompletos (10 e 11 de Setembro) apurarão-se 4.094 cédulas.

Sua Magestade o Imperador, conformando-se com aquelle parecer, Houve por bem mandar declarar nullas as mencionadas eleições; e assim o communico a V. Ex., em resposta a seu officio de 4 de Dezembro, e para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

## N. 641.—IMPERIO.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara nulla uma eleição por ter sido a chamada feita pela qualificação de 1864, quando, na falta das de 1868 e 1867, havia a de 1866 legalmente concluida.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 31 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo servido na eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Setembro do anno passado na freguezia de S. Cosme e S. Damião, da villa do Pereiro, a qualificação de 1864, quando havia, na falta das de 1868 e 1867, cujos livros desaparecêrão, a de 1866 legalmente concluida; Sua Magestade o Imperador Houve por bem mandar annullar a sobredita eleição: o que declaro a V. Ex. para os fins convenientes, em resposta ao officio dessa Presidencia. de 9 de Dezembro ultimo.

Deu-se Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará

---

## N. 642.—IMPERIO.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser nulla a eleição a respeito da qual se prova: 1.º falta da liberdade que deve ser garantida aos votantes; 2.º falta de veracidade das actas quanto a factos que referem.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 31 de Dezembro de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 4 de Janeiro ultimo deu V. Ex. conhecimento ao Governo do acto pelo qual resolveu annullar as duas eleições, a que, para Vereadores e Juizes de Paz, se procedeu em Setembro do anno passado na parochia de Nossa Senhora dos Humildes, do municipio da villa da Feira de Sant'Anna, uma presidida pelo 2.º Juiz de Paz do districto da matriz, e outra pelo 3.º do districto do Limoeiro.

Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem mandar approvar a decisão de V. Ex., não só porque dos documentos por V. Ex. remettidos se evidencia que na marcha do processo eleitoral não houve a inteira liberdade que a lei recommenda e deve ser garantida a todos os votantes, como porque pela confrontação de taes documentos com as actas, e destas entre si, resultão contradicções notaveis, que depõem contra a veracidade dos factos referidos nas mesmas actas.

Mande, portanto, V. Ex. proceder a nova eleição nos termos da lei.

Dues Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 643.—IMPERIO.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1869.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara: 1.º que são applicaveis aos membros das mesas parochiaes, na eleição de Vereadores e Juizes de Paz, as disposições dos arts. 28 e 44 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846; 2.º que os Juizes de Direito não são competentes para darem instrucções ás autoridades inferiores em materia eleitoral.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 31 de Dezembro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Foi-me presente, com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Justiça de 30 de Novembro do anno passado, o officio dessa Presidência de 23 do mez anterior, transmittindo por cópia os officios do Subdelegado da freguezia de Santo Antonio do Rio Bonito, e do Juiz de Direito da comarca de Vassouras, dos quaes constão as seguintes duvidas:

1.ª Se os membros das mesas parochiaes, na eleição de Vereadores e Juizes de Paz, gozão das immuniidades de que tratão os arts. 28 e 44 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846;

2.<sup>a</sup> Se os Juizes de Direito são competentes para darem instrucções ás autoridades inferiores em materia eleitoral.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi seu parecer em consulta de 19 de Fevereiro do corrente anno:

1.<sup>o</sup> Que não ha razão para a primeira duvida, visto que, determinando a citada Lei n.<sup>o</sup> 387, tit. 4.<sup>o</sup> art. 104, que as disposições do tit. 2.<sup>o</sup> são inteiramente applicaveis á eleição de Juizes de Paz e Vereadores, salvo na parte em que estiverem alteradas pelo tit. 4.<sup>o</sup>, é evidente que tambem se entendem com os membros das Mesas parochiaes, nas ditas eleições, as disposições dos arts. 28 e 44 citados;

2.<sup>o</sup> Que os Juizes de Direito não são competentes para darem instrucções ás autoridades inferiores em materia eleitoral, não só porque não ha lei que lhes confira tal attribuição, como por que, a ser isso admittido, ver-se-hião magistrados vitalicios, como são os de que se trata, envolvidos em questões politicas com prejuizo da administração da justiça.

Havendo por bem Sua Magestade o Imperador conformar-se com este parecer, por sua immediata resolução de 13 de Março ultimo, assim o declaro a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

**ADDITAMENTO.**

## ADDITAMENTO ÀS DECISÕES DO GOVERNO DE 1868.

N. 4.—JUSTIÇA.—EM 22 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que a exhibição de passaporte é voluntaria tanto para o Brasileiro, como para o estrangeiro que entra no Imperio.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em Aviso n.º 5, de 3 do mez passado, dignou-se V. Ex. de consultar, se, em virtude das disposições do art. 81 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, e do art. 4.º do de 6 de Maio do corrente anno, é obrigado a exhibir passaporte o Brasileiro que se recolhe ao Imperio; e se igual obrigação imposta ao estrangeiro deixou, ou não de subsistir á vista do art. 7.º do Decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que, tanto para o Brasileiro, como para o estrangeiro domiciliado no Brasil, é actualmente voluntaria a exhibição dos passaportes, salvos os casos especificados no art. 4.º do Decreto de 6 de Maio deste anno.

Quanto, porém, ao estrangeiro, que pela primeira vez entra no Imperio, embora lhe seja permitido vir sem passaporte, fica sujeito ás consequencias dessa omissão, especificadas no art. 7.º do Decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855; e, portanto, exposto a ser reexportado no mesmo navio, se houver suspeita de ser malfecedor, e não exhibir attestado nos termos daquella disposição. Não ha, pois, necessidade de qualquer meio coercitivo a tal respeito, porque a falta de passaporte não sujeita os capitães do navio e os passageiros ao pagamento da multa, correndo-lhes sómente a obrigação de fazer as declarações do art. 85 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, confirmado pelo art. 4.º do Decreto n.º 1531 de 1855.

Prevaleço-me da occasião para renovar os meus protestos de alta estima e distincta consideração a V. Ex. a quem Deus Guarde.—*José Martiniano de Alencar*.—A' S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

---